

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

VERSÃO ELETRÔNICA



Número especial:
DOSSIÊ ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS 110 ANOS
1909 - 2019

Número especial: DOSSIÊ ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS 110 ANOS - 1909 - 2019

Número para controle bibliográfico: Ano 98º - Volume LXXIX - 2019

A presente edição, produzida em 2020, de número 79, é relativa ao ano sequencial de 2019, vinculando-se, pois, ao 98º ano de publicação da Revista da Academia Mineira de Letras, fundada em 1922. Tal numeração corrige eventuais equívocos cometidos em volumes anteriores.

Data de publicação: 25 de dezembro 2020.



REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

NÚMERO ESPECIAL

DOSSIÊ ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

110 ANOS – 2019

Ano 98.º Volume LXXIX 2019



Nos 60 textos que compõem este número especial pelos 110 anos da Academia Mineira de Letras – agora em papel –, o leitor vai encontrar um panorama exemplar dessa organização centenária. Número aberto com a qualificada apresentação do seu atual presidente, Rogério Faria Tavares, ele se divide em cinco seções: “Sobre a Academia”, “Sobre os acadêmicos”, “Homenagens”, “Sessões da Saudade” e “Discursos de recepção e posse”.

Cada texto, ao falar da Academia Mineira de Letras ou de seus respectivos acadêmicos – ressaltando-se que boa parte dos autores a ela pertence –, está na verdade falando muito mais que sobre um instituto cultural fundado em 1909 e de seus membros, através dos tempos. Os escritos desta revista se integram numa plataforma de cultura condizente com os princípios da história das academias. Vejamos.

Foi a partir de 1440, no Alto Renascimento italiano, quando se fundou a Academia Platônica Florentina, que o termo “academia” começou a abranger as instituições culturais extrauniversitárias. Sua finalidade passou a ser também o contato entre pessoas para a troca de ideias relativas às diversas disciplinas humanísticas, aí incluída a ciência. Assim, se, por um lado, o vocábulo “academia” remete genericamente a “mundo intelectual/científico”, por outro lado, a sua função institucionalizada é o fomento de uma atividade específica – as letras, no caso.

Daí o lema latino desta academia mineira, *Scribendi nullus finis*, “Escrever não tem fim”, ícone de sua revista, rodeado pelo louro heroico e bordado no belo manto que envolve o seu púlpito. Inscrição sábia, pelas interpretações que permite: sempre escrever, escrever e reescrever buscando a melhor escrita, escrever sem finalidade,

ou seja, sem compromissos outros que não consigo mesmo; escrever por amor ao ofício, por catarse, por interação, para realizar-se, pela necessidade de comunicar-se, expressar-se, sentir-se sujeito ou *persona*. E – por que não? – praticar prazerosamente escritas sob convite ou encomenda, ou mesmo desconhecendo seus porquês e para quês. Interpretações sem fim, na eterna escrita até enquanto ato de heroísmo.

Dessa maneira são formatados os textos da revista: homens e mulheres de profissões as mais diversas, acadêmicos e não acadêmicos, todos eles empenhados em colaborar com essa celebração através de suas melhores escritas. Certamente nelas buscaram imprimir o máximo de suas capacidades intelectuais, ratificando que, em 110 anos, a Academia Mineira de Letras tem cumprido a missão de fomentar e divulgar a cultura, apesar do período anticultural em que vivemos. Escreveram não só para ser lidos, mas também na esperança de que, se *scribendi nullus finis*, a anticulturalidade possa estar com seus dias contados.

Leticia Malard

Professora emérita da
Universidade Federal de Minas Gerais



REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

NÚMERO ESPECIAL

DOSSIÊ ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

110 ANOS – 2019

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1.466 – (31) 3222-5764
CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG

www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Presidente Rogério Faria Tavares	Conselho fiscal Antenor Pimenta Patrus Ananias Márcio Sampaio	Conselho de acervo e documentação Caio César Boschi Amílcar Martins Filho Jacyntho Lins Brandão
Vice-presidente Caio César Boschi	Conselho editorial da Revista da AML Angelo Oswaldo de Araújo Santos Manoel Hygino dos Santos Luís Giffoni	Reitor da Universidade Livre Luís Giffoni
Secretário-geral Jacyntho Lins Brandão		
Tesoureiro Olavo Romano		

REVISTA DA AML | FICHA TÉCNICA

ISSN 1982-6680

Publicação trimestral

Organizadores: Profa. Dra. Nair Prata e Rogério Faria Tavares (presidente da Academia Mineira de Letras)

Editora: Profa. Dra. Nair Prata

Coordenação institucional:
Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – ALMG

Projeto gráfico, revisão e diagramação:
Gerência de Publicidade e Comunicação Visual – ALMG

Apoio técnico:

Gerência-Geral de Documentação e Informação – ALMG

Capa:

Pintura: Carlos Bracher

Título: Academia Mineira de Letras
(Óleo sobre tela – 1,40 m × 1,00 m)

Fotógrafo: Guto Côrtes

Layout: Gerência de Publicidade e Comunicação Visual – ALMG

Impressão:

Miolo: Gráfica ALMG

Capa: Gráfica Formato

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista da Academia Mineira de Letras. – Vol.1, n.1, (1922)- .
Belo Horizonte : Academia Mineira de Letras, 1922- . .

Trimestral.

ISSN 1982-6680

1. Literatura – Periódicos. I. Academia Mineira de Letras.

CDU- 869.0(05)

A presente edição, produzida em 2020, de número 79, é relativa ao ano sequencial de 2019, vinculando-se, pois, ao 98º ano de publicação da Revista da Academia Mineira de Letras, fundada em 1922. Tal numeração corrige eventuais equívocos cometidos em volumes anteriores.

Data de publicação: 25 de dezembro 2020.

SUMÁRIO

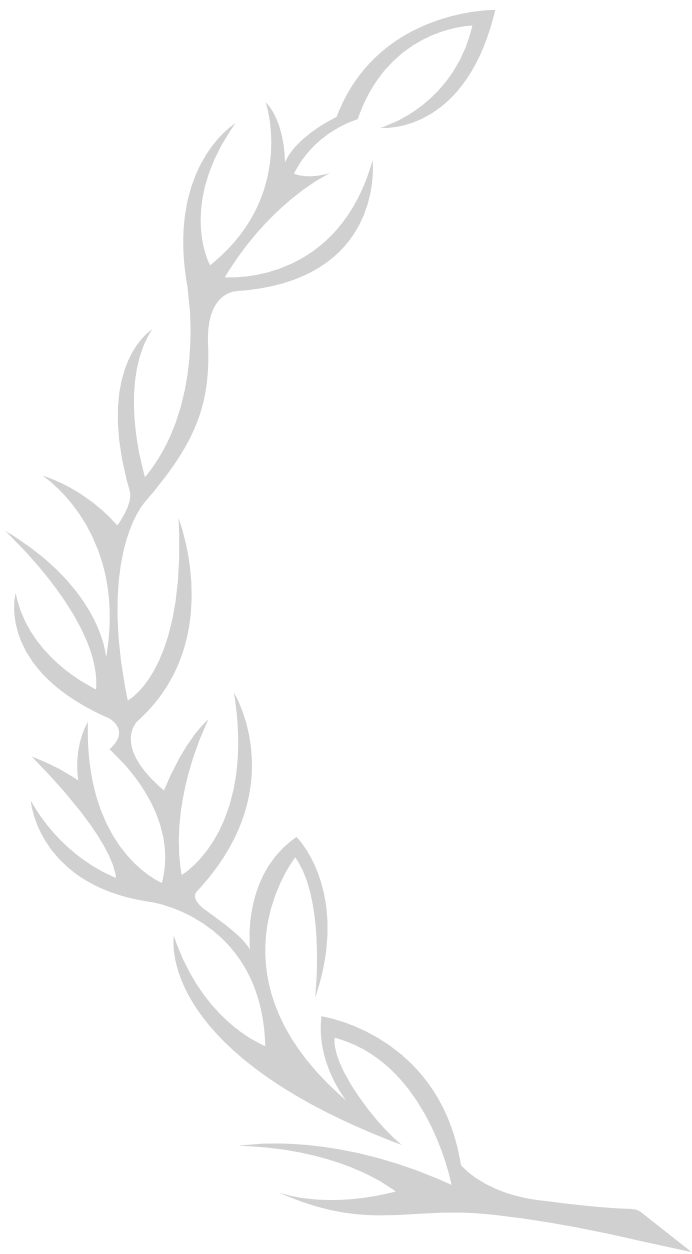
Apresentação – A guardiã de nossa rica tradição	
<i>Agostinho Patrus</i>	9
Apresentação – A revista dos 110 anos da Academia, nos 300 anos de Minas	
<i>Rogério Faria Tavares</i>	12
Nota da editora	
<i>Nair Prata</i>	15
Elegia	
<i>Yeda Prates Bernis</i>	19
SEÇÃO 1 SOBRE A ACADEMIA	20
Esboço histórico da Academia Mineira de Letras	
<i>Vivaldi Moreira</i>	21
Prestação de contas	
<i>Vivaldi Moreira</i>	31
Nos 110 anos da Academia Mineira de Letras	
<i>Rogério Faria Tavares</i>	37
A presença do Palacete Borges da Costa e o seu significado na história de Belo Horizonte	
<i>Celina Borges Lemos</i>	43
Bem-vindos, amigos da Amigos! Isto é uma concitação	
<i>José Anchieta da Silva</i>	56
SEÇÃO 2 SOBRE OS ACADÊMICOS	60
Alphonsus e Mário entre fronteiras	
<i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	61

Tributo a Maria José de Queiroz – Jubileu de ouro de sua presença na Academia Mineira de Letras	
<i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	66
O percurso poético de Alphonsus de Guimaraens Filho	
<i>Afonso Henriques Neto</i>	72
Elizabeth Rennó: entre letras e academias	
<i>Barjute Bacha</i>	79
Heli Menegale: um relato afetivo-biográfico	
<i>Berenice Menegale</i>	86
O riso e a razão lúdica de ser: provocações giffônicas	
<i>Caio Junqueira Maciel</i>	95
Descobrimo meu avô Afonso	
<i>Cesário Mello Franco</i>	149
Um intelectual em cena	
<i>Clara Arreguy</i>	152
Beatriz Francisca de Assis Brandão	
<i>Cláudia Gomes Pereira</i>	156
Um autêntico humanista	
<i>Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho</i>	169
Manoel Hygino dos Santos, uma lenda de Minas Gerais	
<i>Danilo Gomes</i>	173
Lacyr, a fiandeira das palavras	
<i>Elizabeth Rennó</i>	176
A escritura de Rui Mourão em <i>Mergulho na região do espanto</i>	
<i>Haydée Ribeiro Coelho</i>	181
O direito à educação na visão política do acadêmico Orlando Vaz: <i>flashbacks</i> de uma vida devotada ao ensino e à cultura	
<i>Isabel Vaz</i>	196
De contos e cantos: sobre a trajetória de Olavo Romano	
<i>Ivete Walty</i>	221
Oito poemas de Francisco Lins	
<i>Jacyntho Lins Brandão</i>	233
A obra superlativa de Antenor Pimenta	
<i>Jorge Fernando dos Santos</i>	247

Milton Campos, o governador de Minas	
<i>José Raimundo Gomes da Cruz</i>	261
O discurso religioso na obra de Belmiro Braga	
<i>Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues</i>	267
Angelo Machado: a ciência de encantar as mais diversas audiências	
<i>Léo Cunha</i>	278
A literatura e o gozo impuro, segundo Maria José de Queiroz	
<i>Lyslei Nascimento</i>	282
Beatriz Brandão revisitada em Ouro Preto	
<i>Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond</i>	292
Homenagem a Carmen Schneider Guimarães	
<i>Maria Inês de Moraes Marreco</i>	303
Fábio Lucas, referência para várias gerações: uma análise de conteúdo	
<i>Rogério Zola Santiago</i>	318
Benito Barreto e sua poética histórica e memorialista	
<i>Maria Lúcia Barbosa</i>	325
Fábio Lucas: perfil intelectual e caráter social dos seus estudos críticos	
<i>Simone Von Randow</i>	339
De Morro do Ferro para o mundo: a trajetória acadêmico-literária de Olavo Romano	
<i>Valéria Aparecida de Souza Machado</i>	353
SEÇÃO 3 HOMENAGENS	364
25 anos sem Hilton Rocha	
<i>Nicomedes Ferreira Filho</i>	365
Hilton Rocha, o professor	
<i>Astênio César Fernandes</i>	371
Homenagem ao Dr. Hilton Rocha – Academia Mineira de Letras	
<i>Eudes Magalhães</i>	375
Lembranças do poeta Edison Moreira, no seu centenário	
<i>Danilo Gomes</i>	377
Relembrando Edison Moreira	
<i>Renato Sampaio</i>	380

Edison, poeta e (quase) santo	
<i>José Maria Couto Moreira</i>	392
Homenagem a Odair de Oliveira	
<i>Renata Barbosa de Oliveira</i>	396
SEÇÃO 4 SESSÕES DA SAUDADE	404
A – Oíliam José	405
Homenagem póstuma a Oíliam José na Academia Mineira de Letras	
<i>Aluizio Alberto da Cruz Quintão</i>	405
Homenagem da Academia Mineira de Letras a Oíliam José	
<i>Cléber Lima</i>	409
Homenagem da Academia Mineira de Letras ao Prof. Oíliam José	
<i>João Batista da Silva</i>	413
Homenagem a Oíliam José	
<i>Luís de Melo Sobrinho</i>	426
Homenagem da família a Oíliam José	
<i>Carlos Henrique Almeida José e Azevedo</i>	428
B – Francelino Pereira dos Santos	431
Reencontro com uma paixão antiga	
<i>Maninha Pereira</i>	431
C – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza	435
Ricardo Fiúza: jurista, literato e mestre	
<i>Fernando José Armando Ribeiro</i>	435
Homenagem ao professor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza	
<i>Maria Inês Chaves de Andrade</i>	439
SEÇÃO 5 DISCURSOS DE RECEPÇÃO E POSSE	444
A – Carlos Bracher	445
Um pintor na Academia	
<i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	445
Discurso de posse na Academia Mineira de Letras	
<i>Carlos Bracher</i>	449
B – Luís Giffoni	464

Recebendo Luís Giffoni na Academia Mineira de Letras	
<i>Olavo Romano</i>	464
Discurso de posse na Academia Mineira de Letras	
<i>Luís Giffoni</i>	477
C – Caio Boschi	493
Discurso de recepção a Caio Boschi na Academia Mineira de Letras	
<i>Rogério Faria Tavares</i>	493
Discurso de posse na Academia Mineira de Letras	
<i>Caio Boschi</i>	503
D – Jacyntho Lins Brandão	530
Discurso de recepção a Jacyntho Lins Brandão	
<i>Rogério Faria Tavares</i>	530
Discurso de posse na Academia Mineira de Letras	
<i>Jacyntho Lins Brandão</i>	539
E – Wander Melo Miranda	550
Discurso de recepção a Wander Melo Miranda na Academia Mineira de Letras	
<i>Caio Boschi</i>	550
Discurso de posse na Cadeira 7 da Academia Mineira de Letras	
<i>Wander Melo Miranda</i>	564
Sobre os autores	570
Academia Mineira de Letras Cadeiras	592



Apresentação

A guardiã de nossa rica tradição

Para celebrar os 300 anos de nosso estado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais desenvolveu, ao longo de 2020, diversas ações comemorativas, em conjunto com uma rede de instituições, entre as quais a Academia Mineira de Letras (AML).

Esta importante edição da revista da Academia integra os eventos que marcam a efeméride que tanto honra mineiras e mineiros, e é com orgulho que o Legislativo Estadual une-se à AML na realização deste número especial. Ele lança luzes sobre os 110 anos da Academia, uma página indelével da história de Minas Gerais, uma vez que os acadêmicos são grandes artífices da produção literária mineira.

Voltadas à celebração do idioma e da cultura de cada país, as academias modernas herdaram o epíteto do herói mitológico Academo, que emprestou seu nome ao local onde Platão ensinava filosofia a seus discípulos – escola que ao longo dos séculos ficou conhecida como Academia.

No Brasil, no mesmo ano, 1897, a República recém-criada assistiu à inauguração da nova capital mineira e à primeira reunião da Academia Brasileira de Letras, presidida por seu fundador, Machado de Assis.

Fundada em 1909, em Juiz de Fora, a entidade literária máxima do Estado mudou-se em 1915 para Belo Horizonte, caracterizando-se desde o início pela presença marcante no fortalecimento e na renovação da cultura mineira.

Nosso estado é berço de manifestações culturais e artísticas riquíssimas. A vitalidade do sistema cultural mineiro é reconhecida por sua excelência e diversidade – e, entre fecundas ramificações, como a música, as artes plásticas, a dança, o cinema e o teatro, nossa literatura ocupa desde seu início lugar de relevo. Nela reconhecemos as palavras do escritor Luis Fernando Verissimo, para quem “a literatura é esse território livre onde o espírito humano se expande e se impõe”.

No livre território mineiro, poetas, romancistas, contistas e cronistas encontraram o ambiente propício para ousar, imaginar e criar sem amarras, sob o signo da liberdade e da amizade. A afeição pela literatura, que nasce do convívio entre amigos, é potente e visceral.

No século XVIII, a essência de nossa nacionalidade foi moldada por poetas como Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto – não por acaso patronos da Academia. Era uma amizade, como a de todas as gerações seguintes, balizada por ideais éticos e estéticos.

A partir daí, a geração modernista de 1922, os Verdes de Cataguas, os vintanistas (Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pellegrino), os escritores ao redor de publicações como *Edifício* e *Complemento*, até chegar à novíssima geração de homens e mulheres de letras, todos, enfim, constituem uma série de amizades construídas e solidificadas em torno dos livros e das palavras impressas, que têm gerado frutos. E esses frutos têm sido lançados de Minas para o mundo, apreciados por inúmeros leitores, ao longo das décadas, com renovado prazer.

Esses frutos são os versos e as frases, os poemas e as histórias concebidas por Carlos Drummond de Andrade, na poesia, Guimarães Rosa, na prosa, e Pedro Nava, na memorialística – expressões máximas do que nossas letras são capazes de produzir. E quantos nomes verdadeiramente imortais de nossas letras passaram pela Academia Mineira, tais como Alphonsus de Guimaraens, Cyro dos Anjos, Henriqueta Lisboa, Eduardo Frieiro e Abgar Renault, entre tantos outros.

O papel que a AML tem cumprido com êxito é o de guardião dessa rica tradição, na compreensão, como afirmou Fernando Pessoa, de que “a literatura, como toda a arte, é uma confissão de que a vida não basta”.

Nesse contexto, entre a tradição e a modernidade, a partir da mítica Rua da Bahia, a centenária Academia Mineira de Letras é presidida com dinamismo por Rogério Faria Tavares, tendo a seu lado os atuais acadêmicos, que, sob o ímpeto daquela mesma amizade que moveu os inconfidentes e tantas gerações de escritores, representam o amplo conhecimento que constitui a cultura mineira.

Cabe, por fim, aqui lembrar que, historicamente, revistas literárias têm existência breve. É motivo de grande apreço, portanto, constatar que a revista da AML tem prestado serviços inestimáveis a Minas e ao Brasil há quase 100 anos, ao longo de 79 edições, difundindo nossa produção literária, nossas artes e nossa riquíssima história.

Deputado Agostinho Patrus
Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de Minas Gerais

Apresentação

A revista dos 110 anos da Academia, nos 300 anos de Minas

No momento em que Minas Gerais completa os 300 anos de sua emancipação política e administrativa, nada melhor que destacar a literatura que foi capaz de produzir, com engenho e arte, no decorrer de sua trajetória. Uma das expressões mais antigas e potentes da vida literária do Estado, a Academia Mineira de Letras (AML) se une, entusiasmada, às comemorações do tricentenário, feliz por celebrar 11 décadas de existência nas páginas de sua publicação mais consagrada.

Fundada em 1922, quando o presidente da Academia Mineira de Letras era Mário de Lima, a revista da AML venceu inúmeros desafios para chegar até aqui, mantendo-se no pleno vigor de suas forças e estimulando o estudo aprofundado do fenômeno literário e o diálogo permanente e generoso entre a tradição e a contemporaneidade. O presente volume, prioritariamente dedicado ao resgate do legado dos que passaram por seus quadros, também inclui os discursos de recepção e de posse dos novos membros da agremiação. Tarefa institucional, a reativação da memória, no entanto, é mais: contém dimensão preciosa do exercício da cidadania e do amor pela história. Não há povo emancipado e autônomo que despreze ou atenuie as reflexões necessárias e saudáveis sobre os caminhos que trilhou. Uma comunidade livre e senhora de seu destino sempre investiga o seu percurso ao longo do tempo, tanto para compreender o presente quanto para desenhar um futuro melhor. Os textos aqui reunidos se alinham a esse sentido maior, verdadeira

perspectiva ordenadora, essencial, ainda, para que os leitores de hoje e de amanhã desfrutem do valioso patrimônio de que são portadores.

Ainda que esta edição esteja digitalizada e disponível a todos, gratuitamente, na rede mundial de computadores, gesto imbuído de inequívoco caráter inclusivo e democrático, esta presidência não abriu mão do formato impresso, cada vez menos comum nos dias que correm. E o fez para prestigiar a circulação física do objeto “livro”, um dos símbolos mais caros às sociedades civilizadas, o que de novo comprova o apreço da Academia pela disseminação do conhecimento. Afinal, este é um dos objetivos mais importantes da entidade, criada em Juiz de Fora por um grupo de intelectuais apaixonados pela literatura e pela língua portuguesa: a partilha ampla e gentil do acervo cultural levantado pelo espírito humano, tesouro que não pode mais se confinar a certos extratos da população, beneficiados pela renda ou pela sorte.

Quando o número 79 vem à luz, agradeço o decisivo apoio recebido da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na pessoa de seu operoso presidente, deputado Agostinho Patrus, na liderança do núcleo responsável pelas comemorações dos 300 anos de Minas Gerais, ao qual a Casa de Alphonsus de Guimaraens se orgulha de pertencer.

Também saúdo o acadêmico Patrus Ananias, cuja atuação, sempre em favor do interesse público, foi fundamental para o êxito deste projeto, e os acadêmicos integrantes da Comissão Editorial da revista: Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Luís Giffoni e Manoel Hygino dos Santos, a todo tempo disponíveis para o bom conselho e a ponderação mais sábia. Louvo o acadêmico Carlos Bracher, que, atendendo prontamente ao chamado da Academia, pintou o inigualável “óleo sobre tela” retratando a sede da AML, obra de arte que figura na capa desta edição. Menciono o excepcional trabalho da professora doutora, pesquisadora e jornalista Nair Prata, que, com o talento por todos admirado e uma disposição ilimitada, transformou em realidade o que um dia foi somente uma intenção. Dirijo, ainda, uma palavra de reconhecimento à equipe administrativa da AML, aqui homenageada no nome de Maria Inês Nora Rabelo, diretora-geral da Academia e coordenadora de um time de excelência, dedicado e comprometido.

Finalmente, manifesto minha gratidão perene a todos os autores que aceitaram o convite para escrever no presente volume, empregando

sua inteligência e seu brilho a favor da causa da cultura, que deve ser fortalecida em todas as oportunidades – sobretudo quando ofendida pela ignorância, pela truculência, pela perversão e pela barbárie. Que os leitores desfrutem das linhas seguintes com o mesmo prazer com que foram editadas.

Rogério Faria Tavares

Presidente da Academia Mineira de Letras

Nota da editora

Acostumada à produção, edição e publicação de pesquisas acadêmicas no campo da comunicação, senti-me surpresa e muito honrada ao receber o convite do presidente da Academia Mineira de Letras, Rogério Faria Tavares, para editar o dossiê comemorativo dos 110 anos dessa Casa tão prestigiada e tão representativa para o nosso povo e que se integra à programação de festividades do tricentenário de Minas Gerais.

Para responder ao desafio proposto, fizemos uma mineração de textos emblemáticos para figurar neste dossiê, como também convidamos alguns autores a produzirem análises especialmente para este número comemorativo. Ao final, conseguimos montar uma edição especial, que se prenuncia histórica ao trazer a público textos paradigmáticos que propiciam reflexões e circulação de informações sobre a Academia, seus membros e suas produções.

O resultado é uma edição densa – tanto do ponto de vista representativo quanto histórico – que celebra os 110 anos de uma casa que retrata a própria cultura mineira. Pelas páginas desta revista, podemos ler a história de Minas, a literatura produzida, os intelectuais de destaque e o trabalho das mãos que escreveram e escrevem o nosso conhecimento secular.

Abrimos esta edição com Yeda Prates Bernis, que, no belo poema “Elegia”, diz que as “palavras se debruçam” sobre o poeta que está morrendo e “sobre ele soluçam”. Podemos fazer uma analogia e inferir que as palavras deste dossiê se debruçam sobre a cultura e a literatura do nosso estado, buscando “o colo da vida”. O conhecimento não morre.

A presente edição foi dividida em cinco seções. Na primeira parte, intitulada “Sobre a Academia”, trazemos textos que podem ser considerados basilares para a Casa: Vivaldi Moreira faz um esboço histórico e uma prestação de contas da Academia; Celina Borges Lemos explica o significado do Palacete Borges da Costa para a história de Belo Horizonte; José Anchieta da Silva fala sobre a Associação dos Amigos da Academia Mineira de Letras (Amigos); e retomamos o discurso de Rogério Faria Tavares nos 110 anos da AML.

A segunda seção – “Sobre os acadêmicos” – apresenta 27 textos, tanto de membros da Academia quanto de convidados externos, sobre a vida, a trajetória, o trabalho e as publicações de acadêmicos ilustres, como Afonso Arinos, Alphonsus de Guimaraens, Alphonsus de Guimaraens Filho, Angelo Machado, Antenor Pimenta, Beatriz Francisca de Assis Brandão, Belmiro Braga, Benito Barreto, Carmen Schneider Guimarães, Elizabeth Rennó, Fábio Lucas, Francisco Lins, Heli Mene-gale, João Etienne Filho, Lacyr Schettino, Luís Giffoni, Manoel Hygino dos Santos, Maria José de Queiroz, Milton Campos, Olavo Romano, Orlando Vaz, Rui Mourão e Vivaldi Moreira.

Dedicamos às homenagens a terceira seção desta revista, com sete textos que prestam tributos a Hilton Rocha, Edison Moreira e Odair de Oliveira.

Na seção de número quatro, buscamos os discursos proferidos por ocasião da realização das Sessões da Saudade, tradicional evento da Academia Mineira de Letras que colabora para manter viva a memória dos seus membros. São três os homenageados nessa seção: Oíliam José, Francelino Pereira dos Santos e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza.

A quinta e última seção apresenta os discursos de recepção e posse, na Academia Mineira de Letras, dos acadêmicos Carlos Bracher, Luís Giffoni, Caio Boschi, Jacyntho Lins Brandão e Wander Melo Miranda.

Ao final, publicamos uma brevíssima biografia de cada um dos autores dos 58 textos que fazem parte desta edição especial da *Revista da Academia Mineira de Letras*.

Esperamos ter correspondido ao desafio proposto pelo presidente, Rogério Faria Tavares. Agradecemos aos que acreditaram neste

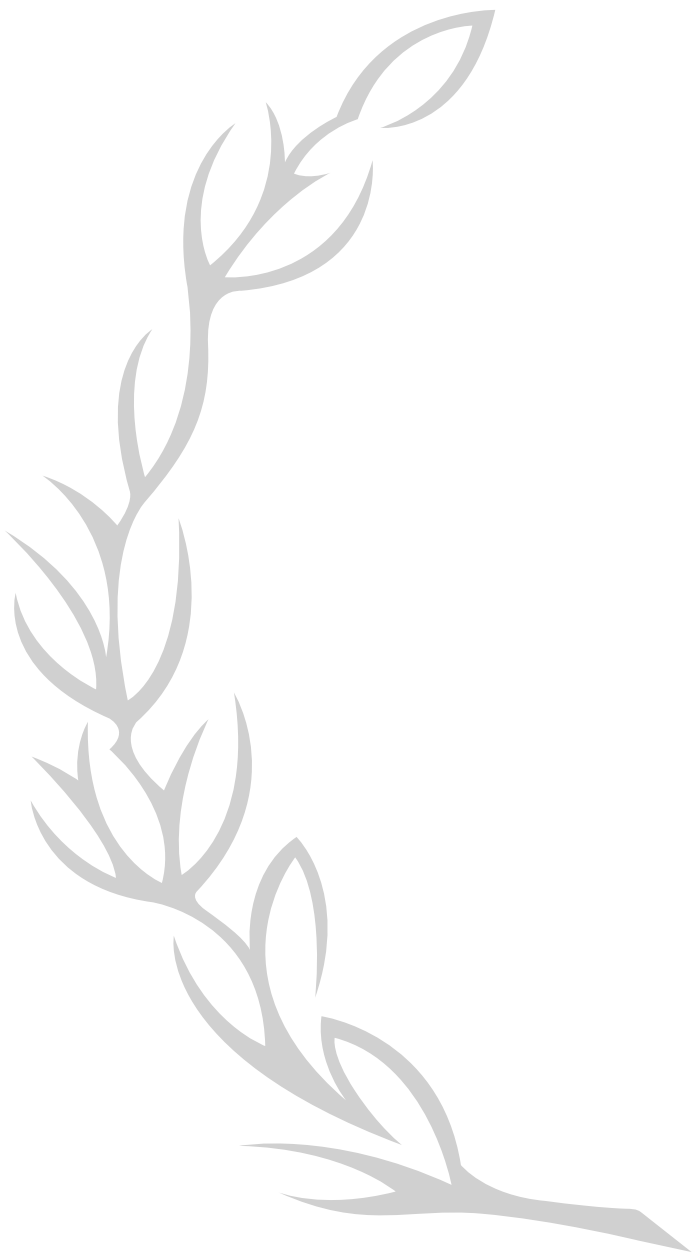
projeto e pedimos perdão pelas lacunas – uma casa tão fecunda não pode mesmo ser contida em algumas poucas páginas. Mas a intenção foi apontar uma fagulha da pujança da produção intelectual da Academia Mineira de Letras, que, ao completar 110 anos, aponta para a sociedade que o conhecimento, a literatura e a cultura são partes fundantes e amalgamadas da formação das Minas Gerais.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Profa. Dra. Nair Prata

Professora do mestrado em Comunicação da
Universidade Federal de Ouro Preto

Diretora científica da Sociedade Brasileira de
Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)



Elegia

Yeda Prates Bernis

Para Henriqueta Lisboa, *in memoriam*

*O poeta está morrendo.
O mundo faz um minuto de silêncio
em sua lida
e as coisas, em volta, se aquietam.
Por um débil momento o poeta quer o colo da vida.
Palavras se debruçam
sobre ele e soluçam.
A solidão da palavra
é filete de chumbo
derretendo o coração.
O poeta sabe que está morrendo,
seu estro está cansado,
não mais fala de amor.
Sua poesia se achega ao lado
da janela e busca a luz.
Uma nuvem se derrama sobre o agora
inexorável – mortalha em ouro e prata.
Fecha-se, de vez, a caixa de Pandora
quando frouxo laço
ligando céu e terra
se desata.*



SEÇÃO 1
SOBRE A ACADEMIA

Esboço histórico da Academia Mineira de Letras

Vivaldi Moreira

Nada acontece por acaso. Há sempre um motivo anterior, um motor oculto acionando os acontecimentos que acabam por ocorrer numa determinada fatia do tempo e daí extraem sua justificativa e encontram seu desenvolvimento.

Quem chegasse a Juiz de Fora, no início do século, veria uma cidade florescente, entusiasta do progresso, repleta de figuras sugestivas em todos os setores produtivos. Na iniciativa privada eram os capitães de indústria, com largo tirocínio nos variados misteres, sustentados pelas atividades agropastoris com a predominância do café e, logo após, a pecuária fornecendo matéria-prima para os laticínios. Paralelamente, a inauguração, a manutenção e o prosseguimento da indústria têxtil, a primeira do Estado.

Não se deve esquecer, por outro lado, que a primeira hidrelétrica do Brasil foi instalada no município para iluminar a bela cidade com suas largas avenidas, seus luxuosos palacetes, notadamente na Avenida Rio Branco, e as sortidas lojas da Rua Halfeld, núcleo urbano em constante expansão, invadindo e influenciando toda a Zona da Mata, às portas da Capital Federal.

Homens ativos, empreendedores, abrindo fábricas de calçados, meias, sabão, manteiga, roupas, bebidas em geral, numa corrida bem ordenada contra a importação de produtos estrangeiros e a implantação do produto nacional bem elaborado, conquistando a confiança do consumidor, tentando a substituição pela qualidade dos manufaturados.

Os educandários, os estabelecimentos de ensino eram de primeira ordem, disciplinados por figuras de alto saber e respeitabilidade, transformando Juiz de Fora na meca da instrução e preparação da juventude para as exigências do século XX. A imprensa, por sua alta qualificação, pelas penas adamantinas que a dirigiam, rivalizava com a do Rio de Janeiro, e homens de reconhecido prestígio nacional emprestavam seu nome, assinando artigos e editoriais nos diários e periódicos da Manchester mineira.

Foi nesse ambiente, nesse clima de prosperidade e esperança nos dias vindouros que um grupo de intelectuais, dos mais conspícuos na cidade, plantou a ideia – e esta floresceu – de fundar uma academia de letras, a fim de sustentar os predicados já em prática nos domínios da pureza da língua e culto das tradições de nossa grei. E tão sábios foram os fundadores que logo arrebatarem o adjetivo abrangente “mineira” – em vez de se particularizarem no menos ambicioso “juiz-forana”, como poderia ter sugerido um espírito menor, sem visão panorâmica –, que coloca nossa Minas Gerais como a anfitriã que estende seus limites por todo o leste do Brasil.

A Academia Brasileira de Letras, fundada há um decênio no Rio de Janeiro, saída, também, do entusiasmo de alguns dos mais evidentes manejadores da pena e entregue logo ao escrupuloso bom gosto e sensibilidade de Machado de Assis, foi a inspiradora do valente grupo de Juiz de Fora. Imediatamente, esse seletto pugilo de escritores recrutou em vários locais de Minas os vexilários das boas letras e das atitudes sem mácula para avalizar uma iniciativa generosa em prol daquilo que Machado de Assis cognominou “a glória que fica, eleva, honra e consola”.

O grupo pioneiro

Aos intelectuais de Juiz de Fora, pioneiros na ideia da fundação da Academia, foi dado o ensejo de convocar os demais componentes do grêmio. Eram eles, em primeiro lugar, Machado Sobrinho, seu maior propugnador – que a comunicou logo aos companheiros, jornalistas e profissionais liberais, todos compromissados, desta ou daquela forma, com os labores da inteligência, a maioria de homens com menos de 50 anos –, além de Albino Esteves, Amanajós de Araújo, Belmiro Braga,

Brant Horta, Dilermando Cruz, Francisco Lins, Heitor Guimarães, José Rangel, Lindolfo Gomes, Luís de Oliveira e Eduardo de Menezes, este com 52 anos. Reunidos à noite de 24, os 12 apóstolos da literatura e cultura mineiras, no dia imediato, 25 de dezembro de 1909, fundaram em Juiz de Fora, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, das 19 às 23 horas, após debates acalorados, a Academia Mineira de Letras. Os 12 elegeram mais 18, para completar o número de 30 cadeiras, escolhendo nomes de escritores, poetas e jornalistas espalhados por todo o Estado. São eles: Estevão de Oliveira, Bento Ernesto Júnior, Mário de Lima, Franklin de Magalhães, Mendes de Oliveira, Aldo Delfino, Diogo de Vasconcellos, Nelson de Senna, Alphonsus de Guimaraens, Joaquim da Costa Senna, Arduíno Bolívar, Carlindo Leilis, Carlos Góes, Mário de Magalhães, José Paixão, Augusto Massena e Mendes Pimentel, que em carta recusou a honra da láurea por não se julgar escritor. E, na sessão de instalação, a 13 de maio de 1910, foram eleitos mais dez nomes, completando, assim, 40, que é o número tradicional das academias, seguindo o modelo clássico da Academia Francesa, adotado, também, pela Academia Brasileira, fundada em 1897. Os nomes foram escrupulosamente recrutados pelos fundadores, tanto na primeira como na segunda fornada, levando-se em conta não só as obras publicadas, mas o exercício efetivo das letras e seu amor manifesto pela literatura, e computando-se, ainda, a envergadura moral de cada ocupante das futuras cadeiras. Os escolhidos foram Álvaro da Silveira, Avelino Fóscolo, Carmo Gama, Dom Joaquim Silvério de Souza, Olympio de Araújo, Pinto de Moura e José Eduardo da Fonseca, além de Gustavo Penna, Aurélio Pires e Carvalho de Britto, que declinaram da escolha. As três últimas figuras eleitas representavam, também, o que de melhor havia na inteligência mineira. O número só foi completado, depois, com a eleição de Gilberto de Alencar, com 22 anos, o benjamim da Academia, Navantino Santos, Paulo Brandão e Plínio Motta.

Assumiu a presidência o mais velho do grupo fundador, Eduardo de Menezes, com 52 anos, médico conceituadíssimo e intelectual dos mais acreditados em Juiz de Fora, havendo proferido sua oração, peça de fino labor, na instalação da entidade, a 13 de maio de 1910, no Teatro Municipal, com a presença do presidente da Câmara Municipal e futuro presidente do Estado, Dr. Antônio Carlos Ribeiro da Andrada, que representava, também, o então presidente, Dr. Nilo Peçanha, e o pre-

sidente do Estado, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes. Afirmou então o presidente Menezes: “Estranho à vossa bravura, mas simples carneiro deste regimento, acompanhando vossos triunfos, orgulho-me de ter sido agasalhado por vós, como alvo apenas da vossa magnanimidade, mero mito simbólico de vossa esperançosa união”. E o orador oficial, o acadêmico Nelson de Senna, forrado de humanismo, sabedor ilustre, proferiu em nome dos confrades o discurso onde se encontram refulgentes joias literárias e estranhas e certeiras previsões para Minas Gerais:

Ao delinear o bosquejo deste painel de nosso progresso, eis que vimos de ferir, na sua agudeza torturante, o problema que nos preocupa o espírito, a saber: o excesso da atividade material entorpecerá as produções da inteligência nessa pátria do futuro, que viemos descortinando? O requinte do conforto, a intensa luta industrial, o progresso econômico, o triunfo definitivo da era mercantil, no Brasil de amanhã, entibiarão as energias do cérebro nacional e farão apoucada a nossa cultura artística e literária?

Essas e outras indagações do intelectual viviam em consonância com as grandes correntes mentais do mundo, enquanto a Primeira Grande Guerra troava na Europa. A verdade é que foi uma noite de gala, de inegável esplendor para a Manchester mineira, que via realizados e confundidos os dois polos da atividade humana: o lado material e o lado espiritual de uma comunidade cheia de civismo e de capacidade empreendedora.

Nesse clima de entusiasmo viveu a Academia até o ano de 1915, quando seus membros acordaram, pacificamente, sem nenhum trauma, que a instituição, em face de seu futuro, devia transferir-se para a capital do Estado, por coincidir o nome com as finalidades sonhadas e postas em execução pelo grupo fundador, de modo que a ablação foi realizada sem dor, todos irmanados no mesmo propósito, qual o de dar maior *status* à Academia, produto de seu sonho e realização de seu anelo. A Capital seria a sede natural da instituição que a generosa Juiz de Fora criara num instante feliz de sua reconhecida capacidade empreendedora.

Esse pensamento, transcorridos 84 anos, foi ratificado pelo presidente Itamar Franco, quando da inauguração do auditório que com-

pletou o palacete-sede, a 30 de maio de 1994: “A capital de um Estado deve ser mais do que a sede do poder político e administrativo. Deve reunir também, em assembleias permanentes, o melhor de sua inteligência e de sua arte”.

A 24 de janeiro de 1915, na sessão de instalação, sob a presidência do acadêmico Álvaro Astolfo da Silveira, no Teatro Municipal de Belo Horizonte, com a presença de altas autoridades, afirmou o presidente:

No curto período de sua existência, encontrou ela, em seu berço, elementos que, com sobra, lhe asseguravam a existência. Considerações incabíveis neste momento determinam, entretanto, sua mudança para esta Capital, onde, por nímia gentileza que todos agradecemos, ficou entregue aos cuidados da diretoria que hoje se empossa.

Já o orador oficial da Casa, o grande tribuno José Eduardo da Fonseca, com sua eloquência famosa, afirmava:

A metrópole sertaneja não podia dispensar a oficina literária: uma completa a outra. Porque, se é certo que a nossa voz ganha aqui uma intensidade, uma vibração, uma ressonância que lhe faltaria ali ou além, é igualmente certo que a Academia paga para logo a dívida que contrai, entrando a ser um agente, um fator, um órgão do progresso coletivo nos domínios da especialidade a que se vota – a realização da obra artística, que é o melhor tesouro e a maior glória dos povos cultos.

De certo modo, repetia o que foi proferido pelo acadêmico Nelson de Senna, no discurso de inauguração, a 13 de maio de 1910, e que se mantém, até hoje, inalterável como diretriz da Academia Mineira de Letras: “Aqui, neste terreno neutro da Academia, lidamos todos sem rancores nem prevenções, mesmo aqueles dentre nós que, muitas vezes colocados em campos opostos na política, tenhamos cruzado com aze-dume o ferro dos combates”.

De 1915 até 1920, Álvaro da Silveira, com seu imenso saber nas ciências da natureza, autor de obras que, se escritas em outra língua, gozariam de fama mundial, foi mantido na presidência da Casa,

sendo sucedido por Mário de Lima, que permaneceu até 1922 e assim sucessivamente por Noraldino Lima, Carlos Góes, João Lúcio Brandão, Navantino Santos, até que, passando por vicissitudes indesejáveis até 1930, Aníbal Mattos assume a presidência e tenta reorganizar a entidade e dar-lhe pouso definitivo. E assim veio a nau acadêmica mineira navegando em mar tempestuoso até 1943, quando assume a presidência o grande humanista Mário Casasanta, que, dispondo de prestígio em diversas áreas, consegue imprimir certa estabilidade e organização, fazendo ressurgir a antiga importância desfrutada pela Academia. A Casasanta sucede Heli Menegale, que através de suas relações amistosas com o prefeito Octacílio Negrão de Lima, consegue enfim sua sede própria no sexto andar do edifício à Rua Carijós, 150. Com sede própria e meios de subsistência razoáveis, acrescidos de subvenções do poder público, pôde até distribuir prêmios literários, pagar jetom de presença aos acadêmicos e editar alguns números da *Revista da Academia Mineira de Letras*, paralisada desde que o governo estadual suspendeu as edições gratuitas na Imprensa Oficial.

Inicia-se, então, um período de relativa folga financeira, ao sabor, porém, da moeda instável do País. Os acadêmicos ativos, que dispunham de largo círculo de relações e preparo intelectual, tais como Mário Casasanta, Mário Matos e Heli Menegale, revezavam-se na direção da Casa, e sua liderança efetiva emprestou fulgor à Academia. Nela ingressei em 1960, sob o patrocínio dos chefes da Casa: Mário Casasanta, Mário Matos e Martins de Oliveira, que, pela dedicação às lides acadêmicas, ascendera à liderança ao lado dos outros dois companheiros. Fui recebido na Casa com discurso de Oscar Mendes, que, por temperamento, jamais aceitou sua indicação para o posto, mas passou a ser voz considerada no capítulo. A Martins de Oliveira sucedi em 1975, sendo primeiro-secretário desde 1961, até ser vice-presidente de 1969 a 1974. Nesse ano, Martins de Oliveira desejou afastar-se, e os companheiros me elevaram à presidência, com Paulo Pinheiro Chagas na vice. Em meu discurso de posse, afirmei:

Não me conformarei com esta honraria enquanto não der a esta Casa uma sede ao rés do chão. É que a Academia, com sede condigna, situava-se num sexto andar de uma rua movimentada, sem estacionamento para automóveis desde

aquela época. E aí iniciou-se minha luta, que só terminou em 1987. Por doze anos, não foi outra minha preocupação e meu objetivo principal, minha quase obsessão, até que, por vontade divina, tivemos a graça de ver concretizado meu sonho na doação, em comodato, do Palacete Borges da Costa com um lote ao lado para ser, futuramente, edificado o auditório, imprescindível ao bom desempenho das atividades acadêmicas e justificado pelo alto prestígio já conquistado pela Casa de Alphonsus de Guimaraens.

Para restauração e aquisição de alfaías necessárias ao bom uso da bela mansão, obtive do presidente José Sarney, por intermédio do seu ministro de Planejamento, Aníbal Teixeira, a importância de Cz\$ 10 milhões e com essa verba pudemos inaugurar as novas instalações em novembro de 1988, com missa solene celebrada pelos acadêmicos D. João Resende Costa e D. Oscar de Oliveira e grande recepção à sociedade da Capital. Da importância concedida pelo presidente Sarney, restaram, ainda, Cz\$ 4,5 milhões, que foram empregados na construção do auditório.

Em 1988, transferei, por doação à Academia, minha biblioteca particular, formada desde 1931, com acervo de mais ou menos 20 mil volumes. Em seguida, meus pares, movidos pelo reconhecimento à minha integral devoção à Academia, modificaram o estatuto da entidade e me concederam a láurea de presidente perpétuo. Hilton Rocha, ilustre figura de Minas, nosso confrade saudoso, foi intérprete dos companheiros, entregando-me uma placa de prata alusiva à data da votação, deixando de me conceder seu sufrágio somente três membros da Casa.

Em 1993, instituímos um curso permanente para difusão não só dos valores literários, mas de todos os ramos do conhecimento, a que demos o nome de Universidade Livre, que vem oferecendo, semanalmente, palestras ministradas por figuras de reconhecido prestígio em suas especialidades e que vem obtendo sucesso.

Foi assim que retomamos a construção do auditório em primeiro de outubro de 1993, com recursos fornecidos pela Fundação Banco do Brasil, por determinação direta do presidente da República, Itamar Franco, atendendo solicitação nossa de 1992, após a paralisação das obras até àquela data. Os recursos para erguermos as fundações até o

concreto e a alvenaria foram fornecidos por leis encaminhadas ao Legislativo mineiro pelo governador Newton Cardoso, que também transformou o comodato primitivo, por 20 anos, em doação dos imóveis da Rua da Bahia.

Considerações gerais

Compondo seu brasão, tem por divisa a Academia Mineira de Letras um dístico em latim, *scribendi nullus finis*, que significa “o escrever nunca tem fim”, isto é, escreve-se ininterruptamente; cada geração tem sua mensagem a transmitir através da escrita.

Eis a tarefa primordial das academias e que a Mineira tem por escopo seguir pontualmente, à risca. Estão os acadêmicos preocupados com o ato de escrever, cada qual em seu setor, a fim de dar o testemunho de uma vida, de uma vocação, de uma carreira. O restante, para a Academia, não tem o menor interesse ou só o tem na medida em que serve à missão de escrever, de deixar o rastro de uma existência no papel, para reconhecimento, reflexão, recreio, informação e/ou deleite dos pósteros.

Essa a alta política da Academia Mineira de Letras, em tudo semelhante às academias tradicionais do mundo, cenáculos do saber, templos da inteligência, santuários da cultura e relicários da beleza. Tudo que enobrece o ser e procura eternizar o pensamento em sua condição de elo entre os homens e bússola para sua atuação é cultuado e engrandecido na Academia Mineira de Letras. Daí advém seu prestígio na comunidade, pois a Academia é instituição acima das paixões, dos atropelos, dos ódios, das cóleras, das preferências. Ela visa ao eterno e por isso se diz que seus membros são imortais. Imortais no sentido de que a transitoriedade dos julgamentos é matéria falível. O registro sereno dos fatos, a alta reflexão, isenta de impureza, e o sentimento estético decantado são os fins para onde se orienta a atividade acadêmica. Por isso a Academia é tão infensa às modas, símbolo da transitoriedade e das emoções momentâneas, como equidistante de grupos, sejam esses de natureza literária ou política.

Quarenta acadêmicos compõem o sodalício, quando não há cadeira vaga. O último falecido abre a vaga e o *quorum* ou colégio eleito-

ral se compõe de 39 votantes. E assim sucessivamente. Só o acadêmico empossado tem direito a voto. Os candidatos à vaga apresentam seu *curriculum vitae* e as obras publicadas, iniciando assim o processo eleitoral. Na disputa, o candidato que obtiver 21 votos será o eleito e comporá o novo *quorum*. Pela ordem numérica das cadeiras, os membros atuais da Academia Mineira são os seguintes: 1. Vaga; 2. Osvaldo Soares da Cunha; 3. Oscar Dias Corrêa; 4. Alphonsus de Guimaraens Filho; 5. Miguel Gonçalves de Souza; 6. Alaíde Lisboa de Oliveira; 7. Wilson de Lima Bastos; 8. Milton Reis; 9. Márcio Manuel Garcia Vilela; 10. João Etienne Arreguy Filho; 11. D. João Resende Costa; 12. Olavo Drummond; 13. Vaga; 14. João Vale Maurício; 15. Bonifácio José Tamm de Andrada; 16. José Afrânio Moreira Duarte; 17. Abgar Renault; 18. José Henrique Santos; 19. Padre José Carlos Brandi Aleixo; 20. Ariosvaldo de Campos Pires; 21. Caio Mário da Silva Pereira; 22. Fábio Lucas; 23. Raul Machado Horta; 24. Eduardo Almeida Reis; 25. Aureliano Chaves; 26. Lacyr Schettino; 27. D. Oscar de Oliveira; 28. José Bento Teixeira de Sales; 29. Murilo Badaró; 30. Oíliam José; 31. Luís Carlos de Partilho; 32. Almir de Oliveira; 33. Nansen Araújo; 34. Gerson de Britto Mello Boson; 35. Orlando M. Carvalho; 36. Wilton Cardoso de Souza; 37. Edgar Vasconcelos Barros; 38. Vivaldi Moreira; 39. Edgar de Godói da Mata Machado; 40. Maria José de Queiroz.

Quando o governador Hélio Garcia, em 1987, decidiu adquirir o solar da família Borges da Costa para doar o prédio à Academia Mineira de Letras, senti que metade de meu plano estava em vias de concretizar-se. Só metade, porque a doação incluía também o lote, ao lado, na Rua da Bahia, 1.470. Ali, devíamos construir o auditório, pois o palacete, no número 1.466, seria a sede, um relicário, autêntico museu, onde se instalariam as bibliotecas, a presidência, a secretaria e uma espécie de residência, da época do *art nouveau*, para hospedar personalidades ilustres, convidados da Academia e ser local de chá dos acadêmicos.

O projeto do arquiteto Gustavo Penna veio logo para a mesa das reuniões da Casa, com a metade representando a antevisão do que seria o conjunto dos dois edifícios, num diálogo expressivo do antigo com o moderno. A solução concebida pelo inspirado artista da prancheta logo despertou a admiração dos membros da Academia e de todos que

ali tiveram a oportunidade de contemplá-la. Gustavo Penna, havia mais de dez anos, repetia-me sempre: “Vou traçar, com o maior prazer, as linhas do monumento que será o prédio da Academia Mineira de Letras”. Acontece, porém, que a sede já estava pronta, e é o clássico da vila romana, saído das mãos do saudoso arquiteto Luiz Signorelli para a casa do Prof. Borges da Costa. Para completá-la, oferecendo-lhe as dimensões de um autêntico centro cultural, espaço necessário à Academia para as grandes recepções e eventos ligados à literatura e à arte, Gustavo Penna buscou interpretar, com sua fina sensibilidade, um modelo nítido das aspirações e finalidades da nossa entidade. A Academia é a continuidade, a preservação, a absorção do antigo no moderno, na dinâmica do tempo. Descendente de acadêmicos que é, dos dois lados, paterno e materno, pois o desembargador Gustavo Penna, escritor de raros dotes, convidado a fundar a Academia, em 1909, declinou, por modéstia, e José Oswaldo de Araújo, admirável poeta, antigo presidente da Casa, corre-lhe nas veias a linfa da poesia inata. Foi guiado por essa prenda natural que Gustavo Penna sintetizou primorosamente as linhas de um edifício destinado a acolher os intelectuais mineiros, para a amena convivência entre gerações que se sucedem naquela Casa, matriz da inteligência, do bom gosto, da tradição e da renovação em nosso estado.

São estas as principais informações acerca da Casa de Alphonsus de Guimaraens ou Academia Mineira de Letras.

Prestação de contas

Vivaldi Moreira

Vivaldi Moreira, ao se transferir de Carangola, em 1933, para o Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade Nacional de Direito (no Catete), iniciou a escritura de um diário. O estudante registrava o cotidiano de sua vida e as notícias da família distante, as dificuldades de subsistência e as alegrias de suas leituras. Sempre o fazia com sua letra miúda e firme, a caneta tinteiro, às vezes com lápis preto, em cadernos escolares. Regressando a Minas com o diploma de advogado, deu prosseguimento àquela rotina intelectual, com o prazer dos escritores confessionais. Sua atividade pública, como jornalista e magistrado de contas, e as conversas de bastidores que entreteve com escritores nacionais e estrangeiros e com figuras da cena política mineira, brasileira e de Portugal estão derramadas nas páginas dos cadernos. É claro que a Academia Mineira de Letras figura nelas desde 1959, quando foi eleito para a Cadeira 38, ou até bem antes dessa data. O diário foi, sempre, a base de todos os livros que publicou, com exceção do inaugural, *Sociologia da crise*, estudo sobre o pensamento de Ortega y Gasset. Quando partiu, aos 26 de janeiro de 2001, deixou quase uma centena de cadernos. Parte deles está sob a guarda de sua filha Ana Cristina; os demais estiveram, até maio deste ano, sob a guarda da outra filha, Maria do Céu, e, com a morte dela, passaram para as mãos do neto Vivaldi Moreira Salomon. Ao neto o avô recomendou que só fossem liberados para consulta 20 anos após sua morte. Os filhos respeitam a vontade do pai. Nunca os li, exceto dois textos, pela razão simples de não figurarem nos cadernos. O primeiro é uma página de lembranças que Vivaldi

escreveu em seu computador pessoal, talvez para figurar numa projetada continuação de *O menino da Mata e seu cão Piloto*. Fiz dele uso para compor um caso singular em sua carreira de jornalista (um motivo vital para deixar o Rio e voltar para a sua Minas). Esse texto figura no livro *Centenário de Vivaldi Moreira – Fortuna biográfica*, lançado por ocasião de seu centenário em 2012. O outro texto é este que a *Revista da Academia Mineira de Letras* publica abaixo. Encontrei-o numa agenda, dessas que costumam ser presenteadas no Natal. É fácil saber o motivo de o ter escrito na agenda e não nos cadernos. Fazia parte da rotina de Vivaldi debruçar-se sobre o diário em seu birô na biblioteca de casa. Mas como, estando no Solar Borges da Costa, lhe veio o impulso de escrever, motivado pela emoção própria dos verdadeiros escritores, lançou mão do que estava à vista. Não há mais qualquer registro na agenda. Eis o texto, que Marília Moura Guilherme, conhecedora da caligrafia do presidente perpétuo, me fez o obséquio de digitar agora em agosto de 2019 (PEDRO ROGÉRIO MOREIRA).

Com toda a sinceridade, não gosto de escrever. Jamais gostei. Minha fúria visual é pela leitura. Sempre escrevi movido pela necessidade de deixar um documento. As palavras faladas voam. As escritas permanecem. Já hoje, pelos novos aparelhos eletrônicos, podemos fixar as palavras. Mas a tradição persiste no documento escrito. É o que exerço agora, para tentar justificar minha permanência na direção desta Casa por 20 anos, e é o que falarei logo mais para os meus confrades. Claro que os confrades são generosos na confiança depositada no incansável operário que só tem procurado servir às letras mineiras com dedicação e desvelo. Não obstante a divergência contínua no desempenho dessa tarefa, encontro sempre tropeços, isto é, críticas à minha atuação, produzidas por criaturas desavisadas, que não participam do âmago de minhas execuções e põem até em suspeição a lisura e o devotamento com que exerço as atribuições de presidente. Não é uma queixa. É uma verificação que faço e não em conta, porque faz parte da natureza humana, e um homem que já ultrapassou a craveira dos oitenta é obrigado a aceitar, compreender e perdoar, contanto que a consciência esteja tranquila. Nada há que não seja discutível, ensinou-me Voltaire desde o *Candide* e o *Zadig* lidos aos 19 anos. Quando os

homens procuram mutuamente destruir-se, seria aconselhável, vez por outra, que se lembrassem da incômoda postura que traduzo na frase seguinte: Que faria eu se estivesse no lugar da criatura que é hoje alvo de minha crítica? E se vale a pena o sacrifício da felicidade que se perde ao enfrentar tais fadigas? Fadiga não sinto no cumprimento do dever e na execução de trabalho que se afeiçoa ao meu espírito e que executo com prazer. Se assim não fosse, já teria recolhido as armas e me livrado dos aborrecimentos quase diários, mais do que satisfação, na presidência da Academia. Não quis a categoria *perpétuo* que me foi imposta por dois amigos queridos e saudosos, Hilton Rocha e José Augusto Ferreira Filho, um da nossa companhia e o outro ligado pelo coração, que instigava o primeiro a correr o pleito movido pela observação de meu zelo e intenso trabalho no sentido de aumentar o prestígio e o patrimônio desta Casa. Dizer que o preito me desagradou seria hipocrisia. Aceitei-o, após relutância, como posso provar com documentos encontrados em nossos anais. Uma vez aceito, redobrei de cuidados, pois nos vimos de posse de um patrimônio invejável, situado num dos pontos mais nobres da Capital. Não preciso lembrar o esforço desenvolvido para aumentá-lo com a construção do auditório e a restauração, já por duas vezes, do palacete-sede. O que fiz, logo, foi efetuar a doação de minha biblioteca, formada com amor e sacrifícios até da família, ao longo de quase 60 anos. Meus filhos foram generosos ao me apoiarem nesse gesto, afirmando que, com ele, eu preencheria mais um item de minha vida dedicada às letras. Todos eles amam também os livros e cada qual possui já sua livraria; uma biblioteca é a fotografia de seu possuidor. Só desejavam que eu retirasse alguns volumes para lembrança pessoal do pai. Não fiquei aí somente. Muitos objetos de meu lar vieram integrar os bens móveis desta Casa. Não são trastes inúteis, restolhos ou rebotalhos que se despejam fora para desocupar lugar. Aqui estou cotidianamente para atender a todos que me procuram e sempre ocupado na zeladoria da mansão, de suas alfaias e do auditório. Acerca da construção deste, publiquei meu opúsculo, que é uma prestação de contas do serviço no qual perdi energias numa quadra da vida em que é impossível recuperá-las. Ainda agora, sem recorrer a qualquer benemerência, gastamos mais de 13 mil reais com a restauração do palacete e ainda teremos de despender cerca de 5 mil com o restante dos edifícios, pois o auditório, apesar de sua juventude, está exigindo reparos inadiáveis

em face dos defeitos apresentados após a construção. O andar com o conjunto de salas que possuímos na Rua Carijós, antiga sede até 1987, não chega a produzir 2 mil reais da receita, descontados os emolumentos pagos à administradora. Com os aluguéis esporádicos do auditório para festas particulares, talvez não atinja a soma de 4 mil reais. Nossa despesa atual com funcionários e obrigações sociais atinge a soma de 1.200 reais. Limpeza, telefone, energia, água e alimentação chegam a 2 mil reais. Há também imprevistos que podem atingir mais de 500 reais. Economizando ao máximo, pudemos amealhar o que foi gasto na recente restauração do palacete e ainda temos em caixa cifra equivalente a 6 mil reais mais ou menos em conta-corrente e poupança. Um amigo da Academia, José Alencar Gomes da Silva, pôs à nossa disposição um contador a quem está entregue a contabilidade da Academia. Os documentos, já em parte com o contador, se encontram alguns ainda na Academia. São notas de despesas, faturas, recibos, extratos bancários e notas de receitas. De fato, a Academia não está ainda em condições de remunerar um profissional para cuidar de sua escrituração. Se se desse ao luxo de remunerar um profissional, desfalaria sua receita em, no mínimo, mais 600 reais. Temos necessidade, prioridade gritante, de informatização das bibliotecas, com perto de 50 mil volumes. É uma lástima não contarmos ainda com esse serviço. A Biblioteca Nelson de Senna, o Acervo Eduardo Frieiro, os livros do professor Borges da Costa, os de Milton Campos, os de Edison Moreira, os de Guimarães Alves, a Bibliografia Acadêmica e a Biblioteca Vivaldi Moreira representam um tesouro bibliográfico invejável, mas, para ser sincero, quase soterrado pela dificuldade de manuseio. O mais que posso fazer é conservá-los em bom estado, limpando-os, dedetizando-os, à espera de um mecenas que nos queira ajudar a trazer à superfície da utilização essa riqueza soterrada. Quero, pois, encarecer junto aos companheiros a urgência de angariar meios de informatizá-la. Sei que é soma considerável. Daí meu desalento quando leio nos jornais a série interminável de escândalos da esbórnica com o dinheiro público, os enriquecimentos súbitos e a impunidade dos cidadãos; se não fosse a tolice da repetição, lembraria a célebre apóstrofe de Ruy Barbosa, para termos compaixão do grande mestre se ele vivesse a nossa realidade.

Convoquei hoje uma sessão para termos a felicidade de um encontro mais amplo, pois sei que muitos companheiros, aqui residen-

tes, não podem comparecer aos nossos encontros, não se falando nos 15 pares que residem fora da sede. Precisamos alertar os que foram eleitos e não se dignaram ainda de tomar posse, em número de sete. A maioria reside na Capital e não se justifica mais a procrastinação. A imortalidade só se realiza após o cumprimento total do estatuto da Academia. Qual é o caminho a tomar? Alguns foram eleitos há mais de quatro anos. Peço conselho e ajuda dos companheiros. O ato de posse é um dos grandes momentos desta Casa. Precisamos vivê-los para dar esplendor à Academia. Nosso estatuto prescreve seis meses. Poucos o cumprem. Se é desdém, não sei dizer. Mas há também a solução no mesmo estatuto...

A fim de preencher seu papel na comunidade, a Academia criou a Universidade Livre, há mais de oito anos, ainda na sede da Rua Carijós. Revigoramos a iniciativa desde que inauguramos a sede no palacete; tal iniciativa tomou impulso novo com o auditório recém-inaugurado. Solicitei a cooperação de Dario de Faria Tavares, que foi inexcusável no desempenho da missão que lhe foi confiada, e todos, à unanimidade, lhe atribuímos a designação de reitor, em face de seu brilhantismo e dedicação na constância e devoção ao trabalho. Ele sugeria os nomes que deviam ocupar a tribuna cada quinta-feira e, após a palestra, contribuía para o esclarecimento de cada tópico abordado, sempre com extrema lucidez, por mais áspero que fosse o tema, projetando luz nova sobre o assunto abordado. Por sua inesgotável curiosidade, sua formação científica, sua ampla e selecionada cultura, produzia, às vezes, verdadeira aula paralela à proferida pelo palestrante, sem desmerecê-la, mas enaltecendo e agradecendo a contribuição que nos fora ofertada. Ao encerrarmos o ano letivo de 1995, ele se incumbiu da aula final, autêntico *canto do cisne*, quando se houve de modo admirável ao expor o tema crespo da chamada *globalização* do mundo imposto pelas condições ambientais e pressão dos países metropolitanos. Matéria de extrema complexidade que ele examinou em menos de 60 minutos com todas as suas implicações, chegando a uma conclusão que satisfaz a todos pela sabedoria de suas palavras. Nessa sessão, entregamos o diploma de frequência a mais de 40 assistentes às 35 aulas proferidas durante o ano em curso. Fica, aqui, registrada a minha profunda mágoa pelo inesperado falecimento de Dario Tavares, quando seu belo espírito se encontrava no apogeu, na plenitude da compreensão da vida em suas

manifestações mais recônditas. E meu agradecimento impercível pelas luzes que teve ainda ensejo de iluminar muitas mentes que na Academia vieram em busca de novas formas de compreensão, da elucidação de problemas, de perquirição ansiosa da inquietação espiritual em face do mundo. A esses, Dario Tavares pôde alimentar com o pão de seu saber, já agora transformado em sabedoria. Ele, instado por alguns de nossos confrades a se candidatar a uma cadeira, desculpava-se em dizer que estava contente em ocupar a Cadeira 41 de nossa Academia. Sem ser estatutariamente um dos nossos, prestou, sempre, relevantes serviços a esta Casa, como doador, e, ultimamente, como autêntico luminar, e daqui saiu seu corpo, como tributo a seu talento vigoroso e exemplar cooperador dos serviços que prestamos à comunidade mineira. Vai ser difícil encontrarmos para preencher seu voluntariado excelente uma figura que reúna disponibilidade, talento e cultura na medida de Dario Tavares. Esse conjunto feliz dos três elementos é nosso calcanhar de Aquiles para escolher quem lhe sucederá na reitoria de nossa Universidade Livre, que considero, conforme disse no discurso de inauguração perante as autoridades patrocinadoras, iniciativa inédita e proveitosa, como um braço atuante de nossa Academia. É também um quesito para o qual espero conselho dos companheiros.

Em resumidas linhas é o que tenho a registrar neste diário, quando me sinto sufocado pelo labor incansável, inoportuno, insupportável, inócuo, supérfluo e inútil de tanto papel impresso que se vê diariamente, repetindo o que os mais antigos já nos legaram e que temos a obrigação de ler. Acontece que, neste diário, registro nossos passos, e estes, sim, devem ser conhecidos e documentados para os dias vindouros.

Academia, 14 de dezembro de 1995.

Nos 110 anos da Academia Mineira de Letras¹

Rogério Faria Tavares

Cabe a mim, nesta hora, agradecer as saudações aos 110 anos da Academia Mineira de Letras, há pouco pronunciadas por José Anchieta da Silva, presidente da Associação de Amigos da Academia Mineira de Letras, e por Marco Lucchesi, presidente da Academia Brasileira de Letras.

A todos eles, o meu muito-obrigado, em nome dos integrantes desta Casa – mais que centenária e ainda no pleno vigor de suas forças.

Incansável – quando o tema é a cultura.

Afinal, promover a cultura é desafio interminável, que convoca o melhor da inteligência humana, o engajamento do corpo e da alma e a sincera adesão do sentimento. Se não houver o brilho nos olhos, não adianta. É ele que expressa o alinhamento entre a palavra e a ação. E promover a cultura é agir. É interferir na realidade. É provocar a mudança. É tornar o mundo mais belo e mais instigante. É propor às pessoas uma mirada nova e surpreendente sobre a realidade.

Nascida há 11 décadas, em Juiz de Fora, das mãos de 12 amigos apaixonados pela literatura e pela língua portuguesa, a Academia Mineira de Letras logo ganhou mais 18 e, finalmente, seus últimos dez integrantes, formando o grupo dos 40 titulares, como é da tradição. Vindo para Belo Horizonte em 1915, conquistou sua sede própria na década de 40, na gestão do presidente Heli Menegale. Em 1987, como

¹ Discurso proferido no dia 11 de novembro de 2019, durante sessão comemorativa dos 110 anos da Academia Mineira de Letras.

resultado da heroica luta empreendida pelo gigante Vivaldi Moreira, mudou-se para o imponente Palacete Borges da Costa – para o qual já se providencia a condição de casa-museu –, onde está até hoje. Em 1994, ficou pronto o anexo ao palacete, onde nos encontramos agora. Projeto do arquiteto Gustavo Penna, é nele que tem lugar a maior parte da extensa e intensa agenda de eventos da instituição, gratuita e aberta ao público.

É o que a cidadania pede, hoje, de entidades como a nossa. Sua existência só se justifica se fizer sentido para a comunidade em que está inserida. Se dialogar com a sua época e, sobretudo, se procurar escutar e entender as suas aflições. No mundo que queremos construir, não há mais espaço para o monólogo, a conversa com o próprio umbigo, o autocentramento, a autorreferência. Ou para o elitismo. O que se busca é o gesto em direção ao outro, é o encontro com ele. É a atitude de empatia e de compaixão, em tudo oposta à intolerância, à bravata, ao ódio.

A Academia Mineira de Letras é a casa da meditação, do equilíbrio, da ponderação, da interlocução madura e produtiva entre os opostos. É a casa da palavra, e não do litígio. É a casa da gentileza e da delicadeza. Da cortesia.

Evoco a grandeza dos que vieram antes de nós e que aos pósteros legaram a sabedoria do comedimento e da cautela, mas, ao mesmo tempo, da firmeza e da coragem. Coragem para deixar para trás o que perdeu a razão de ser. Coragem para seguir adiante. E arriscar. Coragem para aventurar-se pelo desconhecido.

Pois o que se quer é a postura da curiosidade permanente. Tudo muda, o tempo todo. É preciso aguçar a visão para captar as imagens da vida, em constante movimento. Acreditar na fotografia tirada há uma década ou há um ano é iludir-se em relação ao que nos cerca. É preciso aguçar todos os sentidos. O dia de amanhã é o que vai nos espantar ou nos fascinar. O planeta é um enigma a ser constantemente decifrado. As perguntas importam mais que as respostas. Saber aprender é mais valioso que saber ensinar. A reflexão e a crítica são instrumentos de sobrevivência.

Por tudo isso, no mundo que queremos construir, não há espaço para o estereótipo, o preconceito e a discriminação. Nem para os donos

da verdade, os truculentos, os toscos, os que querem ganhar no grito ou na intimidação.

Com a atenção mobilizada pelo que se passa em seu entorno, esta Casa está presente em 2019, assim como esteve em 1909 e como estará presente, mais do que nunca, em 2099. Estendendo o fio que percorre as diferentes eras, tecendo o manto que aquece as sucessivas gerações, ela é testemunha da história, ativadora da memória e das boas tradições mineiras.

Síntese do País, como dizem muitos, Minas Gerais consolidou-se, ao longo dos séculos, como celeiro de talentos invulgares, em todos os campos da atividade humana. De suas montanhas, de suas matas, dos sertões e do cerrado, chegaram as mulheres e os homens que afinal integraram, com brilho, a Casa de Alphonsus de Guimaraens e de Henriqueta Lisboa. Imortalizados pelo seu entusiasmo pelas letras, eles permanecem vivos no nosso afeto e por meio do que escreveram, tesouro que hoje habita o nosso acervo.

Zelosa guardiã dessa joia, a Academia Mineira de Letras abriga cerca de 35 mil itens, divididos em dez coleções fundamentais de livros, documentos, manuscritos e outras obras raras, neste momento em processo de inventário e catalogação. Em breve, elas serão *inteiramente* abertas à consulta pública, como se espera de uma organização comprometida com o interesse social. Local de pesquisa, a Academia vem se firmando, cada vez mais, como espaço apropriado não só para a produção, mas também para a difusão e a partilha do conhecimento, já que, ao seu repertório em papel e à sua revista, fundada em 1922, é possível acrescentar, agora, o que se grava em áudio e em vídeo e é posto na internet para vasta fruição. Em nosso canal no YouTube já estão disponíveis mais de 200 das conferências pronunciadas neste auditório, bem como o registro dos seminários e ciclos de debates aqui realizados, sem censura ou restrição de qualquer natureza, como ordena a Constituição.

A Academia igualmente está no Facebook, no Instagram e com página própria na rede mundial de computadores, recebendo diariamente centenas de visitas de internautas residentes nos quatro cantos do globo. A comunicação de suas atividades ainda se dá por meio da

imprensa, instância fundamental para a convivência democrática, que quero, aqui, homenagear. Sou grato às rádios, às tevês, aos jornais e às revistas, que frequentemente abrem o seu espaço para informar sobre os eventos e os programas da Academia. Como jornalista, sei o quanto o trabalho de meus colegas é decisivo para que se delineie uma sociedade cada vez mais consciente de si, de seus conflitos, de seus impasses e de suas possibilidades.

Surgidas na Antiguidade Clássica, revigoradas durante o Renascimento, o Iluminismo e a República, as academias de letras estarão sempre na defesa da mais ampla e total liberdade de pensamento e de expressão, bem como da liberdade de cátedra e da educação de qualidade, voltada para a emancipação humana, sem a qual os sonhos se limitam a ilusões, jamais ingressando na vida real.

Não há instituição cultural autêntica que não preze a educação e, sobretudo, os professores. Filho e sobrinho de mulheres e de homens que dedicaram sua existência à sala de aula, sei o quanto a experiência da educação humanista pode libertar o indivíduo, alargando os seus horizontes, conferindo a ele o protagonismo de seu destino, retirando-o da condição de objeto, afirmando-o como sujeito de sua própria vida, livrando-o da indigência mental e material, num país que até hoje insiste em assustar os seus filhos com o monstro da extrema desigualdade. Impiedosa, a feroz disparidade econômica que separa uns brasileiros de outros prejudica a ideia de fraternidade sobre a qual deveria se erguer uma pátria realmente justa, digna de ser chamada “mãe gentil”.

É nesse ambiente de agudos contrastes que se levantam palavras como “solidariedade”, “acesso” e “inclusão”, termos que se devem empregar também ao universo das políticas para o livro e a leitura. Veículo de transmissão do conhecimento, ponte entre as pessoas, arma pacífica contra a ignorância, o livro deveria incluir-se na cesta básica do trabalhador, como o arroz e o feijão. Ou custar menos. E fazer parte tanto do cenário doméstico quanto da paisagem urbana. Como uma criança toma gosto pela leitura se não convive com o livro em sua casa? Como um cidadão se convence do valor da leitura se o livro não habita a cidade e ainda aparece pouco nas praças, nos parques e nos meios de transporte? E se as livrarias, sobretudo as de rua, estão cada vez mais raras, pela dificuldade em sobreviver? Valentes, os livreiros que conheço

amam o que fazem e resistem, apesar de tudo. Assim como os editores, arquitetos de um negócio arriscado, que merece ser incentivado, posto que estratégico para o desenvolvimento nacional. Núcleos essenciais ao florescimento comunitário, as bibliotecas e os profissionais que nelas atuam também merecem uma palavra de louvor, já que prestam contribuição inestimável ao crescimento intelectual de nossa gente.

Se bibliotecários, editores e livreiros são atores indispensáveis à circulação do livro na sociedade, seus autores cultivam, entre outras, as pródigas terras da literatura. Ao longo de sua trajetória, a Academia Mineira de Letras acolheu quase duas centenas deles, em convivência suave, amena, elegante. Em 110 anos, esta Casa abrigou quadro eclético e abrangente, capaz de irmanar prosadores e poetas, professores, estadistas, juristas, cientistas e filósofos, independentemente de suas origens, crenças espirituais ou ideológicas, importando mais o valor de sua obra, a repercussão dela no meio social e o chamado *espírito acadêmico*, a alegria genuína em relacionar-se com o outro, a habilidade de discordar sem ofender, a vontade de descobrir universos distintos, a disposição para o novo.

É a vitória do *espírito acadêmico*, em seu mais refinado estilo, que tem permitido a esta Casa receber, hospitaleira, variada gama de pensadores, dedicados a assuntos tão diversos quanto a chamada literatura afrodescendente ou afro-brasileira, a literatura indígena, a literatura infantil e juvenil, as relações entre a literatura e o direito, a psicanálise, a dança, o teatro, o cinema, as artes visuais. Sem esquecer os que estudam os cantos vigorosos emitidos pelas ruas dos centros e das periferias, expressando-o pelo samba, o *rap* ou o *hip-hop*, nos saraus e nos duelos – os ditos *slams* –, que vicejam por todo lado. O que é mais sedutor que a diversidade?

É o que se deve afirmar numa nação como a nossa, fenômeno único e original na história da civilização, amálgama impressionante de etnias e religiões, mistura de cores, cheiros e sabores. O Brasil é um milagre da raça humana e como tal deve ser querido, em sua grandeza e em seus mistérios.

Fascinada exatamente por essa grandeza e por esses mistérios – e também pelo enigma chamado Minas Gerais – a Academia Mineira

de Letras seguirá em frente, fiel à sua missão de promover a literatura, a riqueza e o dinamismo da língua portuguesa, leal aos seus fundadores, anfitriã amiga de todas as gerações que por ela passaram, comprometida com as que ainda chegarão.

Que venham as próximas 11 décadas.

Muito obrigado!

A presença do Palacete Borges da Costa e o seu significado na história de Belo Horizonte

Celina Borges Lemos

Para a Sra. Beatriz Borges Martins, *in memoriam*

1 - Belo Horizonte, nova capital de Minas Gerais

A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, fundada em 12 de dezembro de 1897, destinava-se a exercer um papel efetivo na conjuntura política e econômica da época. Seu projeto, de autoria da Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo engenheiro e urbanista Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936), simbolizou a inovação e a modernização. Segundo Barreto (1936, p. 14), “a opinião geral de Minas mostrava-se favorável dada a velha tradição de beleza e a perfeita salubridade do local, colocado no centro do Estado, o que facilitaria a irradiação do progresso pelas diversas zonas”.

Coadunado com os valores e as posturas políticas da Primeira República Brasileira (1889-1930), Aarão Reis defendia ser o projeto de uma cidade a constituição de um meio eficaz para se atingir um arquétipo do esquema urbano do devir. Para o urbanista paraense, o projeto reuniria a eficiência técnica na sua concepção, mas deveria assegurar simultaneamente a possibilidade de transformação social, política e econômica do Estado. No contexto de uma “modernização conservadora”, essas inovações incluiriam a adoção de novas técnicas para modernizar a própria burocracia estatal (BARRETO, 1936).

Inicialmente denominada Cidade de Minas, nome que se manteve até 1901, a Capital teve o seu traçado referenciado, entre outros fatores, no pensamento urbanístico do Plano de Washington (EUA), idealizado pelo urbanista francês Pierre Charles L'Enfant (1754-1825), e na Renovação de Paris (França), realizada pelo advogado e administrador Georges-Eugène Haussmann (1809-1891). No plano urbano da capital americana Washington, o urbanista L'Enfant adotou princípios neoclássicos referenciados nos conceitos de perspectiva do Barroco, com dupla rede de malhas ortogonais e radiais. Através dessa concepção, a cidade adquiriria uma natureza nova, que evocasse as grandes aberturas e vistas de Versalhes, relativizadas no sentido de representar a igualdade democrática da nova república. Na formação definitiva do plano, em 1792, para Sennett (1997, p. 222), “os engenheiros propunham uma cidade com diversas ramificações e centros ligados por um sistema complexo de ruas radiais, que cortavam as divisões retangulares”.

Não muito distante da proposta de Washington, analisa Benévolo (1976, p. 92):

O ideal urbanístico de Haussmann eram as visões em perspectiva através de longas séries de ruas. Isso corresponde à tendência que sempre de novo se pode observar no século XIX no sentido de enobrecer necessidades técnicas, fazendo delas objetivos artísticos. A urbanística de Paris, de acordo com Benjamin (1985, p. 41), “sobrepõe ao corpo da antiga cidade uma nova malha de ruas largas e retilíneas que conformam um sistema coerente de significação entre os principais centros da vida urbana e as estações ferroviárias”.

Alguns princípios verificados nessas capitais atestam de forma decisiva a maneira de se “pensar” a cidade moderna, como o caso da urbanística belo-horizontina. Entre essas cidades, observam-se as premissas também presentes na nova capital mineira: a racionalidade das artérias, a especialização dos setores urbanos como serviços e comércio, a adoção de construções que viessem a representar a imagem sofisticada e dinâmica moderna da cidade. Essa composição resulta na espacialização social estratificada identificada, principalmente, pelos

fatores de localização e de qualidade estética e construtiva da arquitetura (LEMOS, 2010).

Na busca de uma eficácia urbanística perfeita através dos projetos elaborados, a Comissão Construtora planejou uma organização funcional e estética estrategicamente distribuída no espaço. Aarão Reis e, depois de 1895, seu sucessor, o engenheiro Francisco Bicalho, pautados pelos pressupostos do progresso, da ordem e da racionalidade, administraram o processo de implantação do projeto da nova capital (LEMOS, 2010). Inicialmente, o desenho propunha a constituição de três zonas organizadas hierarquicamente: urbana, suburbana e agrícola.

A primeira corresponde atualmente à área central e reunia um minucioso detalhamento técnico e funcional verificado no *design* dotado da sobreposição de malhas ortogonais e diagonais. Integrado aos modelos do urbanismo moderno, o classicismo do projeto definia-se especialmente através dos eixos monumentais hierarquizados, valorizados pela suntuosa arquitetura proposta.

O traçado e a sua paisagem cultural denotam ordem, regularidade e simetria, identificados na integridade dos espaços e no culto dos eixos. Esse culto se conforma através dos pontos fixos que estruturam a imagem da cidade, concebida de acordo com os pressupostos das teorias francesas sobre perspectiva. A adoção da topografia local escalonada em vários planos colabora para enobrecer e destacar pontos e localizações estratégicos da malha, especialmente da primeira zona urbana. A arquitetura e o paisagismo agregam valor a essa paisagem ao mesmo tempo que contribuem para a estratificação e uma primeira segregação do aglomerado urbano (LEMOS, 1994).

Integrado aos princípios modernos do urbanismo do Oitocentos, o processo de construção do projeto apresentou inovações em relação às práticas vigentes naquela conjuntura. As inovações se verificavam, por exemplo, nos setores de infraestrutura, nos critérios para as construções pública e privada das edificações e no sistema de transporte. Além da previsão para implantação do sistema de bondes, a Comissão Construtora definiu o primeiro zoneamento para as construções pública e privada. Os dirigentes, sobretudo, privilegiaram as condições de higiene, funcionalidade, conforto, elegância e embelezamento da cidade.

Após a inauguração, alguns pontos estratégicos determinavam o “ir e vir” inicial dos primeiros anos da nova capital, entre os quais a Praça da Liberdade, emoldurada pelo Palácio Presidencial e pelos palacetes administrativos que ocuparam também a avenida de mesmo nome. Com a constituição dessa paisagem referencial, simbolicamente ocorreram a formação do Bairro Funcionários e a elaboração das primeiras arquiteturas residenciais destinadas a abrigar os ouro-pretanos vinculados ao serviço público (BARRETO, 1950).

Na hierarquia funcional e simbólica, o Palácio Presidencial e a Igreja Matriz representam o primeiro plano, secundados pelas secretarias, pela Prefeitura Municipal, pelo Palácio da Justiça, pelo Palácio do Congresso, pelo Mercado Municipal e pela Estação Ferroviária. A Avenida Afonso Pena, idealizada para incentivar o crescimento do centro em direção norte e sul, tem seu início no Mercado Municipal. O denominado Bairro Comercial e a Estação Ferroviária também integram esse plano. A implantação dos serviços em geral, em que se incluem moradias, comércio, saúde, educação, pequenas fábricas, entre outros, demonstra a importância atribuída a esses setores no projeto (BARRETO, 1936). As instituições públicas, em geral, distribuíam-se na zona urbana especialmente situada nas avenidas, como as vias Afonso Pena, Brasil e Mantiqueira, atualmente denominada Augusto de Lima.

A população inaugural de formação heterogênea reunia o montanhês egresso do antigo Arraial Bello Horizonte, os ouro-pretanos, considerados aristocráticos e reservados, em sua maioria, e os mineiros interioranos. Somaram-se a esses os imigrantes que, inicialmente, vieram para a construção da nova capital. Em seguida, os de maior poder aquisitivo também se fixaram no local.

Nos primeiros anos, a paisagem arquitetônica já se fazia presente, e vários sobrados residenciais e de uso misto (residência e comércio), caracterizados por um repertório da cultura do ecletismo de inspiração francesa (LEMOS, 1994), já podiam ser vistos. O Parque Municipal, situado na avenida principal, aos poucos adquiria um papel relevante no lazer dos habitantes que chegavam à cidade. Para Barreto (1936, p. 623), “nas tardes de domingo e quintas-feiras a melhor sociedade da capital nascente ia para ali dar agradáveis passeios a pé ou de charrete, sob o pretexto das retretas [...]”.

Nesse cotidiano principiante, a conexão estabelecida entre a Praça da Estação e a Praça da Liberdade se desenhava funcionalmente através da Rua da Bahia. A lendária rua, além de agilizar e dinamizar o percurso entre as praças, adquiriu valor estético e simbólico especial. Durante as décadas inaugurais da Capital, a rua abrigou na região próxima à Avenida Afonso Pena serviços diferenciados de comércio e colégios – como a primeira escola de Direito –, a Biblioteca Pública e a Câmara dos Deputados. As atividades, somadas às sóbrias edificações residenciais, muito reforçaram a importância da rua, que simultaneamente integrava a “praça cívica” e a “praça de chegada da cidade” (BARRETO, 1950).

A Bahia atraía progressivamente atividades de relevância funcional acrescidas de serviços vinculados ao estilo de viver integrados à cultura do consumo. Durante as primeiras décadas do século XX, a rua notabilizou-se pelos cafés, pelos restaurantes, pelos bares, pelos clubes e pelo cinema, ao lado das inaugurações do Teatro Municipal e do Grande Hotel, situado na esquina com a Avenida Mantiqueira. E, nesse cenário particularizado, na emblemática rua, surge o Palacete Borges da Costa, em 1915, situado entre a Rua dos Timbiras e a Rua dos Aimorés (LEMOS, 1994).

2 - O Palacete Borges da Costa e seu legado

Com a recém-inaugurada Capital, aquilo que se tornava notório era o fato de a cidade viver de um passado, Ouro Preto, e de um futuro desenhado no espaço. O processo temporal afixava-se como condição essencial para a constituição do sentido do espaço belo-horizontino. “A cidade se edifica, ainda que dentro do tempo, mas também pelo tempo que a estrutura como linguagem (CAUQUELIN, 1988, p. 15).

A grandiosidade do cenário preliminar intercalava os vazios, o paisagismo em crescimento e a arquitetura emergente referenciada na École des Beaux-Arts francesa. Os detalhes do neoclássico e do ecletismo se destacavam nas construções dos palácios, dos edifícios institucionais, dos sobrados e do casario em geral. As residências dos funcionários dividiam-se em seis categorias, de acordo com a inserção deles na instituição. A arquitetura tipo A se destinava aos de menos gradua-

ção e, sequencialmente, vieram as demais até se chegar ao patamar nobre dos palacetes tipo F. Estes estariam selecionados para as famílias dos secretários, dos desembargadores e dos de outros cargos considerados pelos dirigentes e planejadores como de relevância e destaque para uma sociedade em formação (LEMOS, 1988).

As implantações dessas arquiteturas durante as décadas inaugurais predominam nas regiões do centro comercial e do Funcionários. Dessa paisagem emergem as edificações de tipos diferenciados do setor público, as residências e os sobrados mistos de residência e comércio, usualmente alinhados às vias públicas e integrados às calçadas. Os imóveis mais requintados, dotados do privilégio da disponibilidade de terrenos de extensões amplas, introduziam em seus projetos os recuos frontais. Nos ambientes ajardinados que circundam a construção, o paisagismo ornamenta e preserva o sentido de privacidade em uma cidade em constituição. O sentido de construção humana da arquitetura adquire valor de lugar e de memória, locais predestinados pela história.

A edificação como monumento e a cidade como o humano por excelência, para Rossi (1982, p. 187), “estão profundamente unidas ao acontecimento originário, ao primeiro signo, ao se constituir, permanecer, desenvolver. Ao arbítrio e à tradição”. Simultaneamente, a dimensão artística da arquitetura expressa formalmente o contexto vivido pelos homens, geração após geração, com sucessivas etapas do tempo (BERNARDES, 1980). A arquitetura pressupõe uma escrita representada pelos discursos urbanos cotidianos e é palco do espetáculo urbano. Os textos urbanos atravessam as histórias sem palavras do andar, do vestuário, do habitat, do cheiro e dos gostos. Estes transformam os quarteirões e os definem com aquilo que não tem mais lugar no momento – são instâncias, tradições genealógicas e acontecimentos sem data (CERTEAU, 1987). A partir dessas narrativas, recupera-se o invisível da cidade visível, demarcado pelo traçado, pelo paisagismo e por sua arquitetura.

Situado na Rua da Bahia fronteira ao Funcionários e ao futuro Bairro de Lourdes, o Palacete Borges da Costa originou-se de um projeto preambular de um consultório médico datado de 1915, de autoria de Antônio da Costa Christino (Ipac, 1999). Formado em 1904 na Escola de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, doutor Eduardo Borges da

Costa nasceu nessa cidade, capital do País, em 5 de fevereiro de 1880. Logo depois de formado, transferiu-se para a moderna capital mineira em 7 de setembro de 1906. As respeitadas referências que trazia já denotavam sua competência, seu pioneirismo científico e sua dedicação à causa da medicina. Em seu primeiro trabalho na Santa Casa, recusara receber remuneração, como relata em suas memórias a filha senhora Beatriz Borges Martins (2013, p. 18): “Querida apenas um lugar para trabalhar. Aí começou sua verdadeira carreira. Era um dos poucos cirurgiões da cidade e, em pouco tempo, já operara pessoas de quase todas as famílias da capital de Minas”.

Já consolidado na carreira e ainda muito jovem, doutor Eduardo se casou em 1909 com uma mineira de respeitada família juiz-forense, a senhora Maria José Halfed. Dessa união, o casal teve cinco filhos, que ocuparam sequencialmente três residências localizadas na Rua da Bahia. A primeira e a segunda, provavelmente integradas às casas-tipo da Comissão Construtora, testemunharam o nascimento dos filhos e a consolidação dos hábitos do morar das conceituadas famílias da moderna capital.

Apesar da escassez de verbas do poder público local para dar continuidade à implantação e ao detalhamento das infraestruturas, a Capital, na primeira década, já reunia um conjunto de atividades que indicavam a solidificação de uma urbanidade. Nas imediações da Rua da Bahia, por exemplo, alguns estabelecimentos concluídos se inserem como referências na região: a Igreja São José, a Estação de Bondes, o Teatro Municipal, o edifício dos Correios e Telégrafos, o cinema e restaurante Colosso e, depois, o cinema Odeon, a Casa Narciso, a Casa Poni, a Farmácia Americana, o Grande Hotel, a Livraria Francisco Alves, entre outros, sempre lembrados locais dessa paisagem inaugural (LE MOS, 1988).

O crescimento demográfico e a ainda nascente dinamização dos serviços urbanos poderiam ser verificados na crescente demanda pelas atividades de saúde. Nesse contexto, uma das relevantes iniciativas nesse setor, que contou com a fundamental participação de doutor Eduardo Borges da Costa, foi a fundação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em 1911. Nesse período, o reconhecido médico se tornou catedrático da clínica cirúrgica daquela escola.

Com a diversificação das suas responsabilidades como médico, doutor Eduardo iniciou a construção do seu consultório na Rua da Bahia, 1.466, como rememora sua filha: “[...] do lado esquerdo [da rua], havia um lote enorme, plano, que papai comprou e onde construiu primeiro um consultório para ele e, alguns anos depois, a nossa residência [...]. Quando construiu o consultório, que chamávamos de Pavilhão, papai já havia mandado fazer os alicerces que suportassem outro andar” (MARTINS, 2013, p. 21). A edificação, concebida em dois pavimentos, porão e o primeiro andar, reunia

[...] duas salas grandes, uma, onde a secretária recebia os clientes e marcava consultas, e a outra, de espera. Depois vinha a sala de consultas, muito bem montada, com autoclave para esterilizar tudo, *plafonnier* com lâmpadas especiais, fortíssimas sobre a mesa de exames, na qual papai chegou a fazer pequenas operações, e uma outra sala, usada por ele como escritório e ligada por uma porta à escada, que levava ao porão alto, arejado, onde havia um pequeno laboratório, um banheiro e uma biblioteca enorme, em que ele fazia reuniões semanais com seus alunos [...]. Neste porão havia ainda dois quartos, onde, por vezes, papai internava clientes que tinham sido operados por ele (MARTINS, 2013, p. 21).

Com o crescimento da família Borges da Costa e a exiguidade da segunda casa que ocupavam na Rua da Bahia, seu patriarca convidou o recém-formado engenheiro arquiteto Luiz Signorelli¹ para edificar junto ao “Pavilhão” a nova residência da família em 1926. O Palacete Borges da Costa, dotado de 44 cômodos, congregava as atividades do Pavilhão somadas às da habitação. Conforme projeto do engenheiro arquiteto, a composição se distribuiu em porão e dois pavimentos implantados com afastamentos em todos os planos, o que enobreceu e qualificou a obra. No andar do porão, que ocupa parcialmente o volu-

¹ Luiz Signorelli, engenheiro arquiteto, nasceu na cidade mineira de Cristina, em 1896, e diplomou-se na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1925. Ainda nessa época, iniciou sua carreira no escritório localizado na Avenida Amazonas. O reconhecido profissional participou da fundação da Escola de Arquitetura em 1930. Nesse centro de ensino, atuou como professor e segundo diretor (LEMOS, 1988).

me edificado, as atribuições vinculadas ao consultório se mantiveram e referendavam um caráter mais público da composição.

No primeiro andar, a sala de espera se converte ao mesmo tempo em espaço de acesso ao denominado pelo projeto de “grande *hall*” e sala de estar, que organiza os fluxos principais da vida doméstica. Nesse setor privado da casa, é sutil a articulação entre uma primeira racionalidade funcional e os pressupostos do conforto tão perscrutado pela arquitetura do tardo ecletismo.

A orientação inicial do grande *hall* se desenvolve através de uma longa escada iluminada na sua lateral, a ala íntima da casa no terceiro pavimento. Nesse andar, a escada alcança um *hall* distributivo de onde se estabelece pela circulação a ala dos quatro quartos e lavabo dos filhos e filhas, que é finalizada pelo terraço voltado para o quintal. Nessa mesma área, em direção à frontalidade do corpo construído, espacializam-se a entrada para o dormitório do casal, a biblioteca, a sala de estudo, o banheiro, o *toilette* e o terraço.

O grande *hall* do primeiro pavimento apresenta uma segunda orientação do setor doméstico, o que acentua na obra o caráter de lar. A sala de jantar complementa as atribuições da sala de estar e demarca o acesso ao denominado espaço de “passagem”, que integra mais três quartos, lavabo e banheiro. Ao final dessa ala, cozinha, despensa e copa, com integração para o quintal, complementam o conjunto de atividades.

A sala de estar, a sala de jantar e a copa, especialmente naquele arcabouço do viver, caracterizavam-se pela sociabilidade: o lugar do encontro cotidiano dos membros da família (GUERRAND, 2009). A cozinha, ao contrário da primeira casa da família Borges da Costa, já apresentava prováveis alternativas de mobiliário moderno, como fogão a gás, geladeira e amplos armários planejados ao lado de mobiliário confortável.

Devido à qualidade construtiva, aos materiais de alta qualidade e ao requinte dos detalhes de acabamento, a construção transcorreu pausadamente. A responsabilidade dessa construção era do mestre de obras senhor Antônio Mias. Dona Beatriz recorda de detalhes de quando faziam os alicerces: “Abriam umas valas enormes e, nelas, jogavam pedras tão grandes, que só um guindaste conseguia levantá-las e colo-

cá-las nos devidos lugares” (MARTINS, 2013, p. 22). A implantação do edifício no terreno apresenta afastamentos que conformam jardins e passagem para a garagem instalada ao fundo junto ao espaço de serviços. O volume irregular é composto de três planos, com maior área no primeiro pavimento. A entrada principal, detalhada pelo gradil de ferro fundido, o paisagismo e a escada dupla, que conduz à varanda, incidem obliquamente na fachada frontal.

Luís Signorelli adota um sistema construtivo de concreto protoarmado e baldrames em pedra, com vedações em alvenaria de barro e argamassa. O revestimento principal dessas fachadas congrega argamassa preparada com pó de pedra, cal e pigmento que enfatiza a coloração da rocha. O efeito é uma superfície recortada em linhas retangulares de grande regularidade e opacidade, em sua maioria, lisas e às vezes com pedras chapiscadas, que conferem ainda mais austeridade à edificação (GUEDES; LEMOS, 2019).

O desenho delicado do gradil em ferro fundido no segundo pavimento define formas geométricas coadunadas com plástica formal do volume. Nessa mesma fachada, verificam-se elementos próprios do ecletismo tardio sem correspondência com orientações simétricas, mas harmoniosamente dispostos. A qualidade compositiva é assegurada pela organização dos vãos nas fachadas principais. As áreas externas revestidas por blocos cerâmicos e paralelepípedos colaboram com a permanência da discrição dos tons acinzentados.

A varanda de entrada notabiliza-se pelos detalhes sóbrios dos ornamentos, guarda-corpo em balaústre e portada em madeira e vidro artisticamente trabalhados. Os tetos são arrematados por frisos artísticos e pilastras frisadas com capitéis estilizados dispostas nos encontros das paredes. Os interiores demonstram com mais minúcias o requinte do palacete: nas primeiras salas, a marcenaria trabalhada com elementos artísticos de cristal e madeira, guarda-corpo da escada em três lances com arranque entalhado e eficiente detalhe das vedações parietais em jacarandá e dos pisos revestidos de *parquet* em dois tons (Ipac, 1999). Observa-se a presença de vitrais estruturados em moldura metálica e vidro colorizado, que iluminam e destacam os tetos recortados de estuque com detalhes artísticos como os frisos e os ornamentos estilizados do Classicismo.

A sala de jantar, que preserva mobiliário original, apresenta o piso em *parquet* de dois tons com desenho de grafismos gregos que dialogam com os tetos de estuque com saliente grelha artística arrematada por padrões florais. As parietais incorporam painéis a meia altura confeccionados de couro prensado com desenhos florais fixados pelas molduras em madeira, cristaleira e portais, todos detalhados pela qualidade exuberante da marcenaria. Os tons escurecidos contrastam com a vedação metálica desenhada em arco pleno, que compõem a integração entre essa sala e o “grande *hall*” (Ipac, 1999).

A expressão dos arcos na transição entre os cômodos, as sobrevergas de algumas portas decoradas discretamente, tetos ornamentados com frisos e detalhes entalhados remetem às representações clássicas. “Cabe mencionar o considerável pé direito duplo na sala de distribuição, que reforça sua importância na ordenação espacial desta residência” (GUEDES; LEMOS, 2019, p. 121).

Os cômodos da área íntima reafirmam a sobriedade dos ornamentos das alas sociais em que se destacam os pisos em *parquet* de madeira de dois tons, os ornamentos em estuque integrados aos tetos, os lustres em metal e cristal e a marcenaria esmerada dos portais de integração das áreas. O lavabo, o banheiro e o *toilette* introduzem peças de louça e de ferragens então consideradas mobiliários sofisticados, que também introduzem conforto. Os pisos e pastilhas compostas por desenhos colorizados contrastantes acompanham linguagem dos azulejos decorados em relevo, que revestem essas áreas.

Todas as partes de madeira da casa – portas, escadas e outras – foram trabalhadas por dois grandes artífices italianos que já moravam aqui em Belo Horizonte, o Sr. Mucchiutti [...] e o Sr. Mário Bina, recém-chegado ao país com sua esposa. [...] Parte do estuque dos tetos papai mandou buscar dois operários em Portugal [...] (MARTINS, 2013, p. 22-23).

A casa, após a sua inauguração, assegurou o crescimento dos filhos do casal Borges da Costa ao mesmo tempo que testemunhou o desenvolvimento urbano da cidade de Belo Horizonte e participou dele. Por décadas, nesse espaço, ocorreram inúmeros encontros festivos

e jantares. Além da sua missão doméstica e das vicissitudes da vida, o lugar do *habitat* incorporara com maestria o mundo público protagonizado pelo seu anfitrião. Nesse passo, a residência se tornou ponto de encontro de médicos, poetas e outros membros da sociedade local, como intelectuais e dirigentes políticos.

Através do registro de uma vivência qualificada por uma unidade de vizinhança plena de interações e sociabilidades, a casa, um verdadeiro palacete, permaneceu no tempo e se converteu em uma lenda. Esta se encontra emoldurada em uma paisagem caracterizada pelo equilíbrio entre a construção humana da arquitetura e a constituição de lendários lugares que fizeram da Capital um aporte poético.

Muito ainda viria a acontecer nesses meandros da história belo-horizontina e mesmo nesse palacete, que, em 1987, recebeu uma nova missão: a de sediar a Academia Mineira de Letras. A seu tempo, na nobreza das suas atribuições, novos legados e realizações se acrescentarão a esse palacete construído para durar. Vale a pena assinalar e recordar esses tempos, momentos e passagens.

Referências

- BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte, memória histórica e descritiva*. História Média. Belo Horizonte: Rex, 1936.
- BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Bello Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1950.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENJAMIN, Walter. Walter Benjamin. *Obras escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BERNARDES, Sérgio. Vestígios de um passado presente. Apresentação. In: FIGUEIREDO, L.; RAMOS, O. (orgs.). *Rio Deco*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- CAUQUELIN, Anne. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1988.

GUEDES, M.; LEMOS, C. B. O Palacete Borges da Costa. *In*: LEMOS, C.B.; GUERRA, K.B (orgs). *Casa nobre*: significados dos modos de morar nas primeiras décadas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Frente e Verso Editora, 2019, p. 120-125.

GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. *In*: PERROT, Michelle. *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Companhia das Letras, 2009, p. 302-385.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, IEPHA/MG (org.). Inventário de Proteção do Acervo de Minas Gerais da Seção VII de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1999.

LEMOS, Celina B. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Dissertação Mestrado Sociologia. Fafich-UFMG. Belo Horizonte, 1988.

LEMOS, Celina B. A construção simbólica do espaço em Belo Horizonte. *In*: MONTE MÓR, Roberto L. de Melo (coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Cedeplar/PBH, 1994.

LEMOS, Celina B. *Antigas e novas centralidades no centro tradicional de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 2010.

MARTINS, Beatriz Borges. *A vida é esta...* Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Vianna Martins, 2013.

ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1982.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Bem-vindos, amigos da Amigos! Isto é uma concitação

José Anchieta da Silva

A vida moderna começa a reclamar de nós uma certa falta de academia. Por favor, não nos assalta a preocupação com os seus exercícios físicos matinais. Não é disso que estamos falando. Estamos registrando a falta de um “pensar”; a ausência de um exercício peripatético, no ir e vir pelos pátios dos liceus da vida. Ninguém mais (*rectius*: na força dessa expressão se quer dizer “nós mesmos, todos nós”) se preocupa com a matriz científica das coisas; não mais se perquire a razão e a raiz daquilo que se nos mostram, que se nos “ensinam”. É isso que chamamos de falta de academia. Na sociedade moderna – e não apenas nos mais jovens –, quase sem exceção, se vive um tempo em que se conversa com o dedo e cabisbaixo. Aos circunstantes mais atentos, fica a impressão de que a gente tem vergonha de levantar a cabeça, de olhar mais longe e de fazer questionamentos orais, fazendo uso da língua pátria sonoramente, construindo textos verbais que contenham sujeito, verbo e predicado. É tempo de celular. É tempo de telemóvel. Nossa relação mais importante deixou de ser com o outro porque agora o que nos domina é um aparelho que cabe na palma da mão. Nessa não terapia sem fim e sem horário, que nos rouba o sol e as madrugadas de sono, responde-se a tudo e a todos com o dedo. Assimilamos aquilo que nos vendem ou nos querem vender e, assim, abdicamos dos exercícios intelectuais mais elementares. O significado superficial das coisas a gente busca num repositório sempre à disposição – a internet –, e começamos a pensar a partir dos resultados encontrados sem se perquirir a base e a causa das coisas e dos argumentos, sua história, sua finalidade,

seus propósitos, sua motivação. Vendem-nos discursos alheios os mais variados. É tudo prosa de aluvião, sem raiz; são discursos quase monossilábicos, com o mínimo de caracteres indicativos daquilo que se queira dizer, e pronto: sinta-se (des)informado. Trata-se de linguagem sem futuro, cuja superficialidade compromete e não informa o grau de conhecimento de circunstantes e interlocutores. Este é o mundo em que vivemos e, portanto, dispostos a resgatar valores, a empreender ideias, a proteger a história e os escritos que trouxeram a humanidade até aqui, permitimo-nos devolver o texto àquele refrão introdutório: Bem-vindos, amigos da Amigos!

É assim que lhes apresentamos a Associação dos Amigos da Academia Mineira de Letras (Amigos), que nos concita a construir um mundo diferente, que considere os mais caros valores da cultura mineira – que tem, entre seus exemplos, exatamente, a centenária Academia Mineira de Letras. As academias existem. São repositórios do saber, do pensar, da produção de genuína cultura. A nossa Academia, aquela que a associação Amigos abraça, insere-se entre as poucas instituições centenárias do Estado de Minas Gerais, celebrando, na data próxima de 25 de dezembro de 2019, 110 anos de existência. Temos, pois, para você, um convite: faça-se integrante (associado) da Associação dos Amigos da Academia Mineira de Letras (Amigos). Entre em contato conosco.

A Associação dos Amigos da AML, ou simplesmente Amigos, foi criada e instalada em 4 de dezembro de 2014, por uma equipe de voluntários, como uma instituição, dentro do modelo jurídico das associações, que pudesse dar apoio às atividades desenvolvidas pela Academia Mineira de Letras. Levada a registro, seguiram-se várias reuniões, e a instituição vem atuando com êxito, cumprindo os seus misteres estatutários. Sua atuação, nessa primeira fase, foi de aprendizado sobre a melhor maneira de se desenvolver. A Amigos tem por objetivos “defender, zelar, proteger e divulgar os programas de ação da Academia Mineira de Letras”. Compreendem-se nesses objetivos sociais as iniciativas e as ações compatíveis com a sua natureza jurídica, entre as quais destacamos: preservação e divulgação do acervo da Academia; participação em suas ações e seus eventos, divulgando-os e dando-lhes ampla visibilidade; auxílio na programação de pesquisas, estudos científicos e intercâmbio; captação de recursos financeiros e materiais para

os seus programas e ações institucionais; participação em seus projetos sempre que solicitada, incluindo-se, exemplificativamente, cursos, seminários, simpósios, congressos, sessões panegíricas e celebrações em geral; cooperação científica no âmbito da educação e da cultura mineira e brasileira. A Amigos pretende, no cumprimento de seus misteres estatutários, interagir com outras instituições, congêneres inclusive, pessoas naturais e pessoas jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, em prol da viabilização de projetos e de iniciativas que, de algum modo, beneficiem a Academia Mineira de Letras (é o que contém o art. 4.º de seu estatuto social renovado).

A Amigos tinha várias razões para nascer forte. Primeiro porque ancorada – e essa é a sua finalidade única – na própria Academia à qual pretende servir e guarnecer. Depois porque se mirou nas congêneres já existentes e que, com êxito, laboram em favor de outras não menos caras instituições das Minas Gerais e que são as associações de Amigos do Museu Mineiro, da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e do Grupo de Dança Corpo, instituições com as quais se pretende a celebração de convênios para, harmonicamente, praticarem aquilo que for de sua pauta comum. A eloquência da cultura e de seus veículos flui como água em leito limpo, não conhece limites.

É notável – e nesse registro já vai uma nota de agradecimento – a receptividade da Amigos no seio das instituições que fomentam, praticam e agem em prol da cultura de Minas. É referência e reverência que se faz ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), à Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) e ao Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), três instituições também centenárias, e à Academia Mineira de Letras Jurídicas (AMLJ). Com cada uma delas se pretende a realização de trabalho comum no sentido de somar esforços e de gritar a todos os pulmões a excelência dos vultos literários de Minas Gerais.

A Amigos já está em ação. Neste momento colabora na celebração do aniversário de 110 anos da Academia. Entre seus projetos imediatos, está o de atingir o número de 110 associados (numa evocação da própria celebração desse aniversário). Trabalha-se na viabilização de meios de organização e de modernização das instalações de seu preciosíssimo acervo cultural, com ênfase na regularização de seus registros

imobiliários (do Palacete Borges da Costa, reminiscência da Cidade de Minas da primeira metade do século XX, na Rua da Bahia, 1.466) e na modernização de sua defesa contra incêndios, uma preocupação constante. Trabalhar-se-á, pretende-se, com todas as instituições devotadas às causas da cultura de Minas Gerais, expandindo a ação da Academia Mineira de Letras para públicos especializados de Belo Horizonte e do interior de Minas Gerais, demonstrando o seu significado, seu valor, sua cultura, sua missão, numa permanente interação com toda a sociedade mineira. Você, amigo leitor, faz parte desse projeto, porque Minas precisa, urgentemente, reencontrar-se, reconciliar-se com os seus valores mais caros. É hora de plantar e de levar a bom porto um outro tipo de Inconfidência Mineira, uma revolução das ideias, com a reconstrução de uma nova Minas que pensa e que zela pelo seu imenso patrimônio intelectual escrito e por escrever. *Scribendi nullus finis*. Escrever é um exercício da inteligência humana que, de fato, não tem fim.

Na certeza de que essa é uma causa de todos, que não custa dinheiro porque custa apenas a adesão, a recepção, a adoção e o endosso de uma caminhada cívico-cultural que abrace todas as coisas boas que as pessoas de bem querem fazer, voltemos mais uma vez ao refrão, fazendo dele um estribilho, porque o que faz falta em nossas vidas é a presença das academias; portanto, “Bem-vindos, amigos da Amigos! Isto é uma concitação”.

José Anchieta da Silva – Presidente da Amigos



SEÇÃO 2
SOBRE OS ACADÊMICOS

Alphonsus e Mário entre fronteiras

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Nos 110 anos da Academia Mineira de Letras, uma homenagem ao seu patrono, Alphonsus de Guimaraens, está contida na lembrança do encontro do poeta com Mário de Andrade. Há 100 anos, em 10 de julho de 1919, o poeta Mário de Andrade, então com 25 anos, desembarcou em Mariana para conhecer o poeta Alphonsus de Guimaraens, que o recebeu em sua casa da Rua Direita, hoje transformada em museu. Foi o encontro de dois simbolistas, no momento de grandes transformações na forma e no conteúdo da poesia, da literatura, da música e das artes no Brasil. Mário de Andrade, que três anos depois participaria da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, tornou-se a baliza dos caminhos da cultura brasileira. João Alphonsus, filho do simbolista de Mariana, atuando em Belo Horizonte, teve protagonismo fundamental na vertente mineira do Movimento Modernista. Alphonsus de Guimaraens morreu dois anos depois do encontro, em 15 de julho de 1921, aos 51 anos, vindo a ser consagrado entre os nomes referenciais da poesia de língua portuguesa.

A estreia de Mário de Andrade aconteceu em 1917, com o livro *Há uma gota de sangue em cada poema*. Aos 24 anos, sob o pseudônimo de Mário Sobral, ele construiu seus versos dentro do clima simbolista que então se fazia sentir no Brasil, especialmente cultivado pelos mineiros Alphonsus de Guimaraens e José Severiano de Rezende. O epicentro do simbolismo era a Villa Kyrial, uma mansão nas proximidades da Avenida Paulista, em que o gaúcho Freitas Valle reinava na *belle époque* paulistana, praticando um sofisticado e extravagante mecenato burguês.

Partiu do “pobre Alphonsus” a sugestão do nome de Villa Kyrial para a chácara adquirida por Freitas Valle em 1904. O poeta mineiro publicou o livro *Kyriale*, em 1902, reunindo a obra escrita entre 1891 e 95. Aluno da Faculdade de Direito dos Arcos de São Francisco, ele tinha convivido com Freitas Valle, de quem se tornou amigo. Até à morte, em 1958, o mecenas se lembraria de Alphonsus, sobre quem realizou várias palestras, no auge dos saraus na Villa Kyrial. No quinto ciclo dessas conferências, em 1924, época em que visitaram as cidades históricas de Minas, Mário de Andrade falou sobre cubismo, enquanto Oswald de Andrade focalizou os ambientes intelectuais de Paris, e o poeta suíço-francês Blaise Cendrars, a literatura negra. O programa foi encerrado, em junho, com a palavra de Freitas Valle sobre a poesia de Alphonsus de Guimaraens.

Kyrios significa “Senhor”, em grego, no sentido da divindade, de onde veio a invocação inserida no ritual da missa católica *Kyrie eleison*, ou seja, “Senhor, tende piedade”. O epíteto Kyrial, segundo Márcia Camargos, que escreveu a história desse baluarte da *belle époque*, “se ajustaria com perfeição ao espírito de Freitas Valle e do salão por ele animado, espécie de templo dos eleitos, uma vila senhorial”. Freitas Valle escrevia poemas somente em francês e assinava Jacques d’Avray, incluindo-se entre os cultores do simbolismo, como Alphonsus, Severiano de Rezende e Álvaro Viana. Parece não ter havido maior referência ao notável Cruz e Sousa (1861-1898), o simbolista negro nascido em Santa Catarina e falecido em Minas Gerais, vítima da tuberculose. Alphonsus era admirador do poeta catarinense. Viajou ao Rio de Janeiro, em 1895, a fim de conhecer o Cisne Negro. Lembra em poema Alphonsus Filho que seu pai escreveu, no jornal *Conceição do Serro*, ter tido “ocasião de passar horas magníficas com este maravilhoso artista”.

Em 1921, Mário de Andrade fez conferência na Villa Kyrial sobre Debussy e o impressionismo. Em 1922, tratou da poesia modernista, em plena evidência após os acontecimentos da Semana. Já em 1923, traçou um paralelo entre Dante e Beethoven. O contato com Freitas Valle deve ter proporcionado a Mário de Andrade, poeta estreante de 24 anos, a descoberta do verso alphonsiano. Daí terá surgido o desejo de conhecer, pessoalmente, o solitário de Mariana. “Ide a Minas / de trem / como os paulistas / foram / a pé de ferro”, escreveria Oswald de

Andrade, na célebre viagem de 1924. Cinco anos antes do périplo modernista, Mário embarcou na longa aventura, com várias baldeações, até que pudesse alcançar a casa em que Alphonsus, juiz municipal, vivia com a mulher, Zenaide, e os filhos. Sede do primeiro bispado de Minas Gerais, criado em 1745, Mariana era ainda uma cidade inteiramente dominada pelas funções eclesiásticas, a “Roma mineira”, assim chamada por Pedro Nava em suas memórias.

Mário de Andrade registrou o momento:

Em Mariana, a Católica, fui encontrá-lo na escuridade de sua casa de trabalho, sozinho e grande. E foi uma hora de inesquecível sensação a que vivi com ele. Na tristura cinza do aposento, pude dizer-lhe pausadamente, em calma, as lindas coisas que eu sentia sobre a sua arte desacompanhada e incompreendida. Falei-lhe depois do descaso em que deixavam os nossos. Sorriu, num meigo perdão; e recompensou-me o afeto, dando-me versos.

Em carta a João Alphonsus, datada de 15 de julho de 1919, escreveu o poeta:

Vamos indo regularmente de saúde, – eu, Zenaide e a prole. Há cinco dias esteve aqui o Sr. Mário de Moraes Andrade, de S. Paulo, que veio apenas para conhecer-me, conforme disse. É doutor em ciências filosóficas. Leu e copiou várias poesias minhas (principalmente as francesas), e admirou o teu soneto oferecido ao Belmiro Braga. É um rapaz de alta cultura, sabendo de cor, em inglês, todo o ‘Corvo’ de Poe. Viaja para fazer futuras conferências, e visitou todos os velhos templos desta cidade. A verdade é que para quem vive, como eu, isolado, – uma visita dessas deixa profunda impressão. A bênção de teus pais. Afonso.

Carlos Drummond de Andrade, no poema “A visita”, recria o diálogo entre Mário e Alphonsus, no sobrado marianense: “Entre dois homens, objetos, cor / da hora filtrada no recinto / em partículas de ouro e torvelinho, / o verso”. Quando Alphonsus morreu, em 1921, Oswald de Andrade traduziu o sentimento dos modernistas, tanto para

enaltecer o poeta mineiro quanto para esculhambar os sonetistas e a Academia Brasileira de Letras, que nunca se lembrara do simbolista no seu exílio. Escreveu o autor do “Manifesto antropofágico”:

Alphonsus de Guimaraens valia sem dúvida todos os poetas juntos da Academia Brasileira. Faleceu em Mariana, pobremente, onde vivia fazendo há vinte anos os melhores versos do seu país. Hoje que uma estudante geração paulista quebra nas mãos a urupuca de taquara dos versos medidos, a figura de Alphonsus de Guimaraens assume a sua inteira grandeza no movimento da boa arte nacional.

Estudiosos de Alphonsus, como Francine Fernandes Weiss Ricieri e Eduardo Horta Nassif Veras, iluminam novos caminhos de leitura de sua obra, sendo um dos pontos de interesse a revisão da presença do catolicismo na poesia alphonsiana, até agora julgada determinante. A religião não se apresenta “em termos confessionais, mas em termos de representação estética”, observam os ensaístas. Essa espiritualidade não dogmática era vivida por Mário, que, acreditando em Deus, não aceitava as sanções próprias de qualquer sistema religioso, como sublinha Leandro Garcia Rodrigues, ao analisar a correspondência entre o autor de *Macunaíma* e o católico Alceu Amoroso Lima. Alphonsus e Mário foram crentes da poesia.

Octavio Paz, em notável ensaio sobre São João da Cruz e Quevedo, assinala que a mística “é uma imersão no absoluto”, ao passo que a poesia, “uma expressão do absoluto ou da extraviada tentativa de se chegar a ele”. Se a religião “é uma forma social”, a poesia, segundo Paz, “é um impulso individual”. “Cesó todo y dejéme / dejando mi cuidado / entre las azucenas olvidado”, escreveu o poeta Juan de La Cruz. Confessa Alphonsus: “Sigo para esse mundo imperial onde se ama / Com a clemência de um Santo e a pureza de um Mago: / Amor de enfermo exausto, amor que não tem chama, / Indefinível como o silêncio de um lago”. O anjo de luz o segue desde sempre: “És poeta, vives só: – eis o teu crime... / Beija-me, pois! Sou a alma do teu verso.”

Para Mário de Andrade, além do instante de ternura na Rua Direita de Mariana, a viagem de 1919 representou a descoberta do Aleijadinho e da arte colonial de Minas Gerais. Do contato direto com as

obras do mestre Antônio Francisco Lisboa, em Mariana e Ouro Preto, ele levou para o eixo central do modernismo a imperiosa necessidade de repensar o Brasil, buscar suas raízes e fontes genuínas e criar uma arte não mais importada e com caráter próprio. Daí a caravana modernista, que empreendeu a viagem de abril de 1924 às cidades históricas mineiras, levando Mário, Oswald, Tarsila, Blaise Cendrars, Olívia Guedes Penteadó, René Thiollier e Gofredo Silva Telles, ao que chamaram de “redescoberta do Brasil”.

De tudo isso resultou o empenho de Mário no sentido da proteção efetiva do patrimônio material e imaterial da cultura brasileira. Ele esteve na linha de frente da criação do Iphan, entre 1935 e 37, no qual foi em seguida atuar, ao lado de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa. Ícone do modernismo, o jovem simbolista de São Paulo acabou por virar símbolo da cultura brasileira. Para Alceu Amoroso Lima,

durante os 25 anos de sua atividade intelectual, [Mário] encarnou realmente o *novo espírito* das letras brasileiras. Viveu o modernismo com todas as fibras do seu ser. Encarnou o modernismo, como um José de Alencar encarnou o romantismo, como um Aluísio Azevedo encarnou a naturalismo, como um Alphonsus de Guimaraens encarnou o simbolismo. Foi uma era viva. Foi a expressão viva de um momento capital de nossas letras, o da revolução estética modernista. E o foi porque o viveu totalmente.

Tributo a Maria José de Queiroz – Jubileu de ouro de sua presença na Academia Mineira de Letras

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

A presença de Maria José de Queiroz na Casa de Alphonsus de Guimaraens alcança o jubileu de ouro. A ela pertenceria o privilégio de ser evocada, a todo momento, como um dos mais caros patrimônios da nossa centenária instituição. Eis que, no Rio de Janeiro ou em Paris, em demoradas ausências de Minas, a companheira distante faz com que, confreres e confrades, não tenhamos a oportunidade de prestar-lhe esses devidos louvores. Hoje nos redimimos, saudando, com alegria e respeito, em minutos que valem por cinquent’anos, a poeta, a escritora, a ensaísta, a professora doutora e a intelectual por todos nós tão amada.

Chamado pelo presidente Rogério Faria Tavares para pronunciar esta palavra de amizade e admiração, em nome da Academia, no instante mais luminoso das homenagens a Maria José de Queiroz, ressurge em minha memória a cena de sua visita a meu avô José Oswaldo de Araújo, na velha casa da Álvares Cabral, a fim de pedir-lhe o voto acadêmico.

Vejo-a entrar na sala austera, tendo ao lado a poeta Henriqueta Lisboa. A primeira mulher a ingressar na Academia afirmava a importância da segunda presença feminina, pelo brilho da inteligência, a riqueza da cultura e a qualidade superior da obra literária da candidata. Escandindo as palavras no ritmo peculiar de sua inconfundível dicção, na qual ecoam as sonoridades ibéricas da raiz queiroziana, ela de imediato ganhou-lhe o voto. E a este se somaram os de toda a grei. Uma mulher ímpar fascinou o ambiente literário por inteiro.

A sobrinha de Amaro Xisto de Queiroz e afilhada de monsenhor Messias cedo despontou como uma das grandes individualidades da cultura mineira. Tornou-se a mais jovem catedrática de uma universidade do Brasil, aos 26 anos, ao vencer o concurso para substituir Eduardo Frieiro na Faculdade de Letras da UFMG. Mestre Frieiro, que professava “a religião da obra bem-acabada” e, segundo João Ribeiro, era “um esteta da arte literária”, foi um entusiasta dessa conquista, como também da eleição para a Academia Mineira.

Desde então, acompanhei, com interesse intelectual e afetivo, a caminhada de Maria José de Queiroz. Vizinhos no Bairro Santo Agostinho, quando de sua residência na Amazonas, 2.135, conheci sua mãe, dona Honória, figura central na vida e na obra da escritora. Dona Honória legou à cidade de Ouro Preto um belo terreno, numa encosta do Morro do Cruzeiro, para que permanecesse a salvo de qualquer ocupação, como parte dos alcantis verdes que abraçam a acrópole dos poetas inconfidentes. À mãe, a autora dedicou uma pavana, o seu “cante jondo: el llanto por Honoria que viene volando...”

Publiquei poemas e textos de Maria José de Queiroz no *Suplemento Literário do Minas Gerais*, ao editar o caderno nos primeiros anos da década de 1970. Ela frequentava a redação e animava os jovens autores que ali se reuniam, para que se empenhassem sempre mais nos embates da construção da literatura e da poesia. Encontramo-nos, pelo tempo afora, no Rio e em Paris, como em suas vindas a Belo Horizonte.

O conjunto de sua produção intelectual tem, na última cadeira da Academia, o primeiro emblema de reconhecimento e permanência. Ocupante da Cadeira 40, na sucessão de Afonso Pena Júnior, Maria José de Queiroz teve sempre em mente os referenciais da cultura mineira e as vastas latitudes das letras hispânicas.

Os temas da história de Minas Gerais a seduzem de tal maneira, que poemas, romances e ensaios nasceram de seu olhar sensível e amoroso sobre a terra do ouro, em que floresceu a primeira sociedade urbana do Brasil, da qual fluiu a nossa originalidade estética e artística. “Joaquina, filha do Tiradentes” levou a romancista a penetrar nas tramas da Inconfidência Mineira, de modo a acompanhar os passos da menina que teve o pai preso, enforcado, esquartejado e declarado infame por

ordem da metrópole portuguesa. O êxito do livro transplantou-se para a televisão, na qual deu origem a um aplaudido seriado.

As literaturas hispano-americanas igualmente atraíram sua extraordinária capacidade de interpretação da criação literária. A poesia da uruguaia Juana de Ibarbourou e do peruano Cesar Vallejo propiciou-lhe dois importantes ensaios, que a credenciaram como uma das vozes mais respeitadas da crítica da América Latina. Universidades de diversos países honraram-se ao acolhê-la entre seus mestres, como a Sorbonne, a Berkeley e a Havard, além de destacadas escolas da Alemanha.

Cercada de prêmios e elogios, Maria José de Queiroz prefere a sobriedade de seu escritório, no Rio ou em Paris, absorvida sempre pela obstinada vocação para os fazeres literários. Quem como ela? Fui assim buscar amparo na voz mais abalizada para falar sobre a nossa homenageada. Como abordar sua rica biobibliografia sem o aval da professora Lislei Nascimento, a primeira entre os que estudam a nossa autora?

Lislei Nascimento nela reconhece uma personalidade marcada pela profusa riqueza do desempenho intelectual. Pedi-lhe um depoimento, e ela, generosamente, ofereceu-me uma síntese tão clara e objetiva que a trouxe para ilustrar esta noite de festa. Quero citar a leitura iluminada de Lislei Nascimento, e o faço também em tributo de honra à ensaísta devotada à obra da mestra.

Ao chamá-la de “artesã da palavra”, Lyslei Nascimento escreve:

“Inúmeras vezes, a crítica que se faz a Maria José de Queiroz e à sua obra, cerca de trinta livros, incluindo ensaio, poesia, romance e conto, muitos deles premiados, a caracteriza com o adjetivo, às vezes pouco lisonjeiro, de erudita. Num país em que a cultura é um desafio e um defeito, seus estudos fundamentais sobre escritores que produziram sua obra na prisão, a literatura e o gozo impuro da comida, os textos sobre os escritos de exílio e tantos outros temas, aliados a uma profunda reflexão sobre a mulher, sobre o papel da mulher intelectual, sobretudo, por exemplo, no ensaio sobre Juana de Ibarbourou, são quase ignorados.

De 1991 a 1993, quando me dediquei, no Mestrado, ao estudo do romance *Joaquina, filha do Tiradentes*, 1987, não imaginava a enorme riqueza que os escritos de Maria José de Queiroz me proporcionava-

riam. O romance lança o leitor, pela literatura, no universo da pintura, da música e da fascinante história de Minas Gerais. Os relatos dos viajantes, os sermões do Padre Antônio Vieira, a pintura de Velásquez, a música colonial mineira, entre outros tantos temas, como a comida, a botânica, a geografia, são trançados, com requinte, à história de Joaquina.

O romance *Joaquina, filha do Tiradentes*, assim, se inscreve numa tradição literária caracterizada por um entrecruzamento da ficção com a história e com outras disciplinas como a filosofia, a botânica, a geografia. O trabalho fabulador da escritora configura-se, desse modo, a partir de uma espécie de ambivalência: ser, ao mesmo tempo, romancista e historiadora, ou seja, a voz que fala no romance constrói sua trama a partir de elementos factuais apropriados da narrativa histórica e de elementos ficcionais, construídos pela imaginação.

A romancista-historiadora busca recompor, com o maior grau de verossimilhança possível, os contornos históricos do século 18, conjugando-os com a composição de uma vida ficcional para a filha de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ao fazer falar uma voz que a história ‘nem se lembrou de esquecer’, como afirma Carlos Drummond de Andrade em um poema, Maria José de Queiroz promove, no texto, uma série de convergências entre os registros da história e a invenção, cujo resultado é um texto de requintada orquestração, como em todos os seus romances.

Em 2011, Lyslei Nascimento foi apresentado à obra de Maria José de Queiroz. A ideia de construir um registro audiovisual de depoimentos da escritora tomou corpo em 2013. Das mais de 30 horas de depoimentos emocionantes e intelectualmente perfeitos, realizados com a escritora em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Paris, foram selecionados cerca de 55 minutos, especialmente reunidos para um videodocumentário intitulado *Maria José de Queiroz: artesã da palavra* que foi apresentado no *V Colóquio Mulheres em Letras*, na Faculdade de Letras da UFMG, em 2013. O título desse documentário retiramos de Pedro Nava.

O escritor, na apresentação do romance *Homem de sete partidas*, publicado em 1980 por Maria José de Queiroz, define-a como uma artista e uma artesã da palavra pela sua perícia em

catar, separar, escolher a palavra adequada, o verbete justo, a expressão insubstituível – ao seu manejo, num jeito que encanta pela simplicidade, pelo correntio, que são o resultado do que é incansavelmente trabalhado até poder se apresentar em estado de pureza e da supressão de todo o supérfluo.

O documentário persegue, assim, a definição de Nava sobre o ofício da escritora: o trabalho de catar, separar e escolher a palavra insubstituível que passa, certamente, pela ideia de perfeição e de concepção de um empreendimento pautado pela erudição, pelo conhecimento. O artesanato textual a que Nava se refere não aproxima a construção do texto de Maria José de Queiroz de um fazer literário descompromissado com os rigores da língua. Nava aponta para o uso de termos raros, pouco usuais do vernáculo, e, ao mesmo tempo, reconhece a fluidez e o estilo elegante e sóbrio.

A tensão entre erudição e fluidez acaba por criar um *pitfall*, uma armadilha e um jogo literário em que cai o leitor, e que, segundo Nava, é uma trama construída a partir da escolha do termo exato, da palavra que não pode ser outra. Juntamente às imagens e aos temas, a linguagem instaura, na obra de Maria José de Queiroz, uma leitura decifrador que, além de evidenciar o rigor da autora, deixa transparecer a valorização de um leitor capaz de ler o que foi e o que não foi escrito, capaz de entender o que foi e o que não foi dito.

Desde a dissertação, em 1996, até o documentário, fiz palestras, ofereci disciplinas na graduação e na pós-graduação, orientei monografias, dissertações e teses sobre a obra de Maria José de Queiroz.

Em sua obra, grandes temas, tão caros, na atualidade, aos estudos inter e transdisciplinares e culturais, às reflexões sobre a globalização e, também, sobre a relação da América Latina com o Brasil e, deste, com os países do velho mundo, estão, *avant la lettre*, em seus ensaios e na sua ficção. Como escritora e intelectual no Brasil, sua obra se configura como um vasto e exuberante mosaico, uma rede de vozes, letras e imagens que é a América, a nossa América, reconhecendo, no entanto, as diferenças e as heranças da cultura e das artes que aqui aportaram

com os conquistadores e que, deles, com eles e contra eles, pôde-se, enfim, engendrar o novo continente”.

Fecho as aspas para a palavra de Lislely Nascimento.

Presidente Rogério Faria Tavares e caros confrades,

A Academia Mineira de Letras celebra uma data muito especial e uma acadêmica singular. Ela recolheu em versos de Victor Hugo uma síntese de si, bastante apropriada a quem se inscreve na linhagem de Borges e de Frieiro. Não somos todos, afinal, nada mais que um livro, um só, como disse o escritor francês, “sem fim nem meio, onde cada um, para viver, procura ler um pouco?”. Enquanto houver o livro e a pena, conforme nos garante o poeta Ronsard, Maria José de Queiroz viverá em grandeza e esplendor.

Muito obrigado.

O percurso poético de Alphonsus de Guimaraens Filho

Afonso Henriques Neto

O poeta Alphonsus de Guimaraens Filho (na vida civil, Afonso Henriques de Guimaraens), nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 3 de junho de 1918, sendo o décimo quarto filho (de um total de 15) de Ze-naide Silvina de Guimarães e do simbolista Alphonsus de Guimaraens. Diz Alphonsus Filho em “Inscrição”:

- *Sou o décimo quarto filho
de um poeta.
Vim para este exílio
numa tarde quieta
de uma cidade morta.*
- *E agora, que te acalma?*
- *Ver fechar-se a última porta
sobre a última alma.*

Após a morte do pai em 1921, quando Alphonsus Filho acabara de completar três anos de idade e não pudera, assim, guardar nenhuma lembrança física paterna, a família muda para Belo Horizonte, no ano de 1923. Na nova capital, Alphonsus Filho se formará em Direito e exercerá o jornalismo a partir de 1934. É desse tempo de adolescência a criação dos poemas de tempestuosa índole romântica que integrarão o livro de estreia em 1940, *Lume de estrelas*. Esses poemas possuem certo parentesco com o Augusto Frederico Schmidt de então e com o Vinicius de Moraes de *O caminho para a distância*. O livro será bem recebido pela crítica, ganhando o Prêmio de Literatura da Fundação Graça

Aranha e o Prêmio Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras. É interessante assinalar que, tempos depois, em 1976, “Lume de estrelas” se torna nome de rua no bairro do Meier, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do então prefeito Marcos Tamoio.

Ainda em 1940 o poeta conhece, em Belo Horizonte, Hymirene de Souza Papi, com quem se casa em 1943, no Rio de Janeiro, para onde a noiva se mudara com a família. No período em que estiveram distantes um do outro, Alphonsus Filho escreve *Sonetos da ausência*, livro dedicado à amada. É dessa obra o conhecido “Momento”:

*Minha amada tão longe! Com franqueza:
eu penso sempre em me mudar daqui.
Pôr na sacola o pão que está na mesa,
sair vagabundando por aí.*

*A luz do quarto ficará acesa.
(Foi neste quarto que eu me conheci...)
Deixarei um bilhete sobre a mesa,
dizendo a minha mãe por que parti.*

*Ah! ir cantando pelo mundo afora
como um boêmio amigo das cantigas,
alma febril que a música alivia!*

*Se perguntarem, digam: “Ainda agora
saiu buscando terras mais amigas,
mas é possível que ele volte um dia”.*

Surge, desse modo, com vigor, o grande sonetista que foi Alphonsus Filho, um dos maiores da poesia brasileira na opinião da crítica. José Guilherme Merquior irá escrever na década de 1980 que, com Alphonsus Filho, o soneto volta a ser o monumento de um momento, cápsula verbal do vibrar de uma emoção. E que o poeta foge do efeito pirotécnico da maioria das vozes da geração de 1945 para se aliar ao despojamento bandeiriano, evitando, paralelamente, até mesmo alguns traços do lirismo do pai, o grande simbolista de Mariana, autor de *Pulvis*. E completa Merquior:

Certa copiosa melopeia, certos ritmos encantatórios tão inerentes à magia dos sonetos de *Pulvis*, se veem sacrificados – sem prejuízo de outra, íntima e secreta musicalidade – na poesia mais seca e mais simples do filho. [...] Alphonsus de Guimaraens Filho é hoje um dos nossos mais altos poetas, na linha de toda uma tradição de sensibilidade e linguagem.

Regressando à década de 1940, vemos a intensa produção de Alphonsus Filho revelada nos livros *Nostalgia dos anjos*, *O unigênito*, *A cidade do Sul* e *O irmão*. *O unigênito* e *O irmão* são livros de poesia marcadamente católica, nos mesmos moldes do que fizeram entre nós Jorge de Lima e Murilo Mendes e, na França, Charles Péguy e Paul Claudel. A segurança técnica de Alphonsus Filho atinge a maturidade, ou seja, torna-se nítida uma cada vez mais segura construção dos andaimos do poema para que a força lírica possa ser ali contida e permaneça, desse modo, vibrando tempo afora, como se dentro de mágicas cápsulas engendradas com mestria. Tal como se uma tempestade fosse contida em recipiente de cristal cuidadosamente polido para ser admirada para sempre. O poeta explora, nesse sentido, extensa gama de variações da arquitetura poética, em que se inclui também o verso livre, feito com impressionante consciência da construção rítmica. Contudo, penso que os exemplos dos sonetos ainda constituem o que de melhor podemos recolher entre os mais bem-sucedidos poemas do período. Em *Nostalgia dos anjos*, encontramos “Delírio”, dedicado a Mário de Andrade:

*Há soalhas tinindo. São pandeiros.
Dos céus, dos mares, dos estivadores,
chegam canções. E contam que os amores
morreram. Até os puros e os primeiros.*

*Serão canções carnavalescas? Cheiros
de éter, contorções, risos e cores.
Mulheres mortas. Préstitos. Temores.
Ventos do norte, ventos companheiros...*

*Há soalhas tinindo. Um enterro passa.
Vão sepultar a leve incompreendida.
Chocalham risos. Vai cantar alguém.*

*Sufoca a treva. Mata. Amor? Chalaça...
Eulália é morta? Eulália está ferida?
Falem mais alto, que eu não ouço bem.*

Do livro *A cidade do Sul* retiramos este notável “Do azul, num soneto”:

*Verificar o azul nem sempre é puro.
Melhor será revê-lo entre as ramadas
e os altos frutos de um pomar escuro
– azul de tênues bocas desoladas.*

*Melhor será sonhá-lo em madrugadas,
fresco, inconstante azul sempre imaturo,
azul de claridades sufocadas
latejando nas pedras – nascituro.*

*Não este azul, mas outro e dolorido,
evanescente azul que na orvalhada
ficou, pétala ingênua, torturada.*

*Recupero-o, sem ter, e ei-lo perdido,
azul de voz, de sombra envenenada,
que em nós se esvai sem nunca ter vivido.*

A poesia não vai parar mais de florescer e os livros se multiplicam. Já na década de 1950 surge *O mito e o criador*. Alphonsus Filho receberá de Cecília Meireles carta datada de 21 de agosto de 1954, três dias antes do suicídio do presidente Getúlio Vargas, carta em que a grande poetisa se refere a *O mito e o criador* com estas palavras: “Seu livro, de tão grande pureza poética, tem sido o meu consolo, nesses dias torvos que estamos atravessando. Leio-o e é como se estivesse viajando num raio de lua”. A esse livro se seguem, ainda na década de 1950, *Elegia de Guarapari*, *Uma rosa sobre o mármore*, *Sonetos com dedicatória* e *Cemitério de pescadores*. E é o poeta e crítico Alexei Bueno que vai assinalar que

um dos traços mais definidores de Alphonsus de Guimaraens Filho, o do sonetista, dos maiores da poesia brasilei-

ra, explicita-se em seu segundo livro, *Sonetos da ausência*, confirmando-se, em 1953, em *Uma rosa sobre o mármore*, belíssimo preito a seu pai, e em *Sonetos com dedicatória*, uma série de homenagens a outros poetas, mortos ou vivos, amigos ou não, entre os quais encontramos vários retratos estético-psicológicos perfeitos, num gênero que teve a sua origem na Renascença e do qual o último Jorge Luis Borges nos deixou exemplares inesquecíveis.

Em 1961 Alphonsus Filho muda-se com a família para Brasília. O poeta foi assessor direto de Juscelino Kubitschek durante o mandato presidencial e seguiu para trabalhar na Capital Federal, recém-inaugurada. São da década de 1960 os seguintes livros: *Aqui*, *O habitante do dia*, *Transeunte* e *Ao Oeste chegamos*. Em 1971 Alphonsus Filho se aposenta do Tribunal de Contas da União, onde exerceu o cargo de procurador, e retorna ao Rio de Janeiro. Vai publicar, então, durante a década de 1970, os livros *Poemas da ante-hora*, *Solilóquio do suposto atleta e outros poemas*, *Absurda fábula* e *Só a noite é que amanhece*. Vamos nos valer ainda de Alexei Bueno para a conformação de um bom retrato do poeta nesse período:

A partir de *Aqui* a poesia de Alphonsus de Guimaraens Filho chega à sua plena maturidade, no sentido de depuração individual e domínio pleno do instrumento, no caso as três vertentes formais dominantes da poesia brasileira do século passado, ou seja, o verso livre, a forma fixa e a forma derivada do *romance viejo* espanhol, tão utilizado, nos mais diversos registros, por poetas como Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes ou João Cabral de Melo Neto. A partir de tal estágio, mais ou menos nos anos de 1950, Alphonsus de Guimaraens Filho lançará mão *ad libitum* desses processos, com igual mestria, e em relação ao terceiro o leitor avisado perceberá a grande ligação do poeta com a lírica espanhola. Parte da riqueza da sua obra, na verdade, vem de alguns aparentes paradoxos. Poeta mineiro e da paisagem mineira, é um dos nossos poetas do mar, desde *Elegia de Guarapari* até *Cemitério de pescadores*. Sendo um dos nossos poetas mais sensíveis à efemeridade do tempo e à onipresença da morte – como

vemos em obras-primas quais ‘Soneto premonitório’, de *O habitante do dia*, ou ‘Canção’, de *O tecelão do assombro*, digna de Fernando Pessoa –, é por outro lado dos mais ligados à extrema modernidade, representada metonimicamente pelo seu livro *Ao Oeste chegamos*, contemporâneo do surgimento de Brasília, ou por alguns admiráveis poemas sobre a conquista espacial. Poeta de severa índole elegíaca, que perpassa toda a sua obra, como vemos na trágica ‘Elegia do irmão’, em memória de João Alphonsus, até um poema como ‘João Guimarães Rosa: assim tê-lo’, inesquecível retrato do genial escritor, é igualmente um lírico ímpar dos momentos íntimos, familiares, da presença auroral da infância, assim como um notável poeta da amizade.

Os livros finais, nas décadas de 1980 e 1990, são *Discurso no deserto*, *Nó*, *Luz de agora* e *Tecelão do assombro*. Do livro *Aqui*, pinçamos dois poemas que dão bem a dimensão da altura poética de Alphonsus Filho, além de exemplificarem as palavras de Alexei Bueno em relação às vertentes formais utilizadas com mestria pelo poeta. Primeiramente este “Como um embalo”:

*Fosse uma chama, crepitaria
sob os meus dedos, na solidão.
Nada mais quero, nada queria.
As noites chegam, os dias vão.*

*Fosse uma chama, breve arderia,
brasa de sonho, na escuridão.
Já nada quero da luz do dia...
Queima uma estrela na minha mão.*

*Mas nada quero da luz da estrela...
(Chegam as noites, os dias vão.)
Por que sonhá-la, se vais perdê-la,
alma perdida na solidão?*

Em seguida, o estranho e belo “O delfim”, em verso livre:

- Deu-se que não havia chá, nem salão, nem mesmo
a dama que me esperava.
– O delfim estará?
– Senhor, o delfim é ausente.
– Então três chávenas de chá-da-Índia! Três chávenas de chá-da-Índia!
(Pausa)
– Mas... o delfim é ausente?
– Senhor, o delfim é morto desde os idos de dezembro.
– Então três chávenas de lua! Três chávenas de lua!
Por Deus, três chávenas de lua!*

Em 2003 Alphonsus de Guimaraens Filho publica a obra poética escolhida com o título geral de *Só a noite é que amanhece*. No dia 28 de agosto de 2008, falece no Rio de Janeiro, após completar 90 anos de idade. Para encerrarmos este rápido percurso pela obra do poeta, lembramos o “Soneto das palavras”, de *O tecelão do assombro*, em que Alphonsus Filho transmite a angústia do que restaria por dizer e que o poeta bem sabe que se tranca para sempre em espesso silêncio, universo inacessível:

*Oh, as palavras que não foram ditas...
Que hoje latejam em nós como febris
sopros das solidões mais infinitas.
Que hoje somente o coração nos diz.*

*Diante de quantos foram sombra amada,
por que foi que eu calei quando devia
(perdido já na mais confusa estrada)
abrir-me como se abre em nós o dia?*

*A vida se compõe desses momentos
em que as palavras ardem. E calamos,
quando tudo era o estremecer que os ventos
deitavam sobre a noite em que nos vamos.*

*Como ainda aflige aquilo que eu não disse,
como se fosse um sol que só eu visse...*

Elizabeth Rennó: entre letras e academias¹

Barjute Bacha

É desafiador reconstruir a trajetória de uma vida voltada para a produção e circulação social do literário, como é a de Elizabeth Rennó. É igualmente um desafio elaborar a sua biografia intelectual de forma coesa e bem enlaçada com as questões culturais do século XXI. As dificuldades decorrem do caráter multifacetado de sua escrita, uma vez que ela é ensaísta, cronista, poeta, romancista e, também, integra diferentes entidades dedicadas às letras. Ao longo de sua trajetória, demonstra um raro vigor para atuar em academias. Com espírito inquieto e solidário, instiga o diálogo entre os seus pares e compartilha experiências e é, sobretudo, uma intelectual que imprime importância ao ato de ler, de escrever e de dar vida e movimento à palavra.

Filha de José Remuzatd Rennó e de Olga Fernandes Rennó, Elizabeth Fernandes Rennó de Castro Santos nasceu na cidade de Carmo de Minas (MG), no dia 10 de fevereiro de 1930. Na companhia da família, morou em diferentes cidades do interior mineiro. Mudou-se para Belo Horizonte em 1947, quando seu pai foi eleito deputado estadual. Casou-se com o engenheiro Fernando de Castro Santos, com quem teve uma filha. Graduou-se em Letras, em 1980, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sob a orientação de Melânia Silva de Aguiar, obteve, em 1985, pela mesma universidade, o título de mestre em Literatura Brasileira, com a dissertação “A aventura surrealista de Lêdo Ivo: invenção e descoberta”.

¹ Palestra proferida na Academia Mineira de Letras, em Belo Horizonte (MG), em 27 de abril de 2018.

Disposta a dar impulso à própria vida literária, Elizabeth Rennó enviou uma cópia de sua dissertação para Lêdo Ivo, que, na ocasião, ocupava a Cadeira 10 da Academia Brasileira de Letras. O poeta, por sua vez, leu o trabalho e declarou: “A sua dissertação constitui, ao mesmo tempo, uma leitura e uma iluminação de minha obra [...]. Apreciei inicialmente a sua prosa, o seu escrever bem e claro – a clareza expositiva de uma escritora escondida atrás da dissertadora e dotada de um desembaraço verbal que a distância dos usuários dos caçanges críticos –, e decerto foi a sua desenvoltura estilística que lhe permitiu dizer o que disse”. (Orelha do livro *De Gil a João*)

No ano de 1988, a dissertação de Elizabeth Rennó chega às mãos do público com o seguinte título: *A aventura poética do Lêdo Ivo* (volume 11 da Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras). O texto da jovem autora conta com a apresentação de Antônio Houaiss. O consagrado filólogo adverte que a proposta do estudo é audaciosa, “[...] pois se trata da obra de um grande poeta contemporâneo brasileiro, cujas manifestações, ricas em qualidade e quantidade, estão longe de oferecer uma perspectiva unitária – que, de certo modo, simplificaria a missão crítica”.

Houaiss aponta, ainda, aspectos importantes do trabalho: domínio do conteúdo, pertinência na adoção de uma metodologia teórica e aguda consciência de que a matéria não esgota a criação poética. Destaca, em tom de admiração, a competência na exposição e o emprego de uma linguagem marcada pela precisão, pela correção, pela fluência, pela clareza, pela erudição e pela simplicidade. De acordo com o filólogo, a dicção vigorosa das palavras, ritmada e sonora, permite entre ouvir no ensaio de Elizabeth a voz de uma poeta: “uma bela capacidade escritora e fluente (por vezes até um pouco demais afetiva para o formalismo crítico – o que é uma sobrecompensação embelezadora [...])”. Assim, sugere que a autora, em sua arte de crítica, encerra a da criação.

As apreciações de Houaiss, referentes ao ensaio da autora, são reafirmadas por outros consagrados nomes da produção literária brasileira, como Affonso Romano de Sant’Anna, Domingos Carvalho da Silva, Fábio Lucas, Laís Corrêa de Araújo, Geraldo França Lima e Lívia Paulini. A entrada de Elizabeth Rennó para o universo das letras e das

academias sinaliza que a sua busca de acolhida coincide, naquele instante, com o gesto acolhedor.

A partir da década de 1990, Elizabeth inicia sua colaboração com a imprensa brasileira e a francesa. Escreve crônicas que tratam, predominantemente, de atividades culturais e próprias do cotidiano. Em 1992, publica *Palavra e parábola*, um volume composto de poemas que reportam aos textos bíblicos. A obra, apresentada por José Afrânio Moreira Duarte, dá voz a questões de ordem existencial e religiosa.

No ano seguinte, a autora publica o livro *Um esboço histórico e outros ensaios*. O volume apresenta 15 artigos que tratam de temas da história e da memória cultural. Faz, por exemplo, uma rigorosa reflexão acerca das significativas contribuições da Geração de 45 para o Modernismo brasileiro. No conjunto, apresenta uma grande diversidade temática, resultante de diferentes objetos de pesquisa, exhibe o tom objetivo da crítica e, paradoxalmente, a dicção subjetiva da criação – “uma quase prosa poética”, no dizer da prefaciadora Melânia Silva Aguiar.

Cantata em dor maior: Opus 5 (1997) é um volume que guarda 70 poemas, aproximadamente, organizados a partir de diferentes andamentos musicais. A dor, o tempo e seus ritos, a vida, a morte e a palavra constituem alguns dos temas orquestrados nessa composição poética. Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário crítico de escritoras brasileiras* (2001), ressalta a linguagem fluente da poeta: “Embora aderida à realidade cotidiana, onde a vida se concretiza, a matéria poética de Elizabeth sabe-se engendrada e dada à luz da linguagem comunicável, através da palavra”. Efetivamente, alguns versos de “As palavras” são claros e cristalinos e reportam à reflexão metalinguística:

*Escolhidas estão
Agora é preciso alinhá-las
amá-las e acarinhá-las
dispô-las e ordená-las
Desenhadas enfileiradas
há que escutá-las
e de seu som
haurir música e permanência
(p. 12)*

De Gil a João (1999) reúne ensaios dedicados às obras de Gil Vicente, José de Anchieta, Antônio Vieira, Alvarenga Peixoto, Claudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Mário de Sá Carneiro e Aníbal Machado. O vivo interesse pelas literaturas brasileira e portuguesa traduz a intenção da autora de dar “voz plena” aos que parecem silenciados na história. Vieira, por exemplo, é aquele que intercede pelos injustiçados do Brasil, sejam eles da época da colônia, sejam eles do nosso tempo. Essa obra recebeu o Prêmio Eduardo Frieiro para Ensaio, da Academia Mineira de Letras, em 2000.

A única e bem-sucedida incursão da autora na prosa de ficção é o romance *Concha-lua* (2000). Na trama, as personagens Elisa e Vera são mulheres maduras, amigas que trocam cartas. Em tom confidencial, falam de experiências relacionadas ao amor e às possibilidades de refazer os cursos de suas vidas.

Crônicas de jornal (2003) é um volume que reúne textos publicados na imprensa. Segundo a própria Elizabeth, os motivos predominantes de seus escritos são a arte de amar, a poética dos arcades mineiros, o papel social das academias e a importância da cultura e da literatura para a sociedade.

Em 2005, Elizabeth Rennó publica *Memória Diamantina*. Para compor a capa do livro, Lívia Paulini desenha o icônico passadiço de Diamantina. “Construído no século XIX, ele é uma espécie de ponte de madeira fechada [...]. Sua função é ligar dois sobrados históricos”. Nesse cenário, a memorialista traça a trajetória de JK, desde as suas origens no casarão da Rua Direita até a construção de Brasília. O livro recebe o Prêmio Centenário de Juscelino Kubitschek de Oliveira, da Academia Mineira de Letras.

Ronda universal (2006), de Elizabeth Rennó, encerra uma coleção de poemas que falam de questões existenciais. Essas questões aparecem em “Intermitência”, “Lembranças” ou nos dolentes versos de “Perda”:

*Minha sogra
corria os pastos
em seu desespero*

*Eu não vejo pastos
corre dentro de mim
a minha angústia (p.118)*

Outros textos da coletânea, no entanto, encenam uma voz poética ferida pela dor da existência e busca, na vertente mítica, mística e poética, algum alento.

Post-Scriptum (2009) é uma antologia de 32 ensaios que versam sobre autores que constituem o cânone da literatura brasileira, como José de Alencar, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Lêdo Ivo, João Cabral de Melo Neto e outros. Entretanto, Elizabeth Rennó não deixa de apresentar a sua produção ensaística sobre as obras das poetisas mineiras Henriqueta Lisboa, Adélia Prado, Alaíde Lisboa e Lacyr Schettino.

Publicado em 2013, *Quatro estações mais uma* oferece uma coleção de 76 poemas organizados a partir de núcleos ou estações temáticas. A primeira traz uma coletânea de textos relacionados à palavra – matéria-prima da poesia. A segunda estação temática associa-se às viagens no tempo, no espaço e nas formas diversas de experiências artísticas, produzidas em paisagens do Velho e do Novo Mundo. A seguinte estação é dedicada à existência e a seus mistérios, ao amor e às suas lembranças, ao tempo e a seu implacável ritmo, ao fazer poético, à busca de sentido para o existir. A outra estação e “mais uma” revelam um vivo apreço ao compositor Vivaldi. As estações poéticas metafORIZAM, assim, um delicado dueto, o qual tenta resgatar a aliança entre a palavra e a música, enlace há tempos desfeito na história das artes.

Um estudo pormenorizado da produção literária de Elizabeth Rennó encontrará outros e outros textos, certamente dispersos. No momento, a autora procura organizar essa produção. O volume *Arquivos literários* (2017) pode ser inserido nesse contexto, uma vez que apresenta um conjunto de aproximadamente 35 textos sobre prosa e poesia. Alguns artigos, particularmente, são dedicados aos amigos próximos de letras e de academias. À Yeda Prates Bernis, autora do livro *Grão de arroz* (1986), presta uma homenagem ao compor o também intitulado “Grão de arroz”. Trata-se de uma recriação poética singela e terna, como convém à cumplicidade amiga que liga as duas poetisas:

[...] louve-se a Mulher
 A que fia e tece,
 a que cuida e agasalha,
 a que ensina e doutrina,
 a que ralha e conta histórias.
 E mais ainda:
 que faz tudo isso e
 se projeta sobre as letras e arabescos,
 com versos e reversos,
 produtos de suas mãos também [...] (p. 38)

Elizabeth Rennó tem muitos textos incluídos em antologias que circulam no Brasil e no exterior, entre as quais *Vitrine de poesia* (1993), *A poesia mineira do século XX*, organização de Assis Brasil (1998), *Maria Virgem Mãe*, organização de padre José de Souza Nobre (1998), *Reflexos da poesia contemporânea no Brasil, França, Portugal e Espanha*, *Perles Réverbérantes* (versão para o francês), organização de Lívia Paulini (1999), *Écrivains Contemporains du Minas Gerais, Escritoras de ontem e de hoje*, organização de Constância Lima Duarte e outras (2012), *Le Printemps du Brésil* – Réalisation: Christiane Mestas-Jalons Hors Série (2000) e *Sonata poética*, organização de Anome Livros (2005).

Paralelamente ao trabalho com a palavra escrita, Elizabeth Rennó procura fortalecer os laços entre o literário e a vida social. Em diversos ambientes, promove a literatura e estimula o gosto pela leitura e pela escrita e o apreço pelas letras, ciente de que a prática do literário não deve ser solitária, mas solidária e integrada à vida em sociedade. Não é sem razão, portanto, que a autora obtém prêmios, títulos e distinções. Não é sem razão que, desde a década de 1990, participa de diversas entidades literárias, como a Academia Feminina Mineira de Letras, a Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a Academia de Ciências e Letras de Conselheiro Lafaiete, a Academia Itajubense de História, a Academia de Letras de Congonhas, a Academia de Letras de São João del-Rei, a International Writers and Artists, Bluffton College, OH, USA, e a Academia Itajubense de Letras.

Na Academia Mineira de Letras, Elizabeth Rennó ingressa no ano de 2004 e é eleita para o período 2016-2019 como a primeira mu-

lher a ocupar a presidência da entidade. Entre os seus feitos, observa-se a incansável disposição para promover cursos, oficinas, palestras, seminários, exposições, entre outros eventos culturais. Nos últimos momentos de sua gestão, obtém a documentação legal e necessária para a posse do Solar Borges da Costa, sede da própria Academia. Concebe, assim, o espaço físico da Academia Mineira de Letras como o “reino da palavra” – um lugar destinado ao saber e ao diálogo intelectual, uma casa que mantém viva, de forma crítica e criativa, a vida literária.

Heli Menegale: um relato afetivo-biográfico

Berenice Menegale

Heli Menegale, meu pai, nasceu em Juiz de Fora, em 10 de janeiro de 1903, segundo filho de Amália Guimarães Menegale, nossa doce vovó Sinhá (de quem cada neto se sentia predileto...), e de Heitor Menegale, jovem italiano que emigrara do Veneto para o Brasil com o irmão Giovanni. O segundo seguiu para o Sul do País, radicando-se no Paraná. Heitor, não dado à agricultura, internou-se na Zona da Mata mineira, onde morou em várias cidades até se fixar em Juiz de Fora. Irmão leigo da Ordem Terceira Dominicana em Veneza, em Juiz de Fora converteu-se à Igreja Metodista e tornou-se secretário do Instituto Granbery, educandário em que seus filhos viriam a estudar, assim como, futuramente, vários outros membros das famílias Guimarães e Menegale.

O primogênito do casal ítalo-brasileiro foi José Guimarães Menegale, brilhante jornalista e orador, autor de livros de Direito Administrativo até hoje reconhecidos, personalidade muito influente na vida cultural de Belo Horizonte dos anos 40 e, mais tarde, como advogado no Rio de Janeiro. Após os estudos primários em Juiz de Fora, Heli continuou sua formação secundária em Lavras, no Instituto Gammon, e fez os preparatórios em Campinas. Já com três filhos – o terceiro dos quais viria a ser o médico César Menegale –, Heitor transfere-se com a família para o Sul de Minas. A encantadora Passa Quatro, ao pé da Mantiqueira, foi a cidade adotada pelos Menegale. E, logo na adolescência, Heli manifestou sua veia poética, contagiado pela poesia dos parnasianos, especialmente Alberto de Oliveira – consagrado “príncipe dos poetas brasileiros” –, enquanto em São Paulo irrompia a Semana de Arte Mo-

derna. Foi justamente nesse ano de 1922 que Heli publicou *Azul*, seu primeiro livro de poemas – naturalmente parnasianos (que ele chamava de “poemas líricos”) –, escrito aos 17 e 18 anos de idade. O livro, publicado em bela edição pela Casa Mayença, de São Paulo, teve bastante repercussão na imprensa regional, como também positiva e mesmo entusiástica apreciação de alguns escritores em revistas do País. Exemplo dessa acolhida foi o artigo de Amadeu Amaral, em *O Estado de São Paulo*: “Bonito livro, excelente livro. Trata-se de um poeta, um poeta de verdade, um poeta-poeta, daqueles que têm muita música dentro de si, e não fazem senão deixá-la escapar cá para fora [...], como por alguém que conhece e ama a sua doce língua, como vai conhecendo e amando os recursos infinitos da métrica”. Uma das quadras introdutórias de *Azul* era:

*Consoladora e mágica poesia,
que, para nós, os tristes sonhadores,
na luz que dos teus veios irradia,
transformas em azul as outras cores...*

Pela dedicação permanente do autor à poesia, outros versos foram surgindo numerosos. Contava mais tarde aos filhos: “Mamãe me disse uma vez: ‘Meu filho, os poetas são tão infelizes’. Ela não sabia que a poesia é uma felicidade”. Acontece que o poeta se apaixonara e queria se casar... e para isso precisava trabalhar. Heli já colaborava na imprensa regional mineira e paulista e foi redator das revistas *A Onda* e *Silhueta*. A precocidade do poeta se manifestava também nas outras atividades, não amadorísticas, que precisou exercer para ganhar a vida: enquanto cursava a Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro, foi professor em vários colégios da região e até dirigiu – aos 18 anos – um colégio em Resende (RJ).

Nas voltas que a vida inventa, e para que a diversidade de origem – tão constante na população brasileira – estivesse na base de mais um novo e feliz núcleo familiar, vamos ver como foi providencial que o jovem Júlio Régnier – que da França emigrara para o Brasil na mesma época que os irmãos Menegale – se instalasse no Rio de Janeiro, importando vinhos; e que, casado com uma carioca filha de alsacianos, mudasse-se para Passa Quatro em busca de clima saudável e, principalmente, de água medicinal.

*A água de Passa Quatro
ferve como champanha...*

Os Régnier já tinham dois filhos quando Júlio se enamorou da cidade e da região e adquiriu uma pequena fazenda (que mais tarde vendeu), indo morar na cidade, perto do Hotel Internacional, que fez e administrava. Ele foi, dentro das modestas dimensões de Passa Quatro, um dinâmico empreendedor. Edificou um cinema e promoveu de diversas maneiras as virtudes da água magnesiana das fontes da região. Em Passa Quatro nasceram suas três filhas. Da caçula, a loura normalista Odette, é que Heli se apaixonou aos 17 anos.

Em 1926, já casado, Heli instalou em Passa Quatro (com financiamento decisivo de seu pai) uma tipografia para fazer face à manutenção da família – a pequena Casa Aurora, que prestou serviços até como editora de livros e periódicos, a exemplo da revista *Electrica*, de Heitor Alves, de Itanhandu, famosa por ser porta-voz do Modernismo do Sul de Minas. Foi nessa época que Ribeiro Couto, já renomado poeta e romancista, instalou-se em Pouso Alto como promotor. Logo se tornou cliente da Casa Aurora, nascendo ali, entre eles, uma profunda amizade, que Heli muito prezava. Eu, que não conheci Ribeiro Couto, sempre senti um afeto por ele. Esse afeto que se explica pela emoção carregada de saudade com que meus pais falavam no amigo, desde quando o poeta, como diplomata, passou a residir no exterior.

Naquele mesmo ano saiu, pela Casa Aurora, *Ânfora dos sonhos* – o segundo livro de poesia de meu pai, já escrito havia dois anos. A publicação recebeu muitas resenhas e comentários, entre os quais um longo artigo do mal-humorado Medeiros de Albuquerque, que praticamente arrasava o livro. Na época, Heli estava em contato, além de Ribeiro Couto, com escritores do movimento da *Revista Verde*, de Cataguases, especialmente Rosário Fusco. E, numa espécie de autodesafio, escreveu de um jato, em uma noite de 1928, as miniaturas que compõem *Passa Quatro*. Pela manhã foi a Pouso Alto levar a Ribeiro Couto o livro escrito à mão. O poeta paulista, em janeiro de 1926, escrevera a Heli: “*Por que v. não aparece por aqui? Tem medo de modernizar-se? É inútil tomar precauções: o espírito de um movimento é como o microbio de uma doença epidêmica: pega nos outros, mesmo que os outros*

se defendam muito...”. E então, recebendo Passa Quatro, vibrou com a “adesão” do amigo ao Modernismo. Heli editou logo o livro na Casa Aurora sob o pseudônimo de Ricardo Martins. A repercussão entre os escritores mineiros adeptos do movimento é calorosa. Ribeiro Couto publica na revista Para todos, do Rio, um artigo intitulado “Uma cidade feliz ou um poeta feliz?”, em que vai comentando e citando vários dos pequenos poemas do livro. E escreve: “Este poeta, ainda que nunca tivesse lido Francis Jammes, está para Passa Quatro como Francis Jammes está para Orthez. A mesma atitude recolhida e lírica de adoração à natureza e às coisas humildes. Somente um instinto sarcástico envenena às vezes, um pouco, a doçura do poeta brasileiro”. Tristão de Athayde, por sua vez, recomendava, em O Jornal (RJ), após citar alguns versos: “... isso só será vulgar para os vulgares. Penso que se deve guardar o nome de Ricardo Martins”. E por aí afora... Muitos outros colunistas de jornais do Rio, de São Paulo e de outros estados também saudaram o livro. Em carta, Carlos Drummond assim inicia seu comentário: “Você faz parte das minhas preocupações sentimentais, Ricardo Martins de ‘Passa Quatro’! Seu livro tão fino, tão bom, tão como eu gosto, me tocou profundamente”.

Mais de 50 anos mais tarde, Drummond, escrevendo no *Jornal do Brasil* pela morte de meu pai, em 1982, reproduziu este “Adeus”, do livro *Passa Quatro*:

*Que comovente, infantil amizade
A do velho meirinho
Que se despediu com os olhos cheios de água
Do juiz removido para o Norte de Minas!*

A Revolução de 30 afetou de maneira cruel os passaquatrenses, em razão da localização, em seu território, da boca do túnel da estrada de ferro que liga Cruzeiro, em São Paulo, a Passa Quatro. Ali, um número insignificante de homens da Força Pública e um punhado de civis empolgados pelo ideário da revolução se mobilizaram para defender a cidade contra a invasão dos paulistas pelo túnel. Heli, um dos voluntários sob o comando de um cabo da Força Pública, nascido em Prados, o cabo Deodato, contou o episódio na pequena brochura *Cabo Deodato*, publicada em 1936, nas oficinas gráficas de *A noite*, no Rio de Janeiro.

Desde o dia 4, na serra, aos dezessete homens da Polícia foram-se unir alguns civis, que à noite, principalmente, aumentavam de número. [...] Mas, gente desprevenida e pacífica, raros os que se apresentavam armados de boas carabinas de longo alcance; a maioria trazia espingardinhas de caça miúda ou armas de tiro curto... Quantos os que sobraçavam valentemente um **pica-pau** inofensivo, desses de “orelha” de encher pela boca, que, mesmo nas mãos de um atirador mais destro, só de cinco em cinco minutos podem disparar... (cabo Deodato).

A motivação para essa publicação tardia foi a inconformidade do autor com o fim injusto sofrido pelo cabo, que ele considerava herói.

Finda a revolução, Heli, Odette e os dois meninos se despedem de parentes e amigos, partindo ainda em 1930 para Belo Horizonte, a jovem capital (onde já residia o irmão mais velho, José), em busca da construção de um futuro para a família. Em pouco tempo, Heli dava aulas de História e Português em diversos colégios, e Odette, com seu diploma de professora, lecionava na Escola Normal. Nos primeiros tempos ainda havia horas livres que Heli ocupava lendo e escrevendo. O irmão José, que já tinha três filhos e uma roda de bons amigos, introduziu Heli no jornalismo de Belo Horizonte. A família residiu sucessivamente em várias casas alugadas. As dificuldades financeiras eram enormes, mas, apesar de tudo, recebiam sempre, em casa, sobrinhos do Sul de Minas que vinham estudar na Capital e que, com sua presença, contribuía para a atmosfera afetiva. O único transporte era o bonde e, mesmo assim, quantas vezes Heli ia de Santa Teresa, ou outro bairro em que morassem, até o Ginásio Mineiro, no Barro Preto, a pé – para que um sobrinho pudesse pagar a passagem! Em 1934, nasci eu, primeira belo-horizontina da família. Pouco a pouco Heli ia-se firmando como excelente professor e pessoa discreta e generosa; dava aulas em três colégios e mais tarde concentrou seu trabalho principalmente no Ginásio Mineiro, dirigido pelo venerável monsenhor Arthur de Oliveira, inesquecível fundador da Casa do Pequeno Jornaleiro. Conseguiu construir um sobrado na Avenida Amazonas (que, em sua extensão, ainda não ultrapassava o Colégio Santo Agostinho), com o pecúlio da Previdência do Estado e ajuda do

sogro, Júlio Régnier. Nessa casa finalmente tinham um quintal e espaço para as necessidades de uma família que crescia. Ali nasceram o quarto e o quinto filhos. Por 12 anos essa casa foi o abrigo de nossos sonhos, de nossa formação e até mesmo do amadurecimento de nossos pais. Parece-nos tão longo esse período, e a casa será sempre (embora já destruída) “a nossa casa”. A vida de extrema simplicidade levada pela família não era destituída de fiéis amizades, que se prolongaram ao longo dos anos; escritores e professores – e suas famílias – faziam parte da nossa convivência quase diária. Foi assim que Heli conheceu alguns acadêmicos. Publicou, em 1935, *Antiga melodia*, e, em 1936, *Cabo Deodato*, prosa, e *Joãozinho e Maria e outras poesias infantis*.

E chegou o momento em que ingressar na Academia Mineira de Letras era quase uma ambição natural. Dois amigos se inscrevem para a vaga de Dilermando Cruz: Moacyr Andrade e Heli Menegale. A propósito dessa eleição, não resisto ao prazer de citar um trecho do discurso do acadêmico e grande jornalista Moacyr Andrade, em 18 de agosto de 1977, quando a Academia homenageou Heli:

...fomos os dois – eu e Heli – candidatos a uma mesma vaga nos quadros desta Casa [...]. Toda gente sabe o que acontece com os candidatos a uma só vaga. Cada qual quer ser eleito, é claro. E para isso trabalha, movimentase, mexendo os **seus pauzinhos**, do modo que parecer mais aconselhável. E também nessa atividade o segredo é a alma do negócio. Passo que um candidato dá não quer que os outros saibam [...]. Pedem-se votos. Têm de ser pedidos. Cada candidato procurando diretamente os acadêmicos e tentando descobrir intermediários que possam sensibilizar o ânimo do acadêmico, que é voto. Vão ver que homem estranho é Heli Menegale... Uma das dificuldades naquela época era descobrir os endereços de todos os acadêmicos, pois muitos moravam fora de Belo Horizonte e até do Estado. Havia um acadêmico que, absurdamente, residia no Acre... O Heli, que suara, mas arranjava todos os endereços, vem oferecê-los a mim, seu concorrente, dizendo, angelicalmente: “É para facilitar o seu trabalho, pois com certeza vai dirigir-se a toda essa gente. E alguns endereços custou-me arranjar”. E não ficava só nisso, nessa oferta em bandeja aplainadora para o meu pedir de

votos. Mostrava-me ele as respostas que ia recebendo às suas solicitações de votos e ainda me aconselhava a respeito de possíveis intermediários entre candidato e acadêmicos para obtenção de votos. Inculcava-me “pistolões” junto a alguns acadêmicos. Afastava possíveis obstáculos ao seu concorrente na arrancada para arranjar votos... É assim Heli. Feito desse barro humano raro de bondade e desambição. A minha eleição para a Academia foi por ele recebida com tanta alegria quanto foi depois a minha ao abraçá-lo como companheiro, à sua entrada para o nosso convívio em substituição a Mário de Lima.

A eleição de Heli Menegale para a Academia Mineira de Letras se deu em 1936. Era o mais moço dos acadêmicos, dentre os quais angariou sinceros amigos para toda a vida.

Com a reforma que dotou o ensino secundário de dois ciclos, ginásial e colegial, o Ginásio Mineiro passou a chamar-se Colégio Estadual. Em 1950, Heli, que já era vice-reitor, foi nomeado reitor. Fomos morar na residência que havia anexa ao prédio do colégio e que continha também uma capelinha dedicada a Nossa Senhora do Brasil. O reitor cuidava do colégio, dos alunos e dos professores como uma missão de vida. Desde a vice-reitoria, a sua atuação passara de professor para educador. Era assim que ele se via, assim queria ser, e assim foi daí para frente. São inúmeras as lembranças comovedoras do professor Heli, que até hoje ouço – ou leio – de ex-alunos, já idosos, que têm o colégio como uma das etapas mais ricas de suas vidas e que tiveram nele um amigo compreensivo e conselheiro incomparável. O professor lia sempre sobre as questões do ensino e da educação e as estudava, produzindo textos e fazendo palestras. O foco de seus interesses mais constantes deslocou-se, na minha percepção de filha e ex-aluna do Colégio Estadual, da literatura para a educação. Sua participação era demandada no Conselho Estadual de Educação e em seminários. Sua produção literária era pequena, mas enorme o número de textos sobre educação e ensino.

Em 1956, Heli é convidado pelo recém-nomeado ministro da Educação Clovis Salgado para ocupar no MEC a Diretoria Nacional de Educação. Incentivado por amigos e apoiado por Odette e os filhos,

aceita o cargo e assim transfere-se a família para o Rio. Tem início aí, estando Heli com 53 anos, uma nova etapa de sua vida.

Para quem conviveu com Heli Menegale é clara a percepção da inteireza de sua personalidade. Saindo de Minas – sua terra, do Colégio Estadual – onde era uma liderança suave e firme, e chegando a uma estrutura enorme como a do Ministério da Educação, alvo da sábia confiança do ministro Clovis Salgado, ele dedicou toda a sua força intelectual, toda a sua experiência e todo o seu ideário de educador a serviço da obra que lhe era confiada. Com o sacrifício de sua saúde, realizou um trabalho modelar, planejando e coordenando ações estruturantes nos campos da alfabetização e educação de jovens e adultos e dos ensinos primário, secundário, técnico e superior. Nas diretorias respectivas, trabalhou com técnicos e pedagogos notáveis, como Armando Hildebrand, Anísio Teixeira e, num segundo momento, com Darcy Ribeiro – com os quais criou fortes laços de amizade e mútua admiração. Lembre-se de que a nova capital estava em construção. O MEC criava o Plano Educacional de Brasília, em que a possibilidade de inovação e a oportunidade de materializar os sonhos eram motivo de entusiasmo. Para a concretização do plano, finda a presidência de JK, Heli foi nomeado secretário de Educação de Brasília, onde pôde prestar serviços relevantes enquanto esteve sob administrações inteligentes e corretas. Voltou ao Distrito Federal a chamado de Darcy Ribeiro, quando este foi ministro da Educação, porém não aceitou o convite para dirigir a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, que Darcy estava criando. Voltou para o Rio, muito cansado. Passou a escrever com mais assiduidade, organizou seu arquivo, retomou contato com grandes amigos escritores. No Rio, Alphonsus de Guimaraens Filho era o companheiro mais constante. Estreitou relações com Gilberto Mendonça Teles, Paulo Rónai e outros escritores. Maria José de Queiroz foi um grande estímulo, desde jovem. Em 1960, Heli publicara *Roteiros de poesia*, livro de crítica; em 1966, saem *Aldeia*, poesia, e *A porta do paraíso*, prosa, dedicado à primeira neta –, todos com excelente repercussão na imprensa e manifestações em cartas de escritores.

Em 1975, sofreu um grave enfarte. Ainda voltou a trabalhar em projetos e comissões no campo da educação. Grande emoção foi a homenagem da Academia em 1977, quando veio a Belo Horizonte para

receber o diploma de benemérito. Pela mão de Alphonsus passou a frequentar o Sabadoyle. Incansável amigo, Alphonsus – convencendo-o de que devia publicar uma antologia de todas as fases de sua poesia que incluísse os poemas inéditos mais recentes – organizou esse livro, que recebeu o título de *Permanência do azul* e foi publicado pela Editora Globo em 1979. Heli recebeu confortadoras e belas manifestações por esse livro. Progredindo insidiosamente, porém, a insuficiência cardíaca acabou por derrubá-lo. Em 23 de maio de 1982, aos 79 anos, Heli deixou nossa mãe e deixou-nos a nós, filhos, noras e netos, com uma saudade imensa da paz e da compreensão que ele sempre nos transmitiu.

O riso e a razão lúdica de ser: provocações giffônicas

Caio Junqueira Maciel

“Montanhas e montanhas e montanhas”

O verso acima, feito só de montanhas, do poema “Os monges”, de Cruz e Sousa (1961, p. 162), é uma boa epígrafe para a produção literária de Luís Giffoni, mineiro de Baependi – cidade das encostas da Serra da Mantiqueira. Sua obra faz referências a serras, picos, montanhas e cordilheiras. Contos, crônicas, novelas infantojuvenis, ensaios, biografias e romances são os gêneros de seus livros publicados entre 1988-2014, aqui também indicados por iniciais para facilitar as citações: *A jaula inquieta* (AJI, 1988); *Os pássaros são eternos* (OPSE, 1989); *O ovo de ádax* (OA, 1991); *Boirangos azuis* (BA, 1993); *O caçador de yétis* (OCY, 1996); *Tinta de sangue* (TS, 1998); *A árvore dos ossos* (AAO, 1999); *Adágio para o silêncio* (APS, 2000); *A verdade tem olhos verdes* (AVTOV, 2001); *Riscos da eternidade* (RE, 2002); *As chinelas da raposa polar* (ACRP, 2002); *O poeta e o quasar* (OPQ, 2003); *Infinito em pó* (IP, 2004); *Retalhos do mundo* (RM, 2005); *O reino dos puxões de orelha* (ORPO, 2006); *China: o despertar do dragão* (CDD, 2007); *D. Frei Manoel da Cruz* (DFMC, 2008); *O pastor das sombras* (OPS, 2009); *O fascínio do nada* (OFN, 2010); *Serra do Curral* (SC, 2012); *O acaso abre portas* (OAAP, 2014).¹

Escritores mineiros não deixam de falar em montanhas. Alphonsus de Guimaraens (2001, p. 190), em uma de suas canções,

¹ Para referência rápida, pode-se consultar, no final do artigo, a lista alfabética de abreviaturas. (N. do R.)

versejou: “Eu bem sei que ninguém me acompanha, / é que estou só no alto da *montanha*”. O poeta de Aiuruoca, Dantas Motta (1961, p. 71), em versos de suas *Elegias do País das Gerais*, escreveu: “País das Gerais, sou teu filho. / Ninguém sabe quando sou boi, / Ninguém sabe quando sou leão. / Na planície me sinto triste, / Na montanha me sinto alegre.”. Giffoni, que usou epígrafe de Dantas nos dois livros sobre o primeiro bispo de Mariana, também é filho do País das Gerais e cita o Pico do Papagaio, de Aiuruoca:

Na Aiuruoca, numa tarde de frio, olhando o sol esconder atrás do Papagaio no meio de muita cor, de mim para mim, eu descobri que eu não venci o destino (AAO, p. 209).

Em Aiuruoca – pacata cidade junto ao pico do Papagaio tão celebrado por Saint-Hilaire, que o escalou em 1822 – meu avô se instalou em torno de 1890 e jamais retornou à Itália (ORPO, p. 165).

Esse pico faz parte de um contraforte da Serra da Mantiqueira, assim captada pelo olhar de um personagem de *Adágio para o silêncio*:

Ulisses emocionou-se diante do perfil longínquo da serra da Mantiqueira. Até então, a cidade lhe parecera quase desconhecida, os referenciais antigos engolidos por construções ou avenidas. As montanhas, contudo, permaneceram, vestidas com o mesmo tom azulado da primeira memória. A Mantiqueira e a família possuíam um aspecto comum: eram imutáveis. Com uma ressalva: a serra não doía (APS, p. 190).

A Serra do Curral, de Belo Horizonte, mereceu-lhe um livro e esta declaração apaixonada: “De uma ponta a outra, a Serra do Curral me pareceu em fogo, um fogo muito mais potente que o de capim, fogo que vinha das entranhas da Terra, fogo de beleza, fogo de paixão” (SC, p. 9).

Esse mesmo cenário também comparece na ficção:

[...] seguiu para o centro de Belo Horizonte, aquela hora ainda vazio, apesar da manhã insinuada ao longo da serra

do Curral. A crista das montanhas lembrou-lhe, com sua linha quase reta, a muralha de uma cratera vulcânica cuja borda estivesse quase erodida (TS, p. 95).

E, para além de Minas, o autor traz para seus leitores de todas as idades a magia das montanhas:

No lago Phewa, o Himalaia se refletia emoldurado por uma vegetação inconcebível em Tengbochê. Fascinado pelo cenário, cogitou ficar ali para sempre. Mudou de ideia logo depois. Um senso de obrigação com o destino o impeliu para a sua terra. Lá ficava o Sagarmatha, e os yétis preferiam as altitudes máximas (OCY, p. 51).

O envolvimento do cronista com a natureza pode ser sintetizado neste trecho:

Desertos me fascinam tanto quanto mares, planícies e montanhas. Dissolvido neles, reaprendo minha dimensão frente ao mundo, situo-me diante do cosmo e da consciência. Apequenado, capturo o estar na vida. Sinto-a pulsar, presente em cada poro. Não precisamos alcançar as estrelas para vivenciar a totalidade, a Terra oferece lições gratuitas (ORPO, p. 138).

Exalações de uma escritura sensorial

Constata-se, nos livros desse autor mineiro, a forte presença do corpo a participar da escrita, tornando-a mais vívida, intensa, como que regada por fluxo sanguíneo. Ao descrever um quadro visto no Museu do Louvre, o cronista impregna sua escrita com forte acento sensorial:

Há quadros que, sem a menor cerimônia, me agarram pelo pé, ou melhor, pelos olhos. Concepção, desenho, cor, forma, textura, volume atravessam as pupilas, furam as retinas, cutucam os miolos, geram o fascínio que, às vezes, me faz cócegas lá dentro, arranca risos e silenciosos aplausos. Em outras ocasiões, produzem reflexão (OFN, p. 13).

Entre os sentidos, destacamos o olfato, registrado em algumas passagens de seus romances:

Nenhuma memória tem mais força que a olfativa. Fero-mônios, feras, demônios (OA, p. 84).

Não existem memórias mais fortes que as dos odores (APS, p. 96).

Declarou que o cheiro de julho, a mistura de flores de laranjeira com a da torrefação de café, era único no mundo e o acompanhava desde a infância qual marca de identidade – e as pessoas carecem dessas marcas antigas para serem felizes e seguras (APS, p. 189).

As madrugadas de agosto, frias e ventosas, sempre exacerbam o olfato e liberam as lembranças que o sentido guarda. Odores são frascos de memórias (OPS, p. 134).

O austríaco Leo Spitzer, segundo Daniel Delas em seus estudos sobre o estilo, aconselha a ler e reler uma obra, até que um detalhe possa desencadear o “clique”. Daniel Delas, no prefácio de um livro de Michael Riffaterre, assim sintetiza esse método:

[...] uma unidade linguística impõe-se como específica do étimo do escritor. Após essa fase ascensional, só resta reler a obra para conferir experimentalmente a descoberta e observar de que modo se organiza, em torno desse núcleo, uma rede linguística original, o ‘estilo’ do autor a ser considerado (DELAS, 1973, p. 10).

Aqui, é perceptível um termo que emerge em praticamente todos os livros: o verbo “exalar”. É significativa marca estilística do autor: na biografia sobre o bispo dom frei Manoel da Cruz, em seu sentido denotativo, ele realça o olfato e traz mais vida ao personagem histórico:

Procurou-se agradar não apenas às vistas e aos ouvidos. Também não se esqueceu dos odores. Um dos jardins, com ‘bem delineado lavor de murtas’, repleto de flores,

exalava o cheiro das plantas, que também invadia ‘um alegrete mais levantado’ (DFMC, p. 72).²

Nessa biografia, o autor transcreve um trecho de um discurso histórico em que o Conde de Assumar usa o verbo “exalar” no sentido figurado:

[...] acrescentarei que a terra parece que evapora tumultos; a água **exala** motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdade os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno (DFMC, p. 41).

No romance sobre o bispo, há esta paráfrase da fala de Assumar: “[...] recuperai essas Minas que ardem na concupiscência, **exalam** motins, evaporam tumultos, tocam desaforos, vomitam insolências e instilam a liberdade com o rico caldo de suas entranhas” (OPS, p. 45).

No conto “*Ars gratia artis*”, que retoma aspectos temáticos do romance *Tinta de sangue*, o narrador, ao comentar sobre uma tela, usa o verbo “exalar” de forma conotativa, associado a outros sentidos:

A última, ainda inacabada, já **exala** magia. A inspiração veio do caso de Belém: a alma da garotinha de jeans e camisa florida escapa da superfície, transcende o material, o comum da existência, paira numa dimensão que açambarca os sentidos, adere ao fluxo do tempo, avança com ele, alcança o eterno (ACRP, p. 20).

A exalação produz efeito sinestésico, ligado a outras sensações, como ilustram as seguintes passagens. Com o tato:

Enquanto balançava a cabeça, a **exalar** o desconsolo num suspiro que colheu entre os dedos, Manoel mirou, no canto da cômoda, o barrete episcopal, no tom mais acentuado

² Os destaques com negrito em citações são grifos do autor do artigo, Caio Junqueira Maciel. (N. do R.)

das violetas que florescia em abril nas colinas de Lou-sada, sementeada ao acaso pela Infinita Graça (OPS, p. 71).

Com a visão:

Ao besuntar o rosto com protetor para radiação, o comandante deu de encontro com os próprios olhos, dois pontos negros que costumavam **exalar** vigor e alegria (IP, p. 87).

Ante meu olhar de espanto, desses que a gente **exala**, sem perceber, quando testemunha surtos de loucura, ele [o pesquisador] me contou, em seu portunhol esquisito, que a planta era uma iridácea... (SC, p. 62).

Com a audição:

Exalavam o canto da água-rasa – e o encanto da primeira vez que as notou, ainda na Estação Orbital, meses antes da partida (IP, p. 193).

A música **exala** a essência de Deus. Mariana exala Satanás (OPS, p. 55).

Com o paladar:

Com lábios bem soldados, ele nunca, para ninguém, **exal-laria** o mel da voz, o sorriso da ternura, a força da presença, a inteligência da argumentação (OPS, p. 88).

Em *O pastor das sombras*, o verbo ganha significações mais amplas, uma vez que é conjugado com a estética barroca, farta em registrar impressões sensoriais. Alguns exemplos:

O chefe deles [facínoras da Mantiqueira], o famigerado Caolho, possui chifres, **exala** enxofre, come criança e delicia-se com críticas à Igreja (OPS, p. 29).

Como queda leva a mais queda, no Cálice logo elevaria a aguardente que **exala** todo o amargor daquela terra (OPS, p. 100).

Um carpinteiro, só depois de tocado pela mão da Virgem, **exalaria** perfume tão Divino (OPS, p. 118).

Assumia enfim seu trono, Áureo Trono Episcopal, do qual **exalaria** a Graça para o rebanho (OPS, p. 124).

A pintura ainda recendia no teto, assim como os bancos para os devotos, rústicas madeiras enegrecidas por óleo de nogueira, **exalavam** a seiva com que os Fiéis mais dedicados os untavam (OPS, p. 134).

Enfim, o sentido metafórico do verbo é aplicado num trecho metalinguístico de uma crônica: “Quando a obra **exala** respeito, a empatia criador-criatura se instala, contagia as páginas, o leitor percebe a intimidade, acredita no universo em que entrou, aumentam-lhe as possibilidades de encantamento” (OFN, p. 117).

De acordo com o linguista Pierre Giraud, citado por Gladstone Chaves de Melo, “cada detalhe permitir-nos-á penetrar no centro da obra” (GIRAUD *apud* MELO, 1976, p. 28). Buscamos, portanto, percorrer algumas das exalações emanadas dessa fecunda obra, traçar uma rota em busca de uma significação, embora correndo riscos: “[...] tudo perdeu o significado. Mas o que era significado?” (TS, p. 155).

Rotas de leitura

Há várias rotas para percorrer a montanhosa obra de Luís Giffoni, em que aspectos mineiros e universais se entrelaçam, assuntos rurais e urbanos se dilatam em temas familiares, sociais, psicológicos, míticos, estéticos, envolvendo questões filosóficas e cosmológicas. Do Pico do Papagaio, de Aiuruoca, ao Monte Everest, conhecido no Nepal como Sagarmatha, há um longo caminho, mapeado por esses textos, que exalam inquietações. O leitor viaja com o autor, que é também um viajante na imaginação. No livro infantil *Os pássaros são eternos*, o pintassilgo Zé incorpora bem a metáfora do voo associado à leitura: “Durante nosso convívio, descreveu-me terras longínquas e lendas fantásticas. Quando me ensinou a voar [...]. Aprendi nomes de árvores, montanhas, rios, animais. [...] Zé mostrou-me a vida e sua circularidade” (OPSE, p. 20).

A vida e sua circularidade é o que pulsa em toda a obra desse autor, que escalou montanhas da América e da Ásia, como também desceu aos abismos humanos. Suas criaturas são seres constantemente atormentados por questões envolvendo o sentido da vida, o estar no mundo, a família, o sexo, a arte, a morte. Reflexões são recorrentes, como neste trecho, sob o prisma de Ulisses (nome que remete a um acervo mitológico riquíssimo em toda a obra), um dos personagens de *Adágio para o silêncio*:

As famílias são coleções de cadáveres abandonados com vida. Enterrá-los significa um desafio no presente e uma profilaxia para o futuro. Ninguém, de posse das faculdades mentais, toleraria o mau cheiro de um convívio indesejado (APS, p. 191).

Segundo a ensaísta Leyla Perrone-Moisés (2016, p. 291), “a literatura a que nos referimos é a que se manifesta em determinados textos, escritos numa linguagem particular, textos que interrogam e desvendam o homem e o mundo de maneira aprofundada, complexa, surpreendente”. Isso é o que nos propõe Giffoni desde a publicação de *A jaula inquieta*. No conto que tem tal título, o personagem se pergunta: “Por que o tempo não pode ser questionado? A dúvida caracteriza o homem, por que não duvidar?” (AJI, p. 36). E se tomarmos a coletânea de crônicas de *O acaso abre portas*, encontramos um narrador que se debate na inquieta busca de um saber, escorregadio e fugaz, deslizante entre objetividade e subjetividade:

Já tive a pretensão de escrever de maneira objetiva, numa linguagem concisa, enxuta, despojada, que todo o mundo entendesse sem esforço. Se consegui, não gostei. O texto ficou parecendo o dos jornais que se apegam em demasia aos manuais de redação: titicante. Nada a ver com titica, mas com o martelar das teclas nas máquinas de escrever de antigamente. [...] Já que a objetividade, uma vez mais, se mostrou um sonho, a subjetividade deveria ser a solução para uma crônica palatável. [...] Enquanto isso, você, leitor, juiz supremo, aceita ou rejeita a crônica, exercício permanente de semear fantasia e leveza para que, talvez, venha a colher alguma realidade. Trazê-lo até o final é uma

vitória. Queimo os neurônios, todos os dois que possuo, para agradá-lo. De quebra, objetiva e subjetivamente também me agrado. São os miolos do ofício (OAAP, p. 8-9).

Engenheiro de formação, escritor por opção, Giffoni projeta e inventa, calcula e imagina, raciocina e se emociona, elaborando textos em que ciência e arte se harmonizam, objetividade e subjetividade se confundem. Em crônica de *O reino dos puxões de orelhas e outras viagens*, o autor une o engenho humano e a beleza natural, expondo aí um de seus temas recorrentes:

A mão humana me encanta quando enfrenta dificuldades técnicas e produz milagres de engenharia. Uma construção pode me dar tanto prazer quanto o cenário da baía de Guanabara. Aliás, natureza e gente costumam completar-se para gerar um tipo inovador de beleza, legítima obra de arte (ORPO, p. 19).

Inúmeras são as passagens em que o cronista expõe seu êxtase ante a natureza:

Ao atravessar a baía de Hong-Kong, a manhã surgiu entre as brumas, envolveu as águas e as montanhas. Obra-prima de um demiurgo inspirado. Não consegui despegar os olhos da paisagem. Queria capturá-la, retê-la para sempre, mergulhar em seu interior, mesclar-me com a formosura (ORPO, p. 159).

A natureza também é captada em seus momentos de caos, como a avalanche descrita em *O caçador de yétis*, em que o símile propõe humanização da geleira:

A geleira emitiu um estrépito de relâmpago quando es-traçalha uma árvore. Em seguida, tal qual uma gigantesca garganta irritada, pigarreou com estrondo. Num último alento, suas bordas rangeram feito lâminas de patins em lago congelado. [...] o desmoronamento lembrou uma enorme estalactite a precipitar-se da abóboda da noite, a princípio em câmara lenta, depois em queda livre.

Explodiu no solo, estremecendo os arredores. O ar deslocou-se com violência pelos desfiladeiros. Pedras e pedaços de gelo espirraram para todos os lados. Avalanchas escorrem das encostas do Nuptsê (OCY, p. 67).

Passagem marcante da natureza caótica ocorre na descrição de uma tempestade, em *A árvore dos ossos*, em que a linguagem figurada animaliza o humano:

O temporal desabou. Em questão de segundos, não havia mais curral. No instante seguinte, nem o pátio. A nossa casa se transformou num escafandro do tamanho da família. Os Santos pareciam afundar num Angai de pingos que despencava do céu. [...] Nunca imaginei que pudesse existir tanta água. O sobe e desce das telhas aumentou, respingos choveram. Outro raio estourou, dessa vez mais perto. A pontaria melhorou. O assoalho estremeceu e os adobes vibraram. No porão, as galinhas cacarejaram aflitas nos seus ninhos. Os Santos olharam para o teto, com o pescoço bem esticado. Lembrávamos um bando de frangos dentro do jacá a caminho do Rio Verde. Em breve, o abate (AAO, p. 175).

Esse baependiense é um escritor “dotado de grande curiosidade transoceânica”, como afirmou o contista e amigo Francisco de Moraes Mendes, e tudo no mundo o inquieta, desde buracos negros e galáxias até os fios da meada de um crochê, “essas pequenas eternidades, colhidas pelas mãos ou pelo intelecto, nos sustentam. Formam a cadeia do afeto. O que somos, sem afeto?” (OAAP, p. 75). Jesus Belo Galvão, em *Língua e expressão artística*, escolheu uma epígrafe do linguista Charles Bally, que aborda o afeto:

A manifestação natural e espontânea das formas subjetivas de nosso pensamento é a afetividade: está indissolivelmente ligada a nossas sensações vitais, a nossos desejos, a nossas vontades, a nossos juízos de valor. Afetividade – o que vem a ser o mesmo – é o sinal exterior do interesse pessoal que sentimos pela realidade (BALLY *apud* GALVÃO, 1967, p. 1).

E, mais adiante, citando Spitzer, Belo Galvão afirma que “língua é criação, expressão do sentimento e, em consequência, via de acesso a ele” (SPITZER *apud* GALVÃO, 1967, p. 24). Este é o ponto, a indagação sobre o ser e o afeto, não apenas no sentido comum de sentimento carinhoso, mas também no de pulsão associada ao entusiasmo, ao prazer de como se faz um trabalho. “O que somos?” é a pergunta filosófica que conduz grande parte da produção de Giffoni, verdadeiro semeador de inquietações e provocações. Em seus textos, encontramos a interação entre ciência e ficção, como neste trecho da crônica “Cosmologia do fim do mundo”:

Expressas as perguntas, somadas as dúvidas, admitida a ignorância, propostas as pesquisas ainda necessárias, oferecidas as soluções provisórias, uma certeza brota dessa confusão: cosmólogos são tão bons ficcionistas quanto os romancistas. Donos de invejável imaginação, criam e destroem como na dança de Shiva (OFN, p. 103).

Na crônica “O delírio nosso de cada dia”, ironia e humor pontuam a feliz simbiose entre razão e imaginação:

Tenho especial predileção pelos cientistas, donos de imaginação sem freios. Inventaram um método que julgam infalível, sobrenatural, como se a varinha de condão da objetividade mandasse para o espaço a subjetividade, como se fosse possível fazer uma ciência única, definitiva, verdadeira em qualquer tempo e lugar (RE, p. 13).

Em crônica de outro livro, vê-se a ratificação desse argumento:

Em vez de antagonistas, arte e ciência são ferramentas para diminuir o caos e melhorar a compreensão sobre nós mesmos e o Universo. Einstein e Faulkner se complementam. Equações são poesia condensada, romances equacionam vidas (RM, p. 44).

Em seu primeiro romance, *O ovo de ádax*, o autor dá o nome de Orlando ao seu protagonista. Opto por deixar de lado as raízes germânicas desse nome para jogar com o gerúndio do verbo “orlar”, em seu

sentido de estar situado à orla de, à borda de, à margem de, ou estar em volta, circundar. Explicando melhor: o herói, Orlando, ao longo dessa narrativa envolvendo ciência, pseudociência, misticismo, ficção científica, droga e muito erotismo, circunda o tema do conhecimento, que pode ser exemplificado por diversas passagens:

Sou, neste instante, apenas uma máquina recheada de informações. Portanto, existo; logo, penso. A consciência é um nonsense no Universo. Perturba o silêncio, descobre a ignorância. Esquece que é subproduto de um cérebro com restrições, cacoetes, limites. Por mais que julgemos progredir, o conhecimento permanece uma utopia (OA, p. 6).

[...] no meu ramo, a ficção confunde-se com a realidade (OA, p. 13).

– O que é a realidade, Orlando?

– Para ser franco, até hoje não descobri (OA, p. 25).

[...] eternas questões acerca do cosmo e da insignificância do conhecimento (OA, p. 159).

O homem é a maior ficção do homem (OA, p. 161).

Na obra infantil *Boirangos azuis*, há a relação entre conhecimento científico e imaginação: “A cabeça do Alberto ferveu de imagens durante a aula de Ciências. A professora explicava a origem da vida na Terra, e ele não conteve a imaginação [...]. Embaralhou todos os conhecimentos” (BA, p. 7).

As indagações sobre o ser e o conhecer praticamente permeiam toda a obra do autor. Em *Infinito em pó*, os recursos da ficção científica estão a serviço da constante interrogação sobre o sentido e a fragilidade da vida e da própria ciência, como as seguintes passagens ilustram:

O vazio cercava-os, ameaçava-os, conduzia-os, pulverizava-os. Para onde quer que olhassem, pesava a vastidão, oprimia-os o silêncio, lancetavam-no os raios cósmicos, pairava a incerteza. Contavam apenas com a fragilidade para sustentá-los: a fragilidade da vida, da tecnologia, dos estoques, dos materiais, da ciência, do sonho – a fragilidade ou, melhor dizendo, a falta? (IP, p. 31).

Entender a própria consciência estaria fora da capacidade humana, porque é impossível a um sistema fechado compreender a si mesmo? O conhecimento desenvolvera leis restritas, de lógica local, exclusiva para o *Homo sapiens*? Haveria outras equações que, antíteses das nossas, explicariam melhor o Universo? A ciência era um voo com asas de cera sob sol escaldante? (IP, p. 36).

Sorriu, considerou a fantasia. Ela contaminava a vida, criava mundos, desfazia outros. Punha tanta coisa para circular na cabeça, muitas desprovidas de nexos, contudo momentâneas e incontestáveis verdades para o espírito (IP, p. 35).

No romance *A árvore dos ossos*, as inquietações prosseguem, do ponto de vista de Isaías, uma das mais complexas personagens desse autor:

Desisti do suicídio. Minhas crenças venceram a razão. Eu, que me orgulhava da troca do catecismo pela ciência, sucumbi a temores antigos. O medo suplantou todas as leituras (AAO, p. 137).

Eu desconfiei das minhas leituras. Nunca, jamais o maior livro consegui captar um milésimo de uma simples rua. Às palavras faltam os cheiros, os sons, os detalhes, a visão. Os textos são meros arremedos da realidade, invencionices de curto alcance, metáforas sem pé nem cabeça (AAO, p. 194).

Em uma das crônicas de *O poeta e o quasar*, o autor associa a curiosidade ao senso lúdico, evidenciando que, em seu labor literário, há uma coincidência entre o princípio do prazer e o princípio da realidade:

Ainda bem que o gosto por literatura ou por ciência continua, na maioria das pessoas, movido pela curiosidade inata, pelo lúdico, pela extensão do conhecimento sobre si mesmo e sobre o mundo, pela captura da emoção e do prazer (OPQ, p. 46).

Aliás, quanto à ideia de que escrever é um trabalho, o autor coloca ironicamente uma questão na boca de um personagem rústico de *A verdade tem olhos verdes*:

- Com licença, Leonardo. Preciso trabalhar.
- Escrever é trabalho, doutor? (AVTOV, p. 59).

Nesse romance, um dos mais irônicos do autor, há o jogo entre o ser e o parecer, a verdade e a mentira, que nos remete à Epístola IX, de Boileau: “De toute fiction l’adroite fausseté / ne tend qu’à faire aux yeux briller la vérité”, ou seja, “De toda ficção a falsidade arguta / não tenciona senão a fazer com que brilhos aos nossos olhos a verdade” (BOILEAU *apud* ALCIDES, 2003, p. 56). O narrador, que ao cabo da narrativa não é quem o leitor acredita que era, assim se expressa:

Embora não desenvolvesse raciocínios dignos de nota, o autor sofria da antiga e tola pretensão dos literatos brasileiros: resolver o mundo. Por que não se contentou com a pequenez? Devia escrever contos de autoajuda. Em último caso, poesia concreta (AVTOV, p. 115).

Invenção, ironia e crítica são inseparáveis nesse autor tão afeiçoado ao voo da imaginação, a qual põe em xeque, também se valendo da ironia, como no trecho da crônica “Psicanálise de um tico-tico”: “Voei longe. Preciso despassarinhar-me com a ajuda da psicanálise...” (OAAP, p. 34).

Viagem pela releitura: vale a pena rir de novo

Leyla Perrone-Moisés (2016, p. 473) adverte ser a “obra literária um texto que faz pensar e sentir de modo mais profundo e duradouro e que, por isso, tem de ser lido mais vagorosamente, e mesmo relido”. Destarte, a releitura que empreendemos desse autor “dromomaniaco” foi uma grande viagem: seus textos nos levam longe e nos trazem seu fascínio pelo mundo, como neste trecho de crônica sobre Goethe na Itália:

Relatos de viagem possuem a estranha capacidade de revelar a alma do autor e a dos lugares visitados. Flagram o

espírito de quem olha e de quem é visto, de quem está a descobrir novos mundos e de quem se entrega à rotina. Desnudam culturas, expõem preconceitos, externam admiração ou crítica, transmitem conhecimento (OFN, p. 111).

As viagens são até interplanetárias: caso haja discos voadores, pensamos na possibilidade de esse escritor tão criativo ser um dia abduzido, mas numa abdução retornável, para que ele possa relatar tudo o que viu entre as estrelas. Uma coisa é certa: sua cosmovisão é sempre dotada de pupilas irônicas. A exatidão das coisas, sob a perspectiva desse autor, deve ser mensurada por instrumento risível:

A técnica, com essa fabulosa precisão de cem a dez mil, precisa ser divulgada. Remete-me a Le Chat, personagem gozador dos quadrinhos de Phillippe Geluck. Numa de suas reflexões, o gato ri dos astrônomos, porque, graças à imensidão do espaço, não sabem o número exato de estrelas no céu, e propõe uma solução econômica: basta conta-las até a metade e multiplicar por dois (OFN, p. 78).

Após percorrer as páginas, entre caminhos e pergaminhos, cordilheiras e correntezas, convicções e incertezas, aspectos transcendentais e banais, eróticos e episcopais, decidimos seguir uma rota, aquela sinalizada pelo humor. Lia Cupertino Duarte, que analisou o humor na obra infantil de Monteiro Lobato, evoca o pensamento de G. Minois e faz as seguintes considerações sobre o riso:

Reflexo do desequilíbrio entre os deuses e os homens, o riso representa um hiato entre a existência e a essência, um elemento desestruturador e, portanto, um fenômeno suspeito, um fomento da desordem, instrumento de subversão tolerado apenas como válvula de escape. Nesse sentido, por estar intimamente ligado à inversão da ordem social, é considerado perigoso, anárquico e provocativo, e seu lugar na cultura tem de ser limitado a ocasiões estritamente definidas (DUARTE, 2006, p. 21).

Cito uma passagem das memórias do comediante Jerry Lewis, cuja morte foi lamentada por Giffoni numa frase publicada no Face-

book: “Antes de morrer, o Jerry Lewis já tinha me matado de rir”. Jerry ganhara do presidente John Kennedy uma placa com estes dizeres: “Há três coisas verdadeiramente importantes. Deus, a loucura da humanidade e o riso. Posto que as duas primeiras estão além de nossa compreensão, temos de fazer o que podemos com a terceira” (LEWIS, 1991, p. 229). Tal inscrição remete à presença do humor em meio aos elementos graves da vida, seja diante da existência ou não da divindade, seja diante da loucura humana. O humor é um expediente lúdico, e há uma significativa passagem em *Adágio para o silêncio*, em que um personagem, ao jogar sinuca, crê remexer na cosmologia: “Com uma simples tacada, desequilibrava o centro cósmico, reverberando a instabilidade através das galáxias” (APS, p. 59).

Também no livro sobre a Serra do Curral, reencontramos imagem parecida: “O Sistema Solar parecia uma partida de bilhar, com muitas colisões catastróficas, ao mesmo tempo benéficas para o futuro desenvolvimento da vida” (SC, p. 21).

Com efeito, o autor, ludicamente, busca operar com o cosmos e o cômico e dessacraliza limites. Há uma passagem na biografia sobre dom frei Manoel da Cruz, em que ocorre um expediente que lembra a humorística promessa do Bentinho de *Dom Casmurro* às voltas com suas dívidas penitenciais:

Manoel da Cruz [...] mandou rezar milhares de missas, simples e solenes, diárias, semanais e anuais em diversos templos de Mariana, das Minas do Ouro, do Brasil e de Portugal. Chegou ao cúmulo de exigir, mediante generosa doação para a capela de Nossa Senhora do Bonsucesso, no arcebispado de Braga, que ali se celebrassem missas por ele ‘enquanto o mundo durar’, exigência há muito não cumprida embora o mundo ainda dure (DFMC, p. 113).

Em *O pastor das sombras*, com a liberdade que a ficção lhe concede, o romancista mergulha fundo em seu personagem dom frei Manoel, que comemora um lance vitorioso soltando o riso na privacidade de seus aposentos:

Comemorou a vitória contra os inimigos como Bispo e como homem. Rendeu-se ao riso, ao saboroso riso dos

vencedores, todavia a austeridade do cargo exigiu que se contivesse em público. Esbaldou-se na privacidade de sua câmara. Esfregou as mãos, ergueu-as para o Céu, agradeceu a Nossa Senhora das Vitórias, bateu palmas, dançou com entusiasmo o vira de sua terra que a Igreja proibira em todo o Império. Grandes momentos permitem pecadilhos, que Deus certamente relevaria, pois também participava do triunfo. Riu muito, sempre abafado, em cima dos dedos crispados, atento ao exterior. Se alguém escutasse à porta, ele pareceria tossir (OPS, p. 53).

O protagonista, jogado entre o riso e o siso, não se esquivava de participar de uma cena cômica, como nesta passagem diante de um auxiliar gago:

– Pai, o que fa... faz um homem que pe... pe... perdeu a Fé?

A surpresa, aliada à gagueira, despertou meus bons humores. Eles salvam-nos em situações delicadas. Oferecem uma pausa para refletir e ordenar o pensamento antes de reagir, mas não se pode exagerar. Humor implica riso: quando explode por dentro, apenas para o Espírito, para uso próprio, é da melhor espécie; o declarado, ruidoso, que se divide com outras gentes, causa dano. O riso é janela para o prazer que leva, em última instância à licenciosidade. Que galanteador cultiva a sisudez? O diabo, que faz da vida uma festa, tem os dentes sempre à mostra. Não por outro motivo muitos mestres proibiram o riso e queimaram obras que o defendiam. A Bíblia não o contempla em suas beatíssimas páginas. Não resisti, porém, à tentação:

– Tu quo... que, Jo... Josephus, fili mi? Et tu, José? (OPS, p. 33-34).

E, nesse romance que revisita o Barroco mineiro, em que se contrapõem luzes e trevas, sagrado e profano, sublime e grotesco, a comicidade prossegue, galgando altos pontos de hilaridade em episódios envolvendo o gago:

– Reparastes que parastes de gaguejar?

– Pa... pa... parei, meu pai.

O bispo soltou uma gargalhada, ao mesmo tempo que, em desconforto, escondeu os lábios atrás das mãos (OPS, p. 131).

Para o filósofo Henri Bergson (2001, p. 16), “a comicidade equilibra-se entre a vida e a arte – o nexos geral entre a arte e a vida”. Na construção ficcional de dom frei Manoel, o autor recorre à comédia clássica de Molière para desvendar a avareza do bispo:

Abriu a porta do Sacrário, ensaiou uma genuflexão, retirou as Hóstias, forçou o fundo falso de madeira para afastar as réguas, empurrou a primeira para a direita, removeu com cuidado as três outras, expôs a segunda porta, com fechadura mais robusta, abriu-a. Afastou a cortina de veludo vermelho e, num suspiro, deu com as barras de ouro (OPS, p. 138).

Todos os livros desse autor abrigam rica seara para quem queira encontrar as razões da hilaridade, uma vez que o humor age reiteradamente como instrumento de busca e reflexão sobre o saber, desmascarando, inclusive, mentiras e erros que se alojam nas faces do conhecimento. O humor saltita em trocadilhos, descrições grotescas, invenções e deturpações de provérbios e ditos populares, caricaturas e paródias na construção mordaz da sátira, da ironia, estabelecendo, assim, um contraponto com a pretensa verdade que ciência e dogmas procuram impor às frágeis mentes e aos dementes corações humanos. Um personagem de *O ovo de ádax* comenta que “o riso vem da *ignorância*” (OA, p. 26). O riso, porém, está no questionamento da existência, do confronto do efêmero ante o absoluto, da própria luta pela expressão. Segundo Fábio Lucas:

O riso pode considerar-se forma de engajamento quanto de distanciamento. Tira prazer da circunstância ridícula. O riso irônico é a arte de sobreviver com risco: a ambiguidade da forma autorizada ao intérprete realizar a opção que julgar pertinente. [...] O riso, libertando os instintos reprimidos, torna possível a satisfação destes, ainda que de maneira translata ou simbólica (LUCAS, 1985, p. 102).

Risoto de riso

O riso, ao permear os textos de Giffoni, infiltram-se em detalhes, aqueles “divinos detalhes” a que se refere Vladimir Nabokov em suas *Aulas de literatura*, em que atenta para que seus alunos “acariciem os detalhes”, como na anedota do limpa-chaminés, que, ao cair, lê uma inscrição que contém erros. Anota Nabokov (2004, p. 424) que “esta capacidade de assombro perante coisas insignificantes – sem nos importarmos com a iminência do perigo –, estas lateralidades do espírito, estas notas de rodapé do livro da vida, são as formas mais elevadas da consciência”. Tome-se, por exemplo, uma passagem do livro sobre a Serra do Curral, em que a descrição objetiva cede passo à narração memorialística, dosada pela ficção, temperada pelo humor:

Convidei-os para a escalada. Desprezaram a proposta, riram de mim, disseram que era programa de índio, bateram a mão na boca, ululando, zoaram um pouco mais, cansaram-se da vítima do dia, e fomos todos ver a Brigitte Bardot nuinha no Cine Pathé. [...] A francesa revelou-se mais apaixonante que a montanha, muito mais excitante, porém inalcançável depois dos poucos minutos em que, no banheiro, com a imaginação em efervescência, a teletransportei para meu lado. A Serra sempre estaria à mão (SC, p. 12).

Lia Cupertino Duarte, citando e traduzindo o filósofo Claude Saulnier, estabelece forte conexão entre o riso e a ficção, uma vez que “o risível apresenta um caráter de irrealidade, que é seu elemento fictício. É a presença desse elemento que permite a oscilação essencial ao *riso*” (SAULNIER *apud* DUARTE, 2006, p. 24). Em uma das crônicas, lê-se: “Uma vez mais, apelarei para a fantasia ao narrar. A ficção é o *spa* da realidade, na qual o fato precisa perder o peso e o estresse da hora. Após alguma reflexão, sobra a humanidade nua e crua – e isso é o que interessa” (OAAP, p. 65).

A expressão “perder o peso” remete à anatomia humana, relacionada diretamente ao ato de comer. A releitura dos textos chama-nos a atenção para determinados aspectos, dos quais destacamos a recorrência de elementos ligados à culinária – e, a partir daí, a imagens que

levam ao riso. Ao refletir sobre o próprio ofício de escritor, o cronista vale-se de uma semântica gastronômica:

Cada autor traz uma experiência exclusiva, sintetiza as visões anteriores do ser humano e acrescenta o tempero da época em que vive. Deixa uma receita modificada, cujos ingredientes recém-adicionados costumam ressaltar sabores já esquecidos. Além disso, este século nunca aconteceu antes, portanto a obra é um testemunho de nosso tempo para o futuro. Se vai ficar, não importa. Há que se escrever (OPQ, p. 30).

Verificando alguns símiles espalhados pelos textos, constata-se a irrupção do humor no inesperado das semelhanças, como nesta passagem de “Mefis”, conto de seu primeiro livro: “Virei a cabeça para trás e enxerguei um anjinho de um metro de altura no máximo, esfalfando-se para flutuar, vestido de cetim azul, olhos claros, cachos louros escorridos pelo ombro, rosto tão expressivo quanto um dedão de pé” (AJI, p. 16).

É recorrente a fixação humorística de detalhes anatômicos associados a elementos da culinária, como neste trecho de *Serra do Curral*: “Orelha, nosso companheiro de quinze anos, o mais forte e destemido, não gostava de referências às dimensões de seu pavilhão auricular, que, se transformado em bife, alimentaria um batalhão” (SC, p. 14).

A orelha, que está presente no título de um livro de viagens, também se associa à comida: “O homem apontou-me Buda. Tudo se esclareceu. Nunca vi lóbulos tão soltos e avantajados. Duas bisteconas de cobrir o prato...” (OR, p. 118).

Em *O ovo de ádax*, a indisposição erótica da personagem feminina é pontuada por um símile que remete ao humor negro: “Vestiu uma camisola, deitou-se, apagou a luz, esqueceu-se de mim. Ficou gélida como o filé. Vagos instintos necrófilos me ocorreram, controlei-me” (OA, p. 158).

Nesse mesmo romance, há uma descrição caricata em que a imagem também busca ingredientes na culinária: “Seu rosto tinha muito em comum com as pizzas: redondo, chato, da cor de mozzarella

coberta com molho de tomate, após alguns minutos de forno. A pele brilhava de suor” (AO, p. 140).

Em *Adágio para o silêncio*, a protagonista defunta é marcada por um símile grotesco:

O rosto também derruiu. Entre as bochechas enrugadas como um maracujá murcho, desabava o nariz aquilino que ameaçava entrar pela boca quando a dentadura era removida. No queixo, fios grossos e esparsos lembravam barbicha de adolescente (APS, p. 21).

O grotesco é um aspecto recorrente na literatura de Giffoni. Para Wolfgang Kayser (2003, p. 161), “a configuração do grotesco é a tentativa de dominar e conjurar o elemento demoníaco do mundo”. Grotesca é a figura de Mefisto, do conto de mesmo nome em *A jaula inquieta*:

Mefis removeu chifres, dentes e cascos com as mãos, arrancou pelos, não deixou cicatrizes, sequer escorreu sangue, apenas emitiu uivos, meus cabelos se eriçaram, retornou a onda gélida. Quando retirou os olhos, minhas vísceras rodaram como as de faquir, um ovo gigante deslocou-se de um lado a outro da barriga, não contive o vômito, saído de jato sobre o colchão onde se espalhou no chenile. O mal-estar arrancou-me da letargia, a sudorese de encharcar roupa em seguida espantou a tempestade fisiológica. Um fedor velho conhecido subiu de minhas axilas, desprovido de qualquer origem supra-humana (AJI, p. 9).

Pela perspectiva de um dos filhos de dona Telinha, a mãe defunta se assemelha a uma figura cômica e grotesca: “Cássio, que saía da biblioteca, ficou estarecido com a fisionomia da mãe. Lembrou-lhe um palhaço pronto para o picadeiro” (APS, p. 113).

O grotesco manifesta-se várias vezes através das caretas feitas pelas personagens, como o Cássio, de *Adágio para o silêncio*: “Rodopiou os olhos, ficou vesgo. Encolheu o lábio superior até tocar a ponta do nariz” (APS, p. 36).

Em *O caçador de yétis*, o simpático personagem Pemba assim é descrito em um momento: “Pemba pôs-se a rir, enquanto colocava as

mãos em cima das orelhas e tentava imitar as feições e os urros de um macaco” (OCY, p. 23).

O próprio autor, em uma crônica, também se mostra careteiro:

À noite, no jantar, a grande surpresa: os hóspedes tinham-se escafedido. Apenas meus três filhos, a mulher e eu restávamos. Só nós cinco usaríamos a enormidade das instalações. Lembramo-nos de *O Iluminado*, filme baseado na história de Stephen King em que Jack Nicholson encarna o pai enlouquecido pela solidão do inverno num hotel deserto. Meus filhos pediram-me, caso a vida imitasse a arte, que eu os poupasse de machadadas. Respondi arremedando a carantonha do ator (RM, p. 50).

Mesmo a imagem do Cristo crucificado, em *Adágio para o silêncio*, é grotesca: “Sobre a tampa em madeira mais clara, na parte mais estreita, a figura de Cristo sofria em dobro: além do excesso de espinhos na cabeça, deformaram-lhe a boca como se vítima de terrível dor de dentes” (p. 96).

O psicanalista Daniel Kupermann cita Freud, que escreveu que “a comicidade interessa-se pelo que é feio” (FREUD *apud* KUPERMANN, 2003, p. 329). A feiura associada a imagens sagradas também comparece neste trecho da biografia sobre dom frei Manoel da Cruz:

Ao estabelecer a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, hoje tão difundida em Minas Gerais, travou ferrenha luta contra o cabido. Seus membros raptaram a primeira imagem dedicada ao culto e, alegando ser horrenda, de mau gosto, jogaram-na no cômodo de despejo da catedral (DFMC, p. 112).

Com frequência, encontramos personagens com traços caricaturais, provocando-nos o riso: “Nem bem o médico e o assistente se foram, duas enfermeiras apareceram. Pelo tamanho e pelo peso, fariam sucesso no sumô” (TS, p. 23).

A fealdade das personagens propicia humor em descrições presentes em *Infinito em pó*, como nestes dois trechos:

Um de nossos bebês, o risonho Giancarlo Ballard, com seu rabo de cinco centímetros e carinha cômica de chimpanzé, me provoca arrepios, apesar de saber que o aspecto resulta de combinação casual de ácidos nucleicos e na Terra costumava nascer gente assim (IP, p. 53).

Meu corpo sempre me assusta. Virei um bode expiatório de cor sanguínea e, pelo que propalam, fedorento. Quando caminho, largo o rastro. Não sinto o cheiro, mas a feiura, essa percebo sem constrangimento. A papada cai, as pálpebras arriam, as bochechas pendem e, quando olho para baixo, a barriga tomba, o saco despenca, as patelas afrouxam (IP, p. 135).

Retomando a presença de aspectos gastronômicos, em um dos contos mais inquietantes de *A jaula inquietada*, “Sobre a causalidade”, vem do repertório culinário a construção de imagens e, se não possui propriamente um conteúdo humorístico, acentua a atmosfera de estranhamento:

Acudiam-no pensamentos em cascata, alguns até agradáveis, mas invariavelmente poluídos por sementes incômodas. Uma salada de reminiscências onde o adocicado servia para acentuar a predominância do acre (AJI, p. 74).

A propósito da imagem da jaula, é interessante notar que o ensaísta José Paulo Paes, ao comentar o romance machadiano, adotou tal metáfora em uma crítica ao dogmatismo cientificista:

Agora, tanto a ciência determinista quanto o positivismo dogmático e o capitalismo selvagem forcejam por aprisionar o homem e seu universo numa jaula de causalidades ou condicionamentos inexoráveis, igualando o mundo da cultura ao mundo da natureza, a lei da cidade à lei da selva (PAES, 1985, p. 48).

Aliás, a relação entre cultura e natureza selvagem é bem próxima em alguns textos, em que aspectos da culinária envolvem antropofagia, canibalismo. Em *Adágio para o silêncio*, a governanta serve uma

canja que contém sangue da própria defunta matriarca. Em *Infinito em pó*, os astronautas fazem hambúrgueres humanos:

Hoje em dia, ficamos mais sutis. Rebelou, hambúrguer nele. Quando o incauto acorda, está no estômago de alguém. O abrandamento do método deve ser consequência de nossos quatro séculos de democracia. Ah, a democracia, esse regime maravilhoso que referenda príncipes tiranos... (IP, p. 73).

Em *A verdade tem olhos verdes*, o narrador evoca episódio erótico temperado com humor de caráter grotesco e antropofágico: “Guardo uma arrepiante e deliciosa lembrança de Michelle, a filha caçula do senador: confundiu meus testículos com goma de mascar” (AVTOV, p. 38).

O autor não teme recuperar velhas anedotas e as põe para circular em novo contexto, como neste trecho de crônica: “[...] as águas abrigam peixes de grande porte. Por exemplo, tubarões dentuços que, de acordo com os nativos, são vegetarianos. Só comem batata da perna, maçã do rosto, planta do pé, flora intestinal...” (OR, p. 55).

O alimento nutre inúmeras páginas do autor de *A jaula inquietada*, com condimentos de ironia a refogar ficção científica em caldo bíblico, como no conto “O alquimista”:

O que é Naturfoam? Grosso modo, uma sopa barata de DNA recombinante, capaz de reproduzir moléculas complexas introduzidas na solução extremamente instável. Assim, um caldeirão do produto se transforma em carne de primeira qualidade quando se joga nele um pedacinho de filé. O milagre da multiplicação dos pães realizado corriqueiramente (AJI, p. 63).

A preocupação ecológica, em vez de ser apresentada sob uma perspectiva de dogmatismo incisivo, emerge de forma irônica:

Agimos qual o humorista no restaurante onde a garçonete informa que as tartarugas marinhas estão em extinção. ‘Tartarugas em extinção?’, espanta-se ele. ‘Pois então me traga duas ao ponto, bem depressa’ (OFN, p. 27).

Em *O reino dos puxões de orelha*, geografia se alia à gastronomia, através da linguagem figurada, temperando as informações do turista com humor:

Em Winslow, no Arizona, testemunha-se o dano que (asteroides) podem provocar: a Cratera do Meteoro. Trata-se de um buraco com mais de um quilômetro de diâmetro, profundo, cavado no meio da areia sem fim. Visto do céu, parece bolha que estoura em goiabada fervendo (ORPO, p. 32).

Torres, mesetas e templos – ilhas abandonadas pela erosão – semeavam-se entre uma e outra borda, tons de vermelho e amarelo alternavam-se qual torta com camadas sucessivas de biscoito, amora, creme, morango, manga, biscoito, amora... (ORPO, p. 34).

O pico Salkantay amanhecia com neve perolada. [...] O verde-esmeralda sumia de vista em direção ao monte Humantay, outro imponente bolo de noiva (ORPO, p. 61).

Ainda nessa mesma obra, através da metalinguagem, o cronista-viajante vale-se de imagens da culinária para explicitação da singularidade de seu olhar e paladar para saborear o saber:

Não existem duas pessoas com o mesmo olhar. Ao ler meu relato de viagem à Índia, uma amiga me confidenciou: 'Acho que visitamos países diferentes. Não vi nada daquilo que você viu.' Pois é, sou ficcionista. Vivo de criar ilusões com tempero de realidade (ORPO, p. 101).

[...] acho todas as terras interessantes. Pensando bem, são mesmo. Cada uma possui seu modo de vida, sua geografia, sua cultura, sua gente – que nunca se repetem. Mesmo quando os temperos são iguais, os pratos saem diferentes (ORPO, p. 119).

No livro sobre a Serra do Curral, o autor se esmera em imagens culinárias:

Os geólogos costumam comparar a região da Serra do Curral a uma massa de bolo com vários ingredientes,

batida por mãos diferentes. Depois de sair do forno, a natureza ainda partiu o bolo e montou os pedaços a seu bel-prazer, quando não o esfarinhou na água e espalhou as migalhas pelo vale do Rio das Velhas, depois o do São Francisco (SC, p. 29).

Em *Retalhos do mundo* são vários os exemplos de aspectos culinários entranhados nas imagens:

O vulcão Osorno, inativo desde 1835, cone perfeito, lembra casquinha de sorvete emborcada (RM, p. 49).

Ao longo do Karakoram, as rochas se torceram qual bala-puxa ainda quente, viradas e reviradas pelos cataclismos (RM, p. 28).

A Patagônia, imenso território vazio na ponta da Argentina e do Chile, manancial do imaginário sul-americano, lembra-me um bacalhau seco e salgado partido ao meio (RM, p. 59).

O Karakoram é uma bandeja de suspiros saindo do forno. Suspiro de pedra e gelo (RM, p. 14).

Esse último exemplo remete-nos ao patético conto “Suspiros de minha alma”, do livro *Os chinelos da raposa polar*, em que ocorre a simbiose entre humor e loucura, mediados por aspectos culinários, aliás, presente ainda em “A maior iguaria do universo”, narrativa que apresenta um médico alienígena. O grotesco associado a iguarias, também nesse livro de contos, é marcante nesta passagem de “Têtes de coq aux fines herbes de Provence”:

A empregada entra com uma sopeira fumegante, deposita-a sobre a mesa. Sem perder tempo, com um garfo de dois dentes à mão, Daisy abre a vasilha. Surgem várias cabeças de frango, recheadas de sangue, dispostas em torno de uma maior, um galo com cristas enormes, olhos ejutados e bico escancarado como se ainda cantasse. A viúva solta um berro. O bicho lembra-lhe o finado: a mesma arrogância, o mesmo escárnio, o ridículo arzinho de superioridade (OCR, p. 46).

Em *O pastor das sombras*, na passagem que exhibe o sôfrego e quase obsceno ato de o bispo chupar laranjas, a linguagem figurada ata o cômico ao cósmico, e a intertextualidade opera uma ligação entre cristianismo e mitologia clássica:

Na noite seguinte, enquanto se empanturrava de laranjas antes que outros as colhessem, Manoel da Cruz saboreou a Via Láctea a esparramar o imortalizante leite de Hera. Imaginou sorver, em vez do caldo, o precioso líquido que lhe prolongaria os anos. Herácles, filho de Zeus, também o bebera em quantidade insuficiente e sofreu morte tão pavorosa quanto à da Cruz. Nos estertores, revoltou-se contra seu pai e gritou:

– Pai, meu pai, por que me abandonastes?

Eli, Eli lama sabachtani! Ó céus, idênticas palavras, idêntica dor em filhos humanos de seres eternos (OPS, p. 157).

Laranjas estão presentes num curioso episódio em que o bispo flagra nada mais nada menos do que Joaquim José, na época ainda um “Tiradentinhos”, roubando-lhe as frutas: “Um desses diabretes, pego no galho mais alto pelos escravos, chamava-se Joaquim José. Visitava Mariana, em casa de parentes, vindo de São João del-Rei” (OPS, p. 156).

Outro episódio envolvendo laranjas, com gomos de lirismo e humor, encontramos no soturno romance *Tinta de sangue*, ambientado em Belo Horizonte:

A cidade perdeu, por completo, o aspecto de alguns dias antes. Em vez de lúgubre, lúdica. Valdomiro sentiu-se feliz, uma felicidade que o remeteu a uma tarde da infância em que visitava com os pais um pomar no sopé da serra, cujo dono lhe permitiu comer quantas mangas quisesse.

– Se eu chupar cem, pode?

– Se chupar mil, também pode, sem problemas, disse o anfitrião, com a fisionomia de quem se divertia com a gulodice do garoto.

Era isso. Belo Horizonte transmitiu-lhe, durante momentos fugazes, a sensação de plenitude (TS, p. 96).

Lúgubre e lúdico são aspectos confluentes na obra desse autor. Mesmo em um romance com protagonista tão sombrio como dom frei Manoel, o humor se apresenta ligado à culinária, neste episódio de rebaixamento do sagrado:

Caso não se humilhasse diante do poder Secular, a degeneração atingiria o mais sublime dos Mistérios: consagraria broa de fubá, em vez de pão ázimo. Como queda leva a mais queda, no Cálice logo elevaria a aguardente que exala todo o amargor daquela terra (OPS, p. 100).

Outra figura eclesiástica – o personagem Innocenzo, do conto “A jaula inquieta” – comparece sob o signo de um símile que aproxima o humano do animal irracional: “Como se um animal que lhe habitasse o estômago o acometesse a ferroadas, Innocenzo agitou-se com a proximidade do almoço, mais precisamente com a perspectiva da ricota curada ingerida com bons goles de vinho, capaz de apaziguar suas entranhas” (AJL, p. 36).

O humor que permeia aspectos culinários faz parte do conto “Fábula Skinneriana”, em que o guru, de magro, passa a engordar, e tem um triste fim:

Acreditava poder dominar qualquer ser vivente. Um belo dia, pediu que lhe trouxessem um tigre bravio para exercitar-se, demonstrando a superioridade de um espírito aplicado e poderoso: transformaria a fera em dócil gatinho. Atenderam-no de pronto. A sós com o felídeo, deu-lhe uma série de passes e trejeitos, ora fixando-lhe os olhos, ora revirando os seus, ora lançando-lhe fluidos pacificadores. O bicho não deve ter entendido direito a profundidade desses gestos, pois, sem pestanejar, pulou sobre o guru, que perdeu toda a concentração junto com o primeiro naco da barriga. Debalde tentou escapular. Não bastasse o entrave do próprio peso, havia ainda o do animal que, de quebra, assentou sobre sua cabeça enquanto o degustava, impedindo-o de gritar./ Quando finalmente abriram a sala para apreciar o triunfo do mestre, encontraram o felino com um princípio de indigestão./ Sabiamente, passaram a adorar o tigre (AJL, p. 27).

Rindo de morrer

Os estudos freudianos sobre o humor, conforme vê Daniel Kupermann (2003, p. 39), demonstram que a instância do chiste, diante da pulsão da morte, se impõe a serviço de uma ilusão criativa, pois “o humor é um meio de se obter prazer apesar dos afetos dolorosos que se apresentam nas situações em que ele emerge”. Na novela infantojuvenil *O caçador de yétis*, um dos provérbios citados por Pemba aproxima a morte do prazer: “A morte reacende o prazer da vida” (OCY, p. 19). Uma das passagens mais hilariantes encontra-se no romance *Tinta de sangue*, em que se faz implacável crítica aos abutres da mídia, com a presença da repórter Paula Suélen fazendo a cobertura de um acidente automobilístico. Vamos acompanhá-la em três momentos da narrativa:

– Ai, gente, é horrível! Não desejo isso para ninguém. A mulher ali está morta, não está, Bozó? Focalize bem. Ai, que horror, telespectador, não queria que nenhum de vocês tivesse de presenciar esta cena. Chocante demais. Tem uma mulher morta e um homem – dá para mostrar ele em close, Bozó? [...] Meu Deus, que horror, como é que eu vou dormir hoje? É terrível esta cena. Você pegou bem a sangueira, Bozó? Não esconda nada do telespectador (TS, p. 11).

– Gente, o doutor está descontrolado, que fazer, né? Afinal, o compromisso com a notícia é meu, não dele. Ele medica, eu informo, e este é o século da informação. Bozó, afasta um pouquinho, para o corpo passar. [...] Ai, que horror, nunca vi ninguém morrer na minha frente. O telespectador também deve estar chocado. O enfermeiro está bombando ar na boca do morto. Agora, o doutor está comprimindo o peito dele. Muito devagar. Será que não seria melhor comprimir mais depressa, doutor? (TS, p. 16).

Ao deixar a praça, enquanto se removia o corpo ensanguentado, reconheceu uma voz feminina:

– Anda mais depressa, Bozó, senão vamos perder tudo. Licença, gente, é a televisão! (TS, p. 137).

Outra sequência hilária envolvendo a morte ocorre em *Adágio para o silêncio*, quando Dona Carlota, “velha de pernas arqueadas”, jun-

tamente com a filha Dinorá, chega ao velório. A velha, ao reparar na mortalha, não é nada discreta ao falar da morta: “– Faço questã de pôr ponto cheio e ponto corrente. Esses ficaram lindos. Gosto de ver coisa bem feita. Será que foi a Telinha mesma que fez? Ela não tinha capricho, era muito lambona desde pequena. Muito lambona” (APS, p. 153).

Batendo com a sombrinha na cabeça da filha, a surda D. Carlota expõe em voz alta os podres da família da defunta, provocando riso nos circunstantes e, sem dúvida, nos leitores: “– Dinorá, no meu tempo o povo chorava nos velórios. Você pôs reparo que tem muita gente rindo?” (APS, p. 155).

É recorrente a imposição lúdica e humorística nos episódios em que há a iminência da fatalidade, como se verifica neste trecho da crônica “Pânico a bordo”:

O que se seguiu não foi turbulência, mas um rodeio de peão em cima de touro bravo. O Boeing despencou sobre um colchão de ar duro, sofreu um baque, subiu, caiu, adernou à direita, estremeceu, subiu de novo, despencou. Pela janela, vi o avião literalmente bater as asas para voar. Elas se moviam quais as de um pássaro ferido, prestes a entregar os pontos. Maleiros se abriram, objetos tombaram, vidros espatifaram no corredor. Então aconteceu o primeiro grito de pavor. [...] Não consegui jantar. Nada de indisposição, devida aos solavancos. Nada disso, embora o motivo continuasse fisiológico. Meu assento ficava junto aos banheiros, a fila era enorme, e várias pessoas exalavam o mau cheiro de quem não se segurara. Nenhuma se sentiu constrangida. Consideraram o cheiro justo para tanto alívio (AAP, p. 27).

Em outra crônica, do livro *Retalhos do mundo*, a iminente tragédia aérea é amenizada por um neologismo que se insere na narração do que sucede com um passageiro japonês:

O avião começou a tremer. Tremeram as cadeiras, como que arrancadas do suporte, tremeu o teto, tremou o chão, tremeram as janelas. Mesinhas dos assentos desprenderam-se, bagageiros abriram-se, objetos caíram, um japo-

nês levou uma Nikonada na testa, liberou pavor e dor num grito agudo (RM, p. 15).

O próprio apocalipse, na visão irônica do autor, é visto com humor, sem dispensar a preocupação com a comida, como se vê nesse trecho de “O fim do mundo está chegando”:

Acabo de ter uma visão horrível. O fim do mundo virá, está marcado para o ano 3000, sem tirar nem pôr. Dessa vez é verdade, juro! A fome e a sede arrasarão a humanidade. Para provar, 3000 contém o número três, a suma cabalística, o máximo da profecia. Não tem erro, quem viver, verá./ Como sou esperto, comecei a estocar água e comida. Não quero ser pego desprevenido (OPQ, p. 42).

O final do mundo passa a ser um espetáculo carnavalesco, como se vê em passagem de outro livro de crônicas:

O apocalipse com asteroide me fascina. Imagino a pirotecnia de Juízo Final, para mim imperdível: luz cegante, chuva de fogo, vento escaldante, choque pirolástico, estilhaços em todas as direções, barulho ensurdecedor, tsunamis de cinquenta metros. Tudo ao mesmo tempo. Cenário para carnavalesco ganhar o desfile do Primeiro Grupo. Ainda vai dar samba, aposto (OR, p. 33).

Essa descrição remete aos estudos de Bakhtin, que vê o caráter libertador do riso, que não recusa o sério, antes

purifica-o do dogmatismo, do caráter unilateral, da esclerose, do fanatismo e do espírito categórico, dos elementos de medo ou intimidação, do didatismo, da ingenuidade e das ilusões, de uma nefasta fixação sobre um plano único, do esgotamento estúpido (BAKHTIN, 1999, p. 105).

O escatológico, tanto no sentido de consumação do tempo e da história como em sua acepção fisiológica é tratado humoristicamente, como nesse trecho de *A árvore dos ossos*, quando uma arrasadora tempestade atinge o povoado incrustado na Serra da Mantiqueira:

Nisso, o céu pegou fogo e os cômodos clarearam. [...] Em seguida, veio e estrondo. A terra ficou oca. Pedras rolaram nas suas entranhas. Tambores do Apocalipse rufaram, uma série de bumbos ensurdecedores. O raio pendeu a casa por um triz. Provavelmente atingiu o ipê. A mira celestial ficou quase regulada. Temi que nos acertasse no minuto seguinte. [...] O Zacarias não se conteve e borrou nas calças, soltando junto uma saraivada de traques. O resultado me fez rir, tão nervoso estava (AO, p. 176).

Esse mesmo aspecto escatológico ocorre numa viagem interplanetária:

Certa vez, sozinho por lá, depois de comer uma lata de chucrute de Munique, delicioso por sinal, eu havia, como direi?, liberado significativos volumes de gás intestinal, daqueles bem curtidos, mudos e quentes. Como o ar-condicionado não funcionava direito, a nuvem estacionou no ambiente. Confesso que o cheiro não era bem um perfume floral, tampouco infernal, ao menos para mim. Ninguém esperaria, dentro das circunstâncias, o odor de um bálsamo (IP, p. 143).

Bakhtin designa de “baixo material e corporal” o humor que advém da relação entre o grotesco e o escatológico. Intensa comicidade envolvendo tais aspectos ocorre em “O senhor do mundo: um conto quântico”:

Se foi feliz no amor? Gostara de uma tal Lili, até o almoço com os futuros sogros, durante o qual passou pelo constrangimento de fulminante dor de barriga. Ao aliviar-se, arreventou o vaso e, buscando apoio para a queda, derrubou o lavatório de coluna. Apavorado, juntado os cacões do chão inundado, calças arriadas, escorregou de cabeça no espelho que também desmontou. Ante os insistentes ‘que houve?’ do lado de fora, abriu o banheiro, atravessou marcialmente a casa com as roupas sob os braços, e, na rua, pôs-se a correr. Nunca mais viu Lili (AJI, p. 71).

Ao contemplar as pirâmides do Egito, o cronista não se furta a alimentar o leitor com bom humor:

Supõe-se que mais de cem mil pessoas tenham trabalhado na construção, alimentadas com rações de cebola e alho. Imagine-se o agradável hálito dessa multidão. Daí surgiu, creio, a expressão bafo de múmia (ORPO, p. 135).

A relação entre humor e fedor pode ser percebida neste diálogo extraído de *Adágio para o silêncio*:

- Ela vai para o céu?
- Ela já está lá, Giovanna.
- Quem vai para o céu também fede?
- Por quê?
- A vovó está fedendo (APS, p. 182).

A relação entre humor e morte, mediada por elementos gastronômicos, pode ser ilustrada neste trecho envolvendo Pemba, em *O caçador de yétis*:

Acreditava em reencarnações e não se permitia, portanto, matar qualquer ser vivo: talvez fosse um parente próximo. Esta crença lhe trazia dificuldades. Por exemplo, para comer frango [...]. Ao se alimentar da ave, ninguém lhe podia garantir que não ingeria pedaços de antepassados (OCY, p. 19).

Esse mesmo aspecto ocorre em uma das crônicas de *Retalhos do mundo*:

Se houver reencarnação, quero voltar como vaca na Índia, de preferência num bairro abonado de Nova Délhi, onde os moradores lhes oferecem grandes molhos de capim fresco e sacos de ração. Como não vão para o corte, levam uma vidinha longa e folgada (RM, p. 40).

Escritor onívoro, desdobramento de um leitor voraz, o autor incorpora em seus textos grandes nomes da literatura, como neste trecho de um livro infantil:

Quantas vezes, acompanhando Ulisses, sofrendo com Lear, rindo com Quincas ou procurando Beatriz [...] acordei das leituras parecendo escutar o chilreio do meu amigo. Nas raras escapadas ao jardim onde os caminhos se bifurcam [...] ouvi o ruflar das asas do retorno (OPSE, p. 37).

Música e pintura também entram na deglutição literária, haja vista o romance *Tinta de sangue*. No que concerne ao humor, é exemplar a crônica sobre o *Retrato de Louis-François Bertin*, de Dominique Ingres – onde há verdadeira teoria sobre o gênero conto. Ao desnudar o burguês retratado, o cronista evidencia afiado olhar irônico ao tecer considerações sobre a obra que, parafraseando o texto, lhe cutucou os miolos, gerou fascínio e fez cócegas, arrancando-lhe risos e reflexões:

Obeso, portador de uma barriga tão volumosa que poderia acomodar um rei, talvez um rei e um imperador juntos, metido num terno escuro com camisa branca e penduricalhos, rosto empapado, pele rosada, peito emproado, cabelos estudadamente revoltos, dedos tentaculares de polvo, Louis-François está nu, completamente nu: ele mostra a alma. Alma que salta sobre o observador, exhibe sucesso, orgulho e posição social, transmite a arrogância comum em quem, dono de dinheiro e poder, julga que dominará a morte (OFN, p. 14-15).

Tornar a deglutição em ato estético, cômico e poético é o que faz o autor em *Infinito em pó*, como nestas passagens:

Shiva [...] pôs-se a comer nacos da holografia. Mordiscou-a ao longo do perímetro inferior, mastigou com a boca cheia, engoliu a massa etérea em tragos de vinho raro, aspirou o buquê, deliciou-se com o volume que lhe abrandava o estômago mental e restabelecia o fluxo de ideias. Insatisfeito, atacou a pintura com ferocidade. Retalhou-a, deglutiui-a às pressas, empanturrrou-se (IP, p. 34).

- Mãe, a sopa vai lhe fazer bem. Não vai tomar?
- Claro, ainda mais com esse cheirinho delicioso...
- O cheiro é azul (IP, p. 157).

Na crônica “O elogio da farofa”, o narrador usa ironicamente a perspectiva de um jovem e mescla onomatopeias características das histórias em quadrinhos ao fazer apologia a uma iguaria: “Rebeldia é isso aí, yeah! Rebeldia de verdade é frango com farofa, wow! Natureza, pura, crash!, sem agrotóxico, zaz! transgênico, alca!, aditivo e conservante, zoomp!” (OPQ, p. 74).

A junção de aspectos culinários aos sentimentos de medo, desgraça e morte, mediados pelo humor, é captada ainda no livro sobre a China. No primeiro exemplo, verifica-se uma relação em que o estético (a beleza) remete ao gustativo; no segundo, a deglutição é associada a uma irônica terapia:

Dizem que rir da própria desgraça é sinal de saúde. Se for verdade, os chineses esbanjam vigor. Basta apontar-lhes um pássaro qualquer e dizer:

– Pássaro bonito...

Eles responderão com o maior dos sorrisos:

– Pássaro gostoso... (CDD, p. 10).

Como vantagem adicional, os quitutes possibilitam a eliminação de traumas e medos. Por exemplo, você ingere a aracnofobia com pernas, pelos e palpos de uma vez, sem a mínima chance do bicho voltar a assustá-lo. Terapia radical (CDD, p. 85).

Há uma crônica sobre a Índia, em que o autor, ao descrever uma exótica iguaria de olhos de carneiro, busca uma analogia com a tão mineira jabuticaba. De certa forma, isso nos remete à teoria freudiana do componente lúdico perpetrado pela criança na redescoberta do que é familiar e prazeroso, acrescentando aí uma pequena pitada erótica. Vamos aí bela síntese em que se fundem olhos e paladar, trazendo ao leitor um prazer especial ao saborear mais uma fatia do mundo: “Os olhos (do carneiro), acepipe dos acepipes, são disputadíssimos. Nos jantares com os nativos, ficam reservados para as visitas. [...] Devem ser comidos igual jabuticaba, estourando na boca, ao natural. O caldinho, dizem, é afrodisíaco” (RM, p. 19).

Rironias

O termo “ironia” advém da palavra grega *eironeia*, que evoca dissimulação e interrogação. Em seu sentido corriqueiro, a ironia se define em dizer o contrário do que se quer dizer. Nessa acepção, são frequentes os textos em que o riso se insinua por tiradas irônicas como estas, a propósito do comportamento de colonizadores:

Por falar em Magalhães, ali perto do estreito, em San Julián, o grande navegador português decapitou e esquartejou, em 1520, alguns de seus marinheiros amotinados por causa das agruras a bordo. Boa gente, esse Fernão... (RM, p. 60).

Na Sala do Iluminismo do Museu Britânico, em Londres, montada por um rei que dizia incensar a Razão, mas era louco, existe um anel arrancado com truculência do dedo de um indiano, Tipu, sultão de Mysore [...] Um exemplo de civilidade, os ingleses. Bebem chá enquanto admiram seus butins (ORPO, p. 76-77).

A ironia se insere nos domínios do riso quando em seu bojo está compreendida a percepção de elementos opostos. Por exemplo, numa passagem de livro infantil, o narrador “valoriza” as vantagens da velhice: “Engana-se quem acredita que a velhice subtrai. Pelo contrário, adiciona. Adiciona bengala, dentadura, óculos, marca-passo...” (OPSE, p. 28).

Um exemplo curioso de contradição se acha no livro infanto-juvenil em que, num primeiro momento, Pemba, tio de Phurbu, opõe-se ao falecido irmão Pasang e ao sobrinho; entretanto, mais adiante na narrativa, as posições se modificam:

Eu vivo para a realidade, para o chão firme. Pasang vivia no ar, na fantasia./ – Pois então eu sou como o meu pai. Ainda subo ao Sagarmatha, falo com Shiva e, de quebra, trago um yéti. Aí vamos ver qual é a verdadeira realidade, qual é a fantasia (OCY, p. 21).

– Os seus pais estão reencarnados nessas criaturas. Por isso confiam tanto em você.

– Ora, tio, deixe a fantasia de lado, segure-se à realidade (OCY, p. 93).

A ironia estabelece uma espécie de curto-circuito entre os sentidos literal e intencional do texto, uma vez que ela reside entre dois campos semânticos instaurados pela palavra, como se vê neste trecho do conto “Mefis”, nome, aliás, ironicamente reduzido de Mefistófeles: “[...] adorava a novela das oito, certa feita exclamou um ‘Danada de boa esta mulher!’ para a Fernanda Montenegro, acho que elogiava a interpretação da atriz” (AJI, p. 13).

No satírico romance, que absorve elementos da ficção científica, há um piloto espacial que também deseja ser poeta, e ele mesmo narra, com ironia, a recepção que seus versos provocam: “Exposta a alma em versos, recebi uma coleção de elogios: redundante, amador, gongórico, barroco, ridículo, pão-duro no tamanho. Shiva também me incentivou: ‘Prefiro você como piloto’” (IP, p. 76).

Conforme analisa Lélia Parreira Duarte (2006, p. 19), a ironia é “uma estrutura comunicativa que se relaciona com a sagacidade; é mais intelectual e mais próxima da mente do que dos sentidos, é mais reflexiva e consciente que lírica ou envolvida”. Sem afastar o caráter sensorial e lírico que também reside nos textos do autor de *A árvore dos ossos*. Aqui, o discurso irônico se expõe em detalhes, como, por exemplo, o nome do falecido marido da personagem Francisca, que se chamava Moisés e morrera afogado, contrapondo-se com seu homônimo bíblico, que fora salvo das águas. Na biografia sobre o bispo de Mariana, a oposição alto-baixo se dá pelo viés irônico: “Mais adiante, realça o contraste flagrante entre a ‘orografia mineira e a depressão moral, suscitada pela opulência da terra virgem’. Altas montanhas, baixa moral, sugere o religioso...” (DFMC, p. 19).

Em *A verdade tem os olhos verdes*, romance que evidencia a confluência entre verdade e mentira, e a ironia constrói aí o seu ninho, a oposição alto-baixo é nivelada por uma imagem lúdica: “Nascemos, crescemos e morremos montados em cavalos de um carrossel cuja música não muda. Vivemos iludidos por nossos altos e baixos no dorso da fantasia que cavalgamos” (AVTOV, p. 217).

Nesse livro, ademais, o autor realça a ironia da narrativa ao criar um personagem-narrador supostamente chamado Tomé, que brinca com a credulidade de seus leitores, criando certa dificuldade para desentranhar a verdade da mentira. Como afirma a jornalista e estudiosa Graça Ramos (1997, p. 48), na esteira do pensamento de Kierkegaard, “a dificuldade em lidar com discursos marcados pelo olhar irônico deve-se ao fato de a ironia carregar em si a crítica da realidade e também criticar a capacidade de se captar a verdade através da linguagem”. As ironias são tantas que, em determinado trecho, o narrador pondera que nada, em verdade, é o que é:

Nas primeiras semanas após a lua de mel, residimos nas Sheraton Tower, em Manhattan, enquanto preparávamos a moradia definitiva. Saulo presenteou-nos com uma cobertura no Trump World Tower, ao lado das Nações Unidas, em frente à escultura de São Jorge em luta contra o dragão, ponto de encontro de três fantasias: um santo que nunca existiu, um bicho imaginário e uma ficção política (AVTOV, p. 183).

Em uma das crônicas de viagem, o autor confessa que, ao visitar um templo asiático e ao tentar destravar uma porta, causou grande rebuliço, pois poderia despertar a deusa Khali, detentora do Mal, uma espécie de caixa de Pandora. A ironia acompanha seu comentário: “Pedi desculpas pela ignorância e pela curiosidade. [...] O incidente ensejou um convite: voltar a Phyang durante a reentronização de Khali, lá pelo ano de 2050. Confirmei a presença, mas algo me diz que meu otimismo à longevidade anda bastante exagerado” (RM, p. 26).

O humor deriva de certa maneira irônica de se colocarem as palavras, como se vê, por exemplo, no conto “Mefis”, em que o narrador está disposto a enfrentar o próprio diabo, e há o contraste da linguagem latina com a resposta vulgar.

Ocorreu-me temerem os demônios o sinal da cruz, cruzei os indicadores à frente do rosto e gritei um bom e sonoro Vade retro, Satanás.

Mefis reagiu seco:

– Vê se não enche o saco, Diógenes... (AJI, p. 9)

Outra situação humorística pode ser captada em uma crônica, em que o narrador, diante de uma ameaça felina, sai com a ironia que se pretende ferina, com uma linguagem coloquial a rebaixar a fereza:

[...] deparei um puma a cinquenta metros de distância. Animal imponente, onça acinzentada pelo lusco-fusco, assustador. Farejamo-nos, exalei o pavor, estudou-me com indiferença. Petrificado, tentei despistar a bambeira nas pernas, a fraqueza que atrai o ataque. Espichei o corpo, pus a mão na cintura, só faltei ameaçá-lo: ‘Qualé, gatinho?’ (RM, p. 55).

Nesse mesmo livro de crônicas, a linguagem de um mexicano a propósito da filha instaura ironia: “– Señor, mi hija es muy linda, muy religiosa, muy honesta y muy decente, lo que passa es que su culito la traiciona” (RM, p. 153).

Em outro livro de crônicas de viagens, a ironia é inseparável do olhar do narrador:

À porta de alguns prédios do Palácio Real, há escaninhos onde se guardam os sapatos, pois se entra descalço. Não use tênis caros ou sofisticados, a fim de evitar aborrecimento. Pessoas distraídas costumam levar os melhores pares, deixando em troca sandálias em lamentável estado. Pelo número de ocorrências, os tailandeses devem estar entre os povos mais distraídos do planeta (ORPO, p. 124).

Lúdica linguagem

Freud, em sua conferência sobre escritores criativos e devaneios, estabeleceu a relação entre criança e criatividade literária:

O escritor criativo faz o mesmo que a criança que brinca. [...] Não se esqueçam que a ênfase colocada nas lembranças infantis da vida do escritor – ênfase talvez desconcertante – deriva-se basicamente da suposição de que a obra literária, como o devaneio, é uma continuação, ou um substituto, do que foi o brincar infantil (FREUD, 1976, p. 157).

Em *Os pássaros são eternos*, a epígrafe escolhida é de Goethe: “A vida é a infância da nossa imortalidade”. Em sua narrativa, relacionou o avô ao neto: “A gente nasce criança, cresce e volta a ser criança. Começamos e acabamos do mesmo jeito. Daí a afinidade entre avôs e netos: vivemos a mesma idade” (OPSE, p. 13).

Mas o caráter lúdico vai além da literatura infantil: em todos os seus livros, o autor exerce intensa atividade com os jogos verbais. No conto “Olho por olho”, em *As chinelas da raposa polar*, há uma sátira ao Big Brother, em que os personagens se chamam Brothero e Orvélio, em irônica alusão a George Orwell. Ainda nesse mesmo volume de contos, há um personagem que quis criar o cérebro de Freud e se chama Renato Kopschmerz, sobrenome capaz de causar dores de cabeça... No romance *Tinta de sangue*, há jogos com nomes relacionados à luta entre o BEM e o MAL, cujas iniciais estão em personagens chamados Breno Eustáquio Medrado, Marco Aurélio Lima, Marcos Alarico Leonel. Em *A verdade tem olhos verdes*, o narrador brinca com o nome do mais conhecido antropólogo francês: “Além do dinheiro, seus amores se resumem à USP e a Lévi-Strauss. Aliás, este nome me assombrou a infância. Eu nunca entendia a pronúncia. Soava como ex-troço, então na minha cabeça ficou associado a bosta amanhecida” (AVTOV, p. 61).

Nesse mesmo romance, nomes de personagens secundários remetem a lúdicas onomatopeias: “Os quatro [tios] possuem as mesmas iniciais: Aloisinho, Alcides, Alberto e Alaor. Tratam-se por cachorrada, pela sonoridade do al, al, al, al” (AVTOV, p. 50).

O nome da bela cidade fluminense se presta a um jogo verbal: “Hoje estou por conta de Parati. **For you**, Parati...” (OA, p. 169).

Numa crônica, a “russificação” de nomes lusitanos: “Contávamos piadas de russos. Ela terminava uma ótima, do Manuelovski e do Joaquinoff” (RM, p. 90).

A transformação lúdica de nomes próprios ocorre também em *A verdade tem os olhos verdes*, numa homenagem que o autor faz aos seus amigos escritores Francisco Mendes e Sérgio Fantini: “[...] conheci dois escritores idosos, mas ainda lúcidos, o californiano Francis Mendelsohn e o russo Sergei Fantinov. Por horas, discutimos o valor intrínseco das obras literárias [...]” (AVTOV, p. 194).

Há um hilariante episódio envolvendo uma chinesa, de “cabelos como os da Maga Patalógica”, que xinga o cronista:

Berrou para mim, com dificuldade na pronúncia dos erres:
 – Impelialist pig! Impelialist pig! Impelialist pig! (CDD, p. 64)

Na construção de seus textos, em que o humor é um forte tempero, o cronista se revela como um lúdico glutão das palavras: “[...] a manipulação inventa dietas milagrosas, definitivas, infalíveis. Como isso, como **aquilo**, como **a quilo**, como a grama, mas como agora” (OFN, p. 54).

Paronomásias e trocadilhos compõem um vasto painel lúdico; às vezes, comparecem de forma sutil, como nestes exemplos:

– **Aceite**, papai.

O **açoit**e continua, Estela (APS, p. 145).

Rindo, **rendo**-me à cidade. O caos não mais me incomoda. É o estado natural de Xangai (CDD, p. 175).

[...] revolta entre os mineiros, que se sentiam açodados pela cobrança do **quinto**. [...] Se ainda não o sabiam, descobriram quem possuía **quanto** (DFMC, p. 70).

Lia Cupertino Duarte transcreve uma análise que Propp faz sobre o procedimento do trocadilho ou calembur:

O calembur pode ocorrer voluntariamente, mas pode também ser criado de propósito e, nesse caso, requer um talento particular. [...] A capacidade de encontrar e de aplicar rapidamente o sentido estrito e concretamente literal da palavra e de substituir por ele o mais amplo e geral que está na mente no interlocutor constitui um tipo de argúcia. A argúcia requer talento [e] [...] esperteza (DUARTE, 2006, p. 129).

Alguns trocadilhos evidenciam um jogo mais sofisticado de linguagem, como ocorre na transação semântica das palavras “pluma” e

“pena”: “Uma **pluma** de passarinho em excesso no prato das más ações poderia significar a **pena** máxima” (APS, p. 8).

Ainda no departamento das aves, interessante jogo verbal ocorre neste trecho: “Para melhor treinar o seu mascote, a mãe passava horas lendo a Bíblia para mim. Lia para que depois eu repetisse feito **pagão**, e ela colhesse os **louros**” (AAO, p. 29).

Há trocadilhos, a que chamarei de longo alcance, que ocupam um trecho maior da narrativa, como se verifica com o termo “nata”: “Rememorou os **natais** da infância, quando sua madrinha lhe enviava o melhor dos presentes, uma bandeja de pastéis de **nata** [...] mudou o teor das palavras. Resgatou a líder **nata**...” (APS, p. 206).

O narrador, através da metalinguagem, brinca com a palavra:

Nada melhor para **arrematar**.

A palavra me assustou. **À-ré-matar**. Matar pelas costas (AVTOV, p. 74).

Nos diálogos, um personagem deturpa as palavras ouvidas, como ocorre com frequência em *Adágio para o silêncio*, romance que gira em torno de um velório e que, de certo modo, amplia e aprofunda o caráter jocoso que o contista Luiz Vilela trabalhou em seu “Velório”, de *Tremor de terra*:

– Tem que **tomar**.

– Por que você é **tão má**, Rosa? (APS, p. 145)

– Chega, mamãe, **chega!**

– **Cega** é você, Dinorá! Cega é você! (APS, p. 154)

– Achei que fosse pelo **velório** de sua avó – buliu Junior.

– Pela amostra, mais parece **velhório** (APS, p. 190).

O deslizamento semântico de um termo é pretexto para trocadilho: “Para mim, era um prazer enorme receber os **maços** [de jornais] das mãos do Oséias, ou do Joel. Para eles, era **maçante**” (AAO, p. 29).

Por vezes, o jogo é feito com palavras de outras línguas:

– Em vez de me chamar **Cássio** de Castro, ele disse **Cazzio** de Castro (APS, p. 87).

Os recém-formados no Reino, jovens seduzidos pelas novidades, ah, de novo os jovens e seu excesso de vigor e inexperiência. **Iuventus, ventus** (OPS, p. 28).

In dubio pro deo (AVTOV, p. 32).

Prefere o mesmo frango preparado à moda estrangeira, tão **chique**, tão **chicken** (OPQ, p. 73).

O sobrenome de um personagem se presta a um jogo sujo e infernal brincadeira:

Reconheceu a voz masculina. Pertencia ao Juiz de Fora, ele mesmo. Identificara o **Leitão** que chafurdava na **pocilga** das rameiras (OPS, p. 78).

Bons tempos... Colocara o **Leitão** para **assar** no inferno... (OPS, p. 126).

O nome de Francisca, a Chiquinha de *A árvore dos ossos* é motivo de troca: “Conheço ela melhor que todo mundo aqui. Sempre foi assim: **chiliquenta**. Devia de chamar **Chiliquinha**” (AAO, p. 108).

É verdade que o abuso do trocadilho pode resultar numa forma fácil e frágil de humor. E o autor tem consciência disso, e brinca com o risco desse expediente lúdico: “Creio que a atuação britânica fique prejudicada pela ingestão da tradicional torta de rim, possuidora de um gosto **rindículo** com perdão pelo trocadilho **horrínvel**” (OPQ, p. 91).

Os trocadilhos, inventados pelo autor ou extraídos da cultura popular, pululam tanto na ficção como na crônica, conferindo-lhes a dimensão lúdica e humorística:

– Falo **Sírio** e falo **sério**... (OA, p. 76).

Descobri a ternura da mãe pelo feto. **Feto, afeto**... (ACRP, p. 39).

[...] vejo o **feto**. Ele é um **fato** (IP, p. 213).

Os **indígenas** dos Andes, **andígenas** portanto... (RM, p. 69).

Pensando melhor, **Pizarro** foi um homem de todos os tempos. **Bizarros** povoam a História (ORPO, p. 74).

Os seis levantaram um pedaço da bata e mostraram suas metralhadoras **Uzi**, prontinhas para o **uso** (ORPO, p. 144).

– **Esperança**, Sinval, nesta casa queria dizer **espera-herança** (APS, p. 105).

– Nesta família, até as **violetas** ficam **violentas** (APS, p. 120).

– Não **inventei**, apenas **aventei** (APS, p. 172).

A flor virou seu **culto**. **Oculto**, no início (AVTOV, p. 49).

Em *O pastor das sombras*, o reiterado uso do trocadilho está em sintonia com o Barroco, estilo predominantemente lúdico, retomado no romance:

Os marianenses perguntavam-se, nas ruas e becos, se os compositores escolhidos eram filhos de Dom João V com as Freiras de **Odivelas** e repetiam, jocosos: **Hei de vê-las, hei de vê-las!** (OPS, p. 114).

As Minas não eram a **joia**, mas o **joio** da Coroa (OPS, p. 130).

Enquanto **meneava** a cabeça em desânimo, **Manuel** da Cruz percebeu outros vultos (OPS, p. 130).

– Meu pai, quem sangra o próprio **corpo** não hesitará em sangrar um **porco** (OPS, p. 141).

Em tempos de **Pombal**, os mais terríveis para o Clero, as **pombas** morrem longe do **ninho**. Do **Minho** também (OPS, p. 147).

No **Clero** e no Século, grassam jogos de poder sutis e às **claras...** (OPS, p. 151).

Aqui prevalece o interesse: **olho por olho, ouro por ouro**, palavra por ouro (OPS, p. 147).

Sabe-se que o riso é uma defesa contra a morte. Freud estudou o chamado “humor patibular”, o chiste associado aos últimos momentos de um condenado. Para Umberto Eco, segundo nos informa Lélia Parreira Duarte, através do cômico e do humor, “o homem tenta tornar aceitável a ideia insuportável da morte ou vingar-se do destino ou dos deuses que o definem como mortal” (ECO *apud* DUARTE, 2006, p. 51). Em *Tinta de sangue*, o trocadilho dá o ar de sua graça num momento de desgraça do protagonista Valdomiro, através do discurso indireto livre do narrador:

Miro, Miro, **Miro**... **Mira** o quê? Nuvens, curiosos e o fim. Queria ver a Ana uma última vez, não importava em que estado. Ana, Aninha, **Ana aninhava-se** nele que nada podia fazer para salvá-la (TS, p. 12).

Em *A verdade tem os olhos verdes*, um instrumento de tortura é motivo de trocadilho:

- Ô doutor, o senhor desculpa a minha sinceridade, mas aqui no sítio não tem garrote, nem bezerro, nem novilha pra apertar.
- Falo do garrote **vil**.
- **Viu** o quê, doutor? Eu não vi nada (AVTOV, p. 211).

O cronista não teme brincar com o fogo ao evocar a inquisição:

Li um artigo sobre os males que acometeram pessoas famosas a partir da análise de suas cabeças, do tipo fulano morreu assim porque era assado (assados morreram muitos, porque ousaram pensar) (OPQ, p. 55).

Escatologia, órgãos genitais e erotismo também são alvos dos jogos verbais:

- Quer dizer que escritor **obra**? (AVTOV, p. 116)

Se aberta ao público, sempre sedento por casos entre ricos e famosos, a coleção [de camisinhas] provocaria filas. Os críticos de arte a definiriam como instalação **seminal** (AVTO, p. 121).

Henrique de **Castro** cobriu você, Estela, porém jamais a marcou como pretendeu. Aqui dentro nós nos **castramos**, é verdade... (APS, p. 74).

Descobri cedo as virtudes de uma vida com menos **texto** e mais **testículo** (AVTOV, p. 33).

A psicologia do macho é a **vara**, ou melhor, **avara**, cede pingo a pingo (IP, p. 107).

Ó Belas, as formosas garotas querem **me ter**? (IP, p. 55).

O humor associado a sexo é marcante na crônica “Ejaculação anunciada” (RE, p. 45), em que o cronista vai fazer um exame de sangue, e a atendente causa constrangimento ao falar alto que o paciente ejaculou nas últimas 48 horas. O palavrão também é um bom instrumento humorístico, principalmente quando surge de forma inesperada, quebrando a formalidade da linguagem, ou como agente dessacralizador de outros signos linguísticos. Por exemplo, em *O ovo de ádax*, o protagonista solta um palavrão numa frase alusiva a um conhecido verso machadiano: “Merda, por que não nasci vaga-lume?” (OA, p. 12).

Em *Infinito em pó*, o personagem Shiva, depois de usar apenas linguagem respeitável e com vocabulário tecnológico, fica impaciente com sua secretária virtual e irônica, e libera o verbo:

- Deleta tudo, porra!
- Ai, céus, que linguajar indigno para o comandante da primeira missão interestelar! A temperança é a qualidade maior dos verdadeiros líderes, já lhe contei?
- Deleta tudo, porra, agora, já, sem mais discussão!
- Então vou providenciar, lorde Shiva (IP, p. 40).

Outras personagens não têm pudor ao analisar seu estar no cosmos:

No entanto nós, os desmiolados, estamos aqui neste cu do mundo, longe de casa e do destino, dentro de uma cápsula com o formato, a sorte e o trajeto de uma flecha atirada a esmo (IP, p. 65).

Torço para que a quentura não aumente a ponto de derreter minhas asas. Ou que derretam, foda-se, eu sempre me esqueço de que os mitos caídos no espaço estão enterrados (IP, p. 80).

O palavrão enunciado por um bispo, em ambiente clerical, provoca humor: “Merdamerdamerda! Merda! / Bateu com força na boca, olhou ao redor, perscrutador” (OPS, p. 67).

Na biografia sobre o bispo, o autor transcreve um soneto adulatorio de Francisco Xavier da Silva, em que a palavra “bago”, no sentido de bastão episcopal, aparece três vezes. O resultado é humorístico, pois dá para perceber que a intenção do autor foi a de sugerir o sentido chulo da palavra. Dessa forma, o poeta adulator, mais do que um puxa-saco, surge como exemplo de um puxa-baguíssimo:

Sustendo-lhe no Bago a longa idade [...] Deixe a do Bago anual solenidade [...] A Divindade, a Cruz, a Mitra, o Bago (DFMC, p. 78).

Cumprindo ainda registrar que, em *O pastor das sombras*, a reincidência de apodos que o bispo usa para designar a cidade de Vila Rica configura uma litania até certo ponto histriônica:

“Vila Rica de Intimoratos, a grande Sodoma das Minas” (p. 28); “Vila Rica dos Fornicadores” (p. 42); “Vila Rica de Libertinos” (p. 73); “Vila Rica dos Heréticos” (p. 43); “Vila Rica dos Sicofantas” (p. 65); “Vila Rica dos Pérfidos” (p. 89); “Vila Rica de Ímpios” (p. 94); “Vila Rica de Lascivos” (p. 101); “Vila Rica dos Proditores” (p. 107); “Vila Rica de Aleivosos” (p. 109); “Vila Rica de Soberba” (p. 117); “Vila Rica de Caluniadores” (p. 125); “Vila Rica de Apóstatas” (p. 162).

Signos brincantes

O humor é um expediente lúcido e lúdico de criticar a realidade. Sua arte em provocar o riso é uma brincadeira séria. Para o psicanalista Daniel Kupermann,

assim como o brincar, o humor é levado muito a sério, quer dizer, é uma atividade intensamente investida de afetos e libidinizada pelo trataadulto que dele dispõe. Nesse sentido, parafraseando Freud, pode-se dizer que o humor não se opõe ao que é sério, mas a uma realidade deserotizada e à lucidez mórbida criada por uma concepção de mundo na qual princípio de realidade e princípio de prazer encontram-se inelutavelmente dissociados (KUPERMANN, 2003, p. 93).

Entre os variados procedimentos humorísticos dessa escritura, podemos apontar o recurso de citações, paráfrases e paródias. Referindo-se à paródia, Linda Hutcheon (1989, p. 19) afirma que “não se trata de uma questão de imitação nostálgica de modelos passados: é uma confrontação estilística, uma recodificação moderna que estabelece a diferença no coração da semelhança”. Em *O pastor das sombras*, ambientado no século XVIII, há deslocamentos anacrônicos, como na passagem em que o protagonista vale-se de uma frase que foi dita por Dom João VI, no século seguinte: “– Recolhei todas essas tartarugas de ouro, antes que os aventureiros o façam ou elas fujam” (OPS, p. 109).

Como se não bastasse, o bispo belisca um trecho do poeta Augusto dos Anjos: “A mão que afagou apedrejou. Como pude sucumbir à falsidade?” (OPS, p. 150).

Com leve ironia, versos de Tomás António Gonzaga e de Carlos Drummond de Andrade também são incorporados nas frases desse romance:

Ah, este coração Cristão, maior que o mundo, mais bondoso que o de muitos Santos (OPS, p. 151).

A falta de ar indicava fraqueza geral do corpo, sobretudo do coração, seu pobre coração maior que o Mundo (OPS, p. 160).

Célebre frase dita por Napoleão Bonaparte é deslocada para uma nave espacial: “Do alto do infinito, setenta bilhões de anos-luz nos contemplam! Alpha Centauri, ya-ho, aqui vamos nós!” (IP, p. 225).

Nesse mesmo romance, a frase de Lavoisier é alterada para ser aplicada à nave: “Na Unity, nada se cria, nada se perde, tudo se transporta” (IP, p. 70).

Em uma crônica sobre tributos, o narrador não descarta parodiar o filósofo: “Só morto não recebe conta, quer dizer, recebe, mas não pode pagar. Portanto, pagá-las é o grande sinal de vitalidade hoje em dia. Pago conta, ergo sum!” (RE, p. 37).

Leyla Perrone-Moisés, citando Derrida, afirma que a Literatura “é uma instituição que consiste em transgredir e transformar” (DERRIDA *apud* MOISÉS, 2016, p. 161). A literatura de Giffoni é pródiga na arte de transgredir e transformar: desde seu primeiro livro de contos, *A jaula inquieta*, tematiza metamorfoses, acompanhadas pelo bom humor, como neste trecho do conto “Mefis”:

A derme enrugada rejuvenesce, brotam pés nos cascos, unhas substituem as garras. Mefis apalpava-se satisfeito, cantarolando um hê-hê-hê-há com a boca refeita, tão nova que os incisivos possuíam até a serrinha. Seu bom humor serviu para deixar-me um pouco à vontade, estiquei as pernas, as mãos entre elas, os acontecimentos remontavam à minha cabeça, aturdida pela avalanche visual. Surpreendi-me em racionalizações, afinal todos temos um diabo, já o vislumbrara repetidas vezes; suas novas feições não transpiravam a agressividade original (AJI, p. 10).

O narrador, ao fixar traços de seus personagens, flagra transformações instantâneas, e esse *close*, não poucas vezes, é marcado pelo humor – como se vê no rosto de dom frei Manoel da Cruz: “O rosto cresceu: as narinas abriram-se, as orelhas recuaram, as sobrancelhas arquearam-se, os olhos arregalaram” (OPS, p. 13).

O diabo da inquietação faz com que os ditos sentenciosos, geralmente para inculcar preceitos morais, reapareçam ludicamente alterados, provocando o humor. Na biografia sobre o bispo de Mariana, a

ligeira alteração já indicia uma crítica social: “Praticamente devolveu sua fortuna à Igreja em encomendações por sua alma. No período Barroco, a encenação superava a realidade – e o hábito costumava fazer o monge” (DFMC, p. 110).

No romance sobre o bispo, um provérbio é criado, atendendo à estrutura métrica e rítmica comum aos ditos populares: “Quem adula, não açula” (OPS, p. 147).

Esse tipo de recriação proverbial é recorrente:

Quem escreve, os males prescreve (AVTPV, p. 163).

Quanto maior a altura, pior a fratura (AVTOV, p. 33).

Perneta que conhece a muleta vai à retreta (AO, p. 69).

Antes uma quase mutante que nenhuma amante (IP, p. 52).

Mais valem setenta anos bem bebidos que cento e trinta prometidos (IP, p. 58).

[...] quem sente o chulé não vê o pé, dizia meu pai ao tirar o tênis... (IP, p. 136).

A paráfrase e/ou paródia de provérbios e expressões populares ocorre em vários níveis, evocando o que Neiva Pitta Kadota, citando Barthes, viu no “deslocamento contínuo de formas já exauridas, que se transmutam no espaço cênico da página, oferecendo outras leituras”, e, dessa maneira, fugindo das garras do poder, “que está emboscado em todo e qualquer discurso” (BARTHES *apud* KADOTA, 1999, p. 60). Alguns exemplos:

Mais vale um micróbio na mão que dois boirangos no sonho (BA, p. 26).

– Quem não tem terra simples, usar terra com esterco de boi, arremedou ele (BA, p. 14).

Em terra de cego, quem tem olho é réu (AO, p. 52, Isaías).

Ponho a mão no vácuo por ele (IP, p. 99).

[...] o vácuo não é tão feio quanto o pintavam (IP, p. 203).

O romance que possui mais provérbios é *A árvore dos ossos*, ambientado num espaço rural, em que a matriarca Francisca dos Santos exerce o poder, expresso na saraivada de seus ditos sentenciosos:

É fácil lidar com o povo. No aperto, a gente aceita; depois, a gente ajeita; mais tarde, a gente enjeita, e as coisas ficam como dantes no quartel do Abrantes. Desde que o mundo é mundo, tudo se resolve assim nesta terra. Quem pode, pode, o resto sacode (AO, p. 65).

O sobrenome Santos presta-se a um trocadilho, que se imiscui no provérbio: “A esmola, quando é muita, os Santos desconfiam” (AO, p. 97).

Esse mesmo provérbio comparece, alterado, e acompanhado de outras passagens lúdicas no irônico romance *A verdade tem olhos verdes*, neste saboroso trecho, em que o narrador, em conversa com policiais, joga com a ambiguidade entre verdade e mentira:

- A esmola, quando é muita, doutor, o santo torce o nariz. Tem certeza que esse uísque é legítimo, doutor? Por acaso, não é o famoso Juanito Caminante del Paraguay?
- Você me ofende com uma insinuação dessas, José.
- Desculpa, desculpa, desculpa. Gente fina não gosta de coisa falsa, não é mesmo?
- Exato.
- O doutor nunca venderia gato por lebre, Zé.
- Só se ele também for falso (AVTOV, p. 156).

Outro expediente a compor o painel lúdico dessa obra é o uso da ruptura do paralelismo semântico, quando um termo diferente invade uma área semântica. Por exemplo, nas cerimônias da posse do primeiro bispo de Mariana, que já foram uma vez adiadas por causa das chuvas, “a capa pluvial” produz efeito humorístico em meio a termos ligados a trajes clericais: “Entre nove e dez da manhã, Manoel da Cruz foi numa liteira até a capela de São Gonçalo, onde se paramentou com

sobrepeliz, amicto, alva, cingulo, cruz peitoral, estola, anel, mitra e, por via das dúvidas, capa pluvial” (DFMC, p. 75).

Um palavrão também tem o poder de produzir efeito humorístico numa sequência em que se mesclam sentimentos e interesses materiais: “Abarrotei cada companheira com promessas, apaixonei-me de verdade, entreguei-lhes o caralho, o coração e os bolsos” (IP, p. 68).

O humor não escamoteia o real, e os textos podem abrigar algo de profético, como na crônica em que se teme “a remotíssima hipótese de um louco ocupar a Casa Branca” (OFN, p. 140). Enfim, esses retalhos de textos que compõem nosso trabalho, menos do que análise, mais uma descrição de aspectos aparentemente secundários da obra de Giffoni, podem parecer uma dízima periódica de notas de rodapé. A propósito, Vladimir Nabokov, ao abordar aspectos laterais de uma obra, afirma:

Esta capacidade de assombro perante coisas insignificantes – sem nos importarmos com a iminência do perigo –, estas lateralidades do espírito, estas notas de rodapé do livro da vida, são as formas mais elevadas da consciência; e é aí, nesse estado mental infantil e especulativo, tão diverso do senso comum e da lógica, que sabemos que o mundo é bom (NABOKOV, 2004, p. 424).

Assim, ao cabo dessa “rileitura”, com perdão do péssimo trocadilho, fica o convite para que novos leitores subam nessas montanhas de letras, onde há o afeto, a crítica social, a reflexão sobre o homem e o cosmos, o embate entre a luz e a treva, a vida e a morte – mas sem perder de vista a verve humorística, que nos faculta o prazer do texto.

Referências

(As obras de Luís Giffoni pertencem à editora do próprio autor, a Pulsar, de Belo Horizonte, com as exceções incluídas na lista a seguir.)

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Huicitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BERGSON, Henry. *O riso: ensaio sobre o significado da comicidade*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CRUZ E SOUSA. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1961.
- DELAS, Daniel. Prefácio. In: RIFFATERRE, Michael. *Estilística estrutural*. Trad. Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. Apresentação de Daniel Delas. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 10.
- DUARTE, Lélia Parreira. *Ironia e humor na literatura*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2006.
- DUARTE, Lia Cupertino. *Lobato humorista: a construção do humor nas obras infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- FREUD, Sigmund. *'Gradiva' de Jensen e outros trabalhos (1906-1908)*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1976. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; v. IX).
- GALVÃO, Jesus Belo. *Língua e expressão artística*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- GIFFONI, Luís. *A jaula inquieta*. São Paulo: Editora Scipione, 1988.
- GIFFONI, Luís. *Boirangos azuis*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 1993.
- GIFFONI, Luís. *O acaso abre portas*. Belo Horizonte: Abacatte, 2014.
- GIFFONI, Luís. *O caçador de yétis*. São Paulo: Moderna, 1996.
- GIFFONI, Luís. *O ovo de ádax*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- GIFFONI, Luís. *Os pássaros são eternos*. São Paulo: Formato Editorial, 2009.
- GUIMARAENS, Alphonsus de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- KADOTA, Neiva Pitta. *A escritura inquieta: linguagem, criação, intertextualidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

- KAYSER, Wolfgang. *O grotesco*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- KUPERMANN, Daniel. *Ousar rir: humor, criação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LEWIS, Jerry; GLUCK, Herb. *Jerry Lewis por Jerry Lewis: memórias*. Trad. Alberto Clavería. Barcelona: Persifal Ediciones, 1991.
- LUCAS, Fábio. *Fábio Lucas: vanguarda, história e ideologia da literatura*. São Paulo: Ícone, 1985.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria e Editora, 1976.
- MOISÉS, Leyla Perrone. *Mutações da literatura no século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. *E-book*.
- MOTTA, Dantas. *Elegias do país das gerais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- NABOKOV, Vladimir. *Aulas de literatura*. Trad. Salvatto Telles de Menezes. Lisboa: Relógio d'Água Edições, 2004.
- PAES, José Paulo. *Gregos e baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Graça. *Ironia à brasileira*. São Paulo: Editora Pauliceia, 1997.

Abreviaturas dos títulos citados

[AAO] <i>Adágio para o silêncio</i>	[OCY] <i>O caçador de yétis</i>
[ACRP] <i>As chinelas da raposa polar</i>	[OFN] <i>O fascínio do nada</i>
[AJI] <i>A jaula inquieta</i>	[OPQ] <i>O poeta e o quasar</i>
[APS] <i>A árvore dos ossos</i>	[OPS] <i>O pastor das sombras</i>
[AVTOV] <i>A verdade tem olhos verdes</i>	[OPSE] <i>Os pássaros são eternos</i>
[BA] <i>Boirangos azuis</i>	[ORPO] <i>O reino dos puxões de orelha</i>
[CDD] <i>China: o despertar do dragão</i>	[RE] <i>Riscos da eternidade</i>
[DFMC] <i>D. Frei Manoel da Cruz</i>	[RM] <i>Retalhos do mundo</i>
[IP] <i>Infinito em pó</i>	[SC] <i>Serra do Cural</i>
[OA] <i>O ovo de ádax</i>	[TS] <i>Tinta de sangue</i>
[OAAP] <i>O acaso abre portas</i>	

Descobrimo meu avô Afonso

Cesário Mello Franco

Sou filho de diplomata e, como tal, pouco conheci do Brasil até meus 17 anos. Até então, vínhamos ao Brasil, meus irmãos e eu, apenas nas férias de julho ou dezembro, e nem todos os anos. Lembro-me das praias ensolaradas, das ruas ruidosas e do que me parecia uma desorganizada e pegajosa alegria tristonha, uma vez que morávamos em países para lá de frios e arrumados, como Suíça, Estados Unidos, Áustria, Holanda. Nessas férias, ficávamos muitas vezes em casa de nossos avós, mas principalmente na de nossa avó materna. Eram tempos de ditadura, década de 70, e sentíamos isso no ar, no silêncio, na tristeza e no isolamento em que se vivia no Brasil, mesmo com a alegria das praias. Para mim, só mesmo a música e o teatro pareciam ter vida.

No meio deste País meio caótico e reprimido, havia um local muito especial onde tudo parecia paz, pensamento, cordialidade, e disciplina temperada com afeto. Era a casa de nosso avô Afonso Arinos, um belo casarão branco estilo Belle Époque plantado na Rua Dona Mariana, em Botafogo, cercado de jardins cuidadosamente aparados. Ali, tudo era doçura, simpatia, conversa inteligente e contato com grandes figuras que sempre visitavam meu avô. Ali vi Pedro Nava, com seu riso solto, Juscelino, com seus cabelos para lá de negros, Fernando Henrique, com sua simpatia e viva inteligência, enfim, havia ali uma troca muito grande entre grandes, num momento tão sombrio e calado do nosso Brasil.

Eu costumava ficar distante disso, não tinha nenhuma intimidade com meu avô, que só via nessas férias. Até que, aos 18 anos, tive uma dessas crises existenciais que nos atacam ao longo da vida, e resolvi

me aconselhar com ele. Lembro-me da atenção com que me ouviu e da sabedoria dos seus conselhos. Marcou-me o interesse com que queria abordar o que lhe falava e de como buscava me entender. Deu-me bons conselhos, que guardo até hoje. E era sempre generoso, até me emprestava seu carro quando não tinha um, para passear com minha namorada.

Outra lembrança muito boa me veio quando voltei de uma experiência profissional nos Estados Unidos, agora já com 27 anos, e ele para fazer 80. Estávamos num jardim do meu tio, quando meu avô me perguntou sobre questões técnicas de Direito. Depois de ouvir atentamente minhas respostas, ele puxou para si uma flor de trepadeira que estava ao seu lado e, aproximando-me dela, disse-me: “Quando você tiver minha idade, vai entender que isto aqui é o que importa”.

Alguns anos mais tarde, eu já com 33, tive a oportunidade de participar da campanha dele para senador, a qual venceu sem sequer sair de casa, com mais de um milhão de votos. Sofremos juntos o sufoco da apuração, num resultado apertado, em que rivais roubavam seus votos em leilões das cédulas em branco, e comemoramos com muitas risadas a vitória, quando o apelidei de Meu Garoto de Ipanema, em razão de ele ter sido o mais votado naquele bairro.

Depois de eleito, vovô me convidou para ser seu assessor no Congresso, quando foi presidir a Comissão de Redação do anteprojeto da Constituição de 1988. Esse ato de puro nepotismo me deu bastante trabalho e me aproximou dele. Como advogado, pude opinar bastante. Ele ria das minhas opiniões, achando-me às vezes conservador na minha visão da economia, mas sempre levando todos os pontos de vista em consideração.

Egresso da UDN, membro do PFL, acabou sendo um dos fundadores do PSDB, que se formava então como partido de centro-esquerda em busca do parlamentarismo, uma ideia que sempre lhe foi muito cara e que já havia ajudado a construir na crise de posse de João Goulart. Via nele, filho, como todos nós, de uma colonização escravocrata e perversa, um grande desejo de fazer justiça aos desamparados.

Criador da Lei Afonso Arinos contra o racismo em 51, sempre houve nele essa inquietação de buscar corrigir os erros que havíamos

cometido como nação, e, nesse processo de redação da Constituição de 1988, pude ver nele a luta por essa redenção do País, junto com tantos grandes parlamentares, como Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e outras grandes figuras que hoje nos fazem tanta falta no parlamento. Além da luta por inserir na Constituição obrigações do Estado e direitos do cidadão que pudessem criar um caminho de justiça e redenção, vovô, do alto de sua oitava década, ainda fez um empolgante discurso, levando com ele o parlamento a aprovar o direito de voto para os jovens de 16 anos.

Depois de tanto trabalho e tanta generosidade, vovô se foi, assim como se vai, de uma hora para outra, aos 84 anos incompletos, sem despedida, sem abraços, sem nada, fruto de um tombo em casa e de uma pequena hemorragia interna que, detectada tarde demais, levou-o ao fim. Quando o carro funerário deixou seu casarão na Rua Dona Mariana, as calçadas estavam apinhadas de vizinhos e admiradores aplaudindo a partida do seu senador.

Mas vovô me voltou, e de forma moderníssima. Há 3 anos, surfando na internet, fui ao Facebook, e descobri que havia um setor no *site* para mensagens de pessoas desconhecidas do meu círculo de amigos. Ali havia a seguinte mensagem de Janete Gomes Teixeira: Boa noite, meu nome é Janete e hoje estou tomando conta de uma amiga, Alzira Nunes, cujo marido, José Augusto, trabalhou de motorista com seu avô Afonso Arinos. Em uma das muitas conversas que todos temos com ela, ela se lembrou de você com muito carinho e pediu para vermos se conseguíamos te localizar. Se você for a pessoa que estou procurando te peço o favor de me adicionar. Muito obrigada.

Falamos-nos por Facebook e eu, minha mulher, Luise, e minha filha Luiza fomos visitá-la em Divinópolis. Dessa visita, nasceu um filminho no qual meu avô reaparece com todo o seu brilho, a sua generosidade e o seu senso de justiça. O filme fica fazendo parte desse pequeno testemunho: <http://leiaopalma.com/o-palma-em-video/alzira/>.

Se pudesse definir meu avô, diria que ele foi um homem que amou a humanidade. Esse amor deixou sua marca no Brasil.

Um intelectual em cena

Clara Arreguy

Presença convergente na vida cultural mineira, Etienne marcou seguidas gerações como mestre e incentivador.

O que mais dizer de João Etienne Filho, intelectual, professor, escritor, homem de teatro, militante católico, desportista? Talvez um dos poucos aspectos da sua vida intensa e extensa, sobre a qual ainda não se jogaram as luzes convenientes, seja a relação familiar, paradoxalmente tão determinante em diversos momentos de sua trajetória. Afinal, foi por causa das dificuldades emocionais geradas pela distância de seus pais que Etienne voltou para Belo Horizonte, após cerca de seis anos no Rio de Janeiro entre o final dos anos 40 e o início dos 50 – decisão que mudou a rota de sua história intelectual, devolvendo-o a um papel de destaque apenas no âmbito da província. E ainda assim cindido entre a militância católica fervorosa e a vida boêmia, eufemismo para seu dilema moral.

Etienne era o primogênito de uma família grande e pobre. Nascido em Caratinga, veio para Belo Horizonte com sua mãe, a professora primária dona Glorinha, que iria integrar a primeira turma da Escola Nova, da educadora Helena Antipoff, em 1929. Aqui chegando mal tendo completado 11 anos de idade, conseguiu bolsa de estudos no Colégio Arnaldo, onde os padres perceberam sua rara inteligência e lhe deram o necessário suporte na primeira separação da família.

Logo aos 17 anos, o talento de Etienne lhe rendeu o primeiro lugar num concurso promovido pela Cúria Metropolitana para a for-

mação da equipe do jornal *O Diário*. Ajudado pelo arcebispo de então, dom Antônio dos Santos Cabral, contou com sua inteligência e *feeling* para crescer no trabalho. Foram ali os célebres encontros entre o rigoroso editor e os candidatos a escritor Fernando Sabino, Hélio Pellegrino, Otto Lara Resende e Paulo Mendes Campos, aos quais chamava carinhosa e sarcasticamente de “os quatro cretinos iluminados”. Os talentosos moços de então passeavam na Praça da Liberdade e trocavam cartas com “o irmão maior”, Mário de Andrade.

Todo mundo já sabe dessa história. O que pouco circulou naquele tempo é que Etienne não era o velho a aconselhar os jovens. Era pouca coisa mais velho que eles, só que havia começado muito novo, bem antes dos demais, e a experiência falava mais alto. A impaciência também. Em pouco tempo, assim como os quatro, sentiu limites na produção intelectual da província e ouviu o chamado da Corte. Lá, a partir de 1946, encontrou trabalho em jornais e também um contato bem próximo com a inteligência católica que trilhava as mesmas preocupações ideológicas.

Como secretário de Alceu Amoroso Lima, compartilhou com ele formulações teóricas inspiradas em Bernanos, Teilhard de Chardin, Maritain e outros pensadores católicos e participava intimamente da preparação de textos e cursos – chegou a herdar as aulas do mestre na Universidade Santa Úrsula. Doutor Alceu deu-lhe o título de secretário perpétuo, o que lhe valeu a condição de sócio honorário – sempre presente às reuniões especiais – do Grêmio Literário Tristão de Ataíde, que o padre José Pedro Mendes Barros criou, há quase 60 anos, em Ouro Preto.

O Rio de Janeiro amplificou em ressonância nacional outra vertente da atuação de Etienne: o basquete. Foi campeão como treinador do clube carioca Grajaú, angariando o ciúme dos mineiros. Mas sua grande paixão pelo teatro não se consumou nos palcos cariocas. Não há registro de qualquer trabalho seu naquela época, a não ser as amizades que cultivou com Paulo Autran, Tônia Carrero e outros artistas.

O teatro, para Etienne, foi exercício de amador, num tempo em que não havia conotação pejorativa no termo. A paixão pelas artes cênicas foi herdada do pai, João Etienne Arreguy, que participava, em Caratinga, das primeiras montagens do Grupo Teatro em Família, no-

vamente a marca doméstica que determina um espaço e uma vertente por onde seguir.

Quando morava em Belo Horizonte, aos 20 e poucos anos, Etienne só nas férias encontrava tempo para dirigir irmãos, primos e vizinhos quando voltava a Caratinga. *Iaiá boneca* e *O massacre* são dessa época. A trupe familiar se reorganiza somente nos anos 50, quando seu João, dona Glorinha e a filharada, muitos já casados, transferem-se para a Capital.

O início dos anos 60 é o tempo dos dois trabalhos mais representativos dos Arreguy, *O auto da compadecida* e *O Natal na praça*. No primeiro, o melhor trabalho de seu irmão Gastão Arreguy, talento cômico que só funcionava sob a direção severa, implacável, mesmo, de Etienne – nunca repetiu no teatro profissional seu impagável João Grilo. Ariano Suassuna, o autor, assistiu e declarou não ter visto montagem e personagem mais bem defendidas. O auto natalino de Henri Gheon e a comédia nordestina ganharam diversas outras versões dirigidas por Etienne, alternando-se sobrinhos, irmãos e alunos nos diversos papéis ao longo dos anos.

Paralelamente, integrava a equipe do Teatro Universitário da UFMG, ao lado de Haydée Bittencourt, Otávio Cardoso e Paula Lima, entre outros. Com sua impaciência para o achismo dos novatos, arrumou muitos desafetos, que, ao longo dos anos, reconquistaria para amizades sólidas e respeito mútuo.

Deu aulas de teatro também na Fafi-BH; de história, no Colégio Estadual Central; de português, no Padre Machado. Todas as atividades que desenvolveu em sua vida foram concomitantes com o ofício do magistério. Carinhosamente chamado de “professor” por todos que o conheciam, era pouco mais que força de expressão dizer que tinha dado aula para meia Belo Horizonte.

Como ator, Etienne, nos primeiros tempos, reservava-se papéis de menor porte, como o narrador-palhaço de *O auto da compadecida*, e uma ou outra substituição nas demais montagens. Seu histrionismo foi revelar-se somente na revolucionária montagem de *A cantora careca*, de Eugene Ionesco, direção de José Antônio de Souza, quando, numa espécie de reconciliação, a velha guarda do TU, representada por

Etienne, passou a aplaudir as aprontações da meninada com quem tanto havia se confrontado.

Uma década depois, no início dos anos 80, voltou à cena numa posição que se repetiria daí em diante: como homenageado por papéis criados para ele ou de importância simbólica. O garçom Tininho e o velho mestre, em *O encontro marcado*, adaptação do romance de Sabino feita por Paulo César Bicalho; uma participação especial em *Galileu Galilei*, de Brecht, dirigida por Pedro Paulo Cava. Um prisioneiro kafkiano na videopeça *O estripador da Rua G*, de Roberto Drummond, direção de Elvécio Guimarães. Uma figura muda, de fortes expressões, em *Desejos de Afrodite*, texto e montagem de Carl Schumacher. Não são todos os seus trabalhos nas duas últimas décadas, mas denotam a tendência a, mais que explorar um talento de intérprete, homenagear o formador de tantas gerações.

Para seus sobrinhos, a maioria dos quais o tratava por “padrinho”, Etienne foi, mais que tio, uma espécie de avô, modelo (nem sempre a ser seguido) em tantos aspectos, mas sempre um desbravador de caminhos. O padrinho, aqui, distante do *god father* mafioso ou do presenteador nos aniversários, num papel *sui generis*. O homem dos livros, da biblioteca de milhares de volumes – uma instituição! –, que municiou de teatro, filosofia, filologia, história e muita literatura todos que precisaram dele.

Consciente ou inconscientemente, a família Arreguy se espalhou pelo jornalismo, pelo teatro, pelo magistério. A poesia um ou outro toca de leve, timidamente. A torcida pelo América, seu clube de coração, enche kombis e mais kombis com seus irmãos, sobrinhos e sobrinhos-netos. A dedicação apaixonada a causas e profissões de fé tem seguidores dentro e fora da família. O serviço da arte e da cultura brasileira foi um exemplo de vida que ilumina caminhos e não se perde. Sua obra rende seus frutos.

Beatriz Francisca de Assis Brandão

Cláudia Gomes Pereira

*Torno a ver, cara Elisa, estas montanhas
Estes vales floridos, estas matas,
Este rio tão puro, tão saudoso,
Que me recordam a risonha imagem
A minha doce e tão ditosa infância!
Foi aqui que aprendi, com a natureza,
A pensar, a existir! [...]*¹

Beatriz Francisca de Assis Brandão

O processo de formação de uma identidade literária nacional é tema central de discussões que se arrastam há muito. Entretanto, se há alguma questão unânime sobre o assunto, certamente é a exclusão das mulheres desse processo, sobretudo das que viveram no século XIX, em que a literatura brasileira começou a sistematizar-se e a tingir-se de certa cor local. Quanto mais os estudos sobre a autoria feminina avançam, mais se tem a certeza de que as mulheres de outrora, ainda que submetidas a uma série de restrições impostas pela sociedade patriarcal, conquistaram espaços que as mantiveram culturalmente ativas, especialmente no universo literário. Beatriz Francisca de Assis Brandão, uma das primeiras e mais produtivas escritoras brasileiras do século XIX, foi uma delas.

1 BRANDÃO, Beatriz Francisca de Assis. Epístola a Elisa. In: *Marmota Fluminense*: jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro: Editora e tipografia de Paula Brito, terça-feira, 18/1/1853, nº 332.

Nascida no ventre da Inconfidência Mineira e da ebulição literária que ensaiava os primeiros passos de uma literatura sistematizada, ao lado de contemporâneas como Ângela do Amaral, Delfina Benigna da Cunha, Violante Atabalipa e Nísia Floresta, Beatriz trilhou caminhos incomuns para a época, tornou-se ávida leitora, aprendeu, às escondidas, o italiano e o francês, e formou-se autodidaticamente. Como suas poucas colegas, conseguiu o improvável destino de fixar-se como escritora no século XIX, mas desapareceu da história da literatura a partir do século XX.

D. Beatriz, como assinava alguns de seus poemas, foi poetisa, educadora, compositora, regente de coral e tradutora de poesias italianas e francesas. Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 29 de julho de 1779, e, em 12 de agosto do mesmo ano, foi batizada na igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, tendo como padrinhos dom Antônio de Noronha, sétimo governador de Minas, e dona Catharina Leonor da Silva Soteria, filha do general Bernardo da Silva Ferrão, avô de Beatriz. Filha do oficial de Dragões Francisco Sanches Brandão e de Izabel Feliciano Narcisa de Seixas, descende também do coronel Garcia D'Ávila, antigo fidalgo proprietário da Casa da Torre, hoje conhecido como o Castelo de Garcia D'Ávila.

Desde a mais tenra infância, a escritora já demonstrava apreço pela leitura, pela música e pelas artes em geral, debruçando-se, às escondidas, sobre obras de literatura clássica e participando ativamente das atividades culturais da Vila Rica de outrora, o que, por certo, não agradava sua aristocrática família, da qual fazia parte Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, conhecida como Marília de Dirceu, a musa do poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. Embora fosse 12 anos mais nova que a famosa prima, Beatriz era sua amiga e confidente e, certamente, acompanhou de perto o conturbado romance da prima com Gonzaga, cujo infeliz desfecho, que culminou na prisão e no exílio do ilustre ouvidor por participação no movimento de conjura, acabou por deixar a prima reclusa até a morte e a família ainda mais ressabiada com relação aos poetas e o “perigoso” impacto de suas poesias sobre as jovens.

A escolha amorosa de Beatriz também não teve final feliz. Em 20 de maio de 1813, quatro meses após a morte da mãe, que já era viúva, ela se casou com o alferes Vicente Batista Rodrigues Alvarenga, um

homem mais jovem e, ao que parece, bastante interessado no patrimônio da esposa, conforme se percebe em razão da briga² que, logo após o casamento, travou com a cunhada, em busca dos bens dos falecidos pais de Beatriz.

Casada, Beatriz não se acomodou à vida de senhora do lar, como soía acontecer às suas contemporâneas, mas seguiu carreira escrevendo e ensinando e, em 8 de janeiro de 1829, anunciou publicamente a intenção de abrir um colégio para meninas, tendo, no ano seguinte, sido designada para ocupar o cargo de examinadora de candidatos às escolas de primeiras letras, por não existir na cidade de Ouro Preto outra pessoa com a sua competência.

Nomeada, junto a Jacinta Carlota de Oliveira Meireles e Policena Tertuliana de Oliveira, como uma das três primeiras mestras mineiras a defrontar-se com um exame público para o cargo docente, depois de sancionada a Lei de 15 de outubro de 1827, Beatriz, por meio da Secretaria do Governo Provincial, passou, em 20 de abril de 1830, a exercer o cargo na Imperial Cidade de Ouro Preto. Em 7 de julho de 1830, *O Universal* publicou o seguinte relatório do fiscal de Câmara:

A 4 de maio abriu-se nesta cidade a Escola Pública de meninas que está confiada à direção da Professora D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, cuja capacidade e distinto merecimento fazem esperar que o belo sexo aproveitará sobremaneira as suas lição e doutrina. Ela conta já com 14 alunas. (O UNIVERSAL, 1830).

Na Ouro Preto de 1830, ano da fundação da escola de D. Beatriz, havia apenas uma escola mista, que comportava 81 meninos e 11 meninas, e uma escola de meninas, com 15 alunas, na Paróquia do Pilar. Já na freguesia de Antônio Dias, situada no lado esquerdo da Praça Tiradentes, havia três escolas de meninos, uma com 36, uma com 52 e a outra com 14 alunos, às quais se uniria a escola de D. Beatriz, primeira na região dedicada ao ensino do belo sexo.

² Ver a longa e explícita discussão de Vicente com a cunhada, Ana Sanches e, depois, com a própria esposa, no inventário de Francisco Sanches Brandão. In: BRANDÃO, Francisco Sanches. *Inventário*. 1811, Cód. 141, Auto 1.780. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Casa do Pilar.

A participação efetiva de Beatriz na educação de suas jovens conterrâneas, embora refletisse uma espécie de vanguardismo individual, parecia coadunar-se com as ações de outras poucas mulheres que, adiante do seu tempo, pareciam articular-se em busca de uma maior participação feminina na vida cultural do País, o que é possível perceber, por exemplo, pelos vários textos poéticos de autoria feminina que circulavam nos periódicos nacionais. Mais uma prova disso é o discurso que proferiu na Câmara Municipal de Ouro Preto quando, conforme o jornal *O Mentor das Brasileiras*, apenas um ano e dois meses após a abertura de sua escola, apresentava ao público o resultado de seu trabalho como professora da primeira turma de mulheres de Ouro Preto:

Ilustre e benigno auditório. Tendo a honra de apresentar-vos hoje o resultado dos meus trabalhos, pode ser que ele vos pareça limitado, em consequência das esperanças, que havíeis concebido, mas posso assegurar que tenho empregado todo desvelo em aproveitar as felizes disposições das minhas caras Alunas para satisfazer a Lei, e à pública apreciação.

Glorio-me de não ter entre elas, prescindindo da diferença de talento, uma só que não seja dócil e bem inclinada, quase todas tem mais ou menos conhecimento das importantes doutrinas em que as instruo, e o seu amor à Pátria e às sagradas instituições se manifestam nos seus pueris entretenimentos: Tenho-as aplicado à costura, a fazer flores, e outros objetos próprios do nosso sexo, em que não podem aqui ser examinadas, mas o serão se se proporcionarem meios para um tal exame. Devo também lembrar-vos que algumas destas meninas entraram há pouco tempo, e por isso não vos admire que apresentem pouco adiantamento: a diferença que vai de talento a talento faz também que umas muito mais novas que outras tenham subido à classe superior. Supostas todas estas razões, só me resta pedir-vos a indulgência que merecem umas crianças que vão pela primeira vez falar ao público. (O MENTOR..., 1831).

Paralelamente à carreira de educadora, Beatriz buscou consolidar-se também como escritora, enviando seus textos para outras cidades. Foi assim que, em 1831, seus poemas cruzaram a Estrada Real em

direção ao Rio de Janeiro, onde foram publicados no *Parnaso Brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa, em coletânea da qual participavam, entre vários homens, apenas duas mulheres: ela e Delfina Benigna da Cunha.

Em 1832, Beatriz oficializou, junto ao Juízo Eclesiástico, seu pedido de divórcio, alegando sofrer traições e calúnias praticadas pelo marido, e, em 5 de novembro do mesmo ano, foi oficialmente “depositada”³ em poder do capitão-mor Antônio Eulálio Brandão, seu tio, com quem passou a viver. Seis anos após, o jornal *O Universal* (1838) comunicava à sociedade sua nomeação oficial como professora primária, e sua escola manteve-se em funcionamento até que, em 1839, sob a chancela da lei e da igreja, a poetisa conquistou o direito de separar-se legalmente do marido.

Aos 60 anos, divorciada e sem filhos, Beatriz decidiu recomeçar sua vida no Rio de Janeiro. Deixou para trás seu berço natal, os poucos familiares vivos que possuía, sua escola, sua carreira e sua posição social e foi em busca daquilo que sempre a motivara: o fazer poético e a realização como escritora.

No Rio, a autora trabalhou como preceptora de meninas em Niterói, mudando-se logo para a Corte, onde já contava com alguns amigos, como Januário da Cunha Barbosa, que havia publicado poemas seus.

Em 25 de outubro de 1850 (REVISTA..., 1892, p. 71), o historiador Joaquim Norberto de Sousa Silva propôs que a escritora fosse aceita como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a comissão encarregada de avaliar tal proposta, composta pelos escritores Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias, negou tal pedido, sob a alegação de que não se podia admitir o ingresso de mulheres na referida instituição. Entretanto, a comissão recomendou o nome da escritora à Academia Brasileira, que logo se pretendia inaugurar.

Apesar da negativa do Instituto Histórico, Beatriz continuou escrevendo em alguns jornais e, em 1856, publicou seu primeiro livro,

3 O depósito da mulher em poder de alguém significava que esse alguém seria, dali em diante, responsável por ela, até que o processo de divórcio terminasse.

Cantos da mocidade, que teve o lançamento anunciado em alguns jornais da época, com destaque para *A Semana* (1857), folhetim do *Jornal do Comércio*, cujo editorial reafirmou a singularidade das mulheres que desejavam participar da vida cultural do País, louvando a coragem da poetisa em apresentar ao público seus escritos.

A escritora publicou também, entre 1852 e 1857, 38 poemas no jornal *Marmota Fluminense*. Em 1859, publicou uma saudação à D. Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (BRANDÃO, 1859), além de alguns outros textos que se perderam. Outros poemas e traduções da escritora, entretanto, foram publicados isoladamente.

Hoje, à luz do século XXI, apesar do vastíssimo universo de mulheres escritoras e de todos os esforços que pesquisadores do mundo inteiro vêm fazendo para retirar do ostracismo as produções de autoria feminina, ainda são pouquíssimas as que conseguem atravessar os caminhos que as separam das academias e instituições congêneres, responsáveis, de certa forma, pela construção idealizada de um cânone que, em sua maioria, ainda conta com expressiva representação masculina. Como se viu aqui, em 1850 Joaquim Norberto propôs o ingresso de Beatriz Brandão como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que foi recusado por Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias, sob o argumento de que logo seria inaugurada a Academia de Letras, local mais apropriado à autora. De fato, a Academia Brasileira de Letras foi fundada, mas em 1897, após a morte de Joaquim, Gonçalves e Beatriz. Os dois primeiros são patronos de duas cadeiras da instituição, que só admitiu a primeira mulher entre seus membros em 1977, com o ingresso de Rachel de Queiroz.

Já a Academia Mineira de Letras, fundada no início século XX, inovou ao incluir como patronas duas mulheres, Bárbara Heliodora, que dá nome à Cadeira 24, e Beatriz Brandão, como fundadora da Cadeira 38, por indicação de Paulo Emílio da Silva Brandão, jurista, professor, escritor, filho do também escritor Tomás da Silva Brandão e parente da autora.

Aos poucos, a biografia e a consistente obra literária com que Beatriz Brandão brindou as letras nacionais vêm se revelando e trazendo com elas não apenas a história de uma mulher e de seus livros,

mas também a história de uma sociedade. Hoje o nome de Beatriz já está representado na Cadeira 8 da Academia de Letras, Artes e Ciências Brasil, sede Mariana, e na Comenda Beatriz Brandão, instituída pela Câmara Municipal de Ouro Preto. Tal homenagem acaba por marcar, de certa forma, um regresso da escritora à sua terra, assim como fez esta Casa ao incluí-la no rol de seus acadêmicos fundadores.

“Torno a ver, cara Elisa, estas montanhas...”, disse Beatriz, de volta às Minas Gerais. Ei-la!

Beatriz Francisca de Assis Brandão: vida e obra

Vida: cronologia

1779

Nasceu, em Ouro Preto, provavelmente em 29 de julho, e foi batizada em 12 de agosto, na Igreja do Pilar.

1811

29/7: morreu seu pai, Francisco Sanches Brandão.

1813

18/1: morreu, aos 68 anos, D. Isabel Feliciano Narcisa de Seixas, sua mãe.

20/5: Beatriz casou-se com Vicente Baptista Rodrigues Alvarenga, na Igreja do Pilar, onde foi batizada.

1825

Primeiro poema publicado. O veículo é o jornal *Abelha do Itacolomi*.

1829

8/1: o jornal *O Universal*, de Vila Rica, publicou texto sobre sua intenção de abrir uma escola.

2/4: o Conselho Provincial designou-a para ocupar o cargo de examinadora de candidatos às escolas de primeiras letras, “por não existir nesta cidade de Ouro Preto outra pessoa com a sua competência” (LIMA JÚNIOR, 1961, p. 68).

1830

5/3: publicado o primeiro texto seu no jornal *O Mento das Brasileiras*, de São João del-Rei.

20/4: passou a exercer, oficialmente, o cargo de professora pública, após concurso (integrou, com Policena Tertuliana e Jacinta Carlota de Oliveira Meireles, o grupo das primeiras três professoras concursadas de Minas Gerais).

4/5: fundou, em Ouro Preto, a primeira escola de moças da freguesia de Antônio Dias, contando, então, com 14 alunas.

1831

1.º/7: teve lugar, na Câmara Municipal de Ouro Preto, o primeiro exame público de suas alunas.

São publicados os primeiros poemas de Beatriz no *Parnaso Brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa, editado no Rio de Janeiro. Ao todo, sete sonetos, dois epigramas e um conjunto de quadras.

1832

5/11: aos 53 anos, independente, respeitada professora e reconhecida na sociedade de Ouro Preto como intelectual, separou-se oficialmente de seu marido e passou a viver sob a tutela de Antônio Eulálio da Rocha Brandão, seu tio⁴.

10/11: ofereceu libelo de divórcio contra o marido, Vicente, dizendo-se vítima de sevícias por ele praticadas.

Publicação dos poemas de Beatriz “Carta de Leandro a Hero”, traduzido do francês e dedicado à amiga D. Delfina Benigna, e “Carta de Hero a Leandro”, no *Parnaso Brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa.

1838

1.º/6: Beatriz comunicou à sociedade que se tornou professora de instrução primária.

4 Embora esta data marque a separação oficial, em documento assinado por ela em 17 de agosto de 1832 (ACP, Cód. 142, Auto 1.786, 1.º Of.), Beatriz afirma que vive em separação necessária, sem poder usar dos bens que herdou de seus pais.

1839 (janeiro)

Publicada, pelo Juízo Eclesiástico, a sentença de divórcio de Beatriz. Após a publicação, ela partiu para o Rio de Janeiro.

1848

19/1: morreu D. Anna Sanches, sua irmã mais velha.

1850

13/10: a revista *O Guanabara* publicou um poema de Beatriz dirigido ao historiador Joaquim Norberto da Silva e Sousa, em resposta a um que ele publicou anteriormente, questionando por que a poetisa havia deixado de escrever.

25/10: o historiador Joaquim Norberto propôs o nome de Beatriz para integrar o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que não possuía nenhuma mulher entre seus associados.

5/12: em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, leu-se parecer da comissão encarregada de avaliar o ingresso de Beatriz na instituição. No documento, assinado por Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias, os pareceristas ressaltam a consideração que tinham pela autora e por sua obra, mas recomendaram que ela se candidatasse à Academia de Letras que logo seria criada.

1852

Aos 73 anos, Beatriz publicou seu primeiro poema no jornal *Marmota Fluminense*.

A revista *O Guanabara*, do Rio de Janeiro, anunciou a publicação *Cantos da mocidade*, primeiro livro de Beatriz.

1853

10/1: morreu, em Ouro Preto, Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, sua prima.

15/3: Beatriz publicou, no *Marmota Fluminense*, carta mencionando a prima Maria Dorotéia, seguida por poema em homenagem a ela, sob o título “À morte de D. Maria Dorotéia de Seixas Mairink”.

18/1: o jornal *Marmota Fluminense* publicou “Epístola à Elisa”, poema em que Beatriz discorre sobre Ouro Preto, como se estivesse visitando

a cidade, e fala de tudo o que perdeu: o amor, seus pais e Tirséa, que, ao que tudo indica, era a prima Maria Dorotéia.

1856

Saiu, enfim, a publicação do primeiro livro de Beatriz, *Cantos da mocidade*, segundo ela, escrito quando era bem jovem.

1857

10/5: o *Marmota* publicou poema de Beatriz à morte da poetisa Delfina Benigna da Cunha, e, em 14 de julho, o hino oferecido aos Srs. Baianos. 1.º/11: *A Semana*, folhetim do *Jornal do Comércio*, anunciou a publicação de *Cantos da mocidade*.

1857

13/4: morreu, no Rio de Janeiro, a poetisa Delfina Benigna da Cunha.

11/9: publicação do seu último poema no jornal *Marmota Fluminense*, com o qual colaborou por quatro anos.

1859

Publicação do segundo livro de Beatriz, *Cartas de Leandro e Hero*. Como já mencionado, as cartas que formam esse volume foram publicadas, separadamente, em 1832, no *Parnaso*, do cônego Januário, e dedicadas à poetisa Delfina Benigna. Aqui, Beatriz as publicou em volume único dedicado à D. Violante Atabalipa, outra amiga poetisa.

1860

Publicação do terceiro livro de Beatriz, *Catão* (tradução da obra *Metastásio*), e de “Lágrimas do Brasil”, poesia em versos hendecassílabos, no mausoléu levantado à memória de dona Estefânia, excelsa rainha de Portugal.

1862

Publicação do poema de Beatriz intitulado “Saudação à estátua eqüestre de D. Pedro I”, fundador do Império do Brasil, pela tipografia de Paula Brito.

1868 (5/3)

Morreu, aos 89 anos, em sua casa, situada na Praça Tiradentes, 53, no centro do Rio de Janeiro. Foi enterrada no cemitério São João Batista, no Catete.

Afirmou Augusto de Lima que, pouco antes de morrer, Beatriz pediu a uma amiga que entregasse seus cadernos de manuscritos à imperatriz Teresa Cristina.

Obras de Beatriz Brandão

Angélica e Medoro (ópera traduzida).

As comendas. Rio de Janeiro, [s.d.]. Poesia.

Carta de Leandro a Hero, traduzido do francês e dedicado à senhora D. Delfina Benigna da Cunha, e *Carta de Hero a Leandro*. In: BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso brasileiro ou collecção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1832. v. 2, cad. 7, p. 7-28.

Cartas de Leandro e Hero. Extrahidas de uma traducção franceza. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. de B. X. P. de Sousa, 1859.

Cantata aos anos da imperatriz Leopoldina.

Cantos da mocidade. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1856, v.1.

Catão. Drama trágico pelo abade Pedro Metastasio, traduzido do italiano. Rio de Janeiro: Typ. B. X. P. de Sousa, 1860.

Diana e Endimião (ópera traduzida).

Drama à coroação de D. Pedro I, posto em música, cantado no teatro.

Drama ao nascimento de D. Pedro II, posto em música, cantado no teatro (não foi impresso).

José no Egito (ópera traduzida).

Lágrimas do Brasil. Poesia em versos hendecassímbos, no mausoléu levantado à memória da excelsa rainha de Portugal, dona Estefânia. Rio de Janeiro: [s.n.], 1860.

Poesias. In: BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso brasileiro ou collecção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1831, v. 2, cad. 5.º, p. 27-38.

Romances imitados de Gessner. Rio de Janeiro: Typ. B. X. P. de Sousa, [s.d.]. Poesia. 32 p.

Saudação à estátua eqüestre de S.M.I. o senhor D. Pedro I, fundador do império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Paula Brito, 1862.

“Saudação à Ilma. e Exma. Sra. Dona Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco”. Poesia em versos hendecassílabos. In: VELLASCO, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e. *Algumas traduções das línguas francesa, italiana e inglesa*. Rio de Janeiro: B.X.P. de Sousa, 1859.

Semíramis reconhecida (ópera traduzida).

Sonho de Cipião (ópera traduzida).

Poesias. In: *Marmota Fluminense*; jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro: Editora e Typografia de Paula Brito, de maio de 1852 a junho de 1857, n. 258 a 860.

Esparsos. In: *O Mentor das Brasileiras*. São João Del Rey, n. 15, 12 mar. 1830.

Referências

A SEMANA. Rio de Janeiro, 1 nov. 1857.

BRANDÃO, Beatriz Francisca de Assis. *Cantos da mocidade*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1856. v. 1.

_____. Epístola a Elisa. In: *Marmota Fluminense*: jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro: Editora e tipografia de Paula Brito, terça-feira, 18/1/1853, nº 332.

_____. “Saudação à Ilma, e Exma. Sra. Dona Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco”. In: VELLASCO, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e. *Algumas traduções das línguas francesa, italiana e inglesa*. Rio de Janeiro: B.X.P. de Sousa, 1859.

BRANDÃO, Francisco Sanches. *Inventário*. 1811, Códice 141, Auto 1.780. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Casa do Pilar.

BRANDÃO, Francisco Sanches. *Partilha de Inventário*. 1811, Códice 142, Auto 1.780. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Casa do Pilar.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Beatriz Francisca de Assis Brandão, musa da Independência, vida gloriosa e trágica. *Revista do IHGMG*, v. 8, p. 68, 1961. p. 63-73.

MARMOTA fluminense. *Jornal de Modas e Variedades*, Rio de Janeiro, n. 861 a 1.328, jul. 1857/dez. 1861.

O UNIVERSAL, Ouro Preto, 7 jul. 1830, 1 jun. 1838.

O MENTOR das Brasileiras, São João del Rey, 1 jul. 1831.

PEREIRA, Cláudia Gomes. *Contestado fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Lisboa: CLEPUL, 2011.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. D. Beatriz de Assis, mais algumas páginas para as brasileiras célebres. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LV, parte II, 1892. p. 59-79.

Um autêntico humanista

Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho

Vivaldi Moreira foi um autêntico humanista com grande influência na cultura mineira. Por ocasião da comemoração dos 110 anos da Academia Mineira de Letras, seu nome é lembrado com especial gratidão.

A imortalidade que goza nas províncias das letras correspondeu a seus atos magníficos a favor da literatura brasileira.

A sua dedicação à Academia Mineira de Letras, à qual consagrou boa parte de sua vida, mormente na presidência desse silogeu da intelectualidade brasileira, foi tão absorvente que sua existência se confundiu com essa notável instituição.

Seu espírito voltado para o cultivo das humanidades acendeu nele o esforço para as grandes batalhas da ideia no jornalismo, tendo elaborado e publicado milhares de artigos, mostrando-se um escritor primoroso.

Isso o levou a editar vários livros e a se tornar cofundador da Livraria Itatiaia.

A ele se deve, outrossim, a organização da Biblioteca da AML.

Por tudo isso, reuniu em torno de si uma plêiade de homens ilustres que, por sua sabedoria transcendente, mostraram-se um braço das tradições literárias de Minas Gerais. Acadêmicos respeitáveis, rasgaram caminhos para intelectuais de todo o País.

Vivaldi foi um indefesso cultor dos livros e, por isto, tornou-se admirável como um polígrafo digno de encômios, patenteando o amor à leitura das obras clássicas, hoje em dia tão menoscabadas.

Entre seus 20 livros, destacaram-se *Glossário das Gerais* e *Milton Campos, política e letras*, obra reeditada pelo Senado Federal por ocasião do centenário desse inesquecível político.

Vivaldi se mostrou um sábio leitor, não demonstrando nunca uma vertigem compulsiva, por mais que desejasse percorrer, sobretudo, também os *best-sellers* que iam surgindo. Sempre foi visto às voltas com algum livro. Essa era sua vocação inata e é a vocação que faz a individualidade, destaca os méritos e amplia e duplica as percepções, por oferecer uma visão ampla do cosmos e dos seres humanos.

Sem se deixar ensandecer diante das estantes, leu com discernimento milhares de boas produções. Não era um literalista banal, mas penetrava fundo nas mensagens recolhidas com precisão.

Procurava na literatura não suas características prosaicas, mas era seu nuto contínuo reconhecê-las e compreender o que elas significam. Daí o motivo pelo qual nunca foi superficial e dispersivo. Ele possuía uma sedução profunda pelos livros, mas intentava captar a essência da comunicação de cada autor. Não esperava nunca uma resposta definitiva para suas reflexões. Sabia que era insaciável o espírito humano na busca de suas indagações. Ele explorava as múltiplas relações que se entrecruzavam nas páginas que lia e apreciava.

As bibliotecas nunca foram para ele um mero repositório de curiosidades e, por isso mesmo, fez sempre uma triagem perfeita dos volumes recebidos pela AML, nos quais os consulentes têm deparado os segredos de um sólido conhecimento. Ele considerava a biblioteca como um templo sagrado, onde os livros devem ser tratados como essências cristalinas e preciosas.

Vivaldi não queria apenas ostentar coleções renomadas ou obras raras. Ele queria, sobretudo, que os livros fossem sempre objetos do desejo de se crescer no saber.

Eis porque doou para a Academia sua biblioteca particular com cerca de 20 mil volumes¹. Essa biblioteca prima, antes de tudo, pela qualidade mais do que pela notável quantidade de livros. Estes, no seu

¹ Cf Efemérides da Academia Mineira de Letras, organização dos acadêmicos Oíliam José e Martins de Oliveira, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1999. p. 237.

conceito, deveriam favorecer sempre determinados objetivos culturais. Grande era sempre o seu júbilo ao receber preciosos volumes ofertados que enriqueciam o acervo bibliográfico da AML. O acadêmico dom Oscar de Oliveira, por exemplo, foi um dos que muito contribuíram para essa biblioteca, inclusive entregando pessoalmente a Vivaldi Moreira a valiosa obra de Egidio Forcellini intitulada *Totius Latinitatis Lexicon*, que especialmente trouxera de Roma.

A radiante obra literária de Vivaldi Moreira foi se transformando em pura glória, por ter sido ele um grande arquiteto da expressão verbal, um admirável artista da palavra. Sua escrita e sua fala eram altíloquas, tersas, harmoniosas, lustrosas.

Fez-se orago e mentor não só dos inúmeros acadêmicos da AML, mas também de centenas de cultores da língua pátria, os quais não se vergam ao sopro da anarquia gramatical que tantas vezes tenta deslustrar a última “flor do Lácio inculta e bela”.

Muito admiradas foram a pureza e a beleza de seu estilo. Sua linguagem era simples, fluente, precisa, iluminada por uma maravilhosa riqueza verbal.

Vivaldi Moreira soube mostrar nos seus escritos e no seu amor à literatura que a glória da arte literária está no fato de ser ela antes de tudo e sobretudo uma vestidura na luta pela grandeza da pátria. Para ele, essa arte foi diuturnamente o sinal esplêndido do pensamento, a forma lúcida da ideia.

Foi, na realidade, um escritor adamantino, literato de rizeja e lume na frase, salientando-se os fogos do seu pensamento repleto de sabedoria, alicerçado na sua profunda formação filosófica. Eis as palavras de um grande amigo seu, o escritor e político Pedro Maciel Vidigal, que assim se expressou: “Jornalista, ensaísta, historiador, memorialista e conferencista, Vivaldi Moreira, na História da Cultura Mineira, conquistou merecido lugar de destaque, que é motivo de orgulho para ele e para todos os seus amigos, admiradores e contemporâneos, entre os quais eu estou”².

2 VIDIGAL, Pedro Maciel, *No Horizonte da Imortalidade*, Belo Horizonte, Editora O Lutador, 2001, p. 249.

Adite-se que as convicções políticas de Vivaldi Moreira ressumaram, realmente, vigorosas nos seus artigos que trasladaram exuberantíssimas mensagens de probidade e de sumo respeito pela coisa pública. Jamais transigiu com sua consciência dada ao rigor de suas atitudes e de sua austeridade ética. O sentimento da moralidade e a paixão da justiça predominaram absolutamente nesse homem sério e sincero. Ele jamais condescendeu com as incoerências dos maus políticos, os quais flagelava implacavelmente, exaltando, egregiamente, os bons homens públicos com os quais sempre procurou conviver. Seus escritos traduziram ininterruptamente o ideal da verdadeira democracia, da qual era indefesso defensor, incansável trovador.

Foi seu entranhado amor à AML, com a qual se identificou, que fez com que ele conseguisse para ela uma sede condigna de tão importante entidade. Ele sabia transmutar ideias em fatos concretos.

Vivaldi Moreira, autêntico humanista, patenteou, assim, admiravelmente, como a formação do espírito humano pela cultura literária é importante para autorrealização e para rasgar horizontes fulgurantes para a sociedade.

Manoel Hygino dos Santos, uma legenda de Minas Gerais

Daniilo Gomes

*A leitura é uma tarefa confortável, solitária, vagarosa e sensual.
A escrita costumava compartilhar algumas dessas qualidades.*

(Alberto Manguel, *Os livros e os dias*, “Prefácio”, p. 11)

Colaborador do *Jornal da ANE* e membro, desde 2007, da Academia Mineira de Letras (presidida hoje pelo dinâmico Rogério de Vasconcellos Faria Tavares) e de outras congêneres, Manoel Hygino dos Santos nasceu em Montes Claros (MG), cidade natal também de Cyro dos Anjos (1.º-presidente da ANE), Waldemar Versiani dos Anjos (irmão de Cyro), Artur Lobo, Hermenegildo Chaves, Newton Prates e Darcy Ribeiro. Na Academia Mineira ele ocupa a Cadeira 23. Há anos mantém coluna diária no jornal *Hoje em Dia*, de Belo Horizonte, no qual sempre destaca o trabalho dos nossos confrades da Associação Nacional de Escritores (ANE), da Academia Brasileira de Letras e do IHGDF. Foi colaborador de diversos jornais e revistas em Minas, no Rio de Janeiro e em outros estados. Prestou também serviços ao governo de Minas Gerais, no tempo do governador Israel Pinheiro. Jornalista, escritor, historiador e biógrafo, nosso autor, nascido em 1930, é incansável, um legítimo e intemorato guerreiro.

Antes assessor de imprensa, nosso autor passou a ouvidor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, onde é o editor do *Santa Casa Notícias*. Nessa trincheira, pesquisou muito e nos deu recentemente três livros: *Nonô do Tijuco: pioneiro em urologia* (sobre Juscelino

Kubitschek de Oliveira, futuro fundador de Brasília), *Nereu de Almeida Junior: o homem e a medicina e 120 anos da Santa Casa-BH: uma história de amor à vida*. Todos os livros são muito bem ilustrados, com fotos raras.

Cultor da história e formado em Direito, Manoel Hygino mergulhou fundo nas noites brancas da Rússia e nos mistérios de Moscou e de São Petersburgo. Saiu com a trágica figura dostoiévskiana de Rasputin, o monge lúbrico e desvairado que ludibriou a família imperial, na porfia de curar o doentio herdeiro do trono, o Czaréviche, que sofria de hemofilia. Assim, mestre Hygino publicou, em 1970, o livro *Rasputin, último ato da tragédia Românov*, que estou relendo depois de muitos anos. Fascinante.

Rasputin é um apelido, significa “lúbrico”, “dissoluto”. Nasceu nas frias estepes da Sibéria. Seu verdadeiro nome é Grigóri Efimovitch Novi. Infrator de todas as leis, mulherengo, beberão de todas as tabernas, sem códigos de ética, vaidoso e violento, chegou a ter muita influência e poder na corte do Czar. O falso monge milagreiro acabou vítima de uma conspiração eclesiástico-palaciana e foi assassinado a tiros pelo príncipe Yussupoff. Pouco tempo depois, a monarquia caiu, e a família imperial foi fuzilada nos porões da ditadura dos bolcheviques de Lênin. História é história, lenda é lenda. Publique-se o fato histórico. Quando no terreno da literatura, da poesia, da fantasia, da aventura e do surrealismo, publique-se a lenda.

Também turbulenta foi a vida do presidente Getúlio Vargas, que redundou na tragédia de 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Aquele tiro no peito ressoa e reboa até hoje no Brasil. Nos tempos do governo José Sarney, conheci no Rio sua filha e assessora Alzira Vargas do Amaral Peixoto e seu marido, o comandante Amaral Peixoto, político do PSD amicíssimo de JK. Manoel Hygino nos trouxe da campanha e das querências gaúchas a figura romanesca de Getúlio Dornelles Vargas, nas 134 páginas de *Vargas – de São Borja a São Borja*, de 2009. No início da obra, lemos: “Homenagem à Academia Mineira de Letras, centenária, à Associação Nacional de Escritores-ANE, cinqüentenária, à Academia Montescclarensense de Letras e à Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco. E a todos os que contribuem para dar ao cidadão a verdadeira imagem deste país”. Obrigado a você, mestre Manoel Hygino, nobre cidadão.

Nosso autor dirigiu, em Belo Horizonte, *O Diário* e a revista *Manchete*, dos Bloch. Editou também a *Revista da Academia Mineira de Letras* e hoje integra o seu Conselho Editorial. Seu livro *Considerações sobre Hamlet* é, segundo a crítica, um dos mais importantes trabalhos sobre a totêmica obra de Shakespeare, no campo da ensaística e da pesquisa.

É extensa a bibliografia do nosso consagrado autor. Além dos livros já mencionados, são de sua lavra os seguintes: *Vozes da terra* (contos e crônicas); *Governo e comunicação*; *Hippies, protesto ou modismo*; *Sangue em Jonestown, uma tragédia na Guiana*; *No rastro da subversão*; *Darcy Ribeiro, o ateu*; *Notícias via postal*; *Encontro de Brasília*; *Uma mensagem de esperança*; *Israel Pinheiro, cidadão e homem público*; *Uma história do pioneirismo em Minas Gerais*; *A voz do espírito e do coração da gente mineira* e *Reverência pela vida: a pediatria em Minas*. Às vésperas de completar nove décadas de fecunda, profícua e exemplar vida, Manoel Hygino dos Santos, também modelo de modéstia e de cavalheirismo, não para de trabalhar na seara do jornalismo, da literatura e da história.

Com este artigo, tenho a satisfação e a honra de homenagear um escritor ilustre e grande incentivador dos associados da ANE ao longo de décadas. Estou certo de que o presidente Fabio de Sousa Coutinho e nossos confrades, também em pé, como o articulista, aderem à música coral dessas justas palmas ao veterano mestre mineiro. Muito gratos lhe somos por tudo, Manoel Hygino dos Santos!

Lacyr, a fiandeira das palavras

Elisabeth Rennó

A modernidade da poesia de Lacyr Schettino é inerente à sua obra de arte. Na sutileza de alguns versos, dissimulados e penumbrosos, ou na rudeza de um vocabulário que se coloca no seu osso, despojado e calcáreo, tudo pertence à estética do encantamento. Os sentimentos afloram de seus versos curtos ou longos, de suas estrofes, de seus *enjambements*, de suas pausas e de seu ritmo. Nada é absurdo, tudo se constrói a partir da linguagem emocional em sua natureza conotativa.

Temos como exemplos:

*Tua inútil imagem nos aquários
(peixes em trânsito, em teu provisório
Mordem clamores interplanetários)*

*nos seja o olhar da morta que devassa
mesmo na longa fímbria do velório,
perdido amor de sombra e de fumaça*

(SCHETTINO, 1990, p. 67).



*Mil tormentos chineses te conduzem
por minhas veias, solitária vela
ao espelho onde os lumes não se cruzem*

(SCHETTINO, 1990, p. 70).

“O poema, a estrofe, o verso, a palavra são apenas elementos da Poesia. O poeta há de usá-las como puder ousar, e até utilizando palavras estranhas...”. Essas são considerações de Domingos Carvalho da Silva (1959).

Em Lacyr, as palavras são escolhidas e se alinham, sob a luz difusa e suave de um discorrer lúcido e luzente. Através da edificação dos poemas, o verso, a rima e a métrica aparecem insinuantes e marcantes, pautando seus desvios e impertinências, como partícipes de uma negatividade que destrói seu significante primeiro para reconstruir a clareza e a beleza do texto.

Essa é a diferença, segundo Cohen (1978), que se estabelece entre prosa e poesia, a partir das relações entre o significante e o significado de um lado e os significados entre si de outro, que se caracterizam pela violação do código da linguagem, apoiado numa experiência interna e consequente da transformação que a lógica afetiva opera na tensão existente entre o sentido e a função.

A poesia é a antiprosa. A fala poética, em sua mensagem, anula e revive, paradoxalmente, a linguagem. O poeta recorre à figura, à metáfora, é o violador do código na busca da imagem emocional das coisas sem a qual a poesia não se transmuda em arte ou da forma-limite da alegria estética que Valéry chama de encantamento.

A tensão manifestada e presente no complexo poético extrapola o limite vocabular e se extravasa nas características próprias da ideologia barroca. Já não se compreende o Barroco como estilo ou escola. O ser barroco é estar em posicionamento próprio, em estado de espírito que abrange todo um modo de ser e agir. É desse estado que se compõe a alma de Minas. Minas muitas em uma só; esse é o axioma, por excelência, das faldas barrocas que circulam as montanhas escarpadas do sentir e do pensar mineiros. Aí se encontram o fusionismo, o *chiaroscuro*, as hipérbolés e as anadiploses de seus poentes e alvoradas, de seus dramas e de sua lírica, povoados de mitos e de tragédias.

Eis como, em “Soneto do amor barroco”:

*O triste encontro! E mais do que por ver-te,
saber perdido o tempo já de dar-te.
A ferida da rosa por rever-te.
A rosa da ferida por amar-te.*

*Ah, como se aquietava o sonho ao ver-te
à distância impossível para dar-te
o que dado seria, se rever-te
condição fosse de poder amar-te.*

*O triste encontro, agora, pois perder-te
me fora um bem maior do que alcançar-te
e não te ver, melhor do que rever-te.*

*É que, perdido o zelo de buscar-te
e já submissa ao mando de perder,
eu não pensei que ainda pudesse amar-te!*

(SCHETTINO, 1990, p. 74).

A impressão barroca é transmitida e expressa através da verticalidade do jogo antitético que as oposições imagéticas participam. O sentido do Barroco é impresso pelo cromatismo e pelo pictórico que a *ferida da rosa e a rosa da ferida* conferem. O seu niilismo temático conduz a um final de claridade relativa em que as circunstâncias tornaram impossível a realização do amor e agilizam um novo plano de profundidade que se subordina à abertura de uma nova eclosão produzida pela visão do bem-amado.

Em “Moça numa janela barroca”, estampa-se, redundantemente, nítida expressão de um momento barroco:

*Havia, então, Sinhazinhas
nesse balcão indeciso
entre a sombra e o patamar.
Casateavam seu riso
nos jardins abrindo estrelas
pelas noites de luar.
Das sinhás e do seu riso,
notícias quem pode dar,
nesse balcão indeciso
entre a sombra e o patamar?*

(Poema inédito).

Assim é traduzido o Barroco, sentimento que angustia e anula.

Lacyr utiliza-se da técnica impressionista do Barroco e, através de suas metáforas e anástrofes, de seu estilo prismático, da técnica de disseminação e recolhimento, para repassar ao leitor a recepção de um instante de beleza poética.

Affonso Ávila (1978) diz, em seu livro *O poeta e a consciência crítica*, do parentesco espiritual entre o homem barroco e o homem moderno. Uma das razões arroladas é a tensão existencial semelhante entre eles. É o mesmo ser agônico, dilacerado pêndulo entre o Humanismo anterior, o Absolutismo e a Contrarreforma ontem, e os avanços tecnológicos hoje, em que pesem uma guerra nuclear e as grandes desgraças que assolam a humanidade: subdesenvolvimento, fome, doenças cruéis que surgem a cada período. Exercendo o Barroco uma função de abertura, constituiu-se uma progressão da linguagem estética, desusada então. O seu primado visual e pictórico tende a ligá-lo à arte, mesmo a dos nossos dias, em que predominam os veículos de comunicação ótica, cinema, anúncios, vídeo, informática. Essa sensibilidade ótica, por assim dizer, reflete-se mais fortemente no habitante das montanhas pela motivação que lhe é fornecida incessantemente, de modo a aguçá-la a sua sensibilidade.

A linguagem estética representa um momento de liberação sob o Barroco literário, que se insinua através dos tempos e se perpetua na visão do homem, que se angustia e se questiona na sua convivência com um mundo cada vez mais hostil em suas irradiações cromáticas e visuais.

Referências

ÁVILA, Affonso. Barroco e uma linha de tradição criativa. In: _____. *O poeta e a consciência crítica*. São Paulo: Summus Editorial, 1978. p. 15-23.

COHEN, Jean. A função poética. In: _____. *Estrutura da linguagem poética*. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 171-181.

SCHETTINO, Lacyr. Intermezzo com a Lua: dimensões do nada. In: _____. *O espelho da morta e poemas inéditos*. Belo Horizonte, 1990. p. 67, 70 e 74.

SCHETTINO, Lacyr. *Alvorada no Rio das Mortes*. Belo Horizonte, 1989.

SCHETTINO, Lacyr. *Santa Tereza de Jesus*. Rio de Janeiro: São José, 1958.

SILVA, Domingos Carvalho da. Nota prévia. In: _____. *A fênix refratária e outros poemas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

A escritura de Rui Mourão em *Mergulho na região do espanto*¹

Haydée Ribeiro Coelho

Introdução

O eminente escritor Rui Mourão, em sua trajetória intelectual, destacou-se como romancista, crítico literário, editor de periódicos especializados, diretor do Museu da Inconfidência durante 43 anos (1974-2017) e ensaísta nas áreas de museologia e história da música. Por sua obra, conquistou prêmios nacionais e internacionais.

As diferentes atividades culturais das quais participou abrem múltiplas possibilidades analíticas. Seus romances foram objeto de estudos no Brasil e no exterior. Rui Mourão se torna ficcionista com *As raízes*, novela que lhe permitiu ser agraciado com o Prêmio Cidade de Belo Horizonte, em 1955.

Sob o ponto de vista crítico, *Mergulho na região do espanto*, publicado em 2015, tem sido focalizado em conjunto com *Boca do Chafariz* e *Quando os demônios descem o morro*.² Concordando com

¹ Parte da versão deste texto foi apresentada originalmente, em 4 de maio de 2017, na Academia Mineira de Letras.

² Veja-se o ensaio de Ruth Silviano Brandão intitulado “Rui Mourão e a trilogia do espanto”. A ensaísta propõe-se a destacar o trabalho de Rui Mourão “como ficcionista da História do Brasil, numa posição híbrida em relação à história e à ficção, articuladas ao conceito de melancolia, resultado da perda da aura, da ruína, dos símbolos primordiais de uma religião ou um país, tornados alegoria, uma das formas do Barroco, como estilo e criação religiosa e política do século XVIII” (BRANDÃO, 2016, p. 33).

a aproximação entre eles, no entanto, é no livro de 2015 que o escritor encena o surgimento do romance e do ficcionista, o que me faz optar pelo caminho a ser apresentado.

O narrador, a escritura e o nascimento do romance

O narrador é um aposentado do Banco do Brasil que tinha o sonho de se tornar escritor. Por razões de sobrevivência, não pôde levar adiante esse desejo. Parte de sua vida transcorreu em Ouro Preto. Não se casou e cuidou da mãe até a morte. Esse acontecimento o leva ao retorno à capital de Minas Gerais. O personagem deixa Ouro Preto para não ter que se deparar constantemente com o cemitério onde a mãe tinha sido enterrada. Por outro lado, refazer o caminho de origem significava também não esquecer o pai, “doída lembrança enterrada no Cemitério do Bonfim” (MOURÃO, 2015, p. 13). Esses aspectos delineados se entrelaçam à ideia de arquivo e de orfandade, como será mostrado mais adiante.

Instalado na capital mineira, o personagem fazia uma leitura exaustiva “sobre Ouro Preto nos séculos XVIII e XIX” (MOURÃO, 2015, p. 7). A primeira motivação era “querer saber por que, entre todas as riquezas materiais presentes no mundo, o ouro, desde quando passou a ser reconhecido, jamais teve competidor no que diz respeito ao valor monetário, prestígio social e operacionalidade econômica” (MOURÃO, 2015, p. 7). Além das relações entre o leitor e sua biblioteca, várias outras razões impulsionam o narrador a realizar viagem a Ouro Preto: o sonho com “antigo morador de Ouro Preto” que era seu vizinho (senhor Galdino) no “Alto da Cruz”, em cuja casa foi descoberto o corpo de um homem morto, e a aparição fantasmática de Gamaliel Strôncio, minerador que lhe anuncia que “estava sendo aguardado em Ouro Preto” (MOURÃO, 2015, p. 9).

O fictício no texto ficcional

Em Ouro Preto, o narrador-protagonista visita o túmulo da mãe. Instalado na “Pousada Casa Grande”, sente “elucubrações confusas” (MOURÃO, 2015, p. 25). A partir desse ponto, surgem os fantasmas, cuja materialidade se mostra de forma detalhada. Todos os gestos,

todas as dicções, todas as particularidades desses personagens são apresentadas de forma dramatizada.

Wolfgang Iser, no texto *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*, questiona a dicotomia entre ficção e realidade e propõe a tríade real, fictício e imaginário, cuja compreensão se dá de forma relacional. Para explicitar o fictício no ficcional, o teórico parte da explicitação da “seleção”, necessária a cada texto ficcional, dos sistemas preexistentes, sejam eles de natureza sociocultural ou mesmo literária.

A menção aos livros sobre Ouro Preto nos séculos XVIII e XIX na página inicial do romance, como já foi evidenciado, constitui uma referência importantíssima para situar o leitor, pois ele está diante de uma informação de um narrador-escritor que seleciona a matéria narrada. Mas não basta selecionar, é preciso combinar, pois conforme Iser (2002, p. 961): “Os elementos contextuais que o texto integra não são em si fictícios, apenas a seleção é um ato de fingir pelo qual os sistemas, como campos de referência, são entre si delimitados, pois suas fronteiras são transgredidas.”

O ato de seleção requer combinação e está ligada à função figurativa (ISER, 2002, p. 968). Segundo ainda Iser (2002, p. 968), resultante do ato de fingir, “o relacionamento é a configuração concreta de um imaginário”. Conforme o teórico:

as ficções não só existem como textos ficcionais; elas desempenham um papel importante tanto nas atividades do conhecimento, da ação e do comportamento, quanto no estabelecimento de instituições, de sociedades e de visões de mundo. De tais modalidades de ficção, as ficções do texto ficcional da literatura se diferenciam pelo desnudamento de sua ficcionalidade (ISER, 2002, p. 970).

No texto de Rui Mourão, os fantasmas³ aparecem em um primeiro momento como “elucubrações confusas”, produto da imagina-

3 Em seu estudo, Ruth Silviano Brandão (2016) focaliza os “fantasmas”, presentes na trilogia de Rui Mourão (*Boca de chafariz, Quando os demônios descem o morro e Mergulho na região do espanto*). O caminho, proposto por mim, ao mesmo tempo em que se aproxima do trabalho comentado, pois também se envereda pelas relações entre Literatura e História, dele se distancia, tendo em vista as questões teóricas e analíticas examinadas, como o fictício no ficcional; arquivo e repertório; o “eu” e o “outro” (“mesmidade” e “ipseidade”); o túmulo, a memória e o arquivo, considerando o laboratório do escritor.

ção. Porém, são essas “elucubrações”, materializadas em personagens fantasmas, que permitem ao escritor estabelecer conexão com a história da conquista definitiva das Minas Gerais, fundada na busca do ouro. Os marginalizados sociais, que também participaram de atos de violência, imprimem um perspectivismo diferenciado, que desnuda a ficcionalidade do narrado e as diferentes visões de mundo.

Como as “elucubrações confusas” transformam-se em personagens que se apresentam em um contexto da história do Brasil, é importante dizer que Rui Mourão em seu romance não só se reporta aos séculos XVIII e XIX, mas recua no tempo, ao século XVII, em que houve uma “série de entradas no território de Minas por parte de expedições de São Paulo” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p. 364). Os personagens/fantasmas que aparecem na Pousada Grande, em Ouro Preto, podem ser examinados à luz das concepções teóricas relativas ao “arquivo” e ao “repertório”.

“Arquivo” e “repertório”

O primeiro personagem que aparece ao protagonista é Ubirajara Dantas. Como muitos outros que habitavam “Taubaté e beiradas”, o personagem, de origem humilde, empregado de fazendeiro, convivendo com a riqueza alheia e com sua pobreza, é levado a participar de uma das expedições que iriam explorar as jazidas de ouro. No relato de Ubirajara Dantas, aparece o sonho coletivo de gerações, a utopia do Eldorado, como se observa no trecho:

A lagoa dourada com a serra resplandecente, tradição transmitida e divulgada pela voz dos pais dos pais, confirmada por registros de povos mais antigos, transformada naquele momento em visão estacionada nas retinas interiores de cada um (MOURÃO, 2015, p. 41).

O aspecto da cobiça, fundado no imaginário, decorrente de obtenção de riqueza de maneira fácil, vai aparecer nos relatos de outros “fantasmas”, como Gonçalo Torto, padre José Vergueiro e Bartolomeu Castro Curado, além daquele de Ubirajara Dantas. Instalado em Ouro Preto, tomado de “elucubrações confusas” e de “delírio”, em seu quarto, na “Pousada Grande” vê uma “legião de arruaceiros” (MOURÃO, 2015,

p. 25). Esses vultos, “fantasmas”, materializam-se. As “esbranquiçadas formas aladas de pessoas” (MOURÃO, 2015, p. 26), ao tomarem formas concretas, são apresentadas de forma discursiva, permitindo que sejam resgatados fatos pertencentes à memória individual e à memória coletiva. Nesse contexto, relações identitárias e biográficas entre o narrador e os “personagens-fantasmas” são expostas na narrativa, abrindo um espaço de reflexão sobre o laboratório do escritor⁴.

A aparição da primeira entidade (Ubirajara Dantas) se faz também de forma visual pelos “vidros da janela” do quarto. Gonçalo Torto anuncia sua presença por meio de “uma gaita chorosa” (MOURÃO, 2015, p. 58), acompanhada de um lamento, em versos. Padre José Vergueiro dá sinal de sua existência pelo “cheiro de incenso” (MOURÃO, 2015, p. 87) e Bartolomeu Castro Curado aparece “gingando o corpo” (MOURÃO, 2015, p. 112) e “ostentando acentuada deformação no rosto, perna esquerda torta e menor” (MOURÃO, 2015, p. 113).

O relato de Ubirajara Dantas remete a um momento histórico em que “Bandeiras sucessivas se puseram em marcha para refazer a mesma rota” (MOURÃO, 1999, p. 152). No contexto explicitado, tratava-se de retomar o caminho percorrido por Duarte Lopes, em 1696, “pertencente à bandeira de José Camargo Pimentel” (MOURÃO, 1999, p. 152). A “referência era um pico elevado no alto da serra-grande com outra pequena formação ao pé, itacorumim, pedra menina, como a chamam os nativos” (MOURÃO, 1999, p. 152).

No romance, a remissão histórica a Duarte Lopes, descobridor do ouro, revela que ele não tinha pernas, o que demonstra que o ouro não trouxe só riqueza, mas também deformidade física. A propósito disso, comenta o narrador: “Ninguém tomava conhecimento do próprio corpo, das pernas para baixo desaparecido. Como se somente existisse o restante superior” (MOURÃO, 2015, p. 39).

“O temor do avançar no desconhecido” (MOURÃO, 2015, p. 45) é vivenciado por personagens de Rui Mourão. Ubirajara Dantas deixa em Taubaté a família (a mulher Izabel e mais dois filhos), para melhorar sua condição socioeconômica. Gonçalo Torto, além de sonhar com

4 A ideia da ficção literária como laboratório me foi propiciada por Vincent Colonna, que, ao tratar da “Tipologia da autoficção”, remete a “mecanismos [que] são desmontados e apresentados ao leitor com o fim de lhe proporcionar o prazer de descobri-los” (COLONNA, 2014, p. 56).

enriquecimento, converte-se em um foragido da justiça. Antes de partir de Taubaté, por suposta traição, assassina sua mulher, Emerenciana, que estava grávida de dois meses. O percurso pelo sertão e o respectivo desbravamento de caminhos são marcados por perigos, incertezas, trabalhos árduos de sobrevivência e traições.

Ubirajara Dantas, para se defender do ataque dos índios que vieram em direção à comitiva que integrava, faz do machado uma arma. Nessa luta corporal, também é atingido pelos indígenas. O personagem, cujo nome é o mesmo do romance *Ubirajara*, de José de Alencar, não demonstra nenhum apreço pelos índios. Sua condição de mestiço está em seu nome de origem indígena e portuguesa.

Gonçalo Torto, ao viajar pelo sertão em busca do ouro, carrega consigo a culpa pela morte de Emerenciana (grávida de seu filho), que não o traíra com Custódio, assassinado igualmente de forma brutal por ele. Durante sua viagem, passa por diversas provações: torna-se prisioneiro do grupo bandeirante de Leonardo Taques e é supliciado. Integrado ao grupo de Pedro Angolano, é assaltado; enfrenta o fisco, que lhe toma um quinto do ouro obtido, e passa a fazer parte do grupo de Manuel Mascarenhas, do qual se desgarra.

“Prisioneiro da solidão” (MOURÃO, 2015, p. 76), tendo descoberto o ouro, reflete sobre a riqueza e a carência de tudo. Expiando sua culpa pelos assassinatos cometidos e enfrentando dificuldades de toda ordem, decide retornar não a Taubaté, onde estava enterrada Emerenciana, mas a São Vicente. Ao ser ameaçado por um dos soldados que fiscalizavam o pagamento do quinto do ouro e ao entrar em luta com um deles, acaba sendo abatido. Tal como Ubirajara Dantas, não chega ao destino pretendido.

O percurso dos dois personagens pelo sertão está marcado pelas lembranças de pessoas que deixaram para trás – Isabel (esposa), filho e filha –, no caso de Ubirajara Dantas, e por laços afetivos interrompidos por assassinato, como foi o caso de Gonçalo Torto, que matou a esposa, Emerenciana. A viagem por caminhos desconhecidos gera o desenraizamento que, por sua vez, remete ao tema da orfandade, que também reaparece, com variações, nos relatos de outros dois personagens-fantasmagóricos: padre José Vergueiro e Bartolomeu Castro Curado.

A vida do padre José Vergueiro não é marcada pela santidade, caridade e compaixão pelo outro. Ao contrário, sua biografia atesta licenciosidade, assassinato e roubo. Matou seu rival, companheiro de Bernardina, e com ela teve dois filhos. Por esse ato é preso, saindo da cadeia por interferência da Igreja. Também atraído pelas notícias do ouro, vende a chácara que tinha herdado do pai e a casa de Juvenília, da qual se tinha apropriado indevidamente. Sofrendo ameaça de abandono por parte do amante e desprovida do único bem herdado pelo pai, Juvenília se suicida.

Aproveitando-se de sua condição de ex-sacerdote, nos ermos do sertão, em povoado longínquo, constrói, à custa de seu prestígio de religioso, capela e pousada. De forma enumerativa e visual, descrevendo o que havia sobre a mesa em torno do oratório, Rui Mourão (2015, p. 104) capta a religiosidade do povo e o que ela representava no contexto histórico enfocado.

O enriquecimento do padre Vergueiro não se dá pela exploração direta do ouro. Tornando “dono de pensão”, a moeda de troca pelos serviços prestados era em ouro, que guardava no pasto, conforme assinala o personagem:

A riqueza a crescer acumulada criou sério problema de armazenamento. Fui obrigado a usar sacos reforçados para, na calada da noite, trabalhando pessoalmente com enxadão e pá, sem uso sequer de uma candeia, enterrar no pasto, bem distante da casa, volumes variáveis do metal (MOURÃO, 2015, p. 103).

A morte do padre José Vergueiro ocorre exatamente no espaço de entesouramento. Tendo ido ao encalço do vaqueiro José Isabel, que tinha lhe roubado, é atingido por “um balaço” (MOURÃO, 2015, p. 11). No romance, nem Ubirajara Dantas nem Gonçalo Torto chegam a ascender economicamente. De modo diverso, o padre José Vergueiro enriquece com a exploração do ouro feita por outros. No caminho de passagem dos mineradores, constrói uma família cujos laços de parentesco mostram uma total desordem, confirmando o lado libertino do padre e da sociedade que se formava naquele momento: “Eu havia feito um filho e uma filha com Salustiana e com as sobrinhas dela, a mais velha, três meninas, a mais nova, um menino” (MOURÃO, 2015,

p. 102). Essa geração sem pai reforça a relação entre a busca do ouro e a sociedade de órfãos.

O destino de Bartolomé Castro Curado, associado ao “eu” do narrador, por laços de família, leva o depoente a afirmar: “Restados muito sós, após a morte de nossa mãe e padrinho, íamos conhecer pela primeira vez o lado cinzento do mundo” (MOURÃO, 2015, p. 119).

Que lado era esse? A casa de fundição constitui um dos caminhos desse “lado cinzento” trilhado por Bartolomé Castro Curado e seu outro “eu”. Expulsos de seus empregos, na casa de fundição, tiveram que enfrentar várias dificuldades “por razões do passado” (tinham participado “da peleja contra os portugueses”⁵ e por razões do presente⁶ (trabalharam com “balanças adulteradas”).

Construindo Bartolomé Castro Curado com uma dupla identificação, Rui Mourão superpõe “eus”, ligados a diferentes temporalidades históricas. O destino de aventura dos “eus” reserva outras estratégias de luta pela sobrevivência em mundo cinzento, paradoxalmente marcado por uma visão resplandecente do ouro. Os dois órfãos, depois de passarem por episódios que quase os massacraram, em revanche, aventuram-se por outras incursões, como o planejamento de assalto à “carreta de transporte de ouro para o Rio de Janeiro” (MOURÃO, 2015, p. 134). Aliando-se a outros figurantes, planejam outros assaltos. No entanto, a partilha entre os idealizadores dos assaltos e seus executores cria discórdia, ocasionando o fuzilamento de Bartolomé Castro Curado e de seu outro “eu”.

O modo dramático de apresentação dos personagens enfocados suscita pensar nas “performances, gestos, oralidade, movimento [...] canto, em suma, todos aqueles atos geralmente vistos como conhecimento efêmero, não reproduzível” (TAYLOR, 2013, p. 49). Esses aspectos fazem parte do que Diana Taylor designa por “repertório”. O conceito teórico em destaque é utilizado pela ensaísta ao lado da noção de “memória arquivada”. Para a ensaísta: “A memória ‘arquivada’ existe na forma de documentos, textos literários, cartas, restos arqueológicos, ossos, vídeos, filmes, CDs, todos estes itens supostamente resistentes à mudan-

5 Trata-se de uma referência à Guerra dos Emboabas.

6 As razões do presente estão associadas ao presente da narração realizada de forma dramatizada.

ça” (TAYLOR, 2013, p. 48). Em consonância com o exposto, Rui Mourão abriga em seu romance tanto a memória arquivada quanto o repertório.

Explicitando o conceito de memória cultural, com base em vários teóricos, Zilá Bernd afirma que a “memória cultural incorporaria os elementos que pertencem à esfera do sensível e que escapam ao registro hegemônico do poder e sua tentativa de construção de uma identidade nacional em termos de totalização” (BERND, 2017, p. 245-246). Sob esse aspecto, ao tomar como referências personagens que praticaram a violência na conquista do ouro, mas foram sucumbidos, Rui Mourão trata dessa memória que escapa “ao registro hegemônico do poder”.

O jogo narrativo de Rui Mourão é bastante complexo. Ao trazer as vozes do passado para o presente, o narrador-escritor simula uma identificação entre personagens (ligados à cobiça do ouro) e o narrador. Em seguida, desfaz-se dessa aproximação, como no trecho: “não fui agregado de fazenda assassinado pelos índios, não matei minha própria mulher, não fui padre devasso, ladrão de ouro” (MOURÃO, 2015, p. 114). Essa estratégia suscita o enfoque de outros expedientes narrativos. Para isso, começarei por destacar questões relativas à “mesmidade” e “ipseidade” para, em seguida, tratar da busca da ficção em *Mergulho na região do espanto*.

O “eu” e o “outro”: “mesmidade”, “ipseidade” e a busca da ficção

No ensaio *Entre moi et moi-même* (*Entre eu e eu mesmo*, Paul Ricoeur), Jeanne Marie Gagnebin mostra que o filósofo francês, ao abordar a “identidade narrativa”, tendo em vista as relações entre tempo e narrativa ou narração, o texto autobiográfico e a história, faz distinção entre “mesmidade” e “ipseidade.” Nesse sentido, “a ipseidade se constitui em oposição e complementaridade com a alteridade, como Benveniste o demonstra em relação aos pronomes ‘pessoais’ ‘eu’ e ‘tu’” (GAGNEBIN, 2009, p. 136-137).

Em *Mergulho na região do espanto*, para encenar essa questão, além dos personagens que contam a história da cobiça do ouro, aparecem outras vozes que pertencem à Inconfidência Mineira. Nesse contexto, para que sejam ouvidas, para que emergja o debate sobre fictício no ficcional e para que o contraponto apareça, o autor de *As raízes se*

vale dos personagens Dr. Edvaldo Sotero, Dr. Belizário e Bernardo Estrada. A dúvida quanto à sanidade mental do narrador é um pretexto que une os vários fios do romance e que desencadeia reflexões sobre o que é escrever ficção, romance, aspecto que aparecera em *Quando os demônios descem o morro* (MOURÃO, 2008).

Dr. Edvaldo constitui um interlocutor com o qual o narrador-escritor divide suas inquietações. No plano da narração, a presença do Dr. Edvaldo se relaciona a outras intencionalidades: serve para retomar fios que parecem perdidos para o leitor, como a explicação do prestígio do ouro; a carreira do escritor ligada “ao movimento de uma revista” (MOURÃO, 2015, p. 78); discutir, no âmbito teórico, o personagem no teatro e na ficção (MOURÃO, 2015, p. 165); e religar sua vida à figura materna, o que propicia introduzir um capítulo dedicado à mãe do narrador. Além disso, o protagonista põe à prova seus escritos, ao entregar contos ao Dr. Sotero, que diz: “Devia pedir desculpas, não imaginava que estivesse lidando com um verdadeiro talento de escritor” (MOURÃO, 2015, p. 179).

O diálogo com o analista permite no romance que o “eu” interprete o “outro” e este, por sua vez, reavalie, no plano do narrado pela voz do protagonista, as considerações do “prescritador de almas” a respeito de si e de sua literatura. Dr. Sotero afirma: “O resultado foi o escritor não ter conseguido se firmar na medida do que esperava e culpar a mãe por esse fracasso”. A essa colocação o paciente replica: “Injustamente, em meio à verdadeira devoção que lhe dedicava, eu colocava minha mãe como minha adversária”. Rui Mourão, por meio de seu personagem psicanalista, joga com a certeza e a incerteza, como na observação: “Ia responder, mas naquele instante me dei conta, doutor Edvaldo Sotero não existia” (MOURÃO, 2015, p. 182-197).

Em seu apartamento em Belo Horizonte, o narrador, refugian-do-se “dentro de si”, passa mal e é atendido pelo doutor Belizário, que o aconselha a abandonar seu projeto literário (MOURÃO, 2015, p. 205), o que evidentemente não acontece no livro. Recorrendo-se a um analista “real” (Bernardo Estrada), dentro do jogo da ficção, e, aconselhado por ele, volta à “Pousada Casa Grande” em Ouro Preto. Nesse espaço, alguns dos inconfidentes passam a povoar as páginas do romance,

materializando-se. Igualmente, ao saírem dos arquivos, por meio de técnica narrativa, o narrador-escritor se aproxima deles, interroga-os, ilumina pontos que pertencem às trajetórias individuais.

Tiradentes, despedaçado, reencontra seu corpo nos livros, nos manuscritos dos *Autos da Devassa da Inconfidência*. Testemunha o trabalho escravo dos negros, que abastecia a riqueza da corte; reitera pontos destacados nas falas dos outros personagens, como o enterramento “do ouro em quintal debaixo de árvores”; resgata a memória de si e as motivações de ordem pessoal que o levaram ao movimento da Inconfidência (MOURÃO, 2015, p. 225-243). José Álvares Maciel fala de sua morte na África aos 41 anos, da família abastada a que pertenceu antes de seu degredo dos livros e da cultura revolucionária; do seu envolvimento particular na conspiração; do reconhecimento de seu trabalho, em Lisboa, resultando no registro científico “como descobridor de jazidas de arsênio” (p. 249), e da travessia para a África (MOURÃO, 2015, p. 247-249). Retornando pela memória a Ouro Preto, remete, como fez Tiradentes em seu relato, ao trabalho dos negros que são flagrados: “Despidos de braços, peitos musculosos suados transpondo ferros em brasa das forjas para serem supliciados a martelamento em cima de bigornas” (MOURÃO, 2015, p. 262).

Em relação a Claudio Manoel da Costa, chama a atenção o realce dado pelo narrador, entre outros aspectos relatados, à acumulação individual do ouro feita pelo poeta. Esse ponto reaviva a busca do saber do narrador sobre a importância do ouro em relação ao prestígio social. A última fala a ser registrada refere-se à do cônego Luiz Vieira da Silva, a quem o narrador indaga sobre a questão colocada no início do romance: “Pode me dizer, por que razão esse metal tornou-se o produto em qualquer tempo mais valorizado pelo homem?” (MOURÃO, 2015, p. 307).

O túmulo, a memória e o arquivo

A ligação entre o personagem e a figura materna, conforme mencionado neste estudo, ressurgiu do diálogo entre o analista inventado e o narrador. Ao abordar esse aspecto, procuro estabelecer associação entre o “túmulo da mãe”, a memória da família e o arquivo. Conforme Roberto González Echevarría:

O arquivo guarda também uma relação metafórica, se quiser, com as tumbas, os túmulos, pirâmides e mausoléus erigidos para armazenar cadáveres; o arquivo guarda letra morta, letra que diz das vidas que foram, cuja conservação organiza e dá sentido a corpos e documentos (GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, 2011, p. 10, tradução nossa)⁷.

O túmulo da mãe, referência no livro de Rui Mourão, guarda a memória de parentesco e de afeto.

O personagem, em seu último retorno a Ouro Preto, ao acordar, lembra-se do sonho que teve com a mãe. Jacques Le Goff, ao mencionar *Interpretação dos sonhos* e citar textualmente Freud, afirma: “o comportamento da memória durante o sonho é certamente significativo para toda a teoria da memória” (FREUD, 1899 *apud* LE GOFF, 1990, p. 471). No caso específico do narrador, há um desejo de associar a concretização do livro à figura materna, conforme o trecho:

Tinha comigo a lembrança de um sonho que me impressionara como se tratasse de clara cena da realidade. Minha mãe, aparecendo ao pé da cama, com o semblante tranquilo e querido de sempre, abriu a boca para me dizer: Meu filho, publique o livro que escreveu (MOURÃO, 2015, p. 337).

Rui Mourão, ao encenar o laboratório do escritor, além de desencadear reflexões sobre a “memória arquivada” e “repertório”, traz uma outra dimensão, que é da ordem do afeto. A ensaísta Zilá Bernd (2017), ao destacar do livro de Anne Muxel (*Individu et mémoire familiale*, 2007) as funções da memória familiar, ressalta aquelas relacionadas à transmissão, à revivência afetiva e à reflexividade. Creio que as funções assinaladas por Muxel se estendem ao romance *Mergulho na região do espanto*.

O narrador-protagonista, ao trazer traços biográficos convergentes com a história intelectual de Rui Mourão, acena para o fato de o romance constituir uma forma de o escritor reviver sua afetividade

⁷ “El archivo guarda también una relación, metafórica si quiere, con las tumbas, con los túmulos, las pirámides y mausoleos erijidos para almacenar cadáveres; el archivo guarda letra muerta, letra que dice de las vidas que fueron, cuya retención organiza y da sentido a cuerpos y documentos” (GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, 2011, p. 10).

ligando sua narrativa à memória cultural e, ainda, a sua genealogia, o que propicia uma “revivescência afetiva”⁸.

Os textos e personagens do século XVIII e XIX são resgatados pela mediação das leituras do narrador-escritor e, evidentemente, por Rui Mourão. O criador constrói seus personagens, conferindo-lhes especificidades que se traduzem em gestos, oralidade e movimento. Por esse expediente, o autor traz o passado para o presente, a partir do qual os personagens são lidos. À medida que passam a falar, saem do arquivo dos livros lidos pelo autor e de sua memória cultural ligada à história de Minas e do Brasil. O “eu” como “outros” permite que o narrador-escritor sirva de testemunha de um tempo que não é seu, mas do qual participa como pertencente a uma cultura. Nesse sentido, o testemunho tem um valor documental. Ao trazer os personagens da *Inconfidência Mineira*, o narrador-escritor interpela-os, o que rechaça o sentido de simples “evocação memoriosa” e implica “a redefinição do histórico nos processos atuais” (MORAÑA, 2002, p. 196).

No início deste artigo, fiz menção ao texto de Rui Mourão que inaugurou sua produção literária. Embora sua ficção se apresente tão diversa, ocorreu-me atar alguns fios textuais que se aproximam e se distanciam em *As raízes* (1956) e *Mergulho na região do espanto* (2015), abrindo com isso possibilidades interpretativas que não se fecham nos sucintos comentários que se seguem.

O protagonista de *As raízes*⁹ se mostra como “estrangeiro de si” e como estrangeiro no lugar em que se encontra. É na zona boêmia, nos prostíbulos, que, paradoxalmente, encontra seu lugar e seu descaminho:

8 Na “revivescência afetiva”, a narrativa de filiação tenta reviver a afetividade, após a perda ou separação da família” (BERND, 2017, p. 249)

9 O livro *As raízes* compõe-se de duas partes. A primeira delas se constitui de dez capítulos (com subpartes); a segunda, de treze. Neste texto, o protagonista chamado Hélio não obtém ascensão social e sua vida está marcada pelo fracasso e pela solidão. A narrativa acontece em Belo Horizonte. O protagonista herda do pai uma barbearia, mas não leva adiante essa fonte de sustento de si e da família. Torna-se um alcoólatra e frequentador de prostíbulo da cidade. Apaixonando-se por Isabel, faz dela sua amante. Ela o explora economicamente, levando-o à falência total. Nesse quadro de perdas, abandona sua esposa Luiza e os filhos. Preso por não pagar os alugueiros da casa que o abrigava, juntamente com sua família, sofre uma queda moral e social. O assassinato do baiano que dividia com ele e outros prisioneiros a mesma cela representa o ápice da degradação de um homem que até aquele momento não tinha cometido nenhum delito.

Aquele recanto de loucuras era um refúgio para sua alma atribulada: metia-se no meio daqueles desclassificados, procurava confundir a sua vida com a daqueles cachaceiros e prostitutas; a multidão o isolava, sentia-se um homem sozinho, distante do mundo (MOURÃO, 1956, p. 136).

Alguns dos personagens em *Mergulho na região do espanto*, deslocados socialmente, sob certos aspectos, também podem ser vistos como estrangeiros, o que me faz reportar ao personagem Mersault, de *O estrangeiro*, de Albert Camus, texto fundamental para a teórica Julia Kristeva refletir sobre o estrangeiro de si mesmo (KRISTEVA, 1994). Se, em *As Raízes*, Helio vai em busca do “eu”, em *Mergulho na região do espanto*, o narrador se transforma em romancista, desvelando o solo histórico a que pertence. A obra concretizada religa o protagonista à sua família, representada pelos pais, o que não ocorre com Hélio, que continua à procura de si até o final do romance. Em *Mergulho na região do espanto*, o romancista, ao realizar o sonho do personagem-escritor, acolhe, em seu texto, múltiplas vozes e histórias, pois a literatura representa um refúgio que, paradoxalmente, se configura como um porto seguro de incertezas que movimenta o laboratório do escritor rumo a novas aventuras pela linguagem, incluindo aquela já realizada em *As raízes*, publicado em 1956.

Referências

BERND, Zilá. Memória cultural. In: GONZÁLEZ, Elena Palmero; COSER, Stelamaris (org.). *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2017. p. 245-250.

BERND, Zilá. Notas para uma teoria da transmissão. In: BERND, Zilá. *A persistência da memória: romances de interioridade e seus modos de transmissão intergeracional*. Porto Alegre: Besouro Box, 2018. p. 27-38

BRANDÃO, Ruth Silviano. Rui Mourão e a trilogia do espanto. *Suplemento*, Belo Horizonte, n. 1.364, p. 32-38, jan./fev. 2016.

COLONNA, Vincent. Tipologia da ficção. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). *Ensaios sobre a autoficção*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Entre moi et moi-même” (“Entre eu e eu-mesmo”, Paul Ricoeur. In: GALLE, Helmut; OLMOS, Ana Cecília (org.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Anablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009. p.133-139.

GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto. *Mito y archivo*. 2. ed. Trad. Virginia Aguirre Munóz. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 955-984.

KRISTEVA, Julia. Tocata e fuga para o estrangeiro. In: _____. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-46.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão *et al*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990. p. 467-477.

MORAÑA, Mabel. Global / local: desafíos a la memoria histórica. In: ACHUGAR, Hugo; D’ALESSANDRO, Sonia (org.). *Local /global: democracia, memoria, identidades*. Montevideo: Trilce, 2002. p. 189-196.

MOURÃO, Rui. *Mergulho na região de espanto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MOURÃO, Rui. Projeto de reformulação da exposição permanente do Museu da Inconfidência. *Oficina do Inconfidência: Revista de Trabalho*, Ouro Preto, n. 0, p. 135-174, dez. 1999.

MOURÃO, Rui. *Quando os demônios descem o morro*. São Paulo: Casa & Palavras, 2008.

MOURÃO, Rui. *As raízes*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1956.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (org.). *A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 363-366.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 45-90.

O direito à educação na visão política do acadêmico Orlando Vaz: *flashbacks* de uma vida devotada ao ensino e à cultura¹

Isabel Vaz

*Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.*

Paulo Freire

I. Despertando para a política

1. Influências maiores

Orlando de Oliveira Vaz Filho nasceu em Belo Horizonte, na casa da Rua Tomás Gonzaga, 286, a 28 de agosto de 1935, terceiro dos seis filhos do advogado e jornalista Orlando de Oliveira Vaz, natural de Ubá (MG), e de sua esposa, Maria Luíza Mascarenhas Vaz, descendente de tradicional família mineira, os Mascarenhas. Pioneiros da indústria têxtil no Brasil, foram considerados pelo historiador da família, Paulo Tamm, os fundadores de uma “dinastia de tecelões”, ao criarem a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, constituída em 1883, uma das primeiras autorizadas a funcionar no País.

¹ Explicação necessária: Texto redigido por solicitação do presidente da Academia Mineira de Letras, Dr. Rogério Faria Tavares, para integrar edição especial da *Revista da AML*. Grande parte do relato referente à atuação de Orlando Vaz na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Belo Horizonte decorre de depoimentos de técnicos que fizeram parte da SME de 1975 a 1976. O restante consiste em memórias de experiências que compartilhamos ao longo de quase 60 anos de convivência.

Orlando cursou o jardim de infância no Colégio Delfim Moreira, na Rua Espírito Santo, o 1.º grau no Colégio Anchieta e o 2.º grau nos Colégios Imaco e Municipal, todos em Belo Horizonte. Dedicado ao esporte, foi campeão mineiro de natação, categoria “infantil”, pelo Minas Tênis Clube, e vice-campeão brasileiro, em disputa na sua especialidade (nado de peito, categoria “infantojuvenil”).

Bem em frente à residência de Orlando, morava o casal Milton Soares Campos e Déa Dantas Campos. Seus filhos, Antônio, Luiz, João Cláudio, Lydia, Regina e Maria Vitória, tornaram-se amigos de “Orlandinho”, que estava sempre na casa deles. Ali gostava de ficar todas as suas horas livres, auferindo ensinamentos, observando o comportamento e as atitudes daquele que viria a ser um dos mais respeitados políticos brasileiros.

O tempo foi passando, e Orlando cada vez mais admirava o Dr. Milton, que lhe dedicava especial atenção e conversava sobretudo sobre os temas políticos da época. O menino então começou a interessar-se por esses assuntos e a indagar sobre a vida, as ideias e as histórias daquelas personagens em cujas mãos estavam os destinos do Brasil e do povo brasileiro. O funcionamento dos três Poderes, as formas de os conquistar, os concursos, as eleições, as noções de ética na política, a apologia dos grandes autores e pensadores pátrios e estrangeiros, a superioridade da democracia como a melhor forma de governo, todas essas lições o jovem Orlando foi assimilando com o decorrer dos anos.

Eleito governador de Minas em 1947, Milton Campos transferiu-se para o Palácio da Liberdade. Toda semana, à beira da piscina e no pequeno campo de futebol, nos fundos do Palácio, Orlando e os filhos do governador se reuniam a outros amigos. Orlando, porém, era sempre chamado por D. Déa para almoçar ou tomar um lanche junto com a família. A amizade entre o grande humanista político e o jovem e idealista estudante continuou firme e constante.

Em 1954, a União Colegial de Minas Gerais realizou o Concurso Mineiro de Oratória, no Conservatório Mineiro de Música, sendo finalistas José Paulo Sepúlveda Pertence, ministro aposentado e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), como representante da Universidade do Barro Preto, atualmente Colégio Estadual de Minas

Gerais, à época situado na Avenida Augusto de Lima, e Orlando Vaz, representando o Colégio Municipal São Cristóvão (hoje Colégio Municipal Belo Horizonte), na Lagoinha. O tema sorteado foi “A Inconfidência Mineira”. Orlando foi classificado em 1.º lugar.

No mesmo ano, a União Brasileira de Estudantes (Ubes) realizou o Concurso Nacional de Oratória, na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro. Orlando, representando Minas Gerais, concorreu com candidatos de outros 15 estados e obteve o 1.º lugar. Em 2.º lugar, ficou Geraldo José de Melo, mais tarde senador pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Sempre se destacando como orador, ainda estudante, Orlando fazia frequentes discursos no Centro Acadêmico Pedro Lessa (CAPL) e no Centro Acadêmico Afonso Pena (Caap) da Faculdade de Direito da UFMG.

2. Os educadores e os políticos

Já frequentando o Curso de Direito da UFMG, e continuando a sua amizade com Milton Campos, Orlando mantinha também ótimo relacionamento com alguns dos mais eminentes professores dessa faculdade, como João Franzen de Lima, Alberto Deodato Maia Barreto, Caio Mário da Silva Pereira, Lydio Machado Bandeira de Mello, Edgar de Godói da Mata-Machado, Gerson de Britto Mello Boson, Celso Cordeiro Machado, Celso Agrícola Barbi, Raul Machado Horta, Abgar Renault, José Olympio de Castro Filho, Ariosvaldo de Campos Pires, Raymundo Cândido, Jair Leonardo Lopes, Orlando de Carvalho, Paulo Neves de Carvalho, Afonso Arinos, Mário Casasanta.

A convivência com os grandes intelectuais da área jurídica mineira aproximou Orlando de destacados políticos não só de Minas mas também do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília, contando-se, entre outros, Pedro Aleixo, José de Magalhães Pinto, José Maria Alkmin, José de Faria Tavares, Oscar Dias Corrêa, Aureliano Chaves, Francelino Pereira, Paulo Pinheiro Chagas, Israel Pinheiro Filho, Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Roberto de Abreu Sodré.

3. O Jornalismo, o Direito e a política

Orlando Vaz começa sua vida profissional muito jovem, aos 14 anos, inicialmente no Departamento de Estatística da Secretaria de Es-

tado de Viação e Obras Públicas. Ao tempo em que estudava Direito, tornou-se jornalista, trabalhando no *Estado de Minas*, no *Binômio – Jornal da Semana*, no jornal *Última Hora* e no *Diário da Tarde*, para os quais realizou interessantes entrevistas, entre as quais destaca-se a que fez com José Américo de Almeida, político e escritor paraibano, autor de *A bagaceira* e membro da Academia Brasileira de Letras. Na sua lista de entrevistados, estão ainda Carvalho Pinto, general Henrique Teixeira Lott, Gilberto Freyre, Tancredo Neves, Juracy Magalhães, Fernando Ferrari. A entrevista com Otávio Mangabeira, governador da Bahia e membro da Academia Brasileira de Letras, foi publicada em série pelo *Estado de Minas* sob o título “Otávio Mangabeira, trajetória de uma consciência”. Com sua fiel companheira de trabalho, uma pequena Lettera 22, acomodada sobre os joelhos para datilografar seu trabalho até mesmo durante os voos, Orlando entrevistou também o candidato a presidente da República Jânio Quadros, e Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara. Considerado um dos maiores oradores do Brasil, Lacerda era capaz de falar durante horas seguidas, graças às lições que tivera com a professora e fonoaudióloga Ester Leão. Sob a recomendação de Lacerda, Orlando teve algumas aulas de oratória com D. Ester, que lhe ensinou certas técnicas vocais muito úteis durante toda a sua vida profissional.

Já formado em Direito, na turma de 1963, teve como colegas alguns jovens que se tornaram grandes juristas, magistrados admirados e respeitados no Brasil inteiro por suas virtudes éticas e incontestável capacidade intelectual, como o ministro aposentado e ex-presidente do STF Carlos Mário da Silva Velloso.

Em 1952, Orlando Vaz ingressou, como escriturário, na Caixa Econômica Federal, onde se aposentou 37 anos depois, como procurador da entidade. A aposentadoria, no entanto, não o afastou das lides forenses. Pelo contrário, dedicou-se mais ainda ao exercício da advocacia.

Ao assumir uma causa, fosse o cliente uma poderosa empresa ou um simples marceneiro, atuava com o mesmo zelo, bravura, persistência e grande afinco. Nunca media esforços para conquistar o que considerava justo e, muitas vezes, nem cobrava honorários. Participou de júris memoráveis e, junto com o grande amigo Oscar Corrêa, fez

parte da defesa coletiva de um grupo de oito pessoas – professores e estudantes – injustamente acusadas de subversão, perante o Tribunal Militar instalado em Juiz de Fora. Foram todos absolvidos. Um de seus clientes foi o professor Marcos Magalhães Rubinger, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, considerado autoridade em Antropologia. Prestou ainda assistência a outros presos políticos, detidos no antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na Avenida Afonso Pena.

Orlando advogou ativamente durante quase 60 anos em Minas e em Brasília, nos tribunais superiores. Na capital da República, trabalhava junto com um dos mais brilhantes advogados brasileiros, José Guilherme Villela, figura amena e calma, por duas vezes ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ex-professor de muitos juízes e promotores. A morte violenta de José Guilherme e de sua esposa, a advogada Maria Villela, deixou Orlando profundamente abalado e triste pela perda de pessoas tão queridas, colegas e sócios havia décadas (na tragédia, a empregada do casal também foi morta). Nem a tristeza, porém, nem a saudade o impediram de continuar a lutar por seus ideais na seara do Direito e no plano político.

Orlando acompanhava de perto o desenrolar da vida política do País, mormente a da capital mineira. Disputou alguns cargos públicos. Sendo, porém, filho de Belo Horizonte, não conseguiria, apenas na Capital, obter os votos necessários para eleger-se. As campanhas políticas pelo interior do Estado, com seus espaços já ocupados pelos líderes locais, exigiam constantes, longos e desgastantes percursos para um jovem que tinha apenas o seu idealismo, os seus discursos bem elaborados, as lições éticas que recebera e algumas recomendações e pedidos de apoio dos próceres da sua sigla partidária de sempre, a União Democrática Nacional (UDN). Jamais possuiu recursos financeiros suficientes para custear suas vilegiaturas pelo interior de Minas (a exemplo de seus correligionários, emergentes das poderosas lideranças políticas espalhadas pelos “grandes sertões” mineiros), que percorria em seu próprio veículo, ora sufocado pela poeira, ora atolado em lamaçais intermináveis.

O seu idealismo, contudo, e o seu desejo de participar da *res publica* permaneciam teimosamente vivos, firmes, na certeza de que, de

alguma forma, poderia oferecer a Minas Gerais e a Belo Horizonte sua juventude, seus esforços, sua inteligência, sua tenacidade.

Esses propósitos e metas, e a certeza de que tinha algo a fazer para realizá-los, jamais o abandonaram.

II. Oportunidades vivenciadas

1. No exterior – A Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris²

Em 1969, o então chanceler José de Magalhães Pinto convidou Orlando Vaz para dirigir a Casa do Brasil na Cidade Internacional da Universidade de Paris.

André Honnorat, ministro da Instrução Pública da França, o industrial e filantropo Émile Deutsch de la Meurthe e sua esposa, Louise, e Paul Appell, reitor da Universidade de Paris, sob a inspiração do primeiro, conseguiram do governo autorização para fundar uma cidade universitária. Além de levar em conta a penúria de muitos estudantes que viviam em condições precárias e insalubres devido à crise habitacional sem precedentes logo após a Primeira Guerra Mundial, esses humanistas tiveram em mente acolher universitários não só franceses mas também do mundo inteiro, na esperança de que essas amizades iniciadas na juventude se fortalecessem e evitassem um novo conflito mundial. Pode-se considerar a Fondation Deutsch de la Meurthe o embrião da Cité Universitaire.

Um decreto de 1921 autorizou a Universidade de Paris a aceitar a doação de um terreno feita por Deutsch de la Meurthe. Numa área de 36ha, dentro do Boulevard Périphérique, foi criado um verdadeiro oásis de cultura, todo gramado, com árvores raras e jardins diversos, para que fosse ali formada uma espécie de *campus* universitário, a cerca de 15 minutos de metrô do Quartier Latin.

Foram ali construídos a Maison Internationale, dotada de escritório para o presidente da fundação, secretaria, biblioteca, serviço de

² Disponível em: www.ciup.fr – Cité Internationale Universitaire de Paris. Acesso em: 14.10.2019.

acolhida aos estudantes e toda a infraestrutura necessária à administração da *cit *, além de restaurantes, correios, agência bancária, teatros, piscina, quadras de esportes e muitas outras obras. Nas proximidades, localiza-se o Hôpital International de l’Universit  de Paris, que atende aos residentes franceses e estrangeiros.

As casas edificadas na Cit  Universitaire representariam, até na sua arquitetura típica, “miniaturas” das na es, com seus estilos, culturas, culinárias, hábitos e costumes. Seria uma sociedade de todas as na es, sob o aspecto educacional, permitindo aos jovens estabelecer laços de amizade e levar de volta às suas pátrias a consciência da solidariedade humana na busca e na manuten o da paz entre os povos. Seria, em suma, La Cit  de la Paix.

Orlando sempre teve em mente os objetivos da cria o da cidade universitária. Impressionou-o, sobretudo, o sonho de André Honnorat, idealizador da *cit *, que visava a estabelecer uma convivência pacífica entre estudantes, e possivelmente políticos, estadistas, enfim, futuros dirigentes de várias na es, ou pessoas que teriam importante papel político em seus países (quando estudante na  cole Sp ciale d’Architecture, a futura imperatriz Farah Diba morou na Maison de l’Iran, hoje Fondation Avicenne; o presidente do Senegal, Léopold S dar Senghor, que lutou pela independência de seu país, ali residiu por alguns anos, assim como o líder argelino Ben Bella).

Com a esposa, Isabel, os três filhos, Orlando, José Otávio e Oscar, de 5, 4 e 3 anos respectivamente, e a babá Maria Elza Lopes, Orlando desembarca, a 29 de outubro de 1969, no Aeroporto de Orly. Segue, então, para a chamada Maison du Brésil, no número 7L do Boulevard Jourdan, no 14^e Arrondissement, para residir em uma das mais visitadas casas da Cit  Universitaire, projetada pelo arquiteto brasileiro Lúcio Costa, que entregou a execu o do projeto ao amigo Le Corbusier, inspirador do estilo de Oscar Niemeyer. Ali Orlando e a família deveriam residir por quatro anos, no agitado período pós-maio de 1968, caracterizado por grandes e, às vezes, violentas manifesta es estudantis, nas quais pontificava a figura emblemática do líder estudantil Daniel Cohn-Bendit, também conhecido como “Danny Le Rouge”. Naqueles anos, houve muitas escaramuças, barricadas, soldados reagindo aos ataques dos estudantes, incêndios, prisões, invasão de universidades e até mes-

mo da Casa do Brasil, de onde foram furtados e destruídos documentos importantes. Essas agitações tinham diferentes causas, desde a reforma do sistema universitário francês até uma greve geral de trabalhadores, ferroviários e metroviários que desestabilizou o governo do general De Gaulle. Pouco tempo após a derrota no referendo de 1969, o presidente francês renunciou e se afastou da vida pública. O descontentamento da maioria dos franceses, no entanto, não se originava somente nas questões políticas internas da França mas também nos protestos contra governos considerados ilegítimos ou ditatoriais nos países de origem de cada membro do movimento estudantil. Foi, assim, em meio ainda aos resquícios dessa desordem social e política, predominantemente estudantil, que Orlando assumiu a direção da Maison du Brésil.

Enquanto o notável político, magistrado e diplomata Olavo Bilac Pinto era embaixador do Brasil na França, o seu relacionamento com o diretor da Casa do Brasil foi tranquilo, proveitoso e cordial. Orlando Vaz reorganizou as finanças e a modalidade de admissão de estudantes na *maison*, que fora ocupada indevidamente por pessoas estranhas aos quadros universitários. Como esses “locatários” não pagavam os *loyers* (os aluguéis necessários à manutenção e ao custeio do funcionamento da Casa), não havia como solver as contas de energia, água e aquecimento, chegando o fornecimento desses serviços a ser cortado, menos na casa do diretor, conforme as ordens do presidente da Maison Internationale. Orlando, porém, não achou justo e determinou que esses serviços fossem suspensos também em sua residência.

Os estudantes foram convidados a comparecer ao escritório do diretor, e a situação de cada um deles foi regularizada, sendo admitidos apenas os bolsistas, capazes de arcar com as despesas necessárias à manutenção da Casa, conforme o costume nas outras residências e os regulamentos da cidade universitária. Superada essa situação, pôde o diretor promover intercâmbios entre jovens de diferentes países, abrigando brasileiros notáveis, entre os quais os pintores Álvaro Apocalypse e Terezinha Veloso, Haroldo Mattos, José Alberto Nemer, o futuro fotógrafo Sebastião Salgado, o professor Emerson Almeida, o filólogo Celso Cunha (professor visitante da Sorbonne), Maria Eugênia Murta Lages (mais tarde, secretária de Estado da Educação) e Nestor Sant’Ana (chefe do cerimonial do governo Rondon Pacheco). O futuro ministro do Su-

premo Tribunal Federal Francisco Rezek, para lembrar apenas alguns mineiros, também foi residente da *cit *, enquanto fazia o doutorado em Direito Internacional Público.

O diretor realizava, na *maison*, atividades que promoviam a cultura brasileira, como palestras, comemora o de datas nacionais, exposi es e *shows* de artistas (Eliana Pittman e Geraldo Vandr  foram alguns deles). Inaugurou uma galeria com obras de importantes pintores e escultores brasileiros (mais tarde, soube-se, grande parte dessas obras de arte desapareceu ou foi danificada).

Na final da Copa do Mundo Fifa de 1970, realizada na Cidade do México, que fez do Brasil o primeiro tricampeão, Orlando convidou os estudantes da Maison d'Italie para assistirem   transmissão do jogo Brasil x Itália na Maison du Brésil.

A convivência fraterna entre os alunos, o contato com as artes, a troca de ideias e a boa nutri o dos estudantes, conforme o pensamento do ministro André Honnorat, são princípios que Orlando viria a aplicar, alguns anos mais tarde, na gestão da Secretaria Municipal de Educa o de Belo Horizonte.

Entre as várias atividades administrativas que tinha de desempenhar, como reuniões com diretores de outras casas e funda es e com o diretor-geral da *cit *, Pierre Marthelot, Orlando Vaz ainda encontrava tempo para receber e acompanhar autoridades brasileiras em visita a Paris. Assim foi com o então deputado federal Tancredo Neves, o governador João Agripino Maia, da Paraíba, e o recém-eleito governador de Minas, Rondon Pacheco. Nessa  poca, Orlando frequentou o Institut d' tudes Politiques (IEP) de Paris, que forma, junto com a Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP), a institui o conhecida como Sciences Po Paris, assim denominada carinhosamente pelos alunos, um dos mais respeitados centros de estudos políticos e sociais do mundo. Em 2013, ela foi considerada a melhor universidade de estudos internacionais e políticos da Europa continental. Pela Sciences Po passaram, entre outros, os presidentes³ da França Georges Pompidou, Jacques Chirac, François Mitterrand, Nikolas Sarkozy, François Hollande

3 Disponível em: [Wikipedia.org/wiki/Instituto_de_Estudos_Polıticos_de_Paris](https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_de_Estudos_Polıticos_de_Paris). Acesso em: 22.10.2019.

e Emmanuel Macron, bem como Simone Veil, ministra da Saúde de Giscard d'Estaing. O egípcio Boutros Boutros-Ghali, secretário-geral da Organização das Nações Unidas de 1992 a 1996, também cursou a Sciences Po. Entre outros nomes importantes, estão o escritor Marcel Proust, o príncipe de Mônaco Rainier III e o mundialmente conhecido costureiro Christian Dior. Orlando teve ainda oportunidade de frequentar o Institut de Criminologie et de Droit Pénal de Paris (ICP). Na direção da Casa do Brasil, pôde conviver com os professores Henri Guitton, Robert Mallet, Bernard Chenot, Maurice Druon e outros. Em 1970, participou da banca examinadora de concurso do professor Bernard Roussey, na Sorbonne, também da Universidade de Paris III.

De 1970 até 1974, assumiu o posto de embaixador do Brasil na França o general Aurélio de Lyra Tavares, um dos três membros da junta provisória que governou o Brasil de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969, durante o governo militar.

Nessa época, ainda havia muita efervescência nas ruas de Paris, e um dos alvos das manifestações era a Embaixada do Brasil. Existiam realmente estudantes – alguns residiam em outras *maisons* – que recebiam bolsas do governo brasileiro, não frequentavam nenhuma faculdade, eram conhecidos como “estudantes profissionais” e, ao mesmo tempo, protestavam contra o regime militar. O embaixador Lyra Tavares convocou o diretor Orlando Vaz e exigiu-lhe a lista dos estudantes “comunistas” da Casa do Brasil. Orlando respondeu-lhe: “– Embaixador, nunca conversei sobre a teoria da mais-valia com os estudantes brasileiros e não tenho como atender o seu pedido”.

Diante dessa negativa, o general Lyra Tavares ameaçou fechar a Casa do Brasil. Acreditava, assim, fazer cessarem as manifestações contra o governo brasileiro e ficar livre do incômodo dos protestos às portas da embaixada.

A maior preocupação de Orlando era que, fechando-se a Casa do Brasil, os estudantes que lá residiam, ao voltarem das férias, sem nenhum aviso, não teriam onde ficar. Orlando veio ao Brasil e, com muito esforço, diligências e apelo a autoridades brasileiras, conseguiu reverter o fechamento da Casa, mas não foi possível impedir a sua transformação em Fondation Franco-Brésilienne, a ser custeada por dotações

brasileiras e francesas. A Maison du Brésil passou a ser denominada Fondation Franco-Brésilienne, e sua direção, exercida por um francês. Com a nova orientação administrativa, apenas 50% das vagas, em vez de 80%, seriam destinadas a estudantes brasileiros.

Dessa forma, ficou decidido, pela embaixada, o retorno de Orlando Vaz ao Brasil, o que ocorreu no início de dezembro de 1971, assumindo a direção da nova fundação um professor francês.

2. De novo no Brasil – A Secretaria Municipal de Educação (SME)

Em 1975, o prefeito de Belo Horizonte, Luiz Verano, convida Orlando Vaz para ocupar a Secretaria Municipal de Educação. Na época, ele exercia a advocacia, trabalhava como procurador da Caixa Econômica Federal e lecionava, à noite, no Colégio Municipal, atividades que deixou para dedicar-se totalmente às funções para as quais fora convocado.

Naquele ano, o censo escolar realizado pelo Cadastro Escolar de Belo Horizonte (Cebel) apontou a necessidade de construção de 22 escolas a fim de atender à demanda de 30 mil alunos para o ano letivo seguinte. Ficou estabelecido que a Secretaria de Estado da Educação se responsabilizaria pela construção de 11 escolas, cabendo à Prefeitura de Belo Horizonte a construção e manutenção das outras 11, dividindo-se, assim, entre Estado e município, a responsabilidade pelo atendimento a esses novos alunos.

III. Plano Educacional de Belo Horizonte

A primeira coisa a ser feita era o planejamento. Foi então elaborado o Plano Educacional de Belo Horizonte – único em seu gênero no Brasil –, dividido em 10 projetos que abrangiam as principais necessidades da rede municipal de ensino, entre as quais, além da expansão da rede física, a valorização do professor, mediante remuneração mais justa e oportunidade de aperfeiçoamento, e merenda escolar mais nutritiva. Em 20 de maio de 1975, o prefeito Luiz Verano, que não completara ainda dois meses à frente do Executivo municipal, lançava, para o Brasil, na Casa do Jornalista de Minas, em entrevista pública, o Plano

Educacional de Belo Horizonte, elaborado pelo secretário de Educação e sua equipe técnica.

Orlando Vaz assim explica a filosofia do Plano Educacional:

O Plano Educacional de Belo Horizonte vê a educação como uma obra permanente, da família, da escola, da comunidade. É evidente que, sem uma nítida consciência filosófica do destino do homem, não poderemos criar um processo capaz de dar um sentido à educação⁴.

Junto com sua equipe de assessores e técnicos em educação, o novo secretário havia elaborado um audacioso Plano Educacional de Belo Horizonte. São significativas as palavras do ministro Oscar Dias Corrêa, ao “apresentar ou prefaciar” o livro de Orlando intitulado *Visão política da educação*:⁵ “Este Plano Educacional inclui uma filosofia e uma estratégia. A filosofia é a de que a educação há de funcionar como força propulsora da mudança social, enquanto a estratégia visa a fazer da escola o centro democrático por excelência”. E ainda:

Basta vê-lo na Secretaria de Educação de Belo Horizonte (à parte o trabalho hercúleo que desenvolveu na Casa do Brasil, em Paris). O afã com que se lançou ao desafio da educação não tem similar: não dispenso de recursos, conseguiu-os; falto de ajuda, alcançou-a; baldo de apoio, encontrou-o em si mesmo. E realiza obra que não tem igual entre nós, não apenas pelo que significa como realização material, mas, sobretudo, pelo que marca de conteúdo moral e intelectual.⁶

Orlando assumiu assim a árdua tarefa de modernizar as escolas municipais, abrir concurso para professores e, o mais difícil, em poucos meses, construir 11 escolas para abrigar 15 mil alunos do antigo 1.º grau e, como iniciativa pioneira, instituir o atendimento ao pré-escolar na rede pública. Para isso, era necessário conseguir verba em algum

4 VAZ, Orlando. *Visão política da educação*. Belo Horizonte: Editora Vega S. A., 1977. p. 15.

5 VAZ, 1977, *op. cit.*

6 VAZ, 1977, *op. cit.*

órgão federal, já que a Prefeitura se encontrava deficitária, e o Estado de Minas já labutava com suas próprias carências na área da educação.

1. A construção das escolas municipais

De posse do levantamento das vagas existentes, à época, nas escolas e da projeção das necessárias para o ano seguinte, foi realizado um trabalho conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudicap), dirigida pelo engenheiro Israel Pinheiro Filho, em que foram identificadas as regiões mais carentes de Belo Horizonte, onde as escolas deveriam ser construídas. Inicia-se então um arrojado projeto arquitetônico. Ao mesmo tempo, autorizado pelo prefeito e munido do Plano Educacional, Orlando dirige-se a Brasília e procura o chanceler Magalhães Pinto para expor a situação da rede municipal de ensino e pedir-lhe ajuda para obter um empréstimo. Sensibilizado, Magalhães Pinto encaminha-o ao presidente da Caixa Econômica Federal, Karlos Rischbieter, que se dispõe, por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS),⁷ a conceder um empréstimo, “a fundo perdido”, de vultosa quantia a ser aplicada à educação, conforme o previsto nos projetos do Plano Educacional de Belo Horizonte. Orlando recorreu também à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entidade criada em 1967, vinculada ao Ministério do Planejamento, cujo objetivo era o financiamento de projetos, estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento econômico, social e educacional.

Obtidos os recursos financeiros de que a Prefeitura não dispunha, o secretário deu início à concretização dos projetos da SME.

2. A visão política da educação

Na visão de Orlando Vaz, somente a educação poderia levar à convivência amena e fraterna entre as pessoas e as nações. Apenas por meio da educação, as crianças e os jovens poderiam, mais tarde, na vida adulta, aspirar a uma vida digna, baseada no trabalho profícuo e enriquecedor, alcançar novos horizontes e ter oportunidade de se tornarem futuros professores, advogados, cientistas, médicos, pesquisadores, economistas, escritores, literatos, artistas... Era preciso, a todo custo, e

7 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), criado pela Lei 6.168, de 9/8/1974, cuja finalidade era atender aos setores mais carentes da população, entre os quais educação e cultura. As operações do FAS foram suspensas em 1991.

segundo sua crença, retirar as crianças e os jovens das ruas, afastá-los do perigo das drogas e dos vícios, oferecer-lhes oportunidades de estudos, construir escolas suficientes e contratar bons professores, condignamente remunerados. Propiciar às crianças e aos jovens educação e cultura seria a melhor e, talvez, a única maneira de torná-los cidadãos prestantes, aptos a prover o seu próprio sustento e o de suas futuras famílias.

Por meio da educação, segundo Orlando Vaz, o jovem teria condições de estabelecer a sua trajetória no mundo, fazer opções, compreender a sua realidade política e social, saber escolher seus governantes e assumir uma postura crítica sobre a condução dos destinos do País. Aprenderia a não trocar o seu voto por um par de botas ou por uma panela de pressão cuja tampa só seria entregue se o candidato indicado fosse vencedor nas eleições. Compreenderia que a democracia política, apenas, não assegura a dignidade. Para ser plena, há que ser enriquecida com os valores da *democracia econômica e social*, que pressupõe o acesso a condições mínimas de saúde, educação, cultura, segurança, saneamento, atributos indispensáveis para que a pessoa saiba reivindicar seus direitos e assumir suas responsabilidades na sociedade em que vive. A educação deve desenvolver a criatividade do aluno. Este não deve ser somente um “receptáculo de conhecimentos”, mas saber utilizar-se desses conhecimentos para melhor situar-se na sociedade e contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e o da sua comunidade. Daí a preocupação de Orlando Vaz com o desenvolvimento integral do aluno desde criança, sob os aspectos físico, intelectual, cultural e social, unindo a saúde e a educação à cultura.

A preocupação com as crianças que ainda não tinham acesso à escola, por serem menores de 7 anos, levou Orlando à elaboração de um projeto que as atendesse.

O Projeto de Assistência ao Pré-Escolar, que teria a participação de órgãos federais, como o Instituto de Alimentação e Nutrição, visava a atender a crianças de 4 a 6 anos, suprimindo carências nutricionais que normalmente apresentavam aquelas das regiões onde seriam construídas as escolas municipais. Seriam também aproveitadas instalações escolares já existentes. Tal assistência ao pré-escolar era uma inovação introduzida na rede de ensino da Prefeitura de Belo Horizonte.

Mesmo antes de assumir a Secretaria de Educação, em 1975, Orlando Vaz já mantinha estreito contato com a psicóloga e pedagoga de origem russa Helena Antipoff e seu filho, o psicólogo Daniel Antipoff, vizinhos que eram no Bairro da Serra. Animado com a obra que ela vinha desenvolvendo, admirado com a preocupação que demonstrava também com o aluno de inteligência superior, e sempre interessado pela formação intelectual dos jovens, Orlando visitou várias vezes a Fazenda do Rosário, em Ibirité (MG), onde a educadora havia iniciado experiência inédita no Brasil, na área da educação. Helena Antipoff foi sempre uma inspiração para Orlando.

3. A integração escola-comunidade

A estrutura física e administrativa das novas escolas e a modernização das antigas concretizavam um dos objetivos do Projeto de Expansão da Rede Física, que previa espaços adequados para as várias atividades, sem ruídos externos, com ventilação e iluminação naturais.

Descentralizar a administração dos estabelecimentos de ensino, incentivando os pais a participar da vida escolar dos filhos, era um dos propósitos do secretário de Educação. Os pais foram convidados a colaborar para a manutenção das escolas, realizando pequenos reparos nas instalações hidráulica e elétrica, pintando paredes e muros, auxiliando na recuperação de carteiras e na elaboração de merendas, bem como na prestação de outros serviços necessários. Isso evitava a burocracia que as diretoras tinham de enfrentar para a liberação de verba específica destinada à aquisição do material a ser empregado e para recrutamento de servidores. A progressiva e proveitosa aproximação entre escola e comunidade levava as famílias a participarem, cada vez mais, das atividades promovidas na rede municipal de ensino, contribuindo também para a solução de problemas que porventura ocorressem.

4. Os painéis artísticos das escolas municipais

As escolas municipais construídas nessa gestão possuíam, entre outras instalações, 12 salas de aula, sala de professores, sala da diretoria, secretaria, biblioteca, auditório, gabinetes médico e odontológico, banheiros, cozinha, refeitório, quadras de esportes, e ainda traziam em seu projeto uma inovação: todas teriam no auditório um painel, medindo 1,80m de altura por 5m de comprimento, de conhecido artista

plástico mineiro. A Escola de Belas Artes da UFMG contribuiria com parte do material, e os pintores receberiam um valor simbólico como pagamento. Para isso, Orlando convidou os pintores Álvaro Brandão Apocalypse, Arlinda Corrêa Lima, Carlos Bernardo Bracher, Chanina Luwiz Szejnbejn, Eduardo Vianna de Paula Filho, Haroldo de Almeida Mattos, Heider Silva, Inimá José de Paula, Jarbas Juarez Antunes, Maria Helena Andrés, Mário Silésio de Araújo Milton, Petrônio Bax, Sara Ávila, Terezinha Veloso Apocalypse, Wilde Lacerda e Yara Tupinambá, que se dispuseram, com a maior boa vontade, a contribuir para a realização desse projeto.⁸ Alguns painéis foram para escolas mais antigas, como o de Eduardo de Paula, que está no Colégio Municipal Marconi.

Os auditórios dessas escolas foram projetados de maneira que pudessem servir também para as reuniões do Centro Educativo Comunitário, parte do projeto de integração escola-comunidade.

O Centro de Educação Artística (Ceart), parte do Plano Educacional, contou com a colaboração da professora, artista plástica e especialista em Psicopedagogia Arlinda Corrêa Lima (1927-1980) e do pintor pernambucano Augusto Rodrigues (1913-1993), educador e poeta, idealizador da Escolinha de Arte do Brasil, a primeira do gênero no País. Também pioneiro em Minas, o Ceart visava ao desenvolvimento do aluno por meio da arte-educação, promovendo atividades que deveriam ser realizadas de modo a liberar a expressão da criança mediante a pintura, o desenho, a escultura, estimulando a sua criatividade e o seu desenvolvimento mais harmonioso. Para isso, o Ceart promovia cursos, seminários e exposições para alunos e professores e para o público em geral. Augusto Rodrigues, que possuía estreita amizade com Helena Antipoff, e Arlinda Corrêa Lima foram grandes colaboradores do secretário Orlando Vaz para a introdução da educação artística nas escolas municipais.

5. A denominação das escolas

Ao buscar denominações para as escolas municipais, Orlando Vaz procurou homenagear mulheres e homens que serviam de inspira-

⁸ Hoje, apurou-se, alguns painéis foram retirados pela Secretaria Municipal de Educação para reparação e, até há pouco, não haviam sido devolvidos; outros foram danificados ou destruídos.

ção por terem trazido alguma contribuição para a sociedade, seja sob o aspecto educacional, seja sob os aspectos ético e político. Sua ideia era que os alunos, ao estudarem a vida do patrono da escola, conhecessem a obra dessas figuras notáveis. Foram assim escolhidos os nomes de Milton Campos,⁹ Pedro Aleixo, Humberto de Alencar Castelo Branco,¹⁰ Adauto Lúcio Cardoso, José Maria Alkmin, Israel Pinheiro, Maria de Magalhães Pinto, Helena Antipoff, Tristão da Cunha e João Camilo de Oliveira Torres. Foi ainda concluída a construção da Escola Municipal Agenor Alves de Carvalho, iniciada na gestão anterior.

É de se ressaltar que essas escolas foram inauguradas no período de 23 de abril a 13 de novembro de 1976. Em outras palavras, tendo assumido a Secretaria de Educação em 1975, em apenas sete meses Orlando construiu as 11 escolas, previstas em um dos 10 projetos do Plano Educacional – Expansão da Rede Física do Ensino Municipal de Belo Horizonte. Ainda mais, reformou e ampliou outras, como a Escola Municipal Honorina de Barros, na Lagoinha, e o Colégio Municipal Marconi, ao qual foram acrescentadas mais oito salas de aula. Ao se afastar da secretaria, Orlando Vaz deixou iniciada a construção das Escolas Municipais Geraldo Teixeira da Costa, Carlos Lacerda e George Ricardo Salum, inauguradas pelo professor Guilherme de Azevedo Lage, que o sucedeu na Secretaria Municipal de Educação.

À inauguração das escolas sempre compareciam familiares dos homenageados, autoridades mineiras políticas e religiosas, membros representativos da comunidade local, além de jovens e crianças que se divertiam com a Banda de Música do Colégio Municipal, criada pelo professor Guilherme de Azevedo Lage, e com os fogos de artifício. Fotógrafos e jornalistas asseguravam importante cobertura dos eventos e, algumas vezes, comparecia até mesmo Ney Braga, ministro de Estado da Educação à época.

9 Importante mencionar a data de inauguração das Escolas Municipais: Milton Campos (23/3/1976); Pedro Aleixo (25/4/1976); Humberto Castelo Branco (18/7/1976); Adauto Lúcio Cardoso (21/7/1976); José Maria Alkmin (24/7/1976); Israel Pinheiro (15/8/1976); Maria de Magalhães Pinto (28/8/1976); Helena Antipoff (12/9/1976); Tristão da Cunha (24/10/1976); João Camilo de Oliveira Torres (13/11/1976).

10 A Escola Municipal Humberto Castelo Branco passou a denominar-se Monteiro Lobato pela Lei 8.975, de 28/10/2004, de iniciativa do ex-prefeito Fernando Pimentel.

Ao entregar à comunidade a Escola Municipal Milton Campos, a primeira a ser inaugurada, assim se expressou Orlando Vaz:

Pela primeira vez, em Minas Gerais e no Brasil, se constrói uma escola preparada fisicamente para receber e formar um Centro Educativo Comunitário. Centro Educativo, na concepção nossa, dentro da escola. Centro Educativo, na concepção nossa, a partir da escola. Por isso e assim já foi dito que o Plano Educacional de Belo Horizonte vê a educação como uma obra permanente, da família, da escola, da comunidade. Trazendo as famílias para o centro da escola, queremos ser os intérpretes de uma realidade que a Pedagogia não pode ignorar – “a educação é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola”. A ação da escola será complementada pela comunidade, que se fará presente por meio de centros comunitários, lado a lado com os professores.¹¹

Na verdade, o grande objetivo do secretário Orlando Vaz era a criação de escolas públicas que pudessem abrigar os alunos em tempo integral e desde a mais tenra idade. Lembrava-se sempre da frase atribuída a Francisco Campos, de que “fora dos livros não há salvação”.

6. A valorização e o aperfeiçoamento do corpo docente e do corpo administrativo

Durante a sua gestão, Orlando Vaz realizou vários encontros, seminários e cursos, visando ao aperfeiçoamento e à atualização do corpo docente e do corpo administrativo da rede municipal de ensino, sempre recorrendo a respeitados profissionais da educação de Minas e de outros estados.

Entre essas atividades, merecem destaque o Curso de Avaliação e Desempenho para Atualização de Diretores e Vice-Diretores, em 1976, e vários outros encontros com professores, técnicos, pedagogos e psicólogos sobre a realidade do ensino municipal de 1.º grau nas capitais.

A Semana da Matemática, promovida pela SME em 31/5/1977, contou com a presença dos conceituados professores Osvaldo San-

11 VAZ, 1977, *op. cit.*, p. 30.

giorgi, Luiz Barco e Luís Cordeiro, da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativa –, que se dedicavam à busca de novas tecnologias para o ensino da matemática e tecnologias da comunicação aplicadas à educação. É de se ressaltar que Osvaldo Sangiorgi, com vários livros didáticos publicados, doutor também em Linguística Aplicada, professor de várias universidades na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia e na África, e sua equipe passaram vários dias ministrando aulas para professores em salas das escolas municipais. Do Instituto de Matemática da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, veio o professor Antônio Ribeiro Júnior, que também desenvolvia importante trabalho na área da matemática.

7. A merenda escolar

De acordo ainda com a visão política da educação, para Orlando Vaz, a criança precisava estar bem nutrida, liberta das carências alimentares que prejudicam o pleno aprendizado, e com saúde, a fim de melhor aprender e poder inserir-se na sociedade. As escolas deveriam então suprir as necessidades básicas do aluno, fornecendo-lhe também alimentação adequada, uma vez que a maioria daquelas se localizava nas regiões mais carentes da Capital. Com esse objetivo, o secretário de Educação promoveu cursos ministrados por especialistas em nutrição infantil para diretoras, orientadoras e professoras das escolas. Entre os especialistas convidados para ministrar um desses cursos, estava o Dr. Yaro Ribeiro Gandra, médico sanitarista, catedrático, professor emérito, chefe do Departamento de Nutrição da USP, nutrólogo de renome internacional. Ele trouxe muitos ensinamentos sobre nutrição infantil, propondo mudanças no cardápio das crianças e aumentando o número de calorias/dia necessárias ao melhor desenvolvimento físico e mental dos alunos, pouco alterando o custo das refeições.

8. Algumas atividades extracurriculares

Em iniciativa pioneira, Orlando obteve do então secretário municipal de Turismo, Juarez Bahia Mascarenhas, ingressos para que alunos de alguns cursos noturnos assistissem gratuitamente a várias peças no Grande Teatro do Palácio das Artes. Os vice-diretores das escolas conseguiam que empresas de transporte cedessem, sem ônus, ônibus que buscavam os alunos nos colégios e os levavam de volta após o espetáculo, sempre acompanhados de professores. Era a primeira vez, e

talvez a única, que alguns desses alunos, geralmente de poucos recursos financeiros, entravam em um teatro. Assim, muitos alunos tiveram oportunidade de assistir, entre outros espetáculos, a peças como *Oh! Oh! Oh! Minas Gerais e Pelos caminhos de Minas*, ambas de Jota Dangelo, e *O auto da compadecida*, de Ariano Suassuna.

Nos anos em que estive à frente da SME, Orlando procurou dar maior ênfase ao Concurso de Redação Pio Corrêa¹², instituído pelo Decreto Municipal 2.067, de 24/9/1971, que visava a uma campanha educativa de proteção às árvores nas escolas municipais. Alunos de todas as escolas participavam. A melhor redação era escolhida por uma banca de professores nomeada pelo prefeito.

Interessante lembrar aqui algumas palavras do secretário Orlando Vaz, ao expor as diretrizes do Plano Educacional:

Nessa meia-manhã em que nada ainda se distingue bem, precisamos de ter um farol a iluminar os nossos passos – e esse farol é a escola nova, que, no dizer de Anísio Teixeira, altera profundamente o conceito da velha escola tradicional, com dois objetivos: a) precisamos preparar o homem para indagar e resolver por si os seus problemas; b) temos que construir a nossa escola, não como preparação para um futuro conhecido, mas para um futuro imprevisível¹³.

Orlando Vaz permaneceu cerca de dois anos à frente da Secretaria de Educação de Belo Horizonte, cumprindo o compromisso de construir as 11 escolas e implantar a maioria dos projetos previstos no Plano Educacional. Nesse plano constava ainda a construção de um Centro-Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, à semelhança da antiga Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, com o objetivo de “ensinar aos nossos professores como ensinar”, por meio de reciclagem e atualização do corpo docente. Deixou iniciada a construção de outras três escolas. Renunciou ao cargo em 1977, ao perceber que havia, dentro da própria Prefeitura, opositores ao seu modo dinâmico e arrojado

12 Manuel Pio Corrêa (1874-1934), botânico português, geólogo e pesquisador, escreveu seis volumes do *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas* (1926).

13 VAZ, Orlando. Diretrizes de um Plano Educacional. In: *Visão política da educação*. 1977, op. cit., p. 15.

de atuar. O apoio que conquistou fora do município e do Estado, não o encontrou nos arredores da Secretaria Municipal de Educação.

IV. Águas Minerais de Minas Gerais S/A (Hidrominas)

Em 1979, Orlando Vaz foi convidado pelo governador do Estado, Francelino Pereira, para dirigir a Águas Minerais de Minas Gerais S/A (Hidrominas), cargo que assumiu em 30 de abril daquele ano, nele permanecendo até 1982. Nessa função, procurou modernizar o sistema de exploração e engarrafamento da água mineral de Minas, divulgando as estâncias hidrominerais de Araxá, Poços de Caldas, Caxambu, São Lourenço, Cambuquira, Tiradentes, bem como os seus hotéis e os de Diamantina¹⁴ e Ouro Preto. Recuperou e melhorou a infraestrutura das desgastadas instalações dos hotéis¹⁵ administrados pela Hidrominas, aperfeiçoando o serviço de hotelaria e de restaurantes, preservando seu antigo mobiliário e atualizando seus serviços administrativos.

V. No Ministério da Justiça, com Oscar Corrêa

Por volta de 1988, Oscar Corrêa, então ministro do Supremo Tribunal Federal, veio a Belo Horizonte e disse a Orlando que seria nomeado ministro de Estado da Justiça, a convite do presidente Sarney, e o queria como secretário particular, pois necessitava de alguém como ele a seu lado.

A grande e sólida admiração que Orlando nutria pelo amigo, aliada a uma antiga e sincera amizade, fizeram com que ele aceitasse incontinenti o convite. Deixando os filhos adolescentes em Belo Horizonte, o casal partiu para Brasília, onde permaneceu por pouco mais de um ano. Já no governo do presidente Collor, descontente com os rumos da política e a alta da inflação, sempre crescente, como nunca se vira no Brasil, entre outras razões, e sem nenhum apego ao poder, Oscar Corrêa renuncia ao cargo.

14 O Grande Hotel de Ouro Preto (1944) e o Hotel Tijuco (1951), de Diamantina, foram projetados por Oscar Niemeyer, sendo depois modernizados, e piscinas foram construídas.

15 Mais tarde, com a alteração da estrutura da Hidrominas, alguns desses hotéis foram leiloados ou arrendados, passando à iniciativa privada. É de se lamentar que alguns deles, com poucas exceções, encontram-se hoje em condições deploráveis.

Voltando a Belo Horizonte, Orlando dedicou-se novamente à advocacia e às suas atribuições como procurador da Caixa Econômica Federal.

VI. Artigos, estudos, obras, palestras

Dotado de estilo enxuto, claro e objetivo e de grande capacidade de síntese, Orlando Vaz publicou inúmeras crônicas, artigos, monografias, estudos, pesquisas e livros sobre assuntos variados, a maioria, porém, demonstrando seu interesse e sua preocupação com a educação e a cultura e os rumos da vida política do País, tais como:

*Diretrizes de um plano educacional; Escolas para educar melhor; No tempo dos meus 18 anos; Milton Campos sempre lembrado; Pedro Aleixo: um nome na história; Minas no quadro da exportação; Filosofia para o comércio externo; Porta africana para o Brasil; Entre o Saara e a Europa; Por um projeto luso-brasileiro; Impugnação de mandato eletivo;*¹⁶ *Visão política da educação;*¹⁷ *Precatórios: problemas e soluções.*¹⁸

Além da produção escrita, Orlando Vaz sempre fez palestras a convite de entidades educacionais, culturais ou políticas. Também foi, muitas vezes, paraninfo de formandos de diversas áreas.

Em 13 de outubro de 2012, proferiu palestra sobre o tema “Diálogo entre a literatura brasileira e a italiana”, no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a convite do Consulado da Itália, como parte das comemorações do Ano da Itália.

No dia 10 de dezembro de 2012, em sessão comemorativa dos 120 anos de fundação da Faculdade de Direito da UFMG, Orlando Vaz, a convite da diretora Amanda Flávio de Oliveira, fez uma exposição sobre “O pensamento de Milton Campos como governador de Minas”.

16 VAZ, Orlando. *Impugnação de mandato eletivo*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1996 – monografia.

17 VAZ, *op. cit.*, 1977.

18 VAZ, Orlando. *Precatórios: problemas e soluções*. (Org.). Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

VII. Academia Mineira de Letras

No dia 5 de setembro de 2002, em sessão solene, Orlando Vaz toma posse na Academia Mineira de Letras (AML). É saudado pelo presidente Murilo Badaró e recebido pelo acadêmico Carlos Mário da Silva Velloso, que pronuncia emocionante discurso ao receber o amigo de juventude. Orlando passa a ocupar a Cadeira 34, sucedendo a seu professor e grande amigo Gerson de Brito Melo Boson.

Desde a sua entrada para a Academia, Orlando tem participado ativamente dos eventos da entidade, constituindo para ele motivo de alegria o contato frequente com seus confrades.

Entre outras atividades, em 2002 participou, por designação do presidente Murilo Badaró, juntamente com os acadêmicos Raul Machado Horta e Carlos Mário da Silva Velloso, sob a presidência deste, da comissão encarregada de atualizar os estatutos da AML.

Em 2005, ministra palestra na Universidade Livre intitulada *Precatórios, abordagem sobre esta polêmica questão*.

Com a morte do presidente Miguel Augusto Gonçalves, em 26 de outubro de 2010, o acadêmico Orlando Vaz, 1º-vice-presidente, assume a presidência da AML, completando o mandato, que era, inicialmente, de Murilo Badaró. Miguel Augusto vinha substituindo o presidente Badaró desde junho daquele ano. Orlando permanece na presidência da AML até maio de 2013.

Iniciando nova gestão na presidência da AML, Orlando promoveu a realização de eventos abertos ao público, como lançamentos de livros, palestras, debates e conferências, incentivando a vida cultural e a participação de professores e estudantes. Tendo em vista os objetivos da Academia, entre os quais o de aproximar o público do mundo da cultura, ele trouxe ao auditório da Casa de Alphonsus de Guimaraens conhecidos intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, como professores acadêmicos, poetas, romancistas, críticos e historiadores. Podem ser citados o grande poeta Ferreira Gullar, a historiadora e romancista Mary del Priore, o embaixador Sérgio de Queiroz Duarte, o escritor e educador Arnaldo Niskier – ex-presidente da Academia Brasileira de Letras –, entre outros nomes de destaque na vida cultural brasileira.

Orlando não se conformava com as dificuldades financeiras da AML, sempre a depender de doações do Estado ou de patrocínios para suas realizações. Tentou, durante muito tempo, adquirir terrenos vizinhos, até o casarão da Rua da Bahia, na esquina com a Rua Timbiras. Logo abaixo do Palacete Borges da Costa, existe uma casa onde residem religiosas, com as quais Orlando procurou negociar, mas elas se recusaram a tratar do assunto. Chegou a cogitar de um financiamento da Caixa Econômica Federal para a aquisição daqueles imóveis, mas, diante dos obstáculos surgidos, esse *desideratum* não pôde ser alcançado. Seu desejo era construir um grande prédio que abrigasse, além da AML, a Casa do Jornalista e outras instituições culturais, de modo que o aluguel desses espaços pudesse ser revertido a favor da Academia. Esta, assim, teria maior autonomia financeira e não precisaria mais depender de doações ou ajudas oficiais.

Pertencer à Academia Mineira de Letras constitui, para Orlando Vaz, motivo de gratidão aos que o escolheram para ocupar a Cadeira 34 e o acolheram com fraternal cordialidade, razão de orgulho e de alegria pela oportunidade de conviver com importantes intelectuais brasileiros e, sobretudo, pelo ensejo de encontrar antigos amigos e fazer novas e enriquecedoras amizades. Ele procura aproveitar ao máximo as ocasiões de acrescentar aos seus os conhecimentos de muitos confrades, concordando com Guimarães Rosa, quando este afirma: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”.

VIII. Em síntese

Relembrando esses fatos e episódios da vida de Orlando Vaz, pode-se ter uma ideia do que ele realizou, bem como de seus sonhos, seus objetivos, algumas vitórias conquistadas e algumas decepções, tudo isso acompanhado de uma inquebrantável vontade amparada pelo princípio de jamais desistir. É um apaixonado pela política: sempre conviveu com políticos, em sua infância, em sua juventude, em sua maturidade, e, até hoje, o que mais lhe interessa é acompanhar os rumos políticos do País. Por isso, mesmo sem deter mandato eletivo, encontrou maneiras “de atuar sobre a realidade para torná-la justa, harmônica e solidária”, segundo as palavras de Maurice Duverger. Não considerava a sua atuação um sacrifício, malgrado as dificuldades, os obstáculos e as

incompreensões. Costuma dizer que a fase mais feliz de sua vida foi a que passou à frente da Secretaria Municipal de Educação. Ali teve oportunidade de exercitar sua vocação para servir, de aplicar a experiência e os conhecimentos políticos para cumprir o objetivo ambicioso de não deixar nem uma criança sem escola em Belo Horizonte, ao tempo em que foi titular da Pasta da Educação. Ali pôde colocar em prática as lições recebidas de seus grandes mestres e demonstrar que “educação é também a arte e a técnica de oferecer ao homem, no Estado, a igualdade de direitos e oportunidades, para que possa ele, pela inteligência e pelo livre arbítrio, escolher a forma de vida que lhe convenha, participar de uma sociedade justa e contribuir para o bem comum”.¹⁹

Orlando Vaz vivenciou a política apenas como instrumento a ser utilizado a serviço da sociedade. Nesse caso, o poder que a política lhe conferiu foi sempre usado a serviço da educação.

19 VAZ, 1977. A educação e a escola pública. In: *Visão política da educação, op. cit.*, p. 113.

De contos e cantos: sobre a trajetória de Olavo Romano

Ivete Walty

No fim do século XIX, Machado de Assis fazia, em crônica de 15 de março de 1877, uma distinção entre o historiador e o contador de histórias, o que, na verdade, acaba por borrar os limites entre esses dois tipos de narradores:

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário do historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar (ASSIS, 1959, p. 361-362).

A leitura do texto acima incita-nos a fazer uma breve análise da trajetória do escritor mineiro Olavo Romano, considerando seu perfil de contador de histórias. Na multiplicação de seus casos de Minas, Olavo cria narradores e personagens com perfis diversos: do homem simples do interior mineiro ao intelectual e acadêmico em seu papel cultural e social. Dessa forma, não relata apenas casos ou causos, mas conta a história da região e do País à maneira do cronista que a vivencia. E, mais do que isso, conta a história do homem no mundo, suas dúvidas, suas perguntas, seus erros e acertos, seu jeito de olhar.

Comecemos com uma história de pássaros que nos é contada por Olavo Romano, quando constrói como personagem um homem que, encantando-se com o canto de um canário, atravessa o jardim em que este cantava ao lado de um outro pássaro, que permanecia mudo. Propõe, então, comprá-lo de seu proprietário, entabulando o primeiro diálogo entre eles:

- Quanto o senhor quer pelo canário?
- Prefiro não vender. Não gosto de problemas.
- Que problemas? Eu pago o que o senhor quiser.
- [...]
- E qual dos dois o senhor escolhe?
- [...]
- O que canta, é claro! Pois se o outro nem abre o bico?!
- Posso lhe vender o canário, mas vou avisando: não aceito reclamação.
- Por que haveria de reclamar?
- Não sei não, mas acho que vai se arrepender (ROMANO, 1986b, p. 86-87).

Depois de comprar o canário, o homem apreciou por muitos dias seu canto ao lado de amigos e outras pessoas que entravam para ouvi-lo cantar, até que a melodiosa canção foi parando, parando e fin-
dou. O senhor volta à casa onde comprara o pássaro e, adiantando que não viera reclamar, pede um esclarecimento:

- O senhor por aqui? Não deve ter esquecido nosso trato.
- Não vim reclamar. Só quero um esclarecimento.
- Qual?
- Quando eu comprei o canário o senhor sabia que eu ia acabar me arrependendo. Por quê?
- Eu bem que avisei, não foi?
- Avisou! Não vim reclamar, já disse. Só quero saber.
- [...]
- O senhor preferiu o cantor, não foi?
- Foi. E daí?

– Aí, que o outro, o mudo, é que é o compositor (ROMANO, 1986b, p. 88).

O relato, bem-humorado, acentua não só o jeito reservado da personagem de fazer negócios, mas a importância de não se fiar nas aparências, o que nos leva a perceber um paralelo entre o ato de contar histórias e o modo de olhar o mundo.

Para demonstrar tal relação, recorre-se, mais uma vez, a Machado de Assis, em seu conto “Ideia de canários”, narrado, em seu início, na terceira pessoa, por um narrador que se refere à personagem que vem introduzir, Macedo, como um estudioso de Ornitologia. Em seguida, este passa a narrar o que lhe aconteceu em sua ida a uma loja de belchior: “No princípio do mês passado, – disse ele, – indo por uma rua, sucedeu que um tíluri, à disparada, quase me atirou ao chão. Escapei saltando para dentro de uma loja de belchior” (ASSIS, 1959, p. 589).

O olhar do homem, que praticamente cai dentro da loja, leva o leitor, primeiramente, ao proprietário que dorme no fundo, ressaltando a ideia de ausência de sons e de palavras:

Era um frangalho de homem, barba cor de palha suja, a cabeça enfiada em um gorro esfarrapado, que provavelmente não achara comprador. *Não se adivinhava nele nenhuma história*, como podiam ter alguns dos objetos que vendia, nem se lhe sentia a tristeza austera e desenganada das vidas que foram vidas (ASSIS, 1959, p. 590, grifos nossos).

As imagens e os tons referentes ao corpo e ao vestuário do homem reforçam o sentido de vida apagada, marasmo, já indiciados na referência à loja de produtos usados, o que se reforça na enumeração das quinquilharias que se amontoam no interior do estabelecimento: “cousas velhas, tortas, rotas, enxovalhadas, enferrujadas”. Em contraposição à velharia que compõe o cenário, Macedo vê um pássaro saltitando em uma velha gaiola e põe-se a pensar:

– Quem seria o dono execrável deste bichinho, que teve ânimo de se desfazer dele por alguns pares de níqueis? Ou

que mão indiferente, não querendo guardar esse companheiro de dono defunto, o deu de graça a algum pequeno, que o vendeu para ir jogar uma quiniela?

E o canário, quedando-se em cima do poleiro, trilou isto:

– Quem quer que sejas tu, certamente não estás em teu juízo. Não tive dono execrável, nem fui dado a nenhum menino que me vendesse. São imaginações de pessoa doente; vai-te curar, amigo...

– Como? – interrompi eu, sem ter tempo de ficar espancado. Então o teu dono não te vendeu a esta casa? Não foi a miséria ou a ociosidade que te trouxe a este cemitério, como um raio de sol?

– Não sei que seja sol nem cemitério. Se os canários que tens visto usam do primeiro desses nomes, tanto melhor, porque é bonito, mas estou que confundes.

– Perdão, mas tu não vieste para aqui à toa, sem ninguém, salvo se o teu dono foi sempre aquele homem que ali está sentado.

– Que dono? Esse homem que aí está é meu criado, dá-me água e comida todos os dias, com tal regularidade que eu, se devesse pagar-lhe os serviços, não seria com pouco; mas os canários não pagam criados. Em verdade, se o mundo é propriedade dos canários, seria extravagante que eles pagassem o que está no mundo (ASSIS, 1959, p. 590).

Interessante observar como se relacionam os dois elementos de que falamos antes, o ato de contar histórias e a definição de mundo: o pássaro não conhece o que significam as palavras e se descreve como dono do mundo. Na continuação do diálogo entre este e o homem que acabara de chegar, o lugar daquele que fala vai se delineando para o leitor:

O canário, movendo a um lado e outro, esperava que eu lhe falasse. Perguntei-lhe então se tinha saudades do espaço azul e infinito. . .

– Mas, caro homem, trilou o canário, que quer dizer espaço azul e infinito?

– Mas, perdão, que pensas deste mundo? Que cousa é o mundo?

– O mundo, redarguiu o canário com certo ar de professor, o mundo é uma loja de belchior, com uma pequena gaiola de taquara, quadrilonga, pendente de um prego; o canário é senhor da gaiola que habita e da loja que o cerca. Fora daí, tudo é ilusão e mentira (ASSIS, 1959, p. 591).

O homem compra o canário e mete-o em uma ampla gaiola “na varanda da (minha) casa, donde o passarinho podia ver o jardim, o repuxo e um pouco do céu azul” (ASSIS, 1959, p. 591). Passa, então, a efetuar estudos sobre o pássaro, sua espécie, seus hábitos, tudo por meio da conversa que entabulavam a cada dia. Volta-se, depois, à definição de mundo:

Três semanas depois da entrada do canário em minha casa, pedi-lhe que me repetisse a definição do mundo. – O mundo, respondeu ele, é um jardim assaz largo com repuxo no meio, flores e arbustos, alguma grama, ar claro e um pouco de azul por cima; o canário, dono do mundo, habita uma gaiola vasta, branca e circular, donde mira o resto. Tudo o mais é ilusão e mentira (ASSIS, 1959, p. 591-592).

Importante salientar que, a certa altura, discorrendo sobre seu forte envolvimento com as pesquisas sobre o pássaro, o narrador confessa: “Todo eu era um canário”. (ASSIS, 1959, p. 592). Tal assertiva aponta para a associação das conclusões do canário sobre o mundo com, evidentemente, aquelas do narrador e do autor. Em um exercício de alteridade, Macedo põe-se no lugar do pássaro preso na gaiola.

A história continua até que Macedo adoce e, com o descuido dos empregados, o canário foge, o que decepiona seu proprietário por ter que interromper os estudos iniciados. Na menção a tais estudos, ironiza-se o saber acadêmico, as universidades e toda uma forma de construção do saber: “Não podia ainda escrever a memória que havia de mandar ao Museu Nacional, ao Instituto Histórico e às universidades alemãs...” (ASSIS, 1959, p. 592).

O diálogo final dá-se quando, visitando um amigo, Macedo faz um passeio por sua chácara e reencontra o pássaro:

– Viva, Sr. Macedo, por onde tem andado que desapareceu? Era o canário; estava no galho de uma árvore. Imaginem como fiquei, e o que lhe disse. O meu amigo cuidou que eu estivesse doudo; mas que me importavam cuidados de amigos? Falei ao canário com ternura, pedi-lhe que viesse continuar a conversação, naquele nosso mundo composto de um jardim e repuxo, varanda e gaiola branca e circular...

– Que jardim? Que repuxo?

– O mundo, meu querido.

– Que mundo? Tu não perdes os maus costumes de professor. O mundo, concluiu solenemente, é um espaço infinito e azul, com o sol por cima.

Indignado, retorqui-lhe que, se eu lhe desse crédito, o mundo era tudo; até já fora uma loja de belchior...

– De belchior?, trilou ele às bandeiras despregadas. *Mas há mesmo lojas de belchior?* (ASSIS, 1959, p. 592-593, grifos nossos).

No conto em questão, mais do que uma boa história, tem-se uma reflexão filosófica e política, em que o mundo vai sendo construído pelas relações de poder que se entabulam entre os habitantes da pólis. Quem conta o faz sempre a partir de um ângulo de visão, de um enquadramento que conforma o mundo.

Os contos de Olavo e o de Machado têm em comum o fato de apontar que a percepção de mundo é diversa, dependendo do lugar em que se encontra o observador. Relacionam-se os dois, um mais diretamente, com “O mito da caverna”, de Platão, em que se narra a diferença entre mundo sensível e inteligível, por meio das imagens de luz e sombra.

A alegoria exhibe o diálogo de Sócrates e Glauco a cogitarem a situação de prisioneiros no fundo da caverna, a ver sombras:

Sócrates — Agora imagine a maneira como segue o estado da nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagine homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentados,

de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagine que, ao longo dessa estrada, está construído um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas (PLATÃO, 1999, p. 189).

Em seguida, vislumbra-se a condição de um homem após ser libertado:

Sócrates — Considere agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curados da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos esses movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os objetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçado e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que lhe mostram agora?

Glauco – Muito mais verdadeiras (PLATÃO, 1999, p. 189).

Ratifique-se que, nas duas histórias, a força do ângulo de visão é fundamental na percepção do mundo; mais do que da visão, o uso dos cinco sentidos, segundo os cognitivistas, são usados na construção de histórias como forma de viver. O ser humano vive porque conta histórias, ou conta histórias para viver. As formas de contar variam no tempo e no espaço: o que se conta, como se conta, para quem e para que se conta.

Romano insere, em suas histórias, pontos de vista do homem do povo em sua vivência do dia a dia, como na história “O mundo de cada um”:

E tem o caso do cisterneiro que, cansado de furar sem encontrar água, perdeu noção de tempo e lugar. Lá no fundo, viu uma claridade na boca do poço, parecendo lua cheia. Quando o galo cantou no terreiro, exclamou: “Eta-ferro, já tá amanhecendo no Japão!” (ROMANO, 2016, p. 63).

O título reforça o que vimos salientando a cada segmento: o cisterneiro acredita poder furar um buraco que atravessasse o globo terrestre alcançando o outro lado, assim como o lavrador se assusta com a possibilidade de o planeta cair sobre sua cabeça.

Levado pelo patrão ao planetário, Sebastião saiu de lá apavorado: ‘Nunca pensei que a Terra fosse uma bola rodando no espaço’. Mesmo depois de todas as explicações sobre órbitas, constelações, os astros girando na mais perfeita harmonia desde que o mundo é mundo, não se convenceu: ‘Ah, professor, isso é o maior perigo, agora não consigo mais dormir sossegado!’ (ROMANO, 2016, p. 64).

O olhar construído pelo autor reflete aquele da criança que olha, desarmada, o universo e tenta explicá-lo no movimento que se repete a cada dia, encenando assim a forma sofisticada de construir a ciência e outros saberes. Afinal, os mitos, primeiras narrativas cosmogônicas, são fruto do mesmo impulso de criação para encenar-se no mundo.

Não por acaso, Mário de Andrade, em sua busca de explicar a sociedade brasileira, observa a cultura popular e, para melhor espia-la, cria um conceito: *sabença*. Tal conceito desloca a construção do saber de um lugar rígido, bem determinado, para conferir-lhe o balanço da criação, como o meneio do corpo nas trilhas de terra batida. Em prefácio da obra inconcluída *Na pancada do Ganzá*, o autor paulista assim explica seu objetivo de debruçar-se sobre esse tipo de produção cultural, sobretudo *Os cocos*:

[...] não pretendi fazer obra de etnógrafo, nem mesmo de folclorista, que isso não sou: pretendi foi assuntar, atocaiar com mais garantias a namorada chegando. Se acaso algumas constâncias me interessaram mais, se alguma nova eu terei fixado, foi sempre por essa precisão que tem o amante verdadeiro de conhecer a quem ama. Não tanto pra com-

prender o objeto amado em si mesmo, como pra se identificar com ele e melhormente poder servi-lo e gozar. Eu digo que, apesar de todas as notas juntadas pra esclarecer ou facilitar o caminho dos estudiosos, este livro não chega a ser uma obra de estudioso, porque é por demais obra de amor. Recolhendo e recordando estes cantos, muitos deles tosquíssimos, precários às vezes, não raro vulgares, não sei o que eles me segredam que me encho todo de comoções essenciais, e vibro com uma excelência tão profundamente humana, como raro a obra de arte erudita pode me dar. [...] (ANDRADE, 1984, p. 388).

Em seu ensaio “Preguiça e saber”, Eneida Maria de Souza aponta para o papel de Mário de Andrade na construção da cultura brasileira:

Poucos dentre os intelectuais do país se entregaram, de forma tão apaixonada, à questão da identidade nacional e à *constituição de uma cultura voltada para todas as vertentes da sociedade*. [...] O estreito vínculo entre a ruptura de modelos estrangeiros e a descoberta de uma *tradição cultural do país* foi por muito tempo esquecido, ao se privilegiar, no modernismo, a leitura pelo viés da destruição e da vanguarda, em detrimento dos valores legados pela tradição. [...] Com Mário de Andrade, percebe-se a dupla posição diante do passado: utiliza-se tanto do mecanismo de ‘traição da memória’ como estratégia para apagar os rastros e esquecer lições herdadas da tradição, como revitaliza-se a memória dessa tradição, ao se empenhar na luta de preservação do patrimônio cultural brasileiro. [Mário] revela-se contrário à prática da memória como traço de erudição e acúmulo de saber. O que mais lhe importa, no ato de rememoração, é sentir-se desmemoriado, atingindo, pelo esquecimento, o salto criativo e a percepção do mundo em ‘perene descobrimento’. A defesa do culto da sensualidade – através do exercício lento e prazeroso do saber experimental – convive, de maneira contrapontística, com a memória (SOUZA, 1999, p. 179, grifos nossos).

Olavo Romano não teoriza sobre o assunto, antes, de modo mineiro e matreiro, lida com o cotidiano, com o miúdo. As festas, o cir-

co, o leilão de São Sebastião; as crenças e os ditos populares – “Ficou que nem o jacaré da cantiga, que comprou viola, não tem unha pra tocar” (ROMANO, 2016, p. 79), “Segura que lá vai obra, lagartixa atrás de cobra”, “Mal podendo com a gata pro rabo” (ROMANO, 1984, p. 47 e 99); o vocabulário e as expressões – cafundós, corte de pano, pão de sal com sardinha e guaraná, latomia; as anedotas; e os objetos – “folhas de papel almaço, penas e canetas, tinteiros Sardinha, canivete corneta, pente flamengo, espelhinho de bolso” (ROMANO, 2016, p. 43 e 68). A memória inscreve-se nas histórias e na história, delineando uma terra em seus variados contornos, por meio da escrita do cronista da vivência, da experiência de saber ouvir. É essa experiência partilhada que envolve o leitor, apela por sua memória e pela memória de um povo desnomeado em sua luta pela sobrevivência.

Nesse desenho cultural, além de inscrever o anonimato de muitas personagens – comadre Ção, Zé Porfírio, João Tibúrcio, comadre Luzia, Sô Juca (*Casos de Minas*), Orozimbo da Donana –, abre espaço para nomes dos amigos –Laércio Campos, Heros Jardim, Lara (meu irmão) –, para os familiares – tio Tônico, os irmãos, o pai, a mãe. Para esta, abre-se um espaço especial, o do lirismo afetuosos. Em “Luz que não se apaga”, biograficamente, Olavo constrói um narrador que passa da terceira para a primeira pessoa: o Demostenes do início da história vira “meu pai”: “Quixote, inflexível e destemido, meu pai foi contra a ditadura em pleno Estado Novo” (ROMANO, 2017, p. 69). A história do País atravessa a da família em seu fazer comunitário: ele, dentista prático; ela, costureira, batucando a máquina Singer, símbolo da modernidade do País: “Mesmo com os serões de costura dela e as pontes, canais, extrações e dentaduras dele, o dinheiro era curto para tanto sonho” (ROMANO, 2017, p. 68). Tem-se aí a história das numerosas famílias mineiras, suas dificuldades, seus valores, seus desejos, rumo à formação acadêmica dos filhos, sem deixar de lado as marcas rurais.

Em seus muitos livros – *Um dedo de prosa, Prosa de mineiro, Casos de Minas, Minas e seus casos, Um presente para sempre* –, Olavo encena aquilo que nos caracteriza como espécie fabuladora (HUSTON, 2010), marcada pela capacidade de narrar. E, nesse processo, busca ouvir o outro, registrando, na escrita, vezes emudecidas, como a do canário compositor, por meio da *performance* e da teatralização da e na

vida. Ao fazer isso, exerce aquilo que é conhecido como oratura, uma mistura entre a oralidade e a escrita:

A oratura é mais do que a fusão de todas as formas de arte. É a concepção e a realidade de uma perspectiva total da vida. É uma cápsula de sentimento, pensamento, imaginação, gosto e ouvido. É o fluxo de um espírito criativo... A oratura é o universo de expressão e de apreciação e uma fusão de ambos num indivíduo, num grupo, numa comunidade (PITIKA NTULI *apud* SANTOS, 2018, p. 107).

Indo além, pode-se dizer que o trabalho de Olavo Romano pertence àquilo que Boaventura Souza Santos (2009) chama de “epistemologias do Sul”, já que faz parte da ecologia dos saberes, que rasura o conhecimento que se quer hegemônico e açambarcador. E faz isso, dentro de uma instituição do saber, a Academia Mineira de Letras, de que abriu as portas, durante sua gestão como presidente da Casa, para a convivência da tradição e da erudição com manifestações populares e marginais. Em vista disso, seu canto inclui diversas melodias, diferentes tons, mais do que atravessando espaços, criando espaços que delineiam territórios das Minas e do Brasil.

Referências

ANDRADE, Mário de. *Os cocos*. Preparação, ilustração e notas de Oneyda Alvarenga. São Paulo: Duas Cidades; Brasília: INL: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Páginas recolhidas. In: _____. *Obra completa*, v. 2. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. p. 589-593.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. História de quinze dias. In: _____. *Obra completa*, vol. 3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. p. 361-362.

HUSTON, Nancy. *A espécie fabuladora*: um breve estudo sobre a humanidade. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&PM, 2010.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Livro VII.

ROMANO, Olavo. *Minas e seus casos*. São Paulo: Ática, 1984.

ROMANO, Olavo. *Prosa de mineiro*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1986a.

ROMANO, Olavo. *Dedo de prosa*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1986b.

ROMANO, Olavo. *A cidade submersa e outras histórias sortidas*. Belo Horizonte: Ramalhete, 2016.

ROMANO, Olavo. *Casos de Minas*. São Paulo: Paz e terra, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Lisboa: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo*. Lisboa: Almedina, 2018.

SOUZA, Eneida Maria de. Preguiça e saber. In: _____. *A pedra mágica do discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 179-190.

Oito poemas de Francisco Lins

Jacyntho Lins Brandão

Francisco Lins nasceu em Ubá, em 9 de maio de 1866, filho de Augusto Pereira Lins e Libânia Camila da Cunha Lins. Ainda criança, transferiu-se com a família para Piranga. Fez estudos secundários no Liceu Mineiro, em Ouro Preto, matriculando-se, em seguida, na Escola de Minas de Ouro Preto, sem concluir o curso, por dificuldades financeiras. Trabalhou durante algum tempo na secretaria do Liceu Mineiro, mudando depois para Juiz de Fora, onde lecionou em escolas de ensino médio e trabalhou na redação do *Jornal do Comércio* e de *O Farol*. De 1911 a 1918, residiu na Europa. De volta ao Brasil, foi nomeado reitor do Ginásio Mineiro, em Barbacena, e, em seguida, da Escola Normal de Juiz de Fora. Em 1930, de volta à Europa, foi discípulo de Adolphe Ferriere, tornando-se o introdutor das ideias de Claparède e Bouvet no Brasil. Foi casado com Maria Eugênia Lins, tendo falecido em Juiz de Fora, em 20 de maio de 1933.

Francisco Lins foi membro fundador da Academia Mineira de Letras, em Juiz de Fora, ocupando a cadeira de número 19, para a qual escolheu como patrono o padre-mestre Joaquim José Correia de Almeida. Publicou *Canções da aurora*, *Harpas das selvas* e *Versos* (poesia), *Borboletas negras* (crônicas) e *Uma campanha*, coletânea de artigos em favor da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República (1910).¹

Sua vida é assim descrita por seu sobrinho Waldemar Lins:

¹ MONTEIRO, Norma de Góis (coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano (1889/1991)*, vol. 1. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994, p. 356.

Sai de Ubá e vai para Piranga uma modesta família Lins, de professores (casal e 19 filhos...) e... É de um menino, desses dezenove, que vamos tratar.

Por esse número de pessoas da família, o leitor vê logo o horror que foi – e naquela época! – a vida daquele par de professores, ganhando cada um 40\$000 por mês, do Estado, para sustentar aquela *Arca de Noé*. [...]

Felizmente, a família numerosa [...] era de uma alegria quase fantástica. Todo aquele povo ria-se às escancaras, por qualquer motivo, e quase sempre sem nenhum motivo. [...] O tal Francisco, também, acompanhava aquelas gargalhadas, e as dele eram estridentes, provocadoras; mas, também, era o único que, às vezes de repente, metia-se em meditações, punha a mão no queixo e ficava grande tempo pensativo, olhos no vasto horizonte, sem pestanejar, absorto, contemplativo... Ninguém o arrancava, em tais momentos, dessa posição.

Sua obrigação era carregar latas d'água à cabeça, muitas latas, para toda a família. Dizem que uma perna um pouco torta, que ele tem, deve-se a esse serviço.

Lia extraordinariamente, em quarto fechado, sozinho. Aberto um cofre de níqueis, seu, esse dinheiro pediu o menino que fosse empregado na assinatura, por um ano, de um jornal de Paris. Tinha, desde essa idade, a mania do idioma francês. [...]

Francisco Lins já tinha 15 anos (quando os filhos dos poderosos já têm o curso de humanidades) e apenas possuía preparo de escola primária (e seus conhecimentos de francês) e os planos que fazia sozinho, em demoradas cogitações, ainda não se podiam realizar! Com a cabeça privilegiada cheia dos conhecimentos que a leitura lhe dera; vendo, dentro dos olhos, o que por fora nunca vira: a capital do Brasil, a Europa e dentro desta a sua querida França; a baía de Guanabara lavando à base, dia e noite, do Pão de Açúcar; os montes que contornam a linda capital do país... e abria os olhos e via: uma pequena cordilheira de morros vermelhos cercando a velha e pequena cidade [de Piranga]; um rio de água cristalina, tortuoso (rio Piranga)

quebrando-se preguiçosamente sobre pedras de cascalho [...].

Uma manhã, a casa das risadas infernais aparecera em gritos, choros, matinada... Tinha fugido o menino! [...]

Dias depois, estava explicado: o menino seguira, a pé, acompanhando uma caravana, para Ouro Preto, para empregar-se. Quatorze léguas a pé, e sem dinheiro para ficar naquela então capital nem um dia! Ali, depois de uma luta terrível, depois de haver dormido sobre umas mesas de padaria junto à casa do Comendador Painhas, na Praça da Liberdade, já quase faminto, dirigiu-se à casa de um português, Frutuoso Gomes Monteiro, da rua Tiradentes, casa de ferragens, e contou-lhe seu infortúnio. O negociante, a princípio, respondeu como respondem todos: “vá amolar outro, moço”; o menino, porém, insistiu e, para encurtar a narrativa, passou a trabalhar nessa casa a 20\$000 por mês, com casa e comida. Meses depois, o negociante viu que estava diante de um caso de assombro (o serviço de escrita e redação que o menino tinha...) e, sabendo que o rapaz estava a estudar preparatórios, propôs que ele transmitisse à sua filha as lições, e lhe daria (e deu por muito tempo) mais 50\$000 por mês. Estava rico, o rapaz, com tanto dinheiro, relativamente àquele tempo. Ficou lépido, passou a vestir-se como um *dandy*, de bengala, cartolinha, luvas, e era o orador forçado, cheio de admiradores, em todas as reuniões familiares e na praça pública, junto à estátua de Tiradentes. A mocidade só falava em Chico Lins, Chico Lins.

Poucos meses depois, aparecia *O Beija-Flor*, em que colaboraram Olavo Bilac e outros, mas o dono do jornal e redator-chefe era Francisco Lins. Versos, críticas, charadas, historietas com as moças ouopretanas constituíam o objetivo desse jornalzinho.

Foi um boêmio, perfeito gozador, aí em Ouro Preto, uns cinco anos.

Aos vinte e um anos, apenas com uns três preparatórios, é chamado a Juiz de Fora e entra como redator do maior jornal do interior, a esse tempo: *O Farol*, com José Braga

na direção, depois ali entrando – bem mais tarde – Belmiro Braga, Fonseca Hermes (irmão do marechal Hermes) e outros.

Estava consagrado jornalista, estava feito! E ganhava como professor de francês – e que professor! – no Colégio Andrès, em lições particulares a moços e moças, e ainda era guarda-livros da importante firma Baptista de Oliveira & Cia. E releva ainda notar: o preparo dele não é só aí. Conhecia o português como quase ninguém mais, em Minas, e era preparado em todas as outras matérias.

Em 1911, depois de uma campanha jornalística fortíssima, eis o homem realizando seu maior sonho: falar o francês na Europa! O governo mineiro o designa para chefiar a missão mineira no pavilhão da Exposição de Turim. Segue ele imediatamente (agora um *gentleman!* camarote de primeira, ouro para as despesas, criadagem, etc.). Fica em Turim o tempo necessário, e toca para todas as cidades principais da Europa. Conversa só em francês com toda aquela gente, e em Paris os jornais anunciam a chegada *do brasileiro escritor francês!* É admirado, ali, o talento desse homem singular, mas a cousa não para aí. O nosso homem, vê, um dia, o anúncio, num jornal de Berna (Suíça), de um concurso para professor de francês no Instituto Saint-Gall, dali. Toca-se imediatamente para Berna (imaginem: capital do país onde, segundo se diz, não há um único analfabeto e onde a literatura clássica é em francês!!!...) e inscreve-se. Tirou o lugar. É agora professor de francês em Berna, cargo que exerceu por sete anos a fio. Deixou-o por causa da guerra europeia, e tornou ao Brasil em 1919.

Apenas aqui chegado, soube que o lugar de reitor do Ginásio Mineiro, em Barbacena, está vago. [...] Trinta e nove candidatos (padres, engenheiros, médicos, advogados estavam a cobicá-lo, com os beiços molhados de gula) apresentavam pistolões de toda parte. À frente do Estado estava outro homem de fibra [...]. E não houve dúvidas: Francisco Lins foi o nomeado. Exerceu, por bastante tempo, aquelas funções.

E vamos parar por aqui, porquanto estamos chegando ao fim, e tristemente: o homem que não pôde ser vencido pe-

los semelhantes, está sendo vencido pela lei natural: está hemiplégico, numa cama, em Juiz de Fora! [...]

Nota: Justamente hoje, quando íamos levar às oficinas de impressão esta obra, recebemos a comunicação de haver falecido em Juiz de Fora, no dia 20 do corrente (20-4-1933), o grande mineiro Francisco Lins. Sua aureola, porém, fica brilhando nas alterosas, talvez ainda mais intensamente, com reflexos diretos para as cidades em triângulo: Ubá – Piranga – Juiz de Fora, onde esse poderoso espírito nunca será esquecido.²

Os poemas

Os poemas de Francisco Lins que aqui se publicam foram conservados em caderno posto à venda por livreiro de Juiz de Fora, neste ano de 2019. Na quarta folha constam os seguintes dados:

Francisco Lins.
Accordes.
Ouro Preto.
1888.

As primeiras páginas do caderno são ocupadas por oito poemas escritos à mão pelo próprio autor. Nas duas páginas que se seguem àquelas em que se encontram os poemas, Francisco Lins escreveu o soneto de Félix Anvers, “Ma vie a son secret, mon âme a son mystère”. O restante do caderno contém cópias de textos de autores franceses, feitas por outras mãos.

Os poemas de Francisco Lins apresentam-se a seguir tais quais se encontram no manuscrito, apenas com atualização ortográfica. Como nos manuscritos há correções feitas pela mão do próprio poeta, foram todas consideradas, sendo as versões substituídas, contudo, dadas nas notas de pé de página.

² LINS, Waldemar. *Homens de febra*. Rio de Janeiro: Canton & Reile, 1933. p. 118-125.

1

O bem e o mal

*Após o gozo que nos arrebatava,
Dentro do peito, aflitos, nós sentimos
A dor ferina que magoa e mata,
Que rouba o doce bem que possuímos.*

*Sucede ao dia a noite feia e escura,
A velhice sucede à mocidade,
O fel sucede à mágica doçura
Dos dias bons que deixam-nos saudade.*

*Sempre bem junto à rosa está o espinho,
Sempre depois da calma a horrenda luta!
Após a taça de soberbo vinho,
Dão-nos a taça cheia de cicuta!*

*E quando esp'ramos vida longa e bela,
A sorrir encarnado o nosso norte,
Um vulto negro nos assalta... É ela,
A mensageira lúgubre da Morte!*

Junho – 1888.

Estes versos – *O bem e o mal*, foram publicados no *Liberal Mineiro*, de Ouro Preto, em Junho de 1888.

2

A uma esposa infeliz

*Se às vezes em meu lábio um riso esvoaça,
Oh! não penseis que sinto-me feliz!
O sorriso não diz o que se passa
No coração – não diz!*

*Uma avezinha quando perde o esposo,
Sepulta-se num mar de dor e de ais!
Nunca mais trina o allegro dulçuroso,
Nunca mais! nunca mais!*

*Quando um abismo horrífico separa
Do passarinho a mísera consorte,
Esta que uma canção doce entoara,
Só poderá entoar o hino da Morte!*

Juiz de Fora – 1888

Essas estrofes – *A uma esposa infeliz* – foram publicadas n’*O Farol*, de Juiz de Fora, em Junho de 1888.

3

A meu pai

*Chegou a tua vez, meu pai: caíste!
Luiz Guimarães.*

*Tu foste um lutador ousado e forte!
Os maiores perigos afrontaste!
Mas foi tristonha e amarga a tua sorte:
– Vencido pelas dores, baqueaste!*

*Rábida, horrenda, surpreendeu-te a Morte!
Chegou a tua vez, meu pai: tombaste,³
Deixando a velha e mísera consorte
Lutando tanto quanto tu lutaste!*

*E no triste momento da viagem,
Ai! pobre lutador, teu pobre filho
Não pôde a ti render uma homenagem:*

³ O início do verso foi riscado, sendo a versão primeira “Como tomba do hastil a flor, tombaste”.

*Longe do lar, sozinho, sem conforto,
Da vida a tratar no escuro trilho,
Eu julgava-te vivo e estavas morto!*

Ouro Preto – 17 – Agosto – 1888

F. Lins

4

A partida

*Ele disse-me: “Parte! O Sol já brilha
No Oriente, doirando o espaço. Vai!
Deixa o querido lar! Deixa a família!
Deixa a cabana escura de teu pai!*

*Tens vida, és moço e podes ser feliz!
Vives cheio de força e de coragem!
Caminha, filho! Deixa o teu país,
Embora seja horrífica a viagem.*

*De Deus nunca te esqueças, no caminho
Pelo qual, triste, agora vais seguir!
Deus para os bons tem risos, tem carinho,
Sabe aos pobres o bem distribuir.*

*Sê bom e fiel amigo, sê honrado,
Embora sempre te persiga o mal...
E nunca, mesmo contra um celerado,
Levantes o punhal.*

*Foge dos homens vis, que neste mundo
Procuram só os gozos do bordel...
Eles vivem ao pé de abismo fundo,
Onde somente existe amargo fel.*

*De tua pobre mãe, que te ama tanto,
Nunca te esqueças. Ela – tu não vês? –*

*Derrama agora amargurado pranto,
Derrama-o a teus pés!*

*Anda! caminha. Segue! O sol já brilha⁴
No Oriente, doirando o espaço. Vai!
Deixa o querido lar, deixa a família,
Deixa a cabana escura de teu pai!”*

*E eu, a chorar, cheio de dor e mágoa
Beije do pobre velho a santa mão...
E parti, tendo os olhos rasos d’água,
E a dor no coração!*

*Depois, quando voltei ao meu país,
Esperando encontrar riso e conforto,
Ele, que me fizera tão feliz,⁵
Dormia o sono eterno: estava morto!*

21 – Agosto – 88

O. Preto F. Lins

5

Subjetiva

*Hoje, quando recordo-me, tristonho,
De teus risos, dos bens que me fizeste,
Penso que o meu passado foi um sonho,
E o meu presente é horrível como a peste*

*Nada sorri-me agora, nem suaviza
Os males que me trouxe a Desventura?
Uma perene dor me martiriza,
E traz-me o pranto, o fel que sempre dura!*

4 Esse verso, na primeira redação, era “Segue! caminha. O sol já brilha”.

5 Em sua primeira redação, esse verso lia-se “Ele, que tanta vez fez-me feliz”.

*Só de teus doces risos a lembrança
Diz-me que neste mundo o bem existe,
Dando-me ainda um pouco d'esperança,
A mim, que vivo amargurado e triste.*

*E se não fora o teres existido,
Mais horrenda seria a minha sorte,
Mais profundo seria o meu gemido,
Mais desejada a solidão da morte.*

F. Lins

Agosto - 1888 - O. P.

6

O beijo

*Quando parti, surgia
O sol, sereno, límpido brilhante,
E ela, que sempre para mim sorria,
Chorou naquele instante.*

*Chorou dizendo que uma dor sem nome
Mortificava-lhe nesse momento,
Dor que os visos dulcíficos consome,
E que provoca o mais fundo lamento.*

*Chorou, manifestando
De não me ver partir grande desejo...
Chorou, clamando contra os céus. E quando
Eu estava a partir deu-me um beijo.*

Agosto - 23

1888 F. Lins

O. P.

7

Ao imperador

*Ei-lo de volta à pátria estremecida
Depois de longa e tétrica viagem!
Ei-lo de volta e pronto para a lida,
Cheio de força e cheio de coragem.*

*Depois de tantos males, tantas dores,
Depois de tantas lutas e pesares,
Ei-lo de volta, entre sorrisos, flores,
À pátria amiga, aos portentosos lares.*

*Ao longe, muito ao longe, o sofrimento,
Um sofrimento terroroso e forte,
Quase o venceu, tentando num momento
Arrebatá-lo à solidão da morte!*

*Quase o venceu! As aves agoureiras
Já nos diziam que era um impossível
Arrancá-lo das garras carniceiras
Daquele espectro lúgubre e terrível!*

*Tudo dizia-nos que muito cedo
A triste nova nos seria dada...
E um duro sofrimento, a dor e o medo
Invadiram a pátria idolatrada!*

*Nem uma só esperança nos restava!
Nem uma só, depois que, mar afora,
Singrou a nau estranha que o levava
Às longes terras donde volta agora.*

*Aguda seta o coração ferira,
O coração da terra que é seu berço...
A derradeira esperança que fugira
Deixou todo o país num pranto imerso!*

*O julgávamos já trêmulo, vencido
Pelas guerras da rugidora fera,
Da fera atroz que traz-nos o gemido,
E em nosso peito a dor a magoa gera.*

*O julgávamos já na treva densa
Sepultado, sem risos, sem conforto,
Sem coragem, sem forças e sem crença
Inanimado quase, quase morto!*

*Num momento, porém, de longe veio
Raio de luz a esperança nos trazendo,
E o céu tornou-se límpido, o meio
Que nos amargurava desfazendo!*

*Pouco depois, uns dulçorosos hinos
Retumbaram, alegres, nas montanhas...
Ouvuiu-se o doce repicar dos sinos,
Vivas, sons de clarins, vozes estranhas...*

*– É o rei que volta à pátria estremeçada,
Disseram-me, depois de longa viagem,
Livre do mal e pronto para a lida,
Cheio de força e cheio de coragem.*

F. Lins

12 – Agosto – 88

8

*A Aurelio Pires
Minha pobre filha,⁶*

*Felicidade, filha,⁷
Como encontrar o bem, onde somente⁸*

6 Essas duas linhas foram acrescentadas no alto da página.

7 “Felicida” foi escrito sobre outra palavra; tudo leva a crer que se trata de “Felicidade”.

8 A primeira versão desse verso era “Como encontrá-la aqui, onde somente”.

*O mal existe e a mágoa nos humilha,
E nos devora o peito eternamente.*

*Como viver, formosa,
Onde sofremos as maiores dores,⁹
Onde nossa alma, doída e pesarosa,
Da vida encontra apenas os horrores?*

*A dor e o pranto amargo
Jamais nos deixarão neste recanto!
Busquemos, pois, um outro abrigo. Ao largo!
Tentemos evitar a dor e o pranto.*

*Aqui, a desventura!¹⁰
E a terra é vasta! Além, noutros países,
Um belo sol, esplendoroso, brilha,
Levando o riso e o bem aos infelizes.*

*Vamos! não chores não!¹¹
Torna-te forte e corajosa. Avança
De frente erguida. E dou-te o coração,
Dou-te minh'alma! És tu minha esperança!*

*Porque te empalideces?
Por acaso tu perdes a coragem?
Por acaso de nosso amor te esqueces?
Ou terás medo, filha, da viagem?*

*Tu não eras tão forte?
Não me disseste sempre que serias
Capaz de fazer frente até à Morte,
Que tudo o que eu fizesse tu farias?*

9 A primeira versão desse verso era “Onde sofremos as mais cruas dores”.

10 A primeira versão desse verso era “Ao largo, minha filha!”

11 A primeira redação desse verso era “Não desanimes não!”.

*Como agora, tão triste,
Te mostras sem coragem, sem desejos
De partir, de partir para onde existe
O bem, para onde só se encontram beijos?*

*Não quero ver-te assim!
Quero-te forte e altiva, e corajosa!
Quero ver-te a lutar ao pé de mim,
Como leoa lesta e valorosa!*

*Quero ver-te, aplacando
As ondas bravas deste imenso mar,
Os abismos mais negros afrontando,
Calma, sublime, altiva, sem parar!*

*Quero ver-te – a melena
Esparsa ao vento – erguida, sobranceira,
Rindo do oceano, a rugidora hiena, –
Rindo da Morte pérfida e traiçoeira!*

*Quero ver-te, impassível,
De remo em punho, sem temer as dores,
Considerando um nada o impossível,
A vencer os mais tétricos horrores!*

*Assim, não chores, não!
Torna-te forte e corajosa. Avança
De frente erguida. Eu dou-te o coração,
Dou-te minh'álma! És tu minha esperança!*

F. Lins

O. Preto, 7 de Outubro – 88

A obra superlativa de Antenor Pimenta

Jorge Fernando dos Santos

Inicialmente eu gostaria de agradecer à Academia Mineira de Letras, na pessoa do acadêmico Rogério Tavares, pelo honroso convite para falar sobre a obra desse grande escritor, que é o Antenor Pimenta Madeira. No entanto, devo avisar que sou suspeito e tudo o que aqui disser poderá ser usado contra mim.

Além de amigos que somos há mais de 30 anos, eu fui um dos primeiros a incentivá-lo na carreira literária. Quando trabalhava como assessor de imprensa na antiga Associação dos Economistas Federais de Minas Gerais (AEF-MG), eu incluí no *Nosso Jornal* um suplemento literário. Antenor havia acabado de vencer um concurso nacional de contos promovido pelo conjunto cultural da Caixa Econômica Federal, em Brasília, destinado aos funcionários da empresa. Sabendo disso, eu sempre lhe pedia textos inéditos para publicar no suplemento, que era distribuído aos seus colegas.

Antenor é um dos autores da minha geração que mais me impressionam pelo talento, pela sofisticação literária e pela simplicidade no modo de ser. Ao contrário da maioria de nós, escritores, ele não é competitivo nem individualista. Pelo contrário, seguro das próprias qualidades, Antenor é extremamente solidário. Quando lhe pedi para ler e opinar sobre o meu romance *Sumidouro das almas*, ainda inédito naquela época, ele não só analisou o texto, como fez uma série de anotações no original. Sugeri pequenas mudanças, que muito contribuíram para a finalização do texto – hoje publicado pela Editora Saraiva.

Leitor incansável e autor prolífico, Antenor Pimenta tem, como poucos, o cuidado de não exagerar no número de publicações. Ele é acima de tudo um perfeccionista. Crítico contumaz da própria obra, valoriza a qualidade em detrimento da quantidade. Seu crivo é, por demais, rigoroso. Por isso, até agora, só nos presenteou com três romances publicados. No entanto, pelo que já me disse, tem outros cinco originais no computador, os quais não se cansa de reler e retocar à moda dos grandes autores. Além desses, ele nos deve uma coletânea de contos, gênero que o consagrou com vários prêmios, inclusive na antiga *Revista da UFMG*, onde se formou em Engenharia.

Mineiro de São João Evangelista, Antenor sempre levou a sério a máxima atribuída a Tolstói: “Cante a tua aldeia e serás universal”. Longe de ser um regionalista, termo este nem sempre bem aplicado pelos críticos e estudiosos de plantão, nosso amigo e acadêmico geralmente ambienta suas histórias na cidade natal ou em alguma outra, fictícia, inspirada nela. São João Evangelista é para ele o que foi a fictícia Macondo para o prêmio-nobel colombiano Gabriel García Márquez, no livro *Cem anos de solidão*. Ou o condado de Yoknapatawpha, cenário de alguns dos principais romances do Nobel americano William Faulkner.

Isso fica bem claro no seu segundo romance, publicado pela Editora Rocco, com o sugestivo título *Último Aurélio ou O cadáver adiado*. Trata-se, a meu ver, de sua melhor publicação. Dos três romances até agora editados por ele, foi sobre esse que eu mais me debrucei. A história é fascinante, repleta de elementos de diferentes escolas literárias. Nele podemos notar as várias influências recebidas pelo autor ao longo de sua jornada de leitor e ficcionista. O próprio García Márquez é uma referência confessa de Antenor Pimenta. Bem como William Faulkner – que não por acaso era citado pelo autor colombiano como forte influência em sua própria obra.

As referências de Antenor também podem ser notadas em suas epígrafes e citações: “De todos os pecados, o suicídio era o mais reprovável, por ser o mais covarde. Qual o castigo dos suicidas?”, diz Anthony Burgess na obra *Enderby por dentro*. Essa frase é a primeira epígrafe de *Último Aurélio*. A segunda delas, que abre o “Caderno I”, intitulado “O baú de quinquilharias”, foi extraída do livro *Pontos de fuga*,

de Graham Greene: “Um escritor não é tão impotente como em geral ele se sente, e uma pena, como uma bala de prata, pode fazer jorrar sangue”.

A meu ver, *Último Aurélio ou O cadáver adiado* é o que se convencionou chamar de obra-prima. Na sua modéstia, Antenor Pimenta sempre fica vermelho quando lhe digo isso. Mas, apesar do chavão, não há melhor expressão para definir esse que foi o seu segundo romance publicado. A edição é de 1998.

Às vésperas do lançamento, publiquei uma crítica no *Estado de Minas*. Ressaltei que “os cultores da boa leitura não podem se furtar a esse prazer. *Último Aurélio ou O cadáver adiado* reforça a tese de que o veio narrativo de Minas não se esgotou em Guimarães Rosa e Murilo Rubião”. Ressalto que, para mim, esses dois autores são os mais geniais surgidos entre a montanha e os sertões dos Gerais. Antenor os admira tanto quanto eu.

Não fui o único a apontar as qualidades da narrativa de *Último Aurélio*. Também o fizeram críticos nacionalmente conhecidos, como Cecília Costa, do jornal *O Globo*, e Bernardo Ajzenberg, da *Folha de S. Paulo*. A meu exemplo, ambos enalteceram as qualidades do autor. Cecília chegou a compará-lo ao próprio García Márquez de *Cem anos de solidão*, ao Juan Rulfo de *Pedro Páramo*, ao Carlos Fuentes de *A morte de Artemio Cruz* e ao Mário Vargas Llosa dos livros *A casa verde* e *Pantaleão e as visitadoras*. Ajzenberg, por sua vez, destacou as vozes dos portugueses Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz na obra em questão. Segundo ele, “predominam em *Último Aurélio*, o gosto pelo fraseado belo e a determinação de encarar o leitor com histórias divertidas e personagens excêntricos”.

Por essas e outras, considero Antenor Pimenta um dos romancistas mais talentosos da minha geração – repito. Dentre aqueles da minha convivência, foi certamente o que mais me influenciou desde o início de nossa amizade. Devo reafirmar que ele é um dos grandes da literatura brasileira, com certeza. Tivesse lugar na mídia como alguns poucos queridinhos do Rio-São Paulo, Antenor poderia ser um *best-seller*. Querem uma prova? Vamos então ao primeiro parágrafo do segundo capítulo do “Caderno I” de *Último Aurélio ou O cadáver adiado*:

Terça-feira. Depois dos sinos terem repicado o Ângelus, no interior do Palacete de Marfisa, desentoam o ruído da madeira estalando e o zumbido dos besouros assombrados pela chegada da noite e das alegrias da noite. Como uma baleia que descesse a dois mil metros de profundidade, Merchior Bonalume submerge na banheira de água morna. Como a tarde fora excessivamente quente e azul, ele havia pronunciado que, ao anoitecer, a chuva haveria de desabar sobre suas cabeças. Mas o calor só fizera aumentar e nada de chuva. A banheira esmaltada se mantém um palmo acima do assoalho, equilibrada sobre quatro patas que lembram patas de tigre. Apesar de Merchior Bonalume ter aflorado à superfície, retornando à redentora forma humana, ele continua lembrando um cetáceo, uma *ballena*. Ele grita: *Miosótis*. O queixo precipita-se para baixo como um cubo que tenha uma pequena perfuração numa das bases: *Miosótis*. Não demora, e a porta é aberta com delicadeza. Ele ouve os metais rangendo, os brados da ferrugem. Então, imagina as carnes de Miosótis cavalgando as dobras do vestido. Mas Balthazar, que até aquele momento estivera espionando o pai pela fechadura, explica: *mamãe está na cozinha, papai, esquentando mais uma lata de água para o seu banho*.

Convém notar que, nesse livro, a exemplo de José Saramago, o autor usa diálogos embutidos no texto do narrador em terceira pessoa. Isso nos dá a sensação de estar ouvindo um contador de histórias que relembra algo de fato acontecido. A técnica magistralmente usada por ele nos dá a sensação de verossimilhança e proximidade com os personagens da história.

É assim que Antenor introduz o advogado Merchior Bonalume, uma das principais figuras do seu romance. A novela é ambientada numa São João Evangelista que paira entre a realidade histórica e a ficção lisérgica do autor. Merchior havia sido encarregado pelo amigo Boaventura José de contratar um matador para dar fim ao filho caçula de Ganges Aurélio. O jovem Último cometera o pecado de se apaixonar pela filha de Boaventura, a jovem Floriana Pimenta, que pela vontade do pai deveria permanecer virgem e dedicar a vida à santidade, sendo uma milagreira devotada a aliviar as dores do mundo.

O livro está recheado de personagens admiráveis, como o próprio Boaventura José, o padre Atenágoras, a menina Floriana Pimenta, o pai de Último, Ganges Aurélio e sua mulher Matilde (que vira a cabeça pelo alemão Ehrenfried), a sensual Izabela Gris e sua avó cega (que pode ver na escuridão), a cafetina Maria Egipcíaca e suas meretrizes, dona Maria do Perpétuo Socorro Miranda, o italiano Giuseppe Botaro, o arquiteto francês efeminado Jean-Marie Restoux, o sorumbático Epifânio Pimenta, o matador Jorge-Jorge Dundum, o vereador e hotelheiro Paulo Comunista, o bispo Dom Caio Sigaud, além do entediado coronel Cornélio Pimenta, matador de índios e legendário patriarca da família do próprio escritor.

Peço vênha por abusar dos adjetivos, mas minha intenção é reforçar as características marcantes desses personagens. Todos eles estão magnificamente caracterizados na trama. Não bastasse isso, também aparecem no livro, como coadjuvantes, duas figuras históricas que visitaram o Brasil em tempos imemoriais: o aventureiro Auguste de Saint-Hilaire e o britânico Richard Francis Burton, que se tornou mundialmente famoso depois de descobrir as nascentes do Rio Nilo. Na verdade, convém ressaltar, Burton era um espião da coroa britânica a serviço de sua majestade.

Antenor faz da sua narrativa uma espécie de teia. Melhor ainda, ele escreve como quem tece um tapete persa. Usa as palavras com precisão e sabe encaixar poesia dentro da prosa sem exagerar ou beirar a pieguice. Seu texto tem algo de barroco, algo de mineiro – longe, eu já disse, de incorrer no regionalismo. Ou perto dele, como ficaram Guimarães Rosa e Graciliano Ramos – autores que também o influenciaram.

O rebuscamento de seus parágrafos contrasta com a simplicidade das imagens desenhadas. Mais que isso, com a argamassa psicológica de seus personagens tão ricos interiormente, feitos de alegrias e aflições, defeitos e virtudes, certezas e dúvidas, embora restritos a um universo interiorano no qual o tempo parece estancado. A cor local de sua narrativa faz lembrar a constatação do historiador Eric Hobsbawm, um egípcio radicado na Inglaterra, segundo o qual “para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950”.

Mas deixemos que o próprio Antenor Pimenta desfie sua prosa, exibindo mais um pouco do estilo sedutor que o caracteriza como escritor:

Ganges Aurélio pôs-se a observar o céu escuro, acolchoado de nuvens que não tardariam a se desmanchar em chuva. A cidade dormia o velho sono de Cemitério dos Índios. O motor de um carro roncou perto do solar. Talvez fosse este o único ruído mecânico dentro da noite, o resto era o silêncio da natureza e dos homens. Depois da súbita parada do carro, houve o barulho de portas batendo em algum lugar. De repente, o motor do carro foi novamente acelerado. As rodas ansiosas derraparam nas capistranas e partiram rumo ao túnel da noite, o túnel que separa o passado dos amarfanhados pergaminhos do presente. Não demorou para que o solilóquio do motor desaparecesse e o único carro do mundo apagasse suas válvulas e aquietasse seus pistões.

Vejam quanta elegância nesse pequeno parágrafo, cujo final me fez lembrar Drummond e Abgar Renault! Vale ressaltar o domínio das palavras, o uso inteligente dos adjetivos, sem cansar ou subestimar o leitor na sua capacidade imaginativa. Metáforas e lindas imagens que nos ajudam a visualizar, ouvir e cheirar, quase tocar a cena que se desenha. Mais adiante, ainda no romance *Último Aurélio ou O cadáver adiado*, o escritor dialoga com a obra de Rosa e, de alguma forma, nos aproxima de Graciliano, cuja narrativa de *Vidas secas* nos apresenta apenas um ser dotado de alma e sensibilidade. Justamente a cadelinha Baleia, que observa sem compreender a luta dos donos, que endurecem a cada dia, mas sem perder a ternura. No próximo parágrafo de Antenor, um simples animal ganha qualidades humanas e revela o olhar terno e sutil do autor para com as criaturas de outras espécies:

As rédeas da mula foram puxadas com violência. O animal resfolegou. Sacudiu a crina de terracota e lama cinzenta. Bateu os cascos contra a terra dura. Hesitou durante uns instantes. Certamente pensou: é conveniente ou não que eu jogue o cavaleiro no chão? Por se saber um animal enfezado, mas de bom coração, a mula bufou o hálito

quente e recheado de insetos. O chão sacudiu-se ante os resfôlegos. Ela aspirou a poeira com prazer. Por fim, decidiu obedecer ao comando do freio que lhe pespegou a boca num golpe traiçoeiro, doloroso. E concluiu: *o anzol não faz diferente ao fisgar o peixe*. Então, soltou um gemido mais de manha do que de dor. Tendo por fim se aquietado, a mula fez questão de ignorar os insetos, cerrou os olhos grandes e decididamente melancólicos. Sentiu-se de alguma maneira contente: o cavaleio, afinal, concedera-lhe uma trégua inesperada. Havia muitos dias que a mula vinha trotando no meio das matas, subindo e descendo serras, mal suportando as pisaduras que nos breves momentos de descanso eram a delícia para os mosquitos. Quando o homem que controlava as rédeas resolvia que era a hora de parar, ao cabo de um dia de viagem, a besta tinha de se contentar com o capim ressequido e malcheiroso dos ranchos miseráveis à beira do caminho, tinha de se satisfazer com migalhas de palhas e sabugos de milho. Matava a sede com o ranço das águas paradas...

Eu poderia aqui prosseguir com o texto original, tão deliciosa é a prosa que se apresenta. No entanto, prefiro me deter nas frases curtas do início do parágrafo, que vão crescendo ao ritmo da narrativa, prendendo desde sempre a atenção do leitor. Essas frases têm precisão cirúrgica e evocam o estilo de Graciliano. Contudo, um pouco mais adiante, Antenor Pimenta compara a mula do seu romance ao burrinho pedrês de Guimarães Rosa. Também lembra a presença do burro nos Evangelhos e no presépio. Afinal, coube ao pobre luar, parente da mula e do jumento nordestino, a honra de transportar Maria grávida na fuga de Nazaré, quando o rei Herodes Antipas, tetrarca da Galileia, mandara sacrificar os primogênitos judeus na esperança de eliminar o futuro Messias.

Há inclusive a lenda de que a linha escura que cruza os ombros dos muares teria sido desenhada pelo pipi do menino-deus, ao retornar com os pais para sua terra, obedecendo à convocação do censo romano. Vale observar que, ao adentrar a Galileia para finalmente cumprir a profecia, Jesus vai montado num burro. Segundo a tradição esotérica, o asno simboliza a própria mente humana, que só depois de dominada

pela razão permite ao homem o pleno controle dos seus desejos e emoções.

Bem, eu poderia, como já disse, prosseguir a leitura. Seria melhor e mais justo que discorrer sobre a obra do escritor. Mas lembro a vocês que, por enquanto, limitei-me ao seu segundo romance, *Último Aurélio ou O cadáver adiado*, cuja trama me fisionomizou desde as primeiras linhas. Como o cavaleiro nervoso que puxou com força as rédeas da mula dessa história, paro por aqui a minha análise dessa obra para me debruçar sobre os outros dois livros de Antenor Pimenta... Começarei a segunda parte dessa prosa pelo seu terceiro livro, intitulado *Réquiem para Monalisa*, publicado pela Rocco no ano 2000. Ou seja, exatamente dois anos após a edição de *Último Aurélio*.



Réquiem para Monalisa é, por assim dizer, uma história policial. Não uma daquelas do tipo *noir* dos americanos Raymond Chandler e Dashiell Hammett. E menos ainda do estilo rebuscado da britânica Agatha Christie. Contudo, vale observar que os diálogos do detetive Sampaio com o delegado Tostes de Antenor lembram um pouco as conversas de Sherlock Holmes com seu amigo John Watson, no clássico de Conan Doyle. Antenor define Tostes como um “filósofo experimental, daquela espécie que o inglês Dickens e o brasileiro Lima Barreto nos descrevem em seus romances”... Vejamos um dos pensamentos desse personagem no prólogo do livro:

Repare, tudo se resume à questão do bem e do mal. Imagine um galo diante do espelho, Sampaio, e chame a este galo de bem. Repare que, no espelho, há uma imagem refletida, e chame-a, à imagem do galo no espelho, de mal. O galo vê dentro do espelho um galo alegórico. De verdade e de verdade, o mal nada mais é do que um bem alegórico.

A história começa com o assassinato a tiros da ex-chacrete Lisa Gerhardini, apelidada de Monalisa. Ela se cansara da exposição televisiva, retornando à cidade natal para trabalhar como prostituta na zona boêmia apelidada de Coreia. Monalisa é uma espécie de Hilda Furacão, imortalizada por Roberto Drummond, a arrebatada a imaginação e ins-

pirar fantasias eróticas nos homens ao seu redor. É, por assim dizer, a rainha da zona.

Mantendo fidelidade ao estilo que o consagrou, Antenor também narra nesse romance outras histórias intrincadas, todas elas ambientadas num lugarejo que remonta à sua cidade natal. Mais uma vez, seus personagens terão nomes exóticos e características marcantes. Contudo, dessa vez as citações literárias superam as dos dois livros anteriores.

Um desses personagens é o adolescente Antonioni, funcionário da Loja de Música George Gershwin, de propriedade de Belo Alvarenga. No início do segundo capítulo, o jovem carrega um embrulho de discos encomendados pelo doutor Sansão Randazzo, cuja filha, professora Ângela, é seu objeto de desejo. O jovem vendedor a compara a Molly Bloom, mulher de Leopold Bloom no romance *Ulisses*, de James Joyce. É nele que Antenor Pimenta deposita suas preferências literárias e musicais. Vejamos o trecho a seguir:

Antonioni coloca a sacola de discos na amurada. Trata-se de Charlie Parker, em primorosas gravações de *Ornithology*, *A Slow Boat to China*, e inspirada performance em *Moose the Mooche*. Na capa de um dos discos, o catálogo informa: ‘durante as sessões de gravação, em Paris, estive no estúdio o escritor Júlio Cortázar.’ E acrescenta: ‘quando não acompanhava Charlie Parker, o escritor argentino costumava gastar as horas no Closerie de Lilas, aconchegante café do Boulevard Montparnasse, bebendo cerveja na mesmíssima varanda onde Ernest Hemingway, no começo dos anos vinte, habituara-se a beber e a escrever seus livros.’ Antonioni se lembra de haver lido numa revista que, nas tardes de inverno, James Joyce juntava-se a Hemingway no Closerie de Lilas, e ali, esquecidos do mundo, os dois escritores se embebedavam a valer... Ah, eu ainda não lhes contei, mas James Joyce é o ídolo deste rapaz, ele fala de James Joyce o tempo inteiro.

Vale notar que durante a tão sonhada relação sexual de Antonioni com a professora Ângela, de 40 anos, o autor usará do fluxo de

consciência, suspendendo o uso de pontuação, bem à moda de Joyce, que tanto influenciaria William Faulkner, Virgínia Woolf e outros escritores contemporâneos – fundamentalmente o próprio Antenor.

Entre os suspeitos da morte de Lisa Gerhardini estão Leão Ballester, Robert Rossini II, o advogado Adriano, Jesus Cristo, Mino Temponi, o *barman* Darwin, Carlota Alexina, Belo Alvarenga... Depois de outros dois assassinatos, a morte da Mona será desvendada num ato de sorte, quando o assassino será flagrado pelo detetive Sampaio após matar Jesus Cristo a pauladas, na escadaria da igreja matriz. Não pretendo aqui desvendar o mistério. Para saber o nome do matador e os porquês do crime, vocês terão primeiro que se deliciar com a envolvente história. Aliás, como eu já disse, Antenor muitas vezes interrompe a narrativa para se dirigir diretamente ao leitor – o que lembra um pouco os autores românticos. *Réquiem para Monalisa* tem passagens antológicas, que deixarei por conta daqueles que se interessarem pela leitura.



Bem, e para não me alongar além da paciência dos ouvintes, vou agora abordar em poucas linhas o primeiro romance de Antenor Pimenta, aquele que revelou seu talento aos leitores. *A estrada de Salamanca* saiu pela Rocco, em 1995, e logo despertou a atenção da crítica especializada, que tão bem soube acolher o novo escritor. Deixei essa obra para o final dessa conferência na intenção de fechá-la com chave de ouro. Lembro que a primeira leitura desse livro, tão logo ele foi publicado, deixou-me deveras impressionado com a narrativa e o estilo romanescos do autor, a quem eu já conhecia como contista.

O enredo é romântico e relativamente simples. Tomados pela mesma paixão, dois amigos de infância – Juan e Fernando – juram amor eterno à pequena e inalcançável Isabel. O destino, no entanto, faz com que a moça se apaixone por Fernando. Os dois se casam, mas o enciumado Juan desafia o inseparável companheiro para um jogo de cartas, de resultado traumático. Se perder, Fernando deverá se afastar de sua amada pelo prazo de 30 anos. E é isso o que acontece. Fernando perde o jogo e se vê compelido a enveredar-se por caminhos e aventuras que o levarão a trilhar a estrada de Salamanca numa peregrinação

de três décadas longe de sua bem-amada. A partir dessa quase anedota, Antenor tece sua trama, tricotada com minúcias e leveza típica de um grande fabulista. Ele nos fisga logo no primeiro parágrafo. Notem o tom bem-humorado da prosa:

A essa hora, os religiosos encontram-se entretidos com os roncos do fígado e as palpitações do coração. É o intervalo da *siesta*. Cá entre nós, nenhum sujeito são, com os miolos devidamente no lugar, enfrentaria essa fornalha de quarenta graus – sol capaz de derreter até uma consciência de pedra, e que não se contenta em provocar um trabalho excessivo apenas para as glândulas sudoríparas. Não falta quem acredite que o intuito dessa estrela severa consiste mesmo em fundir os miolos do crente e, além do tutano, também transformar em manteiga suas ideias e pensamentos... Vítimas ingênuas da gula, os representantes de Deus na Terra desfilam com a barriga estufada, quase estourando. O estômago deles é sacudido pelos cordeiros recendendo a alho e azeite e também pelos arrufos dos leitõezinhos assados em forno de lenha. A alma serena, as tripas flavescerentes de sucos e gases, os clérigos lembram cágados felizes. À medida que sobem o *paseo*, estendem o anel para os transeuntes. Os crentes se ajoelham, deitando na seda daquelas mãos o beijo comovido. Que Deus nos abençoe a todos!

Esse parágrafo prepara o terreno para o emaranhado de histórias que virá a seguir, tendo Juan e Fernando como personagens principais. Nesse sentido, vale apresentá-lo como faz o autor, para que tenhamos um retrato de ambos:

Juan, um dos moços suarentos, tem o rosto redondo feito uma laranja. Suas faces roliças traduzem a cor avermelhada. Juan é muito gordo. Ele respira com a impaciência de um velho que sofre de enfisema. Tem-se a impressão de que Juan vai explodir de um momento para outro... Juan almoça pensando no jantar, procura distração nas guloseimas. É verdade, ele não poupa as tortas, os doces, os queijos e os embutidos.

Ou seja, o jovem é um glutão contumaz, que vive para comer e engordar.

Em seguida vem a descrição de seu amigo Fernando:

A pele de Fernando, o segundo rapaz, excede em brancura, o nariz muito fino, uma espécie de gancho emborcado, e o queixo enterrado no rosto. Sob o maxilar, anuncia-se a papada – protuberância que se destaca em virtude da atrofia da mandíbula. Ele tem um ano a menos que Juan, mas parece bem mais velho, longilíneo, as mãos finas, os ombros estreitos. Apesar da altura, Fernando sustenta entre as espáduas a largura de um adolescente mirrado.

Após essas duas descrições dos protagonistas, o autor revela que ambos estão a observar de longe o quarto da menina Petra, prima de Isabel. Mais adiante, Antenor nos conta:

Não demora muito e eles flagram a sombra de mulher a movimentar-se no quarto. A luz projeta a silhueta enviesada contra o reboco da parede. Por pouco os olhos dos rapazes não saltam das órbitas. Juan abre imediatamente a braguilha. Jesus Cristo, é impossível para ele conservar as mãos quietas! Fernando também não se faz de rogado e, com os dedos finos, vai afrouxando os botões da calça um a um. De qual delas será a sombra? De Isabel ou de Petra? Os rapazes se perguntam excitados...

Na verdade, embora se deliciem com as curvas de Petra, os dois amigos se guardam para Isabel, em nome da qual se masturbam cotidianamente. É assim que nasce a paixão de ambos, que um dia há de dividi-los.

Mas *A estrada de Salamanca* não se resume a contar a história do improvável triângulo amoroso formado por Juan, Fernando e Isabel. Como em toda novela que se preze, o livro apresenta outros dramas e conflitos, sendo o mais trágico ocorrido nas núpcias de Petra com o argentino Jorge Sarraceno. Lá pelas tantas, com o vinho exalando pelos poros, o noivo permite que a noiva dance o *flamenco* com o primo Antônio Palácios. No vai e vem dos quadris movidos ao ritmo dos sapatea-

dos sensuais, Sarraceno perde o juízo de ciúmes e acaba por ferir Palácios mortalmente. Vale a leitura de mais um parágrafo de características cinematográficas. Vejam os detalhes poéticos da minuciosa narrativa:

Jorge Sarraceno agita um punhal brilhante na mão... muitos ainda escancaravam no rosto as gargalhadas motivadas pelos urros do argentino. O brilho *chiaro-oscuro* da arma, entretanto, congela tudo num retrato pálido. Os instrumentistas deixam de executar os rasqueados. As guitarras se calam. No silêncio de casa abandonada que se estabeleceu ali, eleva-se o madrigal do estilete sangrento. Manejada por Jorge Sarraceno com a mestria de um *compadrito* da periferia de Buenos Aires, a lâmina de prata cutuca as vísceras juvenis de Antônio Palácios, depois atravessa-lhe o baixo-ventre. O pobre rapaz ainda tenta manter-se de pé. Com o vazio em forma de punhal amalgamado às tripas, Palácios ilude-se em coreografar os compassos indiferentes de acordes que já cessaram de existir para todo o sempre.

O detalhe surreal é que Sarraceno guardava no bolso a figura de um diabinho. Este salta para longe quando o pai de Palácios, num instantâneo ato de vingança, acerta a cabeça do assassino com uma paulada, salvando a vida de Pedra, que seria a próxima vítima do colérico marido.

Voltando ao tema central do romance, gostaria de destacar o primeiro parágrafo do capítulo XXI, que narra o cair-em-si de Fernando, tão logo se vê derrotado por Juan no jogo de cartas no qual ambos disputam a primazia do convívio com Isabel:

Tudo caiu em cima dele de surpresa. A casa desabou sobre a cabeça de Fernando. Valete de espadas. Dama de copas. O ás de ouros retalhou suas últimas esperanças. Ao voltar para a Bajada del Pozzo de La Nieve, ele tinha o corpo incrivelmente curvado para a frente, os ombros arqueados. Ele era o transeunte que caminha numa rua sem saída com dezenas de touros bravios atrás de si. Ou uma matilha desorientada, latindo, cheirando-lhe as botas, rasgando-lhe os calcanhares.

O que mais impressiona no livro, como podemos notar nesse trecho, é a hispanidade do autor. Antenor escreve como se fosse um espanhol entendedor da psicologia e da cultura hispânica. Quando li *A estrada de Salamanca* pela primeira vez, eu havia acabado de ler *A colmeia*, a obra-prima do espanhol Camilo José Cela, ganhador do Nobel de Literatura. Confesso que notei a mesma atmosfera, o mesmo cheiro de *jamón* que impregna as ruas ao redor da Plaza del Sol, em Madri. Não foi em vão que Antenor escolheu García Lorca para a epígrafe do seu livro de estreia.

Bom, meus amigos, eu acho que já falei bastante sobre a obra desse nosso grande ficcionista e pessoa admirável. Agradeço muito a você, Antenor, por nos ter brindado com tão boa literatura. Espero ter despertado em todos que aqui estão – ou naqueles que não conhecem seus livros – um pouco de curiosidade. Talvez a biblioteca da Academia tenha alguns exemplares para emprestar. De qualquer maneira, não deixem de ler, de conhecer, de saborear estes três romances superlativos: *Último Aurélio* ou *O cadáver adiado*, *Réquiem para Monalisa* e *A estrada de Salamanca*.

Querem mais um motivo? Vou encerrar lendo o primeiro parágrafo do capítulo XIX de *A estrada de Salamanca*. Para mim, uma das melhores definições do amor, esse sentimento indefinível e que a todos pode arrebatar:

O amor, esse sentimento de loucos, sempre encontra uma saída, sempre dá um jeito de meter-se onde quer. A porta aberta. A camisola generosa. A noite quente. O amor é um bichinho que tanto pode andar de gatinhas como depressa, em silêncio ou fazendo estardalhaço. O amor? Certamente a peça de artilharia mais eficiente de todos os tempos. Não há batalhão, não há exército que resista às investidas desse canhão. Em vez de cidades, o amor costuma sitiá-las os corações, virando ao avesso o império da alma. E não liga se os projéteis que lança em todos os sentidos da rosa dos ventos beliscam crianças, prendem moços ou imobilizam anciões.

Nada mais a dizer, sugiro aos leitores conferir o que eu disse mediante a leitura dos três romances aqui analisados. Creio que vão se embevecer com a arte de Antenor Pimenta, um dos grandes autores do nosso tempo.

Milton Campos, o governador de Minas

José Raimundo Gomes da Cruz

Estudante interno no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, em 1949, com 11 anos, saudoso da família e da minha cidade do norte mineiro, Espinosa, eu assistia à grandiosa festa anual dos ex-alunos. Predominavam as competições esportivas. Principalmente o futebol, com o padre Symalla comandando tudo. Oportunidade para ver alunos que seriam grandes craques profissionais, como o Amauri de Castro, o Morvan e o Vinicius, contra ex-alunos como o Alcides, ponta-esquerda do Cruzeiro Esporte Clube, e o Zezé Cangussu, filho do prefeito municipal de Espinosa.

O grande momento seria a visita, na manhã do domingo, do governador Milton Soares Campos, ex-aluno. Eu era um dos menores, fazia o primeiro ano ginásial e não gostava de aparecer. O Oldsmobile preto oficial parou dentro do pátio, dele descendo o ilustre visitante com alguns auxiliares próximos. O contemporâneo Eduardo Couri, futuro cronista social, não parecia aprovar muito o veículo oficial. O governador caminhou devagar ao encontro dos padres e professores que o aguardavam em grupo. A gente ficava perto das paredes, para deixar livre o corredor. O governador olhou para o meu lado. Isso já me inquietou um pouco. Logo se desviou, deixando a comitiva um pouco para trás e aproximou-se de onde eu estava de pé. E dirigiu-se a mim, com gesto simpático e paternal, perguntando qualquer coisa de circunstância. Fiquei totalmente sem ação.

Tornar-me, de repente, alvo de todas as atenções, ouvir comentários ou perguntas curiosas sobre possível amizade ou parentesco

eram coisas que quase me apavoravam naquele tempo e mesmo depois. A surpresa da situação sempre me deixou sem controle. Quando morei, durante alguns meses, no Santana Hotel, em 1956, em Belo Horizonte, já no primeiro ano da Faculdade de Direito, inaugurou-se o Embassy Hotel, bem próximo, na esquina da Rua Caetés com a Avenida Afonso Pena. O Hotel Santana, pertencente ao espinosense Levindo Tibo, era bem modesto, nele morando vários estudantes e bancários mensalistas. O Embassy se apresentava, na ocasião, como o mais moderno e confortável hotel de BH. Nele se hospedavam celebridades. Voltando, numa tarde de sábado, com outro mensalista do Santana Hotel, um rapaz goiano muito tímido, vimos a cantora Ângela Maria, então no auge do sucesso, aguardando, no *hall* do Embassy, o carro da Rádio Inconfidência, que a conduziria ao auditório para o programa daquela tarde. Notando que nós dois tínhamos parado na frente da porta de entrada, a cantora dirigiu-se a nós, com amplo sorriso. Ela nem chegou a aproximar-se de nós: batemos em imediata retirada.

Explica-se que eu até tenha esquecido o episódio da súbita simpatia do governador Milton Campos e que sequer o tenha comentado com o meu pai, vereador udenista de Espinosa, por carta ou, mais tarde, verbalmente.

Espinosa vivia anos de tranquilidade, tanto pelas qualidades, que sempre elogio, do seu prefeito municipal da época, o já mencionado José Cangussu, quanto pelas virtudes do governador do Estado, cujo elogio faço agora. Em livro ainda inédito com o título *Em busca de Milton Campos*, o escritor Annibal Augusto Gama destaca

o respeito aos compromissos do partido, mas a independência pessoal que lhe dará a orientação, *repelindo perseguições*, arbitrariedades e interesses alheios. Um governo de pacificação, de harmonia, mas que se fará com inteira honestidade, e o objetivo de renovar os costumes políticos e atentar-se para a reestruturação e o desenvolvimento do Estado (em fase de elaboração).¹

Mais adiante, o biógrafo citado insistirá:

¹ *Em busca de Milton Campos*, de autoria de Annibal Augusto Gama, em fase de elaboração.

Milton Campos repeliu a bajulação, a vingança sobre os adversários pleiteada pelos correligionários mais afoitos, com pedidos insistentes de remoção ou demissão. Ao ponto de um desses correligionários chegar a dizer: *‘Este homem devia era governar a Suíça...’*, como refere Alberto Deodato.

Pouco adiante, Gama volta a repetir: “Não compactuou, não privilegiou amigos nem parentes, não premiou correligionários, não perseguiu adversários”.

Não grifei a condição de ex-aluno do Colégio Arnaldo de Milton Campos. No volume *Milton Campos: testemunhos e ensinamentos* (1972), com textos coligidos e prefaciados por Antônio Gontijo de Carvalho, os dados biográficos do autor não se referem ao Colégio Arnaldo, mas ao Instituto Claret, em Belo Horizonte. José Maria Cançado (1999, p. 37-49), escrevendo sobre o Colégio Arnaldo, cita, de modo inequívoco, Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Gustavo Capanema e Guimarães Rosa como estudantes do Colégio Arnaldo, além de distinguir bem o Instituto Claret do Colégio. Sem qualquer explicação, porém, mais adiante, ele registra:

Uma olhada na primeira diretoria da Associação de Ex-Alunos da Congregação do Verbo Divino, em 1928, comprova que o Arnaldo tinha formado boa parte dos quadros dirigentes de Minas Gerais da década que se aproximava (além de toda uma geração de profissionais liberais). A diretoria da Associação era formada por Abgar Renault, Milton Campos, Petrônio Magalhães, Lucas Machado, Josias Vaz de Oliveira, Eurico Rodrigues, Bernardo Café de Oliveira, Rafael Nunes Coelho, Gabriel Passos e Lauro Horta Andrade (CANÇADO, 1999, p. 53).

Resisto a fazer ironia fácil, pois, tratando-se de Milton Campos, dificilmente ele figuraria como ex-aluno do Colégio Arnaldo sem ter efetivamente cursado lá, pelo menos, período do curso ginásial.

Com vocação de intelectual, Milton conseguiu a façanha de ter sido leitor assíduo e de gosto exigente. Já escrevi artigo inédito em que

não considero preconceituosa, mas resultado de raciocínio perfeito, a frase atribuída a Oswald de Andrade: “Não li e não gostei”. A vocação autêntica permite a formação de critério seletivo, espécie de faro para a escolha das leituras preferenciais. E o escritor, de certo modo, é o leitor cúmplice, que parece dar continuidade ao que leu. Segundo Annibal Augusto Gama,

escritor é aquele que tem necessidade íntima, irremovível, vocacional e permanente, de escrever. E cujos escritos, afinal, sejam uma busca da verdade, da beleza, do conhecimento próprio e alheio, e tragam a marca de uma personalidade que quer comungar-se com outras. Se lhe falta isso, o que escreve e publica será efêmero, anódino, ou insignificante.

Ninguém melhor do que o escritor Gama para identificar o escritor Milton Campos. Também este resume sua receita de escritor:

por mais que mudem e se renovem as formas e aparências, há um elemento essencial – a narrativa ou a fábula, e uma condição *sine qua* – que seja bem escrito, não propriamente no rigor gramatical, mas no dom da expressão (CAMPOS, 1972, p. 257).

Por coincidência, nessa mesma página, Milton se refere à célebre controvérsia sobre a autoria das famosas *Cartas chilenas*, não omitindo, entre aqueles pesquisadores que opinaram em favor de Tomás Antonio Gonzaga, o nome de Luiz Camillo de Oliveira Neto, também o grande arquiteto do *Manifesto dos Mineiros*, em 1943, contra a ditadura de Vargas. Ter assinado tal documento histórico, como ambos fizeram, constitui o mais dignificante título dos homens públicos da sua geração.

Tenho defendido o engajamento da obra de arte, em geral, e da literatura, em particular. Após examinar o conceito de “escritor engajado”, Annibal Augusto Gama aplica a Milton Campos tal atributo:

Escrevia lucidamente para influir, para pregar o seu credo liberal e democrático, para ensinar, para a reforma dos costumes políticos, para sublinhar o ponto de equilíbrio que via como apanágio da missão de Minas, posta no cen-

tro geográfico do país. Por isso mesmo, ainda propugnava pelo ‘dever cívico de conhecer a língua nacional’, título de um de seus discursos também inserido em *Compromisso Democrático*, no qual fazia ver que ‘O conhecimento da nossa língua não pode ser apenas um privilégio de um grupo reduzido de pessoas particularmente interessadas, nem deve ser atributo de alguns estudiosos. Há de generalizar-se e difundir-se, para se constituir em traço comum dos homens cultivados’.

Nomeado diretor do Banco de Crédito Real pelo governador Milton Campos, Luís Camillo revelou-se grande administrador, ao mesmo tempo em que soube conservar, como afirma Tristão de Athayde,

um espírito de generosidade e de verdadeira caridade cristã, com que até mesmo a difícil profissão de lidar com dinheiro pode ser vivida, quando a voz da consciência faz calar as vozes da ambição e do interesse. Quantos pequeninos e humildes choram hoje a sua morte, porque pensava mais, no banco, em ajudá-los do que em enriquecer-se. E foi assim, pensando no Brasil, pensando nos outros, que não teve tempo de pensar em sua própria obra. E por isso morre sem ter escrito a sua história de Minas, sem ter utilizado, para a posteridade, o enorme cabedal que reuniu nos seus estudos históricos, nas suas pesquisas nos arquivos daqui e de Portugal, na sua paixão pelo passado. O presente o absorveu.

Em estudo intitulado “Dois eruditos mineiros”, do livro *Testemunhos e ensinamentos*, Milton Campos, seu autor, discorria:

Quem teria escrito a famosa sátira do século XVIII em Ouro Preto? Tomás Antônio Gonzaga ou Cláudio Manuel da Costa? Ou os dois de parceria? Ou ainda outros menos votados? Lindolfo Gomes opinou por Cláudio, na linha de Varnhagen, Sílvio de Almeida, Caio de Melo Franco e outros investigadores. Mas é poderosa a outra corrente, que batalha por Gonzaga, e aí se engajam Alberto Faria, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco, ultimamente fortalecidos por Ma-

nuel Rodrigues Lapa, apoiado por Afonso Pena Júnior em prefácio solidário (CAMPOS, 1972, p. 257-258).

Para Milton Campos, porém, a autoria das *Cartas* “continua a ser um problema” (CAMPOS, 1972, p. 258).

Referências

CAMPOS, Milton. *Testemunhos e ensinamentos*. Textos coligidos e prefaciados por Antônio Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. (Coleção documentos brasileiros, n. 154).

CANÇADO, José Maria. *Colégio Arnaldo: uma escola nos trópicos*. Belo Horizonte: Arte, 1999.

O discurso religioso na obra de Belmiro Braga

*Leila Maria Fonseca Barbosa e
Marisa Timponi Pereira Rodrigues*

*Fiz na vida o meu escudo
desta verdade sagrada:
o nada com Deus é tudo,
e tudo sem Deus é nada.*

Belmiro Braga

A partir do título, busquemos a etimologia de algumas das palavras que o compõem: “discurso” (do latim *discursus*, -us: “ato de expor, de atravessar”) é, conforme dicionários, “conjunto de frases proferidas em público”. E tudo que falamos corresponde à ideia ou sentimento que temos. Assim, podemos chamar toda linguagem de discurso, o qual podemos definir como a expressão de um enunciado. Sua existência é devida à nossa carência de comunicação, já que precisamos de um interlocutor, de um outro, para nos completar.

“Religioso”, adjetivo derivado de “religião” (do latim *religio*, -onis: “re-ligar” ou “ligar novamente”) é conjunto cultural que articula todo um sistema de crenças em Deus ou no sobrenatural e código de gestos, de práticas e de celebrações rituais.

A obra de Belmiro Braga, composta de versos e prosa poética, é uma obra literária. E a literatura é prática através da qual o homem realiza sua necessidade de imortalidade. Nela, ele se coloca, em toda a sua complexidade, ao elaborar o texto, o tecido, a trama poética que pressupõem os vários fios – sociológicos, ideológicos, históricos, filosóficos, estruturais, **religiosos** – que constituem a unidade “homem”.

No mundo de hoje, onde os homens se postam entre os antagonismos – pulsões primitivas livres (emoção) e organização cultural bloqueadora (razão) –, a única saída para restabelecer equilíbrio seria a utilização de uma forma alternativa de linguagem, que, segundo o pensamento de Marcuse, é o discurso da arte e o do filósofo, teólogo, poeta e físico medieval Raimundo Lúlio, o discurso religioso, a oração. Belmiro articula os dois: o da arte (literário) e o da religião.

A religiosidade de Belmiro vem do berço. Nasceu e foi criado na religião católica apostólica romana, como ele mesmo nos conta em seu livro de memórias *Dias idos e vividos* (1934), à página 79, ao relembrar, entre outras, a história da Capela de Santa Cruz, na fazenda da Reserva, Vargem Grande, onde nasceu:

XXXI

CAPELA DE SANTA CRUZ

Fez Mamãe a promessa de edificar uma capela nas proximidades da Reserva. Abriu uma subscrição entre os vizinhos: – uns dariam dinheiro, outros as madeiras, outros os tijolos e as pedras, outros as telhas, e aqueles que não pudessem dar dinheiro ou materiais – dariam dias de serviço. [...] Mamãe sempre dizia: “Não morrerei sem cumprir a minha promessa”. Quatro meses depois da inauguração da Capelinha da Cruz, Mamãe, aos quarenta e dois anos, moça e sadia, morreu...

Todos os anos, até hoje, no dia 3 de Maio, realiza-se ali a festa de Santa Cruz e a ela acorrem pessoas de lugares distantes e ainda agora, a reza que ali se canta foi improvisada por mim:

*Ó Santa Cruz bendita
aqui estamos a vossos pés.
vos pedindo proteção
cheios de amor e de Fé*

*Ouçã Deus os nossos rogos,
Ouça-os Maria e Jesus;
Pelos caminhos da vida
Nos protegei, Santa Cruz!*

Hoje, descobri os defeitos destas duas quadrinhas, feitas aos doze anos, por quem nunca tinha lido um livro de versos [...]

A música, a que foram adaptadas é lindíssima, e, ouvindo-as, cantadas nos terços e novenas, pensava em Mamãe e chorava... Foi Mamãe, do céu, que m'as inspirou...

Belmiro resgata a sacralidade, recupera a pureza de sua infância e adolescência, utiliza o lúdico e tudo o que se reveste de felicidade. Alguns títulos de seus livros, como *Sacrário (versos íntimos)* e *Contas do meu rosário*, já remetem ao sagrado, categoria da sensibilidade, que vivifica as relações do homem com o mundo e é administrada pela religião.

E o discurso literário é também um discurso religioso, uma vez que se aproxima, até etimologicamente, de “oração” (do latim *oratio*, *-onis*: “súplica”, “reza”, “**discurso**”). A literatura, como vimos, contém o homem, ser necessariamente religioso, uma vez que até a afirmação de seu ateísmo é uma forma de religião.

A religião utiliza a crença como garantia e o rito como meio, assim como a literatura legitima-se pela verossimilhança e intermedeia os contrários.

Vamos, pois, acompanhar as pegadas de Belmiro, através de sua vida e de sua obra, muitas vezes marcadas pela religião.

Nascido a 7 de janeiro de 1872, na Fazenda da Reserva, em Vargem Grande, distrito de Juiz de Fora, Belmiro Braga é hoje o poeta que dá nome a essa cidade, pois, com sua obra, ultrapassou as montanhas e fez ecoar, mundo afora, os sentimentos líricos, as narrações épicas e o sentido dramático e religioso do cotidiano de sua terra.



O poeta nos deixa, manuscrito, um soneto, dedicado a seu irmão, onde lamenta a perda da infância e descreve brilhantemente a paisagem de sua Vargem Grande, lugar sagrado, terra onde nasceu e... onde rezou.

Lar paterno

A meu irmão Solano Braga

*Nesta em que vivo, triste soledade,
Os olhos rasos d'água, o peito em ânsia
Recordo-me, com mágoa e com saudade
Da quadra tão feliz da minha infância.*

*E entre o viver de agora e essa áurea idade
Que triste, que cruel, que erma distância!
E a manhã que passou voltar não há de
Rescendente de tépida fragrância?!...*

*Serras virentes que não mais transponho,
Na retina fiel ainda eu vos tenho
E revejo através de um grande sonho,*

*A casa onde nasci, as mansas reses,
A várzea, a horta, o laranjal, o engenho
E a cruz onde eu rezava tantas vezes...*

Em outros poemas, exalta a alegria de rever o torrão natal:

*Foi aqui, neste plácido retiro
ouvindo a voz amiga dos teus pais,
que a infância alegre te correu, Belmiro,
a alegre infância que não volta mais...*

*Meus amigos da cidade,
morrei de inveja! eis-me aqui
na ridente soledade
onde nasci.*

Em “Súplicas”, na terceira parte do livro *Redondilhas*, onde o poeta faz predominar as santas, Belmiro usa tercetos em sua forma poética de orar:

*Senhora da Conceição,
Enchei o meu coração
De paz, amor e perdão!*

*Nossa Senhora da Lapa,
Quem se abriga à vossa capa
dos infortúnios escapa.*

*Terezinha de Jesus,
Enchei minh'álma de luz
Tornai leve a minha cruz!*

*Nossa Senhora das Dores,
tornai vãos os meus temores
e os meus espinhos em flores!*

*Senhora da Piedade,
Que a luz da vossa bondade
Me guie para a Verdade!*

Ao Sagrado Coração, em trovas – ainda de *Redondilhas* –, acompanha o alfabeto:

Sagrado Coração de Jesus
(*Abecedário*)

Alívio das grandes dores,
das mágoas – consolação;
os espinhos muda em flores,
o rancor em afeição.

Bafejo do céu clemente,
guia o cego pela mão;
vela no leito o doente,
na lida afanosa – o são.

Consola o desalentado,
encoraja o desgraçado,
nos momentos de aflição.

Desce ao tugúrio dos pobres
órfãos de luz e de pão;
vai ao palácio dos nobres
levar a paz e o perdão.

Enche de luz benfazeja
os antros da escuridão;
resplandece toda a Igreja
com seu intenso clarão.

[...]

Harmoniza os inimigos,
é da velhice o bordão;
quem o chama nos perigos
não pede socorro em vão...

Indica o roteiro certo
da verdadeira mansão;

*do muito longe faz perto
e dos extremos – junção.*

*Justiça, cuja balança
não requer aferição,
que seu fiel é uma lança
que nunca vacilou, não.*

[...]

*Querida estrela que brilha
mais do que um sol na amplidão,
cuja luz cabe em partilha
a todos, igual porção.*

*Refúgio dos desditosos,
do alto céu – direção;
da terra – supremos gozos,
repouso da solidão.*

[...]

*Zéfiro assim, meigo e brando,
as brasas da fresquidão:
– Jesus, que eu morra beijando
teu Sagrado Coração!*

A exaltação ao Sagrado Coração nas quadras, percorrendo o alfabeto de “a” a “z”, traz a sensação de plenitude, a exuberância da fé e a rima em “ão” nos versos “b” e “d”.

Não podia faltar ao poeta, nesses vales tão belos, a lembrança do Ângelus, da hora vespertina dedicada a Nossa Senhora:

Ave, Maria

*Quando no céu se esvai a flama
que a Terra inunda de alegria,
é que o dorido sino clama:
Ave, Maria! Ave, Maria!*

*O sol descamba no Ocidente,
num rubro leito de agonia,
e o sino plange, tristemente:
Ave, Maria! Ave, Maria!*

*Uma tristeza infinda cobre
o vale e o monte, e morre o dia;
e chora o sino no seu dobre:
Ave, Maria! Ave, Maria!*

*Nem mais a nota de um pipilo,
na verde e escura ramaria;
e o sino a encher o céu tranquilo:
Ave, Maria! Ave, Maria!*

*E, quando a noite, enfim, seu manto
a ornar de estrelas principia,
morre do sino ao longe o canto:
Ave, Maria! Ave, Maria!*

[Sacrário, 1908]

Em um belo poema narrativo, no livro *Rosas* (1911), Belmiro recupera uma famosa historinha religiosa:

*Segundo uma lenda antiga
Maria com São José
Fugindo à gente inimiga
Transpôs caminhos a pé*

*E, à proporção que Maria
Deixava o rastro no chão
Todo o caminho floria
De rosas em profusão*

[...]

*Depois de tempos volvidos
Ao peso de imensa cruz
Pelos caminhos floridos
Um homem passou – Jesus*

[...]

*Passou e pelas barrancas
Sob as asas das abelhas,
Dos tufos das rosas brancas
Brotaram rosas vermelhas*

*Só duas cores havia
Das rosas que aqui registro
A cor dos pés de Maria
E a cor das chagas de Cristo*

Uma das datas religiosas significativas que também merece atenção é o Dia de Finados, sobre o qual Belmiro conseguiu, rimando em vários poemas, desvelar a tristeza. Do livro *Redondilhas* (1934):

Finados

*Sobre o triste chão de abrolhos
em que tu vieste ficar
meus tristes cansados olhos
não se cansam de chorar.*

*Na terra que te consome
nem uma triste inscrição
Pudera! Porque teu nome
não me sai do coração.*

[p. 179]

*Se eu fosse a cova silente
em que dormes – frio leito –
com que prazer, brandamente,
não te apertava em meu peito*

*Tu vieste trazer conforto
aos míseros mortos, vieste:
– Para o meu coração morto
quantas saudades trouxeste?*

*Se tu quiseres a prova
do quanto te quero bem.
verás que na tua cova
está minh'alma também.*

*Muitas vezes imagino,
nos meus dias desolados,
que o meu coração é um sino
dobrando sempre a finados.*

*Em vez de flores, prefiro
a ausência chorar-te agora:
- Cada soluço é um suspiro
que a sepultura te enflora.*

*Eternamente, descansa
na cova, tranquila e calma,
aquela, cuja lembrança
trago viva dentro d'alma.*

[...]

*No dia 2 de Novembro
faz-se aos mortos romaria,
quando dos meus eu me lembro
toda a noite e todo o dia.*

*Ditoso quem seu penar
na velha praça esquadrinha:
- Para os meus mortos chorar
não busco ver a folhinha.*

[...]

*Nestas tristes pobres linhas
um ramo de rosas vai
para as mortas criancinhas
que não têm mãe, nem têm pai!*

[p. 182]

A obra de nosso poeta é, pois, recheada de versos e prosa em forma de oração e, resumidamente, transcrevemos, neste texto, alguns exemplos.

A título de conclusão, é importante ressaltar que o hino oficial de Nossa Senhora Aparecida, padroeira de nosso país, com música do Pe. João Batista Lemann, tem letra de Belmiro Braga. E a trouxemos, retirada de um caderninho do poeta, manuscrita e assinada por ele, porque acreditamos ser de extrema significação, nesta data comemorativa dos 110 anos de nossa Academia Mineira de Letras (AML), da qual Belmiro, com declarado orgulho, foi o primeiro tesoureiro e um dos 12 fundadores, em 25 de dezembro de 1909, em Juiz de Fora:

*Virgem mãe Aparecida
Estendei o vosso olhar
Sobre o chão de nossa vida
Sobre nós e o nosso lar*

*Virgem mãe Aparecida,
nossa vida e nossa luz
Dai-nos sempre nesta vida
paz e amor no bom Jesus*

*Estendei os vossos braços
Que trazeis no peito, em cruz
Para nos guiar os passos
Para o reino de Jesus*

*Desta vida nos extremos
Trazei paz, trazei perdão
A nós, mãe, que vos trazemos
Todo o amor do coração*

Assim, através de Belmiro Braga, agora resgatado por meio de seu discurso religioso, retomamos a história da AML, como consta no livro que registra sua fundação, de nossa autoria, *Machado Sobrinho: notícias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras* (Juiz de Fora, Funalfa, 2009).

Ângelo Machado: a ciência de encantar as mais diversas audiências¹

Leo Cunha

Ângelo Barbosa Monteiro Machado é pós-doutor em Medicina, grande especialista em Neuroanatomia e pesquisador mundialmente renomado de Entomologia, área em que descreveu mais de cem libélulas, com dezenas de organismos batizados em sua homenagem (entre libélulas, borboletas, abelhas e aranhas). Quem conhece apenas a faceta científica desse admirável mineiro certamente se surpreende quando depara com alguma obra literária dele e se assusta quando descobre que, nessa área, sua criação engloba quase 40 títulos, a maioria para o público infantojuvenil, mas também crônicas e peças de teatro para o público adulto.

Da mesma forma, quem está acostumado a ver seu nome na vitrine das livrarias, ou a ver crianças empolgadas com algum livro de sua saborosa produção para o público infantil, ou já assistiu, às gargalhadas, a alguma de suas peças, é tomado de enorme surpresa quando tem notícia de seus incontáveis feitos na área científica e pergunta, incrédulo: Mas ele é o mesmo autor da série *Que bicho comeu?*, de *O avô e o vento*, de *O rei careca*, de *O dilema do bicho-pau*, de *O casamento da ararinha azul*? Será o autor da hilária peça *Como sobreviver em festas e recepções com buffet escasso*, com anos de sucesso nos palcos mineiros?!

Pois é ele mesmo! O mesmo mestre da escola de Medicina da UFMG que, ainda bem jovem, recém-chegado da pós-graduação nos

¹ Artigo baseado em palestra proferida na Academia Mineira de Letras, em agosto de 2018.

Estados Unidos, ao fim da aula séria e rigorosa de Neuropatologia, ao lado do cadáver, saía a pé com seus entusiastas alunos (entre os quais o meu pai) para comer uma pizza ou um sanduíche alentado ali perto, em longos bate-papos, quando era o Angelim.

O mesmo grande cientista que, convidado por Jô Soares para seu programa de entrevista, viu seu anfitrião, entre reverente e com pena, pedir muitas palmas para o franzino pesquisador de libélulas. “Vou ter de tirar leite de pedra!” – parecia estar pensando o famoso e falante apresentador. Mas bastou a primeira frase de Ângelo para Jô entender que estava diante de um encantador de plateias. No tal programa, ele deu um *show* de conhecimento, de vivacidade e de humor – quase incompatíveis com a sisudez da ciência e com a fama mundial de que gozava. Ao final, foi brindado com um aplauso triunfal.

Pois, procurando entender tantas surpresas envolvendo a mesma figura, vi que talvez, para Ângelo Machado, não coubessem os versos de Mário de Andrade: “Eu sou 300, sou 350!”.

Ao contrário, todas as facetas desse cientista-ficcionista mostram, com coerência, sempre o mesmo indivíduo. O cientista que se debruça, com tanta paciência e tanto cuidado, sobre os pequeninos seres a que dedicou algumas décadas de vida é o artista que se interessa profundamente pelo ser humano, com suas grandezas e com suas fragilidades – e sobre eles derrama a ternura e a alegria com que distingue suas libélulas, borboletas e aranhas. A curiosidade e o gosto da novidade, a surpresa da descoberta e a alegria diante de uma boa e improvável “saída” em face da dificuldade são visíveis tanto nos pequeninos animais quanto no ser humano – e isso cria em Ângelo um humor constante e um entusiasmo que marcam a sua pessoa e a sua produção – seja na ciência, seja na arte.

Vejamos o cuidado e a precisão com que descreve um novo gênero de libélula, em um artigo científico:

O novo gênero de libélula *Amazoneura* é próximo de *Forcepsioneura* Lencioni, 1999, mas difere dele principalmente por ter o tubérculo póstero-lateral do lobo médio do protórax pouco desenvolvido e pela cor escura do metepímero e da parte posterior da cabeça.

E, agora, vejamos a delicadeza e o fascínio com que recorre a outras criaturinhas aladas, as fadas, para explicar, poeticamente, o sono das crianças, em um de seus livros infantis:

Quando uma criança começa a ficar com sono, as fadinhas seguram na beirada de suas pálpebras e vão puxando, puxando, até os olhos se fecharem completamente. Embora ninguém as veja, os olhos de todas as crianças têm fadinhas.²

Na vida de nosso focalizado, o cientista ficou visível antes do artista, mesmo sendo a sua família pródiga em importantes escritores: é sobrinho de Lúcia Machado de Almeida, a grande ficcionista da literatura para crianças (autora dos famosos *O caso da borboleta Atíria* e *O escaravelho do diabo*), e de Aníbal Machado, um dos maiores escritores mineiros de todos os tempos (autor, entre outros, de *João Ternura* e *A morte da porta-estandarte*), e primo de Maria Clara Machado, a genial criadora de peças teatrais para crianças, como *Pluft, o fantasminha* e *A menina e o vento*, que homenageou o primo pesquisador com a presença de um caçador de borboletas em uma de suas peças.

No seu caso, parece ter esperado chegar à maturidade para se sentir à vontade para escrever... para crianças. Foi esse o público que primeiro o instigou a fazer literatura. Assim, Ângelo Machado construiu uma obra com as marcas da mais atual e melhor literatura infantil: privilegiando o olhar e a inteligência da criança, suas histórias são cheias de fantasia e de humor, ainda que tratem de animais e de meio-ambiente, suas claras paixões. Ele sabe o caminho de levar informações sobre esses temas, sem ter o cientista a tiracolo.

Vale lembrar que a literatura infantil, durante muito tempo, foi confundida com textos que faziam de tudo, menos literatura: ensinavam bons modos e bons sentimentos, transmitiam noções de moral, cívica e religião, idealizavam a criança e/ou a tratavam como incapaz, recheando o texto de “inhos”.

Essa pretensa literatura para a infância, com linguagem formal e

² MACHADO, Ângelo. *Olho*. Ilustrações de Lor e Thalma. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2004.

pouca ou nenhuma coloquialidade, com olhar e ponto de vista adulto e temática instrutiva ou moralizante, perdurou até meados do século XX. O Modernismo, que, a partir de 1922, libertou nossa literatura “adulta” de muitas amarras, chegou atrasado aos livros para crianças. Primeiro com Lobato, depois com Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Orígenes Lessa e outros, a literatura infantil lentamente ganhou coloquialismo, explorou formas mais livres, abriu-se tematicamente para assuntos menos “sérios” e mais ligados ao cotidiano real da criança, abraçou o humor, valorizou o diálogo entre texto e imagem. Ângelo Machado se destaca como um dos grandes nomes dessa literatura infantil contemporânea, mais leve, arejada e, agora sim, fascinante para os pequenos leitores.

A literatura infantil de Ângelo tem a marca da expressividade, da valorização do olhar infantil, com sua curiosidade, esperteza, imaginação, e o constante estranhamento do óbvio. Seus textos abrem espaço para as relações familiares, o afeto e a esperança. E, claro – como já mencionado acima –, valorizam temas do cotidiano, da ciência e da natureza, às vezes com aspecto educativo, mas jamais pedagógico ou moralista.

Em suas peças de teatro, a mesma leveza, humor e ousadia estão presentes, ainda que contenham alguma crítica (sempre simpática e terna) das fraquezas humanas.

Enfim, Ângelo Machado tem a rara capacidade de se surpreender e se divertir sempre com a vida, amando e gostando de olhar fundo cada animal – seja o inseto ou o bicho-homem.

Desse jeito, contando com alegria as surpresas que sempre descobre no que observa, fica fácil para Ângelo encantar os mais diferentes públicos – no bate-papo, na aula, no livro ou no programa de TV.

A literatura e o gozo impuro, segundo Maria José de Queiroz

Lyslei Nascimento

Os animais pastam, o homem come; mas apenas o homem de espírito sabe comer. E quem sabe comer é gastrônomo. A dignidade da gastronomia apoia-se não só numa forte estrutura econômica, que lhe confere peso, medida e cifra, como se exalta, igualmente, no refinamento da mais imediata das funções fisiológicas. Assim, a alegria de sentar-se à mesa para responder a uma das leis da sobrevivência deve antecipar-se na leitura do cardápio, expandir-se na discussão das iguarias, concretizar-se na degustação e prolongar-se em gesto e palavra de louvor à sua forma, feitio, cor e apresentação. O conviva celebra no silencioso e recolhido ato de saborear a comida o talento do artista criador. Pouco importa o caráter efêmero da obra criada: a receita é partitura que se repete e volta a deliciar indefinidamente.

Maria José de Queiroz

Desde a Bíblia, a comida, a sedução e o pecado encontram-se entrelaçados. Há, na insubordinação de Eva, algo de tão lascivo, que comer do fruto proibido tornou-se, misticamente, muito mais do que abocanhar uma vulgarmente apelidada maçã. Há, nesse encontro entre a mulher, a serpente, o fruto proibido e o homem, perigo e transgressão. Afinal, com a desobediência, deixamos de ser meros bonecos de argila e nos tornamos humanos, tendo que, com sabedoria, humor e arte, vencer nossa finitude, nossa mortalidade.

Na história de Branca de Neve, a perigosa maçã se intromete no felizes-para-sempre. Em vez da serpente, uma bruxa com o suculento e vermelho fruto. Em vez do tolo Adão, um príncipe para salvar Branca. Como é possível perceber, nessas histórias da carochinha, o homem é

promovido de patente. A mulher, de agente (do mal, é bem verdade), é rebaixada à vítima (apesar de seu duplo ser a bruxa). Mas a maçã está lá. Linda e succulenta. Vermelha e terrível.

Se é possível acompanhar uma história da alimentação e da transgressão da Bíblia até os contos de fada – em histórias que vão de Abraão, que prepara uma ceia para os anjos que lhe anunciam o filho tão esperado; a Esaú e Jacó, que negociam a primogenitura com um prato de sopa de lentilhas; até o milagre da multiplicação dos pães e a nefasta última ceia, quando Judas recebe das mãos de Jesus um bocado de pão mergulhado em vinho –, na literatura, na arte, a relação entre a comida e o gozo impuro da comida é ritual e festa.

Talvez Giuseppe Arcimboldo (1226–1593) possa iluminar nosso olhar sobre a obra de Maria José de Queiroz. Embora o caráter sensual e, por que não dizer, impuro, esteja também presente no trabalho do grande pintor maneirista, é a multiplicidade que nos guiará. Como todos sabem, Arcimboldo foi um artista italiano cujas obras principais incluem as séries “Os quatro elementos” e “As quatro estações”. Nessas pinturas, ele usou, pela primeira vez, imagens da natureza, tais como frutas, verduras e flores, para compor fisionomias humanas.

A natureza compósita das figuras como estratégia de construção dirige o nosso olhar para o ensaio de Maria José de Queiroz. O homem, a partir da perspectiva desses dois artistas, um, da imagem, outro, da palavra, não é só o que come, mas, também, o que ele faz. Daí as pinturas de profissões com a mesma técnica de composição: o jardineiro, o bibliotecário e o cozinheiro.

Walter Benjamin afirma que, se houvesse uma musa do romance, seu emblema seria o cozinheiro. Ela eleva o mundo de seu estado bruto a fim de criar algo apto para comer, para realçar a plenitude de seu sabor. Pode-se até ler o jornal (ou, mais contemporaneamente, entrar nas redes sociais) enquanto se come, mas será possível comer e ler um romance? Para o filósofo, essas seriam duas ações conflitantes, porque os livros não devem ser lidos da mesma maneira.

Romances existem para serem devorados, assegura Benjamin. Ler um romance é, assim, um ato voluptuoso, de absorção, não um ato de empatia. Para ele, o leitor não deve se imaginar no lugar dos perso-

nagens, mas assimilar o que acontece com eles. Desse modo, o relato vivido das experiências seria uma apetitosa guarnição em que um prato nutritivo chega à mesa. Haveria, assim, uma dieta crua de experiência – assim como há uma dieta crua para o estômago –, a saber: as próprias experiências. A arte do romance, como as artes culinárias, começa além dos ingredientes crus. Quantas substâncias nutritivas existem e não são apetitosas em estado bruto! Quantas experiências são aconselháveis para ler, mas não para ter! Alguns leitores são atingidos com tanta força, que teriam sido devastados se tivessem sofrido as experiências diretamente! Assim, é preciso plantar, colher, lavar, cortar, temperar, cozer. Desse modo, uma verdadeira alquimia transforma o cru em cozido.

Voltemos às imagens compósitas de Arcimboldo e à multiplicidade para que possamos voltar à comida segundo Maria José de Queiroz. Para Italo Calvino, em suas propostas para o milênio, trata-se de multiplicidade a noção de obra como enciclopédia (ou seja, um conjunto de saberes que se articulam como um método de conhecimento, uma rede de conexões entre fatos, pessoas e coisas do mundo). Sendo assim, um rolo, uma embrulhada, um aranzel que é estruturado sem se perder ou atenuar sua complexidade inextrincável; também a presença simultânea de elementos os mais heterogêneos que concorrem para a determinação de um evento; cada objeto mínimo visto como o centro de uma rede de relações de que o escritor não consegue se esquivar, multiplicando os detalhes a ponto de suas descrições e divagações se tornarem infinitas; a leitura ou a observação de um trabalho dessa natureza constitui um modo de ler, de onde, de qualquer ponto que parta, o discurso se alarga de modo a compreender horizontes sempre mais vastos, e, se pudesse desenvolver-se em todas as direções, acabaria por abraçar o universo inteiro.

Nos mais de 30 livros da escritora, é possível vislumbrar uma poética enciclopedista que a faz afeita aos grandes livros e aos temas universais (a comida como um desses temas). Antes de chegar ao tema central desta exposição, a fim de demonstrar o caráter enciclopédico da escritora, cito alguns títulos: *A literatura encarcerada*, publicado em 1981, e no prelo para a sua segunda edição (revista e atualizada), que sairá ainda em 2019 pela Caravana Editorial, de Belo Horizonte, *A literatura alucinada: do êxtase das drogas à vertigem da loucura*, de 1990, *A*

literatura e o gozo impuro da comida, publicado em 1994, e *Os males da ausência ou a literatura do exílio*, de 1998.

O livro *A literatura e o gozo impuro da comida* foi precedido por *A cozinha e a comida: iniciação à arte de comer*, publicado em 1988. Nesses dois livros, Maria José de Queiroz revela, na cozinha delirante da literatura, e sob os olhares ávidos do leitor, a mesa e suas relações com a arte, desde Homero até Pedro Nava, passando por Eça de Queirós e Machado de Assis. Do sumário à tábua de matérias, a comida é pasto para a erudição e o deleite do leitor. Como não é possível deixar de perceber, delinear a mesa a partir da literatura amplia o projeto de Eduardo Frieiro, enciclopedista precursor, que, em *Feijão, angu e couve*, de 1982, realiza um precioso ensaio sobre a comida dos mineiros. Ao compor esse nosso cardápio, Frieiro lança as bases para a pesquisa que a discípula, posteriormente, desenvolve e à qual dá dimensões para além das montanhas de Minas.

A despeito de uma aparente singeleza (de uma singeleza sensualista, afirma-nos o professor Luiz Otávio Barreto Leite), Maria José de Queiroz conjuga a pesquisa histórica (tão evidente em *A literatura encarcerada*) com a memória dos sentidos, tão vívidos nos cheiros, nas cores e nos sabores, como em seu romance *Joaquina, filha do Tiradentes*. Em *A literatura e o gozo impuro da comida*, a ensaísta produziu uma “verdadeira reforma de compreensão dos prazeres da mesa enquanto objeto de investigação”. O estudioso chama a atenção para o fato de que, somente livres do preconceito que atribui ao paladar e ao olfato condição inferior à visão e à audição, é que estaremos aptos a participar do banquete da civilização. É assim que, a partir dos cinco sentidos, Queiroz promove uma reavaliação das percepções gustativa e olfativa, muito antes da avalanche de “shows de realidade”, das batalhas de bolos – incluindo-se os bolos de copo –, de churrascos, de doces, dos livros de dietas sem glúten, com glúten, com lactose, sem lactose, com açúcar e sem açúcar e também dos livros sobre alimentos macrobióticos, energéticos, detox, termogênicos, dietéticos, *lights*, *gourmets*, orgânicos, veganos, hidropônicos e funcionais... Essa assombrosa lista quase borgiana parece que não tem fim.

Ao estudar a comida na literatura e o papel da gastronomia na arte da palavra, Queiroz elabora um rico painel – desde a Antiguidade

Clássica até o século XX – buscando na história, na antropologia, na filosofia, na literatura e em outros tantos saberes a comida, a cozinha, a culinária, o apetite e o prazer de comer, a gula e a fome e todo um imaginário que circunscreve a alimentação. O olhar de enciclopedista da escritora – que tudo quer ver e devorar – é metódico e múltiplo.

Ao reunir textos e escritores da tradição literária a fim de explorar o tema da comida, Queiroz instaura um ponto de origem que é apresentado segundo uma lógica peculiar: ela organiza e classifica os temas por ordenação cronológica, histórica ou geográfica. Essa estratégia é pedagógica e busca, sobretudo, o ensino, mas exhibe, também, o método de quem vê a história literária como um fenômeno vivo, em que acontecimentos, temas e ideias se inter-relacionam.

Por isso, sua abordagem sobre a Antiguidade na *Teogonia*, de Hesíodo, ou seja, no mito de Prometeu, que rouba o fogo dos deuses e o dá aos homens. Pergunta a ensaísta: “Não foi o fogo que condicionou o tipo de regime destinado aos mortais?”. O castigo infligido a Prometeu, ficar amarrado a uma rocha por toda a eternidade enquanto uma águia devora-lhe o fígado, que cresce novamente no dia seguinte, remete “a fome dos mortais, jamais saciada, que renasce ao correr dos dias e das horas. Num eterno recomeçar, o estômago não lhe permite esquecer o ônus da sua condição”.

Para Hesíodo, a necessidade biológica está associada, de forma negativa, à ideia de maldição: o homem “é escravo do ventre”, “do ventre, do sono e da libertinagem”, completa Queiroz, citando Sócrates. A voracidade, a intemperança e a fome fazem com que a comida (e o ato de comer) se associe menos ao prazer do que a uma necessidade que deva ser domada ou sentida como algo incômodo.

Nos grandes poemas homéricos, *Iliada* e *Odisseia*, o ventre, metonimicamente, aparece ligado a uma série de situações que cumprem finalidades específicas em uma coletividade, ora visto de modo negativo (o “ventre maldito”, o “ventre odioso”, o “ventre funesto”, “que traz tantos males”, “tantas aflições traz aos mortais”), ora desempenhando funções restauradoras do corpo e do espírito. A comida na cultura grega (os banquetes festivos e fúnebres, as ceias, as reuniões em torno da mesa), em geral, está para a ensaísta ligada à hospitalidade. Nesses banquetes, eram selados, sobretudo, os compromissos sociais.

A mesa exerceria, assim, uma função civilizadora. Como afirma Queiroz, “alcança no simpósio de Platão a sua mais alta relevância”. A ensaísta associa a comida, agora, a sua quase e inevitável aproximação com o apetite sexual. Fome e amor se complementariam, e ela vê, no simpósio, nessa forma de encontro “inventada” por Platão, em *O banquete*, a transformação do vínculo mesquinho que Ulisses via nas necessidades do estômago com o novo modo como a comida, a culinária e os rituais de convivência são convertidos e sublimados em algo que não só remete aos prazeres do ventre, mas também aos do espírito. Os textos analisados gravitam em torno de um subtema, que completa uma ideia cujo fim volta ao ponto de origem.

No posfácio, a estudiosa explicita o seu método:

Um encadeamento natural que não nos permite, por exemplo, ler Pedro Nava antes de Rabelais ou Fielding antes de Cervantes. Há um fio condutor, mais do que uma ordem lógica, que une todos esses escritores: é a sua maneira de sentir. De sentir o mundo. De cheirá-lo. De sorver a vida, de devorá-la. Ou de oferecer-se como alimento e deixar-se devorar.

Percebe-se, para além do saber que está inscrito no texto de Queiroz, como a ensaísta cria um modo de conceber essas relações, não só dando uma amostragem do tema gastronômico na história literária, e o tratamento dado a esse tema nas grandes obras da literatura, mas também rastreando essas relações (desde um suposto início). Queiroz faz o leitor observar que há uma espécie de tradição do assunto e o tema da comida e suas diversas manifestações se apresentam como um *topos literário*.

Da Roma antiga, Queiroz enfoca “O banquete de Trimalquião”, fragmento do inclassificável *Satíricon*, de Petronio. Nesse estudo, ela aborda as descrições detalhadas do jantar luxuoso, extravagante e decadente oferecido pelo que se poderia chamar um “novo-rico” romano. Segundo a pesquisadora, nasce, com esse texto, um gênero “explorado, com êxito, no teatro e no cinema”, como nos filmes de Luis Buñuel e Peter Greenaway”.

Nesse itinerário, Queiroz não se furta de analisar, também, uma espécie de tratado dos excessos gastronômicos que é *Gargântua e Pantagruel* (1532), de François Rabelais. A comida, nesse texto, reflete a infinita gula desses dois gigantes, que bebem lagos de vinho e comem rebanhos de gado. Gargântua, pai de Pantagruel, nasce em um extravagante banquete. Gargamelle se empanturra de tripas e, no meio da confusão, dá à luz Gargântua, que nasce gritando: “Beber! Beber! Beber!”. A mordaz sátira de Rabelais é descrita e analisada por Queiroz, que busca acompanhar as aventuras dos dois gigantes, vendo, nos excessos alimentares, a paixão criadora, gulosa e fecunda.

Já no périplo de *Lazarrillo de Tormes*, de 1554, “a fome passa a ser o seu tema de estudo. Segundo a autora, “não se cuida, nesse enredo de inspiração picaresca, do requinte da mesa nem da qualidade das iguarias aí servidas. O que importa ao pobre Lázaro, guia de cego, é matar a fome.” De Quevedo, a ensaísta trata de *A vida de Buscón*. Também nele, a fome aparece, mas também o leite para com a comida. O personagem fecha os olhos para melhor degustar o saboroso vinho. Um jarro é chamado de “doce e amargo jarro”. Ao contemplar pães, guardados em uma arca, chama-a de “aquela cara de Deus”, e, como não podia comer os pães, enchia a arca de “mil beijos”. Desse modo, ele beija, amorosamente, o que não pode comer, apontando, com essa atitude, o ato amoroso, o desejo, o encantamento.

Do século XIX, Maria José de Queiroz estuda a gastronomia francesa. Para a ensaísta “a obra de Balzac virá à luz. Encruzilhada gastronômica das letras, a *Comédia humana* abre diante do leitor o copioso cardápio francês.” Parte desse imenso roteiro gastronômico vai sendo deliciosamente descrito e analisado de forma a exhibir ao leitor uma verdadeira enciclopédia da comida francesa a partir de Balzac.

Na *Comédia*, de *Eugenie Grandet*, Queiroz investiga um pecado capital: a avareza. O sovina Grandet “estendia aos gestos e às palavras a mesma parcimônia com que dirigia a economia doméstica e os negócios. Resolvia, com quatro frases curtas, todas as dificuldades da vida e do comércio: “não sei”, “não posso”, “não quero”, “veremos”. Nessa sovínice material e linguística, Queiroz observa como ela se desdobra na rebeldia da sobrinha Eugenie (e de seu amor por Charles) e da criada Nanon. O açúcar roubado da despensa do velho Grandet, por Eugenie,

para adoçar o café de Charles, é, sugestivamente, aproximado à paixão pelo primo.

Na parte dedicada ao “Século XIX no Brasil e em Portugal”, a mesa portuguesa ganha merecido espaço. Nos romances *O crime do padre Amaro*, *O primo Basílio*, *Os Maias*, *A ilustre casa de Ramires* e *As cidades e as serras*, de Eça de Queirós, a ensaísta encontra o requinte do tema gastronômico no escritor português. Afinal, citando o crítico José Quitério: “nem mesmo [em] Camilo ou Aquilino – são tão constantes, copiosas, quase avassaladoras as alusões, referências, descrições e seqüências de índole gastronômica”.

Muitos críticos diziam que entre os escritores do Brasil, no século XIX, havia “uma indiferença pelos prazeres da mesa”, uma “ausência do ‘senso gastronômico’”. Os críticos afirmavam que nossos escritores “não se detiveram muito em comezainas”. Entretanto, Queiroz, com fartos exemplos retirados de Machado de Assis, Aluísio Azevedo e Raul Pompeia, busca corrigir essa ideia, mostrando que há na literatura brasileira um “sensualismo alimentar”, não como “uma tradição gastronômica, à francesa”, mas que revela que comida e linguagem se associam de forma contundente.

Machado de Assis, modelo de temperança e sobriedade, é lido e descrito a partir de uma sucessão de exemplos que trazem, ao contrário de seu comedimento, uma volúpia e uma grande delícia. Afinal, ao dedicar as memórias póstumas ao verme que lhe come as carnes, o personagem Brás Cubas dá o tom do livro: o destino do homem é comer e ser comido. Desde “o primeiro encontro de Brás Cubas com a espanhola, as metáforas alimentares condicionam-se às pulsões da libido”, escreve Queiroz. As palavras e o apetite também se unem, em Machado, deixando vislumbrar um alto teor de sugestão carnal. Personagens que apalpa com olhos, ouvem, cheiram e gostam. “O requinte dos “temperos”, a “ternura” da carne, o “rebuscado” das formas, “o comer virgulado de palavrinhas doces”, “palavras de mel”, “línguas de rouxinol”, “peito de perdiz à milanesa”, “faisão assado”, “pastelinhos”, “computas de marmelo”. O libidinoso vocabulário de Machado é, assim, explorado de forma surpreendente, como uma lista de deliciosos deleites.

Maria José de Queiroz cita o narrador de Brás Cubas:

corria um burburinho alegre, um palavrear de estômago satisfeito; os olhos moles e úmidos, ou vivos e cálidos, espreguiçavam-se ou saltitavam de uma ponta à outra da mesa, atulhada de doces e frutas, aqui o ananás em fatias, ali o melão em talhadas, as compoteiras de cristal deixando ver o doce de coco, finamente ralado, amarelo como uma gema, – ou então o melado escuro e grosso, não longe do queijo e do cará.

Do conto “As bodas de Luís Duarte”, ela ressalta:

O menino do conto, o Tônico, se antecipa às visitas e quer gelatina. Pra evitar uma “cena grave”, a mãe atende, contrariada, o seu pedido. Satisfeito o capricho, Antonico come sem vontade: “levava uma colherada à boca, demorava-se tempo infinito rolando o conteúdo da colher entre a língua e o paladar, ao passo que a colher, empurrada por um lado formava na bochecha direita uma pequena elevação. Ao mesmo tempo agitava o pequeno as pernas de maneira que batia alternadamente na cadeira e na mesa. O mole dos olhos e o mole da gelatina, o cristal líquido deixando ver o doce, a consistência do melado, a descrição da criança mimada, primor”.

Já do século XX, Queiroz estuda o hilário e revelador conto “O peru de Natal”, de Mario de Andrade, a deliciosa deglutição do bispo Sardinha por nossos índios antropófagos, lembrada por Oswald de Andrade, a festa do apetite e dos ritos religiosos, de Jorge Amado, entre outros tantos escritores mais frugais, como Érico Veríssimo e Ciro dos Anjos. Mas foi em Pedro Nava que ela viu um modelo do que seria um escritor que tratou com maestria a comida. Para ela,

Nenhum outro escritor brasileiro se ocupou, com maiores vagares, de nossos hábitos culinários. E como a história da sua vida, enxertada em frondosa genealogia, se arraiga em terras de Minas, mato dentro, derivando, serra abaixo, na direção do Atlântico até os confins do Ceará e do Maranhão, marcam encontro, no seu paladar, os gustemas de metade do país. Impossível passar ao largo de sua mesa. Além de abrir-nos, de leste a oeste, o mapa das cozinhas

regionais, seus livros nos sugerem cardápios, reproduzem receitas seculares, divulgam tabus e mostram que podemos aspirar sem complexo, a um verbete no *Larousse gastronomique*. Também sabemos comer.

A ensaísta vai descrevendo as metáforas, os símbolos, as associações e as analogias cujas imagens de comida e de bebida vão se entrececendo com as descrições que o memorialista faz da infância, da família, da sua terra. O linguajar mineiro, por exemplo, descrito por Nava é lembrado pela escritora:

[os] dizeres de Minas valem ouro. Suas expressões, frases feitas, são como bom-bocados do seu queijo, como um golão de cachaça escorrendo no queixo, um naco de carne de porco, de toucinho, de torresmo.

Para Queiroz, a obra de Nava comunica em silêncio um mundo de todos os sentidos, vívidos na memória e repostos no instante do presente, são *madaleines* proustianas que vão do caviar ao suspiro, do queijo à carne, do vinho ao beijo. De acordo com Luiz Horta, Nava seria o Proust brasileiro, se Proust não fosse tão frágil e conseguisse descrever uma feijoada como Nava o fez. Tema, aliás, recorrente também na música popular brasileira.

Cozinhar, desse modo, para Maria José de Queiroz, é um milagre esperado, no lar e fora dele. Para ela, escrever bem sobre cozinhar é excelência de receituário, escrever bem sobre os mistérios do paladar e sobre suas implicações políticas e científicas é melhorar o convívio da espécie humana, tornando inteligível, poético e inesquecível o difícil pão de cada dia.

Meu desejo, ao terminar esta exposição sobre a literatura e a comida segundo Maria José de Queiroz, é que esse itinerário gastronômico, à maneira da multiplicidade presente na obra de Arcimboldo, instigue a leitura da obra dessa grande escritora brasileira, e, também, estimule a leitura dos grandes livros e dos grandes autores por ela elencados nesse verdadeiro cardápio literário. Porque, como afirmou Maria-Antoine Carême, “quando não houver cozinha no mundo, não haverá literatura, nem inteligência bilhante e rápida, nem inspiração, nem relações duradouras; não haverá tampouco unidade social”.

Beatriz Brandão revisitada em Ouro Preto¹

Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond

A Câmara Municipal de Ouro Preto instituiu a Comenda Beatriz Brandão para homenagear mulheres atuantes na vida cultural dessa cidade. Essa iniciativa tem o mérito de realçar e iluminar a trajetória da poeta infeliz em prol de setores prioritários em uma sociedade que deve buscar a “perfeição do sujeito”: educação, liberdade e arte. Contribui para reavivar a memória da poeta vila-riquense, cuja obra ainda permanece pouco conhecida na literatura brasileira e cuja vida, de certa maneira espelhada em sua poesia, também não está de todo esclarecida e interpretada.

Entretanto, esse “esquecimento” não se restringe a Beatriz Brandão, mas se estende a escritores e poetas que, reconhecidos em seu tempo, estão hoje arquivados nas páginas dos periódicos oitocentistas e de livros que não lograram reedição. Mesmo nomes como o de Bernardo Guimarães (1825-1883) caíram no desconhecimento do leitor comum, que muitas vezes até se surpreende ao saber que o autor de *O garimpeiro* era natural de Ouro Preto e que viveu, ensinou no Liceu Mineiro e colaborou na imprensa dessa cidade. Outros escritores, como Beatriz Brandão, ainda não foram de fato reconhecidos, apesar de terem sido resgatados por pesquisa séria². Outros sequer ainda foram retirados do

¹ Este artigo é adaptação da comunicação apresentada pela autora ao receber a Comenda Beatriz Brandão, na Câmara de Ouro Preto, em 14/12/2019.

² O mérito da atualização do nome e o estabelecimento obra de Beatriz Brandão cabem a Cláudia Gomes Pereira, autora de *Beatriz Brandão, mulher e escritora no Brasil do século XIX*, de 2005, e *Contestado fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*, de 2011.

silêncio dos arquivos, o que é uma grande pena para os estudos literários. Por isso, ainda é preciso pesquisa para concluir a sistematização desses conteúdos, embora existam bons trabalhos acadêmicos já realizados. Falta à escola, em todos os níveis, encampar esse capítulo da história da literatura mineira e passar a contemplar, além dos árcades, autores e obras produzidas especialmente do século XIX até a década de 1950, quando é possível identificar o cultivo da *vida literária*³ na cidade ainda.

Nos livros *A biografia de Aleijadinho e seu contexto* e *Poesia enquanto costume* (DRUMMOND, 2014), destaquei a existência em Ouro Preto do convívio entre escritores, bem como a circulação de obras, editadas ou não, e o exercício da crítica, facilitado pela tradição da cultura impressa e pelas relações interpessoais na vida social ouro-pretana.

Essa prática, segundo Antônio Candido, orientou a constituição do sistema literário brasileiro e está na origem da formação do público leitor, que era, no século XIX, o leitor de jornal e revistas literárias, sócio dos gabinetes de leitura e frequentador de bibliotecas públicas, apesar da efemeridade dessas instituições. Na situação de “*parca leitura*” frequentemente apontada como realidade brasileira à época, é preciso inventariar os esforços individuais, sem apoio público, de muitos agentes culturais, como as professoras de primeiras letras, um e outro pároco, o farmacêutico, os mestres de banda e especialmente os editores e impressores de periódicos. Eles exerceram o papel de agenciadores e fomentadores de textos, movidos pela intuição, mas sobretudo pela fé no livro, no panfleto, na revista, no anúncio, nas bulas de remédios, nos cadernos, na cartilha e na redação infantil na escola, enfim em tudo que circulava com suporte na Letra. Ao longo do século XIX, as iniciativas movidas por propósitos humanistas – é bom reforçar esse aspecto – viam na formação (ou apenas na informação) intelectual letrada a porta da emancipação social. Foram as associações de ajuda mútua, sociedades de instrução, grêmios de difusão da leitura, formação de biblioteca, publicação de jornal, como a Sociedade Promotora da Instrução Pública, fundada em Ouro Preto em 1829, e outras tantas.

3 A expressão “vida literária” designa a prática da convivência entre escritores em torno de textos, a circulação, o comentário e a experiência de apreciação de obras. Ou seja: produção, circulação e leitura (escritor x obra x público).

Eram esforços de tentar superar desigualdades, implantar justiça e vislumbrar na instrução algum caminho de desenvolvimento. A revista literária da década de 1840, cujo conceito de “literatura” não é o mesmo de hoje, divulgava monografias sobre assuntos práticos e úteis ao desenvolvimento do País, como plantação de baunilha, cultivo seguro de abelhas, o potencial econômico da cochonilha (como tinta), remetendo em certo sentido às matérias publicadas em *O Fazendeiro do Brasil* (1806), coleção organizada no clima de pré-independência pelo frei José Mariano da Conceição Veloso e espalhada pelos recantos onde se pudesse encontrar o homem rural da época. A ideia da revista literária não era extemporânea, como pode parecer, mas se aplicava à realidade social, que não tinha sofrido mudanças de fundo. O País era ainda escravista e dependente em amplos sentidos. À ideia de formação literária ajuntava-se a concepção de formação prática e qualificação para a autonomia. O poeta do cotidiano dessa época circulava nesses espaços e firmou-se não como “um-ser-do-outro-mundo”, apesar das imagens cunhadas pelo Romantismo, mas homem que também pensava nas coisas comuns e cotidianas, uma entidade popular, diga-se, presente em acontecimentos públicos e partilhados, da festa do padroeiro à cerimônia cívica. Fazia versos muitas vezes sem possuir conhecimento poético teórico, mas ouvia e lia poesia, herdeiro que era da tradição firmada desde a Vila Rica da poesia árcade. Assim é que

[...] ininterrupta no Ouro Preto do século XIX, a produção poética circulou em jornais, apresentações públicas, comemorações festivas, cívicas, religiosas, fúnebres e no teatro. Os grandes poetas dessa época foram também poetas de circunstância, autores de hinos e quadras dedicados a grêmios e pequenas associações ouro-pretanas [...]. (DRUMMOND, 2015, p. 14).

Encontrei sinais de permanência dessa prática na vida intelectual da primeira metade do século XX, cultivada por professores da Escola Normal, da Farmácia e da Engenharia que eram poetas, e por poetas que se tornaram professores, editores de jornais e revistas, revisores e tradutores de poesia⁴.

⁴ Além dos títulos citados, ver Drummond (2015).

A biografia de Beatriz Brandão – mulher, dona de casa, professora de meninas, tradutora de poesia e poeta – situa-a nesse contexto do poeta como pessoa comum, e não *um ser enviado e superior, dotado de inspiração divina*. Ela lutou com os problemas de sua época, especialmente os de ordem familiar que relegavam a mulher a lugar subalterno e dependente da autoridade masculina. Enfrentando a posição inadequada e imprópria de não ter sido mãe, quando predominava o contrário, Beatriz desempenhou a função de mestra, que a completava segundo o padrão vigente. Era professora de meninas e, nessa especialização, que à época era desempenhada no espaço da sua própria casa, viu constrangida e ameaçada sua reputação de profissional competente pelo comportamento rude do marido.

A poeta estava sujeita, portanto, às idiossincrasias da vida comum, as quais, em certo sentido, se espelharam em sua trajetória intelectual e pontilharam sua obra. Essas atribuições tornaram Beatriz personagem de uma biografia trágica e ainda inconclusa, que muito terá a preencher na história da literatura ouro-pretana.

Prima de Marília de Dirceu, Beatriz Francisca de Assis Brandão nasceu em Vila Rica em 1779 e faleceu no Rio de Janeiro, aos 89 anos, em 1868. Teve certamente uma educação erudita, incluindo, além de música e bordado, o aprendizado de francês e italiano, que lhe possibilitou traduzir poetas como Metastasio e Gessner.

Sua obra poética a revela leitora da poesia clássica. Foi contemporânea de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. Leu certamente os árcades de Vila Rica e, nos padrões da época, imitou-os. Em um poema irônico, denominado “A Elmira aleivosa e ingrata amiga” (PEREIRA, 2011, p. 220-221), Beatriz se mostra admiradora de *D. Quixote* e satiriza Elmira pela biblioteca de mau gosto, que possuía obras medievais, criticadas por Cervantes. É interessante demarcar que nesse detalhe, aparentemente simples, a poeta revela conhecimento de história literária, da qual *D. Quixote* (1604) é o marco moderno da nova maneira de narrar. Nos próprios versos, ela se declara poeta sem modéstia e acentua a incursão biográfica. Diz:

*Não gostas que eu faça versos?
E por que, minha querida?*

*Não sabes que neles tenho
Meu alento, minha vida?*
(PEREIRA, 2011, p. 224).

Esse viés autobiográfico relativo a uma vida de sofrimento pode ser identificado também em outras passagens da obra poética de Beatriz Brandão. Em 1860, no poema em memória de D. Estefânia, de Portugal, intitulado “Lágrimas do Brasil”, Beatriz recorre novamente à própria biografia ao conclamar as mulheres do Brasil para o lamento pela jovem rainha morta:

*Ó filhas do Brasil, caras patricias,
ajuntai vossos ais a meus suspiros,
choremos, sim, com lágrimas de sangue
a germânica flor, pulcra, viçosa,
que o hábito secou de desventura.*
(BRANDÃO, 1860).

É, pois, como mulher nascida em sociedade escravista, onde o padrão masculino predominava, que Beatriz Brandão deve ser também lembrada.

Não me arrisco a usar o termo *feminista*, pois seria, de certa maneira, extemporâneo ao significado que hoje lhe atribuímos, mas com toda certeza Beatriz Brandão se projetou além de seu tempo. Enfrentou um casamento malsucedido, lutou pelo divórcio e retomou a vida no Rio de Janeiro, em 1839, sozinha, já aos 60 anos de idade, seguindo a vocação de poeta no meio intelectual da capital do Império.

Sozinha, Beatriz enfrentara agravos e desentendimentos com o marido, alferes Vicente Batista Rodrigues de Alvarenga – com quem se casara, aos 34 anos, em 1813 –, que a maltratava e que possivelmente não a compreendesse do ponto de vista intelectual. A crer em Augusto de Lima Júnior (*apud* PEREIRA, 2011), o alferes era figura apagada no meio social de Ouro Preto, sugerindo que sua ambição através do casamento fosse subir na carreira militar⁵. Ela lutou sete anos pelo divórcio.

5 A. Lima Júnior (RIHGMG – *Beatriz Brandão, musa da Independência, vida gloriosa e trágica*).

Apesar de pertencer a uma família rica e eminente de Vila Rica, Beatriz Brandão dedicou-se à educação de meninas, ocupação de alcance social, avaliada e autorizada pela câmara municipal mediante prova de conhecimento e competência. Essa vocação para o ensino é o que mais me chama atenção em sua biografia de mulher vivendo em uma sociedade escravista de exceção e de segregação de pretos e pobres. Ela subscrevia um pensamento libertário da época, segundo o qual a educação e o ensino seriam capazes de formar uma nova mentalidade feminina. É claro que ainda era o possível que se almejava, a mulher desempenhando o papel de *boa mãe* e *boa mestra*, do qual, no plano da iconografia cristã, Santana é o grande símbolo amplamente difundido em Minas Gerais.

Em 1829, Beatriz publica um anúncio de sua aula no jornal *Universal*. Ser professora era, então, uma tarefa destacável, tendo em vista o *status* do professor em uma sociedade com maioria da população iletrada, sem condições de acesso ao livro e à leitura, e que igualava, paradoxalmente, em exclusão quase absoluta, a mulher livre e os escravos.

O Brasil passava pela fase de afirmação como nação independente e livre do colonialismo, exercitando diversos mecanismos de constituição de suas instituições (Constituição, revoltas regionais, correntes de opinião formando os partidos políticos, debates na imprensa, delimitação de fronteiras, organização das assembleias provinciais, entre outros.)

Capital de uma das mais importantes províncias do Império, Ouro Preto exercia, por isso, o papel de centro aglutinador de acontecimentos e debates políticos, culturais e intelectuais. Desde seu primeiro jornal, *O Compilador Mineiro*, de 1823, a imprensa se destacou como polo cultural. Beatriz Brandão inicia sua trajetória de poeta publicando em periódicos de Ouro Preto e São João del-Rei. Era o lugar ideal para o lançamento da poeta. O jornal dava primeira visibilidade à obra, corria de mão em mão e, muitas vezes, ao que se sabe, era também lido em voz alta aos que não sabiam ler. Por isso, o viajante ilustrado Herman Burmeister, em visita a Ouro Preto em 1851, observou que “o jornal era o principal alimento intelectual da cidade” (BURMEISTER, 1986, p. 158). A vida da província e o cotidiano da cidade estavam nas

páginas dos jornais ouro-pretanos, às centenas, durante o século XIX, e nas mais variadas tendências.

A poesia sempre ocupou diariamente lugar nas páginas dos periódicos ao longo do século XIX, interagindo com o leitor pelos cantos mais escondidos do País.

O prestígio da poesia no Brasil vem de longe. Não seria, como não foi, interdita a mulheres, a exemplo de Beatriz Brandão, que começou a publicar no *Abelha do Itacolomi* em 1825. Suas composições patrióticas, de elogio ao imperador, por exemplo, foram declamadas no Teatro Municipal e depois transcritas na imprensa. Ela sempre acorria aos jornais. Anunciava a abertura de sua aula na Praça, nº 11, na edição de *O Novo Argos* de 30 de abril de 1830. Meses depois, em 26 de agosto de 1830, o mesmo jornal publicava anúncio de outra aula, a da professora Carlota Joaquina de Paiva, na Praça, nº 17. Não sei se eram colegas ou concorrentes, mas ambas se declaravam professoras de meninas, no ensino de ler, escrever, contar, línguas (francês e italiano), bordado, canto e música. Em *O Universal* de 21 de janeiro de 1833, a “Professora Pública de Primeiras Letras desta Imperial Cidade”, tudo indicando ser Beatriz Brandão, volta a anunciar a aula, agora em outro endereço, Rua Direita, 22.

O drama pessoal de Beatriz Brandão era de conhecimento público e ela sentia-se, por isso, constrangida a continuar ensinando meninas em sua própria casa. O anúncio publicado em *O Universal* de 15 de junho de 1832 dá a dimensão de seu sofrimento:

[...] razões domésticas e indignas de patentear-se me obrigaram a não poder continuar o ensino em minha própria casa, onde não podia conseguir sossego, liberdade nem decência, e os motivos disso têm sido mais públicos do que era necessário para minha desculpa (BRANDÃO, 1832).

Poucos meses depois, em outro anúncio n’*O Universal*, de 25 de setembro de 1832, Beatriz Brandão denuncia publicamente o comportamento ganancioso de seu marido, que dilapidava o patrimônio herdado por ela dos pais, e, por isso, declara que “contra ele tenho ação preparatória para o divórcio que intento”.

Entretanto, ela mantinha atividade intelectual, sabe-se lá como. Em 1830, era poeta colaboradora do jornal *O Mentor das Brasileiras*, editado em São João del-Rei. Em 1831-1832, teve seu nome lançado em escala nacional, ao ter obras publicadas na primeira história da literatura brasileira – o *Parnaso brasileiro* –, de Januário da Cunha Barbosa, ou *Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil*. Nessa publicação, Beatriz Brandão lança-se também como tradutora de francês, na *Carta de Leandro a Hero*.

Em 1839, finalmente, o Juízo Eclesiástico decide pela concessão do divórcio. Beatriz Brandão muda-se para o Rio de Janeiro, tendo antes vivido como professora em Niterói (PEREIRA, 2011). Não se sabe como ficou decidida a questão da herança dos pais, mas supõe-se, pelas origens da poeta, que ela dispusesse de algum recurso para viver no Rio. Na década de 1840, a produção literária de Beatriz Brandão tem uma grande lacuna, não há nenhuma publicação nesse período, possivelmente por influência de problemas pessoais e readaptação à nova vida; era uma senhora de 60 anos e, ao que tudo indica, sozinha.

Na década de 1850, ela estará em plena atividade intelectual. Retoma a produção poética, publica na revista romântica *Guanabara*, tem seu nome indicado (mas rejeitado) pelo historiador Joaquim Norberto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Durante cinco anos, foi colaboradora do jornal *Marmota Fluminense*, em cujas páginas saem também um poema e um importante texto histórico-biográfico que Beatriz escreveu sobre a prima Maria Dorotéia, a Marília de Dirceu, morta em Ouro Preto em fevereiro de 1853. O *Marmota Fluminense*, que era jornal de grande circulação e respeitabilidade no Rio de Janeiro, certamente deu visibilidade e importância à poesia de Beatriz Brandão. Finalmente, em 1856, sai seu primeiro livro de poesia, *Cantos da mocidade*, escrito na juventude da poeta. Em 1859, vem a público o segundo livro, *Cartas de Leandro e Hero*, em volume único, reunindo a produção nova e a anterior, divulgada no *Parnaso Brasileiro*, em 1832.

Beatriz Brandão relacionava-se na corte e mantinha vínculos com os intelectuais e poetas da época no Rio de Janeiro. Possivelmente, embora sem confirmação documental, ela tenha-se encontrado com o conterrâneo Bernardo Guimarães, que, na década de 1860, morando na

capital do Império, atuava como crítico no polêmico jornal *Actualidade*, dirigido por Flávio Farnese.

Arrisco-me a afirmar que Beatriz Brandão teve contato, no Rio, com outro intelectual relacionado a Ouro Preto, onde possivelmente o tenha conhecido. Trata-se do editor Bernardo Xavier Pinto de Sousa, português naturalizado e criador da primeira revista literária de Minas Gerais – o *Recreador Mineiro* –, impressa em Ouro Preto de 1845 a 1848. Xavier Pinto de Sousa era ainda dono de importante livraria na Rua dos Contos (hoje Rua São José), impressor de livros e incentivador da vida cultural de Ouro Preto, onde residiu de 1837 a 1852. Mudando-se para o Rio, continuou a profissão de impressor, abrindo livraria na Rua dos Ciganos, 43, onde publicou diversas produções literárias – e onde, em 1859, José de Alencar encontrou volumes de *O guarani* que, recuperados de sebos por Xavier, estavam postos à venda, conforme o escritor narra em *Como e porque sou romancista*. Mas isso já é outra história. Ou é, na crônica da vida literária em Ouro Preto, um detalhe instigante...

Em 1860, Xavier Pinto de Sousa publicou o drama *Catão*, de Metastasio, traduzido por Beatriz Brandão. E certamente a poeta entendeu-se pessoalmente com o editor. No mesmo ano, Xavier lança uma grande publicação, sob assinatura e apoio da comunidade portuguesa no Brasil, em memória da rainha de Portugal Dona Estefânia, morta em 1859. Beatriz Brandão é a única mulher colaboradora, com a publicação do poema “Lágrimas do Brasil”, aos 81 anos de idade. A poeta não esconde a angústia pela morte trágica da rainha aos 23 anos e se solidariza com a dor de Portugal, em uma metáfora que percorre o poema: as lágrimas brasileiras se confundem com as lusitanas, reunindo assim o Império do Brasil e o Reino de Portugal. Provavelmente devido à idade avançada da poeta e à juventude precoce que desaparecia com a rainha, Beatriz Brandão acerca-se do ambiente monárquico e aristocrático, louvando e admirando o passado com nostalgia.

É claro que sua biografia não se espelha necessariamente em sua obra, mas as “Lágrimas do Brasil” revelam também um lado da alma de Beatriz Brandão que encontrava abrigo na produção poética. Esse refúgio real ou encenado do *eu* na literatura caracteriza o Romantismo e, na poesia de Beatriz, de formação e influência neoclássica, sugere a

transição da poeta, que abandona os prados e os pastores árcades para espelhar sentimentos íntimos em sua obra.

Em 1868, sem ter voltado à sua terra natal, onde trabalhara pela educação, regeira o coral na Matriz do Pilar, ensinara música e canto, literatura e bordados, além de ler, escrever e contar, Beatriz Brandão morre no Rio de Janeiro.

Falta compreender mais a história pessoal da poeta. Falta situá-la no contexto de *vida literária*, primeiramente em Vila Rica/Ouro Preto, na cidade colonial, barroca e neoclássica a um tempo, no nascimento da imprensa periódica, da circulação do livro e da letra impressa, da música dos mestres locais e das artes plásticas que lá estrearam. E, depois, a poeta no Rio de Janeiro, as redes de seu relacionamento em torno da poesia e da tradução, dos acontecimentos políticos e das novidades culturais que a Corte, antes da Província, recebia.

Não sei se Ouro Preto e os eventos trágicos em torno da Inconfidência Mineira vivenciados por Beatriz Brandão, se a presença de Aleijadinho mutilado, mas vivo e atuante, que ela certamente conheceu, se as quaresmas e procissões do enterro, o interior das igrejas, as disputas políticas, sedições e motins de sua época, não sei se tudo isso magoou Beatriz ou lhe trouxe saudade. Não sei como Ouro Preto chegava à sua casa no Rio, quais correspondências trocava e como, finalmente, ela se lembrou da cidade ao fim da vida.

Volto ao significado da Comenda Beatriz Brandão.

Penso que é preciso aprofundar a pesquisa, buscando documentação e cruzamento de notícias que possam reconstituir a vida de Beatriz Brandão no Rio de Janeiro, sua amizade com a imperatriz Teresa Cristina e sua luta, não como feminista, que a palavra é pequena para conter a personalidade da poeta ouro-pretana, mas como mulher de sensibilidade multifacetada, cuja atuação cultural, ao lado de tantas outras ouro-pretanas, professoras também, do século XIX e de nossa época, é referência segura na construção de uma sociedade brasileira igualitária e justa que precisamos, agora, mais do que nunca, defender e assegurar.

Referências

BRANDÃO, Beatriz. *Mausoléu dedicado a D. Estefânia*. Rio de Janeiro: Bernardo Xavier Pinto de Sousa, 1860.

Burmeister, Herman. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. *A biografia de Aleijadinho e seu contexto*. Ouro Preto: Liberdade, 2014.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. *Da poesia à reportagem*. Ouro Preto, MG: Liberdade, 2015. (Série ouro-pretana, v. 3).

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. *Poesia enquanto costume*. Ouro Preto, MG: Liberdade, 2015. (Série ouro-pretana, v. 4).

PEREIRA, Cláudia Gomes. *Beatriz Brandão, mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: Scortecci, 2005.

PEREIRA, Cláudia Gomes. *Contestado fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011.

Homenagem a Carmen Schneider Guimarães

Maria Inês de Moraes Marreco

José Luiz Gonçalves Guimarães foi buscar a “menina da ilha” – que vivera sempre cercada de água por todos os lados –, para acomodá-la entre montanhas e vales.

A moça trocou a paisagem marinha, a imagem laboriosa dos pescadores espírito-santenses, pelos boiadeiros da terra e faiscares dos rios mineiros. Situou-se naqueles peitos de ferro, com nobre coração de ouro, na metáfora do poeta.

Carmen Schneider Guimarães adentra o pórtico da Academia Feminina Mineira de Letras... chega de manso, em marulhar sereno, leve sorriso a encantar-lhe o rosto – como quem nem se importa de chegar chegando –, e se espraia... Carmen em si mesma é testemunho. Testemunho-mulher. [...] Carmen! Testemunho da carne e da alma. Do vivido. Do presente. [...] Carmen! Testemunho da destinação da mulher-mãe. [...] Carmen, testemunho-terra, grávida de mar no perquirir do universo primitivo do beira-mar. [...] Carmen, testemunho-lei de Deus e dos homens, no relato dos depoimentos que corporificam. Seja bendita pelas gerações vindouras, pelos filhos e pelos filhos de seus filhos, pelos netos já presentes e pelos que ainda estão por vir.

Cely Vilhena, em discurso por ocasião da entrada de Carmen Schneider Guimarães na Academia Feminina Mineira de Letras

Carmen Schneider Guimarães, filha de Godofredo Schneider e Noêmia Serrano Schneider, é natural de Vitória, Espírito Santo, e reside em Belo Horizonte desde 1947. Viúva de José Luiz Gonçalves Guimarães, com quem teve cinco filhos. Contadora, professora, escritora, poeta, ensaísta, possui vários estudos em cursos de aperfeiçoamento e atualização, além de ter cursado alguns períodos do curso de Direito.

Sua trajetória pela literatura começa pela poesia, e aqui vale a pena inserir um fato relevante da vida de nossa homenageada. Em

1942, foi criado um concurso de poesia para jovens estudantes da rede educacional do Espírito Santo, abrangendo vários educandários. Carmen Schneider, então com 16 anos de idade, aluna do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, o conhecido Colégio do Carmo, foi a vencedora com a poesia “A pérola”, que lhes peço permissão para ler:

A pérola

*No dorso de uma onda
há uma concha perdida.*

*Vai rolando,
sozinha,
na corrente impetuosa
que a traz
cativa.*

*Qual nenúfar,
é uma flor
boiando sobre o mar.*

*Lá fora
o oceano ruge,
uma fera.*

*A vaga surge
volumosa, alta
e à praia arroja
a flor daquela concha.*

*Em duas pétalas
se abre.*

*Rola a pérola perdida
e cai como uma folha.
O sol banha dourando
aquela joia,
abandonada,
ali, como uma bolha.*

Alguns anos mais tarde, já morando nas Minas Gerais, abrem-se para a capixaba as portas do espaço jornalístico, permitindo sua entrada no mundo das crônicas, reportagens, entrevistas e resenhas.

Entretanto, Carmen não se contentou com isso, sentiu necessidade de ampliar seus horizontes literários. O entusiasmo pela crítica literária a levou ao aprofundamento dessa arte. Assim, o ensaio passou a ser uma das principais características de sua escrita, possibilitando-lhe incursionar pelos mais altos escalões da intelectualidade nacional e internacional. Como ensaísta, Carmen Schneider Guimarães presenteou seus leitores com mais de 50 trabalhos a respeito de escritores, poetas, artistas plásticos, bailarinos e músicos, entre outros.

Entre as muitas honrarias colecionadas por nossa homenageada, cabe-me destacar: Medalha de Prata Santos Dumont, 1995, e Medalha de Ouro Santos Dumont, 2018, pela Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais; Medalha Guimarães Rosa, da Polícia Militar de Minas Gerais; Medalha de Honra ao Mérito pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1995; Medalha da Inconfidência, pelo Governo de Minas Gerais; Medalha Clara Ramos, da União Brasileira de Escritores, Rio de Janeiro; Prêmio Vivaldi Moreira, da Academia Mineira de Letras, pelo ensaio “Afonso Arinos”, 2006; Destaque da Academia Feminina Mineira de Letras (Afemil) no Jornalismo (placa de prata) – Roberto Elísio de Castro Lima, 1995; Cidadania Honorária pela Câmara Municipal de Itaúna, Minas Gerais, 2014; Cidadania Honorária pela Prefeitura de Vila Velha (ES) e pelas Câmaras Municipais de Itaúna, Cordisburgo e Recife; diplomas de mérito cultural da União Brasileira de Escritores (UBE) e do Bluffton College, Ohio (EUA); Il Marzocco, da Accademia Del Fiorino, pelo reconhecimento de sua contribuição à arte e à cultura. Foi também alvo de homenagens das Prefeituras de Goiânia (GO) e Recife (PE), do Centro Cultural de Santos Dumont, da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais (Amulmig) e de muitas outras instituições.

Prefaciou e analisou diversos livros, fez avaliações e críticas literárias em jornais e revistas, proferiu conferências na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), ministrou aulas na Faculdade de Filosofia da Universidade de Itaúna e na Universidade Livre da Academia Mineira de Letras, fez pronunciamentos em lançamentos de livros em colégios e faculdades em Belo Horizonte e no interior do Estado. Proferiu numerosos discursos em recepções a novas acadêmicas. Foi redatora e jurada em concursos literários; integrou a equipe da televisão Alterosa, canal 2; colabora, como jornalista, no

jornal *Estado de Minas* desde 1965 (nos cadernos de “Turismo”, “Suplemento Literário” e “Pensar”), e nos jornais *Diário da Tarde*, *O Jornal* (do Rio de Janeiro), *A Tribuna* e *A Gazeta* (de Vitória – ES), entre outros. É membro efetivo da Academia Mineira de Letras (Cadeira 5), presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras (Afemil) – onde ocupa a Cadeira 11 –, membro da Associação Amigas da Cultura (em Belo Horizonte), membro correspondente da UBE-RJ, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, membro da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras e membro honorário da Academia de Ciências e Letras de Lafayette (MG).

Estou certa de que deixei muito a desejar nesse pequeno relato de tão extenso currículo, mas não correria o risco de me estender mais por receio de ser injusta com nossa homenageada. Valho-me, pois, da síntese para me desculpar pelo muito que não foi dito.

Consciente de que seria impossível, no espaço de tempo que temos, relatar com justiça todos os meandros de tão rica trajetória, e consciente, sobretudo, da impossibilidade de enumerar os discursos, as saudações, as palestras, as aulas e as conferências proferidas por Carmen Schneider Guimarães, apresento-lhes seus livros, objetos de orgulho e marcadores significativos de uma obra rica e complexa.

Fictício ou não, sabemos que um texto literário se origina de uma experiência vivida por alguém num determinado contexto histórico-social.

Cabe ao escritor fazer florescer a níveis simbólicos e práticos os padrões normativos que instiguem seu leitor a captar e ilustrar como tais modelos são internalizados e interpretados, rejeitados ou transgredidos.

Aqui se insere a escrita de Carmen Schneider Guimarães. Enquanto representação cultural, sua produção literária não só funciona como um retrato mimético da realidade como também traduz o processo de recriar a sociedade do amanhã. Seu texto reflete sobre o lugar da escrita, no processo de entrever novas formas de articulação do pensamento e do conhecimento no processo de repensar o humano. A autora é convicta da importância do posicionamento do escritor no mundo em que o texto é produzido. Domina com igual elegância o romance, o conto, o ensaio e a poesia.

Como Umberto Eco, farei um passeio pelos “bosques” da escrita dessa capixaba-mineira ou mineira-capixaba, que muito me honra pela irmandade da origem. E acrescento, “bosque” é uma metáfora para o texto narrativo, qualquer texto, ou “um jardim de caminhos que se bifurcam”, como disse Jorge Luís Borges. Mesmo quando não existem trilhas definidas, cada um pode traçar a sua.

Vejamos a trilha de Carmen Schneider Guimarães: a escritora lança seu primeiro livro em 1966 – *Lola, a prima de Timbolo* –, em dois volumes. O primeiro, com 12 capítulos, e o segundo, com 14, perfazendo o total de 26 pequenas histórias da vida de duas crianças de descendência germânica, mas brasileiras de corpo e alma, que viveram grande parte de suas vidas em Vila Velha, no Espírito Santo.

Lola, o apelido de Laura, e o primo Darcy, carinhosamente apelidado pelo pai de Timbolo, viviam próximo a uma vila de pescadores, cenário retratado com fidedigna gentileza pela autora. Carmen faz da linguagem uma verdadeira ponte para apresentar os termos usados pelos moradores da vila, como “dar uma caidinha” no mar, “bitelões”, “engatava” as puãs (prender as puãs fininhas dos siriaçus nas grandes, chamadas alicates, tornando o “indomável potrinho marinho tão quieto quanto um caranguejo dorminhoco”). Ao dissertar sobre a pesca do siri, ela esclarece para seus leitores não só a existência dos crustáceos daquela região, como também as diversas formas de se tornarem deliciosas iguarias (maionese de lagosta, moqueca de siri, etc.) feitas com maestria pelas mãos habilidosas das mulheres dos pescadores. Além disso, não priva seus leitores das peculiaridades da infância daquelas crianças. Por exemplo: Lola achava que a palavra “esdrúxula” era palavrão, e Timbolo acreditava que o siriaçu era o rei dos siris. Nas pequenas histórias desses dois volumes desfilam, além das descobertas da infância das crianças dos anos 1960, os encantos da época: o feiticeiro, os arrastões, o circo, etc. No primeiro volume desse trabalho, a escritora faz uma referência especial e de grande importância para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo – os primeiros passos da hoje grande Fábrica de Chocolates Garoto, cujo primeiro nome foi Fábrica de Balas Garoto. Por essas coletâneas, Carmen Schneider Guimarães recebeu o Prêmio João de Barros, da Prefeitura de Belo Horizonte.

Em 1978, a escritora lança seu segundo livro, *Corpo molhado*. São cinco contos criados a partir da vivência da autora, que, com sutileza, retrata o espaço acanhado e carente daqueles que, com dificuldade, sobrevivem da pesca e, com amor, sobrevivem da esperança. Foi agraciada com premiação no Concurso Peregrino Júnior, promovido pela União Brasileira de Escritores, no Rio de Janeiro.

Yeda Prates registra no prefácio:

Ao ler seu livro tive, desde o início, a impressão de que o sertão roseano avançava, avançava sempre, em busca do mar capixaba. E, lá chegando, passava a ter “corpo molhado”, falava linguagem beira-mar, tingia-se de azul.

Embora sejam os textos desse livro alimentados dos mais variados temas, interligando personagens de diversos mundos ou camadas sociais populares – como pescadores, soldados, mocinhas despreparadas, etc. –, todos eles são movidos por suas paixões e, de alguma forma, lutam por seus ideais.

Acrescenta Fábio Lucas:

Além do efeito narrativo do relato, o leitor haverá de observar a natureza da prosa, concentrando-se nos recursos que a pesquisa da língua permitiu à autora. Desse modo, surge um universo linguístico particular, de pouca circulação na literatura brasileira: a expressão litorânea espírito-santense.

Carmen foi merecedora dos comentários elogiosos de Elizabeth Rennó, Maria da Conceição Elói, Maria Natalina Jardim, Alaíde Lisboa de Oliveira, dentre muitos outros expoentes da literatura mineira.

Passemos então para o terceiro livro de Carmen Schneider Guimarães, lançado em 2000, *Eu quero nascer*. A obra é sobre a mensagem de um bebê, que ainda não nasceu, desde o dia de sua concepção até o momento em que é dado à luz.

Livro infantojuvenil entretido da imaginação fértil da autora e do maravilhoso mundo do Realismo Fantástico. Um narrador onis-

ciente, protagonista da estória de um bebê em gestação, toda a trajetória da gravidez e, finalmente, o nascimento. “Vai chamar-se Bernardo, que quer dizer forte como um urso...”, disse o pai.

As ilustrações são de Aderivaldo Santos, e o livro agraciou a escritora com o Prêmio Adolfo Aizen, da União Brasileira de Escritores, no Rio de Janeiro, categoria “paradidático infantojuvenil”, em cerimônia realizada na Academia Brasileira de Letras.

O quarto livro, lançado em 2007, *Senhoras e senhores das artes*, me sensibilizou especialmente. Nesse livro, a escritora reuniu trabalhos que já haviam sido publicados e justificou tal iniciativa: “Guardo-os em livro, agora, para que a falta de memória dos tempos não tornem esquecidas as palavras de louvor e reconhecimento às senhoras e aos senhores mestres das letras e das artes”.

Essa justificativa, feita com humildade e desprendimento, pode ressoar como se cada texto ali registrado significasse apenas o cuidado com a memória.

Não, Carmen, cada um deles vale muito mais, acrescenta aos que os leem conhecimentos indispensáveis ao crescimento intelectual de todos aqueles que têm sede do saber.

Em “A palavra está viva”, artigo que abre a coletânea, a autora faz uma bela ode à palavra, “a arte final do pensamento”, realçando a ideia literária ao máximo da elaboração inteligente.

Quando opta pela narrativa autobiográfica, Carmen Schneider Guimarães escolhe, como primeira a ser homenageada, a acadêmica Raquel de Queiroz, uma artesã da ideia e das palavras, voz corajosa do Nordeste brasileiro que deu espaço à voz feminina, até então ofuscada pelo patriarcalismo. A ensaísta não se limita à biografia da eminente escritora; muito pelo contrário, transita livremente e com conhecimento de causa pelas trilhas da sua obra, dos gêneros literários que abordou, dando destaque especial à cronista do *Diário de Notícias*, de *O Cruzeiro* e do jornal *Estado de Minas*, além de destacar cuidadosamente os prêmios com os quais a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1977 (quando a instituição completou 80 anos), foi agraciada ao longo de sua vida. A “pena forte” de Raquel de Queiroz é valorizada pela pena perspicaz de Carmen Schneider Guimarães a cada

degrau ascendido pela mulher, que sempre se viu diante dos desafios impostos pelo sistema.

Alaíde Lisboa de Oliveira é também carinhosamente enaltecida, retratada como “a bem-lembrada educadora”, e merece de Carmen Schneider Guimarães justas palavras de reconhecimento pelo tanto que dedicou sua vida àqueles que dela se acercaram. A autora salienta, em suas análises, não só os dados biográficos de Alaíde Lisboa de Oliveira como também características pessoais que transformaram sua vida – modéstia, suavidade, inteligência e agudez do olhar –, além de sua profícua carreira literária e os cargos administrativos e políticos que ocupou.

“Ser poeta, ser mulher” é como Carmen Schneider Guimarães intitula seu artigo para destacar Cecília Meireles, digna dos maiores louvores por sua obra magna – *Romanceiro da Inconfidência* –, por ocasião da comemoração do centenário de nascimento da “estrela máxima da poesia nacional”, segundo a escritora. Valho-me, pois, do título escolhido por ela para sugerir uma reflexão acerca da presença dessa poeta maior da literatura brasileira, que sentenciou: “Eu canto porque o instante existe/ e a minha vida está completa./ Não sou alegre nem sou triste:/ sou poeta”. Versos que, por si só, refletem a grandeza de sua trajetória.

No Salão do Livro (Salon du Livre) de Paris, em 2015, que aconteceu de 20 a 23 de março, tendo o Brasil como convidado de honra, o cartaz principal anunciava, em português, ser o Brasil “um país cheio de vozes”. E, se o Brasil é um país cheio de vozes, o Estado de Minas Gerais aí está para ser inserido nesse complexo, pelo seu potencial cultural.

Mais uma vez afirmo: Carmen Schneider Guimarães, como parte desse privilegiado complexo, não negligencia a inserção de suas parceiras de ofício. E é com especial afeto que fala de Henriqueta Lisboa, Irene de Melloneves e Lacyr Schettino. Assim como não se limita às mineiras, alça a outras planícies e lembra de Elizabeth Bishop, a americana que “descobriu o Brasil por acaso” e que aqui morou por quase 20 anos. Carmen tampouco olvida outros grandes nomes de mineiros e brasileiros que glorificaram seu estado e seu país com suas relevantes obras literárias: Carlos Drummond de Andrade, Vicente Guimarães e

o grande João Guimarães Rosa, a quem dedicou, aproximadamente, 50 páginas de seu livro *Senhoras e senhores das artes*. Artigos esses merecedores de análises especiais, revividos aqui com algumas pinceladas.

No primeiro, “Cordisburgo, terra de João”, Carmen Schneider Guimarães situa a pequena cidade fundada na freguesia de Santo Antônio da Lagoa, dos ares puros do Urucuia e do chão vermelho do sertão de Minas, que deu à luz um rebento especial, não seriado, Rosa. Lá cresceu Joãozinho, que, desde os 3 anos de idade, mostrou-se interessado em aprender as primeiras letras e os números. Mais tarde, amava as aulas de francês ministradas pelo frei Esteves. A escritora fala do gosto do menino pela solidão, da necessidade de ficar sozinho para dar asas à imaginação, demonstrando, desde a mais tenra idade, que sua imaginação precisava de ambiente propício para ultrapassar as barreiras da realidade.

No segundo, “Os sertões, o sertão e as veredas de Rosa”, a autora compara, com conhecimento de causa, dois grandes nomes da literatura brasileira: o sertanista Euclides da Cunha e o sertanejo João Guimarães Rosa. Discorre sobre as mais elogiosas críticas dirigidas aos sertões de João, vindas de Cavalcanti Proença, Roberto Schwarz, Eduardo Coutinho, Henriqueta Lisboa, Paulo Rónai e outros, e ressalta as palavras do escritor ao ensaísta alemão Günther Lorenz. Cito-o: “... sou um sertanejo e regionalista e acho maravilhoso que você deduzisse isso lendo meus livros, porque significa que você os entendeu”. Nesse capítulo, além de referenciar o autor, desde o título, como monumento literário, Carmen vai elucidar seus leitores sobre outros livros que tornaram grande o seu homenageado, como *Sagarana* (1946), *Corpo de baile* (1956) e *Obras completas* (1994), citando palavras que o caracterizaram: “A língua para mim é instrumento fino, hábil, agudo, abarcável, penetrável, sempre perfectível... mas sempre a serviço do homem e de Deus, da Transcendência”. E completa com a citação de Affonso Romano de Sant’Anna: “Ler Rosa é ouvir uma música nova, um melodioso modo de interpretar poeticamente o mundo”.

Complemento dizendo que Carmen Schneider Guimarães também usa a língua como múltiplo instrumento e sempre a serviço do seu leitor, envolvendo-o no melodioso modo de interpretar poeticamente o mundo.

Ouçam estes versos:

O texto

*O forte,
no esporte do pensamento,
é a arte da espreita.
A tocaia constante: a vigília,
com a teia estendida,
para capturar a incauta ideia.*

*Lanço o arpão:
agarro e abraço,
mordo e abocanho o intuito.
E intento,
no orgasmo do encontro,
captar a inspiração.*

*Conquisto o tema,
dilato e reduzo o sentido.
Disfarço a alegoria
no esconso da trama.
Figuro, fabulo,
confabulo, configuro,
no desejo criador,
a gestação da imagem concebida.*

*No frio raciocínio
do morno intelecto,
no espaço e no tempo,
persevera o embrião,
sedento de vida.
Esculpida e encarnada,
gerada a ideia
com letras grafada,
à luz da razão:
faz-se o texto.*

No terceiro, “Recordações de Rosa”, a pena de Carmen flutua, pairando sobre as confissões do mineirinho de Cordisburgo ao recordar seu tempo de infância: “Fui rancoroso e revolucionário permanente, então. Já era míope e nem mesmo eu, ninguém sabia disso. Gostava de estudar sozinho e de brincar de geografia. Mas tempo bom de verdade só começou com a conquista de algum isolamento, com segurança de poder fechar-me num quarto. Deitar no chão e imaginar estórias, poemas, romances, botando todo mundo conhecido como personagem, misturando as melhores coisas vistas e ouvidas”. Numa narrativa íntima e intimista, a escritora relata as pequenas histórias da vida familiar desse menino que, talvez, devesse sua rejeição ao convívio social à condição precária da visão.

Vale destacar que a autora de *Senhoras e senhores das artes* dá voz também a outros mestres das artes, como o bailarino americano Fernando Bujones e Cândido Portinari, brasileiro que se destacou na pintura no Brasil e no mundo.

Porém, permita-me, cara amiga, ressaltar, entre os belos textos desse seu livro, os dois que me sensibilizaram sobremaneira: o discurso que você proferiu por ocasião do Dia das Mães, quando foi homenageada pela Academia Feminina Mineira de Letras (Afemil), no ano de 2013, e “A mulher no mundo”.

Quanto ao discurso, Carmen, confesso que meu desejo seria transcrevê-lo na íntegra. Desde o início, quando você diz que seus agradecimentos vêm “da alma à voz”, do seu despreparo para tamanha distinção, que considera como uma elevação “acima do barro cotidiano”, suas palavras foram tocantes. A escritora-mãe e a mãe-escritora, juntas, dão continuidade às suas considerações, numa verdadeira ode à maternidade.

Não com palavras rebuscadas, extraídas de textos alheios, mas com assertivas verdadeiras que nós, mães, sabemos incontestáveis. Não posso deixar de citá-las:

Mãe é como carregar um globo terrestre nos braços; é quase como açambarcar o mundo com as pernas, dando saltos por sobre obstáculos para gigantes; mãe é exercer limites e correr em busca de desculpas para justificar erros e desacertos, principalmente os próprios.

E continua:

Mãe não pode ter defeitos nem deve cometer pecados.
Mãe precisa situar-se acima da mentira; postar-se no cimo
da montanha mágica, onde os filhos desejam encontrá-la.
Enfim, mãe tem obrigação de ser perfeita.

Como desconsiderar tais palavras, Carmen? Você registrou, em apenas três páginas, a trajetória mais longa e mais complexa que a nós, mulheres, é delegada.

Em “A mulher no mundo”, os dados apontados por Carmen Schneider Guimarães são de relevância extraordinária. As reflexões inerentes aos grupos considerados “minorias”, historicamente tratados como excluídos dos temas “importantes”, provocam situações que aguçaram e aguçam a curiosidade do leitor no trato da representação da mulher na sociedade.

Carmen nos traz, como fator favorável ao feminino, a questão da possibilidade de os Estados Unidos terem apresentado 92% dos americanos a favor de uma presidente e elegerem dois nomes: Condoleezza Rice e Hillary Clinton.

E a escritora nos instiga; cito-a: “Depois de muita luta, a mulher obteve a consagração do direito de cidadania e manifestação pública”.

Você está certa: desde a Grécia Antiga, as questões políticas, econômicas e sociais são embasadas por valores e verdades elaborados pelos pensadores (exclusivamente do gênero masculino). Naquele tempo, as mulheres não eram cidadãs (só existiam cidadãos). A *polis* era masculina.

Hoje, e já pelo menos há uns 30 anos, as mulheres têm se organizado, a ponto de serem consideradas na política, nos parlamentos, nos ministérios e nos órgãos governamentais, e não só em pastas supostamente de “temas femininos”, como na de Educação e Cultura, mas nas de Agricultura, de Finanças, de Esporte e de Ciência e Tecnologia, além de outras tantas áreas que a cuidadosa pesquisa de Carmen não negligenciou.

Ao mesmo tempo, a luta mundial pela emancipação feminina e contra a violência doméstica continua cada vez mais necessária.

O estudo de Carmen Schneider Guimarães soma-se a outros de igual importância, mas sabemos que ainda são poucos pela necessidade de conhecimento/conscientização da realidade das mulheres, e se torna precioso não só pelo trabalho oferecido à nossa compreensão facilitada, mas porque cada livro publicado com essa coragem reflexiva precisa ser sorvido e assimilado, encarnado, incorporado em cada um de nós.

Também os homens precisam dessa leitura para que abandonem o “reino da fantasia” da imposição ou da palavra definitiva. Assim como as mulheres, eles devem beber de tal fonte, pois a emancipação galgada a cada leitura, a cada reunião, a cada marcha, como bem citou a escritora, pelo direito de cidadania, pelo direito ao voto, pelo fim da violência doméstica, depende da trajetória de luta nos movimentos regionais e mundiais. Não basta “saber sobre”, é preciso conhecer, é preciso fazer do conhecimento um novo nascimento. E que o conhecimento faça com que todas e todos possamos (re)nascer em atitudes, valores e intenções.

Carmen Schneider Guimarães transita, em seu texto, com maestria entre a história da civilização e a ciência. Enumera as poucas mulheres que obtiveram espaços de destaque na realeza, na Antiguidade pagã e no Cristianismo, mas volta a bater na mesma tecla: “Sem o devido acesso à cultura, a companheira do homem deixou-se permanecer excluída e ignorada, desconhecendo, talvez, o próprio valor intelectual e a sua potencialidade para assuntos que congregavam apenas o sexo dito forte”.

Impossível não concordar com tão assertivas palavras.

Sim, queridos amigos. Se tal comportamento feminino foi considerado chocante no ambiente intelectual dos séculos passados, quando as luzes da razão serviam para construir molduras teóricas que haveriam de enquadrar as reivindicações de liberdade, igualdade e participação política dos homens, mas ignoravam a outra metade da humanidade, as mulheres, relegadas à esfera da domesticidade, sob a tutela dos pais, maridos ou irmãos, proibidas de aceder à educação, incapacitadas para o exercício de profissões que lhes permitissem in-

dependência econômica, imaginem nos nossos dias, neste século XXI tão turbulento, em que nós, mulheres brasileiras, já somos a maioria da população (51,48%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Jean Antoine Nicolas de Caritat, o marquês de Concorcet, filósofo francês nascido em 1743, acreditava no ser humano e na sua capacidade de evoluir e de se aperfeiçoar, condenando todas as formas de opressão. Para ele, o que caracteriza o ser humano é a capacidade de sentir e raciocinar, o que lhe permite formar ideias morais – as noções de bem e de mal. E essa identidade é uma identidade comum a homens e mulheres. Graças a tal capacidade, todos somos sujeitos de direitos, direitos inalienáveis. Homens e mulheres são, acima de tudo, pessoas. Fundamentado na ideia de que as mulheres, assim como os homens, são seres racionais e sensíveis, o filósofo reivindica que lhes sejam reconhecidos os mesmos direitos e, obviamente, o acesso à cidadania, esfera onde se exerce o poder político. Considera ainda que a desigualdade entre os sexos é um impedimento ao progresso e um prejuízo para o bem comum.

Portanto, não podem ser negados às mulheres os direitos defendidos para os homens.

Já disse muitas vezes e repito: não queremos o lugar dos homens, não queremos competir com eles. Mas não fiquemos em silêncio, façamos com que nossas vozes sejam ouvidas. Embora talvez hoje incômodas, sejamos conscientes de que só assim podemos evitar a repetição do passado para nossas filhas e netas. E, se não for possível extirpar esses males, que ao menos evitemos que deem frutos.

Apesar de toda a retórica a respeito dos direitos e das liberdades individuais, às mulheres continuam as restrições. Conseguimos alguns avanços, é claro. As mulheres já podem se casar com quem escolherem, já podem iniciar um processo de divórcio ou herdar os bens de família, e a educação é mais acessível a um número significativo de mulheres. Mas será que estamos preparadas para uma vida mais produtiva e independente, para ultrapassar as barreiras dos dotes decorativos? Será que já podemos sonhar com salários compatíveis ao nosso conhecimento, sem que nossa condição feminina implique em julgamentos preconceituosos?

Será? Será? Será?

Ainda temos muito pela frente.

Que a reflexão sobre esses casos e descasos da história sirva para nos alertar para a importância das ideias e nos permita perceber que o progresso é lento e as conquistas são frágeis, mas que a experiência e a observação superem a imaginação e a fantasia, destruindo, cada vez mais, os sistemas hipotéticos.

Sejamos realistas e encaremos a natureza humana como ela é, não como gostaríamos que fosse; não desistamos, todavia, da luta por um mundo melhor, mais livre e tolerante.

Queridos amigos, é assim que Carmen Schneider Guimarães continua sua caminhada, a cada novo capítulo da sua vida, dignificando sua presença na literatura mineira contemporânea, como que num bailado. Flutua pelos gêneros literários, da poesia à prosa curta, do romance ao ensaio, assim como por seus discursos e entrevistas. O respeito e a visibilidade no âmbito cultural são registrados como marcas da sua carreira. Especialmente quando ela fala e escreve sobre a condição da mulher, impressiona pela fluidez com que dialoga sobre a literatura de autoria feminina, fazendo uso dos espaços que se abrem na contemporaneidade, afirmando o propósito de registrar seu apreço à história dessas guerreiras no descrever as experiências contemporâneas.

À nossa homenageada de hoje, nesta Academia Mineira de Letras, que tão bem sabe reconhecer seus valores, um pedido: que a força de sua presença e o dom de sua palavra continuem a contagiar nossas emoções e nossos pensamentos, aqui e nos mais diversos espaços mineiros e brasileiros, e que o seu talento retórico nos empreste as cores cada dia mais resplandcentes.

Obrigada.

Fábio Lucas, referência para várias gerações: uma análise de conteúdo

Rogério Zola Santiago

Em meu mestrado na Universidade de Indiana (EUA), orientado pelo presidente do Departamento Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos, doutor David Weaver, aprendi a dissecar textos, destacando elementos para descrever objetivamente um pensamento consistente. Para atender a poetas e escritores em busca de uma ideia do que Fábio Lucas valoriza em um texto, pinçados foram itens das publicações “Sílvia Jacintho e a coreografia do desejo”, do jornal *O Escritor*, da União Brasileira de Escritores (UBE), que Fábio Lucas presidiu, e de “O renascimento da mulher nos cantos de Laire Serra Matos” (da mesma publicação). Também incluído foi um parágrafo percebido em *Ficções de Guimarães Rosa: perspectivas* (Editora Amariyls, São Paulo). Entre aspas estão os trechos de Fábio Lucas que foram selecionados:

- 1 – Bem no título “O renascimento da mulher nos cantos de Laire Serra Matos”, notamos a valorização do “renascimento”, do “renascer”.
- 2 – Na questão feminina: valorização da mulher-escritora, que Fábio Lucas trata com esmero.
- 3 – Notam-se as “mudações”. As “mudanças”. Fábio Lucas posiciona-se a favor da inovação e da releitura, da descoberta do novo, de qualidade que se acrescenta aos cânones, indo além do estabelecido.
- 4 – Verifica-se em Fábio Lucas a “valorização do quadro social e familiar”. O homenageado sempre menciona sua esposa, Maria Luiza Ramos, da UFMG, mãe de seus filhos. Ressalta sua obra *Fenomenologia*

da obra literária, que, para a mestra e doutora Eneida Maria de Souza (UFMG), constitui “a preciosidade com que Marilu despontou rumo a suas magníficas publicações”. Citados também sejam seus filhos, Rosana, Bill, Lelena e Glaura Lucas, e o livro *Das cartas do meu pai*, que contém sua correspondência, quando no exílio político, com a então menina Lelena Lucas, autora, organizadora e ilustradora da obra.

5 – Para o crítico Fábio Lucas, urge evitar “comentários panfletários”, ou seja, evitar o desestimulante lugar-comum...

6 – e promover a “libertação do poder patriarcal”. É contra o estertor do machismo.

7 – Para ele, devemos valorizar “estados de metamorfose”, na “epifania do renascimento”.

8 – Fábio dá importância à “substância de composições em rara condensação de sentidos” e...

9 – valoriza “a palavra em suprema densidade”, na “investigação do ser”; e

10 – “o sabor arqueológico”, contra as dilacerações do espírito nos tempos hodiernos.

11 – As “referências”: Fábio Lucas cita a importância de o escritor/poeta acumular referências significativas. Como na pesquisa se exige do pesquisador um mergulho no que já se fez e pesquisou sobre o tema em escrutínio, para não haver repetição, na literatura (e nas demais artes) urge a mesma façanha, que permitirá fugir do já abordado;

12 – ressalta a validade de “reminiscências emocionais” do “eu poético”, todavia, “tudo bem dosado, sem demasiada carga emocional”.

13 – “O propósito encomiástico do poeta”: é interessante a detecção da “presença de mitos que se apoderaram da mente dos poetas, quando ainda ausentes do êxtase lírico, na época do estado de inocência e de pureza lírica”.

14 – Para Lucas, urge “percorrer o vasto território da literatura brasileira para colher nomes e mitos já legendários, no encontro das culturas numa época em que o Brasil ensaiava os primeiros passos da nacionalidade”.

15 – A valorização do “modo sintético”: é preciso “não se deixar possuir pela exorbitância do EU, da impostação egocêntrica cheirosamente sentimental”. Valorizada deve ser a síntese.

16 – Há de se manter um “distanciamento necessário”, no intuito de, em modo externo, de fora, contemplar-se a própria metamorfose, a sua transformação, a renascença do escritor.

17 – “Cada poema deve ter curso natural, seu próprio destino”. “Na memória do leitor ficam vultos esculpidos por palavras carregadas de sentido” (sobre obra de Laire Serra Matos).



Partindo do conteúdo do texto crítico “Sílvia Jacintho e a coreografia do desejo”:

1 – no título, detectam-se duas valorizações: a do “aspecto coreográfico”, rítmico, dançarino e estudado dos textos; e a presença da sanha humana afetiva, amorosa, na “questão do desejo”;

2 – a valorização “do bailado do espírito”.

3 – Bons são textos que “propõem insinuações e convites”,

4 – “ritmo e sedução a fecundar a imaginação do leitor, induzindo ao apelo erótico”, jamais explicitado.

5 – Referências: o *flamenco*, a Andaluzia, ciganos na Espanha. O autor Prosper Merimée e sua obra *Carmen*. O filme de Carlos Saura. A dança no centro da coreografia e, aqui, no centro do trabalho da escrita.

6 – “Dança, poesia e coreografia no núcleo da criação e seus arredores temáticos.”

7 – O conciso registro de referências: Fábio Lucas cita o desenho das igrejas medievais de tal sorte que mesmo o “leigo analfabeto possa ler os símbolos gravados no conjunto e nos pormenores”.

8 – Na poesia e no bom texto, localizam-se “conhecimentos de artes como a dança, a literatura, a arquitetura, a escultura e a pintura a se desdobrarem no tempo e no espaço”.

9 – “O reino das palavras pode se encontrar com a gestualidade do corpo, no objetivo da sedução e da conquista”. Sobre “a interlocução das artes”: Fábio cita Ricardo Teixeira de Salles, bailarino, poeta, filho do escritor Fritz Teixeira de Salles, que de Moscou e Nova York ao Brasil transferiu para a palavra poética a emoção da dança.

10 – Escrevendo sobre a obra de Sílvia Jacintho, Lucas revela a função positiva da “ousadia”.

11 – E finaliza: “pode-se traduzir a uma visão poético-erótica do tema da dança, sem que lhe falte o sinal dramático das limitações do ser humano: o espaço restrito combinado à fugacidade do tempo serve-nos como antídoto da Morte”.

Conclusão: o crítico Fábio Lucas, embora raramente, coloca-se em seus textos, pois é também poeta e escritor. Porém, mantém-se dentro dos parâmetros a que se propôs e que já anteriormente propusera a seus avaliados. Em *A mais bela história do mundo*, romance passado na cidade de Esmeraldas (MG), Fábio Lucas parte em busca da marcação de nomes enamorados numa árvore do tempo ido. Depois, em um passeio por museus, já adulto, revela a profusão de acepções ante pinturas e desenhos. Ou seja, sempre foi seu legado afirmar a “pluralidade”, anotada década após em seu *O poliedro da crítica*, lançado na Academia Mineira de Letras (AML) pela editora paulista Calibã.

A presença da análise social em Guimarães Rosa e Clarice Lispector, trecho retirado de *Ficções de Guimarães Rosa: perspectivas*, livro de Fábio Lucas publicado pela Amarilys (São Paulo, 2011):

[Enquanto] a prosa de Guimarães Rosa avança em direção do Mito, a ficção de Clarice Lispector dá ênfase aos valores do cotidiano e tenta reduplicar as múltiplas relações sociais que conduzem à solidão. Esse tipo de narrativa começara com a descoberta da Escrita, progride com a implantação da Imprensa e se expande com o progresso material da comunidade. Sua principal fonte é a Ideologia, cuja força e cujo conteúdo se destinam a uma espécie de codificação do cotidiano. O ponto superior desta tradição será o romance, cuja manifestação mais organizada vamos encontrar no século XIX.

Laços de família, de Clarice Lispector, simboliza uma visão pessimista do mundo, ao reduplicar uma célula da comunidade burguesa, ao penetrar nas consciências possuídas pelo medo e pela náusea, vagando com espanto e medo rumo ao vazio. O permanente recurso dos jogos de contraste, da descrição de sentimentos em choque, da conexão de palavras em choque, indica a divisão interior das personagens e a busca de uma identidade impossível, dentro de um quadro historicamente datado.

Qualquer semelhança com situações atuais não terão sido meras coincidências, mas consequências de uma realidade plantada, há séculos, dentro do coração social brasileiro.



Ao poliedro

Obscuridade, sofrimento de quem permanece para responder à pergunta de Fábio Lucas: “Por que escrevemos?”. São a causa da prática da escrita os inquiridores personagens recorrentes, inseridos em contextos datados na geofísica do tempo, ou culpados são os autores que forjaram a história da literatura, tornando-se modelos de produção? Pois todos esses fatores estão presentes no suceder de capítulos de *O poliedro da crítica*. Trata-se de arquitetura sobre a arte de avaliar e montar julgamento sobre a escrita d’outrem. A meta responsável do crítico seria expor uma avaliação embasada à opinião pública, que se torna armada – para o entendimento e uma apreciação seguida de deleite.

O título indica a composição multifacetada, multidisciplinar do trabalho ensaístico e crítico de Fábio Lucas a apresentar juízo de valores. Ao ler, passamos a sentir prazer – pela generosidade profícua do autor, devido ao fato de, no início, acharmos que apenas um analista da dimensão de Fábio Lucas pudesse capturar tanta informação e conhecimento – e expor ideias a partir do saber de modo eficiente. Porém, com o virar das páginas, o autor, sociólogo, jornalista, advogado e economista, faz do leitor um cúmplice de suas angústias, de ledor de tempos específicos: do seu próprio, na contemporaneidade globalizada (a que, aflitivamente, o crítico se contrapõe), e épocas outras, que não

pertencem a ele nem a nós. Juntos, autor/crítico e leitor, por vezes sobressaltados pelo detalhamento das revelações, acabamos por montar uma análise clarividente.

Em *O poliedro*, há percepções impregnadas de insurreição e rebeldia, denúncias feitas por Fábio Lucas em relação à pobreza cultural de segmentos da atual produção. Por outro lado, o crítico fomenta o gosto pelas fontes de informação e pela criação a partir de um impulso seguido de apuro técnico; reconhece que a elite do saber clássico produz literatura estudada, referendada por cânones – voltada para si mesma, mas é – segundo pensa – aí que surge o valorizador do arsenal da arte regionalizada que tanto alimentou o Movimento Modernista no Brasil a partir de 1922.

Usando vocabulário requintado, porém acessível, Fábio descreve as “protuberâncias da cultura”, como os meios que só vendem. Baseia-se nos clássicos e revisita-os, pedindo que também o façamos. E afirma a preocupante realidade: os críticos profissionais – diapasões da análise e da recomendação abalizada – estão ausentes da grande mídia.

Em *O poliedro da crítica* fulgura o preparo educacional privilegiado do autor, que aborda a penumbra sob o escrutínio de ciências como a História e a Sociologia. Para ele, é preciso entender a massa às vezes sem lastro e lustro – mais vítima que força motriz – e a prepotência política – seja “de direita” ou “de esquerda” – que impede a livre expressão. Seja barroca ou desprovida, a forma literária pode configurar palavras em jorro, depois, escrutinadas de maneira gramatical, ensaística, porém, nevrálgica: todos merecem respeito na ótica do educador.

Mário de Andrade almejou o Brasil em cultura numa num território-continente. Fábio Lucas, porém, acerta ao dar uma dimensão poliédrica à dilatada produção literária brasileira. Facetas aparecem a partir da predisposição humana ao voo para fora da individualidade, desde a oralidade seguida de formalização. O autor assinala a cultura popular – alento verdadeiro –, mas condena o simulacro de massa que escraviza incautos por meio de uma escritura mais visual que literária, para consumo sem reflexão. *O poliedro da crítica* é um poema ensaístico de meia-fala (quando insinua pelo silêncio) e de fala direta (quando exemplifica o que deveria ser laureado e nem sempre o é). Fábio Lucas talvez

seja um dos últimos mestres e doutores do Brasil em pleno exercício da crítica literária, há 75 anos em heroica luta pública, professor e escritor em “esforço de ir além das aparências fortuitas, nada avaliando a distância, sempre a buscar sentidos nas camadas mais densas do substrato nacional – em inquieta pesquisa vinculada às forças vivas do País”.

Benito Barreto e sua poética histórica e memorialista

Maria Lúcia Barbosa

As versões do passado são, pois, temporárias em sua validade, mesmo que sejam todas realizadas mediante laborioso trabalho do arquivo. O que muda não é o acontecimento em si, mas sua forma de interpretá-lo, fazendo da história um contínuo retecer de tramas e respostas.

Sandra Jatahy Pesavento

Natural de Dolores de Guanhanes, interior de Minas Gerais, o escritor e jornalista Benito Barreto, dono da Cadeira 2 da Academia Mineira de Letras, nasceu na Fazenda da Guarda, propriedade de uma avó, onde os pais do autor estavam apenas de passagem.

Segundo Benito, o intelectual da família era o pai, mas quem os fez estudar, a ele e à irmã mais velha, foi sua mãe, que, apesar das dificuldades, convencida da importância dos estudos para o futuro dos filhos, enviou-os para o colégio das freiras clarissas e o ginásio dos frades em Conceição do Mato Dentro, onde o autor concluiu o curso ginásial. Posteriormente, aos 16 anos, Benito veio para Belo Horizonte, onde começou trabalhando como revisor na imprensa local e, hoje, atua como jornalista, empresário e escritor. O escritor ingressou no curso de graduação em Letras da UFMG, mas considera que todo o seu “saber” e “formação” seriam mais de “experiências feitas” na militância revolucionária em sua juventude e noutras jornadas de luta e trabalho, vida afora.

Em entrevista concedida ao pesquisador Giovanni Ricciardi, no livro *Entrevista com os escritores mineiros*, publicado em 2008 pela

Ufop, chama atenção como o núcleo familiar e o meio ambiente, no início da década de 1930, marcaram sobremaneira a vida de Benito:

Guardo desse período – primeiros anos da década de 30 – mais na forma, talvez, de medos e aflições vividos ou da impressão de suas imagens, mais isso do que, propriamente, lembranças – qualquer coisa como a memória de homens e armas movimentando-se por minha casa, ou de passagem, com meu pai entre eles vozes, medos, silêncios, gritos e partidas e chegadas noturnas enquanto minha mãe com minha irmã (hoje freira, Irmã Virgínia, a atual Madre Geral da Ordem das Franciscanas Clarissas, sediada em Roma) rezavam. Essa fase, que cobre toda a década, passa, pois, pelas Revoluções de 30/32, pela tentativa comunista em 35, a revolta integralista ou fascista de 38, e vai terminar em 39, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial [...] Não sei precisar o que mais me marcou, nesse período, mas toda a minha obra literária, pelo menos tudo nela, que, no meu entender, se apresenta com alguma força e humanidade, reflete de algum modo o menino que eu fui e a infância que eu tive, naqueles anos, sobretudo o que esse menino viu, sonhou e sofreu (RICCIARDI, 2008, p. 96-97).

Ainda muito jovem, na adolescência, Benito Barreto abandonou tudo para se entregar ao Partido Comunista. Como militante profissional, foi para o Nordeste do País, onde vivia a hipótese da revolução, acreditando que o socialismo era o único caminho. Após a denúncia do stalinismo e uma viagem a Moscou – antiga União Soviética –, percebeu a falência do socialismo e desencantou-se. Tal sentimento o impulsionou a registrar a experiência transferindo para seus livros, principalmente, as primeiras publicações, a tumultuada conjuntura política dos anos de 1960, bem como as relações problemáticas e os questionamentos da dinâmica sociopolítica do Brasil na segunda metade do século XX. Contudo, pode-se dizer que o início da sua produção literária se deu na adolescência, como nos conta o Sr. Benito ao ser questionado por Ricciardi sobre quando nasceu a vocação de escritor:

Quando colegial em Conceição do Mato Dentro, no interior de Minas, eu tinha sido um poeta de verso fácil, que

costumava agradecer a meus colegas e a gente da cidade. E como os produzia, a esses poemas, de forma quase torrencial, quando cheguei na Capital, Belo Horizonte, pelos 16 anos, já os tinha em quantidade bastante para um livro. E essa idéia começou a trabalhar em mim e a crescer: lançar um livro, ser poeta, as pessoas lerem e declamarem os meus versos, essas coisas... Entretanto, e de repente, o jovem e impetuoso versejador, que vinha da cidadezinha do interior, tomava conhecimento, pela primeira vez, da poesia maior, dos modernistas Bandeira, Drummond, Shimidt e outros. Foi um golpe devastador nas minhas veleidades e pretensões, tão forte e profundo que, não satisfeito com atirar no Rio Arrudas todos os meus versos, abandonei a poesia para todo o sempre. [...] Um dia, porém, tendo chegado aos 30 anos e já depois de ter vivido a paixão que fora para mim a minha militância revolucionária, na ressaca do golpe e amargura que foram, para mim, a denúncia do stalinismo e certas revelações, tive vontade de pôr no papel alguma coisa que eu próprio tinha vivido. Mas só para mim. Como se, não o fazendo, corresse o risco de as esquecer e perder (RICCIARDI, 2008, p. 99-100).

E foi assim que, em 1962, veio à luz sua primeira publicação, o romance *Plataforma vazia*, impresso pela Editora Itatiaia, livro inicial de uma tetralogia denominada Os Guaianãs, que tem, em *Capela dos Homens*, *Mutirão para matar* e *Cafaia*, o segundo, o terceiro e o quarto volumes, respectivamente. Desses, *Capela dos Homens* e *Cafaia* foram traduzidos para o russo, no tempo ainda da União Soviética, e lançados pela Editora Progresso, de Moscou, em edição encadernada e ilustrada de 100 mil exemplares. Com *Plataforma vazia*, Benito participou do Concurso de Literatura Cidade Belo Horizonte, conquistando o 1º lugar. Angariou também o Prêmio Walmap-Rio, em 1968, com o segundo romance.

Os Guaianãs foram publicados nas décadas de 1960 e 1970, um momento conturbado da história brasileira, e narram um enredo de resistência de uma suposta guerrilha no sertão de Minas. Àquela época, o Brasil vivia os anos de chumbo da ditadura civil-militar, e os romances revelam um país ao mesmo tempo ferido e heroico. A denominação “guaianãs” está relacionada ao rio que corta uma pequena vila no interior

de Minas onde se passa a ação principal dos romances, além de ser o sobrenome de uma das famílias que protagoniza a história. Nesses livros, Benito Barreto busca ultrapassar a representação de uma realidade, no caso, as experiências de guerrilha dos anos pós-64, para expor um complexo processo histórico, construindo, assim, um grande painel sobre a sociedade brasileira do início do século XX até o golpe militar de 1964.

Uma das características que chama a atenção nessa tetralogia é sua concisão, ou seja, nela o escritor procura ser objetivo no seu projeto de escrita. O primeiro livro, *Plataforma vazia*, é dividido em três partes, que se intitulam “Parada de trem”, “Matilde” e “A busca” e marcam a trajetória de Pedro, protagonista e herói da narrativa épica, do seu afastamento ao retorno ao lar, abarcando seus contatos sociais, seus dilemas interiores, quer dizer, a busca de um sentido para a vida. Narrado em terceira pessoa, o livro é uma espécie de introdução ao universo que o autor irá desenvolver nos três volumes subsequentes. Sobre essa obra, o amigo e escritor Jorge Amado deu o seguinte depoimento:

Um livro de estréia deve ser a revelação de um talento de escritor; nada mais é justo esperar de uma primeira tentativa no terreno da arte da literatura. *Plataforma vazia*, de Benito Barreto, cumpre perfeitamente esta função: revela aos leitores brasileiros o romancista de talento e de autêntica vocação que é o moço mineiro com larga experiência de vida nordestina. [...] Poderosa é a capacidade de comunicação de sentimentos revelada pelo autor, o que faz de *Plataforma vazia* um desses livros cuja leitura nos arrasta e nos obriga a participar, com interesse e emoção, das vidas ali levantadas por um homem de real talento e de coração generoso. A carreira desse romancista se inicia sob o signo do sucesso (AMADO, 1986, orelha técnica).

No enredo de *Capela dos Homens*, segundo romance, o que ocorre é a aproximação de alguns fatos da história do Brasil naquele momento, como a adesão do sertanejo à luta contra a opressão e a repressão imposta pela ditadura civil-militar de 1964. Essa trama divide-se em duas partes, denominadas “Dies Irae” e “A herança de Jurabé”, que se completam, apesar de apresentarem estruturas narrativas um pouco distintas. O título do livro é também o nome de uma pequena cidade do interior de

Minas Gerais, local onde o pai do personagem Alfredo – Sílvio Guaianã, minerador de profissão – escolheu para morar com a mulher Zininha, os filhos Pedro e Águeda e o empregado Maximino, após inúmeras viagens e diferentes moradias. No início, eles fugiam das dificuldades e incertezas da vida; depois, estabeleceram-se em Capela dos Homens por acreditarem que ali poderiam prosperar e concretizar seus planos. Cito aqui algumas das considerações feitas pelo jornalista, professor e ensaísta brasileiro José Hildebrando Dacanal acerca desse livro:

Simbolicamente, *Capela dos Homens* é o caldeirão fervente em que se misturam o arcaico e o moderno, a costa e o sertão, deles nascendo um país em caminho para o futuro. Politicamente em crise, culturalmente caótico e socialmente injusto, mas já unificado, homogêneo, e pelo menos potencialmente, autônomo. Neste sentido, a obra monumental de Benito Barreto resume e encerra o ciclo da *nova narrativa épica* no Brasil e o faz, eticamente e politicamente, com uma mensagem de esperança num possível amanhã de justiça e dignidade para os pobres e humilhados. [...] historicamente, para o mundo caboclo/sertanejo não haverá amanhã, pois o amanhã não será seu, mas – via homogeneização e modernização – da sociedade urbano-industrial e tecnológica construída, independente do sistema político, sobre a visão de mundo lógico-nacional. Antes disso, porém, pelo gênio sofrido de Benito Barreto, do poente de Capela dos Homens, o sol – inexoravelmente o último – do mundo caboclo/sertanejo nos “acena com o lenço louro dos bambuais”, num derradeiro fulgor. Heracliteamente, à beira do rio, à beira da vida, no horizonte da História (DACANAL, 1988, p. 107).

No terceiro livro, *Mutirão para matar*, a história contada é a ação dos resistentes durante o período em que estiveram sitiados no casarão. Nele, tem-se a elaboração de um painel abrangente do Brasil dos anos de 1960, dominado pelo autoritarismo, que tinha como objetivo único bombardear todos aqueles que se manifestassem de modo contrário às ordens estabelecidas pelas instituições opressoras.

A estratégia narrativa desse volume se aproxima da anterior, na medida em que cada parte conta a experiência das personagens, como

uma espécie de diário. Assim, o leitor toma contato com os acontecimentos que se sucediam enquanto Alfredo e seus companheiros se encontravam cercados pelos militares, sofrendo de fome e sede, mas empenhados em articular formas de resistência e desbancar o cerco.

Publicado em 1975, *Cafaia* é o quarto e último romance da tetralogia. É dividido em cinco partes, cada qual recebendo a denominação de “livro”, acompanhada do nome de algumas personagens que participaram do enredo. São elas: “O livro de Venâncio”, “O livro de Esther”, “O livro de Matilde”, “O livro de Cafáia” e “O livro de Pedro”.

Passados alguns meses dos ataques militares a Capela dos Homens, o narrador dessa obra, que se apresenta também como autor, volta ao lugarejo à procura de sobreviventes para contar o desfecho final da guerrilha.

É interessante observar nesse livro que o tom testemunhal é dominante, consoante com boa parte do que estava sendo produzido naquele momento no Brasil. É por meio de uma “linguagem corrente” que Benito Barreto tenta apreender o real, tecendo as teias da sua rede textual com elementos humanamente frágeis, complexos, mas repletos de verossimilhança.

Nesse romance, assim como nos demais, a descrição da realidade pretende ser o mais realista possível, porque o homem que se faz representar não pode ser seccionado do seu meio natural, uma vez que está emaranhado numa rede de relações político-socioeconômicas, em crise ou em uma espécie de estágio de degeneração. Por isso, escrever sobre o homem comum, às margens da sociedade, é também escrever sobre seus traumas, medos, paixões, sentimentos e relações de perdas e danos.

Passeando pelas trilhas abertas das narrativas, percebe-se que os romances expõem uma visão abrangente desse processo a partir da ação heroica das personagens, inscrevendo-se na tradição das epopeias ocidentais e, marcando mais uma visão da literatura sobre os anos de chumbo, recriando um Brasil ferido e heroico. Assim como aconteceu em *Plataforma vazia*, em *Cafaia*, o escritor Jorge Amado também deu seu parecer, com o seguinte comentário:

A importância da obra romanesca de Benito Barreto cresce de livro para livro. Quando ele chega ao quarto romance

da saga iniciada com *Plataforma vazia* já nos encontramos diante de um painel de poderosa força, onde a realidade da vida nacional se afirma dramática e cujo herói é o povo.

A presença de Benito Barreto no romance brasileiro contemporâneo é altamente estimulante. Longe de todo e qualquer maneirismo, ele domina seu ofício, é um jovem mestre da nossa ficção (AMADO, 1975, contracapa).

Destaque especial sobre essa tetratologia foi o lançamento em 2013 de uma caixa comemorativa dos 50 anos de literatura do escritor, contendo a quarta edição de *Plataforma vazia* juntamente com o livro *Benito Barreto: 50 anos de literatura*, cuja autora é sua neta Raquel Cardoso Barreto, que teve o intuito de celebrar o jubileu de ouro literário de seu avô e recuperar sua trajetória de vida e sua criação literária.

Três anos depois de escrever *Cafaia*, ou seja, em 1978, Benito publica pela Editora Casa de Minas *Vagagem: viagens e memórias sem importância*. Como em uma biografia, lemos nesse livro a trajetória de vida do autor, desde a infância até a viagem feita à Europa. O autor dá relevo à visita a Moscou, onde pôde conhecer de perto a decadência do socialismo, o que o levou, como já foi dito, à desilusão com o Partido Comunista (BARRETO, 1978).

Em 1993, o escritor publicou, pela mesma editora, *A última barricada*, numa edição artesanal, em cujas páginas convivem a coluna de jornal, a crônica, o conto e o romance. O livro reúne colaborações do autor no jornal *Estado de Minas*, no período de 3 de dezembro de 1989 a 7 de agosto de 1991. Em 2000, vem a público *Um caso de fidelidade*, um texto recheado de figuras e contradições em que o pastiche, como elemento constitutivo das narrativas pós-modernas, reflete as incertezas do mundo globalizado e pós-ideológico que se sucederam à derrocada do socialismo, tudo alinhavado ao desencanto existencial da narradora, e substitui a narrativa épica dos livros anteriores.

Benito deu início, em abril de 2009, à publicação de seu mais recente trabalho, *Saga do caminho novo*. Trata-se de mais uma tetratologia – porém, de romances marcadamente históricos –, que, segundo o autor, pretende reconstruir a história da Conjuração Mineira, com todo

o seu povo a tomar vida, a se fazer gente, mais que reconstituir personalidades de empoeirados livros de História.

Os idos de maio é o volume inicial dessa tetralogia. Publicado pela Editora Casa de Minas, narra os momentos e movimentos da derrocada da conjuração, da queda e prisão de seus integrantes, dos que participaram desse momento ou só o assistiam. A narrativa compreende o trecho crítico no qual se desfaz a conspiração, na rede de delações que se estende pelo Caminho Novo das Minas. Para o escritor e ex-secretário da Cultura de Minas Gerais, Ângelo Oswaldo de Araujo Santos, o autor, nesse livro,

[...] galopa pela Estrada Real, e o real, para ele, são os dias de diluição do sonho mineiro dos conjurados de 1789, os idos de maio do ano terrível. Insurge o autor em meio à trama, acompanha as personagens nas suas tribulações, vê a conspiração arruinar-se, enfrenta o terremoto que se seguiu à denúncia. [...] Toda aquela fala. São as vozes de Minas. O autor oferece aos leitores a audição perfeita do velado parlatório em que se transformou a capitania rebelada... Benito Barreto torna a Inconfidência Mineira uma história de nossa gente e nos enche de prazer com a leitura dessa memória encantada (OSWALDO, 2009, p. 6-8).

Em 2010, Barreto lançou *Bardos e viúvas*, segundo romance dessa tetralogia histórica, também pela Editora Casa de Minas. Nele, a história narrada é a dos presos e foragidos, das tentativas de resistência, do medo, da revolta, do sofrimento das mulheres que antes eram vistas como musas, para depois transformarem-se em defensoras dos conjurados, resistindo contra toda forma de opressão e repressão imposta para sufocar o movimento. A presença dessa figura feminina nesse livro dá à narrativa um tom mais lírico. Em outubro desse mesmo ano e pelos dois anos seguintes, Benito Barreto recebeu o Prêmio João Felício dos Santos, concedido pela diretoria da União Brasileira de Escritores, seção Rio de Janeiro (UBR-RJ), de melhor romance histórico do ano.

Assim como aconteceu em *Os idos de maio*, nesse segundo volume da saga, o romancista Luís Giffoni deu seu parecer, com o seguinte comentário:

Benito Barreto não poupa palavras e sensibilidade para penetrar nos personagens, vasculhar recônditos, desnudá-los em suas virtudes e contradições, reerguê-los em sua humanidade plena e oferecê-los para nosso deleite. Amor terno e violento, adultério, sexualidade sem véus e sem hipocrisia, religião e superstição, versos e serenatas, morte e vingança, aristocracia e escravidão, riqueza e decadência, de tudo isso o autor se vale para montar esse vasto painel da Inconfidência, o maior já proposto. O resultado, síntese de memória, sons, odores, gostos e projetos com mais de duzentos anos às costas, é puro encantamento. Nossa imaginação de infância e de escola, enquanto ouvíamos o feito dos inconfidentes sem qualquer senso crítico, amadurece ao longo das páginas, e sobrevém-nos o respeito por esses desvairados sonhadores. [...] Ao final de *Bardos e viúvas*, tem-se um panorama ficcional que nos transporta ao olho do furacão que assolava Minas Gerais em 1789 (GIFFONI, 2010, p. 13-15).

Toque de silêncio em Vila Rica é o terceiro romance e narra o primeiro dos muitos desfechos ocorridos numa cidade triste e oprimida, mas que sempre encontra coragem e voz para não se calar. Ao comentar sobre essa narrativa, o romancista, contista, ensaísta e professor Deonísio da Silva afirma que:

Talvez para Benito Barreto valha também o ditado árabe que diz que o vento apaga as velas, mas reacende as brasas. Ele fez soprar sobre a Inconfidência um vento novo. O vendaval engendrado por este, mais que gênio, oxigênio de nossas letras, faz reaparecer muitas coisas e personagens escondidos sob as cinzas da Inconfidência, recriando-os com sua poderosa imaginação, todavia sempre apoiada na História, pois seu objetivo é o romance histórico (SILVA, 2011, p. 12).

Também a poeta, escritora, presidenta da Academia Carioca de Letras e secretária-geral da União Brasileira de Escritores, seção Rio de Janeiro, Stella Leonardos (2011, p. 14), escreveu: “Incrível como o autor consegue fazer viver cada personagem. E no ambiente próprio, numa língua – e linguagem – fascinantes. Atraindo. Convencendo.”

No dia 21 de abril de 2011, realizou-se em Ouro Preto a solenidade de entrega da Medalha da Inconfidência, para homenagear as 250 personalidades que contribuíram para o desenvolvimento econômico, cultural e social de Minas e do Brasil. Através do apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, cada um dos contemplados com a comenda, entre os quais a presidenta Dilma Rousseff, recebeu um exemplar desse livro como presente.

Benito Barreto concluiu seu trabalho com *Despojos: a festa da morte na Corte*. Quarto e último romance da tetralogia, narra o desfecho da saga, com a última batalha, o sofrimento da espera e a dura cena final, com a lição de Portugal aos insurgentes da colônia... que não deixa de sonhar. O romance subdivide-se em três partes, com as seguintes denominações: livro 1 – “A batalha do Breu”, livro 2 – “Um pároco na Corte” e livro 3 – “A festa da morte”. Assim como no primeiro livro dessa saga, o escritor Ângelo Oswaldo, em sua apresentação desse romance, afirma que após a leitura das narrativas, “Quem andar pela Estrada Real ou atravessar uma vila do ouro, de agora em diante, não deixará de ouvir a voz de Barreto, como se fosse a do próprio Tiradentes, a cantar a paixão da liberdade” (OSWALDO, 2012, p. 8).

De fato, numa primeira leitura dos romances, é possível perceber que o autor procurou recriar com muito zelo e eficiência a linguagem dos idos de 1789, no que se refere à montagem dos diálogos entre sua legião de personagens, bem como nas descrições dos espaços e dos episódios ocorridos. Como bem disse o escritor e crítico José Hildebrando Dacanal (2010, p.11)., “*Saga do caminho novo* é a imagem da velha Minas Gerais, mítica e irredente...” .

Assim, para aqueles que se interessam pela história e pela memória de um povo, de uma sociedade, para alguém que, como Benito Barreto, está interessado em questionar os lugares sociais, políticos e intelectuais da cultura brasileira, a escolha da obra ficcional desse escritor é iluminadora e instigante. No espaço em que a ficção e a história se alternam e se encantam, sem se renderem, muito embora, como afirmou Umberto Eco, “os mundos da ficção sejam *parasitários* do mundo real”, nessa linha tênue e tensionada entre o factual e o imaginado é que as histórias de Benito vão abrindo brechas para quem as lê, para a passagem entre o passado e o presente. Contudo, é possível observar que

é por meio de inúmeros eventos narrados que as forças do histórico se associaram, mas sem se esquecer de que esse leitor estará sempre diante de um romance e não de um livro de História.

Vale ressaltar que o escritor, na tessitura de seus enredos, realiza uma incursão em determinados períodos da história brasileira do século XVIII e XX. E é por meio do entrelaçamento entre contexto histórico e texto ficcional que essas obras evidenciam-se como espaços que confirmam a reconstrução e/ou a reinvenção de duas grandes narrativas: a história e a nação.

No que concerne à sua produção ficcional, os enfoques histórico-sociais permeados no interior das obras tornam-se mais robustos em virtude de uma perspectiva com a qual o autor elabora seus enredos, delineada por uma ótica conjuntural dos fatos narrados. A caracterização que ele faz da história como “práxis” se afasta do pensamento idealista – que considera como históricos apenas os grandes feitos e as ações próprias do mundo nobre, que valoriza os acontecimentos não em razão de sua causa e da maneira como são produzidos, mas em razão da impressão que deixam na consciência das massas, e se fixa nos detalhes, enfatizando a descrição de um cotidiano desconectado de dimensões históricas – que considera a história, portanto, como imutável.

As questões históricas e memorialistas presentes nos textos de Benito potencializam sua significação com a inserção no panorama global; além disso, ganham *status* de verdade, por iluminarem as relações de interesse que, por sua vez, esclarecem as reais motivações das situações vividas no dia a dia, as quais não são naturais, mas resultado do processo histórico de que participam. Essas obras afirmam-se não só por relatar tais questões, mas também (ou sobretudo), por expressarem esteticamente o ponto de vista dos excluídos – por meio de seus focos narrativos –, categoria social que tem interesse em desvendar os meandros ocultos pela história oficial, estabelecendo conexões entre a história e o cotidiano, os fatos isolados e a totalidade, expondo, portanto, uma profunda consciência crítica em relação a essa história institucionalizada.

A arguta e sensível percepção crítica que perpassa os livros permite ao leitor uma reflexão acerca de questões sociais, de gênero e de poder, visto que seus personagens incorporam seres anônimos que

viveram e sobreviveram à margem do que a história monumentalista estabeleceu.

Dessa forma, é possível dizer que a poética de Benito Barreto apresenta-se como questionadora de antigas verdades, na medida em que empreende novas leituras acerca da história e dos paradigmas culturais, num trabalho de desvelar as contradições nas quais se fundamentam os discursos históricos oficiais de determinadas épocas. Visto sob essa ótica, pode-se concebê-la como uma literatura denunciadora, que procura desestabilizar, por intermédio de uma linguagem ordenada, no caso, formal, a construção literária contemporânea.

Nesse sentido é que se destaca o tônus humanístico das obras, ainda que suas manifestações ocorram por força de certas tragicidades, às vezes necessárias como forma de denúncia aos ataques contra a unidade do indivíduo e de seu universo. Essa preocupação humanística se revela fartamente ao longo dos fatos que são narrados. E o que se pode inferir, a partir da leitura e apreciação dos livros em questão, é que a consciência que Benito possui a respeito da função social que o escritor deve desempenhar o coloca em posição de destaque entre seus pares, o que corrobora o seguinte postulado de Antonio Candido (2006, p. 74):

O escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e o especifica entre todos), mas alguém desempenhando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma de sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância com o meio.

É numa atmosfera singular de aprimoramento evidente que o autor surge com o seu processo de criação artística, alicerçado em bases históricas e sociais, fazendo com que a arte deixe de ser um simples capricho individual e se apresente como traço de união e como força de ligação entre os homens. O efeito dessa opção torna-se decisivo e mais do que notório, concorrendo para que a sua produção volte-se para a denúncia, para a crítica e para a reação contra o estabelecido como correto.

Concluindo, o que se percebe da produção literária do escritor Benito Barreto é que ele, na elaboração de seus textos, perscruta o que vai no interior do homem, refletindo sobre a inquietude e a fragilidade humana numa sociedade que sempre privilegia posses e poderes. Em suas obras, é possível notar que a vida passa a constituir um tecido de relações expressivas, de relações de verdade; um jogo, na tessitura textual, revelador de inúmeros cotidianos. O autor explora de forma singular, em seus livros, a dilaceração das identidades não apenas de seus personagens, mas da sociedade brasileira em geral, nos períodos retratados.

Como sabemos, história e ficção partem de um mesmo tronco e são também formas de linguagem. Desse modo, o que vai caracterizar o literário é a maneira como as tramas são dispostas na obra. Em todas as publicações de Benito Barreto, o que se nota é que o escritor trabalha recuperando fatos da história oficial, o que resultará numa obra de rara unidade. Contudo, a narrativa literária barretina “reencena” a narrativa histórica, pois ficção e realidade nela se coadunam, manifestando, ao mesmo tempo, o imaginário e o factual. Configurando e “reconfigurando” outras realidades, seus textos retomam a história para interpretá-la e para recuperá-la como acervo cultural.

Referências

- AMADO, Jorge. Contracapa. In: BARRETO, Benito. *Cafaia*. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.
- AMADO, Jorge. Orelha técnica. In: BARRETO, Benito. *Plataforma vazia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- BARRETO, Benito. *Vagagem: viagens e memórias sem importância*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 1978.
- BARRETO, Benito. *Os idos de maio*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 74.

DACANAL, Hildebrando. In: BARRETO, Benito. *Bardos e viúvas*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2010, p. 11.

DACANAL, Hildebrando. *Nova narrativa épica do Brasil: uma interpretação de Grande sertão: veredas, O coronel e o lobisomem, Sargento Getúlio e Os guaianãs*. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.107.

GIFFONI, Luis. Prefácio. In: BARRETO, Benito. *Bardos e viúvas*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2010, p. 13-15.

LEONARDOS, Stella. In: BARRETO, Benito. *Toque de silêncio em Vila Rica*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2011, p.14.

OSWALDO, Angelo. Prefácio. In: BARRETO, Benito. *Os idos de maio*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2009, p. 2009, p. 6-8

OSWALDO, Angelo. Prefácio. In: BARRETO, Benito. *Despojos: a festa da morte da Corte*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2012, p. 8.

RICCIARDI, Giovanni. *Entrevista com escritores mineiros*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

SILVA, Deonísio da. In: BARRETO, Benito. *Toque de silêncio em Vila Rica*. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2011, p. 12.

Fábio Lucas: perfil intelectual e caráter social dos seus estudos críticos

Simone Von Randow

Diante de uma vasta, variada e consistente produção, proponho algumas reflexões sobre a trajetória de Fábio Lucas: professor, tradutor, ensaísta, ficcionista, crítico literário, escritor premiado e acadêmico. Seus escritos definem tanto o perfil do intelectual quanto o caráter social de sua crítica literária.

À vida do pensamento, de estudos, contrapõem-se os riscos da vida de ação, a participação consciente. O que pensar? Como agir? Como viver? Na figura de Fábio Lucas, o homem que teoriza e o que age não estão isolados. Antes se cravam em uma lúcida inquietação que estrutura, por assim dizer, toda a sua vida: a perplexidade diante do poder e da liberdade.

Para um intelectual como ele, o problema da reflexão e do fazer são indissociáveis: Fábio Lucas incorpora incisivamente seu saber à práxis, no sentido que Hannah Arendt (1992) postulou: “não há pensamentos perigosos. O próprio ato de pensar é perigoso”. O seu posicionamento enquanto intelectual o distancia da clássica imagem do pensador “puro”, isolado em uma torre de marfim. Ao contrário, ele se empenha em produzir uma série de estudos que têm a realidade social e econômica brasileiras como objeto central.

Tomamos como destaque a obra *O caráter social da literatura brasileira*, agraciada com o Prêmio Jabuti em 1970, obra que reúne vários ensaios críticos sobre a literatura brasileira, através dos quais Fábio Lucas procura aprofundar a investigação acerca da cultura e da

literatura brasileiras: “possuímos verdadeiramente uma literatura autônoma e que reflita uma cultura nacional consciente?” Há nesse questionamento uma aceitação implícita, por parte do autor, do teor altamente positivo do fazer intelectual. Essa investigação serviu-me como mote: retomar o conceito do intelectual e do crítico como a atividade por excelência, por tratar daquelas questões que conferem à nossa existência um caráter humano e, dada a sua natureza, nos proporcionar a verdadeira emancipação que não é a jurídica nem a econômica, mas a intelectual.

Não podemos nos esquecer nunca da obra de arte como forma de conhecimento, de aprofundamento no mundo real. Ela não constitui um epifenômeno, mas um processo formador com efeito direto sobre a psicologia individual e sobre a organização social. Cria uma nova visão do mundo, do mesmo modo como a crítica é capaz de criar uma visão particular da obra. A esse respeito, cremos que a principal tarefa do crítico na sociedade contemporânea consiste em cooperar para o restabelecimento do Humanismo que compense os fatores de desagregação social e de alienação pessoal. O crítico fixa um padrão de gosto, ao ligar a opinião pública à obra de arte. Apresenta-se como mediador do refinamento estético. Torna-se criador ao liberar determinada estrutura da obra, mostra-se como artífice da metalinguagem. Está em condições de refundir os elos quebrados entre a criação e o conhecimento, a arte e a ciência, o mito e o conceito. Desde Aristóteles tem sido notado que os maiores críticos têm seu trabalho como parte de uma articulada visão de mundo (LUCAS, 1970, p.4).

Um ciclo de conferências organizado em 2006 por Aduino Novaes reuniu renomados intelectuais brasileiros em torno do seguinte tema: “o silêncio dos intelectuais”, ou “intelectuais em tempos de incerteza”. As publicações derivadas desse ciclo versam, em linhas gerais, sobre o seguinte ponto: vivemos um momento de radical transformação seguida de uma anemia em todas as áreas de atividade, entre as quais a política e o pensamento, mais precisamente, a atividade intelectual.

Sergio Paulo Rouanet, integrante desse ciclo de conferências, propõe lembrar o ato de nascimento, se não dos próprios intelectuais, ao menos da palavra “intelectual”. É durante o caso Dreyfus, após a publicação do célebre artigo “*J'accuse...!*”, de Émile Zola, em *L'Aurore* (1898), exigindo a revisão do processo de um oficial judeu injustamente condenado por alta traição, que aparecem listas de apoio à iniciativa, assinadas por escritores, como Anatole France, Marcel Proust, André Gide e Charles Péguy, um músico (Albéric Magnard), cientistas (Jean Perrin), e também por professores, estudantes, arquitetos, advogados e médicos. É Maurice Barrès que qualifica essa iniciativa, por derrisão, de “protesto dos intelectuais”. Desde essa época, e ao longo de todo o século XX, a palavra refere-se àqueles que, exercendo uma atividade intelectual, usam seu prestígio adquirido nessas atividades para intervir no debate público e defender valores universais (justiça e verdade, por exemplo); em outras palavras, o intelectual é aquele que transforma o próprio fazer em uma autoridade política em nome de uma autoridade moral. Assim, deve haver três condições, ao que parece, para que haja intelectuais: um certo tipo de sujeito social, um certo tipo de objeto (o universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir (o espaço público).

Entendo que é possível seguir essa linha de análise, contextualizando e identificando, na trajetória de formação e no modo de atuação do nosso homenageado, esses caracteres acima destacados, em que a figura do intelectual, no sentido clássico, pressupõe 1) a aceitação de valores universais; 2) o espaço público onde o debate desses universais possa circular; 3) Um sujeito que se proponha tais tarefas: um debate público, aberto, de certas ideias universais (liberdade, justiça, identidade, poder).

Certamente, em toda sociedade, há profissões que, no sentido amplo, são intelectuais, isto é, não manuais (um alto funcionário é um intelectual, nesse sentido). Mas, quando se fala de intelectual, geralmente não nos referimos nem às categorias socioprofissionais ligadas às atividades de produção (agrícola, artesanal ou industrial) ou de distribuição, nem àquelas que têm uma função técnica; referimo-nos às categorias, ou melhor, às atividades distanciadas em relação ao processo utilitário (produção ou distribuição) nas quais o papel pessoal do indi-

víduo (seu talento, seu gênio, sua invenção) é essencial — e é dessa distância, de um lado, e dessa personalidade, de outro, que ele obtém seu prestígio. Por isso, os intelectuais a que nos referimos procedem essencialmente das atividades de criação (artes, letras, ciências) e também, secundariamente, das práticas de mediação: informação, educação. É preciso, pois, um alto grau de desenvolvimento econômico, social, cultural e de diferenciação das tarefas para que haja intelectuais assim definidos. A segunda condição para que haja intelectuais é a consciência de valores universais. É em nome desses ideais que intervém o intelectual, como escreve Fábio Lucas (1970, p. 5):

A chamada ciência do ser pode encontrar verticalidade na obra de arte. Lukács, sempre uma autoridade respeitada no campo do conhecimento, já deixou claro que qualquer que possam ser os pontos de partida de uma obra literária, seu tema concreto, o fim que visa diretamente, etc., sua essência mais profunda se exprime sempre através da pergunta: “o que é o homem”?

Como dizia o jovem Marx, citando Terêncio: “Sou humano, nada do que é humano reputo estranho” (RIBEIRO, 2006, p. 137). O intelectual seria assim o cientista específico das humanidades, aquele que trata das ciências humanas e sociais, bem como das Letras, Filosofia e História. Ele se distinguiria do cientista que, nas ciências biológicas ou exatas e tecnológicas, lida com as coisas — e isso não porque o intelectual preze a inexatidão, mas porque trata do mundo dos homens, no qual toda ação implica alguma reciprocidade, e por isso introduz um elemento irredutível de imprevisão e indeterminação no conhecimento. Por sorte, podemos contar com os intelectuais: esses indivíduos tomados por um espírito combativo no plano das ideias, do argumento, do contra-argumento e do debate: em Nietzsche encontramos uma dura crítica à pretensa superioridade das ciências empíricas sobre as ciências humanas: “contra o positivismo que para diante do real e diz: há apenas fatos, ao contrário, digo, há apenas interpretações”. É verdade que hoje, desde a teoria da relatividade instaurada por Einstein, mesmo as ciências exatas convivem com o princípio de indeterminação.

O intelectual só pode intervir se houver um espaço público onde isso possa ser feito, ou seja, se houver o espaço do debate e da liberdade,

a possibilidade de circulação da informação para toda a sociedade (em um fórum, na imprensa ou em outros meios de comunicação) e um regime político que seja sensível à opinião pública (seja ela nacional ou internacional). Podemos identificar claramente que esse fenômeno se deu pela primeira vez muito antes do caso francês, no século V a.C., na Grécia, quando essas três condições também se viram reunidas. Sócrates e os sofistas, cada qual a seu modo, foram protagonistas dessa nova prática: homens que tinham tempo livre para se dedicar às ideias, à sua produção e difusão; uma consciência do universal com o “nascimento da razão” (encarnada na filosofia e nas ciências puras); e um regime, a democracia direta, que permitia a expressão das opiniões e fazia da troca dessas opiniões no espaço público a condição mesma do poder. Na visão de Fábio Lucas, a função do intelectual se estende àquelas praticadas por filósofos, artistas, escritores, professores, enfim, por aqueles que põem as estruturas sociais mais estáveis em questão:

Podemos dizer que os escritores e professores, de um modo geral, constituem o desordenado grupo dos intelectuais (a *intelligentsia*, para usar uma denominação consagrada), que os déspotas temem tanto e perseguem tão obstinadamente. Qual será a função desse grupo na era moderna, de tão bradantes contradições? Antes de mais nada, fique expresso que não acreditamos de forma alguma na tese pessimista de Proudhon que, ainda no século passado, ante o declínio do prestígio do trabalho do intelectual, julgava estar chegando o fim da literatura e dos literatos no extremo da divisão do trabalho (LUCAS, 1970, p.17).

Outro aspecto importante para o qual nosso homenageado chama a atenção é a distinção entre o intelectual e o especialista. Nas ciências das coisas, a aplicação prática chama-se tecnologia. Já os saberes sobre o homem têm por principal ação a mediação discursiva das ideias, o que deve ocorrer fora da discussão intramuros da academia, visando à formação de um público, sobretudo a formação da consciência. Evidentemente, também as ciências exatas e biológicas acrescem nossa consciência do mundo. Quem sabe dos avanços científicos recentes tem mais condições, em regra geral, para ampliar seu leque de

escolhas e lidar melhor com o mundo. Tal reflexão, podemos situá-la também no pensamento filosófico de Russell [1912]/(2008), ao estabelecer uma contraposição entre conhecimento prático e o conhecimento de natureza reflexiva:

Mas antes de tudo, se não quisermos fracassar em nosso esforço para determinar o valor da filosofia, devemos em primeiro lugar libertar nossas mentes dos preconceitos daqueles que são incorretamente denominados de homens ‘práticos’. O homem ‘prático’, como esta palavra é frequentemente empregada, é alguém que reconhece apenas as necessidades materiais, que compreende que o homem deve ter alimento para o corpo, mas se esquece que é necessário prover alimento para a mente. Se todos os homens vivessem bem; se a pobreza e as enfermidades tivessem já sido reduzidas o máximo possível, ainda haveria muito a fazer para produzir uma sociedade verdadeiramente valorosa; e, mesmo neste mundo em que vivemos, os bens da mente são pelo menos tão importantes quanto os bens materiais. É exclusivamente entre os bens da mente que o valor da filosofia deve ser procurado; e só os que não são indiferentes a estes bens podem persuadir-se de que o estudo da filosofia não é perda de tempo.

O endosso contundente de Fábio Lucas atribui ao conhecimento produzido pelo intelectual algo bem diverso do conhecimento produzido pelo especialista, que anteriormente Russell denominou de “homem prático”:

Torna-se necessário distinguir nos dias de hoje o intelectual e o especialista. A distinção torna-se clara quando lembramos que as tiranias preferem cercar-se de especialistas, cumpridores de ordens, talentosos no seu anonimato e na sua neutralidade... Digamos, finalmente, que é sempre entre os intelectuais, com sua capacidade crítica, a sua contemporaneidade, o seu senso de totalidade, que emergem os prógonos, os criadores de todas as descontinuidades na trajetória humana.... é entre os intelectuais, os prógonos, que surge o problema de por as estruturas mais estáveis em questão (LUCAS, 1970, p. 17).

É nesse sentido que podemos ver claramente todo comprometimento da escrita crítica de Fábio Lucas, seja na análise econômica e social, seja na literária. Há sempre uma rigorosa análise da realidade brasileira: mesmo considerando o fator de dependência econômica e cultural do Brasil em relação aos países ricos, é inegável que a intelectualidade brasileira tem desempenhado um papel de proa. Na formação das nações estruturadas por “capitalismos tardios” como é o caso do Brasil, os intelectuais tiveram lugar de destaque. A literatura, por exemplo, discutia o País, a sociedade e o projeto de nação antes mesmo das ciências sociais. Nesse sentido, afirma que nossa autonomia está se formando, um processo em curso:

A cultura brasileira, incluindo-se nela o plano linguístico, constitui inicialmente uma amálgama de elementos europeus (contribuição portuguesa principalmente), africanos e indígenas. A independência política do país no século passado contribui para que o período romântico da literatura acentuasse os valores indígenas a fim de marcar a feição mais característica nacional. José de Alencar, romancista romântico do século XIX, de larga aceitação popular, seria o primeiro expoente dessa tendência. Chegou a defender o reconhecimento da língua indígena como critério da nacionalização da literatura brasileira. Daí por diante, toda vez que a literatura envereda pelo caminho da autoafirmação, procura nos resíduos indianistas do nosso nativismo a fonte mais próxima. Assinale-se que, na poesia, Gonçalves Dias devotou-se, também à apologia do elemento indígena, tendo chegado a elaborar um Dicionário da Língua Tupi (LUCAS, 1970, p.23).

A República Velha não foi, como geralmente se pensa, um período nulo de intervenção dos intelectuais na política. O próprio Rui Barbosa, que já se havia afirmado “intelectual orgânico” das causas abolicionista e republicana no Império, ascende a vice-chefe do governo provisório com Deodoro e à pasta da Fazenda. Concorre por três vezes à Presidência da República e será, talvez, o último intelectual liberal importante na história brasileira moderna. O “príncipe dos poetas brasileiros”, o parnasiano Olavo Bilac, lidera movimentos em favor da vacina obrigatória e do recrutamento compulsório.

Convém acentuar que o Modernismo, de valor multifuncional na experiência literária, coincide com a fase da diversificação social do País, a partir da década de 1920, acelerada numa orientação centralizadora, a partir de 1930, e incrementada, numa orientação descentralizada, a partir de 1945, período posterior à Segunda Grande Guerra, de profunda transformação social.

O período que se inaugura com a Revolução de 1930 será riquíssimo na renovação da interpretação do Brasil e nas relações dos intelectuais com a política. Os três grandes autores da geração, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Prado Júnior, abriram novas perspectivas e espaços de fala e de atuação para o intelectual brasileiro. A valorização das heranças constitutivas, ibérica, negra e indígena, terá notável influência na aposta democrática, pela afirmação das capacidades para o diálogo, para a plasticidade das relações sociais, e, na chave do Caio Prado Júnior, para a decifração do enigma de uma economia que, graças a seu principal produto de exportação, o café, tornava-se a primeira do comércio mundial, mas permanecia se reproduzindo por uma combinação novo-velho que se revelaria fatal. Fundavam-se os pilares do que depois seria trabalhado pela teoria do subdesenvolvimento. Os “intelectuais orgânicos” pululavam, abrindo novas perspectivas, arejando-se com as tendências mais contemporâneas, às vezes em chaves ainda autoritárias, na característica combinação da longa “via passiva” brasileira. Villa-Lobos, na música, quis ensinar o Brasil inteiro a cantar afinado, Niemeyer e Lucio Costa, na arquitetura e urbanismo, apostaram na força do espaço para a construção de um novo país e sociedade; Gustavo Capanema, apoiado em Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, na educação, como chave do progresso; muito mais tarde, já fora do Estado Novo, despontam, na sociologia, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes.

No século XX, as novas instituições e formas do Estado brasileiro encontraram seus melhores formuladores nos autores que já se tornaram clássicos. Celso Furtado foi o intelectual-mor do desenvolvimentismo. De fato, observando-se mais de perto as duas grandes passagens no século XIX, a abolição da escravatura e a república contaram com intelectuais já “modernos” na elaboração ativa, com forte intervenção na política. Nomes como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa,

Benjamin Constant, José do Patrocínio e Castro Alves compunham a linha de frente nos embates ideológicos, e, numa tessitura de sofisticada ironia, Machado de Assis fez dos tipos ideais das elites imperiais um espetáculo risível, nas crônicas diárias da vida da capital do Império. Das condutas, dos hábitos, dos caracteres das classes dominantes e seus representantes políticos resultaram os magníficos romances da fase dita “madura” de Machado. Mais do que aprofundamento psicológico, Machado de Assis revela a mentalidade, a visão de mundo, os valores que constituem o paradigma ideológico de uma certa “superestrutura”, para usar uma terminologia marxista. O campo da produção intelectual e artística e sobretudo a literatura adquirem um patamar indubitavelmente político: há uma aceitação tácita de que o discurso é um fenômeno social em todas as esferas de sua existência:

O escritor, com efeito, é revolucionário quando o seu papel social se choca com as expectativas da sociedade acomodada, isto é, aquela submetida a rigoroso controle social estabilizador. Tal escritor propõe uma luta, uma substituição, uma reforma, e sua tarefa se revela desafiadora e dinâmica. Ele tem de conceber e comunicar uma realidade nova; instaurar um sistema de relações linguísticas e inventar um mundo de tensões específicas. A sua originalidade se mostra nisso, e por via de consequência, a sua autonomia (LUCAS, 1970, p.105).

Não é exagerado considerar o século XX o século da linguagem e o século XXI o da informação no ambiente virtual. Esse fato se deve à grande contribuição trazida pelo gênio de Saussure e também às investigações inovadoras provenientes da filosofia analítica, na figura de Ludwig Wittgenstein. Mas, sobretudo, não se devem esquecer também as contribuições saídas da Fenomenologia, que, em contraponto à visão científica da Linguística, levantaram questões particularmente decisivas, sobretudo no que concerne à compreensão da importância da linguagem poética. A que se deveria esse grande interesse pelo campo da linguagem, ou, melhor ainda, que ordem de problemas proporia ao homem moderno esse fenômeno, a ponto de torná-lo um dos mais fecundos e intrigantes campos de indagação do mundo contemporâneo?

Será em Saussure que iremos encontrar importantes ingredientes para esboçar uma resposta a essa pergunta. A dimensão social da linguagem é o principal deles. Para explorarmos melhor esse ponto, passemos em revista alguns pontos básicos de sua teoria, o primeiro dos quais é a noção de sistema linguístico. Recorde-se que Saussure, ao propor essa noção, teria partido de uma constatação aparentemente óbvia e ingênua: o caráter determinante da linguagem como instrumento de comunicação. Para explicar o modo pelo qual ela exerce essa função, Saussure levantou como hipótese a existência de elementos linguísticos básicos e irreduzíveis, combináveis entre si através de operações gerais que estariam ao alcance de qualquer falante. Seria esse sistema que permitiria ao homem sua efetiva integração dentro de uma determinada comunidade.

Neste ponto somos levados a observar que qualquer obra literária constitui modalidade especial de comunicação e é portadora de força comunicativa polivalente. Vale dizer, apresenta-se como um potencial de grande vigor conotativo. Todo trabalho literário é vertido num estilo ao mesmo tempo convencional (pois se refere a um a código inteligível) e original (pois implica uma forma especial e autônoma de se comunicar). Temos por conseguinte de distinguir num sistema o que é herança, isto é o discurso da cultura, e o que é prospecção, surgimento assegurado do novo, originalidade pela qual a obra se mostra capaz de escapar o enquadramento dos gêneros e de suas gramáticas (LUCAS, 1970, p.14).

Mas foi com a obra *Marxismo e filosofia da linguagem* que Mikhail Bakhtin (2006) assentou as bases definitivas de uma abordagem política do discurso, foi com ele que aprendemos, entre outras preciosidades, a usar a expressão: “lugares de fala”, ou a colocar ao nosso interlocutor a reveladora indagação: “de que lugar você está falando?”

Investigar as camadas dos textos, as ideologias que aderem ao discurso dos personagens e das obras literárias, converteu-se em uma prática metodológica legitimada pela crítica literária, seja para investigar que obras e autores colocam em evidência os conflitos sociais, seja para identificar aqueles que passam ao largo dessas questões. E, confor-

me afirma Fábio Lucas, se há um fio que conduza a êxito nesse jogo, a saber, da crítica e do fazer intelectual, será o do levantamento sistemático dos elementos culturais:

Do nosso ponto de vista, o caráter social da ficção brasileira somente aparecerá quando as personagens e as situações criadas possam constituir expressão viva das relações entre grupos sociais. Como é sabido, os problemas e as ideias somente começam a se mostrar quando os precedem condições materiais capazes de suscitá-los. Assim, a consciência social a respeito da miséria, da desigualdade, da opressão começa a germinar a partir de condições materiais que a consagram num processo histórico que gera simultaneamente o seu contrário. No caso brasileiro, podemos dizer que o problema social é mais ou menos recente na preocupação dos ficcionistas (LUCAS, 1970, p. 52).

O lugar de fala de nossos escritores de um passado mais remoto era um lugar de privilégio social e econômico. O romance não pôs a mão na chaga. E mesmo quando mostra a miséria humana, não mostrava nunca a razão da miséria. A natureza inclemente, por exemplo, era a causa da infelicidade nordestina. Obras como *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo (1890), *Canãa*, de Graça Aranha (1902), e *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto (1923-1924), são citadas por Fábio Lucas para indicar que o início do século marca o surgimento, no Brasil, das primeiras ideias socialistas, que terão tímidas projeções sobre algumas obras literárias. Nesse meio, alguns intelectuais se colocavam ao lado das classes humildes:

No seu relato parcial das enfermidades coletivas, muitos romancistas perderam as dimensões nacionais dos problemas e fizeram literatura de circunstância baseada na misericórdia. Entram na linha da maioria de nossos ficcionistas sociais: a oposição passiva ou revoltada contra a ordem das coisas, apelando de certa forma para a solidariedade do leitor... Pior ainda é a linha dos que fizeram a crônica dos costumes e apresentaram a miséria coletiva, a escravidão, as migrações internas, o flagelo da seca, o cangaço, a exploração latifundiária, as lutas operárias etc., do ponto

de vista do pitoresco, do anedótico, do folclórico, fazendo do exótico a matéria prima para agradar a nacionais e estrangeiros (LUCAS, 1970, p.69).

O abrasileiramento da literatura constitui uma constante nas fixações estéticas de Mário de Andrade, considerado por Fábio Lucas o principal agente do Movimento Modernista Brasileiro, cujo marco foi a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo, em 1922. Nessa lógica da busca da autonomia, percebe-se a ênfase ao elemento indígena e sertanista, por parte de toda uma geração de escritores e intelectuais brasileiros. Fábio Lucas menciona *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902, como a obra mais importante, na medida em que, inicialmente, o relato jornalístico e sociológico da revolta de Canudos pôs em evidência o elemento nacional e singular da cultura brasileira, fez o elogio da população do interior, dos sertanejos e da figura heroica de Antônio Conselheiro, emblema de resistência às forças do governo central.

Paralelamente à modernização do Estado brasileiro, corre toda uma estetização e valorização da cultura brasileira: Fábio Lucas endossa a valoração atribuída à obra *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa, como o livro de maior sucesso literário do Brasil dos últimos tempos, pela façanha da experiência estética que conjuga uma estética nativista, regional, brasileira, à tradição clássica européia, seguindo o fluxo das inovações internacionais modernas:

Estão no ar as últimas ressonâncias do Movimento Modernista. Gerações e gerações de escritores se sucedem, procurando fixar um novo marco na literatura brasileira. Algumas proezas individuais fazem esquecer os mestres de 1922. Pequenos grupos, pequenos movimentos brilham e passam com a moda, deixando limitado raio de influência.... Talvez daí a necessidade de nos referirmos mais a nomes do que a grupos ou movimentos, individualizando alguns casos de maior expressão literária (LUCAS, 1970, p. 32).

Ciro dos Anjos, Clarice Lispector, Murilo Rubião, Assis Brasil, Wander Pirolli, o movimento poético concretista, o grupo Práxis, Erico

Veríssimo, Jorge Amado, Marques Rebelo, Lucio Cardoso, Adonias Filho, Autran Dourado, Fernando Sabino, Rubem Fonseca, Nélida Piñon e, mais recentemente, Moacir Scliar, Luiz Vilela, Emílio Moura, Henriqueta Lisboa, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade – romancistas, contistas e poetas –, resta dizer, segundo Fábio Lucas, que, diante de variadas temáticas e estéticas, todos eles procuraram denotar um acento nacional, ainda que o espaço seja particularizado. E ainda seguindo o raciocínio de Fábio Lucas (1970):

Uma exceção deve ser aberta à obra de Guimaraes Rosa, talvez um dos ficcionistas brasileiros mais estudados, e que mais continuarão a despertar o desejo de análise e de interpretação literária. Teve o romancista a capacidade de ligar a mais requintada cultura universal às mais singelas variações da psicologia regional numa vibração dionisíaca bastante próxima da índole brasileira. Atingiu frequentemente a grandeza épica, concluída em torno de heróis forjados no sofrimento e no desafio. A atmosfera de sua ficção está mergulhada na espiritualidade e no encantamento, projetada no contexto religioso e na paixão pelo desconhecido. Guimaraes Rosa é um criador de tensões e inventor da palavra. ‘Grande Sertão Veredas’, sua obra prima, misto de rapsódia e saga sertaneja, narra o combate de grupos de bandoleiros pelo sertão, numa luta pelo poder hipotético, fixando o lúdico exercício de viver perigosamente: novela do ardente vazio.

Conclusão

Este rápido percurso através da obra *O caráter social da literatura brasileira* nos permite avançar na compreensão da figura do intelectual e do importante papel que ele exerce no interior da cultura: o reino do intelectual é o das “mediações”. Ele é quem vincula o conhecimento a seu valor, uma vez que, ao atribuir ou debater o valor das ideias, pensa sob a forma da mediação. A mediação é condição para a ação. O intelectual é aquele que efetua mediações. Mas há uma via em que a mediação altera nossa própria percepção do mundo e, nela, a ciência se converte em cultura, passa a impregnar nossa percepção do mundo.

Esse modo complexo pelo qual o conhecimento científico é apropriado sob a forma dos mais distintos valores, tomando posse de parte de nossa consciência, é o que caracteriza “o lugar do intelectual”, que consiste em fazer a política do conhecimento de ponta, em torná-lo cultura e em levá-lo para a praça, isto é, para a casa comum da humanidade.

E é em nome da mediação que encerro essa reflexão. A mediação que o artista estabelece entre o mundo e sua escrita, e a mediação que o crítico também estabelece entre o espaço da consciência individual, sensível à obra de arte, transformando essa percepção no ato público e político da escrita. Ler e pensar a literatura brasileira, tal como fez Fábio Lucas, resultou um trabalho de mediação primoroso, que assegura ao trabalho do crítico e do intelectual função de incontestável valor e autoridade para a compreensão das estruturas sociais e da cultura brasileira. A autoridade do intelectual deriva de um modo especial de existir, a saber, a persuasão pelo amor à palavra, ao diálogo, postura essa que acena com um valor tão maior quanto menos violência exigir para vigorar.

Referências

- ARENDDT, Hannah. A crise na educação. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Nova Perspectiva, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª edição. São Paulo: Hucitec. 2006.
- LUCAS, Fabio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- RIBEIRO, Renato Janine. O Cientista e o Intelectual. In: NOVAES, Aduino (org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia* (1912). Lisboa: Edições 70, 2008.

De Morro do Ferro para o mundo: a trajetória acadêmico-literária de Olavo Romano

Valéria Aparecida de Souza Machado

É um homem falando com outro(s) que, desde sempre, encontramos no mundo. Isso nos diz Benveniste (2005), no ensaio “Da subjetividade na linguagem”, que afirma, ainda, a constituição da subjetividade inerente à linguagem, já que é nela e por meio dela que o sujeito se constrói como tal.

Na visão do linguista francês, o conceito de homem é construído a partir da experiência deste na linguagem, elemento constitutivo de sua natureza humana. A linguagem, assim concebida, deixa de ser mero instrumento de comunicação para ser entendida como uma faculdade simbólica do homem, atrelada à capacidade de significar. Quer dizer, é pela linguagem, como modo de interação entre sujeitos e destes com o mundo que o homem dá significado à cultura e às relações que estabelece com outros homens na sociedade da qual participam. Por isso mesmo a linguagem não pode ser pensada fora do homem.

A literatura, como uma das formas de manifestação da linguagem, propõe justamente a possibilidade de significação das experiências vivenciadas pelo sujeito em sua relação com outros sujeitos e com o mundo. É dessa capacidade que Antonio Candido (2012, p. 79-80) vislumbra a “função humanizadora” da literatura como “síntese e projeção da experiência humana”. Segundo o crítico, a obra literária é dotada de uma função integradora que relaciona a capacidade imaginativa do homem às questões individuais e sociais que ele vive na realidade factual. Por isso mesmo, a literatura exprime o homem e atua em sua formação.

Não à toa que em outro texto, caro à teoria literária, Candido (2004) inclui a literatura no mesmo patamar daqueles bens que não podem ser negados e nem faltar a ninguém – os “bens incompressíveis” –, uma vez que são eles os responsáveis por garantir a integridade do homem, constituindo, assim, parte dos direitos humanos.

A forma por meio da qual o texto literário se organiza e a integração que promove entre a realidade e a fantasia são, como propõe Candido, responsáveis pela própria organização da mente humana, o que possibilita ao homem organizar o modo como percebe o mundo. A literatura, portanto, teria o caráter humanizador, na medida em que a incorporação de noções, emoções e sugestões promovida pela forma no subconsciente/inconsciente enriquece a percepção e visão de mundo (CANDIDO, 2004, p. 179). Assim, promover o acesso à literatura e a circulação das obras literárias a toda e qualquer pessoa nada mais é que a garantia de direitos humanos: “[...] a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura” (CANDIDO, 2004, p. 191).

Intersubjetividade na/pela linguagem e literatura como lugar de projeção do sujeito, como direito inalienável, como vivência de experiências outras e como experiência que integra, transforma e humaniza: tudo isso nos aponta para a tríade autor/texto/leitor, partes inter-relacionadas do processo de produção, recepção e fruição da obra literária. Esta só se realiza a partir da experiência vivencial e imaginativa de um autor, para se expandir e multiplicar no ato da leitura que convida o leitor a criar significados e a participar de novas experiências. Nessa perspectiva, vale recorrer uma vez mais a Antonio Candido quando diz que:

Se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela é mostrada através da reação de terceiros. Isto quer dizer que o público é condição do autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação. Sem o público não haveria ponto de referência para o autor, cujo esforço ser perderia caso não lhe correspondesse uma resposta, que é definição dele próprio. Quando se diz que escrever é imprescindível ao verdadeiro escritor, quer isto dizer que ele

é psiquicamente organizado de tal modo que a relação do outro, necessária para a autoconsciência, é por ele motivada através da criação. Escrever é propiciar a manifestação alheia, em que a nossa imagem se revela a nós mesmos. (CANDIDO, 2000, p. 69).

A citação nos faz voltar à questão da linguagem como constitutiva da subjetividade humana. A esse respeito é bom reforçar, com Benveniste, que nenhum homem se constitui como sujeito sozinho, necessitando sempre da presença de outrem para intercambiar vivências e experiências, já que é isso que possibilita a consciência e a validação do que cada sujeito é, conforme a posição que ocupa no movimento de interlocução. Nesse processo, nenhum se concebe sem o outro:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa pois implica reciprocidade [...] *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco... (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Pode-se dizer, portanto, que a escrita é um devir, um ato sempre inacabado que reivindica a presença e a participação do outro, o leitor, para se concretizar enquanto possibilidade de vivência de experiências e de construção de novos modos de percepção de si e do mundo. Não significa dizer que isso só ocorra com o texto escrito. A interlocução e a constituição de subjetividades na e pela linguagem se concretizam no uso da palavra e na troca de lugares e papéis no processo de enunciação, no qual a tríade nunca se desfaz: é o escritor, é o texto, é o leitor. É o contador de histórias, é a narrativa, é o espectador.

A esta altura, o leitor deste texto pode estar se perguntando o que tudo isso tem a ver com Olavo Romano. Diríamos que muito. Sua história vem marcada por seu trânsito em variados campos da cultura e da palavra. Da palavra escrita, da palavra oralizada. Nessa trajetória, Olavo foi criando vínculos, ouvindo e recontando histórias, registrando a história pelos olhos da arte, escrevendo a sua memória e as memó-

rias de homens e mulheres com os quais interagiu pelo caminho, por meio de palavras e experiências.

Tudo começou em Morro do Ferro, cidade natal, um distrito de Oliveira, em Minas Gerais. Ali, Olavo Romano apurou seu ouvido curioso de menino, ouvindo atentamente as histórias que os mais antigos contavam. É daí que vem sua habilidade de transmutar na palavra escrita, por meio de seus “causos”, as histórias vivenciadas aqui e ali, as experiências da infância que se misturavam àquelas outras dos relatos que ouvia. Intercâmbio de experiências, como nos ensina Walter Benjamin ao falar do narrador tradicional (arcaico) que compartilhava experiências pelas narrativas orais. (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Olavo Romano formou-se em Direito. Especializou-se em Administração, área em que se titulou como mestre e na qual atuou como professor por muitos anos. Foi servidor público de carreira e ocupou o cargo de procurador do Estado de Minas Gerais, no qual se aposentou. A trajetória acadêmica em área diversa e a carreira na administração pública não afastaram, no entanto, o contato com as artes e a literatura nem suplantaram o manejo descontraído e mineiro/mineiro com a palavra, seja na contação de histórias regadas a um bom som de viola... seja nos “causos” que se tornaram escrita nas crônicas, nos contos e nos poemas que Olavo escreveu. Os olhos do poeta, que enxergam para lá da montanha, associam o mistério que há no infinito azul do horizonte àquele que habita o mar que Minas não tem. Mistério que é também da alma humana e que a palavra poética tenta perscrutar:

*Mineiro, quando sonha vê o mar;
acordado, esbarra na montanha,
ondas se perdendo no horizonte.
Absorto em abismos profundos,
matuta mistérios do mundo:
morro sempre atrás de morro,
vista querendo alcançar
longes distâncias azuis,
a alma da matéria
oculta no miolo das coisas.*

(ROMANO, s/d)

Outros tantos poemets foram escritos para legendar um livro de fotos sobre a história do Rio São Francisco. O rio, metáfora da travessia, embala o poeta e o faz recitar versos que dizem da vida interiorana em seu entorno:

*As águas da nascente são berçário
pedindo proteção e harmonia
de coração em paz, de sítios e fazendas
tirando leite, fazendo queijo, tocando a lida
quentando fogo, vivendo a vida.
O gavião, em alto trono,
é sentinela e testemunha
da água que corre
sem pausa ou sono
e só descansa
no oceano.*

(ABRANTES; BRITO; ROMANO, 2005, p. 54)

A voz poética recupera, nos versos, um cadinho da cultura e da tradição da cidade de Pirapora nas partidas e chegadas da chalana que sobe e desce rio afora:

*Em Pirapora,
o peixe salta, o rio chora,
a cachoeira pára
e o barco zarpa.
Mas espera ainda
um pôr de Sol além da ponte,
dourada despedida
e matinal adeus
com missa, banda, cantoria...
Então, um vento impetuoso varre o cais,
e a nave, em baleia transformada,
abre seu ventre
aos passageiros da transmutação.
A carranca,
velha e sábia em águas e mistérios,
vigia rio e vida
com sorriso de malícias e magias.*

(ABRANTES; BRITO; ROMANO, 2005, p. 57)

Olavo Romano também se aventurou pelo universo da literatura infantil. É seu o conto “Memórias meio misturadas de um jacaré de bom papo”, do livro *Olhar de bichos*, de Cláudio Martins, publicado em 2002. O conto fala de um jacaré que ganha voz para expressar, de seu ponto de vista, o significado da construção de uma cidade para a fauna e a flora locais e do preço pago pelas pessoas e pelos bichos da cidade em seu processo de modernização.

A contação de histórias e “causos” é marca registrada do escritor mineiro. Não por acaso ele possui cadeira cativa, ao lado de Saulo Laranjeira, no quadro “Prosa arrumada”, do programa *Arrumação*, exibido pela Rede Minas. Nessa linha, é importante mencionar o empenho de Olavo Romano no desenvolvimento de projeto para realizar, em Belo Horizonte, o espetáculo *Causo, viola e cachaça*, com o concertista e violeiro Roberto Corrêa. Esse projeto teve como objetivo incentivar a manutenção da tradição da música caipira e resgatar as histórias que conformam o imaginário rural, além de incentivar a produção e o comércio da cachaça, bebida tipicamente mineira.

Como grande incentivador cultural, Olavo Romano também estabeleceu diálogo com outros tipos de produção artística. Seu conto “Como a gente negoceia” inspirou a produção do curta-metragem *Negócio fechado*, de Rodrigo Costa. O conto relata o encontro de dois compadres que queriam fechar um negócio de compra e venda de gado. Enquanto o comprador se ocupa de colocar defeitos nos animais, o dono só tece elogios a eles. E essa conversa sem fim acaba dificultando o negócio, já que o antagonismo que envolve os pontos de vista não os deixa acertar os valores de compra e venda do gado. Isso é prosa para lá de extensa entre compadres mineiros, regada a café e pão de queijo! O curta, baseado nesse conto, foi premiado em 2001 no festival de Gramado.

O escritor participou, ainda, de outras importantes produções de registro e resgate da história e da memória cultural da capital mineira. *Belo Horizonte e o comércio*, compêndio publicado pela Fundação João Pinheiro, traz o registro de toda a história do comércio belo-horizontino, desde a fundação da cidade. *Memória viva* é um livro comemorativo dos 50 anos da Alcan, empresa fabricante de alumínio, localizada em Ouro Preto. *Mestres Minas Ofícios Gerais* é outra importante

produção, apoiada pelo Sebrae, cujo objetivo é o resgate da cultura do artesanato da cidade de Araxá. Todos esses livros, que fazem dialogar palavra e imagem, (re)encenam histórias e memórias de pessoas, empresas, trabalhos e negócios que fazem parte da história de desenvolvimento da capital mineira e de cidades importantes do estado de Minas Gerais.

Nessa esteira, não se pode deixar de mencionar o primoroso trabalho de pesquisa que resultou na produção do livro *Muito além da cidade planejada*, patrocinado pelo Colégio Magnum.

O livro é resultado de pesquisa substancial de historiadores mineiros, sob a coordenação de Olavo Romano. Desde as antigas fazendas da estrada velha para a cidade de Santa Luzia, até a construção da Companhia Industrial Renascença, o livro resgata heranças culturais e tradições já um tanto esquecidas. O resultado dessa extensa pesquisa é sua grande contribuição para a preservação da história da região nordeste de Belo Horizonte.

Na mesma linha do livro citado anteriormente, um outro chama a atenção pela capacidade arguta do olhar que percorre a história de dois bairros, desde o seu surgimento. Trata-se de *Pés no Caiçara, um olhar sobre a Pampulha*, obra comemorativa dos 12 anos do Shopping Del Rey. Interessante nesse livro é o diálogo proposto pelo escritor, cujo olhar percorre duas faces da cidade, divididas e divergentes por questões socioeconômicas e culturais – um bairro de cultura mais popular, que abriga moradores de poder aquisitivo mais baixo, e outro, nobre, integrado por pessoas de classe média para cima – mas que se encontram num espaço comum: o *shopping*. O *shopping* divide os espaços geograficamente, mas os integra, ao mesmo tempo, já que é espaço onde transitam moradores dos dois bairros. Esse olhar autoral propõe a integração dos espaços e das gentes, na medida em que resgata um pouco da história dos bairros e mistura costumes, tradições e manifestações culturais típicas da região, entre as quais música, gastronomia, artesanato, religião, entre outras. Em meio à metrópole desenvolvida (representada pelo *shopping center*), o escritor mostra a cultura, a arte local, os talentos escondidos aqui e ali. O livro, que traduz tal intenção, é rico em história e imagem.

Marcante na trajetória de Olavo Romano é a capacidade de reconhecer a importância da arte e da literatura na vida das pessoas. Na esteira do que postulou Antonio Candido (2004), Olavo entendeu que arte e literatura são manifestações culturais a que todos têm direito. As histórias ouvidas não ficaram apenas na memória do bom ouvinte que foi, desde menino pequeno em Morro do Ferro. Foram, sim, (re)criadas.

Os “causos”, contos e crônicas do escritor mineiro começam a ser publicados no ano de 1979 em jornais como *Estado de Minas* e *Jornal de Casa*, e nas revistas *Globo Rural*, *Palavra*, *IstoÉ* e *Veja*. Depois disso, muitos foram os livros publicados, mais de 20, entre os quais *Casos de Minas*, *Minas e seus casos*, *Dedo de prosa e prosa de mineiro*, *Os mundos daquele tempo* e *Um presente para sempre*. Alguns, inclusive, adotados em escolas mineiras como leitura obrigatória nas disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura.

Como terceiro sucessor da Cadeira 37, fundada por Olympio Rodrigues de Araújo e tendo como patrono Manuel Basílio Furtado, Olavo Romano presidiu a Academia Mineira de Letras (AML) no período de 2013 a 2016. E foi nesse espaço que o Olavo amante das letras, da palavra oral e da cultura popular concretizou um de seus maiores méritos: abriu as portas da Academia para o grande público, em mão dupla. Seu trabalho, nesse sentido, foi pioneiro, desde a captação de recursos e desenvolvimento de diversos projetos e parcerias voltados para a área da cultura até à modernização dos modos de gestão da AML, o que resultou, sobretudo, no fortalecimento institucional, cujo marco foi a integração da Academia ao Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Tudo isso foi feito vislumbrando a aproximação com o grande público e marcando o lugar da arte (teatro, balé, pintura, música, literatura) na trajetória da Academia Mineira de Letras. A relevância desse trabalho é reforçada nas palavras do próprio Olavo em entrevista concedida ao jornal *O Tempo*:

[...] Me vejo num lugar em que tenho que honrar todos os meus antecessores e contribuir para os que virão depois. Estamos trabalhando com vários parceiros para utilizar o espaço em diversos eventos de arte e cultura. Tenho me empenhado para aproximar o público da Academia. (ROMANO, 2013).

Como se nota, Olavo transitou e transita por vários espaços, explorando as diversas faces e manifestações da arte: literatura, saraus, contação de histórias, cinema, música, etc. Daí sua importância não só como escritor, mas também como grande incentivador cultural. A abertura promovida na AML já estava entrevista no seu próprio trabalho de escritor, uma vez que Olavo acatou, em sua escrita, aquilo que é do outro, que vem do outro e que não só demonstra sua disponibilidade de escuta, mas também aponta para a valorização de uma tradição cultural, da marca do povo mineiro. Interlocução pela palavra. Interação com o outro. Intersubjetividade.

O olhar do escritor sobre a cidade busca o que ela tem de mais genuíno. Trata-se de um olhar que sempre se volta para a diversidade, um olhar que transita pelos diversos espaços, explorando as variadas faces da arte, da tradição oral, da cultura popular. Esse é um olhar que privilegia a cidade como lugar de encontro e convivência. Por isso mesmo, a prosa de Olavo Romano é viva e sensível, leve e cheia de humor, justamente por sua capacidade de conceder a devida importância à fala e ao jeito de ser e de viver do povo mineiro, o que o torna um escritor que reflete sobre o lugar do popular e o promove ao mesmo patamar de importância da arte e da cultura eruditas.

Uso, para finalizar, um excerto de Werner Beinhauer que bem traduz a atuação de Olavo Romano nas letras, na arte e na cultura mineiras:

Não faltará quem me pergunte: que valor poderá ter para o teórico ou para o erudito interessado preferentemente em estudar obras literárias, o conhecimento da linguagem coloquial, de evidente utilidade para a prática do idioma falado?

E eu respondo: quem nega a transcendental importância de dita matéria também precisamente para o estudo da literatura, esquece que a língua – inclusive de poetas e literatos, ainda que eruditos, [...] – arraiga profundamente no subsolo da linguagem familiar e popular, de que se nutre diariamente.

Portanto, só será capaz de sentir, captar e apreciar as últimas (as mais profundas?) intenções e esquisitices, inclu-

sive de uma linguagem artística, quem conheça também a matéria-prima de que esta está moldada, ou seja, a linguagem do povo, do ambiente em que vive o artista, o que este mesmo fala diariamente (BEINHAUER, 1968, p. 64).

Referências

- ABRANTES, José Israel; BRITO, Octávio Elísio Alves de; ROMANO, Olavo. *São Francisco rio abaixo*. Rio de Janeiro: Conceito Editorial, 2005. 176 p.
- BENVENISTE, Èmile. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas (SP): Pontes Editora, 1989. p. 68-80. (Linguística crítica).
- BENVENISTE, Èmile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas (SP): Pontes Editora, 2005. p. 284-293.
- BEINHAUER, Werner. *El español coloquial*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1968.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119. (Obras escolhidas, v. 1).
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.
- CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. In: _____. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Publifolha, 2000. p. 67-81. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem: remate de males*. 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118273/1/ppec_8635992-5655-1-PB.pdf. Acesso em 15/12/18.
- MARTINS, Cláudio; LEMBI, Eustáquio; ROMANO, Olavo. *Olhar de bichos*. Belo Horizonte: Dimensão, 2002.

ROMANO, Olavo. *Belo Horizonte e o comércio*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, s/d.

ROMANO, Olavo. *Caminho e gente de Minas Gerais: segredos e mistérios*. No prelo.

ROMANO, Olavo. *Casos de Minas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

ROMANO, Olavo. *Dedo de prosa*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1986.

ROMANO, Olavo. Entrevista. *Jornal O Tempo*, Belo horizonte, 15 ago. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/pampulha/almanaque/olavo-romano-1.697632>.

Acesso em: 15/12/18. Entrevista concedida a Jéssica Almeida.

ROMANO, Olavo. *Mestres minas ofícios gerais*. Belo Horizonte: Editora Sebrae, 2002.

ROMANO, Olavo. *Minas e seus casos*. São Paulo: Ática, 1984.

ROMANO, Olavo. *Muito além da cidade planejada*. Belo Horizonte: Magnun, 1997.

ROMANO, Olavo. *Os mundos daquele tempo*. São Paulo: Editora Atual, 1990.

ROMANO, Olavo. *Um presente para sempre*. 15. ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

ROMANO, Olavo. ALBERNAZ, Gláucia (coord.) *Pés no Caiçara, um olhar sobre a Pampulha*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, ano 0.



SEÇÃO 3
HOMENAGENS

25 anos sem Hilton Rocha¹

Nicomedes Ferreira Filho

Senhor presidente, na pessoa de quem cumprimento todos os doutos membros da Mesa Diretora dos trabalhos,

Senhoras e senhores acadêmicos da Academia Mineira de Letras,

Senhoras e senhores,

Boa noite.

Sinto-me honrado, orgulhoso e gratificado por ter sido escolhido entre tantos confreres e confrades da AMM, tão mais cultos e mais dotados para a oratória do que eu, entre os quais se destaca nosso orador oficial, o acadêmico Geraldo Magela da Cruz. Nossos agradecimentos ao presidente da AMM por me ter escolhido e homologado nesta missão tão importante.

Falar sobre Hilton Rocha é missão muito fácil e extremamente difícil. Muito fácil, pois são tantas as suas qualidades a serem destacadas que não teremos dificuldade de enaltecê-las. Extremamente difícil, por sentirmo-nos muito pequenos para cumprir missão tão grande. Quando era obrigado a falar na presença do mestre Hilton, ficava tão emocionado e angustiado que meu corpo se molhava de suor, eu gaguejava e pedia a Deus para o tempo depressa terminar. Sentia-me impotente para controlar a emoção. Esse mesmo temor me assalta agora na

¹ Discurso proferido no dia 24 de agosto de 2018, durante sessão “25 anos sem Hilton Rocha”, na Academia Mineira de Letras.

presença de personalidades e escritores de tão alto gabarito como são os membros da AML.

O tema que me foi designado obriga-me a começar, telegraficamente, com alguns dados pessoais do homenageado.

Nasceu Hilton Rocha em Cambuquira, em 23 de dezembro de 1911. Deus escolheu essa data por dois motivos: antevéspera do nascimento do Salvador e ano de fundação da Faculdade de Medicina da UFMG. São duas coincidências muito significativas. Iniciou seus estudos em Cambuquira, tendo-se mudado para BH para continuar seus estudos. Ouçamos o Prof. Hilton Rocha narrando essa epopeia. “Em BH aportei aos dez anos de idade, com meus pais, a cuja dedicação, sacrifício, e principalmente a cujo exemplo me habituei, crescendo num ambiente modesto, probo, honesto e digno. Cheguei a BH em 1922. Cidade pequena, provinciana, mas com todas as condições de bem-nascida. Cresci na cidade. No Colégio Estadual (naquela época, Gimnásio Mineiro) concluí o meu curso secundário. No ano de 1928, ingressava na Fac. de Medicina de Belo Horizonte, hoje UFMG. Aquela casa, que têm como Patrono Cícero Ferreira, é o exemplo da vontade e do valor”.

Graduou-se em Medicina no ano de 1933. Professor-assistente da Clínica Oftalmológica da Universidade de Minas Gerais em 1935.

Livre-docente de Clínica Oftalmológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais – serviço do Prof. Linneu Silva, em 1938.

Professor catedrático de Oftalmologia da Clínica de Oftalmologia da Faculdade de Medicina de Minas Gerais em 1942, aos 31 anos. Foi o catedrático mais jovem do País.

Fundador e coordenador do curso de pós-graduação em Oftalmologia – nível doutorado – da Faculdade Federal de Medicina de Minas Gerais – 1968.

Diretor do Hospital São Geraldo – 1942-1976.

Membro de inúmeras instituições científicas, nacionais e internacionais.

Feita essa introdução, vamos ao tema: 25 anos sem Hilton Rocha. Vamos abordar os seguintes tópicos:

1. Professor de Oftalmologia – desde 1935, decidiu pelo ensino médico em Oftalmologia. As aulas na graduação eram esperadas com ansiedade. Até hoje, muitos de seus alunos de graduação lembram-se com saudade dessas aulas. Em 1959, fundou o curso de residência médica em Oftalmologia na Faculdade de Medicina da UFMG. Recebia alunos de quase todos os estados brasileiros. Foi um professor formador de discípulos. Recentemente, o acadêmico Serufo fez um discurso na AMM e criou, à semelhança de Guimarães Rosa, novo verbete, “fazedor”. Hilton Rocha era um “fazedor” de especialistas em Oftalmologia. Muitos de seus discípulos dedicaram-se ao ensino médico em Oftalmologia em vários estados brasileiros e latino-americanos. Sem Hilton Rocha, a residência continua a ser ministrada, mas sente sua falta.

Seu amor ao ensino era de tal ordem que, aposentado compulsoriamente, fundou o Instituto e Fundação Hilton Rocha, onde continuou no ensino de Medicina.

2. Liderança: tinha enorme capacidade de chefiar os discípulos e alunos. A liderança é inata, não se adquire, nascemos com ela. Segundo o dicionário Aurélio, “liderança é uma forma de dominação, baseada no prestígio pessoal e aceita pelos dirigidos”. Hilton Rocha exercia a liderança sem imposições. Nos tempos atuais, carecemos de líderes em todas as áreas da atividade humana. Na Oftalmologia nacional, não encontramos mais líderes como tivemos no passado. Hilton Rocha em Minas, Altino Ventura em Pernambuco, Moacir Álvaro na Escola Paulista, Leiria de Andrade no Ceará, Heitor Marback na Bahia, etc. Na política mineira, há 20 anos, se alguém nos perguntasse “quem poderia ser candidato a presidente da República”, qualquer um de nós responderia prontamente com vários nomes, como Juscelino, Tancredo Neves, Israel Pinheiro, Milton Campos, Antonio Aleixo, Jose Maria Alkmin, Gustavo Capanema, etc. Hoje não temos mais líderes políticos, não temos em quem votar com segurança e tranquilidade.

Estamos sem rumo em quase todas as atividades, pois não temos líderes para nos indicar o caminho. Hilton Rocha era o “líder”, sempre tinha uma palavra para nos orientar e conduzir; não seria exagero dizer

que ficamos órfãos de liderança. Que saudades temos de trocar ideias com o mestre Hilton e aprender e apreender mais lições de vida.

3. Carisma

Essa é outra qualidade que não aprendemos; nascemos com ela. Não temos como comprá-la, como adquiri-la. Todos aqueles que tinham o privilégio de conversar com ele sentiam um bem-estar inexplicável e, sem saber a causa, pediam a Deus que o diálogo fosse o mais demorado possível: os clientes sentiam o carisma do Prof. Hilton. Cada consulente era recebido, na porta de entrada do consultório, com um abraço e um cumprimento de boas-vindas. Terminada a consulta, o professor o levava até a porta de saída, onde dele se despedia com outro abraço e outro cumprimento de melhora de seus males.

4. Relação médico-paciente

O médico deve iniciar a consulta com a anamnese detalhada e plena de informações (história da moléstia atual) e, ao terminar, deve estar apto a fazer 80% do diagnóstico do paciente; não deve ter pressa ao conversar com o paciente e ao fazer o exame clínico; se necessário, deve solicitar exames complementares para fechar o diagnóstico: assim sempre procedia o Prof. Hilton. Jamais tirava a esperança do paciente de se curar e exigia que assim agissem todos os seus alunos e preceptores. Ele nos contou a seguinte história. Atendendo um paciente portador de doença retiniana incurável, para não tirar a esperança de melhora e cura do sofredor, receitou-lhe um colírio que tinha efeito placebo, para ser usado 4 vezes ao dia. O Prof. Hilton afirmou a esse paciente que o colírio certamente ia melhorar lentamente o quadro, mas que não tivesse pressa dessa melhora. Seguindo essa filosofia também eu tive uma experiência muito amarga que terminou em sucesso. Fui procurado por um paciente ainda jovem, com 45 anos, com presbiopia (dificuldade fisiológica para enxergar de perto). A visão de longe era 20/20, isto é, absolutamente normal. Na anamnese, não havia nenhuma outra queixa. Fiz o exame oftalmológico completo. Ao realizar o exame de fundo de olho, deparei-me com uma lesão que, clinicamente, era um tumor maligno (melanoma da coróide). Nessa ocasião, ainda não tínhamos outro tratamento a não ser a retirada do olho (enucleação) para se evitarem metástases, muito frequentes e precoces nesses casos. Como

dar a notícia tão radical ao cliente, que sabia que a visão desse olho era normal? Informe-me que havia uma lesão em seu olho e que tentaríamos tratar com colírio. Receitei um colírio placebo, pedi pra pingar no olho afetado, rigorosamente, nos horários de 8, 12, 16, 20 e 24 horas, e pedi retorno com 7 dias. Eu sabia que não haveria melhora, mas que o ato acarretaria a desconfiança de que se tratava de doença grave, que necessitava de terapêutica muito rigorosa, apesar de ser apenas com colírio. Era o que eu queria e esperava. Feita a revisão, informei que não havia melhorado e, portanto, repetisse a medicação. Após vários retornos sem melhora, o paciente, muito desconfiado e preocupado, interpelou-me, dizendo: doutor, o senhor está afirmando que tenho uma lesão neste olho? Respondi que se tratava de um tumor inicial e que necessitava de cirurgia urgente e radical de enucleação; contudo, ele poderia ter a certeza de que ficaria bem, pois a visão monocular permitiria a ele ter vida normal, com poucas restrições. Deus nos brindou com dois olhos para que, na ausência de um deles, o outro exerça a função dos dois. Para isto, seria necessário que o cliente tivesse esperança. Foi operado com sucesso, o paciente retornou a seus afazeres habituais, evitaram-se as consequências da neoplasia. Se tivesse informado abruptamente o diagnóstico e a conduta logo após a primeira consulta, poderia ter levado o paciente ao desespero, à depressão e à desesperança, com todas as suas consequências. Abordando o caso como abordei, consegui atenuar o sofrimento e a preocupação do paciente, ao lhe oferecer a esperança da cura de lesão tão grave. Felizmente, consegui um final feliz para uma ocorrência tão grave. Insisto em transmitir o excelente ensinamento do mestre Hilton Rocha, afirmando que sempre devemos dar ao paciente sofredor a esperança de cura de sua moléstia.

Tantas são as facetas da personalidade de Hilton Rocha que, para descrever a falta que ele faz para a Medicina nesses 25 anos de ausência, precisaríamos não de uma palestra de uma hora, mas de um congresso ou um simpósio prolongados.

Lamento não termos mais tempo para enaltecer esse tão grande mestre, mas agradeço o espaço que me foi concedido e com o qual concordei plenamente. Contudo, o tempo urge e necessito terminar estas considerações. Em outra ocasião, abordaremos os temas que aqui faltaram: sua excepcional memória, seu fantástico trabalho social (projeto

Urbi), sua extraordinária cultura, seu pioneirismo na atualização de conhecimentos e de aparelhos que invadiram a Oftalmologia, etc.

Posso afirmar, sem medo de errar, que ninguém, em todo o mundo, teve mais cultura oftalmológica que o professor Hilton Rocha. Contudo, na sua modéstia, ele ensinava a todos nós: “ai do mestre que não tenha um discípulo que o supere”.

Em resumo, Hilton Rocha foi um grande médico oftalmologista, o maior tribuno, a maior cultura médica oftalmológica mundial.

Hoje sentimos muito a sua falta nos 25 anos de seu falecimento.

Finalmente, podemos afirmar que a Oftalmologia brasileira está dividida em duas fases: antes e depois de Hilton Rocha. Neste momento, os aplausos que surgirem, eu os dedico ao Prof. Hilton Ribeiro da Rocha.

Muito obrigado.

Hilton Rocha, o professor¹

Astenio César Fernandes

Evocando homem, deidade e natureza, a história assinala ciência, filosofia, letras e artes. Homens especiais são seus construtores. Entre tantos, destaca-se o extraordinário oftalmologista mineiro Hilton Rocha. Ele dividiu a história da Oftalmologia brasileira em dois períodos: antes e depois dele. Distinguiu a escola médica lucrativa da América do Norte, a clínica praticada na França, e a científica iniciada na Alemanha. Assim, soube implantar no Brasil a sua escola. Como as plantas, que se multiplicam graças à polimerização, o professor Hilton gerou oftalmologistas.

Brasil! Civilização nova. Embrião que, certamente, formará o grande organismo do amanhã no seu caminhar, imutável, à maturidade. Minas Gerais! Reunião de brasileiros do Norte e do Sul. Cinturões de montanhas a reter vozes e ampliar ecos. Minas de Mariana, Vila Rica, Diamantina e de tantos outros belos lugares. Nesse cenário de tantas reminiscências, merece destaque a Cambuquira de Hilton Rocha.

Nascido no circuito das águas minerais, Hilton Rocha se graduou em Medicina aos 22 anos de idade. Aos 31, já era catedrático de Oftalmologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Depois, com inspiração superlativa, criou a Escola Oftalmológica Brasileira, pioneira, que se tornou modelar. Assim nasceu o primeiro curso de doutorado em Oftalmologia, formando renomados oftalmologistas. Em razão do seu elevado nível de competência, conviveu com as maiores escolas

¹ Discurso proferido no dia 24 de agosto de 2018, durante sessão “25 anos sem Hilton Rocha”, na Academia Mineira de Letras.

de Oftalmologia da Europa. No Brasil, vivenciou a evolução da Oftalmologia, a exemplo do Ceará, com Leiria de Andrade, e de Pernambuco, com Afonso Medeiros, seu discípulo.

Entre inúmeras distinções, esse emérito professor foi presidente da Associação Médica Brasileira, vice-presidente da Associação Pan-Americana de Oftalmologia, membro da Academia Nacional de Medicina, membro do *Jure Internacional Chibret*, membro do Comitê Científico da Revista Francesa de Oftalmologia, membro da Comissão de Estudos Constitucionais Afonso Arinos, membro da Academia de Letras de Minas Gerais, da qual foi vice-presidente e orador oficial. Eloquente, de palavra viva e solta, dos seus pronunciamentos pode-se reproduzir o que foi dito em relação ao tribuno paraibano Alcides Carneiro: “Lendo-se, há encanto; ouvindo-se, há arrebatamento, porque, em seus lábios, a palavra ganha opulência e bela singularidade”.

Quando Dr. Hilton recebeu o título de Professor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba, em 1986, eu tive a graça de representar o corpo docente da instituição, em assembleia universitária. Naquela oportunidade, iniciei minha alocução com estas palavras: “Os olhos veem pelo coração, e assim como quem vê por vidros de diversas cores todas as cores lhe parecem daquela cor, assim as vistas se tingem dos mesmos humores de que estão, bem ou mal, afetos os corações”. E prossigo: subordinando de propósito os meus sentimentos de agora a esta sentença imaginada pelo professor Hilton. Falo tocado pelo coração. Entendo que o mestre é afeito às ciências abstratas, que se ocupam das formas sob as quais os fenômenos se manifestam ao espírito humano. Tem, igualmente, afinidade com as ciências abstratas-concretas ou exclusivamente concretas, que tratam dos fenômenos em si. Nesse envolvimento com o campo científico, exerceu a razão, mas sempre compreendeu o coração. Sei como é difícil falar sobre Hilton Rocha. Bem disse Dr. Paulo Galvão: “Hilton Rocha é muito fácil de diluir em uma enciclopédia, mas difícil concentrar em uma página”.

Com sua generosidade peculiar, naquela solenidade, o professor Hilton expressou: “A homenagem que hoje me é reservada tem para mim um conjunto de razões a emocionar-me. Desde logo, ao agradecer as palavras de Astenio, nelas se entrevê a afirmativa daqueles que me veem com o coração, deturpando inconscientemente fatos, para

em verdade poder ressaltar um único de que não me desfaço e de que me orgulho, que é o desprendimento. Sempre lutei no sentido de que aqueles que de mim se aproximassem pudessem haurir o pouco de que disponho, e que pudessem me alegrar com sua evolução progressiva. Como me alegra e envaidece ver vários dos meus alunos galgando posições ímpares no cenário profissional, ávido que sempre fui, e a sorte me tem favorecido, de poderem exemplificar a célebre expressão de grande mestre italiano: ‘Ai do mestre que não tem um discípulo que o superé’. Muito grato, Astenio, pelas palavras amigas e reconfortantes que me prodigalizou”.

No relicário da ciência, há, com justiça, o registro de homens que a edificaram e, nessa edificação, possuem as duas identidades: cientistas e literatos. Hoje, representando todos os seus discípulos, participo das homenagens tributadas ao mestre mineiro por representantes de diversas instituições: Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Associação Médica Brasileira, Academia Mineira de Letras, entre outras. Reconhecimento ao profissional que soube dignificar seu trabalho científico e literário. Hilton Rocha pertence à legião que contribuiu verdadeiramente para o bem da humanidade, com altivez e humildade, perseverança e fé, genialidade e espírito elevado.

A competência demonstrada por Hilton Rocha e a projeção galgada receberam o reconhecimento de um dos mais considerados mestres da Oftalmologia da Europa: o doutor Yves Pouliquen, da Universidade de Paris. Esse eminente professor afirmou, certa vez, que respeitava Hilton Rocha como intelectual, humanista, oftalmologista e, acima de tudo, como chefe de uma escola oftalmológica plena de valores e excelência científica. Há, nesse julgamento, a aplicação da concepção francesa: “science sans conscience ce n’est que la ruine de l’âme”. O saber, a técnica ou a arte da Medicina, na ausência desse valor, resultam na anulação de seus méritos.

Miguel Torga já afirmara: “Os grandes homens são como as obras de arte. Não se pode compreender tudo de uma vez”. Homens podem ser lembrados e homenageados por outros homens. Porém, a verdadeira homenagem ao professor, silenciosa por vezes, incomensurável sempre, é o produto dos seus ensinamentos espargidos por seus discípulos, a gerar, em escala geométrica, a sua própria felicidade. Nes-

sa moldura, está o retrato de corpo inteiro de Hilton Rocha.

Por tudo o que realizou, Hilton Rocha permanece. Revelam os versos do poeta Paulo Galvão, um dos seus mais destacados discípulos:

*Quem tiver a copa e o canto,
a capa e a campã,
a crença e a cruz,
a faca e a foice,
a peça e a praça,
esse permanecerá.*

Por fim, creiam! Se Hilton Rocha fosse indagado, como o foi Javé, “Quem és?” Das névoas do além sublime, onde hoje habita sua energia excelsa, sem falsa modéstia, poderia responder: “Eu sou aquele que é”. Sim, pois Hilton Rocha, o professor, é patrimônio da Oftalmologia brasileira.

Muito obrigado!

Homenagem ao Dr. Hilton Rocha – Academia Mineira de Letras¹

Eudes Magalhães

Boa noite a todos!

Em nome do Instituto Unimed-BH, patrocinador desta Casa, da diretoria da Unimed Belo Horizonte e dos nossos médicos cooperados, saúdo a todos os presentes neste evento.

Na pessoa da presidente da Academia Mineira de Letras, Elizabeth Rennó, cumprimento a todos os acadêmicos e também os amigos e familiares do homenageado desta noite, Dr. Hilton Rocha.

Dirijo ainda um cumprimento especial aos meus colegas: Dr. Elisabete Ribeiro Gonçalves, do Departamento de Oftalmologia da Associação Médica de Minas Gerais; Dr. Cícero de Lima Rena, representando o Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais; Dr. Luciano Amedée Peret Filho, coordenador do Cememor; e o Dr. Nicomedes Ferreira Filho, da Academia Mineira de Medicina.

Para nós, é uma honra estar presente nesta cerimônia. Primeiramente, porque nosso Instituto Unimed-BH, braço social de nossa cooperativa, é um importante parceiro da Academia Mineira de Letras.

Essa parceria é viabilizada pelo incentivo de mais de 4.700 médicos cooperados e colaboradores da Unimed-BH, por meio do nosso programa cultural. Juntos, esse grupo de pessoas protagoniza o maior

¹ Discurso proferido no dia 24 de agosto de 2018, durante sessão “25 anos sem Hilton Rocha”, na Academia Mineira de Letras.

programa de incentivo sociocultural por meio de pessoas físicas do país, segundo o Ministério da Cultura.

E, neste ano, temos a alegria de comemorar os 15 anos do Instituto Unimed-BH. São 15 anos de um importante trabalho que transforma a vida de milhares de pessoas em nossa área de atuação.

Sentimo-nos honrados, também, em razão do homenageado da noite. Gosto de dizer que a prática da Medicina é uma vocação que encontra paralelo na produção literária. Não por acaso, temos muitos médicos escritores, como os grandes Guimarães Rosa e Pedro Nava. Com o Dr. Hilton Rocha não é diferente, tanto que ele ocupou cadeira nesta Casa.

Mas, sobretudo, estamos felizes por fazer parte desta homenagem porque a Medicina brasileira deve muito ao Dr. Hilton Rocha. Não só pela sua atuação como médico oftalmologista e professor, mas também pela sua visão de futuro.

Visão que nos traz ao início da história da Unimed Belo Horizonte, há 47 anos. Na ocasião, o Dr. Hilton Rocha foi o nosso primeiro cooperado, e o seu apoio ao projeto da nossa cooperativa foi fundamental.

Nossa cooperativa é hoje uma referência em todo o País, e nasceu de um projeto corajoso e audacioso. Hoje, podemos nos orgulhar de sermos, por cinco anos consecutivos, a melhor operadora médico-hospitalar do Brasil, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Uma cooperativa que valoriza o trabalho médico e investe continuamente na qualidade da assistência.

Agradeço à Elizabeth e à Academia Mineira de Letras por este convite. Que todos nós nesta noite possamos nos inspirar na história desse homem que, pela força de sua atuação, tem o nome escrito na história da Medicina brasileira.

Desejamos a todos uma ótima noite!

Lembranças do poeta Edison Moreira, no seu centenário

Danilo Gomes

Na década de 1960, a Livraria Itatiaia, na Rua da Bahia, beira da Av. Afonso Pena, Belo Horizonte, era um conhecido ponto de reunião de escritores, jornalistas, acadêmicos, políticos, pintores, leitores em geral. Ali pontificava o poeta Edison Moreira, com seu indefectível cigarro, seu bom humor e espírito brincalhão, e sua voz de comando. Esse comando era dividido com seu irmão Pedro Paulo, o proprietário da editora Itatiaia.

Com 20 anos de idade, estudante e sempre com magra pecúnia no bolso, comecei a frequentar a livraria e fiquei amigo de Edison Moreira. Passei a auxiliar o Edison na coluna literária que ele mantinha no jornal *Estado de Minas*. Lá ia eu frequentemente, em dias de semana. Eu ficava por lá todas as movimentadas manhãs de sábado. Passei também a fazer revisão tipográfica e escrever algumas “orelhas” de livros da editora. Fiquei amigo do escritor Vivaldi Moreira, da Academia Mineira de Letras, e de seus filhos, Pedro Rogério, José Maria, Eduardo Vitor e Maria do Céu. José Maria Couto Moreira, jurista, tornaria-se um estudioso da História de Roma e publicou um apreciado *Pequeno Dicionário Histórico de Roma*. Pedro Rogério Couto Moreira (literariamente, Pedro Rogério Moreira) tornou-se um consagrado escritor, autor de vários livros, o último dos quais *Memórias da diverticulite: novela sobre a eleição presidencial* (Brasília, Thesaurus, 2019, capa e diagramação de Cláudia Gomes), e é o sucessor de seu pai na Academia Mineira de Letras.

Pela livraria dos irmãos Moreira, passavam escritores, pintores, políticos e outras figuras da intelectualidade que hoje pertencem à história cultural de Minas, como Paulo Pinheiro Chagas, Milton Campos, Alberto Deodato (nascido em Maroim, SE), João Camillo de Oliveira Torres, João Etienne Filho, Euclides Marques Andrade, Manoel Casassanta, o casal Ney Octavianni Bernis e Yeda Prates Bernis, Fritz Teixeira de Salles, José Bento Teixeira de Salles, Moacyr Andrade, Djalma Andrade, Eduardo Frieiro, Ayres da Matta Machado Filho, Fausto Alvim, Salomão de Vasconcellos (historiador marianense que, como médico, participou da I Guerra Mundial), José Faria Tavares, José Afrânio Moreira Duarte, Jacinto Guerra, Oscar Mendes (pernambucano que lá trabalhava, como tradutor), Chanina, Ângela Vaz Leão, Bueno de Rivera, Emílio Moura, Soares da Cunha, Mário Mendes Campos (pai de Paulo Mendes Campos), Manoel Hygino dos Santos, Yara Tupynambá, Mário Mattos, Cristovam Colombo dos Santos, Oíliam José, Augusto de Lima Júnior, Expedito Faria Tavares, Renato Sampaio, tantos outros.

Autores que moravam fora de Minas também iam lá para lançar seus livros: Mário Palmério, Tasso da Silveira, Nelson Palma Travassos, Herman Lima, muitos outros.

Posso dizer que Edison Moreira, Vivaldi Moreira e Eduardo Frieiro transformaram-se em mestres do moço marianense que tanto aprendia naquela “faculdade livre”, que era um mundão de livros e quadros, um verdadeiro paraíso que encantaria Jorge Luis Borges.

Entre uma providência de trabalho e outra, Edison Moreira lia em voz alta poemas num e outro livro que sempre tinha à mão. Com sua voz possante e bem modulada, recitava poemas de autores de sua estimação, entre os quais Pablo Neruda, Augusto Frederico Schmidt e Alphonsus de Guimaraens Filho.

Serei sempre grato aos três irmãos Moreira, com os quais muito aprendi, naqueles ricos e politicamente agitados anos de minha formação. Muitos anos depois, em 1995, um grupo de escritores, tendo à frente o próprio presidente da Academia Mineira de Letras, Vivaldi Moreira, levou-me a me candidatar a uma cadeira na Casa, na vaga de Cyro dos Anjos.

Para expressar minha gratidão aos ilustres irmãos Moreira, valho-me da oportunidade do centenário de nascimento do grande poeta e acadêmico Edison Moreira. Na noite de 31 de maio deste 2019, a efeméride foi celebrada em noite de gala, na Academia Mineira de Letras. Escrevi pequena mensagem, lida naquela sessão pelo escritor Rogério Faria Tavares, recém-eleito presidente da Casa, sucedendo à operosa Elisabeth Rennó.

Naquela sessão, foram prestados diversos depoimentos sobre o saudoso homenageado, e o palestrante da noite foi o escritor e economista Renato Sampaio, que teve o privilégio de desfrutar da amizade e do convívio de Edison Moreira.

Renato Sampaio nasceu em Itabira, Minas Gerais, e vive em Belo Horizonte. Economista, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, atuou em diversas instituições financeiras. Foi chefe da Consultoria Técnica do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, diretor adjunto da Credireal Financeira, diretor técnico e vice-presidente da Credireal Leasing. É autor do livro *Financeiras, a experiência brasileira*, no qual aparecem, pela primeira vez no Brasil, em linguagem matemática, os mecanismos operacionais ligados às chamadas sociedades de crédito, financiamento e investimento.

No campo da literatura, das artes plásticas e da música, Renato Sampaio também se destacou, tendo-se dedicado a intensas pesquisas. É poeta, cronista, contista. Além de um *song book*, intitulado *O violão brasileiro de Mozart Bicalho*, publicou os seguintes livros de contos, poemas e biografias: *A última missa em Latim*; *Contos de bom humor*; *A fotografia na parede*; *Lições de Pedramor*; *O Concerto de Aranjuez e outros poemas*; *Chanina: arte e trajetória*; e *Inimá: uma biografia*. Conterâneo de Carlos Drummond de Andrade, Renato Sampaio tornou-se amigo muito próximo do grande poeta e cronista.

Cumprir registrar que, na abertura da Quinta Literária de 30 de maio, o presidente da Associação Nacional de Escritores (ANE), Fabio de Sousa Coutinho, fez oportuna e simpática referência ao centenário de Edison Moreira e à homenagem que lhe prestaram a família, os amigos, a Academia Mineira de Letras e Renato Sampaio.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Relembrando Edison Moreira¹

Renato Sampaio

Há muitos anos, subo a rua da Bahia. Talvez por morar lá no alto do Santo Antônio, em uma ladeira que lembra um pouco os morros da minha terra, as subidas de tal modo integram o meu cotidiano que, nelas, não raro, uma folha que cai, um pássaro que voa, transporto-me com a mesma facilidade com que a memória involuntária fazia o escritor mais querido reencontrar-se diante de suas madeleines, a capelinha de Combray, uma taça de chá.

E foi assim que, certo dia, ao passar por esses lados, pude examinar a bela obra recém-erguida ao lado do prédio da Academia Mineira de Letras. Obra, pensei comigo, que então surgia para abrigar as múltiplas atividades que fariam daquela casa modelo dos processos culturais em ascensão, um passo além, o seu multiplicar-se. Obra, além do mais, em todas suas etapas – e não há quem ignore isso –, fruto, por assim dizer, de uma só força, um só espírito: alguém à altura do empreendimento que lhe foi dado realizar.

Verdade que poderia me curvar ao reparo de que tais obras, pela sua própria natureza, jamais poderiam ser fruto de um homem só, que todo esforço é solidário e, como tal, outros ali também deixaram suas marcas. Que assim seja, mas, por outras razões, de igual modo aceitaria que, iniciativas desse vulto, no campo cultural, somente se concretizam quando movidas por uma força e uma vontade que não se curvam, não se dobram, não se entregam. Vontade que, para tanto, haverá de agigan-

¹ Palestra pronunciada na Academia Mineira de Letras, na tarde do dia 31 de maio de 2019, em comemoração ao centenário de Edison Moreira.

tar-se, superar-se, e, sempre que necessário, mil vezes agigantar-se e de novo superar-se para que as coisas possam acontecer. Se não, nada feito.

Alma em flor da Academia, seu dínamo e sua força, aqui, há tempos, o futuro ganhou forma, e, nele, como símbolo desta casa, revejo mais uma vez o seu eterno presidente, Vivaldi Moreira. A seu lado, memória acesa, reencontro também o seu irmão Edison; o querido Edison das muitas lembranças que, soltas entre nós, retornam à cena, ocupam espaços, poesia, muito mais.



E assim, explicação que não se explica, bato de novo à porta de uma velha livraria, atravesso um corredor, transponho estantes, grito o seu nome, alegro-me em revê-lo, saber das coisas, de livros novos, de livros raros, histórias, apenas, ou o que mais for. E ele, ao telefone – do outro lado alguém consulta –, aconselha, esbraveja, alegra-se, por instantes, efusivo, o bom Edison.

O Edison da boa frase, da palavra dita como os amigos gostavam de ouvir e ele, de dizê-las. João Etienne Filho aproxima-se e indaga não sei o quê. Ao fundo, vejo um retrato de Garcia Lorca, pintado por Carretero, e vejo também uma, duas marinhas de Sílvio Pinto. Samuel Koogan de passagem, Fausto Alvim anunciando-se. Edison entre amigos, rodeado de livros e mais livros junto aos quais viveu a sua vida, trabalhou, quis bem aos que o quiseram, sua família, seus amigos: saudade.



Quando li *O menino da Mata e seu cão Piloto*, seu autor, Vivaldi Moreira, há muito fazia parte das minhas leituras cotidianas. Memorialista, a cada semana seu diário comparecia à grande imprensa da capital mineira. E lá no interior, em Itabira, havia pelo menos um leitor garantido para esse gênero literário.

Naquele belo livro, um dos marcos da trajetória do autor, soube ele traçar todo o espírito de uma época e dos valores que povoavam pequena região da Zona da Mata de Minas Gerais.

E que época foi essa?

Ontem, ontem mesmo, se pode alguém aferir a contagem da mais intangível das matérias – o tempo –, este país, sua gente e seus domínios, vivia em estreita comunhão com a terra, a natureza: vida outra, noite escura, o imaginário a povoá-las. Essencialmente agrário, nele a urbanização, fenômeno recente, mal começava a engatinhar, e as cidades, pequenas, distantes, provincianas, encontravam-se de tal modo ilhadas dos grandes centros que alcançar esses últimos, o mais das vezes, resumia-se em mero sonho, privilégio de poucos.

É nessa quadra que se localiza o pequeno grande mundo em que o menino da Mata e seu cão Piloto vagueiam juntos, alargam seus dias, comungam sentimentos. Obra de mestre, nela seu autor revive os dias de uma infância feliz: a fazenda, as lições, os roteiros do aprendizado. E o pai, a mãe, os irmãos. Quadra rodeada de amigos, lições jamais desaprendidas. Vida, calor humano, o homem e seus caminhos, as luzes e o amanhã. Vida afora, a vida inteira.



Vida inteira, e para sempre, como na página afetuosa, extraída do livro aqui citado, em que, por artes de dona Tita, mãe dos dois de quem vos falo, o leitor encontra o registro que pereniza a noite tempestuosa em que Edison Chrisóstomo Moreira nasceu na cidade mineira de Carangola, na sede da Fazenda do Tanque, pertencente à sua família.

É dela, portanto, a narração:

– Edison nasceu num quarto forrado de esteiras. Era noite de tempestade. O menino chorava; chorava muito, como quem chama pela sua mãe. Minha cunhada, de estatura pequena, nova, bonita e de olhos brilhantes, tomava conta dele. Relampejava e trovoava; lá fora fazia um barulho medonho. Preocupada, indaguei à minha cunhada por que ele chorava assim e ela me respondeu que era por causa do som. Então eu disse o seu nome: Edison.

– Vai, Edison, conhecer a poesia da vida – sentenciou outra voz, no mesmo instante. Mas essa, inaudível, ou endereçada a um só ouvinte, não chegaria a alcançar dona Tita.



Alguém admitiria que um escritor, ou mesmo um simples leitor, desses de horas vagas, falasse mal dos livros? Logo dos livros, esses nossos amigos a quem o mestre Eduardo Frieiro dedicou um volume afetuoso para dizer do bem que eles nos fazem, mostrando-nos, além do mais, que há uma arte de amá-los, assim como há também uma arte de amar o próprio amor? E que, além de atribuir-lhes o mais alto merecimento, apontou existir entre nós e eles um mundo de relações cúmplices, amorosas, carregadas de prazer e suscitadas, às vezes, num simples folhear de páginas?

Pois bem, mesmo em concordância com o mestre, quanto aos livros agora estou do outro lado. Conto, no entanto, que, amável, não partidário, o ouvinte cuidará de absolver-me. Ou, no mínimo, perdoar-me.

Seja como for, o caso foi assim: em uma certa, amorosa tarde, isso há muitos anos, subia eu a rua da Bahia, coração a mil, emoção à solta: uma dama, imaginem, e paulista. Havíamos marcado um encontro. Não, não conto mais. E eis que, rápido, bem à porta da Itatiaia, aparece o Edison e me detém: “calma, que pressa é essa meu amigo, entre um pouco, a vida é curta”.

A tal chamado alguém resiste? Aceito, pois, entrar e, logo depois, no interior do prédio, subo com ele em um velho elevador à cata de não sei que livro escondido pelas alturas do não sei onde. Era um elevador antigo, desses de corrente, conduzido pelo próprio dono. Pouco depois, de volta ao térreo, surpreendo-me com os dois volumes do Diário secreto de Humberto de Campos e, interessado, começo a folhear suas páginas enquanto aguardava o bom livreiro prestes a fechar sua livraria.

Ah, os livros. O velho Frieiro estava coberto de razão. Só não disse que, em ocasiões assim, eles às vezes também nos fazem desligar.

Nossa! E como fazem. Que a distração não foi minha, tenho certeza, mas, leitura ou não – e de um jato só –, súbito e sem aviso as luzes da livraria se apagaram, um silêncio medonho começou a se propagar, a querer se impor, e, Deus do céu, só então percebi que o meu

amigo, muito na dele, alma finíssima, havia ido embora e me deixado trancado no interior do prédio da rua da Bahia.

E agora, meu vate? Andei de lado, recuperei-me, quis telefonar – cadê o fone? –, uma volta, ansiedade, outra volta, mais ansiedade e, por fim, sem saber o que fazer, dirigi-me ao andar de cima, onde, ao fundo, sob uma porta, percebi uma réstia de luz. Aproximando-me, notei que havia alguém lá dentro. Rápido, bati à tal porta. Bati uma, duas vezes, e aguardei. Atendeu-me, assustado, o Pedro Paulo Moreira – irmão do nosso amigo –, o qual, por não me conhecer, assustou-se mais ainda, e, surpreso ao ouvir o que se passara, começou a rir; rimos juntos:

– O mano é assim mesmo – exclamou ele. – Não fique chateado. Essas coisas acontecem.

Dias depois, encontro o mano na cidade. E ele, sereno, como se nada tivesse acontecido, a queixar-se:

– O que houve, naquele dia? Saiu à francesa?

– Francesa, Edison? Fiquei foi preso à russa.

Perdi a dama, culpei os livros. Ficamos quites.



Quite, na verdade, nunca estou. Sobretudo com as coisas que passaram. Hoje, olhando para trás, tenho certeza de que, quando conheci Edison Moreira, Belo Horizonte, deixando de lado a caretice e o peso das antigas tradições, integrava-se com alegria ao espírito daqueles tempos. Eram tempos da Bossa Nova, os Beatles já haviam chegado, o Vietnã ardia em chamas.

O mundo, então, parecia mais jovem. As jovens esposas andavam de mãos dadas com seus maridos; matava-se, e muito, por amor, e, além do mais, havia uma coisa chamada *revolução* e uma outra que era José Nava conversando sobre Proust nas madrugadas do Malleta.

Velho e querido Malleta; dia desses passei por lá. Pareceu-me cansado o lugar. Ali mesmo, em frente à escada rolante, ficava o Lua Nova. Murilo Rubião acabara de publicar *Os dragões e outros contos*;

Schubert Magalhães ainda planejava seu primeiro filme, e as moças, as do andar de cima, guerreiros, eu vos digo, era uma festa.

Murilo introduziu Gastão Guimarães à mesa; Eduardo de Paula, estudante, geometrizava os seus vinte e poucos anos, e Álvaro Apocalipse ainda não fora apresentado aos *giramundos*. Dia sim, dia não, Amélia discutia, Samuel Koogan aprovava, e Arlinda Correa Lima, recordando-o com afeição, trazia-nos de volta o bom Guignard. Enquanto isso, *Ptyx*, em flor, movimentava-se com a *Máquina de germinar gardênias* do meu primo Márcio, então às voltas com o livro que seria *O ciclo do barro*.

Alguns anos depois, muito antes de Degois mergulhar na aventura do seu último tapete, Olívio Tavares de Araújo e Marco Antônio de Menezes apresentariam Faber a BH. O mesmo Marco Antônio cujo *Não, poesia para*, na bela interpretação de José Aurélio Vieira e Paulo Augusto Franzen de Lima, preencheria a própria década.

Os pintores formavam a maioria: Inimá, de vez em quando; Chanina, presença certa; Herculano, às sextas-feiras. Narciso, cedo, cedo, subindo aos céus. Quintão, Haroldo Mattos, Jarbas Juarez e Nello Nuno. Parece que foi ontem, hein, Nello?

– Que naipe é este, Nava?

– Deve ser de paus. Caramba, não é não, enganei-me. É o Kneipp Rodrigues, a quem o meu irmão Pedro, lá do fundo de seus baús, até hoje agradece e não se esquece.

Carlos Estêvão, de bar em bar: um copo em cada mesa e um lápis a tiracolo para a caricatura dos amigos. Isaías Golgher anunciava um livro sobre Marx e outro sobre Lênin; o de Einstein ficaria para depois. Para Danilo Osório, a vida então era muito mais do que um *Domingo de areia* e, enquanto os seus *Primaverhinos* aguardavam hora e vez, Harley Carneiro preparava um roteiro para o último conto do ex-mágico.

– Que livro é este, Nava, entreaberto sobre a mesa?

– Você ainda não o leu? É o *Canto e palavra*, do Affonso Romano de Sant’Anna, que dia desses esteve aqui.

– Boa noite, meu caro Fritz Teixeira de Salles: Dianice, Diamantina, ou Belo Horizonte?

Longe de seus pacientes, Mário Catão retraçava em mapas o trânsito caótico da cidade. Rui Flores, elegante, cavalheiro e cúmplice de um cachimbo inseparável, um belo dia nos deixou; e foi um dia de tristezas, à noite, José Nava sequer apareceu. (Na década seguinte, desfeita a tríade da psiquiatria, José Ronaldo Procópio cuidaria de permanecer para o apagar das luzes.)

Vicente de Abreu, com a chegada dos tempos sombrios, somente retornaria à cena após longo exílio nas terras de Neruda. Solidário, Geraldo Álvares, em igual período, fechou-se aos lugares em que seu amigo não mais estava. Carlos Perktold, por sua vez, ainda treinava o seu olhar de colecionador, para mais tarde afirmar-se como crítico de arte.

Semana sim, semana não, Moacyr Laterza ocupava uma das mesas e, entre a estética e a filosofia, optava por uma boa garrafa de vinho.

Jornalistas eram Célius Aulicus, Bley Barbosa, Marcelo Tavares Paes. Sem esquecer da *História de um amor perfeito*, ainda em gestação, e tampouco de seu autor, Geraldo Magalhães.

E o teatro? Ah, o teatro. Eis alguns nomes: Flávio Márcio, Ronaldo Brandão, Júlio Mackenzie, Jota Dangelo, Helvécio Guimarães, Pontes de Paula Lima, Joaquim Costa, Arildo de Barros, Ronaldo Boschi, Ílvio Amaral, Júlio Varela e Pedro Paulo Cava. Sem esquecer de Eliane Maris, Regina Reis, Cleide Guimarães, e, também, dessas saudades que se chamaram Geraldo Maia e João Etienne Arreguy Filho. Seria a vida então um palco, ou imerso nela o palco ditava a própria vida?

Reunia-se no Lua Nova boa parte da *intelligentsia* local. Havia outros nomes, muitos outros, mas os aqui citados eram mais próximos à nossa mesa.

E vejam ali, quem acaba de chegar: presença rara, é o Edison Moreira.

– Prazer em conhecê-lo, Edison.



E foi assim que, lá pelo final dos anos sessenta, fiquei conhecendo o poeta, e nos tornamos amigos. Na ocasião, ou pouco antes, ele mantinha uma coluna no *Estado de Minas*, onde comentava assuntos literários, e finalizava-a com a transcrição de um poema, às vezes um soneto. Sonetos eram muito lidos; menos então do que antes, e muito mais do que hoje.

Por essa época, com alguma frequência, eu o via, à distância, na Churrascaria Camponesa, geralmente em companhia do professor Mário Mendes Campos, e, não raro, com o trovador Soares da Cunha. O bom e sereno Soares da Cunha, autor, entre tantas, de pelo menos uma trova imortal:

*Amigos são todos eles
como aves de arribação,
se faz bom tempo eles vêm,
se faz mau tempo eles vão.*

Espontânea, por excelência, a mesa em que se agrupavam era mesa de boas-vindas, de amigos e de bom humor. Mesa em que se comentavam política, literatura, negócios e... mulheres.

Dito isso, e deixando para outros abordarem os demais aspectos de sua trajetória, sobretudo o papel por ele desempenhado, ao lado de seu irmão Pedro Paulo, na fundação da Livraria Itatiaia, dobro-me agora ao grande poeta que foi Edison Moreira.



Aniversário do jornalista Geraldo Magalhães, ainda no tempo do seu apartamento na Augusto de Lima. Amigos lá reunidos, muitos, noite adentro, Celina ao lado. A certa altura, alguém a quem não conhecia, mas cujo raciocínio rápido, de uma lógica imperturbável, atraía as atenções, acabou de igual modo me atraindo. E, assim, dele me aproximei. Sua prosa era uma prosa clara, bem articulada: falava de ideias, de lugares, de outros povos. Seus olhos, vistos de relance, eram olhos de bom quilate, fecundos.

No momento mesmo em que ele dizia da Checoslováquia, e recordava a Alemanha, e citava Clausewitz, Nabuco, ou não sei que outro autor, sua voz, de modo súbito, alterou-se e, crescendo em ritmo e harmonia, transmudou-se para interpretar os versos que nos apresentam o Conde d'Albergaria:

*A formosa Infanta Ausenda
bem que já correspondia.
Em vão não foram cantares
do Conde d'Albergaria,*

*trovador mui afamado,
senhor de cavalaria,
que à corte estava em visita
de amizade e cortesia.*

E assim ele – prazer em apresentá-lo, Mauro Santayana –, de memória, prosseguiu até o fim o belo poema de Edison Moreira. Cantar perfeito, tanto pela graça quanto pela forma, quem conhece tal peça sabe do convite de El Rey para com ele o conde ir à caça; e o bom conde, a esquivar-se, disse que não poderia; pois enquanto El Rey caçasse, ele à sua mulher caçaria. Deu no que deu: ao final, sobre os amantes, punhal de ouro que luzia.

Seja em seus sonetos, em seus cantares, seja em seus poemas livres, Edison foi, sobretudo, um artesão de fina lavra, um perfeccionista que atingiu brilho e estatura dentro dos processos formais ligados ao tipo de poesia que praticou. Méritos a tal autor que, no exercício de sua arte, escreveu versos com tal maestria que, não raro, evocados aqui e ali, possibilitaram-lhe alcançar em vida o que somente alguns poucos conseguem alcançar: fez-se ao gosto, foi lido, realizou-se.

Tempo de poesia, publicado em 1962 pela Itatiaia, abriga o conjunto da sua produção poética, incorporando num único volume os poemas de *Cais da eternidade* (1945-1951), *O jogral e a rosa* (1954-1958), e os *Poemas existenciais* (1959-1961).

Sonetista, por excelência, em seu livro de estreia, nele Edison se curva ao encantatório das visões que se deixam anunciar:

*Estás presente. Vieste com certeza
das origens do tempo ou da paisagem.
Tens nos cabelos roxos a beleza
de teu país de reis sem vassalagem.*

São visões que perduram, acompanham-no, página a página, como na quadra inicial deste outro poema, o oitavo do livro:

*Anunciam-te. Assombram-se os presentes,
embora sempre sejas esperada.
Trazes tuas riquíssimas sementes,
para a fecundação da madrugada.*

Ou neste outro:

*Bem sei que existes – rosa prometida
que na existência me completará.
Não prolongues a espera aborrecida;
se tens de vir, que venhas já.*

A lista é ampla, a temática é vária. Diversos sonetos celebram a visão cristã da vida; alguns cantam o amor; outros, a dor e o mistério. Ao final, antecipando peças de maior leveza, surge uma pequena obra-prima, que traz o nome de “Soneto da infância”.

*Por sortilégio de Pirlimpimpim,
supreenderam-me em sonho esta manhã,
os filhos de Perrault, Andersen, Grimm,
clamando pela Infância – sua irmã.
Eu que supunha já ter posto fim
a esses amigos, na memória anciã,
eis-me de novo diante de Aladim,
Pinóquio, Chapelinho, Peterpan...
Que pretendeis da Infância? (assim lhes falo)
Voltai à paz do vosso azul castelo;
que ao colo de Mãe Preta, em doce embalo,
ela dorme tranqüila dentro de mim:
– não façais mais rumor, Polichinelo,
e apaga tua lâmpada, Aladim.*

Em *O jogral e a rosa* desaparecem os sonetos. Senhor de outros ritmos, o poeta exercita novas formas, e o faz com leveza, com arte, com apuro e bons ouvidos:

*Leve e bela
rosa branca
como um verso
de Florbela
Espanca.*

Ou nesta quadra, tão ao gosto:

*Muito mais que o quanto vivas,
importa como viver –
muitas vezes um só dia
pode uma vida conter.*

Do *Jogral* fazem parte os *rimances*, cuja técnica o autor domina com segurança. Seu momento culminante é aquele pouco antes lembrado pelo jornalista Mauro Santayana. Os *Poemas existenciais*, a propósito, são de 1959-1961, coincidindo, por acaso, com o período de apogeu do discurso sartreano. É outra, no entanto, a mensagem que os anima:

*Solitário, durmo entre plantas aquáticas.
No lago onírico, a noite é única
e aproxima as angústias. Ao teu encontro,
vou através de navios sem nomes, esquecidos
no cais da madrugada. Infância entre símbolos,
carícia na carne livre de desespero.*

Predomina neles certo clima de elegias, a constância da dor, a solidão, a presença da amada intemporal. São temas que se entrecruzam, desdobrados em versos nos quais a densidade poética dá a tônica:

*Vive em silêncio. Caminha
sem te deteres, olhando
os longes da paisagem.*

*Reza de manso. Soluça
sem que descubram teu pranto.
Conserva-o em possíveis urnas.*



Nos últimos anos de sua vida, que se encerrou em 1989, Edison pelo menos uma vez retornaria aos sonetos. Foi quando publicou no *Suplemento Literário* do *Minas Gerais*, com o título de “Cidadão do ano 2000”, uma bela composição dedicada a seu filho, dele e de Jandira, cujos versos iniciais são os seguintes:

*Cavaleiro espontâneo em plenitude,
as cruzadas do bem sejam teu clima,
realiza o que eu sonhei e que não pude,
faze da tua vida uma obra-prima.*



Síntese rápida, amostragem de bom calibre, tem-se assim uma visão da obra poética de Edison Moreira.

Para finalizar, um último reparo: a crescente velocidade com que o conhecimento filosoficamente orientado para o ser tem se voltado para sua aplicação concentrada no *fazer* – a constatação é de Peter Drucker –, universalizando-se, aduzimos nós, num meio em que as imagens assumem primado quase absoluto, tudo isso acaba por ensejar barreiras que nada favorecem o acesso do público à voz de seus poetas.

De outro lado, sucessivas vanguardas no campo literário, inaugurando novos rumos e novos padrões estéticos, acabaram por limitar a grande maioria dos autores que não adotaram esses cânones a espaços de reduzida aceitação na mídia e na própria indústria editorial. À exceção dos mais consagrados, raras vezes sua obra é reeditada.

Num contexto desses, Edison Moreira, mesmo diante da longa noite de silêncio que hoje o encobre, seguramente haverá de ressurgir todas as vezes em que algum leitor, tal como acabamos de fazê-lo, fruir, página a página, a quinta-essência do seu *Tempo de poesia*.

Edison, poeta e (quase) santo¹

José Maria Couto Moreira

O nobre acadêmico escritor Rogério de Faria Tavares, organizador da comemoração pelo centenário de Edison Moreira, incumbiu-me de um breve encômio a Edison.

Não me seria difícil falar sobre Edison. E falar sobre ele nos proporciona, à família, um prazer que dividimos entre nós, porque Edison, na verdade, foi um homem bom, nunca um aventureiro das letras, equipado com reconhecido preparo intelectual e, principalmente, por sua vocação em produzir, em seu exercício poético, o sentimento e a provada síntese dos sonhos, das fraquezas, dos medos e demais angústias que permeiam a vida do homem no planeta. A razão lógica que me apraz falar sobre Edison neste seu centenário, sobretudo, é porque ele foi meu tio, eu o acompanhei na intimidade. A outra, muitos certamente aceitam que eu o diga, é porque ele foi quase santo, e a última é porque ele foi poeta. Sempre tive para mim que todo santo tem muito de poeta e todo poeta tem algo de santo. E, desde adolescente, notei uma certa jactância de meu tio sobre um duvidoso poder espiritual que em seus delírios poéticos pudesse anunciar, assim por dedicatória dele em livro que me presenteou, quando grafou: *a meu sobrinho José Maria, com a benção episcopal do tio Edson*. Também, quando batizado, deu-lhe minha avó o prenome Crisóstomo, proclamado santo e doutor da Igreja, iniciando aí o vestibular de Edison em sua investidura supostamente santificada.

¹ Discurso proferido no dia 31 de maio de 2019, durante sessão em homenagem a Edison Moreira, na Academia Mineira de Letras.

Edison não foi um versejador que distribuía sua inspiração generosamente. Não, alegro-me e o exalto porque ele foi um pensador, antes de ser poeta, e sabia vincar, segundo os mais altos cânones da poesia, nosso sentimento, nossas aflições, nossos desejos, nossas decepções e nossas convicções. Não tenho autoridade crítica para sublinhar ou apreciar tecnicamente a poesia que meu tio deixou para nós. Sei, contudo, que ele sempre teve leitores que o liam, e poetas outros que o comentavam e o aplaudiam. Edison praticava uma poesia aglutinante, em cujos sonetos conseguia expor o universo, sua existência, sua amargura, sua alegria e sua expectativa em redondilhas amáveis, estruturantes e consequentes, que nos conduziam a um final silencioso mas apoteótico. Muitos de seus poemas, preambularmente de abstração desoladora, remetiam-nos a conclusões próprias da existência. Aliás, o que constava em sua bandeira poética era que dentro da noite estava contida a aurora. Esta a que fazia ser cada leitor um companheiro do poeta. A capacidade de Edison de sustentar a leveza de suas criações era seu temperamento amistoso, quase benevolente, embora, por vezes, quem não o conhecia bem poderia surpreender-se com uma reação apoplética quando se sentia ferido por alguma indignidade. Edison tinha uma capacidade mágica de eclipsar os efeitos de uma agressão a si. É daí que, 30 anos após sua morte, não me precipito em reconhecer sua quase santidade, que nunca o aproxima da santidade como a de um Santo Antão ou de uma Tereza de Ávila, que se martirizavam, mas uma santidade moderna, em que compreendia a condição humana e perdoava ou satirizava uma falta, estilo que o acompanhou desde a sagrada boemia até sua morte. Em Edison conviviam os contrários, suas imprecações e seus abraços. Era generoso com a família; com seus amigos, um homem sempre pronto a ouvi-los. Foi um boêmio ativo em sua mocidade e depois também, mas qual poeta não o teria sido até para afirmação de sua vocação ou de seu talento?

Como comerciante, ou mercador de livros, melhor diria, Edison foi a alma da Itatiaia. Se o irmão e sócio, Pedro Paulo, recolhido diariamente em seu gabinete, ocupava-se com a edição e a produção da livraria, que, por sinal, foi responsável por títulos que projetaram a empresa em todo o País, Edison reunia em sua ampla loja da Rua da Bahia, nas tardes douradas do século passado, a fina flor da inteligência literária e política da cidade e do Estado, onde, vez por outra, efervescia

a exaltação de temas literários ou mesmo paroquiais, mas sempre capazes de aproximar os diletantes para um final venturoso. Eram habituais a esses encontros o inesquecível Prof. Alberto Deodato, dono de uma verve que a todos encantava; o então deputado e aplicado leitor Tancredo Neves, seu adversário; o jovial governador Magalhães Pinto; o eminente professor Pedro Aleixo; o então senador e sempre um pensador, o Dr. Milton Campos, que engalanava aqueles encontros; professores outros de cada congregação superior; o sempre ouvido Des. Mário Mattos; os irmãos Faria Tavares, esclarecidos, cordiais e respeitosamente irreverentes; acadêmicos, intelectuais e escritores portugueses e paulistas; políticos de vários matizes, todos seduzidos pelo apreço e estima que Edison indistintamente declarava a todos, não sem uma eventual reinação irreverente a alguém, o que despertava gargalhadas ruidosas. Coroava essa malta de notáveis, mais tarde, a presença querida e invariavelmente simpática e cativante de Juscelino, que por muitas noites se dirigiu ao quarto andar daquele centenário Park Royal, onde, naquela época, tal qual um clube livre, Edison mantinha sua casa, ou seu palco, assim me parecia, sempre aberta para quem quisesse comungar daquele ambiente etílico-cultural e desfrutar da presença de JK e de seu contagiante sorriso, assim como se ajuntar àquela turma de boêmios, simplesmente. Enfim, na vigorosa ação empresarial da Itatiaia, Edison foi o epicentro de seu sucesso e de sua divulgação.

A sessão “Promontório de Deus”, em que Edison, no entardecer de sua inspiração, ajuntou em sonetos lindas preces a Nossa Senhora, constantes do seu *Tempo de poesia*, é o penhor de sua crença e de seu apostolado pessoal. E a quem ele dedica esse capítulo emocionante de sua poesia? A um santo cuja passagem por Belo Horizonte é lembrada por muitos: dom Timóteo Amoroso Anastácio, aquele monge humilde e sábio.

A amenidade da poesia de Edison provinha do sopro de sua condição humana, e a natural aceitação e encantamento por sua poética especial, por vezes, pontilhava o estro de Cecília Meireles, a primadona da poesia brasileira. Como ela, era particularidade de sua lira viver um tanto ausente do mundo. Foi o imortal Carlos Drummond de Andrade quem cunhou aquela tradução do temperamento da grande poeta. Dizia ele, “sempre notei em Cecília uma certa ausência do mun-

do”. Edison foi exatamente assim e, a meu ver, enquanto se ausentava do mundo compunha as sonoras cláusulas de sua bela obra. Quem se dispusesse a observar a caminhada de meu tio poderia ter conferido seu comportamento sempre distraído, até mesmo no diálogo pessoal. Quando se esperava dele uma interlocução a propósito do que se conversava, atalhava Edison com uma balela gracejante.

Nosso aniversariante compôs assim sua vida e dela partiu precocemente, legando a nós, enriquecedoramente, seus belíssimos instantes poéticos. Saiu da vida para ocupar nossa saudade. E, lembrando-me de um amigo que também já se foi, companheiro de Edison de todas as horas, seu íntimo parceiro, o acadêmico e trovador emérito Soares da Cunha, concebeu este glorioso poeta um dos mais belos hinos à saudade, e o dirijo a meu tio Edison, finalizando este elogio: Saudade, mistério d’alma,/ coisa que bem não se explica,/ é algo de nós que alguém leva,/ é algo de alguém que nos fica.

Homenagem a Odair de Oliveira¹

Renata Barbosa de Oliveira

Primeiramente, gostaria de agradecer à Academia Mineira de Letras, em especial ao Dr. Rogério Faria Tavares e a todos aqueles que contribuíram para tornar esta homenagem uma realidade. Também agradeço aos que participaram desta iniciativa e da organização deste evento a fim de homenagear o centenário de Odair de Oliveira. Foi com grande comoção e satisfação que eu, minhas cinco irmãs e meu irmão recebemos o convite para participar desta homenagem ao nosso pai. Para nós, este evento tem um significado ímpar, é uma ocasião muito especial para expressarmos nossa gratidão àquele que nos deu a vida!

Dessa forma, é com imensa emoção que venho aqui, neste momento, representando nossa família, filhos, cunhados, netos e bisnetos, para homenagear esse homem tão brilhante, que deixou sua marca em nossas vidas, em nossa formação, em nosso caráter, com seu grande exemplo de vida e de sabedoria.

Foi com muita honra que aceitei a desafiadora missão de expressar em palavras um pouco sobre a história de vida e personalidade de um ilustre personagem, rico em virtudes e admirado por todos aqueles que o conheciam. Assim, por mais que quiséssemos descrever todas as suas virtudes e realizações, não conseguiríamos, haja vista a imensidão de notáveis feitos e qualidades que ultrapassam o limite das palavras.

Para escrever estas linhas contei com a ajuda dos irmãos, que contribuíram não só na escrita, mas, principalmente, rememorando

¹ Discurso proferido no dia 18 de setembro de 2017, durante sessão de homenagem a Odair de Oliveira, na Academia Mineira de Letras.

fatos e momentos inesquecíveis guardados na memória, vivenciados junto ao nosso querido pai.

Estas singelas palavras, que nesse instante profiro, exigiram-me realizar um mergulho nas lembranças de minha infância e reviver momentos tão especiais. Os dias em que me debrucei nessa viagem nostálgica representaram um retorno sentimental a um passado saudoso e feliz ao lado daquele que nos deu o modelo de honradez, competência e dedicação à família, ao trabalho e aos amigos, com uma vida consagrada à cultura e às letras.

Quando digo desafiadora missão de proferir este discurso me refiro à dificuldade em selecionar o que dizer nessas poucas linhas sobre uma pessoa por demais extraordinária. Além disso, foi árdua a missão por reacender uma saudade doída, de apertar o coração, e que, com efeito, o tempo é capaz de amenizar, mas se trata de um sentimento que nunca se acaba.

Para viajar de volta ao passado, reli editoriais de autoria de meu pai e outros tantos escritos por companheiros e amigos, o que contribuiu para eu estabelecer uma percepção mais ampla sobre o quão admirado e querido era Odair de Oliveira. É unânime a admiração e carinho que diversas pessoas nutriam por esse grande homem. Grande em altura decerto não era, mas enorme no domínio do saber e no dom de transmitir, por meio da linguagem escrita e também, por que não dizer, do silêncio que lhe era tão peculiar, todo o seu conhecimento, dignidade e cultura. O silêncio, neste caso, dizia muito sobre Odair de Oliveira. Como citou Geraldo Magalhães em um texto datado de 19 de setembro de 1981, há 36 anos, “Há certas pessoas que se marcam pelo silêncio. Odair era uma delas”. Relendo tantos artigos e todas essas histórias, comecei, então, a anotar algumas palavras que se repetiam com bastante frequência e que também vão se reprisando ao longo desse discurso, porque são palavras que retratam a personalidade e caráter de Odair de Oliveira. São elas: dedicação, inteligência, simplicidade, modéstia, exemplo, silêncio, discreto, mestre, intelectual e cultura.

Apesar da minha pouca idade, apenas 10 anos, quando ele nos deixou, as marcas da convivência, do amor e carinho para comigo são eternas, deixaram raízes profundas e constituíram a base de minha trajetória de vida.

Sempre penso nisso e tenho consciência de que meus irmãos igualmente compartilham do mesmo sentimento de como seria maravilhoso ter convivido com ele por muito mais tempo, aprendido mais com seus preciosos ensinamentos, seu jeito calmo, íntegro e sonhador. Em que pesem apenas esses dez anos de convivência, a admiração que sinto por ele é indescritível em palavras, como illustrei acima, infinita, e enche-me de orgulho poder chamá-lo de PAI. Esse exemplo e admiração foram transferidos, também, para aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, como seus netos, bisnetos, um dos genros, José Roberto, e a nora Luciana, que, mesmo sem terem tido o privilégio de sua convivência, conheceram-no, indiretamente, posto que sua história ultrapassa as barreiras da vida e é, portanto, imortalizada.

O seu neto mais velho, Antônio Lúcio, que tinha apenas dois anos de idade quando Odair nos deixou, expressa bem esse sentimento de admiração transcendental ao escrever este texto que agora vos leio: “Recordo-me, como se hoje fosse, de uma das únicas imagens em movimento do meu avô. A memória de uma criança de menos de dois anos nunca se apaga quando uma grande alma vem a sua direção e lhe afaga a mão sobre sua cabeça. Sempre tento adivinhar aquilo que ele pensava, ao mirar com um carinhoso olhar, seu primeiro neto, filho de sua primeira filha. E a cena revelava, ainda que metaforicamente por sua própria imagem, o grande Odair que, pouco a pouco, eu iria conhecer. Tal como num livro em branco, minha vida a iniciar, eu haveria sempre de me socorrer à sua história de vida: aquele homem grande que vinha acariciar-me os cabelos loirinhos. A admiração que adquiri por esse ilustre personagem do círculo jornalístico também reside na história e na saudade. Esta última, como se disse, remansa da imortalidade na memória familiar. A história, diferentemente, porém, trata-se de algo inacabável, e igualmente pulsa na reconstrução diuturna e incansável do jornalismo, que, para noticiar, com esmero retilíneo, por ética, intenta reviver incessantemente, ainda que de maneira impessoal, os acertados exemplos dos homens e mulheres do passado. Parafraseando o profeta Isaías (55:10-11), autoriza-se afirmar que, assim como a chuva e a neve descem do céu e para lá não voltam mais, mas vêm irrigar e fecundar a terra, as esperançosas ideias de grandes homens, quando bem entendidas, estabelecem-se para a eternidade.”

Minha irmã Ana Paula também escreveu algumas palavras que quero aqui registrar: “Papai Odair é lembrado e reverenciado por mim e por meus irmãos por sua conduta de vida, pautada pela ética e postura profissional. A ele devo muito mais que exemplo, mas inspiração para buscar o crescimento, o caminho do bem e, sobretudo, avançar nas minhas conquistas e desafios. As lembranças dos bons momentos que tivemos em família são eternas e permanecerão em nossos corações por toda a vida.”

Odair de Oliveira nasceu em 13 de outubro de 1916, filho de Joaquim Jacinto de Oliveira e Maria Amélia de Oliveira, e tinha três irmãos – Gérson, José e Constantino – e duas irmãs – Elizabeth e Madalena. A fim de relembrar brevemente a história de vida de Odair, inicio a partir de sua amada cidade natal, Patrocínio. Patrocínio era sempre tema de suas conversas, de seus textos, de suas lembranças. Dentro de si, papai demonstrava muita honra ao falar sobre sua cidade natal, a qual seria, se a morte não o tivesse levado em tão breve tempo, assunto do seu próximo livro. Os cidadãos de Patrocínio, da mesma forma, tinham muito orgulho desse filho ilustre. Por ocasião de sua morte, a homenagem explanada pelo prefeito de Patrocínio, Afrânio Amaral, veio nestas palavras: “ele era um dos mais brilhantes filhos da terra, que se projetou pelo esforço, elevando o nome de sua terra”.

Rememorando seu legado, vale salientar que Odair de Oliveira cedeu seu honroso nome à Fundação Casa da Cultura Dr. Odair de Oliveira, fundada em 15 de outubro de 1980 e que hoje engloba o Museu Histórico Municipal, o Conservatório Municipal e a Biblioteca Pública Municipal. A designação conferida afigura-se, de fato, apropriada para uma Casa da Cultura, haja vista que o primordial desejo de meu pai era ampliar, divulgar e transmitir a cultura, com o objetivo de que todos os cidadãos tivessem acesso ao conhecimento e pudessem se beneficiar de seus prazeres.

No ano de 1935, Odair de Oliveira deixou sua querida cidade natal e veio morar em Belo Horizonte, sempre na busca de um ideal de aperfeiçoamento e constante aquisição e transmissão do saber. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 14 de dezembro de 1944.

Conheceu a nossa mãe, Maria Zélia Barbosa de Oliveira, por intermédio de amigos em comum, e, em 1952, eles se casaram, selando um amor que duraria por toda vida.

Em 1954, nasceu sua primeira filha, Maria Conceição. Ao longo dos anos, vieram mais cinco filhas e um filho, na seguinte sequência: Maria Ângela, Marisa, Odair Elísio, Tânia, Ana Paula e, eu, Renata, constituindo uma bela, harmoniosa e numerosa família.

Odair de Oliveira, como já mencionado aqui algumas vezes, foi um exemplo em todas as suas áreas de atuação e, como não poderia deixar de ser, exerceu com louvor sua missão de Pai! Pai exemplar, que fazia do convívio familiar o seu porto seguro, o seu templo. Por um lado, trabalhou com dedicação e devoção à vida jornalística e, por outro, forneceu aos filhos todas as condições para uma vida tranquila, estimulando os estudos, a leitura, a aquisição de conhecimento e o constante crescimento pessoal e profissional. Mesmo após seu falecimento, papai, além do afeto emocional, deixou-nos uma situação financeiramente confortável, ensejando espaço para que todos os filhos tivessem as mesmas oportunidades e pudessem se formar em cursos superiores, à época uma real particularidade em nossa sociedade, e, assim, estabelecer suas carreiras. Esse estímulo e valores que nos foram passados, pode-se dizer, continuam sendo transferidos às próximas gerações e, certamente, sei que papai ficaria muito orgulhoso de conhecer os seus 12 netos:

Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa e seu irmão, Gabriel Túlio de Oliveira Barbosa; Tatiana Barbosa de Oliveira Neves Carvalho e seu irmão, Gustavo José Neves Carvalho; Elisa Castro de Oliveira Ladeira e seus irmãos, Simeão de Castro Oliveira, Lucas Castro de Oliveira, Carlos Castro de Oliveira e Carolina Castro de Oliveira; Fernanda de Oliveira Jorge; as irmãs Daniela Oliveira de Moraes e Rafaela Oliveira de Moraes.

Todos os netos, da mesma forma, tiveram o ensejo de estudar, estabelecendo suas metas profissionais e trilhando carreiras de sucesso e com a retidão de caráter hereditária de seu avô.

Odair também ficaria orgulhoso de conhecer os seus seis encantadores bisnetos: Mateus e Miguel de Castro Ladeira, Leonardo Campelo Silva Oliveira, Laura Jorge Andrade, Helena Carrara Carvalho e Francisco Túlio Passos Barbosa.

Achei interessante aqui rememorar um caso contado por minha irmã Conceição, com a descrição feita por nosso tio Miguel, irmão de minha mãe, sobre o amplo conhecimento do papai. Conforme lembrado por tio Miguel, se havia alguma dúvida a ser esclarecida, ele perguntava sempre a meu pai, pois este tinha um profundo conhecimento sobre qualquer assunto. Tio Miguel comparou, então, o papai ao Google, o conhecido *site* de busca que nos permite pesquisar sobre qualquer tema e informações gerais. Achei a comparação bastante pertinente, porque nós, os filhos, também compartilhávamos dessa mesma visão de ter um “papai-sabe-tudo”.

Relevante pontuar ainda as homenagens recebidas por Odair em razão de seu mérito, esforço, determinação e paixão pela sua profissão. Papai, em diversas oportunidades, foi agraciado com honrarias reconhecidamente importantes no meio social de Minas Gerais, como a comenda do mérito jornalístico Geraldo Teixeira da Costa, conferida pelo Conselho do Mérito Jornalístico da Casa do Jornalista de Minas Gerais; o troféu Cid Rebelo Horta, da Rádio Itatiaia, como o melhor secretário de redação de Minas, e a Grande Medalha da Ordem da Inconfidência.

Outro fato que não poderia deixar de mencionar versa sobre viagem realizada, em 1964, à Alemanha Ocidental, a convite oficial do governo daquele país. Plagiando o texto de seu grande amigo Fábio Doyle, a quem papai inclusive dedicou a sua belíssima obra *Alemanha Ocidental – Democracia em Revolução*, quando recebeu o convite, “o mineiro tímido de Patrocínio entrou quase em pânico. Seria sua primeira incursão fora de nossas fronteiras”. Entretanto, apesar da marcante timidez, papai tratava-se de pessoa determinada, sempre disposto a expandir e aprofundar em novos conhecimentos e aceitou o desafio de incursionar outros ares. Além disso, como lembrado por nosso irmão Odair Elísio, papai contou com o apoio e estímulo de nossa mãe, que, apesar de estar grávida da sua quinta filha e tendo mais quatro filhos para cuidar, fez questão de que papai aceitasse o convite. Nessa viagem, Odair registrou todas as suas impressões sobre as diferenças entre a Alemanha comunista, Alemanha Oriental, e a Alemanha democrática, Alemanha Ocidental, destacando o contraste e a superioridade do desenvolvimento social, econômico e político da última sobre a primeira.

O jornalista relata, brilhantemente, em seu livro *Alemanha Ocidental*, o drama de um país dividido por um muro que, física e simbolicamente, representava à época a dissensão de ideologias: a democrática e representativa de um lado e de outro, o despotismo do regime comunista, retratado pelo abuso à dignidade e aos direitos fundamentais do ser humano. É muito emocionante e real a descrição narrada por papai da visão que teve ao passar de carro pelas ruas de Berlim, onde ainda se guardavam os escombros da Segunda Guerra. De acordo com suas próprias palavras “o paraíso comunista é depressivo e não pode ser suportado senão por algumas horas”. Como fiel defensor do regime democrático de direito, do mundo civilizado e dos direitos humanos, o drama de Berlim e da Alemanha dividida foi por ele muito combatido. Ficaria ele muito comovido e feliz se vivo estivesse, em 1989, para finalmente testemunhar a queda do muro de Berlim e o retorno à paz e à democracia. Por outro lado, se hoje estivesse aqui entre nós, provavelmente se sentiria bastante melancólico e acabrunhado por tantos outros conflitos e condições desumanas que assolam o mundo atualmente.

Refletindo sobre o seu tempo, Odair disse certa vez a um de seus grandes amigos que “o homem está perdendo a capacidade de se maravilhar com as coisas. E de se horrorizar também. Está mais em órbita do que todos os seus foguetes e naves. Cada qual quando sobe para o espaço leva um pouco da razão humana”. Décadas depois de sua morte, aquele mesmo homem ainda promove fuga de seu horizonte espacial, também entre foguetes e naves, ao tempo em que sai cada vez mais de órbita, respaldando-se em novas tecnologias, rigidez de conceitos, situações permeadas pelo vício do mundo virtual das redes sociais. Nesse passo, o homem se perde da natural circunspeção de sua humanidade, malfadando-se, inutilmente, em buscar a próxima invenção que irá salvaguardá-lo dos novos males e penúrias por ele mesmo criados. E, assim, dispensa quase nada de sua existência, a refletir sobre a alteridade e maravilhar-se e horrorizar-se com o próximo e com tudo que gira em torno de seu universo. Apesar dessa ambição desenfreada, certamente segue-se com o otimismo de Odair, pois como ele lucidamente referia “mesmo piorando, estamos melhorando, tenho certeza”.

Em 1980, foi eleito, por unanimidade, membro da Academia Mineira de Letras, notícia que recebera com indescritível contentamen-

to e emoção. Em razão de sua modéstia sem limites, no início, não pensava em se candidatar a membro da Academia, segundo suas próprias afirmações por considerar-se “destituído de merecimento”. Todos aqueles que o conheceram sabem muito bem que merecimento para ocupar essa honrosa posição não lhe faltava. Infelizmente, por obra do destino, papai não chegou a ocupar a vaga na Academia Mineira de Letras, pois faleceu um mês antes de sua posse. Tais fatalidades que a vida nos reserva são demasiadamente difíceis de aceitar e compreender, mas quem sabe essa comemoração tenha ocorrido em patamares mais elevados, junto àqueles que o estavam aguardando.

Li em textos de amigos íntimos de papai, como José Geraldo Bandeira de Mello e Fábio Doyle, além de recordar também de comentários feitos por minha mãe, que um dos sonhos do Odair era o de construir uma casa no alto da Serra da Saudade, para viver em paz com a família e descansar distante das turbulências de um mundo tão conturbado. Esse desejo ele não teve tempo de realizar, mas, certamente, hoje papai descansa num lugar muito mais especial, onde, num ambiente sublime de paz e harmonia, associa-se à companhia de entes queridos, como da sua fiel e amada companheira, Maria Zélia, que nos deixou no ano de 2005 a fim de, para sempre, fazer companhia a Odair. Ambos permanecem presentes e vivos nas lembranças e no âmago daqueles que aqui seguem. E a presença pulsante de Odair, dentro de nossos corações, pode ser sentida agora, neste momento, porque, certamente, ele está aqui entre nós para receber esta homenagem tão merecida, além do carinho e da admiração de todos aqui presentes.

A própria Serra da Saudade, seu último sonho, transformou-se, para nós, no símbolo da enorme saudade daquele que queria, no fim da vida, apenas uma casinha no alto da montanha para contemplar a serenidade das paisagens de Minas Gerais. E, de lá, quem sabe, encontrar a resposta e o conforto de um mundo melhor, mais justo, mais paciente, mais amoroso – assim como era nosso Odair.

Finalizo, então, agradecendo mais uma vez a Academia Mineira de Letras pela oportunidade de estarmos aqui prestando esta homenagem àquele que tanto orgulho nos deu e fez por merecer o reconhecimento desta imortal Casa de cultura.



SEÇÃO 4
SESSÕES DA SAUDADE

A – Oiliam José

Homenagem póstuma a Oiliam José na Academia Mineira de Letras¹

Aluízio Alberto da Cruz Quintão

*Ecce homo.
... Vivo ardendo e me consumo.
... Vira luz (tudo) quanto atinjo.
... Chama sou, seguramente.*

Este pensamento, pinçado dos versos insertos em *A gaia ciência* pelo filósofo e poeta Friedrich Nietzsche, bem sintetiza a imagem que, no cenário cultural de Minas Gerais, ficou emoldurada como a de um homem de fé cristã, educador, contabilista, jornalista, escritor, historiador, poeta e pensador qual Oiliam José, no curso terreno de sua nonagésima sexta expressão (9/2/1921-23/2/2017).

Foi ele chama acesa por um casal de cristãos libaneses, Chamel José (Chámel Assad Yussef) e Gurra José (Gurra Habib Couri Yussef), nas paragens mineiras de Visconde do Rio Branco, espargindo de lá e por onde andou e onde viveu a clarividência de sua inteligência fértil, na retilínea verticalidade exemplar de uma pessoa de bem.

¹ Discurso proferido no dia 24 de março de 2017, durante Sessão da Saudade em homenagem a Oiliam José, na Academia Mineira de Letras.

Como homem-depositário do conhecimento, de pensamento lúcido e firme de convicções, iluminou quanto pôde e quantos atingiu – e foram muitos – nos escaninhos das salas de aula como hábil educador, nas pastas e arquivos de contabilidade, nos meandros de ampla advocacia, nas penumbras dos fóruns, nos recônditos dos gabinetes dos governos municipal e estadual, na convivência associativa de várias entidades culturais e na solidão de sua pena investigadora e criadora.

Por ângulo diverso ou em adequado complemento – como queiram – vale também trazer à colação aquela visão poética de que o “escritor deve acreditar na luz, [...] não é um iluminador; como uma janela, ele filtra a luz que lhe atravessa a alma” (Marisa Raja Gabaglia em *O pirol brasileiro*).

É de se ver, no entanto, que como filtro de luz o escritor resplandece, brilha como estrela sobre os caminhos da cultura, como aconteceu com Oíliam José.

Polígrafo por excelência, pois premiado autor de muitos livros, artigos e discursos, é tarefa difícil destacar quais obras seriam as mais significativas. Bastam alguns exemplos.

Foi peregrino atento e competente pesquisador na vastidão da história mineira, como demonstrou em *A propaganda republicana em Minas* (1960), *Tiradentes* (1974), *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história* (1983), *Efemérides da Academia Mineira de Letras: 1909-2009* (2010) e *Indígenas de Minas Gerais* (1965).

Deixou registrada a arte de escrever história em *Historiografia mineira: esboço* (1959 e 1987).

Esmerou-se na biografia, como em *Marlière, o civilizador* (1958), *Os brancos matam a obra de Marlière* (*Revista do IHGMG*, Belo Horizonte, vol. IV, p. 141-147, 1957) e *Jackson, líder e apóstolo* (1997), sobre seu ídolo Jackson de Figueiredo Martins.

Pontuou na sociologia em *Mundo em crise* (1960), *Abolição em Minas* (1962), *Racismo em Minas Gerais* (1981) e *O negro na economia mineira* (1994).

Divagou na literatura poética com *Dois poemas românticos* (1961), *Poemas orientais* (1984) e *O efêmero e o eterno* (1985).

Foi memorialista em *Lições e recordações* (2002).

Primou como pensador cristão em *Heróis e santos* (2002), *Admirável Serra da Piedade* (2003), *Anseios de fé e esperança* (2005), *Cerzezas e temores* (2006), *Procura do eterno presente* (2008) e *Toques de esperança e luz* (2009).

Dedicou, aliás, sua convicção religiosa ao serviço da Igreja em Visconde do Rio Branco e em toda a Diocese de Leopoldina, participando e/ou dirigindo retiro espiritual de homens, congregações marianas, ação católica, conferência de São Vicente de Paulo, cursilhos, tipografia, jornal quinzenário, advocacia da cúria, etc.

Enfim, em seus vastos escritos notabilizou-se por visualizar, com cuidadosa técnica, fatos e feitos, homens e ideias, e assim soube *testemunhar o seu tempo*, na linha da concepção didática de Lygia Fagundes Telles (em *A Disciplina do amor*).

Não faltou quem o considerasse como *o maior historiador da Zona da Mata de Minas Gerais* e posto... *entre os maiores do Brasil contemporâneo*.

Vivenciou o faro e o aprumo jornalísticos, seja na criação e direção de dois jornais (*O Ginasião* e *O Escoteiro*), seja como conceituado colaborador de jornais e revistas, como exímio redator da Imprensa Oficial e, por cerca de 20 anos, para o governo estadual.

Dedicação ao serviço público municipal não lhe faltou também em vários cargos do Executivo, como na gestão do Dr. Antônio Pedro Braga, mais tarde desembargador e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

No curso de mais de nove décadas de vida, foi reverenciado em tempos e formas diversas, antes e após o coroamento merecido como titular da Cadeira 30 (patrono Oscar da Gama, 1870-1900) desta Academia Mineira de Letras, da qual se tornou secretário-geral e depois foi merecidamente premiado com o título de secretário honorário.

Ao IHGMG pertenceu como sócio correspondente a partir de 23/3/1954 e, em 29/7/1957, já residente nesta capital, tornou-se associado efetivo como titular da Cadeira 18, tendo como patrono José Pe-

dro Xavier da Veiga. Na Casa de João Pinheiro, fez-se logo diligente secretário e desde 2001 era o decano da instituição, tal como o foi desta Academia.

Quando da posse no IHGMG, nosso homenageado enalteceu a figura de seu patrono como aquele intelectual que, pelos cuidados de criar e dirigir o Arquivo Público Mineiro, *salvou da destruição boa parte da documentação provincial mineira ou relativa a Minas*.

Seu repositório de integridade, espiritualidade, cultura, competência, determinação e operosidade, plasmado assim desde a formação no lar paterno, ele o reforçou no lar formado com Maria da Glória Batista José e o consolidou como expressão de múltiplas qualidades que adornaram sua personalidade e marcaram suas diferentes ações como homem de bem e cidadão sério e confiável.

Aplica-se-lhe o que mais disse ele ter visto em Xavier da Veiga, *como chefe de família voltado para o lar, cimentado na virtude, especialmente a do amor*.

Em suma, senhoras e senhores, familiares e acadêmicos, com sabedoria e crença, o acadêmico e associado Oíliam José viveu amplamente, o que permite se colha inspiração em pensamento da Sagrada Escritura (*Consummatus in brevi, explevit tempora multa* – Sab. 4,13), para, adaptadamente, *mutatis mutandis*, salientar, em conclusão, que ele, *in vita provide longæva, bene explevit tempora multa*, ou seja, providencialmente agraciado de longevidade, ele soube preencher bem a amplitude dos seus anos.

Com elevado apreço, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais compartilha com a Academia Mineira de Letras esta Sessão da Saudade, em homenagem a tão ilustre figura da cultura mineira.

Obrigado a todos pela paciência de ouvir-me.

Homenagem da Academia Mineira de Letras a Oíliam José¹

Cléber Lima

O orador neste ato estará representando o Município de Visconde do Rio Branco, o prefeito Iran Silva Couri, a Academia Rio-branquense de Letras e a Academia Ubaense de Letras.

Aqui não se vai falar da biografia de Oíliam José, que deixou grandes obras históricas e literárias, que ocupou importantes cargos públicos e que foi membro de diversas entidades do Brasil, destacando-se a Academia Mineira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. A abordagem tem um tom mais regionalista, algo assim ditado pelo coração do conterrâneo e admirador que com ele conviveu e muito aprendeu. É a voz de sua terra, Visconde do Rio Branco, de sua região e de sua gente.

Visconde do Rio Branco chora a morte do filho ilustre que escreveu sua história e deu o exemplo de dignidade, honradez e humildade.

23 de fevereiro de 2017. Um marco histórico. Encerrou nessa data a trajetória de um homem bom. Morreu Oíliam José. Aquele que dedicou sua vida à história, à cultura e aos princípios cristãos.

No início do século passado ocorreu no Brasil a chegada de muitas levas de libaneses. Rio Branco por opção de muitos desses imigrantes foi a cidade escolhida. Entre eles, Chamel José. Esse jovem senhor era um intelectual, professor formado pela Escola da Sabedoria do

¹ Discurso proferido no dia 24 de março de 2017, durante Sessão da Saudade em homenagem a Oíliam José, na Academia Mineira de Letras.

Líbano – onde fora colega de carteira de Gibran Kalil Gibran, o filósofo e escritor internacionalmente reconhecido. Do casamento de Chamel com D. Gurra (irmã do Sr. Jorge e do Sr. Chakib Couri), os filhos: Oíliam, Miguel, Judith (falecida esta semana, mãe do maestro, professor e compositor Oíliam Lana), Júlia e Antônio Chamel (Padre Chamel).

Oíliam José nasceu em Rio Branco, numa casa de pau a pique da Praça Tiradentes, no dia 9 de fevereiro de 1921. Coincidência. Ele foi batizado pelo padre Dario Schetinni, o primeiro historiador da região.

A família mudou-se para o distrito de São Geraldo (hoje, cidade). Ali uma obra do acaso fez com que uma criança – que mais tarde seria o historiador – fosse testemunha ocular da História do Brasil.

Eclodia a Revolução Constitucionalista de 1932. Na plataforma da estação ferroviária, o menino Oíliam viu os policiais prenderem Assis Chateaubriand e ouviu o diálogo entre eles. Chatô, o todo-poderoso dono dos Diários Associados, que se não fosse interceptado ia ao encontro do ex-presidente Arthur Bernardes levar-lhe apoio e armas para a luta contra os legalistas.

A família de Oíliam José é tradicionalmente de formação católica. E entre os santos de sua devoção está sua tia-avó, a Santa Rafka (1832-1914), canonizada pelo papa João Paulo II, em 10 de junho de 2001.

Paralelamente à participação intelectual na cidade, em sua juventude Oíliam fundou o Retiro Espiritual. Anualmente sua realização era durante o Carnaval e objetivava a reflexão e a oração, reunindo em Rio Branco pessoas de todos os municípios da circunscrição da Diocese de Leopoldina. Por quase 70 anos seguidos, o historiador e acadêmico, na simplicidade que lhe era peculiar, coordenava o evento. E, para cada retirante, ele dedicava uma palavra de conforto e fé.

Em Juiz de Fora, ele se formou em Direito. Em Muriaé e Leopoldina lecionou e participou da vida cultural. A legião de ex-alunos – muitos se tornaram personalidades importantes – sempre o reverenciava e procurava manter contatos.

Oíliam José teve passagens marcantes por múltiplas cidades da Zona da Mata e também Ouro Preto e Mariana. As suas constantes viagens de ônibus tinham a finalidade de – por sua conta – pesquisa em

cartórios e paróquias. Isso em um tempo em que a fotografia era rara e cara, não existiam fotocópias e tampouco internet. E ele não possuía automóvel.

A historiografia mineira e especialmente a da Zona da Mata muito deve ao trabalho de Oíliam José. No contexto, conta o saudoso autor, Rio Branco dos primórdios, de imensa extensão territorial, apresentava-se e assim permanece, como importante cidade histórica, por ter sido o centro irradiador de povoações que se transformaram em cidades da região até às cercanias do Norte/Nordeste da Província do Rio de Janeiro.

Quem nunca aprendeu uma lição de Oíliam José não atingiu a plenitude da cidadania rio-branquense.

Sobre um homem de vínculos afetivos tão profundos com a família, deve-se mencionar a esposa, D. Glorinha, companheira de todas as horas, e os filhos: João Hermano, Hercília, Cristina e Ângela.

Ao professor Oíliam José, o reconhecimento e a gratidão da gente da Mata Mineira, mormente da circunvizinhança de Visconde do Rio Branco. Todas as cidades de uma vasta região têm as primeiras páginas de sua história escritas pelo homenageado.

Oíliam José é citação obrigatória para os que têm a atenção voltada para o passado da Zona da Mata Mineira. A dedicação do autor de tantas obras, resultantes de seu trabalho silencioso e profícuo trouxe à tona revelações que servem de orientação para os novos historiadores e estudiosos no assunto.

Visconde do Rio Branco se tornou um polo de pesquisa histórica da Zona da Mata. O Museu Municipal, a Secretaria Municipal de Cultura e o jornal *Voz de Rio Branco* são os órgãos procurados por acadêmicos para dissertações de mestrado e teses de doutorado. Também outros pesquisadores daquela região mineira, que avança e ultrapassa as divisas com o Estado do Rio de Janeiro, aparecem, levados por conhecimentos adquiridos em obras do professor Oíliam José.

Ele fez da humildade uma aliada da sapiência. Dessas virtudes, a inspiração idealista qual sopro divino a lhe dar força para sobrepor o sacrifício pessoal.

A julgar simplesmente pelo seu físico, desconhecia-se o homem que se agigantava diante da pesquisa. O rigor com a verdade, a energia intelectual e o compromisso com a história o impulsionavam. E, no silêncio dos velhos arquivos empoeirados, cheios de traças, cupins e teia de aranha, ele tecia seu trabalho hercúleo. E, diuturnamente, cumpria sua missão solitária: dar a todos do porvir o conhecimento do passado. Este é o seu legado.

Homenagem da Academia Mineira de Letras ao Prof. Oiliam José¹

João Batista da Silva

(Saudações)

Eu não vou falar sobre o acadêmico Oiliam José. Sobre o escritor, de estilo quase clássico, limpo, e límpido, espontâneo, ricamente fluente e suave, eu não vou falar. Nem sobre o historiador dos muitos temas que pesquisou e sobre os quais escreveu.

Olvidarei a sua rica poligrafia histórica, que lhe garante lugar definitivo entre aqueles que projetaram a historiografia mineira tal como a temos.

Também não falarei sobre o cidadão justo, sobre o esposo fiel e devotado, sobre o pai comedidamente carinhoso, sobre o avô terno e aconchegante.

Ficará de largo o caráter ilibado e sem jaça. E também o homem de fé, de assombrosa fé. Ele, oriundo de família de santos, como Santa Rafka, sua prima, cuja canonização no longínquo Líbano ele e sua família acompanharam daqui, com fervorosa alegria.

Não direi de suas virtudes cristãs, baseadas em uma piedade lúcida, sem pieguices; ou de sua fidelidade aos mandamentos da sua Igreja, sobretudo ao da caridade. Também não me demorarei discorrendo

¹ Discurso proferido no dia 24 de março de 2017, durante Sessão da Saudade em homenagem a Oiliam José, na Academia Mineira de Letras.

sobre sua prosa e sua fala, claras e amenas, sem chispas ofensivas, e sem palavões. Estes, dava até a impressão de não os conhecer.

Não tentarei esculpir com o tosco camartelo de meus recursos a alma angélica de Oiliam José. Tudo tão sublimado e perfeito nesse homem a quem me agradará, um dia, aqui ou do outro mundo, ver, quem sabe, venerado nos altares.

Estou certo de que sobre suas qualidades de homem e de cristão fervoroso falará a história, a “tecelã da memória, que o tempo desfiou”, lembrando a bela definição de um poeta dos grandes, apesar de desconhecido, OSMAR BARBOSA.

Sobre a fé e suas práticas de cristão fervoroso, irão proclamá-las os devotos que o tenham conhecido, e os que o venham a conhecer.

Já sobre o acadêmico imortal irá discorrer, em competente pagnégirico, aquele a quem a fortuna eleger para substituí-lo na Cadeira 30 deste areópago da cultura mineira.

Trouxeram-me aqui seus familiares foi para embalar saudades, fazendo coro com eles, com seus amigos e com seus companheiros de Academia. Aqui eu vim para narrar alguma coisa de nossa longa convivência.



É possível que aqui ou ali venha a dizer alguma coisa que devesse continuar nos arcanos da intimidade. Mas já se disse que os grandes homens perdem o direito ao sigilo dos seus atos, até de seus pensamentos. Não estarei, pois, bisbilhotando.

Será inevitável falar de mim também. Ficam, de antemão, as minhas escusas.

De resto, um pouco de humor é até útil; ajuda a temperar a sensaboria dos momentos adversos. É, pois, oportuno e tem lugar quando se fala, como aqui e agora, de saudade.



Nos idos de 1950, não preciso bem a data, o Prof. Oiliam foi nomeado chefe de gabinete do diretor da Imprensa Oficial do Estado, Dr. Celso Machado, ambos conterrâneos, amigos chegados e companheiros fiéis de ideias e de embates políticos. O Dr. Celso chegara a vice-governador do Estado.

O deslocamento do Prof. Oiliam para Belo Horizonte abriu vaga para professor de História na cadeira que ele ocupava como titular, no Colégio Botelho Reis, de Leopoldina, então dirigido pelo virtuoso sacerdote monsenhor Guilherme.

Na mesma época eu havia chegado a Leopoldina, pelas mãos abençoadas de D. Delfim Ribeiro Guedes, para um período de reflexão sobre o exato rumo a dar à minha vida. E me coube a honra de substituir Oiliam José na regência da sua disciplina, durante a sua ausência, embora o não conhecesse então, a não ser de nomeada.

Ao aproximar-se o final do ano letivo, e já decidido a trocar o burel religioso pelo guarda-pó e pela gravata do professor, fui aconselhar-me com D. Delfim sobre os passos a dar no novo cenário de vida que para mim se abria.

Como um pai que orienta o filho, e lhe mostra o caminho reto a trilhar, ele me falou das vantagens de procurar uma cidade grande, onde as chances de sobrevivência e de êxito se multiplicam.

Falei-lhe de minhas dúvidas e receios de buscar começo em cidade tão importante como a Capital do Estado, onde eu não conhecia ninguém, e ali chegaria sem dinheiro, sem amigos, sem formatura, insubmisso frente às leis do serviço militar, enfim, “sem lenço e sem documento”, como está na canção.

A cabeça, porém, essa estava cheia de conhecimentos, e a alma inflamada e desejosa de sucesso. D. Delfim me encorajou dizendo:

– Eu vou apresentar você a uma pessoa que vai lhe dar todo apoio de que precisa, e que conhece tudo em Belo Horizonte que lhe possa ser útil.

Dias depois, quando encerrei minha tímida e aflita apresentação ao Sr. Oiliam José em sua casa, junto de sua família, em Belo Hori-

zonte, senti-me leve como um pássaro adejando, e convencido de que eu voaria, sim, ao encontro do meu futuro, sem risco de quedas fatais.

Percebi que Deus pusera em meus passos uma pessoa a quem chegaria a benquerer, num misto de afeto, de admiração e de amizade, cujo calor me aquece há mais de meio século: o professor Oiliam José, como passei a chamá-lo.

Foi assim que eu e o Prof. Oiliam José nos encontramos, *nel mezzo del cammin di nostra vita*.

Esse primeiro encontro multiplicou-se em muitos e muitos outros. Permitiu que eu fizesse de sua casa a minha casa, tornando comuns os nossos assuntos, e até interesses, mesmo porque, em tantos temas e sob muitos aspectos, era o mesmo o nosso entendimento.

Convidei-o para ser meu padrinho de casamento, mesmo sabendo que ele não poderia comparecer. Dei o seu nome ao meu filho Oílian Batista Guimarães da Silva.

De sua influência direta surgiu a ideia de seguir a carreira jurídica. E decidimos prestar o vestibular juntos. Seria na Faculdade de Direito de Juiz de Fora, que possuía um currículo adequado a favorecer aqueles que, por necessidade de trabalhar – era o nosso caso –, não podiam marcar presença diária na sala de aula.

Aliás, a propósito do vestibular, vou a um fato que mostra a sua espantosa inteligência.



A esse tempo as matérias do vestibular para o estudo do Direito incluíam o latim, e não eram poucos os candidatos que nele naufragavam.

Eu sabia alguma coisa de latim, graças aos meus estudos do seminário. Mas o Prof. Oiliam, que também por lá andara, em passagem muito rápida, dizia que nada sabia da língua de Cícero, e por isso me pediu que lhe desse algumas aulas.

Atendi-o com prazer grande, mesmo sem esperar que o aluno temporão viesse saber latim, que não é idioma que se aprende com meia dúzia de aulas.

Fomos para as provas, e tivemos de traduzir um trecho do *Tristium*, de Ovídio, logo o difícil Ovídio.

Vieram as notas. O professor improvisado de latim tirou 80, e o aluno Oiliam José, 100!

Isso me deixou – claro! – um tanto aturdido. Quase invejoso. Ou muito invejoso, a bem da verdade.

É que a faculdade era particular. Custava caro. E o seu regulamento garantia ao vestibulando que se classificasse em 1.º lugar a gratuidade de todo o curso de Direito. Sim, nos cinco anos de sua duração! Uma loteria, sem dúvida!

Eu, que tivera a veleidade de achar que a sorte ia me premiar com o laurel, tive de penar com a rasura do bolso durante os quatro primeiros anos do curso, enquanto o professor Oiliam nadava no sossego da gratuidade.

Consolava-me a ideia de que se falava, de federalização da faculdade, que só veio a ocorrer no último ano, quando Juscelino, então reinante – ele que cumpria o que prometia nos palanques –, criou a Universidade Federal de Juiz de Fora, encampando as faculdades em funcionamento, entre elas a de Direito, onde estudávamos, do preclaro jurisconsulto Benjamim Colucci.

Devo deixar claro – a bem da justiça – que o Prof. Oiliam não teve culpa nenhuma no meu insucesso. Nem haveria como, pois eu não fiquei nem em 2.º lugar. A questão estava no seguinte: o homem era mesmo inteligente!!



Os anos do curso juntos propiciaram alguns casos memoráveis. Falo de alguns.



Desde quando conheci o Prof. Oiliam ele me parecia uma pessoa muito fragilizada em sua saúde, embora de muita energia para trabalhar, e produzir. Sua produção literária foi notável para o que pareciam permitir as suas limitações físicas.

Alimentava-se muito pouco. Mas isso para mim acabou por representar um ganho. Ouso contar.



Quando íamos às provas, ou às aulas obrigatórias, eu trabalhava na distante Guanhães como professor do ginásio estadual local, salvo engano então o terceiro ginásio estadual do Estado.

Um bom salário. Mas quem me levou para lá não me disse a verdade sobre os pagamentos. Disse apenas que havia algum atraso, mas que ele – Vicente Guabiroba, o rico e saudoso diretor – pagaria o meu hotel com pontualidade. E assim fez por um bom tempo. Deus o tenha!

Mas o atraso era muito grande: oito, dez meses, às vezes um ano, quando não mais. E, quando os pagamentos chegavam, não vinham por inteiro os meses vencidos. Às vezes mal davam, ou nem davam para as contas acumuladas.

Quando de lá eu me vim para Belo Horizonte, o atraso atingira 13 (T-r-e-z-e!!) longos e secos meses (não é preciso nem dizer que não havia petistas naqueles tempos, para acicatar o acomodado governo, com greves e vitupérios reivindicantes...).

Os tempos eram mesmo difíceis. Para mim e para o Prof. Oiliam, que eu, embora sua simplicidade de vida, o tinha por rico, ou pelo menos muito bem remediado.

Por isso, em Juiz de Fora, dividíamos o quarto, num hotel sofrível. E no restaurante era comum partilharmos o mesmo prato, isto é, o mesmo *menu*. A ideia da partilha vinha dele próprio.

Como assim?! Não tanto por míngua, mas por dó de ver o companheiro devolver o dele quase intocado. De propósito eu não fazia o meu pedido.

E, quando o garçom trazia o dele, dava pena ver os seus esgares, numa clara demonstração de que, decididamente, Oiliam José não vivia para comer.

Tal como em sua casa, era a frugalidade em pessoa: o homem não comia. Espantoso era que não perdia o bom humor. Sempre alegre, embora sem estardalhaços, como de seu feitio.



Relembro os amigos. Compúnhamos um grupo, de cinco ou seis pessoas, quase todos de Visconde do Rio Branco, conhecidos e chegados ao professor. Sempre juntos. Só homens, evidentemente. O programa de um era o de todos. Nem **todos**, com certeza! Muito jovens, acontecia de às vezes alguém do grupo distrair-se e desmandar.

Sobressaía-se, com destaque especialíssimo, um deles, o Luiz Carlos, filho de secretário de Estado, também de Rio Branco, que parecia levar um certo ar de nobreza palaciana ao grupo. E era um terror na língua. Por gaiatice, em três palavras que falasse, vinham pelo menos dois baldões.

A presença do professor continha as risadas e, de certa forma, constringia a todos. Mas nada detinha o irreverente Luiz Carlos. O professor nunca o incriminava, mas tinha lá suas maneiras, sempre pacíficas, de significar a sua reprovação. Na verdade, todos gostavam das ousadias verbais do Luiz Carlos. A graça até aumentava com o fingido constrangimento geral. Uma festa, o Luiz Carlos!

Apesar de tudo, alma leve, ele, Luiz Carlos; alma de passarinho. Uma vida feliz e promissora ceifada em pleno lustre da mocidade. Que Deus o tenha, nos recônditos de Sua misericórdia!

Ainda a propósito da religiosidade do Prof. Oiliam, me parece que foi o Luiz Carlos quem se saiu com pelo menos duas facécias.

Uma, aquela de que, quando noivos, Oiliam José levava a noiva, D. Glorinha, até à porta do clube para a hora dançante. Ela entrava, e ele ia para o banco da praça esperá-la.

Mas – sejamos verazes! – o Luiz Carlos não gozava de muito crédito no grupo, o que fazia duvidar da realidade histórica do fato.

Dele também aquela outra de que certamente teria havido um desacerto na família do pai do homenageado: quem devia ter sido padre era Oiliam José, e não o irmão Shamel.

Dou alguma razão ao falastrão, mas acho que tudo foi muito certo. E muito bom.

Ao que sei, o hoje monsenhor Antônio Shamel nunca se arrependeu do caminho que seguiu, e de ser o que tem sido: um virtuoso e autêntico mensageiro de Deus. E está aqui hoje, conosco, honrando a memória do irmão, e dando calor e alegria a este encontro verdadeiramente fraterno.



Eu comecei e vou adiante. Mas, sem o Luiz Carlos, que não mais está entre nós para se defender.

Já disse que não falaria do homem de fé. Mas algumas “acontecências” eu não posso omitir.

Houve época em que o Prof. Oiliam passou a chefiar o gabinete do secretário da Segurança Pública, o mesmo Dr. Celso Machado, da Imprensa Oficial, varão circunspecto e correto, embora político (permitam-me o exagero despretensioso!...). De velha cepa mineira.

Corriam relatos de que o ambiente daquela unidade administrativa do Estado andava um tanto tumultuado, sem muito boa fama, de trânsito não muito agradável a olhares e a ouvidos mais pudicos.

Excesso de servidores e servidoras, como sempre lembrando alguma ociosidade. Era preciso dar serviço a todos. Aguardavam-se, sim, mudanças.

O Prof. Oiliam não afastou ninguém, não brigou com ninguém, não processou ninguém, não se indispôs com ninguém. Sua tática ficou conhecida.

À medida que se aproximava a interlocutora eventualmente desenvolta, ou o interlocutor de cuja má atuação estava já ciente, ele puxava, com recato e espontaneidade, a gaveta de seu birô, onde mantinha um crucifixo, para seus momentos de prece íntima. Então os ouvidos e a atenção do chefe iam para a interlocutora, ou para o interlocutor. Mas os olhos... tinham outra direção.

Recebia a todos com cordura, interesse e simpatia, dando o que estava ao seu alcance, e recusando, sem aspereza, o que não podia dar.

Os desfiles em seu gabinete foram-se limitando às necessidades do serviço; as múrmuras rodinhas dos cantos da casa iam-se reduzindo; o serviço se ordenando, a boa ordem retornando. Milagres da força moral de um homem!!



Mas, senhoras e senhores, esposa e filhos, e amigos do homenageado, o Prof. Oíliam era um santo, mas não era divino. Há de ter pago algum tributo à ínsita imperfeição da humana criatura. Sim! Até dou um testemunho, pessoal.

... Mas, melhor dizendo!... Mais correto pensando:... **Não!**

Não vou ao fato!! Minha audácia não chega a tanto. Posso ter sofrido um eclipse. Ou um desvario, vendo sombra onde só brilhava luz, a luz da verdade. Ao descer daqui eu quero abraçar e fitar nos olhos, como sempre, D. Glorinha, Hercília, Cristina e João Hermano.

ALIÁS... porém... sou fraco, e não resisto! POMBAS! Eu vou narrar assim mesmo. Apesar disso!! Vou dizer tudo! Se brigarem, não lhes darei descanso enquanto não me perdoarem!!!...



Eu presenciei em Guanhães, onde lecionava, e nos seus arredores, onde também advogava, a cena pungente e dramática do êxodo rural da região para as decantadas terras do Paraná, na década dos anos 70. Colapsos, sonhos, vertigens! Tema e cenário para uma epopeia.

Aconteceu que, de repente, eu resolvi perpetrar um romance. Batizei-o com o título *Emigrantes*.

Não faltava assunto, nem paisagem, nem emoção. Talento? Presumia que não era problema... Mas eu queria um escritor famoso, assim como... (adivinhem?!) Oíliam José, para o prefácio.

Entrementes se dera a minha volta para Belo Horizonte, estreitando os laços de convivência entre nós. Mas, por respeito e receio, tangia as invectivas, repetia indiretas, sugestões nada vagas, ou muito vagas, sempre aguardando a resposta, que não vinha, se faria ou não o desejado prefácio.

Certo dia, resoluto, eu disse: – É hoje, e não amanhã! Peguei os originais datilografados, apresentei-os ao meu mecenas, e fiz o pedido...

Ele esboçou um desajeitado e rápido sorriso, que me animou até mais do que devia. Um relance sobre as páginas... e encostou-as num canto da mesa. Ali ficaram.

Passaram-se meses de sôfrega espera...

Eu demorei a entender que poderia ter pedido aquele favor... ao próprio Satanás; *nunca* ao meu amado mestre.

Um dia, afoitei:

– O senhor leu, professor?

– É. MAS... tem umas coisas, ali..., você sabe... não... e está sem descrição..., meio sem enredo... muito diálogo...

Não precisou ser explícito.

Certas expressões, alguns diálogos e situações, determinadas atitudes envolvendo uma descompromissada estrela internacional cujos exuberantes bustos eram celebrados em prosa e verso, no céu, no ar, e no mar, àquela época... Resultado: os originais adormecem, até hoje, onde os colocara.

Não posso omitir um pormenor, que é, aliás, a razão de ser desta revelação: notei que, daí pra frente, o Prof. Oíliam passou a revelar-se, até com certa insistência, mais solícito e atencioso comigo. Mais amigo, se possível fora, mais espontâneo.

Prof. Oíliam era um modelo das virtudes cristãs, sobretudo da... caridade.

Algum borbulho de desconforto, quiçá de arrependimento, estaria desatinando os desvãos de sua tranqüila alma?!...



Preciso terminar. Não posso fazê-lo sem me dirigir aos seus familiares aqui presentes. É justo que fale deles e para eles nesta Hora da Saudade.

A saudade é irmã siamesa do amor, um fruto agridoce. Só quem ama sente saudade. E quanto mais intenso e ardente o amor, mais fundo e forte irá o aguilhão da saudade.

A família, aqui, é mãe e filhos. Por quem hei de começar?

Os filhos do Prof. Oiliam o amavam muito. Sei disso. O amor não é quantificável. Mas, se o fosse, pelo que conheço e sei da longa convivência, eu dispensaria – como, aliás dispenso! – a sua avaliação, se tivesse, como tenho, de afirmar aqui e agora, que D. Glorinha o amava mais que eles.

Devo, pois, começar falando de quem há de estar sofrendo mais com a dolorosa ausência.

Que direi à D. Glorinha?

Em tempos passados, em situações tais, falava-se que atrás de todo grande homem estava uma grande mulher.

Nos dias atuais, marcados por uma às vezes insana revisão de valores, já não se pode usar essa fraseologia. A sabença dos novos tempos criminalizou a frase.

– **Não é atrás, é ao lado!** – bradariam, raivasas, *Janes Fondas* de nossos movimentos sociais inovadores.

Não brigo com elas. Até gostaria de aplaudi-las, se não fosse a raiva com que algumas parecem assim bradar. Não gosto de raiva. Muito menos de ódio. Em mim, e nos outros. Mais importa é dizer as coisas. Nem sempre é relevante o onde, o quando, e o como dizê-las.

Atrás, do lado ou na frente, de cima ou de baixo para cima, a afirmação da importância da mulher na vida e no sucesso de um homem continua a ser a maior homenagem que os homens podem prestar a suas consortes.

D. Glorinha merece este louvor. É um exemplo de esposa. Mas é, também, um exemplo de mãe.

Sem bizzarrias. Sem vaidades além daquelas inerentes ao gênero, usando a linguagem da hora. Sem queixas, nos dias difíceis que certamente atravessaram juntos.

A sua acolhida generosa chegava aos amigos dos amigos de seu marido, e de seus filhos, inclusive àqueles que, pela frequência chegavam à indiscrição, como pode ter ocorrido com o que lhes fala.

Com muito amor e alegria, com muito silêncio e resignação, com muita paciência e dedicação, a senhora, D. Glorinha, soube fazer de sua casa, em companhia do marido ilustre, um berço de paz, ninho de amor e harmonia, verdadeiro jardim no qual era a flor mais destacada.

Tenha certeza, matrona venerável, que a sua importância como pessoa, como mulher, como mãe, e como avó continuará. Praza aos céus que por muitos anos!

Falo, por último, aos filhos.

Ao velho é muito difícil falar para a gente jovem de hoje. As coisas andam muito, muito mudadas. Um verdadeiro tsunami revolucionou a vida e os costumes que ordenaram os milênios passados. O assunto até desaparece diante deles, de seus ruídos...

Vejam só: tenho uma neta com 10 (dez!) aninhos de idade, que, em seus devaneios cheios de seriedade – imaginem! –, já está preparando o enxoval do seu *casamento*. Diz que tem noivo e já escolheu o nome do primeiro filho! Tais os novos tempos; os tempos dos novos. Turbadores tempos!

Hercília, Cristina, Ângela e João, meus *hermanos*: Vocês não são de ontem, mas também não nasceram hoje. Alguma coisa eu lhes posso falar.

O pai de vocês não se foi. Apenas transformou-se; transfigurou-se. Olhem para o céu, em noite luminosa. Ele é a estrela grande que brilha para vocês lá do alto. Que lhes fala; que os adverte, e que os abençoa com o clarão das luzes de seu exemplo.

Não tenham dúvidas em seguir na caminhada em que ele os pôs.

Não pensem em desviar a rota por ele deixada!

Linha reta! Caminhada para a frente, fitando a distância, onde o sucesso os aguarda!!!

Era o que tinha a falar.

Homenagem a Oíliam José¹

Luís de Melo Sobrinho

Sirvo-me do *Esto brevis et placebis* de Antônio Vieira e, simples e breve, reverencio a sacralidade deste magnífico recinto, depositário de precioso tesouro produzido por mentes brilhantes dos membros da Academia Mineira de Letras, onde, por mais de meio século, enquanto do lado de fora, movidas pelo vento da vaidade e da ambição, as pessoas falavam alto de coisas baixas, cá dentro, Oíliam José falava baixo das coisas altas.

E, se é verdade que brilharão na eternidade, como as estrelas no firmamento, aqueles que ensinarem o caminho da verdade e da justiça, Oíliam José tem, hoje, assegurado, um privilegiado espaço de luz e de paz, porque verdade e justiça ele ensinou pela palavra e pela conduta. Para Oíliam José, o ato de assimilação de verdade e de justiça tornou-se um processo tão natural no seu cotidiano quanto os sentidos corporais de apreensão e percepção. Ele próprio afirma, em palavras iniciais de sua obra *O negro na economia mineira*, que o historiador e o sociólogo vivem para a verdade. A verdade compõe a natureza de seu trabalho. Não é a verdade que pertence ao historiador. É o historiador que pertence à verdade.

Oíliam José, o advogado, professor, escritor polígrafo, cidadão íntegro e chefe de família dedicado, paciente e sábio, tinha sólidas convicções religiosas e era um católico de comunhão diária. E oportuno se faz lembrar aqui a afirmativa de Lacordère: “O homem manifesta sua

¹ Discurso proferido no dia 24 de março de 2017, durante Sessão da Saudade em homenagem a Oíliam José, na Academia Mineira de Letras.

real grandeza quando ele se põe de joelhos perante Deus”. E Oiliam devia ter os joelhos bastante calejados. E o cientista Pasteur afirmou que “a pouca ciência afasta de Deus. E a muita ciência aproxima de Deus”. E Oiliam, sábio que era, sempre se manteve perto de Deus.

Para muitos, *sicut umbra transit vita*. Para Oiliam não. Muitas vidas passam como a sombra, sem deixar sinais de sua existência. Com Oiliam não é assim. Seu legado de cultura, simplicidade, integridade e respeito às diversidades humanas deixa-o presente, de modo exemplar e edificante, na mente de quantos o conhecemos.

Oiliam, na casa de Deus, é padrinho de meu filho. Na casa do saber, é meu patrono. É membro honorário da Academia Leopoldinense de Letras e Artes, à qual pertence. Convidei-o para ser meu patrono. E ele assim se manifestou: “Luiz, estou um tanto confuso. Não estou entendendo. Todo patrono de acadêmico é pessoa já falecida. E eu ainda estou vivo”. Eu lhe disse que patrono é padrinho. E padrinho dá presente, mas só enquanto está vivo. E ele aceitou o convite, *ad gaudium et perpetuam vitae memoriam*, para minha satisfação e perpétua, indelével e salutar lembrança de vida.

Homenagem da família a Oiliam José¹

Carlos Henrique Almeida José e Azevedo

Boa noite. Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar os membros da Mesa na figura da presidente, professora Elizabeth, os demais presentes, meus familiares, convidados, confrades.

Em nome de toda a família, primeiramente, agradeço à Academia por mais esta solenidade póstuma em homenagem ao seu decano, o Prof. Oiliam José, a quem Deus me deu o privilégio de poder chamar de “meu avô”. Para os que não me conhecem, eu sou o Caíque, o neto mais novo do Professor Oiliam e talvez a pessoa aqui que, pelo menos em anos, o conhece há menos tempo. Para os senhores terem uma ideia, quando eu nasci o professor já tinha alcançado os 70 anos de idade, o que não me inviabilizou de receber o seu carinho e de desfrutar imensamente de sua companhia.

Eu gostaria de propor uma reflexão, muito interessante, que se embala em uma pergunta só: o que marca a importância que uma pessoa tem na vida de outra? O que faz com que uma pessoa seja importante para quem está ao seu lado?

Certamente não é só a relação natural entre uma e outra: a gente conhece casos de filhos afetivos que possuem uma relação mais próxima do que os filhos naturais. Tampouco é a quantidade de tempo que uma pessoa passa ao lado de outra: não é incomum que colegas passem a vida toda lado a lado no trabalho, nos bancos de estudo e, ainda assim, no final de tudo isso, não sejam relevantes uma para a outra.

¹ Discurso proferido no dia 24 de março de 2017, durante Sessão da Saudade em homenagem a Oiliam José, na Academia Mineira de Letras.

A resposta para essa reflexão é: a importância que uma pessoa tem na vida de outra está no grau de impacto emocional que uma estabelece com a outra. Eu proponho isso para dizer que o que nos une aqui hoje – pessoas tão diferentes, de origens tão diferentes, de idades, gerações, histórias tão diversas – é exatamente o compartilhar da emoção que o Oiliam José causou em nossas vidas. Nós compartilhamos disso: é o que nos traz agora ao mesmo lugar, ao mesmo local.

Eu me lembro de que na ocasião do velório, que ocorreu aqui ao lado, várias foram as pessoas que prestaram suas homenagens – familiares, as filhas, os netos, os confrades – e ninguém, nenhum deles, citou diretamente nenhum verso do professor Oiliam José. Desde já eu esclareço que não quero dizer isso em demérito dos oradores daquela ocasião: na verdade, esse fato sequer me surpreende; isso porque o Oiliam José não pregava os seus valores – ou não só pregava os valores que ele exaltou em sua obra. Oiliam José era um homem que encarnava esses valores, ele vivia esses valores, ele externava esses valores pela sua conduta e pelo seu exemplo os valores da honestidade, da ética, da justiça e do direito.

Para os historiadores, um dos grandes biógrafos da história de Minas Gerais e de seus personagens fantásticos; para a Academia, o decano, um acadêmico dedicado, mais que um confrade presente, o secretário perpétuo; para o Estado, um servidor público de carreira longa e irretocável; secretário de Estado; advogado; vereador. E o título que todos nós sabemos ser o seu preferido: professor. Quando falamos de Oiliam José enquanto professor, temos que dizer que é tocante o carinho que o vice-presidente José de Alencar tinha pelo Professor Oiliam, mesmo décadas e décadas após Oiliam José ter sido seu professor. Ele passou essa mesma deferência a seu filho. Isso nos encantou muito e isso marcou a nossa família: seremos para sempre muito gratos e nunca nos esqueceremos disso. Para a família: um pai carinhoso, um irmão dedicado, um avô presente e – a seu modo – afetuoso. Esta a imagem que compartilhamos de Oiliam José.

E agora eu gostaria de cometer mais uma inconfidência sobre a história do professor, ainda que eu acredite que na época do velório o meu irmão Édio tenha cometido as maiores inconfidências da vida do professor Oiliam José: a primeira, que ele nunca deixava de usar

gravata – fosse no Domingo de Páscoa, fosse na Sexta-Feira da Paixão, na Quarta-feira de Cinzas –, sempre terno e gravata; a segunda é que ele nunca revelava seu voto para ninguém, mas sempre pedia para que votassem em seus candidatos preferidos; e a terceira é que, de fato, ele era um atleticano enrustido, não confesso, mas sempre com a caneca do Atlético e a bola de fisioterapia do Galo.

A minha confissão a respeito de Oíliam José e sua intimidade é bem menos interessante e talvez nem mesmo surpreendente: o que eu queria dizer, e eu digo isso especialmente às pessoas que o conhecem em sua vida pública, é que Oíliam José, da porta da sua casa para fora – ou, pelo relato das pessoas que estamos ouvindo, da porta de sua sala de estar, onde ele tanta gente recebeu, para fora –, é exatamente o mesmo Oíliam José do corredor para dentro. A gente pode dizer que, na casa desse ferreiro, o espeto é de ferro. Porque a obra de Oíliam José não é só o seu legado escrito, suas obras publicadas. Talvez a obra mais importante que ele tenha nos legado tenha sido sua conduta em vida, seu respeito ao próximo, sua caridade com aqueles que dela precisavam; sua alma de advogado – e nunca de promotor – da vida alheia. Era a sua capacidade de aplicar a justiça tanto aos seus quanto aos demais sem nunca exigir nada em troca. E se na ocasião do velório o meu irmão disse que a coisa que mais chamava a sua atenção no avô era o fato de ele nunca o ter visto falar mal de ninguém, hoje nós podemos dizer que em vida ou em morte, dentro ou fora deste auditório, ninguém nunca falou mal de Oíliam José. Obrigado.

B – Francelino Pereira dos Santos

Reencontro com uma paixão antiga¹

Maninha Pereira

Família e amigos queridos,

Caros membros desta Academia,

Senhoras e senhores,

Há pouco mais de 14 anos, estivemos aqui, ao lado da nossa família e de dezenas de amigos, para acompanhar a posse do meu pai como titular da Cadeira 25.

Para todos nós, foi um momento de profunda emoção.

Mas para ele foi bem mais do que isso.

Foi a realização de um sonho antigo e a coroação de uma vida extraordinária.

Em seu discurso de posse, meu pai lembrou um poema de Carlos Drummond de Andrade que traduz muito bem a maneira como ele se via e o modo como se colocava no mundo.

Chama-se “A ilusão do migrante” a obra que Francelino escolheu para abrir aquele discurso.

¹ Discurso proferido no dia 16 de março de 2018, durante Sessão da Saudade em homenagem a Francelino Pereira, na Academia Mineira de Letras.

E desse poema ele destacou o seguinte trecho:

*Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.*

A partir desses versos, meu pai lembrou sua viagem de Angical para Belo Horizonte, tocado por um sonho que parecia impossível ao filho de um vaqueiro do interior do Piauí.

O sonho de um jovem apaixonado pela literatura e pela política, que admirava os homens públicos e os intelectuais nascidos nas remotas montanhas de Minas.

O sonho de um rapaz que, contra todas as possibilidades, deixou a proteção da família para se aventurar sozinho na terra dos infidentes.

O sonho de um homem que superou as limitações impostas por sua origem, para representar o povo de Minas nos mais altos cargos do Estado e do País.

Nessa longa travessia rumo ao que considerava o berço do equilíbrio e da liberdade no Brasil, Francelino jamais especulou sobre o futuro.

Seguia o que lhe ditava o coração e acreditava que, com inteligência e trabalho, poderia encontrar seu lugar naquele mundo mítico para onde se dirigia.

Meu pai estava sempre inteiro em tudo o que fazia, mas nunca se deixou prender a cargos ou posições.

Reconhecia o caráter transitório dos postos que a vida lhe permitia ocupar.

E, em todos eles, se comportava como verdadeiro servidor público.

Mas nunca esqueceu a paixão juvenil pelos livros e pela literatura.

Fazia dos versos de Drummond um parâmetro para a própria vida, ao manter a consciência de que, por mais vitórias que conquistasse, o mundo continuaria sempre a girar alheio à sua “baça pessoa”.

E, ao destacar esses versos, deixava entrever também um pouco da humildade serena, mas sempre altiva, com que se portou ao longo de toda a vida.

Humildade que tornou ainda mais significativa sua história e a retidão de caráter que jamais permitiu a ele se inebriar com facilidades e honrarias derivadas do poder político.

Se, para ele, a política foi profissão e destino, não deixou de ser também um vento inesperado, que soprou para longe sua relação com o jornalismo e a literatura.

O velho vento da aventura, como ele gostava de dizer, citando Paulo Pinheiro Chagas, um dos seus antecessores nessa Cadeira 25.

No lugar dos mergulhos na obra de autores como Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, Augusto dos Anjos e Jorge Amado, ele se viu obrigado à leitura cotidiana de projetos, despachos e pareceres.

Em vez das descobertas emocionais e intelectuais que iluminaram a realidade nacional para o rapaz do Piauí, os desafios parlamentares e executivos do homem que o povo de Minas adotou como representante.

Mas chegou o momento em que a política deixou de ser o leito natural de sua vida.

E nesse momento ele teve a felicidade de se reaproximar da paixão de juventude.

Ao citar o poema de Drummond, meu pai falava também dessa volta às raízes de sua formação humana e intelectual.

Com a certeza de que “não se vai nem se volta de sítio algum a nenhum”, ele encontrou nesta Academia o caminho para retomar suas origens e voar outra vez nas asas dos seus sonhos.

Hoje nos reunimos para saudar a memória desse homem que fez da própria vida uma epopeia extraordinária.

E, onde ele estiver agora, em qualquer dobra do tempo que tenha escolhido para se alojar, com certeza estará feliz por ser homenageado aqui, onde completou sua grande caminhada.

Quero agradecer a esta Academia Mineira de Letras, em meu nome e em nome de toda a minha família, por esta homenagem.

E agradeço a todos aqui presentes pelas manifestações de carinho, que marcaram este encontro.

Pedro Nava, um dos autores mineiros que Francelino mais admirava, escreveu que “Minas não é passado nem lembrança, não é pretérito nem saudade, porque é essência, fundamento, presença e permanência”.

Esta é, talvez, a melhor definição para o que alguns chamam de “mineiridade”.

A mineiridade que meu pai vestiu e incorporou como se tivesse sempre respirado os ares dessas montanhas.

Mas a frase de Pedro Nava é também uma tradução exata do significado de Francelino para a nossa família, para seus amigos e para todos que, de alguma forma, foram tocados por ele.

Para todos nós, ele jamais será apenas lembrança ou saudade, pois, assim como Minas, é essência, fundamento, presença e permanência.

É por isso que hoje, ao nos reunirmos aqui, gostaríamos que este fosse também um momento de reflexão sobre o sentido da nossa existência.

Francelino nos deixou o exemplo da honradez, do amor à vida, da confiança no futuro e, acima de tudo, da solidariedade que se ergue sobre todas as diferenças.

E compreender, louvar e reproduzir esse exemplo é a melhor homenagem que podemos fazer a ele.

Muito obrigada a todos vocês.

C – Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza

Ricardo Fiúza: jurista, literato e mestre¹

Fernando José Armando Ribeiro

Quinze anos atrás, estava eu neste mesmo auditório para prestigiar a posse de meu querido mestre Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza nesta egrégia Academia Mineira de Letras. Tão viva em mim é a lembrança daquele dia festivo que não posso deixar de pensar na relatividade do tempo e nos distintos modos com que lidamos com ele. Afinal, como constata Riobaldo, “tem horas antigas que ficam muito mais perto da gente do que outras, de recente data”. E, se é verdade que somos todos circundados por Cronos, há contudo aqueles que parecem multiplicar os minutos de sua existência, e cujas realizações, feitos e obras, seja no plano do pensamento, do sentimento ou da ação, chegam quase a desconvencer-nos de que viveram uma única vida. Parecem ter sido criados para nos mostrar quão mais amplas são as nossas possibilidades de perfeição, de inteligência e de bondade. Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza foi um desses homens.

Sua atuação profissional, familiar e social teve sempre a marca indelével da dedicação, do equilíbrio e da generosidade. Professor exemplar, fez do magistério verdadeiro sacerdócio, e sua atuação como docente na Faculdade de Direito Milton Campos, na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, na Escola Judicial Edésio Fernandes e

¹ Discurso proferido no dia 2 de agosto de 2019, durante Sessão da Saudade em homenagem a Ricardo Fiúza, na Academia Mineira de Letras.

na Escola Nacional da Magistratura deixou a marca do compromisso, do idealismo, mas também de sua incomparável didática, capaz de despertar a atenção de todos os que o ouviam, e incutir nos alunos a curiosidade e o desejo de saber mais. Fiúza jamais faltava ao compromisso das aulas, que admitia ser para ele sagrado. Apesar de suas magníficas exposições, nunca se cansava de repetir aos alunos “Minha aula é apenas uma pílula”, incentivando a leitura dos grandes tratadistas e dos autores clássicos da filosofia política e da teoria do Estado.

Em todos os cargos que ocupou, deixou estampada sua vocação para o Direito e seu amor à causa da justiça. Bacharel em Direito pela UFMG, turma de 1960 (turma dos ministros Adhemar Maciel, Sepúlveda Pertence e Maurício Corrêa e do Prof. Arthur Diniz, entre tantos outros destacados profissionais do Direito) foi atraído para o direito constitucional por influência das aulas do professor e acadêmico desta Casa Raul Machado Horta. Servidor de carreira do TJMG, durante mais de 40 anos dedicou-se ao Poder Judiciário, tendo exercido naquela corte as mais diversas funções, inclusive a de diretor-geral do tribunal.

Fluente em inglês, francês, espanhol e italiano, atuou por diversas vezes como intérprete em eventos da magistratura brasileira ocorridos no Brasil e no exterior. Fez também algumas traduções escritas, dentre as quais destaco a obra *O poder judiciário no Brasil*, editado pela Del Rey, em que oferece uma síntese da organização do Poder Judiciário no Brasil em quatro idiomas.

Publicista de sólida formação, brindou o direito público brasileiro com inúmeros artigos publicados em periódicos especializados e vários livros, em que demonstra, a um só tempo, a riqueza de seu conhecimento teórico e seu profundo compromisso com o aprimoramento da democracia e das instituições judiciárias nacionais. Faço aqui especial referência às obras *Lições de direito constitucional e teoria do Estado*, *Aulas de teoria do Estado* e à já clássica *Direito constitucional comparado*.

A clareza fora sempre marca inconfundível de seu estilo. Era capaz de abordar temas áridos e abstratos sem cair na cilada dos jargões herméticos, dos estrangeirismos indigestos, dos gongorismos vazios. Numa lição cada vez mais urgente para os juristas brasileiros, externava a convicção de que, na escrita jurídica, a clareza deveria ser a virtude soberana.

Seu profundo conhecimento e refinado gosto pelas artes, o cinema, a música e a literatura convergiam para a formação integral do humanista, que se revelava em suas aulas e textos jurídicos. Humanista de fato ele era, no correto e bom sentido da palavra. Não dos que empunham sofisticados conceitos e ideias apenas como ornamentos retóricos. Ao contrário, tentava sempre destacar a inestimável contribuição que as humanidades têm a oferecer ao direito. Gostava de lembrar o exemplo da Escola de Formação de Juízes de Portugal, sua segunda pátria, onde os candidatos a juízes têm no currículo, como disciplinas obrigatórias, literatura e cinema.

Ao lado de sua vasta obra jurídica e política, deixou-nos também uma série de saborosas e sedutoras obras sobre diversas expressões da cultura, como *Um passeio por vinhos portugueses*, *Ouro preto, câmera, coração*, *Conversa-entrevista com Fernando Pessoa* e *Nelson Freire: a pessoa e o artista*.

Na Academia Mineira de Letras Jurídicas (AMLJ), Ricardo Fiúza ocupou a cadeira de número 29, que tem como patrono João Oliveira Filho. Integrou o seletivo grupo de juristas que, capitaneados pelo saudoso Sálvio de Figueiredo Teixeira, idealizaram a refundação da Academia no final dos anos 1990. Assim, além de poder ser tido como um dos pais da Academia, foi um de seus maiores entusiastas e divulgadores.

A brilhante trajetória profissional de Ricardo Fiúza, porém, não é senão uma pálida projeção de sua grandeza humana. Entre suas mais destacadas virtudes figuravam a fidalguia e a generosidade, a que aliava profunda serenidade e firmeza de caráter. Tratava a todos com indistinta cortesia, e sempre procurava ler os fatos e acontecimentos com uma pitada de humor. Não se fazia refém de cargos, títulos ou honrarias e procurava ver as pessoas, sempre e antes de tudo, como pessoas. Por isso, fez verdadeira legião de amigos e admiradores, que muito sentem sua partida.

Sr. Presidente,

Scribendi nullus finis, “escrever nunca termina”, reza o lema desta Academia Mineira de Letras. Daqueles que, como Ricardo Fiúza, escreveram com amor e dedicação por toda a vida, e viveram intensamente o que escreveram, cabe-nos dizer também *Scriptores nullus finis*,

“os escritores não conhecem fim”. Cultivemos a memória de Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, para que as gerações vindouras possam conhecer a vida e a obra deste homem exemplar.

Homenagem ao professor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza¹

Maria Inês Chaves de Andrade

Há um provérbio oriental que a nós se nos põe pela consciência de que “homens fortes criam tempos fáceis e tempos fáceis geram homens fracos, mas homens fracos criam tempos difíceis e tempos difíceis geram homens fortes”. Então, vou à geração de homens da cepa do Prof. Ricardo Fiúza para reverenciar-me diante dela e nela, particularmente deificá-lo, hoje e nesta Casa, porquanto seja nela onde se imortalizou.

Ora, a mortalidade afeta os afetos e faz-nos sofrer cotidianamente diante da falta, por tudo que, na filigrana da sensibilidade, ourivesaria em marca d’água, temos por inapreçável: o beijo, o abraço, o cheiro, o tom de voz, o olhar, a possibilidade de qualquer súbito encontro. Mas, perder um homem com a consistência do professor Ricardo Fiúza, de repente, atenta muito mais que com saudade contra todos nós – restasse apenas ela já seria muito – porquanto nossa fragilidade temporal, mais do que a nos lembrar que somos temporários, assacada contra os homens fortes de nosso tempo, nos expõe à orfandade, subitamente, relevando nossa fraqueza, a que se amparava até então sob a égide de sua presença para sugerir musculatura. Por isso, é preciso, muito preciso que nesta época de homens fracos e tempos difíceis, a perenidade da presença do Prof. Ricardo Fiúza, renunciada por sua imortalidade declarada em vida, seja trazida à baila sempre nesta Academia de Letras pela transcendência dos valores que ele proclamou,

¹ Discurso proferido no dia 2 de agosto de 2019, durante Sessão da Saudade em homenagem a Ricardo Fiúza, na Academia Mineira de Letras.

forjados todos sob a mesma força que o submeteu em outros tempos difíceis, aqueles em que se deu por soldado o imortal, lacrado, pois, o guerreiro à solda, para que, definitivamente, amalgamadas aparência e essência, exurgisse um homem cuja fidalguia reverberou sempre uma nobreza espiritual indiscutível e uma portentosa riqueza interior.

Proclama-se que o homem não se confunde com sua obra, tanto há a preservá-la dele pelas vezes em que sua moralidade, sua convicção particular de certo e errado e de justo e injusto, nalguma circunstância ou mais, atente contra o que da razão entendeu por comunicar, objetivamente, não se autorizando, pois, que seu legado intelectual se comprometa sob uma subjetividade manifestamente espúria. Então, sobreleva-se mais aqui a medida do Prof. Ricardo Fiúza enquanto grande homem, este cuja estatura dá-nos, da grandeza verdadeira das coisas, a dimensão exata da existência, a partir do que ele enxergava e dava a ver, porque exemplo, um dentre os que arrastam enquanto a palavra, seja o léxico e a Bíblia, frustram-se a educar. O memorial vivo e vivificado de um imortal como o professor Ricardo Fiúza, cuja obra paralelamente a ele também se imortaliza na confusão de uma mesma verdade moral e ética, dobra as chances de a juventude poder apreender a propósito dos homens fortes, porque talvez ele os possa arrastar como exemplo nestes tempos de tanta debilidade, enquanto desmoraliza-se a palavra. Penso que, talvez por isso, o professor Ricardo Fiúza tenha se tornado constitucionalista e como tal se imortalizado como autor a propósito de tudo quanto versava a Constituição da República Federativa do Brasil. Ele soubera que a voz do povo é a voz de Deus e deu-se à ausculta, tão culta quanto sua formação acadêmica lhe proporcionara, aquela gravada sob os tempos difíceis do menino nascido dois anos antes de eclodir a Segunda Guerra Mundial. A vontade do povo sancionada e proclamada na Carta Magna de 1988 exigiu dele oração, coordenada, subordinada, adjetiva, substantiva e de fé, no sacerdócio de sua Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na autoria de seus livros e no exercício de sua docência na Faculdade de Direito Milton Campos. Tinha vivido tempos muito difíceis até poder pô-la sob seu crivo de cidadão e democrata, servidor público e professor de direito constitucional.

Nosso Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza ora dribla a mortalidade e vive eternamente conosco. Na literatura, em obras de ficção ou

de caráter mitológico, há vários registros desse desejo do homem de prolongar-se na vida muito mais do que prolongá-la ela mesma, sendo o primeiro anseio demanda do herói, e o segundo, do homem comum. Comumente, o pensamento sobre a imortalidade toma a eternidade de dois modos: ou como uma paixão pelo prazer de viver, que se quer continuado, ou como uma maldição – dos deuses, das trevas, ou de criaturas malignas, que prendem os humanos em um tempo que nunca passa para eles.

Mas eternizar-se na história a partir de seus feitos é uma outra história, aquela que sempre conduziu a luta para vencer a mortalidade no fomento de narrativas heroicas, feitos grandiosos e aventuras épicas. Hodiernamente, enquanto o primeiro desejo de imortalidade incita pesquisas médicas e científicas pelo enfrentamento do tempo da natureza, o segundo expõe o acadêmico no embate contra as agruras destes tempos difíceis. Ora, a imortalidade em tempos de comprometimento da vida humana sobrepesa do homem forte a consciência e provoca textos sobre todos os contextos, intervenções objetivas na face ética de um mundo que clama para que alguém possa dizer da beleza que perscruta a humanidade e os bichos-homens, em sua fragilidade e impotência, não podem reconhecer, porque é efetivamente com os confrades e as confradeiras de Academus que resta a força pelo enfrentamento de tempos difíceis, já que há muito a escola de Platão conclama a mesma pedagogia da palavra pela tessitura do ser humano enquanto projeto intelectual daquele que se diz, enquanto homem apenas, imagem e semelhança de Deus.

O professor Ricardo Fiúza foi um ser humano porque sempre misericordioso, bom, leal, justo, solidário e, sendo, acolheu-nos todos quantos lhe tenhamos chegado em pleito. Fui apresentada ao mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa por ele, como por suas mãos afetuosas fui acolhida na capital lusitana. Mais tarde, fiz-lhe dedicatória na tese de doutorado porque sobre a fraternidade e, sendo, haveria de estar tamanho magistério vivo a propósito.

Ele conheceu mirantes com a responsabilidade de quem aprendeu que a ignorância mata e, de tanto saber, viveu sobejamente. Sábio, assumiu pontos de vista de doutrinador e porque saber vem de sabor, assumiu câmera fotográfica e deu-nos a experimentar delícias de sua história par-

ticular. Na foto do aluno 607/fiúza-cpor, tirada em 1957, a dedicatória do soldado de infantaria para mim, “com o abraço do ‘infantê’”, ele se destacou a si mesmo, pois o título monárquico sem dúvida lhe cabia, mesmo que fosse príncipe de quepe em lugar de coroa. Mero casuísmo, nobre Ricardo, já que fora mesmo ungido onde o amor construiu reino para pôr, de seguida, sua dona Janice, e os miúdos, Diga e Gina seus, mais quantos lhes tenham cabido na alma.

Um imortal de texto escrito e imagético como o professor Ricardo Fiúza soube do valor da palavra, a que com ela nunca faltou por caráter, exatamente a palavra que falha hoje, seja por deslealdade ou por constrição vocabular, a palavra que de tanto valor é sinônimo de Bíblia, ela, a palavra de Deus, e Ele, o Verbo, de Quem a sociedade humana quer-se aproximar sem a valorar e sem dar-se à conjugação, a conjugação de todos os esforços para o empreendimento de uma ação de ser humano em relação ao outro até que todo homem se reconheça humano, sendo. Ora, pois, que senão através da palavra e do verbo, então, não há como chegar-se à divindade humana imanente em nós para dar-lhe a devida encarnação essencial, constringida de tanta aparência, da que a essência quase nunca reverbera.

Por silogismo lógico, se todo homem é mortal, o professor Ricardo Fiúza não era homem e porque imortal e se não Deus, certamente, o ser humano que a Academia acolhe por similitude de essência com o Pai através da obra que se diviniza entre os homens através do tempo e do espaço.

A língua portuguesa para o professor Ricardo Fiúza tinha uma textura especial. O povo de Camões e Vieira e Florbela e Pessoa, Eça e outras pessoas também tinham dele todo carinho do mundo. O professor Ricardo Fiúza era um perdido por Portugal tanto lá se tenha encontrado em suas raízes como vincado outras porque sobrinha às vezes é também pequena sobra de uma ascendência imensa, a sua, que já vivia há muito encastelada na Torre de Belém.


Para o professor Ricardo Fiúza, não havia como seu coração escolher entre Brasil e Portugal porque a lusofonia para ele era soberana, senhora e rainha de todo território e povo que se sentissem amalgamados por um mesmo sentimento patriótico, aquele que o *Livro do desas-*

sossego, de Bernardo Soares, comunica através de Fernando Pessoa a propósito do mesmo amor: “Minha pátria é a língua portuguesa”.

Assim, nestes tempos difíceis e de homens fracos, enquanto se compromete nosso país sob todas as formas e reformas, a pátria conformatada na língua portuguesa roga para que o exemplo de seres humanos como o professor Ricardo Fiúza arraste os diálogos e a comunicação entre os homens, de modo que eles se façam compreender e compreendam como têm acesso ao entendimento. Nas nossas relações sociais é preciso privilegiar-se o verbo e o verbete à força física e à estupidez, mais porque, já que nascida uma “ciência cognitiva”, sob a reunião de ferramentas de psicologia, da ciência da computação, da linguística, filosofia e neurobiologia, não há como restar-nos, seja como for, constringidos em nossa comunicação e proclame de tudo quanto transcenda da razão antes da Bastilha.

O professor Ricardo Fiúza herdou o mesmo gosto de dizer e de palavrar de Pessoa e este seu legado agora ele no-los deixa, num momento histórico em que a educação de nosso povo se ressentido de abandono. Nossa pátria é a língua portuguesa, especialmente no território acadêmico das letras e é nele que a temos de proteger, de lutar por ela e através dela enfrentarmos a hipnótica narração do mundo e a descrição acusatória da existência, a nos conduzir e aos nossos pela trilha de um destino já traçado e limitante.

Professor Ricardo Fiúza, a si minha infinita admiração por sua impecabilidade em tudo quanto realizou e minha gratidão pelo exemplo de sua palavra, porque tão educativa quanto arrebatadora, tenha sido afetuosa, jurídica, literária ou jornalística e onde sua dignidade nunca conheceu *ladrões nem ferrugem*. Muito obrigada.



SEÇÃO 5
DISCURSOS
DE RECEPÇÃO E POSSE

A – Carlos Bracher

Um pintor na Academia¹

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

A Academia Mineira de Letras foi fundada no dia de Natal de 1909, em Juiz de Fora, em cerimônia realizada na sua câmara municipal, edificação que, junto ao Parque Halfeld, sobrevive às grandes transformações que redesenharam a cidade da infância de Murilo Mendes e Pedro Nava. Um grupo de intelectuais decidira então criar o grêmio, à maneira da Casa de Machado de Assis e da Academia Francesa, dando-lhe logo a dimensão do Estado montanhês. Ofereceu-o a Minas Gerais, para além das fronteiras de sua mais progressista cidade, apta a abrigar uma academia prestigiosa, mas convicta do destino naquele instante traçado.

Belo Horizonte vivia os primeiros momentos de seu segundo decênio, e rapidamente aspirou a se tornar sede do sodalício mineiro. Com descortino e generosidade, Juiz de Fora aprovou a transferência, e a Academia tomou o caminho novo, no rumo da jovem capital do Estado. Sacramentou-se, na ocasião, o compromisso de um juiz-forano estar sempre entre os pares da grei, de modo a se preservar a memória da iniciativa do mestre Machado Sobrinho e seus companheiros do Paraibuna, entre os quais o celebrado poeta Belmiro Braga.

¹ Discurso proferido no dia 6 de maio de 2016, durante solenidade de posse de Carlos Bracher na Academia Mineira de Letras.

Estamos hoje, mais de um século transcorrido, renovando o vínculo da Academia Mineira de Letras com o torrão natal. Recebemos o artista plástico e escritor Carlos Bracher, na vaga deixada por seu saudoso conterrâneo, o escritor e historiador Almir de Oliveira. Nascido em Juiz de Fora e ouro-pretano de coração, Bracher expressa, de modo singular, a cultura, o talento e a sensibilidade do chão de Arlindo Dairbert e Rubem Fonseca, Dnar Rocha e Fernando Gabeira, Cosette de Alencar e Raquel Jardim, Artur Arcuri e José Alberto Pinho Neves, Flávio Márcio e José Luís Ribeiro, Celina e Nívea Bracher, irmãs do pintor, e o imenso Roberto Gil.

A cidade em que Alfredo Ferreira Lage implantou um dos mais ricos e belos museus do Brasil, no palacete erguido por seu pai, o pioneiro Mariano Procópio, foi desde sempre o berço de personalidades admiráveis. O engenheiro Waldemar Bracher, professor da universidade ali implantada pelo presidente Juscelino Kubitschek, casou-se com a diamantinense Hermengarda Aguiar, e em Carlos é também evidente a veia lírica que procede do antigo Tejuco das serenatas enluradas. O casal Bracher foi viver no famoso Castelinho, obra do arquiteto Rafael Arcuri que domina a paisagem urbana, coroando a perspectiva da avenida Getúlio Vargas, artéria estendida desde o eixo principal, que é a avenida Rio Branco, até o antigo portal da União e Indústria. Foi ali que um clã de artistas e intelectuais se formou: o arquiteto e pintor Décio, a escritora e pintora Celina, a pintora Nívea, o músico Paulo e Carlos Bernardo, o nosso Carlos Bracher.

O ambiente propício acentuou os dotes e consagrou a vocação da família. Assim surgiu, ampliando o núcleo do Castelinho, a Galeria Celina, aberta na legendária rua Halfeld, ponto da maior importância na renovação e na agitação cultural de Juiz de Fora nos anos 60. Em homenagem à irmã que partiu prematuramente, musa de uma geração de intelectuais, os irmãos Bracher conceberam a galeria com seu nome. De lá, Carlos saiu para estudar com Fayga Ostrower, ganhar o prêmio de viagem no Salão Nacional e passar dois anos na Europa. Na volta ao Brasil, fixou-se em Ouro Preto com a mulher, Fani Bracher, que ali se tornaria pintora, ambos fascinados pela criação artística e a paisagem amada por Guignard, Marcier, Scliar e Ivan Marquetti. Como os pais, a jornalista Blima e a atriz Larissa, as duas filhas, nasceram em Juiz de

Fora e se fizeram ouro-pretanas, cultivando a cultura e a arte. É importante registrar que Gilberto de Alencar, membro desta Casa, publicou, em Juiz de Fora, em 1926 – faz 90 anos, um pequeno e apaixonado livro sobre Ouro Preto, ao fecho do qual clamava pela preservação da antiga Vila Rica.

Carlos Bracher é o pintor das montanhas, dos relevos abruptos e minerais, dos alcantis verdes, rasgados e sangrentos. É o pintor de Ouro Preto e das cidades históricas, com suas torres e ladeiras, como também o pintor das flores rodeadas de velhas porcelanas e violinos. São os principais temas que agitam os seus pincéis, no desempenho frenético da obra plástica. Mas uma usina siderúrgica do Vale do Aço ou as colunas e arcadas niemeyerianas de Brasília não escapam ao seu arrebatamento.

Vê-lo pintar é assistir a um ritual que comove. Tomado pela emoção, estremeado pelo desafio da superfície branca da tela, excitado pela música – quase sempre, Johann Sebastian Bach o acompanha no solo da pintura –, Bracher compõe, com pinceladas expressionistas, imagens de movimentação profusa e forte cromatismo. É, ainda, um notável retratista. Os “portraits” que assina, após rápido, mas intenso trabalho, estão entre as obras referenciais do gênero. Os críticos Frederico Moraes e Olívio Tavares de Araújo dedicaram a Bracher textos que traduzem, de modo luminoso, os valores de um criador que conquistou o seu espaço na pintura brasileira do nosso tempo.

Juiz de Fora ensina o poeta a ser artista. Os desenhos de Pedro Nava estão entre o que há de melhor no modernismo mineiro, movimento dominado pelas letras. Basta lembrar as ilustrações feitas num exemplar de *Macunaíma* e as impressas no *Roteiro lírico de Ouro Preto*, uma parceria com Afonso Arinos de Melo Franco. Ao “olho armado” de Murilo Mendes, lúcido e sensível crítico de arte, recorriam, para textos de apresentação, os mais importantes autores italianos da época passada em Roma, como já havia acontecido no Rio de Janeiro da sua mocidade.

Carlos Bracher é também escritor. O texto, sempre denso, escorre no caudal barroco em que o torvelinho de palavras enreda as vibrações emocionais do autor. É assim que o lemos em numerosos textos

e o ouvimos no ora lançado audiovisual dirigido pela filha Blima Bracher para registrar seu colóquio amoroso com a cidade de Ouro Preto.

A Casa de Alphonsus de Guimaraens nem sempre teve artistas em seus quadros. Raro exemplo, nos tempos idos, é oferecido pelo mestre Aníbal Matos, fundador das nossas escolas de Belas Artes e de Arquitetura. O poeta Emílio Moura era um grande desenhista e deixou esplêndidas caricaturas de escritores do seu tempo. Edison Moreira, poeta, promovia as artes plásticas na convergente livraria Itatiaia. No entanto, as linguagens diversas da criação cultural convivem, entre nós, em diálogo e comunhão. O novo confrade aqui encontra o artista plástico, poeta e crítico Márcio Sampaio. Refaz-se a nossa legenda latina: *scribendi et pingendi nullus finis*.

Muito nos honra, por isso mesmo, a chegada de Carlos Bracher. Em nome dos pares, eu o saúdo, com alegria e entusiasmo, na certeza de sua contribuição ao engrandecimento da Academia Mineira de Letras.

Discurso de posse na Academia Mineira de Letras¹

Carlos Bracher

Senhoras e senhores, membros da Academia Mineira de Letras, amigos e familiares aqui presentes, prezado presidente, acadêmico Olavo Romano; meu querido amigo de 40 anos, acadêmico Ângelo Oswaldo.

Nós somos o que somos – filhos de um lugar –, ou tornamo-nos embriões genéticos e telúricos do local onde nascemos. Assim formula-se a história de um indivíduo, a saga que lhe é colocada pela vivência.

Na medida do tempo, criamos uma interação inalienável com uma região, enquanto falas individualizadas de nossa trajetória. Uma árvore, um rio, o quintal de minha casa, crepúsculos, luas, as sombras que velam as coisas passam a ser parte de mim, numa troca invisível dos cheiros e formas, cores e sentidos dos desejos e pessoas diante de uma sedução claramente encantada.

Tudo nasce dessa intimidade de afetos a nutrirem evocações mágicas e fundas de uma conjuntura espectral, onde a poesia brota entre os homens, os espaços e a face oculta da natureza. Portanto, a importância dos lugares, das sensações que se estabelecem no dia a dia, meses e anos, a força das lembranças avultando-se indefinidamente, de uma herança espacial das origens. Como espécie de paraíso da vida, que se vai ampliando em demais outros, territoriais e progressivos, da infância à velhice. Conquanto aquele inicial demarca-se como símbolo, laço da partida, o brandir do primeiro amor – a alçarmos as asas do mundo.

¹ Discurso proferido no dia 6 de maio de 2016, durante solenidade de posse na Academia Mineira de Letras.

Somos uma mescla dinâmica das ilações confrontantes, entre nós, o universo e as definitividades estabelecidas. Viver é trocar, dar largos sinais de permanências, eternas instâncias onde o homem vai emergir frente a vetores imemoriais de suas moléculas intangíveis. É como nos fala Chagall: “*O mundo só existe no que está dentro da minha alma.*”

Meus pais, irmãos, avós, filhos, primos, sobrinhos, tios, netos, os amigos, a escola, bairro, a família, vizinhos, viagens, comidas, as pedras das calçadas, o barranco e as pontes são fragrâncias intocáveis de nossos corpos imaginários, de uma memória renhida.

Existe uma insuspeita afirmação de que somos “produtos de um meio”, do que ninguém discorda. Jamais se poderá duvidar desse conceito, da formação dos seres como advento de estruturas vivenciais de onde provêm. Cada um tem seu torrão, o ramo de conquistas de seus sentimentos, as alocações sensoriais e sensíveis que se superpõem. A história dos homens – dos pequenos aos grandes – é também a história de seus lugares, podendo ser uma simples roça ou imensa cidade, seja o sertão para Guimarães Rosa; Itabira para Drummond; Brodowsky para Portinari; o Rio de Janeiro para Machado e Vinícius; Santo Amaro para Caetano e Bethânia; Lisboa para Pessoa; Florença para Michelangelo e Dante; seja Salzburgo e Viena para Mozart, valendo tanto aos anônimos quanto a Shakespeare, Bach, Beethoven, Van Gogh, Cézanne, Picasso, Gaudi, Dostoiewsky e Stravinsky – todos fortemente marcados por suas terras natais.

Passado, presente, futuro, somos uma chama do universo e conosco ele está e estará. Onde estivermos. Poética, prismática. Insolavelmente. E é Tolstoi quem nos lança o célebre desafio: “*Cante tua província e serás universal.*” Vida, a vida – eis a questão. E assim se constrói uma civilização, pelos feitos de seus filhos na progressão de fazeres que se somam num longo e ingente processo individual e coletivo.

Meus queridos, hoje, 6 de maio de 2016, muito mais que um evento social ou cultural, efetiva-se, num ápice instante de minha caminhada, algo que jamais pudesse imaginar. Tomar posse numa dessas cadeiras de magnas expressões mineiras e nacionais faz-nos redimensionar complexas questões e refletir o que somos, nossa organicidade,

os reais quadrantes que nos perfazem e sustentam. Assim, se me permitirem, gostaria de lhes dizer um pouco do que foi minha formação, donde venho, quais fatores.

Numa palavra, talvez a elegeisse, esta – a arte –, como a subjeção central de minha peregrinação. Jamais outra colocar-se-ia melhor entre mim e a existência, pois, além de meu próprio ser, ela alastra-se igualmente por minha conjuntura familiar, toda constituída de artistas há gerações. E esse tem sido meu devotar exclusivo de 60 anos seguintes dos 75 totais, nessa insana busca diária de me ver, me possuir e me ser vivente ao mundo da arte.

Se lhes faço tal colocação, hei de revelar-lhes de universos e ententes outros, de um preto em mim insidioso – que não vem só da minha pessoa, esse tão parco homem que sou –, mas de um extenso condão que se insere no dorso essencial, delineando-me os desvãos cabais de minha entidade humana e artística.

Quando falo de “meio”, começaria da cidade a dar-me berço, aquela nos flancos da Zona da Mata mineira, para sempre amada terra, Juiz de Fora. Foi naqueles montes, naqueles vales de céus que me vi diante de uma empreitada, do nascer aos dias atuais, de algo, diria até mesmo, quase votivo de incidências, de figuras e verbos, os próximos e distantes donde uma cercania terrena fez-me ver compreender e preponderar o que sou, física, psicologicamente.

Portanto, minhas cláusulas pessoais não advêm apenas de mim, contudo, da configuração amplificada desse contexto urbano e familiar evocando-me o chão de equivalências estelares. E não o digo das estrelas altíssimas, daquelas que se divisam de distâncias longínquas espargindo seus brilhos monumentais, não. Eu sou essa fraca luz, de pequena, a mais ínfima, a sonora de um vasto silêncio de opacidades.

Ao falar de estrela desejaria dizê-la no sentido da grandiosidade em si, do que ela possa ser numa figura, de oferecer-lhe a excepcionalidade de um talento prodigioso, como se percebe, por exemplo, no fulgor de um grande mestre. Ao contrário, me situo, queiram entender-me. Não sou largo o suficiente, tenho a estreiteza de minha vulnerabilidade. Todavia, gostaria de ponderar que minha terra ofertou-me tudo, exatamente o tudo e o tanto que sou –, o que dela consegui absorver.

Em Juiz de Fora, a literatura foi sempre a estrela-mor de nossa expressão artística. Local de nascimento de poetas múltiplos e escritores brilhantes, são eles que perfazem a magnitude de nossa constelação. E o são em dezenas, centenas no tempo, mas, entre a noite e o dia, entre as trevas e as entranhas, é, sobretudo, a terra de dois imensos: Murilo Mendes e Pedro Nava.

Estamos todos ali regidos por um andamento psicográfico fecundo, de nossas avenidas, morros e matas, as casas e as sendas, o Rio Paraibuna que nos cerca, colégios, teatros e museus, as nuvens que nos enlevam, pensamentos e alumbramentos, somos um entretrecho formado por evocações de um passado de feitos fulgurantes, diante da nação, e onde exatamente elas – a palavra e a condição literária –, fazem-se regências norteadoras a nós, os juiz-foranos, de todas as épocas, como a realidade mais abrangente e precípua.

E, talvez, em Murilo Mendes esteja não só sua autodefinição quanto nos seja a própria parábola angular da cidade. Eis sua frase enigmática: “*Não sou meu sobrevivente, e sim meu contemporâneo.*” E-los, poeta e cidade, em espécie, desígnio e fatalidade, as perplexidades ambientais, sociais e duais, sendo ele mesmo um produto desse meio. Consciente ou inconscientemente, frente a um poder dialético nos encontramos – filosófica, antropológicamente, resguardados de avultamentos, ambivalências e ressurreições –, donde os conterrâneos se veem atrelados diante das contradições de si, dos paralelismos existenciais e a sagração da criação.

Nós somos o que são nossos mistérios, dessa necessidade imperiosa de possuir passos, ventos e ventanias, melodias e abismos de estados subjetivos. Em Juiz de Fora, mais que aprendi, muito mais, aprendi tais equações que se tornam mobilizadoras da arte, como fim supremo das coisas. Entende-se, por conseguinte, ser ali afortunado recinto de artistas de todas as modalidades, música, pintura, literatura, teatro, dança, cinema, arquitetura.

Por outra vertente, foi também importante ponto de chegada de imigrantes – italianos, portugueses, ingleses, espanhóis, africanos, sírios e libaneses –, mas principalmente foram os alemães a propiciarem uma textura diferenciada, a partir de meados do século XIX,

quando lá instalou-se uma leva de 1.500 germânicos, num universo de apenas 900 nativos.

Muito certamente, a fabulação dessas gentes trouxe contribuição de especial valia ao cenário geral da urbe. Porque, em decorrência deles começam a surgir, desde o XIX, escolas específicas para o estudo desses estrangeiros, erguendo-se belíssimos colégios, hoje centenários, como o Granbery, Academia, o extinto Stella Matutina, Santa Catarina, Santos Anjos e muitos outros, vindo com eles mestres e professores de alta qualificação, propiciando a elevação científica, intelectual e moral à cidade e regiões circunvizinhas.

Se pudéssemos constatar clara verdade sobre Juiz de Fora, conclui-se que um de seus principais sustentáculos terá sido, com absoluta certeza, o ensino de esmerada qualidade, não só de outrora quanto de agora. E o outro, obviamente, a sua reconhecida expressão nacional – no campo industrial, sobretudo no passado –, em que ela tornou-se pioneira no Brasil em muitos setores e onde se construiu a primeira hidrelétrica da América do Sul, um ousado feito de Bernardo Mascarenhas, o jovem engenheiro de Curvelo que estudou na Inglaterra.

A partir daquele histórico evento hidrelétrico, proliferaram-se vários outros, vanguardistas e em sequência – anteriores mesmo aos do Rio de Janeiro, a então capital brasileira –, entre os quais o fato de ter sido a segunda cidade no País a possuir iluminação elétrica nas vias públicas e também a segunda a ter bondes eletrificados como meio de transporte. Muito frequentador da cidade, Manuel Bandeira os observava: *“Teus bondes sem pressa dando voltas vadias.”*

Na campanha civilista à Presidência da República, em 1910, Ruy Barbosa, percorrendo o Brasil, ao chegar em Juiz de Fora e percebendo sua pujança industrial, cognominou-a de “Manchester mineira”, aludindo à famosa cidade industrial inglesa.

Uma sociedade evolui por inteiro, por seus múltiplos segmentos, econômicos, educacionais, sociais, culturais, e a partir da riqueza dos cafezais no entorno e na extensa Zona da Mata, e do acentuado desenvolvimento de seu parque fabril – consolidado através dos investimentos dos ricos latifundiários do café (fenômeno similar a São Paulo), entre os quais Mariano Procópio. Da mesma forma que o ouro

propiciou o florescimento cultural de Vila Rica no século XVIII, o café e a indústria trouxeram sofisticação a Juiz de Fora no XIX, com a construção de teatros, livrarias, editoras, diversos jornais diários, revistas, conservatórios de música, escolas de arte e grupos literários.

Nesse sentido, dois fatos se evidenciam: a edificação do palacete Mariano Procópio, em 1861, museu que possui dos mais preciosos acervos do Império Brasileiro; e o requintado Cine Teatro Central, construído em 1929 e ricamente decorado por Ângelo Bigi, tendo capacidade para 2.300 lugares (somente 200 menos que o Teatro Municipal do Rio, com 2.500), numa população à época de apenas 50 mil habitantes. Nessa consonância de sonoridades artísticas, novamente ouvimos a voz de Murilo Mendes: “Juiz de Fora era uma cidade cercada de pianos por todos os lados”. Visitante e amigo de intelectuais locais, Arthur de Azevedo a chama de “Atenas Mineira”.

Então, diante dessa efervescência geral, é fundada esta própria Academia Mineira de Letras, em 1909, aos moldes da Academia Brasileira (de 1896) e da Francesa. Curiosamente, foi designada não de “municipal”, porém, já antevendo seu futuro maior, “mineira.” Posso até imaginá-los, aquela plêiade de poetas, jornalistas e escritores conterrâneos, tão felizes, criando esta entidade e a ela imprimindo o sensível dístico, “*Scribendinullus finis*” (Escrever não tem fim), em plena noite de Natal, na câmara Municipal, corroborando a glória literária da cidade.

Numa análise mais ampla e dentro da historicidade de seu transcorrer, Juiz de Fora caracteriza-se por dois aspectos fundamentais: o industrial, por um lado; e o estudantil, por outro, conectando-se, ambos, a um terceiro – fortíssimo e crucial –, dos sentidos culturais e artísticos. Nessas vertentes encontramos-nos nós, entre trabalhar e estudar, entre criar e prospectar os clamores essenciais de nossa vocação, o que talvez explique sua natureza de cidade permanentemente produtora de talentos em todas as áreas.

E sob noção outra, há que se ater à benéfica proximidade geográfica com o Rio de Janeiro, a dar-nos a extensão de nossos horizontes – o mar e as constelações dos avanços, os sonhos hemisféricos continentais, o porto e a nave de nossa própria fulgurância.

Ninguém menos que Pedro Nava a descrever tal relação, de Juiz de Fora com o Rio, e logo no primeiro parágrafo de sua obra-prima, *Baú de ossos*, assinala:

Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld, e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de rua Principal e ficou sendo depois a rua Direita da Cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua no número 179, em frente à mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção do Milheiros e Mariano Procópio. A da rua do Espírito Santo e do Alto dos Passos. A primeira é o rumo do mato dentro, da subida da Mantiqueira, da garganta de João Aires, dos profetas carbonizados nos céus de fogo, das cidades decrépitas [...] A segunda é a direção do oceano afora, Serra do Mar abaixo, das saídas e das fugas.

Se, por uma visão imagética, o Rio de Janeiro; por outra, Minas, a Minas profunda de Vila Rica dos nossos troncos, raízes ancestrais a perfazer a seiva definitiva de nosso caráter, referência, mineiridade. E é na antiga capital do Estado onde outro conterrâneo, Gilberto de Alencar, vai ancorar seu livro *Tal dia é o batizado*, atraído pela Inconfidência Mineira. Também Murilo Mendes segue à Cidade do Ouro a buscar semblantes de outrora ao seu *Contemplação de Ouro Preto*, de 1954, às essencialidades mineiras. Bem assim, no *Roteiro Lírico de Ouro Preto*, de Affonso Arinos de Mello Franco, é Pedro Nava que o ilustra.

Juiz de Fora situa-se estrategicamente numa região limítrofe de dois estados – Minas e Rio de Janeiro –, onde a Estrada União e Indústria, a primeira de pavimentação asfáltica no Brasil, construída em 1861 pelo engenheiro alemão Henrique Halfeld, por solicitação de Mariano Procópio, ligando a cidade a Petrópolis, veio a ser a artéria a unir tais povos num só polo, numa só nomenclatura interestadual em que as questões culturais se estreitaram e passaram a ter identidades muito próximas.

Senhoras e senhores desta Casa de Alphonsus e Vivaldi, gostaria de dizer-lhes de uma coincidência entre mim e os dois escritores ora citados, pois sou da mesma Zona da Mata de Vivaldi Moreira, por nascença; e de Alphonsus de Guimaraens, por opção, onde resido há 45 anos.

Se pudesse externar-lhes um pouco mais de mim, diria: sou na verdade uma resultante de tudo que lhes disse, porque sou, efetivamente, uma síntese do lugar onde nasci. Entretanto, para além da cidade em si, venho de uma casa dentro desse lugar, que é donde provenho, especificamente, a casa de meus pais, aquela a clarear-me ares e esferas. E, se proferisse a última palavra, então diria: sou fruto de uma casa verdadeiramente encantada, de pessoas, vibrações, doações e alentos; de sonhos, encantos, encontros. É vida.

Aquela nossa casa não era nossa, era de muitos, de todos, necessariamente de todos, os díspares e os pares, os tipos mais diversificados possíveis: artistas, filósofos, músicos, idealistas, sonhadores, poetas, pensadores, místicos, cientistas, intelectuais, anarquistas, uma vasta tribo de várias faces num só contexto, um só enlevo de trocas mútuas sem cessar de afetos e saberes, e onde a generosidade foi o fiel de uma balança inalterável por gerações, dia e noite estendida como comunhão entre seres soerguidos em busca das verdades do espírito, do espírito e da alegria, partilhando-se uma tertúlia coletiva unificada, entre os da casa e os amigos, tantos, infindáveis. Entre os quais cito um – Olívio Tavares de Araújo (a quem agradeço a honrosa presença nesta cerimônia) –, definindo-a como “loucura amorosa”.

No livro “Bracher”, de 1989, Métron Editora, eis o depoimento de Olívio,

Éramos um punhado de adolescentes, vivendo uma fase borbulhante de nossas vidas e da cultura brasileira. Os tempos mudaram, e hoje já não há campo para arroubos tão intelectualizados nessa idade. [...] Waldemar Bracher (pai de Décio, Celina, Paulo, Nívea e Carlos) foi uma figura peculiaríssima, e com ele começa, sem dúvida, o clima de “amabilis insania” que caracteriza os Brachers em Juiz de Fora em especial [...]. A “amabilis insania” – a qual, segundo Horácio (que assim a denominou), afeta inevita-

velmente os poetas e artistas? Creio que a percebi desde o primeiro instante, ao entrar, em meados dos anos 60 na Casa dos Brachers. Houve época em que, na casa, tudo se vendeu, menos ela mesma e o piano. Até hoje o Castelinho é visto pela vizinhança como um ninho de excêntricos – embora a fama nacional de Carlos Bracher tenha acabado com qualquer outra eventual restrição da comunidade.

No documentário *Carlos Bracher: retrato intenso*, do mesmo ano, continua Olívio:

A Família Bracher ativava aqui em Juiz de Fora, incrivelmente, o meio cultural, através de uma galeria de arte chamada Celina, que era uma homenagem a Celina, irmã de Carlinhos que havia morrido precocemente. Era um instante de muita atividade, muita ebulição, de muita curiosidade intelectual de todo mundo. O que me fica mais presente talvez seja a lembrança de o quanto, neste momento de nossas vidas, esta casa, estas pessoas e estas famílias foram importantes. Só eu sei o quanto cada um viveu, pessoalmente, aqui dentro. Eu me lembro de que nós tínhamos um exercício de absoluta liberdade, que a casa era também a casa de cada um de nós. Seu Waldemar e D. Hermengarda nos apadrinhavam, nos perfilhavam, e nós fazíamos da Casa Bracher um ponto de refúgio, que talvez nós não tivéssemos, naquele momento, nas nossas próprias casas [...].

Faço digressões de tais cenários, para esclarecer que não venho de nenhum talento específico ou de miragem alguma especial. Contudo – e o digo de meu coração –, posso asseverar que sou descendente de uma reciclagem de gente, dessas que vi perante meus olhos, um brado pulsante e mágico em que todos, os da família e os demais, beneficiaram-se e saíram, como eu próprio, melhores, maiores, como seres e criadores, daquela vastíssima poesia humanística ali encetada no velho Castelinho da Rua Antônio Dias.

Na recente retrospectiva intitulada *Carlos Bracher: pintura e permanência*, com curadoria de Olívio Tavares de Araújo – um comvente e memorável presente de minhas filhas –, cujas mostras percor-

reram o Centro Cultural Banco do Brasil de Belo Horizonte, São Paulo, Rio e Brasília, além do Centro Cultural Usiminas (um êxito absoluto com quase 500 mil visitantes), havia a reconstrução de nossa casa, e logo à entrada foi afixado um breve texto de minha autoria, intitulado *A casa de almas entrelaçadas*:

Com a sala aqui reconstituída nos mínimos detalhes, as peças, os quadros e móveis originais, nossa casa de Juiz de Fora foi a seara de minhas primeiras estrelas, que se abriram em mim em constelações dos universos artísticos e humanos imemoriais. Neste ambiente pude compreender o que somos, pessoas e artistas, desse hemisfério equidistante donde transitamos nossas almas entrelaçadas: dores, alegrias, alquimias e pensamentos, a ação que move a mão ao insondável desejo das belezas incoercíveis.

Nessa casa sonhei os sonhos das manhãs, vi luas e sóis entreabrindo-se em meu dorso, entre cores e falas de meus manos pintores, o amor de meus pais e a generosidade da arte imantando-nos para sempre, frente a inumeráveis amigos, por essas paredes que parecem guardar-nos às esferas infindas, de tanta vida, tantas faces indizíveis, as saudades e as memórias, sons e verbos de uma cantata imaginária descerrando-se em nós como halos irrelatáveis, as formas, os ladrilhos, portas e vitrais do que sou, que serei, em mim transpostos dos meus seres, a própria existência que carrego, da condição nossa de deixarmos a terra e alçarmos as asas etéreas da arte.

Creio nos seres humanos, creio na bondade, creio nessa reta que se ergue em torno de certos valores; creio na expansão que nos toca a um além invisível, creio ainda numa espécie de harmonia de imenso fulgor; creio na arte como forma de salvação, no espírito e na espiritualidade. Creio nas infinitudes deste verbo real e irreal de que somos formados: a igualdade. E na condição de entendimento, diálogo e respeito às diversidades étnicas, culturais e particulares de cada povo. Creio enfim nesse desígnio cabal, a margem translúcida das coisas, dessas vestes a conquistar-nos com a definitividade suprema do que somos: a imponderabilidade, a relatividade.

Viver é um embate insano e múltiplo ao mesmo tempo, de tempos inglórias e desvãos possuídos, onde nos traduziremos por subjetividades de imenso espectro, conquanto sejamos, não mais e apenas, vagas constelações que jamais saberemos compreender. A beleza vence os tempos e se apropria da eternidade, como o amor, essa sanha que se alastra e se ilumina, vislumbrando-se aos códices eternos, donde só chegaremos pela humildade. A natureza da arte é atingir a alma humana, de pertencê-la e ser dela copartícipe nas vastidões mais amplas possíveis.

Nossa empreitada é avançar. E a cada dia há um novo dispor. De auroras e poentes, circunstanciais a cada instante nesse exercício recorrente de sempre acreditar. A vida é um ato que independe de crenças, embora sejamos um acúmulo delas (mesmo as culturais), de uma lógica indeterminada. E, em si, nada mais simples – e nada mais complexo – que viver.

E diante da obscuridade das decisões, logo que chegamos da Europa, em 1971, a Fani e eu estávamos frente a um tremendo impasse, qual era, o de “onde morarmos”, a partir da longa viagem europeia. Após muito refletir, optamos pela rota inversa, a do Norte. Não aquela quase costumeira, a juiz-forana natural, do Sul, do mero descer a Serra de Petrópolis às vagas do mar em direção ao Rio, não. Preferimos a outra, inversa, a íngreme e insólita rompendo os contrafortes da Mantiqueira a levar-nos às sesmarias encantadas de Aleijadinho, Ataíde e Gonzaga, Guignard, Marcier e Drummond, às mesmas trilhadas ainda pelos conterrâneos de antes, Gilberto de Alencar, Murilo Mendes e Pedro Nava – da Velha Minas.

Com nossos sonhos perfilados e os olhos imantados de tanto brilho, viemos fincar raízes, buscar brumas sensações a aqui lançarmos as bases de uma nova matriz, desbravando a fonte de nossa dupla história – da Fani e a minha –, em Ouro Preto, onde estamos até hoje, na mesma casa matricial. E aqui, não só arte, não só cultura e pintura, mas essa cidade tornou-se o berço de nossas pérolas sublimes: as filhas Bli-ma (jornalista) e Larissa (atriz), onde as criamos e demos nossos sumos à família que construímos.

A arte talvez seja o advento mais natural da percepção humana, algo espontâneo que se processa sem querer, que nasce, sedimenta-se

e torna-se grandioso como um feito notável da necessidade indômita de seu criador. Que pode ser a qualquer momento, em qualquer idade, sem data alguma marcada. E lembro-me do ocorrido comigo mesmo naquele gesto adolescente. Eu tinha 13 anos e, num repente, um dia peguei um carvão, subi uma longa escada e lasquei direto no alto da parede, na garagem de nossa casa, esta frase tão singela, todavia já reveladora de alguma perplexidade, ainda que juvenil. Era assim: “Sou um simples que passa sem lugar definido”.

Essa terá sido minha primeira manifestação criativa, antes mesmo de me lançar à pintura, só ocorrido aos 15 anos. Desde então, não parei mais, seja com idêntico carvão que até hoje uso para desenhar as telas, sejam as palavras sobre folhas, com meu lápis 6B, como agora o faço no papel A4.

Voltando aos 13 anos, foi nessa idade que ingressei na Louçarte, uma fábrica de louças pintadas à mão, de meu pai. Lá trabalhei como operário por três ou quatro anos, moldando peças ou empacotando-as. Das riquíssimas experiências que tive. Trabalhava de dia e estudava à noite na Escola Normal. Na exposição realizada no Museu de Arte Murilo Mendes, em 2011, sobre tais louças, escrevi o texto – “Ar, arte, louçarte: cantata operária”.

Pintar e escrever são faces de um corolário incognoscível que se traduz nos estuários de minhas abstratas perquirições, de conhecer-me em espírito e espécie pelos desígnios artísticos. Por vezes escrevo, por vezes vou à paleta e me debruço no estirar de telas, gestos e cores.

A arte é uma hipótese metafísica e metafórica do gênero humano, que nela se lança e se expande em demasia. Pintar e escrever são, ambos, células uníssonas de emoções que se clareiam vertiginosas em átimos progressivos, desconcertantes, impiedosos, abissais.

O apenas visível é muito pouco, temos que seguir a dinâmica anímica de nossa essência, se quisermos conquistar a chama da grande arte. Faço minhas pinturas com o mesmo ímpeto que escrevo. Há uma clara analogia entre elas, e as cores se tornam palavras, como essas se revelam em cores dentro de uma sincronicidade, transcendente e estética, de extravasar sentimentos e utopias.

O meu ateliê é o recinto de minhas entregas e nele habito como um pássaro voa. Eu voo, ali, nesse pequenino espaço de minhas paixões, ouvindo Bach, Beethoven e Mahler, na Ladeira do Carmo, com a visão de Ouro Preto ao fundo, seus montes minerais e suas brancas igrejas salpicadas, que os vejo, implacáveis em delírios, o mesmo cenário, há quase meio século.

Queridos amigos e familiares, meus caríssimos confrades, conquanto a vida seja uma caminhada quase vã de meus próprios passos, não sei o que me traz a esta tão nobre Casa. Só – e o que me fica de provável –, talvez seja o meu próprio embate, entre estrelas e incertezas, entre o ser e o fabular, divagar vertigens de um gesto só, o tempo e o espaço, do que aqui na terra me ocupo – o só sonhar.

E de tanto cansar o que não vejo, principio e avanço às tênues hastes de um inquebrantável sonho: à luta de meu próprio instinto – a vida; à batalha de meu próprio destino – a arte.

Minha finitude se desvanece, mas me atiro nos braços do velho cavaleiro andante, não apenas como meu ídolo eterno quanto para encerrar este breve texto com as insignes palavras dele próprio, que me revigoram e me levam às lágrimas, sempre:

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender.*

Caríssimos acadêmicos, membros da Academia Mineira de Letras, aqui estou, bem o sabemos, pela dor de uma ausência, cumprindo os preceitos de uma cláusula, substituindo uma figura que partiu. E estou a fazer exatamente o impossível, creiam vocês, qual seja, suprir a despedida de um elevadíssimo homem, de saberes altíssimos e universais – o meu querido conterrâneo, professor Almir de Oliveira.

Dele todos vocês sabem, a pessoa de densa cultura que plantou sua vida sobre livros, a sempre estudar e redimensionar sua privilegiada inteligência, dedicando-se à ciência do Direito.

Para além de suas inumeráveis competências profissionais, foi um homem exemplar, totalmente dedicado à família e à sua esposa,

Joanna. E lá vinha ele, aquela figura de comovente simpatia, sempre sorridente, acolhendo a todos com imensa alegria.

Porém, desejaria lhes dizer de um algo por todos desconhecido – acontecido entre nós dois –, que foi exatamente pelas mãos de dom Quixote que nos conhecemos. Eu tinha uns 19 anos quando um dia ele apareceu lá em casa, propondo-me a que eu pintasse o famoso cavaleiro. Que, por acaso, foi não só nosso primeiro encontro quanto a primeira encomenda que recebi como pintor. Portanto, é por Cervantes que me ligo ao saudoso Almir e, por extrema coincidência, ora aqui estou a substituí-lo, por uma condição do destino.

Almir Assis de Oliveira nasceu em 8 de julho de 1917, filho de Aldemar de Oliveira Santos e de Isaura Assis de Oliveira. Casou-se em Juiz de Fora em 1947, com Joanna Vanelli, com quem teve quatro filhos: Igor, Dione, Lúcio e Tais. Tinha dez netos e cinco bisnetos.

Fez os estudos primários em Carangola e Raul Soares e os secundários em Ponte Nova e Juiz de Fora. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Juiz de Fora, hoje integrada à UFJF. Lecionou na Faculdade de Filosofia e Letras e História do Brasil na UFJF. Foi professor catedrático de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito de Juiz de Fora, tendo sido o primeiro ex-aluno admitido como professor.

Também dirigiu a Faculdade de Direito entre 1964 e 1971, tendo sido sub-reitor de Estudos Sociais. Era o diretor na Faculdade de Direito quando esta foi a primeira faculdade a transferir-se para o *campus*.

Foi advogado da Companhia Mineira de Eletricidade e chefe do departamento jurídico da Cemig em Juiz de Fora. Jornalista profissional, trabalhou no *Estado de Minas*, em Belo Horizonte, no *Diário Mercantil*, em Juiz de Fora, e no *Jornal Binômio*.

Escreveu os livros: *Gonzaga e a Inconfidência Mineira* (1948); *A solução jurídica do problema da paz internacional* (1950); *Duas Inconfidências* (1970); *Democracia e direitos humanos* (1983); e o *Parsifal de Wagner*.

Nossa Cadeira, de número 32, tem como patrono outra figura notável: o Marques de Sapucaí, aquele mesmo da famosa avenida do

carnaval carioca. Esse grande mineiro, Cândido José de Araújo, nasceu em Nova Lima, então Congonhas de Sabará, em 1793, e faleceu em 1875, aos 81 anos, no Rio de Janeiro.

Foi desembargador e político. Ministro da Fazenda e ministro da Justiça, conselheiro de Estado, deputado-geral, presidente de província e senador, de 1840 a 1875, eleito pela província de Minas Gerais. Ocupou as presidências das províncias de Alagoas e do Maranhão.

Por seu elevado nível intelectual e valores morais, foi nomeado mestre de Literatura e Ciências Políticas de D. Pedro II, então herdeiro do trono. Posteriormente, cuidou da educação da princesa Isabel.

Queridos presentes, gostaria de dividir as glórias deste instante com diversas pessoas: a Fani, aliada de meio século; as amadas filhas, Blima e Larissa; e também meu amado (e engraçado) netinho, Valentim; os queridos genros, Paulinho Moska e Ricardo Correa de Araújo. Dividi-las igualmente com meus inesquecíveis pais, da grande aventura; e esses companheiros eternos, os manos que partiram, Celina, Nívea e Décio; e você, irmão querido Paulinho, aqui presente; e a cunhada Stella (prima do professor Almir) para sempre mestra minha literária.

Profundamente, compartilho com aqueles queridos tios, muito mais que tios, nossos ícones imemoriais da vida inteira; também os primos e sobrinhos. Aos amigos agradeço. Muitíssimo. E são tantos, sobretudo ao querido Ângelo Oswaldo, por cujas mãos acabo de adentrar os umbrais desta Casa. E aos acadêmicos e à Academia toda minha imensa gratidão.

B – Luís Giffoni

Recebendo Luís Giffoni na Academia Mineira de Letras¹

Olavo Romano

Baependi, Maependi, na fala dos primitivos habitantes, é aprazível cidade da Mantiqueira, “a serra que chora”, e significa “terra de lindas paisagens”, segundo os poetas locais. Ou “rio do monstro marinho”, na origem tupi.

A cidade, remanescente do Ciclo do Ouro, desenvolveu-se ao longo da Estrada Real, a primeira grande via de comunicação regular no Brasil. A profunda religiosidade de seu povo foi premiada pela recente beatificação de Nhá Chica, que deverá atrair fiéis em número cada vez maior, podendo transformar o lugar em importante polo de turismo religioso.

Sendo Luís Ângelo da Silva Giffoni, nosso novo acadêmico passa a integrar, desde logo, a tríade celestial da Casa, na ilustre companhia de um Oswaldo e um Machado.

Criado entre livros e escritores, entrou para o primário já lendo correntemente. Os pais – Dr. Cícero, médico; dona Alice, professora formada – praticavam o que chamavam de “culto à cultura”.

¹ Discurso proferido no dia 25 de maio de 2017, durante solenidade de posse de Luís Giffoni na Academia Mineira de Letras.

A biblioteca do tio José abrigava dez mil volumes. Da irmã Nísia Giffoni ganhou a coleção completa de Monteiro Lobato, que devorou de cabo a rabo, arrebatado pelo encantamento. Lobato, amigo do avô Pedro, era o ídolo da família toda. Júlio César de Melo e Sousa, o Malba Tahan, o homem que calculava, era também um amigo próximo. Um enorme volume do Quixote, bilíngue e ilustrado, tinha que ser apoiado nas pernas do menino para passar as páginas. Mas valia a pena.

José, o tio, era advogado, ex-seminarista, falava latim ou italiano.

Os professores eram bons, o aluno dava gosto, estímulo era o que não faltava. Leitor voraz, com 8 anos, planejou um romance, passado na Amazônia, um pico muito alto, numa floresta densa, com animais pré-históricos. Mais tarde, reconheceu o Pico da Neblina como o cenário adivinhado de sua história e soube que Conan Doyle escrevera uma aventura passada na região.

Menino de calça curta, veio fazer o admissão no Padre Machado. Era o primeiro rito de passagem para os jovens estudantes da época: deixar a família, enfrentar sozinho os desafios da vida. No internato, sentia saudade de casa, da comida, do quarto, do quintal, dos parentes, dos amigos e dos brinquedos. Da placidez de sua terra, ancorada no Circuito das Águas, o frio gostoso, o tempo passando devagar. As boas tardes de domingo no campo de futebol, torcendo pelo Botafogo local; ou, em frente à televisão, pelo Botafogo do Rio, a estrela solitária de tantas glórias. As brincadeiras de rua, pelada, pique, bente altas, bola de gude. Andar na enxurrada, barquinho de papel em imaginária viagem, cachoeira barulhenta, espuma de sapo borbulhando, medo de frieira, perigo de pegar cobreiro.

Ah, e as festas religiosas – missa, leilão, ladainha, barraquinha e procissão?! Emocionava-se na Semana Santa. O sermão das sete palavras, os passos da paixão, as beús, as matracas, o sudário com a face de Jesus... E a Verônica, que cantava tristemente: *O vos omnes qui transitis per viam: Attendite et videte si est dolor sicut dolor meus?!* Costumava dormir pensando nessas coisas. Depois, em sonho, via e revivia tudo outra vez.

No Padre Machado, virou bibliotecário do colégio. Catalogava cada exemplar, fichas datilografadas no maior capricho. Impressionado

com tanto livro de filosofia, mergulhou nos clássicos. Adorava Platão e Aristóteles. Encantou-se com *O banquete*, *A república* e *A ética a Nicômaco*. Pedia livro a amigos e conhecidos, ajudava a ampliar o acervo da biblioteca. Um dia, no começo de 1964, aparece um tenente fardado, inquirendo sobre as posições políticas do bibliotecário, meninote de 14 anos, pronto para conduzi-lo ao Dops se comprovasse tendências subversivas.

Concluído o segundo científico, foi fazer intercâmbio nos Estados Unidos. Aprofundou o estudo de Shakespeare, que conhecera com Haidée Bittencourt, no Teatro Universitário. A obra monumental do Bardo bloqueou-lhe o sonho de escrever, cuidadosamente cultivado desde a infância. Por que escrever, diante daquele monstro da criação e da criatividade, que já havia dito tudo com tanta maestria? “Custei a me desvencilhar da angústia da influência, como disse Harold Bloom”, lembra nosso acadêmico. Livrou-se da cilada pensando: primeiro, todo o mundo gosta de histórias e alguém tem de escrevê-las. “Por que não eu, que gosto tanto de escrever?”. Segundo: as experiências são pessoais, cada um tem sua visão do mundo. Por que não transmitir a minha, que ninguém jamais teve? Terceiro: o presente possui características diferentes de todos os outros tempos. Cada escritor, imerso na cultura, na ciência, na arte, na religião e na filosofia do presente, talvez possa traçar um esboço desse tempo. Tarefa arriscada. Mas escrever, como viver, é perigoso. “Assumi o risco”, resolveu ele, afinal.

Estudando na Universidade da Califórnia e morando em Los Angeles, Giffoni foi assistir à apresentação de uma banda de *rock* que fazia o seu segundo *show*. Havia umas 30 pessoas na plateia. No final, o líder do grupo, um cabeludo simpático e confiante, disse: “A gente não é conhecido ainda, o começo é assim mês”. E convidou: “Vamos tomar uma cerveja?”. O jovem estudante brasileiro ganhou um disco autografado: “Jim Morrison”. Uma semana depois The Doors arrasou na TV com *Light my fire* e não parou mais. Quando Giffoni pediu de volta o disco que emprestara a um colega, ele garantiu: “Pode me matar que eu não devolvo”. Era um dos primeiros fãs da banda.

A paixão pela literatura nunca arrefeceu. No Padre Machado, envolvido no prazer da literatura e da escrita, ganhou o primeiro lugar num concurso de redação do ginásio; no científico, o campeão foi

Márcio Sampaio, futuro confrade nesta Casa. Estudante de Engenharia, aproveitando o domínio do inglês, estudou literatura norte-americana no Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (ICBeu).

Na hora do vestibular, vacilou entre Física e Engenharia. Quase escolheu Física, pensando numa pós-graduação em Cosmologia, que começou a fazer depois de formado. Literatura, a paixão da vida inteira, não dava camisa a ninguém; por isso, submergiu à espera de melhores tempos, confiando que o contador de histórias retornaria. Optou pela Engenharia Civil. Sempre gostou de física e matemática e nunca viu incompatibilidade entre as artes e as ciências exatas. Além do mais, vivia-se o chamado “milagre econômico”, grandes obras por todos os cantos, mercado de trabalho cheio de oportunidades. Estagiário de uma grande empreiteira durante três anos, visitou obra no Brasil inteiro, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Na companhia de dois topógrafos, mergulhou na floresta demarcando o eixo da Transamazônica. De noite, onça esturrava como se estivesse do lado da rede. Comida era farinha com carne seca, jogada de avião na clareira, num saco de aniagem. Dormia com o revólver no colo, bendizendo os duros tempos da Infantaria, no CPOR.

Uma noite, o acampamento foi invadido por 300 índios, nunca contatados antes. Eram os kranhacãrore, e não os índios gigantes, de quem se falava com grande temor. Por orientação da Funai, ninguém reagiu. Puseram todo mundo nu, saquearam o acampamento. Levaram a mulher de um peão, que encontraram debaixo da cama, enrolada num colchão velho – mesmo ela gritando, esperneando, esbravejando, apavorada. Quando foram buscá-la, um dos membros da comissão estava gripado. Uma semana depois, metade da tribo tinha morrido. Entrou o álcool, 30 anos depois morreu o último sobrevivente do grupo.

Casou-se em 1972, com 22 anos – ainda estudante, mas já empresário de sucesso. Construindo moradias, fóruns e cadeias, escolas e bancos em dezenas de cidades mineiras, chegou a ter mil empregados.

Em 1973, nasce Adriana, mãe de Maria, e hoje, vivendo em Londres, é alta executiva de um grande banco. Patrícia, mãe de Giulia e Marina, é engenheira civil, como o pai foi um dia. Guilherme, o caçula, é administrador de empresa, pai de Luiza e Vitor. Os genros, Rafael e Matheus, e Fabiana, “a nora mais querida”, ajudam nesse amoroso com-

boio de que nosso mais novo acadêmico tanto se orgulha. O momento em que se tornou pai é o mais emocionante de sua vida, permanece vívido em sua lembrança. “Ter um filho no colo deve ser a mais gratificante experiência gravada em nossos genes”, garante.

Com a empresa de vento em popa, trocou o projeto de estudar astrofísica no exterior pelo curso de Astronomia na UFMG. E foi assim que órbitas misteriosas que gravitam sonhos vieram trazendo de volta a antiga paixão pela escrita, deixada de lado nos tempos do vestibular. Certa ocasião, enquanto acompanhava o trabalho entre níveis e fio de prumo, pegou-se indagando se, mesmo tão bem-sucedido profissionalmente, estava feliz na engenharia. Morreria realizado? Então, voltou a escrever. Um dia, enquanto anotava ideias para um conto, o encarregado bateu no vidro do escritório: “Ô, doutor, tá precisando 200 parafusos, 200 porcas, 100 dobradiças. Urgente, viu?!”. No susto, jurou: “É a última obra que eu faço. Depois, só literária”.

Aos 35 anos, determinação e coragem de sobra, fé e confiança na guinada que seu coração tanto pedia, obteve o apoio da família, e vendeu a empresa, determinado em transformar o engenheiro de sucesso em escritor de tempo integral. Fundou a Pulsar, editora pela qual publicaria a maior parte dos seus 25 livros – romances, contos, crônicas, ensaios e novelas juvenis.

Mão na massa, pés no mundo

Em 1988, viajando com a família pela Alemanha, recebeu a primeira boa notícia de sua nova carreira: *A jaula inquieta*, Ed. Scipione, livro de contos com temática variada (desde preso preparando o suicídio até a busca de Deus na maior montanha de Marte, fora premiado entre 1.600 obras no Concurso Nestlé). Um primeiro filho chegar fazendo bonito assim era vento benfazejo confirmando o acerto da corajosa escolha.

Em *Os pássaros são eternos* (Ed. Formato), novela juvenil de 1989, menino encontra pássaro que fala, o pássaro some na adolescência e volta na velhice, quando o personagem, já avô, dá vinho aos netos e volta à infância. A história encantou o Brasil e a América Latina. Muito popular no México, foi recentemente apresentada na inauguração de teatro em Guadalajara.

O ovo de ádax (Ed. José Olympio), 1991, romance que brinca com os *best-sellers*, num jogo de amor, poder, sedução, aventura e tráfico de drogas.

Com *Tinta de sangue*, 1998, inaugura a Pulsar, editora pela qual publica vários de seus outros livros. O romance, passado em Belo Horizonte, aborda o conflito entre um *serial killer* perseguido pela polícia e um delegado corrupto, com o embate final acontecendo na Rua Capivari, na Serra.

A árvore dos ossos (Pulsar), 1999, prêmio nacional de romance da Prefeitura de Belo Horizonte, simboliza a luta interna entre razão, emoção e desejos. Tendo a Mantiqueira como cenário, o romance narra a luta pelo poder entre o filho caçula (racional e amoral), a matriarca autoritária e manipuladora e o cunhado que trabalha, age vigorosamente e se sente com mais direitos do que seus oponentes.

Em *Adágio para o silêncio*, romance, Pulsar, 2000, dona Teliha, poderosa matriarca do Sul de Minas, cria engenhoso meio de estar presente à reunião de família durante o velório. Mais do que no título, o silêncio do editor foi quebrado, depois de longa espera, por um telefonema: “Estou devolvendo o original. Infelizmente, o livro é muito literário, não dá para publicar”. Giffoni respondeu: “Que coincidência: acabei de saber que o livro foi selecionado para o Jabuti”.

A verdade tem olhos verdes, romance, Pulsar, 2001 – selecionado para o Prêmio Jabuti, é a história de um homem que mata o sogro e a mulher grávida para assumir as empresas da família. Delírio do personagem que vive num hospício, a trama precede de pelo menos um ano o enredo de *Cabo do medo*, estrelado por Robert de Niro, com enredo semelhante.

Infinito em pó, romance, Pulsar, 2004 – ficção científica, focalizando métodos da dominação e da tirania. Viagem a Alfa Centauro em 2192, humanos e máquinas interagindo, seres cibernéticos com genética própria. Prevê-se descoberta de planeta ao redor da estrela, situação recentemente confirmada.

China – o despertar do dragão, ensaio, 2007, Leitura: focaliza história recente da China, seu desenvolvimento depois de Mao Tse-

-Tung. Resultado de muitas viagens por todo o país, intensas pesquisas, inúmeras entrevistas, é um livro profético.

Retalhos do mundo, Leitura, 2011: crônicas de viagem por Chile, México, Argentina, Indonésia e Egito e por uma das regiões mais turbulentas do planeta: Caxemira, Paquistão, Índia, China, Nepal, Tibete, Afeganistão. Viu soterramento de escaladores do Himalaia, comeu cobra na Indonésia, dirigiu dez mil quilômetros nos Estados Unidos.

Embora seja possível viajar em volta do próprio quarto, como fez Xavier de Maistre no final do século XVIII, nosso mais novo confrade gosta de conhecer o mundo, enriquecendo seu já mais que fornido acervo de experiências. Fascina-se com a diversidade de lugares, de pessoas, de histórias, de costumes e legados. Além do Himalaia, escalou os Andes argentinos, chilenos, bolivianos, colombianos e peruanos. No Peru, conheceu Vale de Huallaga, santuário onde se abrigou por décadas o Sendero Luminoso. De Cusco a Machu Picchu, fez a Trilha Inca de Salkantay, nas pegadas de Hiram Bingham em busca da magnífica Cidade Perdida dos Incas.

Para escrever *O pastor das sombras*, romance, Pulsar, 2009, e reconstituir a época e a viagem de dom frei Manoel da Cruz, primeiro bispo de Minas Gerais, desde São Luis, andando a pé, a cavalo, de canoa, para chegar quase morto a Mariana, depois de um ano e meio, Giffoni pegou barco, moto-táxi, cavalo, ônibus, caminhão, andou léguas a pé. Atolou na poeira, perdeu-se na caatinga. Sem água, lanhado, extenuado, suor pingando, chegou, finalmente, à Serra da Boa Vista, local da última missa do bispo em terras nordestinas. Aprendeu, na própria carne, que o ofício de escrever às vezes pede sangue e suor.

Em *O fascínio do nada*, Pulsar, 2010, e *O acaso abre portas*, crônicas, Abacatte, 2014, reunindo crônicas e ensaios, muitos publicados na *Veja* e n' *O Tempo*, Giffoni lança um olhar sobre a atualidade, focalizando a diversidade humana.

Reconhecimento

Vários de suas obras tornaram-se objeto de estudos acadêmicos, foram traduzidas e adaptadas no Brasil e no exterior. Sua peça *In memoriam* foi encenada pelo Oficínio do Grupo Galpão, entre 2004 e

2005. *Os pássaros são eternos* foi transformado em peça teatral no México, percorreu diversos países e, no dia 30 de abril último, inaugurou o Teatro para la Niñez, no Centro Histórico de Guadalajara. Dentre os muitos prêmios recebidos, citam-se: Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) (1999), Jabuti de Romance (2002), Bienal Nestlé de Literatura (1988), Minas de Cultura – Prêmio Henriqueta Lisboa (1988), Prêmio Nacional de Romance Cidade de Belo Horizonte (1994), Prêmio Nacional de Contos Cidade de Belo Horizonte (1995), Melhor Livro do Júri Infantil da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) (1990) e International Board on Books for the Youth (IBBY). Participou da Feira de Bolonha, Frankfurt, Montreal, Lima, Santiago, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Festejado palestrante em todo o Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, Luís Giffoni mora em Belo Horizonte, tem três filhos e seis netos.

Premiações

Comentários:

“Postmodern, brilliant, somber tales with strong literary echoes (Kafka, Lispector, Shakespeare, and Marlowe)”

Handbook of Latin American Studies, Library of Congress, Estados Unidos.

“An entertaining prose to reflect on contemporary culture”.

Handbook of Latin American Studies, Library of Congress, Estados Unidos.

Testemunhos

Angelo Oswaldo: Enriquece a Academia, e a fortalece, a presença de um autor de ficção. É ele o representante do mais instigante e sedutor fazer literário diverso da poesia. Giffoni é um escritor e isso faz bem à Academia.

Dagmar: Depois de elogiar sua produção, superlativa e abundante, Dagmar Braga afirma: “Percorrer sua obra é ter a garantia de uma incansável investigação do ser humano, seus sonhos, paradoxos,

desejos, lutas, conquistas e fantasmas, nos labirintos da contemporaneidade”.

Chico Mendes (Francisco de Moraes Mendes, escritor e jornalista): Como lembra o escritor e jornalista Francisco de Moraes Mendes, amizade de 30 anos, consolidada em torno da literatura, Giffoni dilata o tempo com tal engenho e arte que é possível encontrá-lo nas minas de ouro ou atravessando a Alpha Centauri, a bordo de uma nave espacial, mil anos depois da chegada de Colombo à América. A literatura permite a Giffoni dar vazão à sua inquietação. Não por acaso, seu primeiro livro publicado tem por título *A jaula inquieta*. A matéria do conto que nomeia o livro é justamente o tempo. *Tempus edax rerum*, diz o personagem. Sim, o tempo devora tudo.

Rogério Tavares: Sua obra, já consolidada, é mais uma comprovação da qualidade dos escritores mineiros. Além de seu valor literário, também se agrega à Casa de Alphonsus de Guimaraens, agora, um confrade de convivência fraterna e suave, o que melhor simboliza o espírito acadêmico. Seja bem-vindo, amigo.

Caio Maciel: Caio Junqueira Maciel, das lonjuras lusitanas encurtadas pela tecnologia, lembra o discurso de um tio do Giffoni na inauguração do Cine Vitória, de Cruzília, no início dos anos 50 e diz: “Quisera ter agora o autofalante desse cinema para lançar aos quatro ventos do Sul de Minas e adjacências desses brasis as qualidades desse escritor que, além de ser amigo leal, é erudito, irônico, plural, profundo, inquieto, perturbador. Com suas crônicas, contos e romances, Giffa propõe encruzilhadas de leituras, associa a alta literatura com elementos populares [...]. Um mago da expressão, sua ficção transita entre o jogo verdade e mentira. Um escritor satírico, mais do que psicológico ou filosófico, Luís Giffoni é a prova viva de que a literatura não morre nunca”.

Benito Barreto: Para Benito Barreto, a eleição e posse de Luis Giffoni representam uma vitória e conquista, a um só tempo, do escritor e da Casa. Com a autoridade e competência mais que comprovadas numa vida inteira dedicada aos meandros da história de Minas, dissecou *O pastor das sombras*, romance em que o autor recria e narra, ficcionalmente, “a vida quase lenda e bandeira de longo curso por terra e águas

que foi o périplo de quatro mil quilômetros, São Luís, a beira-mar, no Maranhão, a Mariana, em Minas, ainda moça e de pés no chão, por seu biografado em terra e personagem na ficção, dom Manuel da Cruz, com mandato do papa, em Roma, e do seu rei, em Lisboa, para fundar ali beirando o Ribeirão do Carmo o primeiro Bispado das Minas dos Gerais no Centro do Brasil”.

Sérgio Fantini: Sérgio Fantini, amizade selada com *O ovo de ádax*, de 1990, conta: “tive o privilégio de ler quase todos os seus originais, um lucro para mim, que aprendi muito de literatura com isso”. Há pouco tempo, entre cervejas e conselhos mútuos sobre cuidados com a saúde, listei seus títulos preferidos, seguidos de sóbria fundamentação: *O ovo de ádax*, “principalmente por nos mostrar que nunca seremos *best-sellers* (estamos mais para Peter Sellers, panteras cor-de-rosa num mercado surrealista); *A árvores dos ossos*, pela maestria no domínio da linguagem; *O pastor das sombras*, pela eficaz utilização da pesquisa histórica e pela linguagem criativa. Sem falar nos relatos de viagem. “Giffoni é um generoso *globe trotter* que compartilha suas experiências, sempre adornadas pela ágil mão do ficcionista e calcadas em sua experiência de vida”, observa Fantini, antes de concluir: “Este é um romancista *strictu sensu*, um contador de longas histórias, um criador de personagens e situações como os grandes escritores são. E é o que ele é”.

Branca: Luís Giffoni é um escritor dado a escalar alturas, sejam elas picos gelados, vulcânicos ou meramente fictícios, através dos gêneros que se mesclam em sua prosa eclética. Ao se deixar seduzir pela Academia Mineira de Letras, que ora se renova e ora se reinventa com insuspeita energia, concluímos que todos sairão ganhando nesta troca em que o abraço é o abraço que conta, o novo laço, a parceria que há de render pomar, horta, jardim. Além de palestras, saraus e... livros!

Antenor Pimenta: Conheci Luís Giffoni em 1988. Ele, construtor. Eu, profissional da área financeira. Imediatamente, tornamo-nos amigos. E passamos a compartilhar muita literatura. Nosso grupo reunia gente como Carlos Herculano Lopes, Antônio Barreto e João Batista Melo. Já naquela época, eu dizia que o engenheiro Giffoni, munido de inteligência e talento, trocara as linhas retas e curvas da construção civil pelas linhas tortuosas linhas da literatura. Isso requer coragem, e ele fez essa transição com competência e sensibilidade.

Dentre seus livros, destaco: *A jaula inquieta* e *O ovo de ádax*. Salve, Giffoni. A Academia Mineira de Letras merece receber um artista com o seu talento. Que bom tê-lo ao nosso lado.

Tributo aos que nos antecederam

A Cadeira 33, que o acadêmico Luís Giffoni passa a ocupar, tem como patrono Edgar da Matta Machado (1878-1907). Foi fundada por Mário Antônio de Magalhães Gomes (1885-1937), sendo seus sucessores Aires da Mata Machado Filho (1909-1985), Nansen Araújo (1901-1996) e José Crux Rodrigues Vieira (1920-2016).

Presto a cada um deles o tributo da gratidão e do respeito, mas deixo ao novo confrade a nobre missão de focalizar-lhes, com mais vagar, o caminho de suas vidas e o rastro de suas obras.

Em breves palavras, assinalo que:

O patrono, Edgar da Matta Machado ou Edgar Matta (1878-1907), nascido em Ouro Preto, conhecido como “o poeta da agonia”, também considerado o “Verlaine brasileiro”, era admirado por Drummond e Frieiro. Viveu apenas 29 anos e influenciou modernistas como Manuel Bandeira.

O fundador, Mário Antônio de Magalhães Gomes (1885-1937), ou Mário Magalhães, foi também, aos 24 anos, um dos jovens fundadores de nossa Academia, na noite de Natal de 1909. Natural de Juiz de Fora, estudou Farmácia em Ouro Preto. Em Juvêncio Pacau, retrata o sertão, sua linguagem e seus costumes. *Neste vale de lágrimas* é um livro de contos e crônicas, enquanto em *O fim* rememora sua vivência como estudante em Ouro Preto. Festejado professor de física e química, atuou na imprensa, especialmente em *Radium* e *Farol*, em cujas páginas preservou-se, muitas vezes sob pseudônimo, grande parte de sua produção.

Aires da Mata Machado Filho, natural de Chapada do Norte, um dos mais eruditos intelectuais de Minas, com fecunda atuação na cátedra e na produção histórica, folclórica, filológica e literária. Homem de rara modéstia, intelectual infatigável, venceu com tenacidade sua forte deficiência visual, legando-nos extensa e fecunda obra, com a

qual granjeou amplo e merecido reconhecimento. De terno e gravata, chapéu de feltro e a inseparável pasta de couro, podia ser visto no ponto do ônibus da Contorno, perto da Espírito Santo. Em casa, na Rua Siderose, rodeado de filhos e livros, trabalhava arduamente. Atendia pelo telefone a intermináveis consultas sobre gramática, redação, filologia e etimologia, depois publicadas em sua coluna. Pelo conjunto da obra e sua notável contribuição à cultura do País, recebeu o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Sua bibliografia abrange cerca de 50 títulos, especialmente o campo da Linguística, da Filologia e da História, e revela o infatigável e cuidadoso pesquisador, que também foi mestre na cátedra e na tribuna.

Pesquisando nossos usos, costumes e tradições, contribuiu poderosamente para que o folclore mineiro revelasse sua pujante riqueza e para a criação da Comissão Mineira de Folclore, da qual foi presidente por muitos anos.

Como jornalista, produziu elevadíssimo número de editoriais, artigos, entrevistas e notas, especialmente em *O Diário*, o chamado *Diário Católico*, no *Estado de Minas* e no *Minas Gerais*, de que foi redator, além de sua destacada atuação no *Suplemento Literário*, ao lado de Murilo Rubião.

Nascido em Rochedo, Nansen Araújo (1901-1996) foi médico, professor, empresário, jornalista, poeta sensível e pensador refinado, tendo trocado a medicina pelo aperfeiçoamento de aparelhagem médica. Sua escrita, inconfundivelmente elegante, identifica seus textos científicos e literários. Numerosas e importantes condecorações e honrarias testemunham o reconhecimento por sua atuação como empresário e homem público com marcante presença em variados campos da atividade, tais como as presidências da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da Fundação Clóvis Salgado, do Conselho Curador da Fumec e do Conselho Industrial do Estado (Coind). Foi Presidente da Nansen S/A – Instrumentos de Precisão – *holding* de um grupo de quatro fábricas, uma das quais situada na Colômbia. Presidiu o Conselho Consultivo da Fiat Automóveis. Sua passagem pelas presidências da Federação das Indústrias de Minas Gerais e do Centro das Indústrias de Minas Gerais se notabilizou pelo compromisso com a arte e a cultura, compromisso honrado pelas

gestões seguintes. Importante legado seu é a Orquestra de Câmara do Sesiminas, fundada durante sua gestão. Honrando a memória de seu pai, instituiu a Fundação José Pedro de Araújo, que outorga um prêmio anual para o melhor trabalho científico realizado no Brasil nas especialidades de Virologia, Genética e Imunologia.

Guardo comigo, com especial cuidado, o exemplar de *Luz Vacilante*, com gentil dedicatória do autor, testemunho de sua refinada poesia.

A vida de José Crux Rodrigues Vieira (1920-2016), terceiro sucessor na Cadeira 33, longa e fecunda. Sua exemplar trajetória de homem público e professor, sua obra literária, inspirada, múltipla e consistente e sua dedicação a esta Casa serão apropriadamente examinadas pelo acadêmico Luís Giffoni, que daqui a pouco assumirá esta tribuna, no momento mais esperado desta noite.

Ao reverenciar a figura ímpar do saudoso acadêmico, quis prestar a homenagem de meu apreço a dona Virgínia e aos queridos Maria Virgínia, que encontrei nas salas de aula do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Maria José e Maria Vitória e ao prezado desembargador José Marcos, de quem tive a honra de ser colega na antiga Procuradoria Geral do Estado.

Aqui se encontram o jovem e o idoso, o caminhante em início de carreira e o poeta consagrado. José Crux nos revela, no princípio e no fim, a esperança, a palavra-síntese de sua obra. A esperança é irmã do sonho, a matéria-prima de que somos todos feitos. A vida é sempre esperança, senhoras e senhores. Mesmo nos piores momentos, haverá sempre esperança. Sem ela nada somos. Sem ela não sobreviveremos. Muito obrigado.

Discurso de posse na Academia Mineira de Letras¹

Luís Giffoni

Acadêmica Elizabeth Rennó, presidente da Academia Mineira de Letras, acadêmicos Olavo Romano, caros confrades, caras amigas, caros amigos:

O que leva uma pessoa a pleitear uma cadeira na Academia Mineira de Letras? Seria a vaidade, que nunca sai de moda? Seria a ostentação de um título outorgado por uma entidade mais que centenária, mais que respeitada e querida? Seria a ilusão de uma imortalidade que não existe, imortalidade que, mais cedo que tarde, levaremos para o túmulo e para o esquecimento? Seria o convívio com pessoas ilustres, para as quais a literatura e a cultura ocupam papel importante em suas vidas, para quem a reflexão ainda significa muito, para quem pensar o mundo ainda compensa? Seria a proximidade com milhares de livros que já passaram pelas mãos de mineiros notáveis, um acervo que preserva o melhor que a humanidade produziu? Seria um momento de desvario deste escritor?

Estreitei ainda mais o contato com esta egrégia Academia Mineira de Letras, ao ministrar aqui uma Oficina sobre Contos e Crônicas. Há muito conheço a AML. Fui trazido por acadêmicos que me convidaram para participar da entidade. Concluí que não era chegada a hora. Meses atrás, no entanto, ao percorrer os salões do Palacete Borges da Costa, enveredar-me pelas inúmeras prateleiras com obras de todos os continentes, ao sentir o cheiro dos livros, essa fragrância que

¹ Discurso proferido no dia 25 de maio de 2017, durante solenidade de posse na Academia Mineira de Letras.

me inebria, ao encontrar vários acadêmicos e dividir com eles horas de conversa prazerosa, ao tomar conhecimento dos currículos e preferências dos outros acadêmicos e saborear o futuro contato e intercâmbio que poderia ter com eles, ao imaginar a troca de opinião sobre nossos autores e assuntos prediletos, ao respirar o sonho de tantos que aqui lutaram e lutam pela preservação, pelo estudo e pela divulgação da cultura, da língua e da literatura, em defesa do aprimoramento da educação no Brasil, encontrei a coincidência de objetivos entre essa entidade e minha vida.

Era chegada a hora. Submeti meu nome à apreciação desta Casa – e ela me acolheu. Acolheu-me com carinho. Acolheu-me de braços abertos. Obrigado, senhores acadêmicos, pela confiança em mim depositada. Não faltarei ao compromisso com a Casa de Alphonsus de Guimaraens. Obrigado, caro Olavo Romano, pelas palavras com que me saudou. As gentilezas do amigo se sobrepõem às qualidades deste escritor. Para mim, o privilégio de ser recebido pelo ex-presidente da Academia Mineira de Letras, o homem que abriu as portas da Casa a um maior público e a inúmeras atividades culturais, me provoca forte emoção. Através de você agradeço a todos a força que me deram. É uma honra muito grande fazer parte da Academia Mineira de Letras.

Este será para sempre um momento muito especial em minha afetividade e memória. Também na afetividade e na memória de minha família aqui presente. Obrigado, Adriana, obrigado, Patrícia, obrigado, Guilherme, filhos queridos. Vocês foram fundamentais quando o engenheiro deixou a carreira para se arriscar como escritor. Sei como a mudança os marcou. Obrigado a vocês três e também à Fabiana, ao Matheus e ao Raphael pelos netos que me deram, Luiza, Giulia, Marina, Vitor, Maria e Teresa. Obrigado, Cristina, minha companheira, pelo suporte na incerteza das horas e na crítica das obras que produzi. Você, também escritora, conhece como ninguém as agruras de duas vidas dedicadas à literatura. Obrigado também pelos dois netos que me deu, a Camila e o Nicholas.

Sim, senhoras e senhores, o objetivo da AML, difundir, estudar e preservar nossa cultura, nossa língua e nossa literatura, em defesa do aprimoramento da educação no Brasil, é um objetivo que enobrece qualquer vida. Ou vidas.

A busca da Academia Mineira de Letras coincide com a minha. Sem cultura não teremos personalidade própria, não saberemos quem somos, não saberemos a que viemos, não saberemos o que desejamos para nós, para nossas futuras gerações e para o convívio com outros povos, não nos balizaremos diante dos conflitos, estaremos fadados ao descaso alheio. Sem cultura, seremos manipulados, sucumbiremos a interesses de quem se diz melhor e mais aquinhoado. E os que garantem portar a verdade, a única verdade, desde que nos submetamos a eles, renascem a cada dia e não receiam dominar quem não se valoriza, quem não sabe se aquilatar, quem não desenvolveu sua própria visão do mundo, quem não exercita o senso crítico. Basta examinar a história recente para descobrir quantos países sucumbem diante de estrangeiros que se apresentam como vencedores, como portadores de valores, realizações e autores mais brilhantes, sem qualquer modéstia. O rolo compressor é tão poderoso que nos convenceram de que Coca-Cola com Big Mac é comida e faz bem. Que tal contra-atacar mineiramente com um frango com farofa? Hummm... Pois é, senhoras e senhores, cultura também é essa vergonha que às vezes temos de nos assumir como somos, com nossos gostos e tradições, com nosso delicioso franguinho com farofa. Há um longo caminho pela frente até nos enxergarmos sob o holofote que merecemos.

Nossa língua é nossa alma, nossa essência, nossa primeira formação, nossa sensibilidade. Somos em boa parte engendrados pela estrutura linguística. Até nosso cérebro se adapta às necessidades de nossos fonemas, de nosso léxico, de nossa gramática. Nenhuma outra língua usa as mesmas estruturas cerebrais que o português, em igual intensidade. A língua nos torna únicos, unicidade que nos traz identidade. A língua portuguesa molda desde nossos neurônios até a nação brasileira.

Nossa literatura é nossa personalidade, nosso modo de pensar, nossos anseios e nossas frustrações. Entender a literatura de um povo é entender esse povo. Não por outro motivo alguns países pretendem guardar em suas bibliotecas todos os livros publicados, pois sabem que quem conhece a literatura de um povo conhece esse povo. Que valor damos hoje à nossa literatura? Quantos livros os amigos que aqui me prestigiam leram em 2017? Se lhes dissesse que a ficção, além de entre-

ter, informar, divertir e nos oferecer o divino prazer, ela também ajuda nosso cérebro a pensar melhor, mais rápido, por mais tempo, vocês abandonariam o hábito de não ler?

Eis um fato comprovado por cientistas do mundo inteiro, senhoras e senhores: ler literatura, ler ficção, ler fantasia, ler para voar, ler para viajar no tempo, no espaço e na mente alheia, ler para curtir ajuda-nos a viver mais e melhor, ajuda-nos a enxergar o outro, a ver sob o olhar do outro, a ser mais tolerantes, a desenvolver o senso crítico, a ser cidadãos conscientes. Mais que nunca precisamos ser cidadãos conscientes. Mais que nunca precisamos de uma nação de leitores.

Nasci em Baependi, cidade do Sul mineiro de rica tradição histórica e religiosa. Minha terra acolheu muitos imigrantes italianos, dos quais descendo. Minha terra é a de Nhá Chica, santa genuinamente brasileira. Lá estão as raízes de meu amor pela cultura, legado por parentes, conhecidos, amigos e professores. Meus pais, Alice e Cícero, e meus tios José e Mário me mostraram como a vida se multiplica com a literatura. Nem bem comecei a ler, encheram meus olhos de livros. Agradeço-lhes *in memoriam*. Minha irmã Nísia me alimentou com toda a coleção de Monteiro Lobato, que jogou pó de pirlimpimpim em minhas asas de menino. Obrigado, Nísia. Receba por todos os demais parentes minha gratidão.

As histórias encheram-me a cabeça de prazer, o divino prazer. Em determinado momento constatei: as histórias não caem do céu. Para que existam, alguém há de escrevê-las. Por que não eu, que as amo tanto? Então comecei a rascunhar meus primeiros contos. Aos oito anos me aventurei num romance, abortado na décima página. Assim tem sido nos últimos 50 anos. Escrever é uma aventura. Escrever é perigoso. Escrever significa jogar pela janela nosso bem mais precioso, o tempo, quando chegamos ao fim do dia sem produzir uma simples linha digna de nota – e com que enorme frequência isso acontece. Escrever é frustrante. Escrever é como lançar ao espaço uma dúzia de bolas e movimentá-las de um lado a outro sem que caíam. Escrever é imprimir as pegadas da época em que vivemos, reinterpretar, ao sabor de cada século, nossa imutável condição humana. Escrever é tentar dizer o que ninguém disse, mesmo sabendo que 40 milhões de livros já foram publicados. Escrever é quixotesco.

O escritor é um enxerido. Escreve por paixão, sem que lhe tenham pedido para fazê-lo. Palpita, interpreta, inventa, delira, projeta, erra, acerta, erra. Até mente no texto, se preciso for. Engana o leitor. Fornece pistas falsas durante a trama. Seu compromisso é com a criação, com a arte. É um vasto generalista, alguém atento ao macro e ao micro, apaixonado pelo passado e pelo futuro, alguém sensível à diversidade, alguém aberto ao mundo, alguém dedicado à vida. Nada que seja humano lhe é estranho, como disse Terêncio.

Nessa multiplicidade tentei inserir minha obra. Procurei explorar o romance em suas diversas formas, visitando limites, abordando as possibilidades das relações humanas, das viagens, da história, do tempo, da loucura, da violência, da filosofia, da ciência, da arte, da religião. Nas histórias, estive em Mariana no século XVIII, em Alfa Centauro no século XXV e, nos dias atuais, centrei enredos na Praça Sete, no meio de uma floresta na Tailândia, nas montanhas do Sul de Minas e no alto de um pico nos Andes. Ao escrever, fui criança, fui jovem, fui velho, fui homem, fui mulher, fui *serial killer*, fui crente, fui ateu, fui aleijado, fui analfabeto, fui requintado, fui rico, fui pobre, fui cosmopolita, fui provinciano. Tudo isso para tentar ser, sobretudo, humano. Nossa humanidade me seduz. Em todas as suas manifestações. Daí meu profundo respeito aos personagens de minha ficção. No entanto, não hesitei em movê-los com ironia e humor. Tampouco temi rir de mim mesmo.

Nos contos busquei o conciso do espanto. Somei a economia das palavras a overdoses de imaginação. Meus personagens podiam estar em Marte ou num apartamento no Edifício Maletta, conversando com o demônio. Faziam amor ou cometiam suicídio. Cultivavam um berne no corpo ou mergulhavam dentro de um buraco negro. Nas crônicas cerquei o cotidiano, o efêmero que permanece. Usei-as para transmitir os recados que o mundo me confessava em surdina, nos sussurros anônimos das ruas, em vivências disparatadas, em experiências que colhi, minhas ou alheias. Imprimi a algumas delas a ambiguidade do conto, a fim de provocar o leitor. O leitor, aliás, tem sempre razão. Nosso juiz supremo, o leitor descarta em minutos trabalhos nos quais investimos muitos anos, nos quais acreditávamos.

Sim, senhoras e senhores, escrever é muito perigoso. Quem nos mandou, os escritores, sermos tão enxeridos e palpitar sobre

a vida? Como bem diz o lema desta Academia: SCRIBENDI NULLUS FINIS – a escrita não tem fim.

Há um dito medieval, popularizado por Newton, segundo o qual o crescimento acontece quando se apoia sobre os ombros de gigantes. Aqui na Academia Mineira de Letras também há gigantes que nos oferecem os ombros para nortear-nos. Por felicidade, a Cadeira 33, esta que agora passo a ocupar, teve antecessores de estatura formidável no mundo das letras.

A começar pelo patrono da cadeira, Edgar da Matta Machado (1878-1907), o patrono Edgar Matta, também lembrado como Poeta da Agonia. Nascido em Ouro Preto em 1878, foi um poeta de grande vigor criativo, amante da lua, da noite, da morte, temas caros ao movimento simbolista que ele abraçou. Debruçou-se sobre a solidão dos ermos e os crepúsculos prolongados e, como o inglês William Blake, buscou o universo num grão de areia e a eternidade em uma hora. Carlos Drummond de Andrade e Eduardo Frieiro o admiravam, e Edgar Matta chegou a influenciar os modernistas, como Manuel Bandeira. José Alfonso Mendonça Azevedo considerou-o “Verlaine brasileiro”. Morreu jovem, aos 29 anos. Temperou sua busca lírica com muito álcool, ficou doente, sucumbiu.

Seus versos, deixados no papel, escritos à mão, foram em vasta maioria jogados ao fogo por uma parenta. Os remanescentes foram coletados, em 1978, na *Obra poética de Edgar Mata*, de Cilene Cunha de Souza.

Para mostrar o talento e a temática querida a Edgar Matta, eis um de seus poemas:

LEMBRO-ME DESSE MISTERIOSO POENTE...

*Lembro-me desse misterioso poente
Quando meus olhos sobre os teus poisados
Tinham presságios de uma Dor latente
E as agonias dos que são amados.*

*E a tarde morre sonolenta e fria
Como morreste de saudade e mágoas*

*E a lua triste como a Nostalgia
Chora na branca quietação das águas.*

Acadêmico fundador da Cadeira 33: Mário Antônio de Magalhães Gomes (1885-1937) – resumidamente Mário Magalhães:

Mário Magalhães foi um dos fundadores desta Casa, no dia do Natal de 1909, aos 24 anos, 24 anos, vejam só quanta juventude fazendo história, em Juiz de Fora, onde um grupo de intelectuais se reuniu para criar uma academia ao estilo francês, inicialmente com 30 integrantes.

Mário Magalhães nasceu e veio a falecer ali mesmo, em Juiz de Fora. Estudou Farmácia em Ouro Preto, lá se tornou amigo de Edgar Matta, o patrono desta cadeira, que o conduziu à literatura. Destacou-se como prosador. Escreveu sob diversos pseudônimos, por exemplo Mário Lótus, João de Santa Mônica e Clorindo Florêncio. Abordou o cotidiano e os costumes da vida rural em sua obra *Juvêncio Pacau*, numa época em que os sertões e sua linguagem pareciam dominar nossa literatura. Também publicou o livro de crônicas e contos *Neste vale de lágrimas*, além de *O fim*, trabalho que recupera sua vivência em Ouro Preto.

Aclamado pelo seu “primoroso estilo” na escrita, teve destacada presença no magistério em Juiz de Fora, em Petrópolis e em Muzeambinho. Disseram que ele era um professor de química e física com P maiúsculo. Também foi jornalista em sua cidade natal. Escreveu no *Radium* desde jovem e, mais tarde, além de redator e secretário, no *Farol*. Nesses jornais está muito de sua produção, com frequência sob os pseudônimos citados.

Mário Magalhães morreu em 1937, aos 52 anos, e foi sucedido por Aires da Mata Machado Filho (1909-1985), famoso como o mestre Aires que tanto cultuou e elucidou a língua portuguesa para tantos quantos o procuravam – e dessas consultas brotaram muitas de suas crônicas sobre o vernáculo. Era primo do patrono desta cadeira. Nasceu em Diamantina em 24 de fevereiro de 1909, conterrâneo de gente ilustre como Juscelino Kubitschek, antigo acadêmico desta Casa.

Aires era deficiente visual. Como Jorge Luis Borges, intriga-nos ao imaginarmos sua dificuldade para debruçar-se sobre a leitura e a

escrita dos muitos livros que produziu. Lecionou no Instituto de Educação de Belo Horizonte e na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Catedrático fundador do curso de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), emprestou seu conhecimento a muitos mestrandos e doutorandos em nosso estado e Brasil afora. Sua coluna no *Estado de Minas* marcou época e deu origem à coleção *Escrever Certo*. Lá colhi muita informação sobre os meandros de nossa língua.

Publicou mais de 40 livros, entre os quais *Curso de folclore; Aventuras de um caçador de palavras; Crítica de estilos; Pequena história da língua portuguesa; Linguística e humanismo; Arraial do Tijuco; Cidade Diamantina; Tiradentes, herói humano; O negro e o garimpo em Minas Gerais e Função da literatura infantil*. Também se notabilizou pelos seus dicionários. Além disso, foi tradutor.

Mestre Aires seguramente nos teria legado muito mais, não o tivesse a morte colhido violentamente, aos 76 anos, em 1985, num acidente de carro em Sete Lagoas. Mestre Aires disse de si mesmo:

“Autodidata, acredito mais no aprendizado que no ensino; sempre mantive dúvidas quanto à eficácia do meu. E, todavia, não posso negar a fé na educação”.

Assim escreveu Carlos Drummond de Andrade a respeito de mestre Aires:

Em louvor de Mestre Aires – Carlos Drummond de Andrade

O Aires dos ares bons
 Aires da mata
 da linguagem
 e do machado que não mata
 mas desbasta e aparelha
 a fina palavra
 diamantina
 palavra certa
 que uma enlaçada e outra vai
 formando
 festa floral

*floresta
 de bem escrever
 (ou bem pensar)
 Aires faiscador
 das últimas pedras musicais do Tijuco
 Aires dicionário
 sem empáfia, sem ares, mineiro
 mineiro ladino
 que soubeste ver no Tiradentes
 o único herói possível
 – herói humano –
 e na fala do povo
 no mistério dos ritos
 no arco-íris das serras
 captaste o ar, a alma de Minas
 ó Aires
 da verde mata
 do machado de prata portuguesa
 legítima
 onde se oculta um brilhante
 com todos os fogos tranquilos
 na sabedoria
 mestre Aires, recebe meus saudaes.*

Mestre Aires foi sucedido na Cadeira 33 por Nansen Araújo.

Nansen Araújo (1901-1996) foi uma personalidade ímpar, de múltiplas facetas de realização humana, todas repletas de êxito. Nasceu em 1901, na Zona da Mata, na pequena cidade de Rochedo de Minas, ainda hoje com pouco mais de dois mil habitantes, tornou-se conhecido em todo o Brasil. Como líder industrial, Nansen Araújo capitaneou a Fiemg – a federação das indústrias mineiras. Ali iniciou as obras de um dos maiores complexos culturais do País, que leva seu nome, o Centro Cultural Nansen Araújo.

Também foi médico, por sinal contemporâneo de meu pai na Escola de Medicina da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Abandonou a medicina ainda jovem, após perder a esposa, vítima de doença que não

conseguiu debelar, porém não deixou de lado as atividades correlatas. Foi professor da Escola de Veterinária, catedrático de Fisiologia Humana da UFMG e, posteriormente, participou da diretoria do Instituto de Ciências Biológicas.

Era um homem sensível às artes. Publicou em diversos jornais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Foi premiado em vários concursos literários. Presidiu a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e criou a Orquestra de Câmara do Sesiminas.

Além de trabalhos acadêmicos da área médica, deixou um livro de poemas, *Luz vacilante*, e outro com 44 crônicas, *Pensamento errante*.

Em *Luz vacilante*, colhi estes versos:

*Fatigados de esperar,
outros de alma dolorida
quase morrem de chorar.
Eu? – Para quê? – se o meu bem,
se meu prazer nesta vida
é esperar por quem não vem.*

Nansen Araújo afirmou certa vez num discurso:

Coube aos gregos criar a figura do homem que consideramos herói. Não designavam o herói o que se expõe às balas no rugido das batalhas. Era herói o que se alonga nas projeções do progresso, o que fertiliza a inteligência ou cria no cérebro os problemas do porquê, em torno do qual se agitam todas as filosofias. Heróis eram os cultores das rosas e do humanismo.

Sábias palavras que sintetizam sua vida. Nansen Araújo faleceu em 1996, aos 95 anos.

Como terceiro sucessor na Cadeira 33, chego a José Crux Rodrigues Vieira, o acadêmico José Crux que me antecedeu.

José Crux nos fala com o espírito explorador dos segredos das coisas simples, com a beleza das auroras, com sua crença em valores humanos, com seu amor às tradições mineiras, com sua inventividade

que o levou do conto ao romance, da crônica à história. A força das primeiras quadras que escreveu aos 16 anos adere-se ao vigor do primeiro soneto aos 18, soma-se ao primeiro protesto político aos 20, avança vida afora como o viajante que saúda a encantadora Paris aos 75. É o mesmo homem que menciona a lúgubre agonia da escuridão aos 76 e, no entanto, reage em seguida para escutar o eco bendito da esperança, com o qual encerra sua obra.

José Crux Rodrigues Vieira, belo-horizontino, serviu a boa parte de Minas Gerais, como advogado, delegado, redator e assessor da Assembleia Legislativa, prefeito de Muzambinho e prefeito de Formiga, diretor-geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte, professor de Português e História, entre tantos outros ofícios a que a vida o conduziu. Casado com dona Virgínia Moretzsohn Rodrigues Vieira, teve quatro filhos: Maria Virgínia, Maria José, Maria Vitória e José Marcos.

Eleito em 5 de setembro de 1996, frequentou esta Casa por 20 anos, durante os quais ocupou cargos relevantes, por exemplo o de reitor da Universidade Livre. Foi autor de muitos talentos. Escreveu livros de crônicas do dia a dia e um livro de contos, *Meu velho urso*, publicado em 2013.

Ao debruçar-se sobre a Inconfidência Mineira, produziu um longo e profícuo trabalho sobre nosso Tiradentes e 106 outras personalidades que estiveram, de alguma forma, envolvidas com o levante. Os três volumes da obra *Tiradentes: a Inconfidência diante da história* mostram o grande pesquisador e erudito que havia em José Crux, com centenas de citações de outros autores ao corroborar ou contestar as opiniões próprias e alheias. É um trabalho de fôlego, de historiador competente, considerado um dos mais completos sobre nosso mártir. São mais de 1.200 páginas nas quais ele destrinça todo o movimento, do berço da revolta contra os portugueses ao enforcamento de Tiradentes e posteriores desdobramentos. Aventa hipóteses, contesta outras, sempre em defesa do protagonismo de nosso Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Aos demais, confere o papel de coadjuvantes e defende essa tese ferrenhamente.

Com humildade, José Crux se definiu como “historiador autodidata” ou “historiador de província”. A grandeza de sua obra fala

por si – e desfaz a humildade, por desnecessária. Sua contribuição foi imensa para melhor se entender o marco principal da história mineira, como por certo poderão atestar seus colegas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao qual também pertenceu. A leitura de *Tiradentes: a Inconfidência diante da história* resume a visão de um homem que bebeu nas fontes primárias e secundárias da Inconfidência e tão bem nos conduz através dos meandros e desfechos da atuação de tantas personagens que até hoje habitam nosso imaginário.

Meu antecessor também foi romancista. Legou-nos dois volumes, ambos com temática similar, a amizade sincera, à toda a prova, o culto aos valores humanos consagrados, o respeito à tradição, a busca do amor, às vezes romântico, às vezes idealista, sempre com o confronto e a tensão necessários ao desenvolvimento da boa trama.

O primeiro dos romances, publicado em 2011, chama-se *Eu quero acordar a madrugada*, em que a história dos pracinhas e da Segunda Guerra, a política da época, as músicas, as musas, a mentalidade, os costumes, as brigas entre UDN-PSD-PTB, os poucos partidos em que os votos eram despejados, os anos posteriores da Era Vargas e as disputas do futebol mesmerizavam o Brasil. Muito mudou, é verdade, para tudo continuar o mesmo em nosso país.

O segundo romance, publicado em 2013, se denomina *O Almejado*, comparação entre as vidas de dois pais, Roberto e Engrácio, e seus dois filhos, ambos batizados como Jorge, separados por grande desnível social. Roberto e seu filho são profissionais liberais de sucesso em Belo Horizonte, os outros dois são pescadores na Bahia, o que não impede o surgimento de uma forte amizade entre eles, que se traduzirá no resgate do Jorge baiano quando se envolve num assassinato em legítima defesa. Além disso, os belo-horizontinos ajudarão Jorge a resgatar seu barco, o Almejado, que dá título à obra. Novamente a amizade sincera, dedicada, desprendida e a busca de um amor ideal fazem o pano de fundo para o romance.

A obra poética de José Crux merece uma análise mais acurada. Ela é longa. Inicia-se em 1936, quando o acadêmico era adolescente, com 16 anos apenas, e prossegue até 1997, quando completava 77 anos. São, portanto, 61 anos de contínua produção.

Sua carreira se inicia balizada pelo lirismo do jovem que, romântico, aos 24 anos, compôs *Dor do amor perdido*, com os sentimentos tão comuns à idade, bem como *Um dia que meus dias dominou*, pleno de arroubos ao amor. Em *Oitavas num soneto de Camões* insere um soneto de Luís de Camões em 14 oitavas de sua lavra, em portentosa criação dentro da criação.

Também digno de menção é seu soneto de 1941 *Quem responde?*, no qual dialoga com o eco, extraindo bela sonoridade dos versos.

A partir do final da década de 1940, sua poesia muda. José Crux abandona a métrica e a rima e compõe versos livres, com os quais ficaria pelo resto da vida, sujeito, contudo, a eventuais recaídas. Aliás, algumas vezes ele sente saudade dos versos alexandrinos que abandonou, pois, diz ele, “o tempo é vertiginoso” e “o bardo compõe correndo” – e lamenta em 1951:

*Entretanto, com tristeza,
Pouco a pouco, sou esquecido
E os bichos roem, danados,
Meu dicionário de rimas.*

(In **Canção do Poeta Antigo**, p. 239, **Obra Poética I**)

Enquanto isso, brota e cresce a temática que o perseguirá vida afora, o tempo, sua passagem inexorável, a luta para vencê-lo. Em *No turno*, Crux lhe declara guerra:

*Penso que o tempo morre, que o tirano passa,
Que perderá essa guerra e será meu escravo!*

(p. 244)

De batalha em batalha, o tempo vence o poeta. Ele se assume precocemente um velho, tema ao qual retornará com frequência, enquanto celebra a natureza, a vida, as auroras, o amor, além da infância e da juventude perdidas. A síntese de seu sentimento se encontra em *Três lágrimas*, de 1959, à beira de se tornar quarentão:

*Lágrima de criança
É arco-íris*

*De chuva passageira.
Lágrima de jovem
É estrela que rompe um céu nublado
E brilha um instante.
Lágrima de velho
É gota silente de orvalho noturno
Para fecundar a vida.
(Página 376)*

A partir dos anos 1970, o amor por Minas Gerais e muitas de suas cidades se impõe. Verseja sobre Belo Horizonte, Ouro Preto, Sabará, Catas Altas e muitos outros lugares em seus livros *No fundo da bateia* (1970-1976) e *Praça da Liberdade* (1983-1985). José Crux encontra o próprio caminho na vida, traça a sua estrada, enfrenta o tempo, enxerga nos netos a descendência e a perenidade, dá conselhos ao filho e lhe pede para compreender “as impertinências do pai”, na verdade um pai extremamente amoroso:

*O amor que tenho
No fundo do meu peito
É agora muito mais puro
Muito mais santo.
É um amor silencioso
Que embranquece os cabelos.
(1971, BH)*

Também a filosofia e a poesia, com sua gravidade natural, descem até *No fundo da bateia*, onde encontram a dúvida.

*O vento anuncia a madrugada
Gemendo um talvez imenso
Cansado, exausto, universal
E a coruja (a filosofia) espera com a paciência dos sábios
A hora e a vez – a tal vez da certeza.*

.....
*Garimpeiro de mil jornadas,
No fundo da Bateia,*

*Ficou, enfim, puro, inigualável
O diamante: a poesia.
(BH, 1973)*

Crux liberta-se uma vez mais e canta o mundo: o beija-flor, o ipê florido, a madrugada, a Praça da Liberdade, seu coreto, as palmeiras, os filhos, os netos, as crianças, a Serra do Curral, as cidades brasileiras e mesmo estrangeiras como Paris. A velhice, todavia, o cerceia. Percebe o fim. A fé o sustenta. Fé inabalável, outro traço de sua trajetória lírica.

O mundo também o decepiona, sobretudo os políticos. Assim encerra o *Soneto da desilusão*, de 1984:

*Dinheiro, cargos, posições, amores
Mercadejam, barganham com ousadia
E são da pátria eternos salvadores.*

Faz 33 anos que nosso homenageado escreveu este poema. Acertou em cheio. Nada mudou no cenário brasileiro.

A descrença e a tristeza se tornam companheiras assíduas na estrada do poeta sessentão. Novamente resume em versos, em 1989, os temas de sua preferência em *Na esteira do meu barco*:

*Nem peixes, nem gaivotas,
Nem marinheiros souberam,
Nem pescadores descobriram,
Nem mesmo estrelas avistaram
O porto que tanto busco.
Sou marinheiro sozinho
Que navega dia e noite,
A mão no leme da vida,
A bússola, meu coração.
Triste, tão longe do amor.
(Volume III, página 161)*

Senhoras e senhores, José Crux Rodrigues Vieira celebrou a palavra, em suas diversas formas de prosa e poesia. A palavra também o

celebra neste momento em que tomo posse na Cadeira 33. Que palavra escolheria para melhor celebrar meu antecessor?

Ele mesmo nos dá pistas para encontrá-la. Ela está em seu último soneto publicado, *Eco bendito*, de junho de 1997:

*Caminheiro, levanta-te da queda,
Ergue os olhos ao alto da amplidão
E rumo à aurora segue, vai, avança.
Nem espinho, nem vala a marcha veda:
Quando teu canto esmaga a solidão,
O eco bendito escutas da esperança!*

Por outro lado, a mesma palavra inaugura seu primeiro poema, 61 anos antes, aos 16 anos:

*Mas, disso tudo descubro
Uma nova semelhança:
Da tristeza da saudade
Nasce sempre uma esperança.*

Aqui se encontram o jovem e o idoso, o caminhante em início de carreira e o poeta consagrado. José Crux nos revela, no princípio e no fim, a esperança, a palavra-síntese de sua obra. A esperança é irmã do sonho, a matéria-prima de que somos todos feitos. A vida é sempre esperança. Mesmo nos piores momentos, haverá sempre esperança. Sem ela nada somos. Sem ela não sobreviveremos.

Como afirmei, senhoras e senhores, na Cadeira 33 assentaram-se vários gigantes. Do exemplo deles espero colher a inspiração para me acompanhar na Academia Mineira de Letras. Estarei bem acompanhado. Muito obrigado.

C – Caio Boschi

Discurso de recepção a Caio Boschi na Academia Mineira de Letras¹

Rogério Faria Tavares

Boa noite a todos.

Saúdo os integrantes da Mesa e os acadêmicos presentes.

Em festa, dirijo um cumprimento especial ao confrade Caio Boschi, dando-lhe as boas-vindas à Academia Mineira de Letras, fundada em Juiz de Fora, em 25 de dezembro de 1909, por um grupo de 12 jovens intelectuais amantes da Literatura e da Língua Portuguesa, da educação e das artes.

Mantendo-se fiel à sua missão de agregar mulheres e homens, em convivência fraterna, em torno das letras, a Casa de Alphonsus de Guimaraens, Vivaldi Moreira e Henriqueta Lisboa chegou a 2018 sintonizada com o seu tempo. Nas academias contemporâneas, não há mais espaço para o autocentramento, o culto à personalidade ou a vaidade, quase sempre frívola ou tola. O que se espera delas é que trabalhem pela cultura. Agora mais que centenária, a Academia Mineira consagra-se como um lugar privilegiado de partilha e divulgação do conhecimento, da reflexão e da crítica, oferecendo a todos, gratuitamente, intensa

¹ Discurso proferido no dia 13 de abril de 2018, durante solenidade de posse de Caio Boschi na Academia Mineira de Letras.

programação cultural e acesso a um acervo bibliográfico e documental de primeira linha.

Lar dos poetas e dos prosadores, a Academia também abriga, de braços abertos, os que se dedicam a pesquisar a nossa história. Foi com entusiasmo que recebeu, no passado, Diogo Vasconcellos, Salomão de Vasconcellos, Abílio Barreto, João Camilo de Oliveira Torres, Agripa Vasconcellos e José Crux Rodrigues Vieira, para citar apenas alguns. É com idêntico orgulho que registra, no presente, os nomes de Amílcar Martins Filho e Ronaldo Costa Couto, ambos apaixonados pela ciência de Clio.

Foi também com imensa alegria que elegeu o antecessor de Caio, Oiliam José, secretário-geral perpétuo da instituição, onde ingressou em 1960, nela permanecendo até 2017, como o seu decano. Autor das *Efemérides*, enciclopédia indispensável para conhecer a trajetória da Academia no seu primeiro século, o historiador de Rio Branco honrou, por quase seis décadas, a bela tradição da cadeira de número 30, que teve Luiz Joaquim de Oliveira como fundador e Oscar Nogueira da Gama como patrono, e que terá, a partir de agora, como seu segundo ocupante, um dos mais respeitados historiadores brasileiros.

Segundogênito de dona Emília e do senhor Caimme, que, por décadas, comandou a mítica Padaria Boschi, patrimônio da memória afetiva da cidade, Caio nasceu em Belo Horizonte, no coração da comunidade italiana. Até casar-se, aos 23 anos, morou na chamada Vila Boschi, erguida pelos avós Belina e Pasquale sobre um terreno de 6 mil metros quadrados na Rua Peçanha, no Bairro Carlos Prates. É o neto homem mais velho, do filho mais velho. Cresceu em uma família que sempre tratou as tradições, a memória e a história com imenso apreço. Dos pais herdou, de certo modo, o culto aos documentos e a obsessão em preservá-los. “A história entrou em minha casa pela porta da frente”, escreveu um dia. No pai, especialmente, Caio identificou a alma de um memorialista, a seu modo, e se perguntou, em texto de 1991: “Quem sabe não foram esses contatos que me inocularam desde cedo a noção de história como memória viva”?

Caio fez o primário no Grupo Escolar Silviano Brandão. Mais tarde, quando lhe foi dado escolher onde gostaria de continuar seus es-

tudos, não teve dúvidas: optou, decidido, pela então chamada Universidade do Santo André, o Colégio Municipal, onde pontificavam figuras como Guilherme de Azevedo Lage, seu famoso diretor, e professores do porte de Amaro Xisto de Queiroz, tio da acadêmica Maria José de Queiroz e um dos mestres que mais o inspirou a trilhar a carreira de historiador. Foi das mãos de Amaro Xisto que, ao término de sua trajetória como aluno do Municipal, Caio recebeu o documento conferindo-lhe o grau de distinção *Summa cum Laudae* na disciplina História Geral e do Brasil. Outros tutores inesquecíveis foram Luís Carlos Alves, com quem adquiriu o gosto pela literatura, Luiz Bicalho e Sami Sirihal. Nos tempos do Municipal, integrava, com entusiasmo, na qualidade de diretor cultural, a equipe do ativo grêmio de alunos da instituição, o CCPGAL (Centro Cultural Professor Guilherme de Azevedo Lage), confirmando o gosto pela vida associativa que o acompanha até hoje.

O ingresso na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1966, foi o passo seguinte do aluno dedicado.

Na disciplina Introdução aos Estudos Históricos, foi aluno de Amaro Xisto. Supervisionado pelo professor Nelson de Moura, iniciou-se nos segredos da paleografia do Período Colonial brasileiro. Logo nos primeiros anos como estudante da UFMG, participou, em Lins, no interior de São Paulo, do importante congresso de estudantes de História promovido pela Federação Brasileira de Centros de Estudos Históricos, cuja seção mineira presidiu, em 1968. Ativo participante da vida universitária, foi membro do Centro de Estudos Históricos da escola, ainda situada no inesquecível prédio da Rua Carangola, no Bairro Santo Antônio.

Graduado em História, começou a lecionar. Deu aulas no Colégio Estadual de Minas Gerais, na sua unidade Central e no anexo da Gameleira, e no Colégio Municipal, nas unidades de São Cristóvão e Marconi. Também atuou como professor de História Contemporânea na Fundação Universidade do Oeste de Minas e como professor de Prática e Didática da História na Faculdade de Educação da UFMG, quando conviveu com a querida acadêmica Alaíde Lisboa de Oliveira. No começo da década de 1970, ingressou na então Universidade Católica de Minas Gerais, também como professor de História Contemporânea. Ali, propôs a criação de disciplinas voltadas para a produção do conhe-

cimento histórico, como Introdução à Pesquisa Histórica e Historiografia, e a celebração de um convênio com o Arquivo Público Mineiro, para que os estudantes pudessem se exercitar como pesquisadores.

Em 1972, interessado em fazer uma análise comparativa entre os compromissos das irmandades de Minas Gerais e de Portugal, partiu para seu primeiro estágio de pesquisa naquele país. Foi quando conheceu um dos mestres que mais influência exerceria em sua formação: o rigoroso professor Jorge Borges de Macedo, com quem ampliou seus conhecimentos no campo da metodologia da investigação histórica. Instado por seu orientador, acabou por compor um roteiro para auxiliar os estudiosos da história do Brasil nos arquivos portugueses.

O guia preparado por Caio foi publicado em 1975 pela prestigiada *Revista de História* da USP, periódico então dirigido pelo professor Eurípedes Simões de Paula. A repercussão foi enorme. Não havia, no Brasil, estudo semelhante, embora fosse antiga a preocupação dos intelectuais brasileiros a respeito do assunto. Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, foram pioneiros em propor essa importante tarefa. No Império, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond e o poeta Gonçalves Dias se animaram em empreendê-la. Na República, Oliveira Lima organizou o catálogo de documentos relativos ao Brasil existentes no Museu Britânico, em Londres. Mais tarde, por indicação de Max Fleiuss, também do IHGB, Norival de Freitas seguiu para Portugal a fim de extrair cópias de documentos valiosos à história brasileira. Em 1912, foi a vez de Pedro Souto Maior, enviado a Lisboa pelo Barão do Rio Branco, então presidente do IHGB. O próprio Rio Branco, Joaquim Nabuco e Guilherme Chambly Studart, o Barão de Studart, empenharam-se na missão de coletar documentação sobre o País na Europa. Em nome da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva e José Honório Rodrigues também se encarregaram da matéria, trabalho que igualmente mobilizou Pedro Calmon e Manuel Nunes Dias. Embora, portanto, alguns já houvessem escrito sobre o tema, as indicações até então realizadas se revestiam de caráter bastante genérico e parcial, sem a precisão e o detalhamento alcançados por Caio.

Quatro anos depois, veio o primeiro desdobramento do trabalho sobre os arquivos, também utilíssimo aos especialistas na área: o

livro intitulado *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*, publicado pelo Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, no âmbito de sua Coleção Mineiriana. Como explica o seu autor, a essência da obra são os próprios documentos encontrados nos acervos portugueses sobre a história do Estado. Na apresentação, escreve o professor Aires da Mata Machado Filho, antigo ocupante da cadeira de número 33 desta Casa: “É trabalho para universitário que se consagra, simultaneamente, ao magistério e à pesquisa a posse de linguagem concisa e enxuta. Sem tiradas pomposas, sempre irritantes aos que procuram simplesmente o esclarecimento necessário, tem-se aqui a informação suficiente, tanto no corpo do volume, como nos dois apêndices”. Tal estudo foi reeditado em 1998 no âmbito da Coleção Mineiriana, da Fundação João Pinheiro.

O roteiro sobre os arquivos teve vida longa. Em 1986, foi publicado na revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo, naquele momento comandado por José Sebastião Witter. Chegou em versão revista e ampliada, ganhando o nome de *O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal: levantamento bibliográfico crítico dos arquivos e bibliotecas de Portugal úteis ao pesquisador de história do Brasil*. Na obra, capítulos tratando dos arquivos de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa, Muge, Penalva do Castelo, Porto, Vila Real e Vila Viçosa. No prefácio, Witter destaca, para o leitor, aspecto fundamental da ética intelectual que sempre norteou a conduta de Caio Boschi: “Obras como esta representam a magnanimidade de espírito, que divide com muitos o resultado de seu trabalho e com isso facilita a vida daqueles que iniciam suas caminhadas pela difícil e intrincada vereda dos trabalhadores da história. Cada dia são mais necessárias obras como esta, pois elas socializam o conhecimento ao transferir para muitos aquilo que poderia ser de um”.

Em 1995, o roteiro mereceu edição da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa.

Em 2011, ganhou nova publicação da Editora Alameda, sob o título *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal: roteiro sumário*.

Pois bem. Regressando de seu primeiro estágio científico em Portugal, Caio Boschi reassumiu a docência.

Em 1974, foi um dos fundadores do Programa de Especialização de Professores de Ensino Superior, o Prepes, da PUC Minas, em que atuou por mais de duas décadas. Sua experiência como gestor universitário enriqueceu-se com os seis anos passados à frente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica, em que também foi decano da reitoria, diretor do Centro de Pesquisa Histórica e onde, atualmente, preside o Centro de Memória e de Pesquisa Histórica.

Em 1978, deslocou-se da Faculdade de Educação da UFMG para a Faculdade de História da mesma universidade. Assim como fez na PUC, também na universidade federal foi um dos responsáveis por introduzir, no currículo escolar, matérias até então desconhecidas dos estudantes, como Metodologia e Historiografia. Em suas palavras: “o objetivo fundamental do curso deveria ser o de desenvolver no aluno uma atitude científica que lhe desse condições para analisar criticamente a sociedade, em suas várias faces, permitindo que ele se sinta, ao mesmo tempo, agente e produtor da história”. Um dos responsáveis por implantar o bacharelado em História na UFMG, foi coordenador do Setor de Metodologia e Pesquisa Histórica. Em 1990, passou a lecionar no mestrado, implementado naquele ano.

No doutorado realizado na Universidade de São Paulo, sob a orientação da professora Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, defendeu, perante banca integrada, entre outros, pelo saudoso professor Francisco Iglésias, a tese “Estado e irmandades em Minas Gerais no século XVIII”, pesquisa ganhadora do Prêmio Diogo de Vasconcelos, da Secretaria de Estado da Cultura de Minas, e lançada em 1986, em livro pela Editora Ática, com o título *Os leigos e o poder: irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais*, considerada a melhor publicação da área de história da década de 1980.

Dividido em quatro capítulos, além da introdução e das conclusões, o volume aborda a presença das irmandades: religião e igreja sob o Estado absolutista português; igreja, Estado e irmandades em Minas Gerais; e as irmandades na sociedade escravista mineira. É da lavra de Caio Boschi: “A história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais dos setecentos. Acompanhando suas constituições e desen-

volvimento, acompanha-se a formação e a estruturação da sociedade mineira. Os dois fenômenos caminham *pari passu*. Difícil dizer qual o determinante do outro”. Em outro ponto, escreveu o autor: “As irmandades serviram de sólida base para que se organizassem em Minas outros tipos de agremiações, como, por exemplo, as lojas maçônicas. As irmandades tinham criado e desenvolvido na gente mineira o hábito de se congregar e se reunir para o auxílio recíproco”.

Com o mesmo entusiasmo dedicado à pesquisa, Caio Boschi começou a participar das atividades da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, hoje chamada Associação Nacional de História. Na presidência da entidade entre 1985 e 1987, criou vários núcleos regionais e adotou postura firme contra a decisão do Conselho Federal de Educação de transformar as licenciaturas de primeiro grau em Estudos Sociais em Licenciaturas Plenas em História ou em Geografia.

Aposentando-se na UFMG em 1994, Caio Boschi passou a empenhar-se mais na sua carreira acadêmica no exterior. Em 1994, concluiu o pós-doutorado em Portugal. Nesse mesmo ano, convidado por José Aparecido de Oliveira, trabalhou para conceber uma universidade que congregasse todos os países de língua portuguesa. Até 1998, na condição de leitor de história do Brasil indicado pelo Itamaraty, deu aulas na Universidade de Lisboa e na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, também da capital portuguesa. Entre 1999 e 2008, ensinou História do Brasil na Universidade do Porto. Entre 2002 e 2003, como professor convidado, ministrou seminários sobre história luso-brasileira na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, na França.

A bibliografia de Caio Boschi é extensa. De 1988 é *O Barroco mineiro: artes e trabalho*, da coleção Tudo É História, da Editora Brasiliense, em 78 páginas. Nele, Caio Boschi delinea as relações de trabalho na sociedade das Minas coloniais, dedicando capítulos específicos aos temas da urbanização e do trabalho livre na região, às condições de trabalho do artista mineiro, ao mercado consumidor de arte daquela época, à regulamentação do trabalho e ao espírito associativo.

De 1994 é *Achegas à história de Minas Gerais (século XVIII)*, da editora da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, do Porto.

É volume composto por quatro ensaios: “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”, “As irmandades leigas em Minas Gerais”, “Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho na Minas Gerais colonial” e “O descobrimento do Brasil: uma temática em discussão”.

A partir de 1995, no âmbito do projeto-resgate Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura, coordenou o tratamento técnico da documentação sobre as Capitânicas do Grão-Pará, do Maranhão e do Rio Negro, trabalho que resultou em três vultosas publicações.

O ano de 1998 foi profícuo. Com o apoio da Fapemig e da Puc Minas, Caio publicou, no âmbito da Coleção Mineiriana, da Fundação João Pinheiro, o *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*, dando a conhecer uma massa documental formada por cerca de 15 mil *dossiers* ou pequenos conjuntos documentais relativos a Minas.

No mesmo ano, participou do segundo e do terceiro volumes da impressionante coleção História da Expansão Portuguesa, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Em cada um deles, publicou quatro textos, todos dedicados à relação entre a religião e o Estado português nos territórios ultramarinos.

Em 2006, fruto de convênio entre a Fapemig e a Editora da PUC Minas, publicou o *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*, de cuja coordenação também participaram Carmen Moreno e Luciano Figueiredo.

Em 2007, pela Ática, lançou *Por que estudar História?*, organizado em quatro capítulos, redigido em linguagem clara e direta, acessível a todos, sobretudo aos estudantes do ensino médio.

Também em 2007, no âmbito da coleção Tesouros do Arquivo, organizou a publicação de um dos mais importantes textos da história administrativa do Brasil colonial: *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, de José João Teixeira Coelho, que o teria redigido em 1782. Fascinado pelo personagem, obcecou-se por levantar o seu percurso biográfico, quando muitos de seus colegas, entre os quais o mestre Iglésias, já haviam sucumbido diante da difícil tarefa. Bem-su-

cedido em seu intento, no referido volume Caio também tratou da leitura paleográfica, da transcrição documental e dos textos introdutórios.

Em 2010, foi o organizador e autor do estudo crítico “Coleção sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a títulos separados”, volume anteriormente publicado pelo Arquivo Público Mineiro, em 1911.

Em 2011, lançou *Exercícios de pesquisa histórica*, premiado pela Academia Brasileira de Letras em junho de 2012. Nele, reuniu alguns ensaios importantes, entre os quais “O historiador, os arquivos e as novas tecnologias”, “Nas origens da seção colonial”, “Os secretários de governo de Minas Gerais” e “Provimentos de dignidades e de canonicatos na Sé de Mariana”.

Também de 2011 é a organização que fez, para publicação, dos documentos básicos do Cabido da Sé de Mariana (1745-1820), dedicando-se ainda a fixar seus textos e a assinar os estudos introdutórios.

Incansável, desde 2013, a convite do acadêmico dom Walmor Oliveira de Azevedo, trabalha para editar os dez volumes sobre a história da Arquidiocese de Belo Horizonte. Três deles já vieram à luz.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguesa de História e da Comissão Memória do Mundo, da Unesco, este é o confrade que agora nos dá a honra da sua companhia na Academia Mineira de Letras.

De trato ameno, elegante e suave, o marido de Piedade, pai de Bárbara e avô de Miguel e Manuela atende, com louvor, aos principais pedidos formulados pelas academias de letras contemporâneas a quem deseja a elas associar-se: acredita na valorização da cultura, das artes e da educação como estratégias para a emancipação do povo; possui uma curiosidade insaciável, típica de quem sabe que tem sempre que aprender; protege seu espírito livre de preconceitos; reage contra qualquer tipo de discriminação; em atitude cosmopolita, preserva a mente aberta ao novo e ao surpreendente; aceita as diferenças, sem arrogância; mantém a escuta atenta ao outro; e, finalmente, prefere o coração compassivo, que se alegra na convivência com os demais.

Sinta-se mais uma vez bem-vindo a essa irmandade leiga do século XXI, Caio.

Que você viva muitos momentos felizes entre nós.

Muito obrigado.

Discurso de posse na Academia Mineira de Letras¹

Caio César Boschi

Boa noite!

Amo a história. Se não a amasse, não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar outra à satisfação das necessidades profundas – algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história – e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo (FEBVRE, 1989, p. 28).

Ser escolhido para integrar um espaço de sociabilidade que é, acima de tudo, terreno de lavra do saber e, por consequência, de debates, exige do adventício, para além de um natural pedido de licença, que este se dê a conhecer. Da minha trajetória intelectual o acadêmico Rogério de Vasconcelos Faria Tavares deu conta, claramente se excedendo, fruto das suas peculiares benevolência e fidalguia. Que ele releve minha indelicadeza por discordar do *status* que me confere, o de ser um historiador. Hipérbole a ser creditada à nossa amizade! Sinceramente, não sou historiador. Quando muito, pesquisador, um amante dos arquivos, um aficionado pelas fontes documentais. Tenho, desde sempre, procurado pautar minha conduta nessa lida pela identificação, pela organização e, permanentemente, e com muito gosto, pela divulgação de documentos históricos. No *métier*, oriento-me pelo princípio elementar de que todos temos responsabilidades sociais a satisfazer, compromissos

¹ Discurso proferido no dia 13 de abril de 2018, durante solenidade de posse na Academia Mineira de Letras.

com a coletividade de que somos partícipes. Por isso, o que busco obrar é, fundamentalmente, a democratização do acesso às fontes históricas, a socialização dos resultados das oportunidades que a vida profissional me proporciona, que, aliás, têm sido muitas! A ressaltar, no entanto, que não teço loas às fontes, não faço apologia dos documentos. Em verdade, procuro guiar-me por axioma primário: as fontes, em si, não são a história, mas, sem elas, não se faz história!

Por consequência, ponderei ser adequado apresentar-me por meio de ligeiro desenho de uma profissão de fé, justificativa para a escolha do excerto que acabo de ler. Com efeito, nos primeiros passos de qualquer formação profissional, adquirimos ensinamentos que se perenizam em nossas mentes. Para mim, a exemplo do que ocorreu com incontáveis estudiosos da história, Febvre foi e tem sido leitura seminal.

Não me estenderei em enunciar minhas matrizes. Farei menção tão somente a mais uma, também dos primórdios da minha chegada à faculdade, em tempos da Rua Carangola. E, assim, como não poderia deixar de ser, recorro a Marc Bloch, que relata:

Já contei em outro lugar o episódio: eu estava acompanhando, em Estocolmo, Henri Pirenne. Mal chegamos, ele me diz: 'O que vamos ver primeiro? Parece que há uma prefeitura nova em folha. Começemos por ela.' Depois, como se quisesse prevenir um espanto, acrescentou: 'Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida.' Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador (BLOCH, 2001, p. 65-66).

Esse é o ponto nuclear. A história não tem os mortos como objeto principal; ela é conhecimento dos vivos e para os vivos! O que é a história para mim, profissional e pessoalmente? Desde logo, entendo e busco exercitar que a história não é apenas um campo do saber, mas também uma condição de vida, um instrumento de apreensão da realidade, de percepção da vida, para dar sentido à vida, modificar a vida.

Ao propiciar-nos o conhecimento da realidade, a história, entre outros contributos, instiga-nos a enxergar o outro, a conviver com o outro. Convivência, no entanto, não equivale à prática da tolerância,

pois esta, por mais louvável que seja, não alija a sua conotação concessiva, podendo ser resultante de postura de circunstância, de conveniência, sem efetiva e indispensável transigência. Nunca é demasiado referir que, no essencial, a investigação histórica se desenvolve almejando captar as diferenças, não o resgate das semelhanças. A inesgotável busca da identificação e da compreensão dos conflitos sociais, das oposições e das contradições nas e entre as coletividades constitui o busílis do estudo da história.

Este é, em suma, o fundamento da história, seu para quê mais profundo: dar sentido à vida pela compreensão de uma totalidade da qual fazemos parte; dar sentido social primeiramente à pequena comunidade que nos rodeia, depois à espécie humana como um todo e, finalmente, num exercício de imaginação, à coletividade dos seres racionais e livres do universo (BOSCHI, 2007, p. 14).

É nessa perspectiva que ela, não obstante servir os poderosos, deve ser tomada como instrumento de libertação, não de escravização dos homens. É nessa esfera de pensamento que a história se impõe como recurso de conscientização, como forjadora da cidadania. Saliente-se, todavia, que, por estar em permanente construção, nem por isso automaticamente sucedem-se-lhe avanços. A dinâmica histórica, por vezes, produz retrocessos. E convenhamos: não é preciso recuar no tempo ou distanciar-se no espaço para assim percebê-la. Basta contextualizarmo-nos!

Daí a imperiosa necessidade de se disseminar o estudo da história e inculcar seu amanho nas novas e nas futuras gerações, para que, juntos, possamos combater a hipocrisia e a desfaçatez que têm grassado; para que, juntos, sejamos capazes de romper com a letargia que nos tem embotado. É isso: que venham – como têm vindo – as perdas, mas sem prejuízo da nossa capacidade e do nosso dever da indignação! Confiar-nos, portanto, às novas gerações, a despeito das vicissitudes que nos têm acometido e que, lamentavelmente, a elas estamos legando. Como advertiu Sartre, não podemos acabar com as ilusões da juventude, pelo contrário, temos de estimulá-las.



Academia: *locus* de confraternização, de congregação; espaço para livre explicitação de pensamentos, comungando-os, sem abdicar, todavia, de convicções. Pluralismo: motor da academia, onde – *inter pares* – proclamam-se e debatem-se opiniões; onde se evidenciam divergências, como bem reclamam aqueles sítios em que impera o crescimento do intelecto.

Já com Platão, a academia pautava-se pela heterogeneidade, ocupando-se de distintos ramos do saber, tendo, no entanto, o homem como convergência. “*Homo sum, humani nihil a me alienum puto*” (Homem sou, nada do que é humano me é estranho), cunhou Terêncio. Assim, não por acaso, as academias se revigoraram com o Renascimento. Humanismo. Multifacetação. Diversidade.

Que não se atribua caráter antinômico às academias. Se elas, vez por outra, se confundem com o passado e as tradições, nem por isso declinam de sua condição institucional de espaço do presente, do hoje, refletindo sobre as agruras que nos atormentam, preparando-nos para o futuro. Sim, academias e preparação do futuro.

Por outro lado, a confraternidade acadêmica tem lá os seus preceitos. Como o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e acadêmico Arno Wehling enunciou aos seus pares:

[...] a convivência consolida-se pela criação e manutenção de ritos. [...] Se o homem é um animal simbólico, como queria Cassirer, o cultivo de ritos, signos e emblemas, longe de atender a uma iconofilia meramente estética, destaca nossa identidade e faz com que a internalizemos em nosso comportamento. A convivência, por sua vez, pressupõe a sociabilidade. [...] [que] manifesta-se de diferentes maneiras, seja na essência, seja nos acidentes, seja no estilo. Mas alguns de seus traços mais característicos devem ser lembrados, se desejamos refletir sobre nossa Casa e seu espírito. Em primeiro lugar, um acendrado respeito pela pessoa e pela obra de nosso confrade. Para além da tolerância, que apenas suporta a diversidade do outro, esse respeito nasce não apenas da mútua condição acadêmica, mas da convicção de que aquele que não pensa como nós certamente o faz amparado por alguma parcela de ver-

dade em seu pensamento, assim como a nossa própria *weltanschauung*, por mais cara que ela nos seja, também é um exercício necessariamente parcial, datado e perspectivado (WEHLING, 2016, p. 120-121).

O rito acadêmico prescreve que, no ato do emposse, deve-se louvar aqueles que nos precederam na cadeira. Cumprirei o preceito, não sem antes afirmar que o faço com prazer e reverência. Desde sua criação, em dezembro de 1909, integraram os quadros da Academia Mineira de Letras quase duas centenas de personalidades. Entre as 40 cadeiras que a compõem, algumas tiveram ocupantes vários. A de número 30, contudo, guarda curiosa singularidade. É a única que, ademais de seu instituidor, teve apenas dois sucessores: Oíliam José e este empossando. O fundador Luís de Oliveira personificou-a durante 51 anos, do ato inaugural da Academia até o seu falecimento, aos 86 anos de idade, em 1960. A essa altura, ele era o único remanescente do grupo dos 12 iniciadores deste sodalício. Seguiu-se-lhe Oíliam José, que, com diligência e dedicação, fez-se presente na Casa de Alphonsus por 57 anos, na maior longevidade até agora apurada. Não se assustem os pósteros! A depender de mim, certamente que tal qualidade será interrompida.

O patrono do espaço institucional que honrosamente passarei a ocupar é Oscar Nogueira da Gama, ou, simplesmente, Oscar da Gama. Teatrólogo, jornalista e poeta, nasceu em Juiz de Fora, a 22 de maio de 1870, e faleceu na sua cidade, a 21 de abril de 1900. Desaparecido precocemente, posto que não completou 30 anos de idade, até a metade de sua existência permaneceu analfabeto. Meninote, redigiu e editou o jornalzinho *O Pírilampo*. Inclinado ao teatro, compôs pequenas peças teatrais, cenas de *lever de rideau* ou *sketch*, aventurando-se em uma comédia intitulada *Chô, mosca*. Aos 19 anos, reuniu os poemetos que vinha compondo na vida escolar e publicou-os sob o título de *Luares*, em 1892, obra prefaciada por Augusto de Lima (OLIVEIRA, 1959).

Oscar da Gama foi escrevente no Cartório do 1.º Ofício de Órfãos e Privativo de Ausentes, de que o seu pai, o major Inácio Nogueira da Gama, era o titular. Em 1897, compôs outra peça teatral: *Juiz de Fora, fora de juízo*. Uma espécie de *vaudeville*, representada com ampla

repercussão. No ano seguinte, lançou, com Luís de Oliveira, o 11.º jornal juiz-forano, por nome *Novidades*.

Gama colaborou ativamente em jornais de Minas, do Rio de Janeiro e de outros estados, prestando, em Juiz de Fora, o concurso de sua amestrada pena ao *Farol*, ao *Jornal do Comércio* e ao *Correio de Minas*. No ano de sua morte, juntamente a Correia de Azevedo, fundou o jornal *A Cigarra*. Foi homenageado pelos intelectuais coetâneos com um busto erguido no Parque Halfeld. Sua obra poética foi publicada postumamente com o título de *Flora rubra*. Versejador do sensualismo e do erotismo, dele recolhemos:

*Teu beijo é pomo vedado
À minha boca, bem sei;
Mas hei de o fruir, arrote
Céus e terra, tudo!... Foste
A primeira a quem amei*
(JOSÉ, 1961, p. 16).

De acordo com Fernando Fiorese Furtado (2006, p. 164), “*a priori*, acercar-se do cânone parnasiano parece-nos ser o modo privilegiado de Oscar da Gama nesta busca de uma marca poética singular. Trata-se de eleger afinidades, nominar os membros do grupo de pertença, realizar as que lhe permitam adentrar os pórticos do Parnaso nacional”. Prossegue o crítico, “parece-nos que o autor juiz-forano, sem descurar do precedente Romantismo, oscila entre os múltiplos estilos do segundo Oitocentos, num regime de indecidibilidade e tensão que estende o seu arco do Realismo ao Simbolismo” (FURTADO, 2006, p. 164). Mais:

[...] o próprio Oscar da Gama, no poema 'Sons e cores', nos desvela a tensão ou indecisão que em sua obra figura entre os metros 'esculturais' da estética plástica do Parnaso e o anelo de musicalidade que, a partir da divisa de Paul Verlaine (1844-1896) na sua *Art poétique* - 'De la musique avant toute chose' -, tornou-se um postulado simbolista:

*Dizem que a cor nos desperta
A vaga impressão incerta*

*Da música a mais sonora...
E, também, que os sons as cores
Lembram, embora incolores
E invisíveis, muito embora.*

*Duvidei; mas hoje o creio
Por Deus, por ti, por teu seio
Feito de neve e de olores;
Pois, esses teus olhos negros
São como doces alegros
Na doce escala das cores...* (FURTADO, 2006, p. 166-167).

Oiliam José, em seu discurso de posse nesta Academia, ao analisar a poesia de Oscar da Gama, avaliava que, de tais versos, “ficaram distanciadas as preocupações de natureza social, política e religiosa. Só esporadicamente as menciona, apesar de ter sido materialista, republicano exaltado e admirador de Silva Jardim” (JOSÉ, 1961, p. 19).

Em outra faceta, ainda segundo Oiliam José (1961, p. 24):

[...] a experiência de teatro de Oscar da Gama era de inspiração restrita e se realizou dentro da estrutura romântica. A busca dos termos locais, a análise preferencial dos costumes juiz-foranos, a minguada preocupação com as medidas de tempo e lugar e a movimentação exagerada dos personagens o atestam de maneira inequívoca. [...] unir o burlesco ao sério. Se o teatrólogo Oscar da Gama não reúne maior originalidade, sobram-lhe, porém, vivacidade e comicidade.

Luís de Oliveira, seu amigo de sempre e fundador da cadeira que o tem como patrono, passadas pouco mais de cinco décadas de sua morte, dedicou-lhe sentida mensagem de saudade. Eis um trecho do texto:

Oscar da Gama, que se fez credor de minha estima, no ambiente da gratidão, pelo apoio moral que me dispensava e pelo estímulo com que me erguia o ânimo, nos inesquecíveis tempos de nossas confabulações, quando,

interessando-se vivamente por meu desenvolvimento intelectual, dirigia-me palavras encorajadoras, para que não abandonasse os sonhos e aspirações poéticas em que nos irmanávamos; e, então, aconselhava-me, com amistoso empenho, a publicação de meu primeiro livro, *Sertanejas*, que circulou em 1901, um ano depois de sua partida espiritual, talvez para se transportar à Região da Vida, com que sonhara e a que aludira através da rima, dizendo: ‘Fazer desejo meu ninho; Lá nos píncaros da glória...’ (OLIVEIRA, 1955, p. 7).

Assim, retoma Oliveira (1955, p. 3):

[...] tendo a impressão de o estar contemplando, melancolicamente recordo ‘os tempos idos que não voltam mais!...’ [...] e não resisto à instigação da musa, por intermédio da qual o visito na Esfera Evolutiva em que se encontra, com as seguintes rimas que, embora pobres, traduzem sentimentos de estima, saturados de gratidão:

*Estimado Oscar. Orando,
no Deus, Cristo e Caridade,
dele (sic) irei, sem saber quando,
dar-te o abraço de amizade.*

*Certo, embora octogenário,
não irei tão alto quanto
estás; meu pobre rosário
de rimas, não tem encanto.*

*Mas, ocupando a cadeira
de que sempre serás dono,
apenas, de alma fagueira,
viver quis junto ao patrono...*

*Sendo assim, quando a partida
fizer do existir que faço,
irei onde tens a vida,
levar-te amistoso abraço.*

E Oliveira (1955, p. 8) perora:

Encerrando, em saudoso ambiente, esta amistosa manifestação de afeto em que registro a vida de Oscar da Gama e lhe estou encaminhando espiritual visita na asa do pensamento, em conclusão, lhe digo: 'Meu prezado Oscar. À hora em que te dirijo, para a Região das Almas já emancipadas e livre das lutas, apreensões, tristezas, desenganos e suplícios no terreno existir deste mundo, onde a *imprecação sucede a prece*, também, neste momento, fotografo na imaginação os quarenta imortais que compuseram a operosa e digna plêiade de cultores das letras pátrias, que, compondo nos meus dias de distante mocidade a vida fundamental da Academia, proporcionou-me a agradável satisfação de te escolher para que me viesses, na categoria de patrono, perpetuar a cadeira que ocupo: grato à bondade dos confrades que me acolheram; para a maioria desses ambientadores da Academia Mineira de Letras que se acham na Região Evolutiva em que te encontras, transmite-lhes as expressões da saudade e do reconhecimento com que também os reverencio nas romarias da existência infinda, onde, se o Supremo Criador o permitir, me acolherás, no afastamento da terra, para o abraço de fraternidade'.

Luís Joaquim de Oliveira, ou Luís de Oliveira, *tout court*, nasceu a 25 de agosto de 1874, em Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, e faleceu em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, em 27 de julho de 1960. Filho de Albino Eufrásio de Oliveira e de D. Joaquina José de Oliveira, foi um autodidata. Ainda jovem, transferiu-se para Juiz de Fora, onde trabalhou muitos anos no Cartório do 1.º Ofício de Órfãos e Privativo de Ausentes, tornando-se amigo inseparável de Oscar da Gama. A partir da década de 1920, devotou-se empenhadamente à doutrina de Hyppolyte León Denizard Rivail, ou melhor, à doutrina de Allan Kardec, pseudônimo pelo qual Rivail é mundialmente referido. Mudando-se para o Rio de Janeiro, desempenhou funções administrativas na Casa da Moeda e nela se aposentou. Ao depois, fixou residência em Cachoeiro do Itapemirim, onde se casou com Ipoméa Braga. Ali, dedicou-se com afinco a obras caritativas, vinculando-se ao Asilo Deus, Cristo e Caridade, instituição cristã para órfãos e necessitados em geral, no cargo de diretor, que ocupou até o seu falecimento (OLIVEIRA, 1959).

Luís de Oliveira consagrou inúmeros trabalhos ao Espiritismo, “em prosa e em verso, espalhados em diferentes publicações brasileiras, sendo farta a sua colaboração nas páginas do *Reformador*, órgão da Federação Espírita Brasileira” (WANTUIL, 1969, p. 501-502). Publicou livros de poesias sob os títulos de *Sertanejas* (1901), *Sonhos e visões* (1910), *Cenários* (1916) e *Clamores* (1922), este com apresentação de Rui Barbosa, e ensaios no *Livro d’alma* (1926), além da peça de teatro *Tribunal de moças*. Em parceria com sua mulher, escreveu *Folhas de Natal* e *Folhas cristãs*, e fundou a revista *Alfa*, de finalidades espiritualistas. No ano anterior à sua morte, conservava trabalhos inéditos, entre os quais citam-se *Seara bendita*, *Orações cristãs* e *Nosso livro*.

Consoante Oíliam José, a tristeza, a angústia e a dúvida norteiam a produção literária de Luís de Oliveira. Mesmo “quando escreve em prosa, o romantismo poético salta de sua pena [...] nem os anos nem as claridades da vida o fariam distanciado desse melancólico romantismo” (JOSÉ, 1961, p. 40).

Ainda nas palavras do decano José (1961, p. 27):

[...] como ocorre com Oscar da Gama, são poucos, em nossos dias, os que, em Minas, o conheceram pessoalmente ou leram sua obra. Tendo saído de nosso estado há 42 anos, a ele não mais voltou. E, enquanto isso, os poucos exemplares restantes de seus trabalhos em prosa e em verso iam desaparecendo de mãos mineiras, para se tornarem raridades de biblioteca. Essa dupla ausência – a do autor e de suas obras – fez de Luís de Oliveira uma lembrança apenas para a atual vida literária mineira, embora palpitasse em nosso antecessor um poeta, um teatrólogo e um homem de ação dedicado ao exercício da bondade.

E finaliza Oíliam José: homem simples e afável, Luís de Oliveira foi “modelo de ternura humana”, “dono de serenidade quase absoluta”, “mestre da bondade, eis em suma o seu elogio”.

À vaga de Luís de Oliveira na Academia Mineira de Letras concorreram o então juiz de direito da comarca de Pouso Alegre, Antônio Braga; o filho único de Luís, Solimar de Oliveira; e Oíliam José, eleito

em 20 de outubro de 1960 e empossado a 19 de janeiro de 1961, sendo recebido pelo acadêmico cônego Bueno de Siqueira.

Senhor presidente, antes de discorrer sobre meu imediato antecessor na cadeira de número 30, permita-me, mais do que registrar, saudar a presença de familiares do professor Oiliam José, que muito dignificam minha investidura nesta Casa. Pelo que, agradeço-lhes sensibilizado.

Oiliam José era o primogênito de cinco filhos do casal de primos libaneses Chamel Assad Iussef, brasileiro Chamel José (1880-1934), e Gurra Habib Couri. Nasceu em Visconde do Rio Branco, a 9 de fevereiro de 1921, e casou-se com D. Maria da Glória de Almeida, com quem teve quatro filhos. Fez o curso secundário no Colégio Rio Branco em sua terra natal, e o de Contabilidade em Miracema (RJ) e em Leopoldina (MG). Fundou e dirigiu os jornais *O Ginasiano* e *O Escoteiro*, e o quinzenário *O Leopoldinense*. Participou dos corpos docentes do Ginásio Rio Branco, de Visconde do Rio Branco; do Ginásio São Paulo, de Muriaé; do Ginásio Leopoldinense, de Leopoldina, transformado no Colégio Estadual Professor Botelho Reis, no qual foi titular da cadeira de História Geral e do Brasil; e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina, de Muriaé, na qual foi catedrático de Literaturas Portuguesa e Brasileira. Foi secretário municipal da Prefeitura de Visconde do Rio Branco, contabilista da Secretaria de Finanças do Estado de Minas Gerais e chefe de gabinete da direção da Imprensa Oficial (1957-1959) e da Secretaria de Segurança Pública (1959-1961). Em 1963, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A partir de 1971, compôs o corpo de redatores do Palácio dos Despachos. Entre 1977 e 1979, foi oficial de gabinete do governador do Estado. Em março de 1979, retornou à atividade anterior, na qual se aposentou em 1990. Pertenceu, para além da AML, aos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais, de São Paulo e de Juiz de Fora; ao Instituto Genealógico Brasileiro; e às Academias de Letras Ubaense e Rio-Branquense. Entre suas várias condecorações, anotam-se as Medalhas de Bronze João Pinheiro, a de Ouro Santos Dumont e as de Prata e Grande Medalha da Inconfidência.

Na Academia Mineira de Letras, foi eleito secretário-geral em 1969, atividade que exerceu até fevereiro de 2001, quando lhe foi cometida a láurea de secretário-geral honorário. A partir daí, tornou-se decano da Academia e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao qual pertencia desde 1954.

Oiliam José possuía uma personalidade amena, era uma pessoa por excelência cordial, de convívio fraterno e com forte traço de amor ao próximo, como ressaltou seu neto Carlos Henrique na sessão da saudade que esta Casa dedicou à sua memória. Contabilista, professor, jornalista, advogado, servidor público, historiador, memorialista, poeta, homem de intensa reflexão religiosa. Essa última qualidade talvez possa ser considerada a tônica de sua obra. A catolicidade foi a diretriz dos passos e do pensamento de Oiliam José, clara herança de seu pai, homem de arraigada espiritualidade, ex-seminarista no bispado maronita de Beirute.

O proselitismo do credo católico foi o penhor maior no itinerário de Oiliam José. A atividade missionária foi constante na sua vida e obra, haja vista que, aos 19 anos de idade e durante quase outros 70, esteve dirigente do retiro espiritual dos homens nas cidades de Visconde do Rio Branco e de Leopoldina.

Ao menos oito de suas obras têm um explícito propósito de propagação do catolicismo, pela celebração dos valores espirituais por ele introjetados. Na linha do tempo, são escritos vinculados ao outono terreno do eminente homem de letras, porquanto publicados entre 2003 e 2009. Ele faleceu a 23 de fevereiro de 2017, em Belo Horizonte, tendo o seu corpo, depois de velado nesta Casa, sido sepultado na cidade de Visconde do Rio Branco.

Oiliam José é autor de vasta obra em diferentes áreas: história, historiografia, biografia, sociologia, literatura, etnologia, poesia e religião, com destaque para a história e para a religião.

No hagiográfico *Heróis e santos*, estes são entendidos como “criaturas humanas por excelência”. Assim, o ensaio converge para

[...] o que é ou o que foi a vida de santos canonizados ou não. Nosso intuito, e cremos tê-lo atingido, é apenas o de

delinear algumas fisionomias de bem-aventurados, daqueles que nos parecem mais significativos. Acreditamos, todavia, ser isso o bastante para entrarmos em contato com o mundo dos santos, que deveria ser o nosso próprio mundo e o mundo de nossos descendentes, pois o Filho [Jesus Cristo] nos ensinou: ‘Sede santos como vosso Pai é Santo!’ (JOSÉ, 2003, p. 19-20).

A perspectiva da análise é inequívoca. Vale dizer: é um estudo da “santidade sob o duplo aspecto humano-divino”. É um debruçar-se sobre “aspectos da santidade, dissecando padrões humanos, seres que levaram a mesma vida que levamos, seres que sentiram as nossas paixões e tocaram as mesmas realidades, seres que sentiram a revolta da carne e lhe ofereceram heroicamente a reação” (JOSÉ, 2003, p. 20-21).

No mesmo ano, aparece o opúsculo *Admirável Serra da Piedade*. Nele, José trata da religiosidade e do fascínio que vivenciara na visita ao conhecido santuário, agora basílica, ereta na serra homônima. Dedicar particular destaque ao que denominou “rosto pétreo da Serra da Piedade”, por ele assimilado na década de 1980. Blocos de formações geológicas que, na ótica do piedoso autor, delineiam um nítido rosto humano.

Em *Pensar de cristão*, o professor Oíliam rende louvor e gratidão a Deus, por intermédio de visões, que “são apenas modos de pensar e agir concretizados no viver diário com que procura corresponder ao privilégio de ser fiel da Igreja fundada pelo Filho de Deus, para a missão de salvar as almas” (JOSÉ, 2004, p. 22). A obra inicia-se com máximas inspiradas nas Escrituras, com ênfase na adoção do amor cristão como motriz do cotidiano e em reflexões sobre o mistério da morte, a honra da velhice e as perspectivas da eternidade, a partir de vivências e meditações pessoais. Prossegue com pensamentos variados em torno do laicismo, da verdade e dos valores espirituais, culminando em asserções sobre o estado de graça e a pureza.

Pensar e escrever sobre a necessidade contínua de fortificar o dom divino da fé, que só se completa “no instante próximo de nossa passagem da terra para o Paraíso da Eternidade”, entre outras ideias voltadas à exaltação dos valores ético-religiosos e do amor cristão, constitui a substância de *Anseios de fé e esperança*.

O móvel de *Sombras e luz* é, uma vez mais, o compromisso de disseminar a fé católica. Não é por outra razão que o autor se auto-proclama “agente pastoral”. Sem titubeios, ele declara: “sentimo-nos no dever de substituir, por determinado tempo, as pesquisas históricas, que tantas alegrias nos concederam, pela contínua missão de evangelizar”. Afinal, assegura, “poucas alegrias se comparam com a de ensinar a doutrina religiosa que abraçamos e com a verificação de que ex-alunos nossos vivem a fé e a praticam com amor” (JOSÉ, 2006a, p. 13).

O mote para a feitura de *Certeza e temores* nos é apresentado à partida: “A certeza nos vem com a doutrina d’Aquele que, possuindo natureza divina, garante-nos ser ‘caminho, verdade e vida’ (Jó 14-16), enquanto os temores nascem em nós ao longo de nosso caminhar terrestre, em busca da vivência segundo a doutrina do Salvador” (JOSÉ, 2006b, p. 4). A obra constitui-se de algumas dezenas de textos norteados pelas duas expressões denominadoras e por princípios morais e cristãos, tendo foco em personagens históricas, como, entre outros, os papas João Paulo II e Bento XVI, Frederico Ozanam, Pasteur, Einstein e padre Feijó.

Procura do eterno presente, de 2008, é mais uma coletânea sob a forma de capítulos breves, em que o autor se empenha na sua inarredável missão de catequese laica, voltada à disseminação do conhecimento da vida cristã aos irmãos em Cristo, ou, em suas palavras, “ao apostolado que nos cumpre efetivar, enquanto houver tempo, ao longo da nossa peregrinação terrena” (JOSÉ, 2008, p. 16).

Nos últimos anos, é manifesto o desígnio de Oíliam José de implementar seu estreito comprometimento com a missionação, e a executada com tenacidade, tendo a iminência da morte como instigadora de suas indagações. O avizinhamento do fim vital é recorrente na sua escrita dessa hora, como se lê, por exemplo, neste trecho da “explicação” com que abre o *Procura do eterno presente*, de 2008:

[...] esses caridosos temas focalizam aspectos relacionados, direta ou indiretamente, com nosso viver terreno, em busca do que desejamos alcançar, pela Misericórdia Divina, pensando no chegar o instante em que poderemos julgar que o Pai nos chamou para os páramos eternos ou eterno presente. Aí nos esperamos, embora não o mereça-

mos, aumentar a felicidade que, na terra, apenas vislumbramos ao longe e confusamente (JOSÉ, 2008, p. 18).

Imparável na pregação evangelizadora, em *Toques de esperança e de luz*, aos 88 anos de idade, o arauto rio-branquense renova sua confissão religiosa e o decorrente dever missionário, isto é, o compromisso de, ainda que leigo, participar ativamente da difusão do catolicismo, sendo “transmissor da imagem divina”.

Na labuta da produção livresca, o essencial acontece entre 1952 e 1965, período em que a história domina absoluta suas realizações. Também aqui o providencialismo é a marca. O primeiro livro é *Visconde do Rio Branco: notas para sua história*. Trata-se de apontamentos e transcrições sobre a evolução da terra natal do autor desde os tempos da freguesia de São João Batista do Presídio, originários predominantemente de testemunhos orais, posto que as fontes textuais apresentavam-se-lhe rarefeitas, à exceção de registros eclesiásticos e de documentos reproduzidos na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Para além de aspectos históricos, esse livro abrange escritos sobre individualidades de realce, instituições e atividades culturais e socioeconômicas. Na verdade, o livro inaugural de Oíliam José compreende também a história de cidades limítrofes à do título da obra, em confessada tentativa de elaborar uma história regional.

Fatos e figuras de Visconde do Rio Branco é o segundo livro. Nos dizeres iniciais, o autor elucida que “o título adotado para este trabalho sobre a história rio-branquense indica seu conteúdo”, configurando-o como sequência do anterior. Por isso, a obra cinge-se em narrativas e pesquisas em torno de episódios, personalidades, registros antropológicos e linguísticos e de instituições da época da setecentista povoação do Presídio ao deflagrar da Revolução Constitucionalista de 1932.

Marlière, o civilizador: esboço biográfico detém-se no percurso do emigrado francês, ex-oficial dos exércitos napoleônicos que chegou ao Brasil no início do século XIX, acompanhando a família real portuguesa, e se notabilizou como colonizador da Zona da Mata mineira.

Em 1959, foi a vez de *Historiografia mineira: esboço*. Na apresentação, Oíliam José assevera:

[...] não possuímos, até hoje, a tão ambicionada e indispensável ‘história de Minas Gerais’, obra de mestres que sejam capazes de, pela riqueza documental, pelo rigor e arejamento na crítica das fontes utilizadas e pela segurança e objetividade das conclusões, fixar as linhas dorsais de nossa agitada e fecunda evolução social. [...] Mas, enquanto esse alvissareiro fato não acontece, a outros trabalhos é lícito esforçarem-se para fixar as linhas fundamentais de que se compõe o quadro das pesquisas históricas na terra mineira. E o presente estudo se considera como um desses trabalhos (JOSÉ, 1959, p. 11-12).

Apontemos-lhe o conteúdo. Após deter-se em rápidos parágrafos atinentes ao conceito de historiografia e sua aplicabilidade no Brasil, José dedica-se a esquadrihar uma periodização para a historiografia sobre Minas Gerais. Sua proposta apresenta-se em quatro recortes: “Período dos primeiros historiadores” (século XVI a 1808); “Período dos viajantes historiadores” (1808-1870); “Período dos historiadores clássicos” (1870-1910); e “Período dos historiadores contemporâneos” (1910 aos nossos dias-1959). Nos capítulos seguintes, José volta-se para a análise de cada uma dessas fases, por meio de referência e comentários sobre autores e obras delas representativos. Para completar, ele adota o critério de “agrupar os trabalhos segundo seus temas principais”, atendendo à tendência que observava para estudos especializados (JOSÉ, 1959, p. 119). E, assim, empregando o mesmo vetor metodológico, passa a versar em torno de uma divisão dual de gêneros: pré-história e história, subdividindo esta em história geral, história da Igreja, história administrativa, história política, história econômica, história militar, história educacional, história literária, história artística, história racial, folclore, história do jornalismo, genealogia, biografia e história municipal. Se se pode discutir a pertinência dos parâmetros adotados, não se poupe à historiografia mineira o mérito de compilar empenhadamente o que de mais assinalável tinha sido divulgado sobre o nosso estado no âmbito dos assinalados recortes temáticos.

Passados quase 30 anos, surgiu a segunda edição da obra, que se revelava com mais do que o dobro de páginas da versão original, por efeito de naturais “acréscimos, retificações e adaptações”. São três novos capítulos: história judiciária, história da medicina e história das

comunicações. Houve também uma significativa alteração em um título de capítulo: a história racial da primeira edição é agora tratada na perspectiva da história étnica.

Apesar de lastrear-se em apropriada documentação arquivística e em qualificada literatura especializada, a abordagem da obra *Tiradentes* (1974) orienta-se privilegiadamente por um foco movediço: os traços psicológicos do biografado, seus comportamentos, seu temperamento e suas motivações são apresentados em análises em que não faltam interpretações calcadas no providencialismo a que, desde sempre, Oíliam José se vinculou. Assim é que, na frase derradeira da obra, ele assinala que os princípios norteadores da Conjuração Mineira de 1788-1789 foram “retificados à luz do Evangelho” (JOSÉ, 1985, p. 229, grifos do autor). Isso posto, ainda de acordo com o autor, Tiradentes é uma “figura que demonstrou cabalmente conhecer a perene verdade histórica de que a liberdade reclama heroísmo e só se realiza nos que sabem ser fiéis à Pátria que os acolheu e a Deus, que os criou e os inspirou” (p. 18). Tiradentes herói, Tiradentes revolucionário e, reportando-se a Lúcio José dos Santos, Tiradentes, o líder da Conjuração (JOSÉ, 1985, p. 135).

À altura do centenário de emancipação político-administrativa de sua terra natal, Oíliam José, retomando suas duas primeiras obras, empreende o que enfaticamente designou como “um esboço da história” de Visconde do Rio Branco (JOSÉ, 1982, p. 15).

Na verdade, a obra constitui-se de um copioso volume com mais de uma centena de tópicos, de diversificada natureza, que se subordina à ordem cronológica, sendo lastreado de fontes documentais do Arquivo Público Mineiro, do acervo da paróquia local e de considerável bibliografia.

Ainda no âmbito da história, Oíliam José elaborou biografias, por meio de textos curtos. A do político Celso Machado (1995), de quem, por quase 50 anos, foi próximo e colaborador; a do pensador Jackson de Figueiredo (1997), enaltecendo-lhe a atuação renovadora do laicato na Igreja Católica do Brasil; e, em fascículos, as de Wenceslau Braz (2001), de Silviano Brandão (2001) e de Francisco Sales (2002).

No campo da sociologia, em 1962, Oíliam José facultou-nos a leitura de *A Abolição em Minas*. O objetivo do ensaio foi “reconstituir a

fisionomia do movimento de ideias que levou Minas a unir-se de algum modo à campanha abolicionista empreendida no País”. Ele esclarece:

Dizemos de algum modo, porque na realidade não houve, em nossa Província, um esforço coletivo e de sólida envergadura em prol da liberdade da gente negra [...]. Era talvez a confirmação de que os povos destas montanhas preferem pensar e agir silenciosamente, mesmo quando os brasileiros de outras plagas levantam alto as vozes de seus pronunciamentos (JOSÉ, 1962, p. 9).

Nesse sentido, o esforço abolicionista nas Minas Gerais foi determinado pela “formação moral e religiosa que cimentou nossa civilização” (JOSÉ, 1962, p. 10). O racismo como elemento explicativo da história brasileira e suas nefastas decorrências para o desenvolvimento do País e do Estado formam o objeto de *Racismo em Minas Gerais*. Trata-se de um estudo com viés histórico-cronológico, baseado em fontes primárias, em alguma bibliografia especializada e em depoimentos orais de negros, inclusive de ex-escravos. A análise é concluída por sugestivo arrazoado que apregoava uma “aculturação mútua”.

Em correlação, 12 anos depois, José edita *O negro na economia mineira*. Nele, o escritor se dispôs a demonstrar que, no seu ponto de vista, o fator econômico, ao invés de buscar o bem-estar social, foi o causador do agravamento das mazelas sociais em nossa história. “Fez, em Minas, a felicidade de minorias, enquanto gerava o desnorteador sacrifício da maioria [...] por mais saliente que seja, é ele (o fator econômico) apenas parcela de um todo complexo. Não é o maior, contudo oferece grandes perigos” (JOSÉ, 1993, p. 3-4). E continua: “A verdade modela a natureza do trabalho do historiador. Este deseja o triunfo desse valor, porque não é a verdade que pertence ao historiador, mas é o historiador que pertence à verdade. Aí está a escravidão que o liberta” (JOSÉ, 1993, p. 6).

Nesse registro interpretativo é que, já no capítulo 2, analisa “o econômico em face do Evangelho” (JOSÉ, 1993, p. 17), abordagem à luz da qual engendra seu discurso historiográfico, finalizando por afirmar, entre outras assertivas:

[...] o relacionamento étnico no Brasil e em Minas ocorre
[...] dentro de contexto social próprio, razão pela qual seu

indispensável aperfeiçoamento há de ser conseguido pela mútua cooperação dos três maiores blocos, os do branco, do negro e dos mestiços. É também certo que, nesse processo, o sacrifício maior caberá ao branco social e financeiramente realizado e que, da parte do negro, deve existir correspondente moderação nas reivindicações (JOSÉ, 1993, p. 301).

Redigido sob a forma de depoimento, *Mundo em crise* procura exprimir as angústias e o desalento de que foram acometidos aqueles que nasceram no pós-guerra de 1914-1918 e que vivenciaram o segundo conflito mundial. “Geração torturada, desde o nascimento, tanto no corpo como na alma” (JOSÉ, 1960, p. 7). Em textos sucintos, conduzidos por mensagens de acentuado teor ético-moral, Oíliam José reitera suas convicções salvíficas. Em socorro às mazelas e sofrimentos do mundo, contrapõe e proclama a magnanimidade e o amor divinos. *In verbis*: “O sofrimento é um mundo [...]. Para nós, católicos, porém, todo esse mundo, que a muitos desespera e enlouquece, já não aparece como compressor, mas como parte integrante dos admiráveis caminhos pelos quais a Divina Providência vai amparando nossos passos na caminhada para o céu” (JOSÉ, 1960, p. 147).

A escassez de títulos concernentes à temática até aquele momento motivou prévio realce a *Indígenas de Minas Gerais*. Não é obra de história. Como acentua o subtítulo, o ensaio dedica-se a estudar as facetas sociais, políticas e etnológicas dos silvícolas que, desde “origens remotas”, habitavam a terra das alterosas. O livro inicia-se identificando as tribos situadas nesse território e observando expressões variadas dos três aspectos de eleição do autor, um esforço de pesquisa ao qual se antepõem consideráveis obstáculos investigativos, mormente no que se refere à etnologia-antropologia. As limitações da análise reconhecidas pelo autor e, por decorrência, as ressalvas que podem ser atribuídas ao texto não invalidam a ousadia da empreitada.

Constatar que o período provincial se pautava por carência bibliográfica foi o *leitmotiv* de Oíliam José para a elaboração do ensaio *A propaganda republicana em Minas*. Releve-se nessa obra a utilização da imprensa escrita de Ouro Preto e de 13 cidades do interior mineiro

como as principais fontes históricas, instituindo, pois, a espinha dorsal do texto. À análise somam-se estudos sobre a presença e o proselitismo de Silva Jardim em Minas, às vésperas do 15 de novembro, bem como sobre a instalação e o cenário político, administrativo e doutrinário do novo regime nos seus primeiros tempos.

A poesia

Em 1984, pela Imprensa Oficial do Estado, Oiliam José publicou *Poemas orientais*. O título declara a inspiração do autor e seu culto à ancestralidade libanesa, por ele tanto cultivada. Mencione-se, a propósito, que seu pai, Chamel, na juventude, fora condiscípulo e amigo de Gibran Khalil Gibran, o festejado autor de *O profeta*.

Em *O efêmero e o eterno*, não há filiação a determinada matriz. Aqui, o poeitar de Oiliam é intensamente subjetivo, proclama e reclama o intimismo, consagra a introspecção. Versos pautados pelo *nosce te ipsum*. Introjção como alimento da fé, e esta como requisito e vetor para a prática permanente do bem e para a busca das manifestações do belo. “Fala-se, evidentemente, num sublimismo (sem qualquer conotação psicanalítica) realista, racionalizado, imaginativo, criador e formador. Num sublimismo em que o máximo da forma corresponda ao máximo do vivenciar nobre” (JOSÉ, 1986, p. XIV).

Nessa medida, a experiência poética de Oiliam, então sexagenário, é alimentada, como esclarece, pelas suas “maiores riquezas”, senão pelas “paixões que o dominam: Cristo, sua Igreja, os carentes, os angustiados, os amigos e o belo” (JOSÉ, 1986, p. XV). Leiamos as estrofes de “Esperança”:

*Se o divino mora em nós,
Somos felizes terrenos.
No tempo, sai-nos a voz,
Pra irmos a mundos serenos.*

*Eis-nos, agora, momentos
Vividos em tempo infrene.
Mas, como seres sedentos,
Chegaremos ao perene.*

*Assim, nobres nos fazemos,
Quando a todos bem queremos,
Colhendo suave esperança,
Na caridade que avança.*

*Nessas fecundas visões,
Findam graves dissensões,
E, com firme solidez,
Veremos o Amor, de vez
(JOSÉ, 1986, p. 24).*

A última referência, talvez, seja aquela que mais de perto tocaria o coração de meu antecessor. Por certo, é a que mais estreitamente o associa a esse grêmio. Refiro-me às *Efemérides da Academia Mineira de Letras: 1909-2009*. O laborioso empreendimento nasceu em 15 de dezembro de 1966, quando, reunida a Academia sob a presidência de José Oswaldo de Araújo, Oíliam José propôs a organização e a publicação, em volume apropriado, dos fastos e feitos da Casa, trabalho que fora esboçado pelo acadêmico Martins de Oliveira, que registrou os acontecimentos marcantes da Academia entre 1909 e 1960. O repto foi aprovado por unanimidade, mas condicionado ao fato de algum acadêmico aceitar a incumbência. Em março de 1975, o encargo é formalmente atribuído ao ilustre confrade. Desse modo, em 1980, surge a primeira edição; em 1985, a segunda; uma terceira, em 1998; culminando na alentada compilação comemorativa do centenário, em 2009.

Não satisfeito em consignar sua colaboração à história da Academia Mineira de Letras, de que são testemunhos o seu duradouro secretariado e, sobretudo, sua faina nas anotações sobre o cotidiano da Casa, materializadas nas substanciosas *Efemérides*, Oíliam José expressou seu amor na elaboração de outros textos a ela respeitantes. Foi o caso de *Registros acadêmicos*, que, principalmente e na maior parte dos tópicos, trata da Academia Mineira de Letras, de suas estruturas, de seus membros e de episódios notáveis, aos quais acrescenta o tratamento de temas afins aos desígnios proclamados no *scribendi nullus finis*. Foi o caso igualmente de *Registros históricos*, em que escritos sobre a

Casa de Vivaldi mesclam-se àqueles respeitantes, diversificadamente, a devoções, censura, normas linguísticas, minerais atômicos e ciência e onisciência.

Reflexões & defesas é uma obra derradeira, que evidencia, uma vez mais, o ecletismo dos interesses intelectuais do autor. Nela, alternam-se textos concernentes à espiritualidade, à Igreja Católica do século XX, às virtudes, a personalidades das letras e da política, à querida Academia Mineira de Letras e a alguns de seus integrantes. Tudo isso com um inusitado sinal no vasto labor de Oíliam José: uma profusão de fotografias que retratam paisagens, objetos e, sobretudo, pessoas do mais íntimo bem-querer oíliamjoseano. Texto e imagens que indisfarçavelmente externalizam e proclamam muitos – se não os mais expressivos – afetos bussolares do autor. Obra de franca e serena despedida nas reveladoras “palavras iniciais”:

Entregamos, hoje, aos possíveis leitores este livreto, no qual procuramos expressar verdades que, reunidas, nos levam à glória celeste. Longa e penosa é esta caminhada, mas vale percorrê-la, pedindo as graças divinas. Sem elas a luz se transforma em escuridão. Por isto, devemos reconhecer nosso estado de pecadores e pedir, com insistência, que o Filho, Jesus, sempre nos ampare. Realmente, não há salvação sem o amparo da Misericórdia Divina (JOSÉ, 2013).



Se, convictamente, sem qualquer originalidade, aclamei que é aos jovens que devemos render homenagens e confiar o fardo de nossos desígnios, pertinentemente dirijo-me a Rogério Faria Tavares para proclamar – e, de novo, ausente o ineditismo –, a abnegação e a competência com que ele, dia após dia, se tem havido na dinamização das atividades da Academia Mineira de Letras.

Confrade Rogério: se os agradecimentos são tantos e procedem de diferentes veredas, por favor, a eles acrescente os meus, devidos que são pela afetuosa amizade com que me distingue e pelas palavras que me dirigiu e que tanto enterneceram meu coração.

Na Lira XIV, de *Marília de Dirceu*, canta o poeta conjurado:

*As glórias que vêm tarde, já vêm frias,
[...]
Aproveite-se o tempo, antes que faça
o estrago de roubar ao corpo as forças
e ao semblante a graça!*

Confrades e confradeiras, se nunca busquei a glória, alcanço-a neste momento, pelo calor da vossa unânime magnanimidade, revitalizando-me e abrindo-me caminhos outros. A todas e a todos, *ab imo pectore*, o meu melhor “muito obrigado”, pela deferência que imerecidamente me cometem, fazendo-me transbordar de júbilo e adornando o meu porvir.

Senhoras acadêmicas e senhores acadêmicos, facultastes-me os jardins platônicos da AML. Com benevolência, acolhestes-me e, por conseguinte, oferecestes-me o vosso convívio. Com ele, a possibilidade de sorver de perto os vossos ensinamentos. Nesse sentido, serei igualmente devedor aos cultores de Clio que aqui reverberaram suas sabedorias. Agripa de Vasconcellos, Zoroastro Viana Passos, Salomão de Vasconcellos, Lúcio José dos Santos, João Dornas Filho, Abílio Barreto, Augusto de Lima Júnior e João Camilo de Oliveira Torres, sem esquecer daqueles que ainda agora – e auguremos que por muitos anos – ilustram os quadros da Casa de Alphonsus, como Ronaldo Costa Couto, cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho e Amílcar Vianna Martins Filho.

Minhas senhoras e meus senhores, não tenho o direito de vos enfadar ainda mais. Cuido, então, a voo de pássaro, de aludir ao que, no âmago, tenho sido e ao que tenho vivenciado. Ortega y Gasset, em *Meditações do Quixote* (1967, p. 52), salienta-nos: “Eu sou eu e a minha circunstância; e se eu não a salvar, não salvo a mim”. Peço-vos vênias, pois, para expressar um dos sentimentos basilares que trago da casa paterna: o sentido de gratidão. Quem vos fala, portanto, é o menino da Rua Peçanha que teve o privilégio de estudar no Grupo Silviano Brandão, na Lagoinha de antanho. Quem vos fala é o adolescente que, por sete anos, palmilhou os terrenos limítrofes da Pedreira Prado Lopes e

do Conjunto Residencial do IAPI para, indelével e gostosamente, ser moldado pelo Colégio Municipal de Belo Horizonte. Quem vos fala é o licenciando em História da outrora Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo sonho profissional maior – não me canso de dizê-lo – era exercer o magistério em seu colégio de origem. Por isso, e da minha parte, o “muito obrigado” não se esgota!

Quem vos fala também é aquele que, neste momento, com filial reverência, pelas suas imorredouras presenças, beija a mão direita da Miluca e do Caimo; é aquele que recolhe, acolhe, agradece e exalta o amor da Piedade Maria e da Bárbara; que afetuosamente abraça o André; e que se desvanece por inteiro com a doçura pueril do Miguel e da Manuela; é aquele que orgulhosa e carinhosamente contempla seus irmãos, irmãs, cunhado, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, primos e primas. Quem vos fala é aquele que, agradecido, celebra a sinceridade e o afago diuturnos que recebe dos amigos, professores, colegas, alunos e dos companheiros de trabalho. Quem vos fala, afinal, é alguém que, vicissitudes à parte, reafirma sua crença no ser humano; e, assim, sentindo e expressando, quem vos fala é alguém que tem a utopia em seu horizonte, a projetar, a ardentemente desejá-la e a tentar contribuir para tornar efetiva a *república imaginária*. Parafraseando a lição de Thomas More, há que perseverar para se conseguir converter a ideia fundamental em realidade.

Houve quem – e quantos foram os que – criminosamente falaram e falam do fim da história e das ideologias, do fim das utopias. Repilo fortemente o diversionismo! Quando nada porque, enquanto houver injustiça e desigualdade social, existirão indignação e utopias.

Em outra oportunidade, escrevi e ora reitero que “a história é um caminho para a utopia. Não no sentido de um ideal inatingível, mas no de manter viva a esperança. Ontem semeamos a realidade de hoje; hoje semeamos a de amanhã. A história pode nos ajudar a realizar essa semente com lucidez, anunciando um futuro mais justo e fraterno” (BOSCHI, 2007, p. 69). Utopia, antídoto às frustrações e à desesperança.

De quimeras entendem os poetas. Assim, ao terminar, e porque aqui nos irmanamos sob a égide das musas, invoco Mário Quintana (1997, p. 36):

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
 Não é motivo para não querê-las...
 Que tristes os caminhos, se não fora
 A presença distante das estrelas!*

Muito obrigado!

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSCHI, Caio César. *Porque estudar História?*. São Paulo: Ática, 2007.
- FEBVRE, Lucien. *Viver a história. Combates pela história*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.
- FURTADO, Fernando Fábio Fiorese. Oscar da Gama: um poeta à procura da própria rubrica no complexo estilístico finissecular. *Verbo de Minas*, Juiz de Fora (MG), v. 6, n. 10, p. 163-168, 2006. Disponível em: <<https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/754>>. Acesso em: 3 mar. 2018.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. São Paulo: Círculo do Livro, [19-]. p. 41.
- JOSÉ, Oíliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962. 171 p.
- JOSÉ, Oíliam. *A propaganda republicana em Minas*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG/Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960. 180 p.
- JOSÉ, Oíliam. *Admirável Serra da Piedade*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003. 28 p.
- JOSÉ, Oíliam. *Anseios de fé e esperança*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2005. 132 p.
- JOSÉ, Oíliam. *Celso [Porfírio de Araújo] Machado, o homem e o político*. [S.l.: s.n.], 1995. 28 p.

JOSÉ, Oíliam. *Certeza e temores*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2006b. 127 p.

JOSÉ, Oíliam. *Dois poetas românticos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.²

JOSÉ, Oíliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras: 1909-2009*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2009. 976 p. (Edição comemorativa do centenário).

JOSÉ, Oíliam. *Fatos e figuras de Visconde do Rio Branco*. Leopoldina (MG): Oficinas Gráficas da Tipografia Diocesana São José, 1956. 279 p.

JOSÉ, Oíliam. *Francisco Sales, altivez e austeridade*. [Belo Horizonte]: Imprensa Oficial, 2002. p.162-168 (Governadores de Minas, 21).

JOSÉ, Oíliam. *Heróis e santos*. Belo Horizonte: Edição do autor, 2003.

JOSÉ, Oíliam. *Historiografia mineira: esboço*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. 220 p.

JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1965. 217 p.

JOSÉ, Oíliam. *Jackson, líder e apóstolo*. Belo Horizonte: [s.n.], 1997. 83 p.

JOSÉ, Oíliam. *Marlière, o civilizador: esboço biográfico*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2013. 148 p.

JOSÉ, Oíliam. *Mundo em crise*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960. 151 p.

JOSÉ, Oíliam. *O efêmero e o eterno*. Belo Horizonte: Fumarc; PUC Minas, 1986. 69 p.

JOSÉ, Oíliam. *O negro na economia mineira*. S.l.: s.n., 1993. 334 p.

JOSÉ, Oíliam. *Pensar de cristão*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2004. 128 p.

JOSÉ, Oíliam. *Poemas orientais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1984. 126 p.

JOSÉ, Oíliam. *Procura do eterno presente*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2008. 143 p.

JOSÉ, Oíliam. *Racismo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1981. 258 p.

² Os literatos em causa são Oscar da Gama e Luís de Oliveira. O opúsculo foi produzido com base nas notas que Oíliam José utilizou para o estudo que sobre ambos os autores desenvolveu em seu discurso de posse na AML.

JOSÉ, Oíliam. *Reflexões & defesas*. Belo Horizonte: O Lutador, 2013. 248 p.

JOSÉ, Oíliam. *Registros acadêmicos*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2005. 112 p.

JOSÉ, Oíliam. *Registros históricos*. Belo Horizonte: O Lutador, 2011. 114 p.

JOSÉ, Oíliam. *Silviano Brandão, a consolidação da República*. [Belo Horizonte]: Imprensa Oficial, 2001. p. 106-112 (Governadores de Minas, 14).

JOSÉ, Oíliam. *Sombras e luz*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2006a. 95 p.

JOSÉ, Oíliam. *Tiradentes*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1985. 240 p.

JOSÉ, Oíliam. *Toques de esperança e de luz*. Belo Horizonte: Fumarc, 2009. 136 p.

JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: notas para sua história*. Visconde do Rio Branco: Oficinas Gráficas da Papelaria Império, 1952. 336 p.

JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982. 565 p.

JOSÉ, Oíliam. *Wenceslau Braz: escalada fulgurante*. [Belo Horizonte]: Imprensa Oficial, 2001. p. 50-56 (Governadores de Minas, 7).

OLIVEIRA, Luís de. *Vida de Oscar da Gama*. Cachoeiro do Itapemirim: Gráfica Santa Fé, 1955. [8 p.]

OLIVEIRA, Martins de. *Academia Mineira de Letras*. Galeria dos patronos, fundadores e sucessores. Cadeira 30. Minas Gerais, 27 de setembro de 1959.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditações do Quixote*. Comentário por Julián Marías. São Paulo: Livro Ibero-Americano, 1967.

QUINTANA, Mário. Das utopias. In: QUINTANA, Mário. *Antologia poética*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

WANTUIL, Zêus. *Grandes espíritas do Brasil: 53 biografias*. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 1969.

WEHLING, Arno. *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2016.

Disponível em: <http://academiamineiradeletras.org.br/artigos-de-academicos/discurso-de-posse-de-caio-cesar-boschi-na-cadeira-30/>

D – Jacyntho Lins Brandão

Discurso de recepção a Jacyntho Lins Brandão¹

Rogério Faria Tavares

Boa noite a todos. Sejam sempre muito bem-vindos à Casa de Alphonsus de Guimaraens, erguida por um grupo de 12 intelectuais em 1909, em Juiz de Fora, como um espaço de convivência fraterna em torno das letras, das artes, da educação, da história e da memória.

Cumprimento, em especial, os acadêmicos Elizabeth Rennó, Carmen Schneider Guimarães, Yeda Prates Bernis, Benito Barreto, Amilcar Martins Filho, Caio Boschi e Angelo Oswaldo de Araujo Santos e o presidente emérito Olavo Celso Romano.

Também dirijo uma palavra de acolhimento aos familiares do acadêmico Francelino Pereira dos Santos, ocupante da Cadeira 25 até 21 de dezembro de 2017.

Saúdo os integrantes da mesa: a presidente Elizabeth Rennó, o secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais, confrade e fraterno amigo Angelo Oswaldo de Araujo Santos, e a reitora da UFMG, a minha universidade, onde cursei a graduação e o mestrado, professora Sandra Regina Goulart Almeida.

¹ Discurso proferido no dia 11 de dezembro de 2018, durante solenidade de posse de Jacyntho Lins Brandão na Academia Mineira de Letras.

Com particular entusiasmo, menciono também o já confrade Jacyntho Lins Brandão, sua mulher, a professora Magda Guadalupe, e seus familiares, sobretudo os netos, e seus amigos.

O sentimento que me move, nesse momento, é o da alegria genuína: a partir de agora, teremos, os integrantes da Academia, o privilégio de desfrutar, com mais frequência, da companhia de um intelectual de inteligência privilegiada e sólida erudição. Mais importante que isso, no entanto, será o prazer proporcionado pelo contato com um homem elegante e cordial, de trato suave, ameno e gentil, alinhado plenamente ao melhor do chamado “espírito acadêmico”.

O colegiado a que nesta noite Jacyntho se integra prestigia, sim, a contribuição que cada um de seus componentes é capaz de dar ao seu repertório, à sua história e à sua reputação. Mas a Academia não elege os ocupantes de suas 40 cadeiras com base apenas na extensão da bibliografia ou no currículo de realizações dos candidatos. Ela também leva em conta – e o fez no presente caso – a capacidade e a disposição para relacionar-se, escutar e dialogar, sobretudo a partir das diferenças. Não há riqueza maior que a variedade de ideias e visões de mundo. É a partir dela que os horizontes se ampliam e as estruturas mentais se alargam. Não é frágil, pois, o argumento que mobiliza a cidadania, no Brasil de hoje, na defesa da tolerância e do inteiro respeito ao outro, no combate feroz a qualquer tipo de discriminação ou de preconceito, no elogio à pluralidade.

Esse é, afinal, o caminho seguro e saudável rumo a uma sociedade mais desenvolvida e democrática, percurso do qual não se pode abrir mão, em nenhuma hipótese.

Lugar da construção LIVRE do conhecimento, da reflexão POLIÉDRICA e da crítica sofisticada – elementos fundamentais e decisivos para o avanço da civilização – a sala de aula sempre foi o segundo lar de Jacyntho Lins Brandão, professor por vocação e destino.

Nascido na cidade de Rio Espera, na Zona da Mata mineira, Jacyntho pertence ao corpo docente da Universidade Federal de Minas Gerais desde 1977, quando se graduou em Letras. De lá para cá, palmilhou, dedicado, a gratificante estrada da vida acadêmica, legando à comunidade universitária – e ao seu país – importante exemplo de

amor ao ensino e uma produção integralmente comprometida com a qualidade.

Ao longo de sua trajetória, conquistou também o carinho e a admiração de ex-professores que vieram, depois, a se tornar seus pares, como Angela Vaz Leão, autora do posfácio ao volume *O manuscrito grego 2437 da Biblioteca Nacional*, organizado por Maria Olívia de Quadros Saraiva e Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa. Leio breve trecho. “Tive, sim, outros alunos brilhantes. Mas poucos mostravam então o mesmo ‘à vontade’ ao passear pela linguística e pela literatura. Jacyntho transitava sorrindo por várias línguas, tanto clássicas quanto modernas, ao mesmo tempo que já mostrava o talento literário [...] Mas não é só isso. Jacyntho sabe aliar à sua rara competência uma extraordinária generosidade intelectual, que não lhe permite isolar-se na ‘torre de marfim’ que ‘protege’ alguns docentes de uma vida acadêmica plena [...] ao partilhar o seu saber com os alunos, Jacyntho faz deles seus colaboradores e nesse sentido vai fazendo ‘escola.’”

É ainda da primeira década de sua trajetória como professor, em 1985, o livro resultante do 1.º Congresso Nacional de Estudos Clássicos, ocorrido no referido ano. Organizado por Jacyntho, *O enigma em Édipo Rei e outros estudos de teatro antigo* contou com as colaborações, entre outros, de Eneida Maria de Souza, Lúcia Castello Branco, Sônia Viegas, Ana Lúcia Gazolla e Maria Luíza Ramos. É o belo texto de Jacyntho, intitulado “Por que Édipo?”, que abre o volume, propondo a pergunta crucial: “Por que cultura grega hoje”? Entre as hipóteses levantadas pelo ensaísta na busca da resposta, registro a que se expressa no parágrafo seguinte. Abro aspas. “[...] participo do respeito religioso de Erasmo e Nietzsche pela grandeza dos gregos como o povo que, como nenhum outro, soube descer à profundidade de seus questionamentos. Talvez essa sensação, que como tal se impõe à margem dos demais raciocínios, seja ela também preconceituosa e se deva ao fato de pertencermos à mesma cultura nascida na Grécia, transmitida a nós através dos séculos. Justo seria, portanto, retificar o dito, afirmando terem sido os gregos um tempo que, como nenhum outro de nossa história cultural, desceu tão a fundo em nossos próprios questionamentos. A nossa visão do mundo, que implica em criação do mesmo, descobre-se desnuda no discurso de-

les. O seu discurso criou a nossa realidade, fato insofismável ainda que nunca tivéssemos tido acesso direto a seus mitos. A nossa consciência coletiva tira seus dados de um inconsciente coletivo criado na Grécia cuja epifania se dá nos mitos”. Fecho aspas.

Defendida sob a orientação do professor José Cavalcanti de Sousa, na Universidade de São Paulo, em 1992, a tese de doutorado de Jacyntho Lins Brandão resultou em livro, lançado pela Editora da UFMG em 2001: *A poética do hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata*.

Logo na introdução, chamada “A história de uma polêmica”, Jacyntho apresenta o seu personagem. Abro aspas. “Este livro trata de um desconhecido escritor pós-antigo. Ilustre, sem dúvida, mas cuja obra tem atravessado os séculos marginalmente. Isso é válido tanto para a Modernidade, quanto para a própria Antiguidade. Por isso, o que sabemos com certeza sobre Luciano de Samósata é muito pouco, apenas o que essas três palavras transmitem: que tinha um nome latino e era natural da Síria. Tudo indica que viveu no segundo século de nossa era (de cerca de 125 a após 181), tendo atingido a maturidade como escritor provavelmente sob o reinado de Marco Aurélio (que se estende de 161 a 180 d. C.). No mais, somente conjecturas da crítica, que se esforça em deprender de seus textos dados sobre sua vida, correndo assim o risco de confundir a pessoa com suas personagens”. Fecho aspas.

Apresentação assinada por Marcus Vinicius de Freitas, nas “orelhas” do livro, fornece aos leitores informações preciosas sobre a dimensão do feito realizado por Jacyntho Lins Brandão: “Para leitores e críticos desavisados, ao longo da história, Luciano eventualmente apareceu como sendo um representante da decadência da cultura clássica. Uma visão fossilizada e laudatória da cultura esteve sempre por trás desse ponto de vista. Mas nos textos de Luciano, ao contrário, a tradição se mantém viva exatamente porque está em contínuo processo de reinvenção. Essa é a via seguida por Jacyntho Lins Brandão. Se Bakhtin foi um dos primeiros críticos do século XX a apontar a força de Luciano, especialmente ao caracterizá-lo como um pensador pós-antigo (capaz de reinventar a Antiguidade a partir de uma visão crítica das formas discursivas herdadas, sejam elas a poesia, a história ou a filosofia), Jacyntho Lins Brandão, por seu turno, vai muito além do crítico russo, e

afirma a posição luciânica como sendo a de um pensador da cultura. A relação desproblematizada de Luciano com o legado da cultura é o que fez dele uma referência para autores como Rabelais, Cervantes, Voltaire, Molière, Dostoievski, Eça de Queiroz e Machado de Assis, entre tantos outros [...]”. Prossegue Freitas: “A longa convivência com os textos do pensador grego e a poderosa capacidade de análise de Jacyntho Lins Brandão fazem deste estudo uma obra de absoluta referência para aqueles que querem entender não apenas a complexidade da obra de Luciano em suas relações com o fim da Antiguidade, mas também as nossas hodiernas relações entre tradição e pós-modernidade, uma vez que o tema do legado cultural está na ordem do dia”.

De 2005 é *A invenção do romance*, publicado pela Editora da Universidade de Brasília. A indagação que dá origem ao livro é também o nome de seu primeiro capítulo: “Existe um romance grego?”. Para introduzir a questão, Jacyntho Lins Brandão escreve: “É esse prazer entranhado da mimese que acredito ser a marca genuína do romance grego. É nisso que ele se define como radicalmente grego – não apenas pela língua em que foi escrito, pelas histórias que narra ou pelos costumes que mostra. A musa homérica que tudo pode dizer por tudo ter visto – ao contrário daqueles que apenas a fama ouviram, sem nada ter visto – é a mesma que inspira os romancistas, após ter animado tragediógrafos, comediógrafos, pintores, escultores e poetas”.

Continua Jacyntho: “Ao propor estudar os processos de representação presentes no romance grego, estou em busca daquilo que de mais grego ele possui – e que é, afinal, aquilo que provoca a invenção do gênero. Esse fundamento de visão de mundo que, no horizonte de novos tempos e no contexto de novas expectativas, foi capaz de produzir novas formas de apropriação poética do mundo pelo homem”.

As conclusões a que chega Jacyntho Lins Brandão nesse trabalho são poderosas. Permito-me selecionar algumas delas: “[...] o romance grego constitui um gênero bem definido e, ao mesmo tempo, muito variado. Sem dúvida, perceber as diferenças depende antes da constatação de que não se trata apenas de um punhado de narrativas, mas de um corpus, manifestado numa época determinada, o qual exhibe uma série de traços comuns que garantem o reconhecimento de uma identidade própria. Ora, é dessa possibilidade de perceberem-se tra-

ços comuns em diversas obras que depende a noção de gênero”. E mais adiante: “Nesse sentido é que entendo o romance como um gênero pós-antigo: o último representante do antigo que não encontrou um tempo próprio e, assim, depende parasitariamente do que o antecedeu, constituindo-se como um jogo de referências a um mundo em que não mais cabe”. E finalmente: “O romance é como que o coroamento dos gêneros narrativos na Grécia – epopeia, drama, historiografia e diálogo – em que o narrador, o narrado e a narrativa produzem uma alquimia de elementos tomados da tradição, a qual se dissolve e se coagula não em formas fixas, mas abertas e transformacionais, do mesmo modo que o mundo se reinventa, po(i)eticamente a partir dos elementos mais simples: água, ar, terra e fogo”.

Também de 2005 é “*Antiga musa – arqueologia da ficção*”, que mereceu nova versão, revista e ampliada, da Editora Relicário, dez anos depois. Com o objetivo de examinar as condições que motivaram o surgimento das teorias sobre a literatura na Grécia, concentrando-se em seus princípios, Jacyntho empreende uma reflexão sobre os primórdios da reflexão poética na Grécia, examinando, para tanto, entre outros, os poemas homéricos e os poemas hesiódicos.

A escritora Laura Cohen Rabelo, ex-aluna de Jacyntho, escreve, nas orelhas da segunda edição de *A antiga musa*: “Particularmente, ele é um livro importante em minha formação. Foi o primeiro livro sobre poética clássica que li no início da minha graduação em Letras e, na época, pela generosidade do texto, introduziu-me no caminho das letras clássicas. Não que seja um manual para iniciantes, mas acredito que é uma obra ampla (certamente por ser, como o autor a define já no título, arqueológica) e cujo conteúdo cheguei a usar até em oficinas de criação literária”.

Em nome da (in) diferença – o mito grego e os apologistas cristãos do segundo século foi publicado em 2014 pela Editora da Unicamp. Em cerca de 500 páginas, o autor expõe a forma como os polemistas cristãos do segundo século de nossa era enfrentaram a tradição que, modernamente, se passou a designar como a “mitologia grega”.

Titular de Língua e Literatura Grega da UFMG desde 1990, Jacyntho Lins Brandão foi professor visitante na Universidade de Avei-

ro, em Portugal, onde lecionou Poéticas Gregas e História da Cultura Clássica, havendo conduzido, naquela instituição, pesquisas sobre paleografia e codicologia grega. Na Argentina, deu aulas na Universidad Nacional del Sur, e, na França, ensinou História e Literatura na Grécia Antiga para os alunos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais.

Seu compromisso com a causa da educação pública e gratuita levou-o a dirigir a Faculdade de Letras em duas oportunidades: entre os anos de 1990 e 1994 e no período compreendido entre 2006 e 2010. Entre 1994 e 1998, foi vice-reitor da Universidade Federal, no reitorado de Thomaz Aroldo da Mota Santos. Nos últimos anos, mais precisamente entre 2014 e 2017, foi o superintendente da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, também ligada à UFMG.

Confirmando seu apreço pela atuação institucional, foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, em 1985, quando tomou posse como secretário-geral da entidade. Presidente da sociedade entre 1991 e 1993, foi também o seu tesoureiro, entre 2004 e 2005.

A paixão de Jacyntho Lins Brandão pelas Letras, no entanto, sempre foi além do que supõe a vida no *campus* e as tarefas da divulgação científica, Brasil e mundo afora. Sua imensa obra – não há dúvidas – é a de um scholar de primeira linha, revestindo-se do rigor e da excelência que a ela conferiram reconhecimento internacional. Também revela o crítico literário atento e sensível à passagem dos tempos e ao seu impacto sobre a sua época e a sua cultura, em relação às quais produziu pensamento refinado. Múltipla, abriga, igualmente, o livro didático, de que é exemplo o impressionante *Helenika – introdução ao grego antigo*, um moderno manual em 40 lições divididas por 600 páginas, escrito em parceria com Maria Olívia de Quadros Saraiva e Celina Figueiredo Lage. Rica, sua obra ainda inclui o gosto pela ficção, em particular pelas linguagens do teatro e do romance, e, por fim, as traduções.

Que venha a senhora dona ganhou o primeiro lugar no concurso de textos de teatro promovido pela Fundação Clóvis Salgado em 1981. Na Comissão Julgadora, nomes como Márcio Machado, Luiz Carlos Bernardes, Alisson Vaz, Ricardo Rocha e Francisco Pontes de Paula Lima, que não escondeu sua admiração pela obra vencedora. Segundo

Paula Lima, o enredo deixava transparecer influências de Aristófanes, Luciano de Samósata, Shakespeare e Bernard Shaw, tudo harmonizado sob um personalíssimo domínio da narração e da ação. A peça foi encenada no então Teatro da Imprensa Oficial (hoje Clara Nunes) entre agosto e setembro do já referido ano, dirigida por Afonso Drummond e encenada, entre outros, por Helvécio Ferreira, Wilma Patrícia e Beth Coelho, naquela ocasião uma atriz ainda iniciante.

Publicada em livro em 2007 pela Editora Tessitura, a peça é, na opinião de Erick Ramalho, do Centro de Estudos Shakespearianos, “obra de arte que serve tanto ao palco quanto ao gabinete, ágil que é a linguagem a soprar vida nas personagens, corriqueiras como as pessoas que somos ou que conhecemos, gente familiar em seus lugares comuns. Nela, ri-se até mesmo do trágico”.

O primeiro romance de Jacyntho Lins Brandão, *Relicário*, saiu em 1982 pela Editora José Olympio. É o próprio Jacyntho quem conta como ele surgiu. “A ideia de escrever o romance surgiu como um desafio: será que sou capaz de tecer uma história? Imaginada a intriga, em si simples, refletindo muito da mentalidade mineira tradicional, sufocada pelo respeito às aparências; localizada a ação nos lugares onde nasceu o autor – o resto foi apenas questão de deixar as personagens falarem. A mistura de realidade e fantasia nasceu naturalmente, em decorrência do tema: em pleno século XX, um grupo familiar se debatendo com problemas fechados em seu círculo de convivência, que assumem, apesar de corriqueiros, proporção de catástrofe. A narrativa procura ser um retrato da gente de Minas, com suas características e esquisitices. Uma história parecida, provavelmente, com muitas acontecidas do lado de cá dessas montanhas”.

O segundo romance foi editado pela Nova Fronteira, em 1997. Em *O fosso de Babel*, um professor de grego recebe uma caixa misteriosa com numerosos papéis. No meio deles, um romance assinado com as iniciais J. L. e um bilhete que ele supõe haver sido enviado por uma ex-aluna, Ana. O professor e o autor do romance são homônimos, o que é o suficiente para acionar uma trama repleta de mistérios.

Sobre o livro, em entrevista para a edição de número 69 do *Suplemento Literário*, de março de 2001, Jacyntho Lins Brandão revela

que, quando imaginou a história e a forma, tinha em mente escrever um romance pós-antigo. Procurou, então, explorar a função do acaso na vida de seus personagens, como acontece no romance de *Xenofonte de Éfeso*, talvez o primeiro do Ocidente, escrito no primeiro ou no segundo século depois de Cristo. Quis, ainda, embaralhar as fronteiras entre biografia e ficção e, por último, suscitar o riso, rindo de si mesmo e da crítica literária.

Finalmente, entre as traduções empreendidas por Jacyntho Lins Brandão, destaca-se a que verteu, direto do acádio para o português, a *Epopéia de Gilgámesh – ele que o abismo viu*, publicada pela Editora Autêntica em 2017, com introdução e comentários do tradutor. Trata-se do mais antigo registro literário conhecido, remontando a mais de quatro mil anos, sendo anterior, portanto, a Homero, a Hesíodo e aos textos bíblicos.

Senhoras e senhores, amigas e amigos do querido confrade que a partir desta sessão passa a integrar a Academia Mineira de Letras:

Por apego ao bom senso, não mencionarei nenhum dos inúmeros artigos publicados por Jacyntho Lins Brandão em livros ou periódicos. Tampouco citarei as investigações científicas que ele orientou ou as bancas de mestrado ou doutorado de que fez parte. Não haveria tempo suficiente para tanto.

Para encerrar esta oração, numa homenagem à trajetória de Jacyntho Lins Brandão, quero apenas, rapidamente, fazer uma última alusão à cultura grega, de certo modo muito adequada à presente solenidade: foi nas cercanias de Atenas, nos jardins próximos ao túmulo de Academo, um herói ático, que Platão fundou a sua academia, em 384 ou 383 antes de Cristo – uma das mais antigas de que se tem notícia na história do Ocidente – lançando, assim, as bases de uma tradição de convivência intelectual que venceu os séculos e vigora até hoje entre nós.

Seja bem-vindo aos nossos jardins, Jacyntho. Tome assento. Fique a gosto. Você tem tudo para sentir-se absolutamente em sua casa.

Muito obrigado!

Discurso de posse de Jacyntho Lins Brandão

Jacyntho Lins Brandão¹

Acadêmica Elisabeth Fernandes Rennó de Castro, presidente da Academia Mineira de Letras; Profa. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais; Profa. Tatiana Oliveira Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos; acadêmico Rogério Faria Tavares, que me recebe nesta ocasião em nome da Casa; acadêmicos Carmen Schneider Guimarães, Yeda Prates Bernis, Amilcar Vianna Martins Filho, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Benito Barreto, Caio Boschi, Luís Giffoni, Márcio Sampaio e Olavo Celso Romano; minha professora Ângela Tonelli Vaz Leão; meus familiares, colegas e amigos aqui presentes; senhoras e senhores:

Minhas primeiras palavras são de agradecimento, em primeiro lugar à presidente da Academia Mineira de Letras e a todas as acadêmicas e aos acadêmicos que me honraram com a eleição para a Cadeira 25, em seguida, ao amigo Rogério Faria Tavares, que, recebendo-me nesta ocasião, torna visível seu papel de meu paraninfo, no sentido etimológico do termo, ou seja, daquele que, na Grécia Antiga, conduzia a noiva – que se dizia *nymphe* – à casa do noivo, mesmo que neste momento ele seja quem introduz o noivo, que sou eu, a esta bela casa, que é a da nossa Academia. Eu disse que isso torna visível seu papel porque, desde a ideia de minha candidatura até agora, é o Rogério Tavares que me vem instruindo, com toda a amabilidade que lhe é peculiar, sobre as tradições, os costumes, a razão de ser e o espírito da Academia.

¹ Discurso proferido no dia 11 de dezembro de 2018, durante solenidade de posse na Academia Mineira de Letras.

Para falar a vós hoje, quero duas coisas: a primeira, ser, na medida do possível, breve, o que me leva, como consequência, a me concentrar em três aspectos pertinentes a este momento, os quais considero importantes, os três dizendo respeito a este ano de 2018, que se encerra, mas que, do contemporâneo, espraia-se, e posso dizer mesmo que ganha todo seu sentido no extemporâneo.

Acho que posso dizer que, até agora, tinha eu duas academias. A primeira, de que todos os que cultivam a vida do espírito de algum modo participam, a de Platão. Não no sentido de sermos platônicos em termos estritos, mas de nos esforçamos por sermos herdeiros dignos do compromisso do filósofo com um incessante esforço de buscar o significado do mundo, sendo lícito a cada um, na condição confortável de herdeiro, escolher a parte da herança em que investir. É muito claro para quem, como eu, passou a vida trabalhando com culturas antigas, saber e fazer saber que nem tudo dos antigos é para ser reverenciado – a prática da escravidão, por exemplo, ou o rebaixamento das mulheres em relação aos homens –, sendo necessário, com os instrumentos que nos vêm deles mesmos, passá-los pelo crivo da crítica, que, pode-se dizer, é o ponto fulcral de tudo o que realizaram de bom, belo e justo. Dessa perspectiva, da herança de Platão, acho que escolhi e espero praticar é o que ele chama, pela boca de Sócrates, de “acuidade de visão”, que não aponta para este ou aquele conteúdo, a conteudística sendo sempre algo mergulhado na efemeridade do instante, mas para um método, uma atitude intelectual – e afetiva e radical – de buscar ver o mundo de um modo agudo, mesmo que tolhidos por nossas limitações, recusando qualquer tipo de visão simplória – algo, como vocês veem, aparentemente distante de nossa época, mas de uma contemporaneidade absoluta neste nosso século de ideias rasas e imediatistas.

Minha segunda academia foi onde passei os últimos 47 anos de vida – para dizer, com mais exatidão, onde só não passei os primeiros 19: a Universidade Federal de Minas Gerais. Há pouco tempo ouvi de minha professora Ângela Vaz Leão a seguinte observação, que reproduzo de memória: “Não tenho palavras para dizer tudo que devo à UFMG – e, como não as tenho, não vou dizer nada”. Essas palavras de D. Ângela são as minhas agora, pois não tenho palavras para dizer tudo que devo à UFMG, mas vou fugir da última parte, que é a mais sábia – que seria não dizer –, porque quero sim dizer algumas poucas

palavras, mesmo que incorra inevitavelmente num dizer menos. É que este momento me pede palavras, mesmo que seja difícil escolher o que dizer sobre, pois foi na UFMG que me formei, em todos os sentidos. Foi lá que aprendi a pensar, estudar, pesquisar, escrever. Foi na antiga Fafich, de que a Faculdade de Letras ocupava o sexto e o sétimo andares, que, para dizer tudo em quase nada, tornei-me gente, não só alguém com pretensão de intelectual, puxado pelas verdades do conhecimento do mundo, nem só com pretensão de humanista, movido pelas belezas do mundo, mas principalmente cidadão, impulsionado pelo sentido de justiça. Penso que são esses três elãs que dão cara a nossa universidade – e bastaria um deles para fazer dela uma academia em sentido pleno, mas ela cultiva e faz quem passa por lá aprender a cultivar os três entrelaçados, ensinando que sem um não há os outros. Eu tenho orgulho de pertencer a uma geração que, recebendo o legado da anterior, em especial na minha área, a de Letras e Ciências Humanas, não só a sucedeu, mas também investiu com coragem na herança, com a consolidação de cursos de graduação e pós-graduação, institucionalização da pesquisa e da extensão, melhora dos procedimentos de gestão, diversificação das áreas de saber, incremento da transdisciplinaridade, ampliação e democratização do acesso e cuidados com os estudantes. No meu dia a dia de professor de grego antigo, espero ter contribuído com o esforço coletivo da UFMG para ser contemporânea. E antes de não dizer mais, por falta de palavras, quero só declarar ainda que, no rol de tudo que devo à UFMG, tem destaque, afinal, que foi nela que conheci minha mulher, Magda Guadalupe dos Santos, há quase 40 anos.

(Vou contar a vocês, entre parênteses, que hoje de manhã estive pela segunda vez no Departamento de Pessoal da universidade para, assinando um documento, confirmar meu pedido de aposentadoria. Como já ando um tanto no embalo da nova relação com o tempo que a aposentadoria implica – é o que dizem os colegas já aposentados, apontando isso como um dos melhores privilégios da nova situação –, como já ando meio assim, não prestei atenção aos horários de funcionamento do Departamento de Pessoal, os quais constavam da mensagem que me foi enviada. Então, na sexta-feira passada, fui lá de tarde, mas tinha de ser de manhã; hoje, fui de manhã, mas tinha de ser de tarde. Isso me deixou com a boa impressão de que parece que a universidade não quer me deixar ou não quer que eu a deixe... também me ocorreu a pretensão

– melhor ainda – de que tudo poderia ser uma manifestação de ciúme da minha antiga academia com relação à nova...)

É por tudo isso que este dia de hoje é para mim carregado de sentidos: no exato momento em que me afasto do envolvimento diário com minha segunda academia – o que não implica deixá-la –, ganho a terceira. Não foi nada planejado, mas diziam os gregos que o acaso – a *Tykhe*, em latim, a *Fortuna* – é uma deusa caprichosa, cumprindo, para entender o que parece aleatório, ter acuidade de visão e ler os sinais. Não se entenda isso como um apelo a algo esotérico, pois estou não mais que refletindo sobre as situações da vida, sabendo que é em situação que cada qual exerce sua liberdade e o modo como a exerce, para falar com os existencialistas, compromete toda a humanidade. Então, tenho de fazer logo uma confissão: minhas relações com a Academia Mineira de Letras, no passado, não passaram de bissextas. De forma alguma foram inexistentes e eu diria que sempre foram significativamente existentes. Vou me dar a liberdade de tecer alguns fios cujo sentido estará sim na própria tessitura, mas que nem por isso deixam de configurar indícios – recordando o dito de Heráclito de Éfeso, segundo o qual “o deus, cujo oráculo está em Delfos”, isto é, Apolo, “nem afirma nem nega: dá sinais”. O que passo a fazer tem muito de lúdico, mas isso não tira seu sentido, por uma academia ser, antes de tudo, um espaço de convivência, e não só com os contemporâneos, mas também os ex-temporâneos, em diacronia.

Dessa perspectiva, vejamos: entre os fundadores, na Cadeira 19, encontrava-se o escritor e jornalista Francisco Lins, que era tio do bisavô de minha mãe e, mesmo que ande meio esquecido, sua obra é atualmente objeto de uma dissertação de mestrado que vem sendo escrita na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É claro que não conheci Francisco Lins, mas voltando os olhos para a Cadeira ao lado, a 18, descubro alguém que faz parte não de minha genealogia de sangue, mas de minha genealogia intelectual: o filósofo e professor Arthur Versiani Velloso, de quem fui aluno, em 1973, nos dois últimos semestres em que ele deu aulas, pois estava completando 70 anos e era obrigado a aposentar – ele comentava conosco, os alunos, que com 70 anos é que a gente começa a entender de alguma coisa, e por isso tem de ir embora! O Velloso era, para mim, uma figura um tanto mítica, porque tinha

sido, em 1949, professor de minha mãe, no curso de Administração Escolar, no Instituto de Educação, um mestre impactante, de que ela contava histórias sobre como havia ensinado as alunas, todas normalistas, a “filosofar”. Voltando-me para a Cadeira 5, descubro então um aluno. Sei que parece surpreendente e até eu me surpreendi quando, neste semestre, uma aluna, na casa dos 20 anos, aproximou-se de mim e disse de chofre: o pai da avó de meu namorado foi seu aluno. Imaginem a ginástica mental que tive de fazer para atinar que esse pai da avó do namorado era o físico e professor Francisco de Assis Magalhães Gomes, uma das figuras mais destacadas da história da UFMG, que foi de fato meu aluno no final dos anos 70, quando, pela primeira vez, eu, um professor de 25-26 anos, ofereci um curso de extensão de grego, nas férias de janeiro (é preciso ser professor jovem para ter essas iniciativas durante o verão), e, no dia da primeira aula, minha colega e amiga Maria da Conceição Magalhães Vaz de Melo, que depois foi diretora da Faculdade de Letras, apresentou-se à porta da sala de aula conduzindo seu pai, que, com 70 anos ou mais, queria fazer o curso de grego – o que fez com facilidade, não só seguindo as aulas, como enturmando com todos a ponto de ir conosco beber cerveja para matar o calor.

Não tenho como continuar pinçando todos os fios puxados do passado que me fazem admirador desta Academia, sem esquecer os elos principais, os de leitor daqueles que ocuparam as diferentes cadeiras – e eu sei que cada um de vocês também acha seus fios, bastando pensar em Cyro dos Anjos, Abgar Renault, Guilhermino César, Henriqueta Lisboa, Eduardo Frieiro, para citar só alguns dos nossos antecedentes que emprestam seu valor a esta Casa, mas quero falar em especial de Belmiro Braga, de quem, aliás, o sucessor atual é o Rogério Tavares, para dizer que o conhecido poema que ele dedicou a seu cão, em que diz

*Pela estrada da vida subi morros,
 Desci ladeiras e, afinal, te digo:
 Se entre os amigos encontrei cachorros,
 Entre os cachorros encontrei-te, amigo!*

,ficou na minha memória não porque eu tenha ou tenha tido amigos cachorros ou cachorros amigos, mas por ter sido escrito no quadro negro, numa aula de estilística da língua portuguesa, ainda no meu

curso de graduação, pela Profa. Clara Grimaldi Eleazaro, para exemplificar uma figura de estilo (talvez um oxímoro, ou um giro conceptista, ou simplesmente a rima rica), o que desejo ressaltar sendo apenas isso, como a literatura não constitui algo distante, mas sim nos informa e enforma num mar de referências em que o comum se entrelaça com o que há de mais incomum, que é nossa vida particular.

Sem esquecer a seara dos contemporâneos, com os quais tenho hoje a honra de oficialmente passar a conviver, quero voltar ainda o olhar para o nosso ex-presidente, Vivaldi Moreira, com quem tive rápidos mas significativos contatos, quando, em 1984, ao realizarmos o 1.º Congresso Nacional de Estudos Clássicos, donde nasceu a Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, ele nos acolheu na Academia, com toda a gentileza que lhe era própria, tendo sido na sede desta Casa que realizamos, durante a semana do evento, uma série de conferências. Esse é um fio importante das minhas relações bissextas com a Academia e, mais importante, é um elo dela com a Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, cuja presidente nos honra hoje com sua presença, a professora de grego da UFRJ e minha amiga, Tatiana Oliveira Ribeiro, sabendo-se o quanto a SBEC foi e continua sendo importante para os estudos clássicos em nosso país e para seu reconhecimento no exterior.

Falar de Vivaldi Moreira fornece-me o gancho para tratar do segundo ponto que queria abordar. O sucessor de Vivaldi, na Cadeira 38, é seu filho Pedro Rogério Moreira, o que configura, portanto, uma sucessão em grau duplo: acadêmica e filial. O ganho imediato de apresentar uma candidatura à Academia está nos contatos amáveis que se estabelecem com, para usar a terminologia tradicional, confradeiras e confrades. Ainda não conheci pessoalmente este confrade, Pedro Moreira, mas dele recebi, tão logo me candidatei, o belo livro em que narra uma viagem a Roma. De novo, na dinâmica entre o comum e o incomum, foi uma leitura marcante, por ter sido a primeira que fiz depois da fatalidade que levou meu filho mais novo, Pedro Guadalupe dos Santos Lins Brandão, fazendo com que eu pudesse experimentar em profundidade o quanto a literatura pode fornecer de consolo nas situações mais dramáticas.

Esse segundo ponto, que escolho ser o segundo para estar posto no coração destas minhas palavras, vai todo para o meu Pedro. Eu

tenho lido sobre perdas de filhos e experimentado a compaixão – no sentido etimológico dos que padecem com, numa mesma experiência – que se aplica a todos os que conheço e mesmo aos desconhecidos que passam pelo mesmo transe (de que, aliás, os meios de comunicação não cessam de falar dia a dia). Dizem que, com o tempo, do sentimento de falta passamos para o de ausência – e eu confesso que ainda não tive esse tempo e o Pedro continua falta e ausência. Hoje, uma falta enorme, porque eu sei o quanto ele estaria aqui inteiramente envolvido. E estava desde o início: quando lhe contei que ia me candidatar à Academia, ele, que sabia fazer *marketing* político, perguntou-me de imediato como era a eleição e se eu não precisava de que ele fizesse a campanha na internet. No emaranhado da deusa do Acaso, o Pedro e minha eleição para a Academia estão completamente entrelaçados, pois a segunda aconteceu no mesmo mês de maio em que o perdi – e perder um filho (no comum e incomum que isso tem) não é só uma questão de luto, é ser desmontado ao ponto da não recuperação, fazendo de quem perde uma outra pessoa – não sei se melhor ou pior, simplesmente outra – e, nessa situação de remontagem, a eleição para a Academia constituiu, para mim, como que a primeira peça de uma nova vida que, como toda vida, conforme ensinava Cecília Meireles, só é possível reinventada. Isso tudo é para dizer a vocês, no coração de minha fala, que essa cerimônia só pode fazer sentido se servir para fazer o Pedro presente de alguma forma, por ser a ele dedicada.

Passo ao terceiro ponto. Quando falei às pessoas sobre entrar para a Academia Mineira de Letras, duas perguntas foram inevitáveis. A primeira: tem fardão? Vocês todos podem ver que não, graças a Deus!, porque eu acho que não me dou bem com fardas, ainda mais assim, num superlativo. A segunda pergunta era muito mais grave: quem entra pra Academia fica imortal? Com isso é que eu não me daria definitivamente bem, por isso foi uma alegria enorme descobrir que na nossa Academia Mineira somos todos simplesmente mortais. O que quero dizer é que o que me agrada em especial em instituições como as academias é serem regidas pela lógica justamente do transitório. As cadeiras, longe de serem eternas, são lugares marcados pela sucessão. Há um fundador, sucedido por alguém, a que sucede alguém e assim por diante, de transitoriedade em transitoriedade. Isso que a Academia exhibe de forma superlativa é talvez o que há de mais inerente a nossa

condição humana. Quando eu dizia – como disse ainda este ano – a meus alunos calouros de filosofia que eu havia sido aluno do Prof. Velloso, fundador da Fafich, o que havia de mais saboroso era seu olhar de espanto, em primeiro lugar, diante de alguém tão velho, mas também pela compreensão, por mim trabalhada com eles, de que eu estava ali como um elo na corrente de transmissão que faz da universidade uma academia, uma sucessão de que eles eram o futuro. As sucessões são múltiplas: como professor, estive na sucessão do Prof. Cláudio Brandão, fundador da cadeira de grego quando da criação da Faculdade de Filosofia e membro desta Academia. Como diretor da Faculdade de Letras, estive na sucessão da Profa. Melânia Silva de Aguiar, que foi minha professora na graduação, uma professora exemplar – e, da segunda vez, na sucessão de minha amiga Eliana Amarante de Mendonça Mendes. Como vice-reitor, sucedi o admirável Evando Mirra de Paula e Silva. Na Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, estive na sucessão de vários colegas admiráveis e muito estimados. Embora eu venha me referindo aqui só às sucessões imediatas, tenho consciência de que elas são elos de correntes mais longas, em que se incluem, por exemplo, os professores Ângela Vaz Leão, que foi a primeira diretora da Faculdade de Letras, e José Henrique Santos, que, antes de ser reitor, foi também vice-reitor da universidade e membro também desta Casa, na sucessão do Prof. Velloso – isso para não falar daqueles que me sucederam em cada caso. Na esfera privada, sucedemos nossos pais e somos sucedidos por nossos filhos. Acredito que essa visão temporalizada nos dá a dimensão de nossa efemeridade – e nada mais humano que isso, ser mortal –, ao mesmo tempo que nos faz compreender a grandeza da condição humana que, enquanto compartilha o comum, comunica e se *comuniza* em comunidades capazes de quebrar os ipseísmos, avança nesse processo de transmissão, melhor, de comunhão daquilo que nos torna humanos.

Hoje eu me incluo numa nova sucessão, a daquele que me antecedeu na Cadeira 25 desta Casa, o governador Francelino Pereira dos Santos, ele próprio sucessor do também governador Aureliano Chaves, que sucedera o médico, deputado constituinte de 1946 e ministro da saúde do governo João Goulart, Paulo Pinheiro Chagas, ele, por sua vez, primeiro sucessor de João Massena Brant Horta, fundador da Cadeira, que tem por patrono o crítico literário Augusto Franco. Vocês vejam que se trata de uma sucessão de homens públicos, os quais

ocuparam cargos de destaque na nossa República. Falar de cada um deles iria contra a brevidade que declarei desejar – e que vocês veem que dificilmente terei cumprido ao fim desta fala –, motivo por que me concentro naquele que imediatamente sucedo. O governador Francellino Pereira dos Santos fornece-nos o perfil de um homem inteiramente dedicado a causas públicas, bastando considerar como, deixando ainda jovem seu estado natal, o Piauí, veio a exercer a função mais elevada no seu estado de adoção, Minas Gerais. Ocupar uma cadeira na Academia Mineira de Letras representou, portanto, nada mais que o reconhecimento de suas qualidades como político, administrador público e intelectual, mas o que mais destacam aqueles que conviveram com ele nesta Casa é a fineza de trato, o cultivo dessa virtude que anda tão rara nos nossos dias, a convivência gentil e civilizada independentemente da diferença de ideias.

Fico feliz de ser um sucessor numa cadeira de homens públicos, porque estou certo de que uma academia deve prezar especialmente isto: sua vocação pública. Venho de uma instituição pública onde passei 46 anos empenhado, com tantos outros, em mantê-la nessa condição, e ingresso agora numa instituição privada que tem, contudo, este viés essencial: a finalidade pública. Talvez mais do que nunca a publicidade do público deva ser objeto de cuidado de todos nós, cidadãos, em especial de todos nós que dedicamos a vida à cultura. Vou dar três exemplos do que tenho em vista.

Desde que o livro em suporte de papiro, pergaminho ou papel foi adotado pelos gregos, o lugar em que se podia ter a ele acesso era no mercado – a ágora –, onde, informa-nos um comediante do século V a. C., a barraca do livreiro ficava lado a lado com a do vendedor de azeitonas, do vendedor de anchovas e assim por diante. Não tenho nada contra a mudança do livro para um suporte digital, a qual se encontra em curso e é irreversível, por ser uma tecnologia mais prática e barata – num *tablet* pode-se carregar uma biblioteca inteira –, mas o que me preocupa é a perda dos mecanismos de *publicização* próprios do livro até aqui. Uma livraria digital não substitui, pelo menos nos moldes como funcionam agora, a livraria física, que faz o leitor sair de casa, encontrar-se com livros que não buscava e com outros leitores. Baixar um livro da internet com um clique, ao contrário, é um ato solipsista.

Segundo exemplo: todos acompanhamos pela imprensa a polêmica envolvendo um tradicional colégio de Belo Horizonte, motivada pelas indicações de leitura feitas pelos professores de Português. Independentemente de posições políticas, a reação dos pais revela uma profunda falta de entendimento sobre a função pública da educação. É um equívoco enorme pretender colocar a família contra a escola, mesmo porque são duas esferas com organização, lógica e objetivos diferentes. As famílias, que são da esfera do privado, podem ter – e têm – suas idiossincrasias, o que é legítimo desde que não pretendam invadir a esfera do que é comum. É falacioso pretender que a sociedade seja uma reunião de famílias, porque ela transcende o campo do familiar, e a obrigatoriedade de que as crianças frequentemente escolam tem a finalidade de retirá-las justamente de suas idiossincrasias, para fazê-las experimentar a pluralidade que constitui a sociedade, dar-lhes compreensão do espaço público, permitir-lhes o encontro com o outro.

Finalmente, acho que a missão principal que cabe a todos nós é resgatar a própria política da esfera do particular para a esfera pública. Nós acabamos de passar por eleições atípicas em que os recursos de *publicização* foram vencidos pelo modelo de comunicação interpessoal, o qual, com as vantagens da agilidade, tolhe o principal da vida política, que é o debate.

Esses são três, mais que exemplos, sinais – como os enviados por Apolo em Delfos –, que estão aí para desafiar nossa compreensão e nossa capacidade de agir de modo a preservar o comum, a comunicação e a própria vida em comunidade que nos torna humanos. Esse é um desafio a que – alegre-me constatar – a Academia Mineira de Letras não se tem furtado. Este belo espaço tem sido ocupado ininterruptamente por atividades, às quais, paulatinamente, o público tem ocorrido – um público que se forma no interesse pelas letras e pela cultura mercê das próprias atividades da Academia, essa formação sendo mesmo o mais importante. Há em curso o trabalho minucioso com o acervo de livros e documentos aqui depositados, tendo em vista sua disponibilização. Tudo isso faz com que, como disse no início, eu me sinta muito honrado com minha escolha para integrar a sucessão desta Casa, que se abre para todos no agora chamado Circuito da Praça da Liberdade.

Chamar uma praça de “Liberdade”, como fazemos, constitui um verdadeiro pleonasma. Liberdade é tudo que uma praça concretiza, enquanto ponto de convergência, de encontros, de manifestação, de sociabilidade, enfim, de comunidade. Chamar uma praça de “Liberdade” é, portanto, uma boa redundância e é significativo que a Academia Mineira de Letras pertença ao “circuito da liberdade”. Voltando à minha primeira academia, dizia Platão que o maior bem que a democracia propicia aos cidadãos é este: a liberdade. Congregando minhas duas outras academias, quero terminar com as palavras do ex-reitor da UFMG e membro desta Academia, o Prof. Aluísio Pimenta, o qual tão bem definiu que “condição primeira para a cultura é a liberdade”.

Nossa Academia Mineira de Letras, como uma casa de cultura, é sem dúvida também casa de liberdade.

E – Wander Melo Miranda

Discurso de recepção a Wander Melo Miranda na Academia Mineira de Letras¹

Caio Boschi

O belo-horizontino Wander Melo Miranda chega à Casa de Alphonsus de Guimaraens em virtude de aclamada eleição havida em outubro último. Torna-se o sexto ocupante da cadeira de número 7, em sucessão imediata a Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, jurista operoso, diletante da fotografia, narrador entusiasmado de vilegiaturas, amante dos bons vinhos portugueses. Cadeira 7, fundada por Avelino Fóscolo, o anarquista sabarense que escreveu o primeiro romance tendo a nova capital mineira por cenário. Cadeira que, na sequência, recebeu o lustro invulgar de Eduardo Frieiro e, em seguida, de Austen Amaro, Wilson Bastos e João Bosco Murta Lages.

Desde a infância, a literatura iluminou o caminhar de Wander. Como ele rememora: as figuras de bruxas, magos e princesas de *As mais belas histórias*, de Lúcia Casasanta,

[...] as conversas em família, as referências do pai e da mãe aos livros de juventude: *A moreninha*, de Macedo, *Amor de perdição*, de Camilo Castelo Branco, e os romances de Alencar, do lado materno; do lado paterno, *Robinson Cru-*

¹ Discurso proferido no dia 10 de dezembro de 2019, durante sessão de posse na Academia Mineira de Letras.

soé, *O conde de Monte Cristo, Os três mosqueteiros* e um volume da *Antologia nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet (MIRANDA, 1995, p. 13).

Graduou-se em Letras (Português-Italiano) na Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1971 e 1974, quando a Faculdade de Letras ainda era sediada no icônico prédio de estudo das humanidades (e não só) da Rua Carangola. Logo depois, também na UFMG, iniciou o curso de mestrado em Literatura Brasileira. Sua dissertação, defendida há exatos 40 anos, sob orientação de Eneida Maria de Souza e, posteriormente, de Letícia Malard, teve como objeto e título “A menina morta: a insuportável comédia”, uma desvelada análise da obra singular de Cornélio Penna (1896-1956). Em 1987, tornou-se doutor em Letras na área de Literatura Brasileira, pela Universidade de São Paulo.

A assinalar, desde logo, a precoce afinidade de Wander com a teoria literária, com a literatura brasileira e, como ele assevera, um pouco mais tarde, com a literatura italiana, concomitantemente aos textos de fundamentação teórico-metodológica, nos tempos em que pontificavam Welck e Waren, a que se juntara pouco antes e, de maneira arrebatadora, a *Fenomenologia da obra literária*, de Maria Luiza Ramos. Sobre esta, reconhece Wander:

[...] para uma geração expressiva de estudantes de Letras da UFMG, onde a autora implantou a disciplina Teoria da Literatura no curso de graduação e onde sempre atuou no sentido de fazer avançar a pesquisa e o ensino na área, o livro representou um salto qualitativo, uma guinada de muitos graus em direção a uma sistematização coerente, rigorosa e inventiva dos processos de análise e crítica da obra literária (MIRANDA, 1995, p. 17-18).

O mais novo integrante deste sodalício é professor emérito da Faculdade de Letras da UFMG, após nela ter sido docente titular da disciplina Teoria da Literatura. Foi igualmente professor visitante em diversas universidades europeias e americanas, quais sejam: Universidade de Nottingham (Inglaterra), em 1996; Toronto (Canadá), em 1999; Duke University (Estados Unidos da América); Universidad de Buenos Aires (2003); Universidad Nacional de la República (Uruguai);

e Università di Roma-Tor Vergata (Itália), no segundo semestre de 2004. No Brasil, nessa qualidade, lecionou na Universidade Federal do Ceará (1989), na Federal da Bahia (1993), na Federal do Rio Grande do Norte, na Federal do Pará e na Universidade do Estado da Bahia (2017-2019).

A tais lidas, acrescenta-se a orientação de 11 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado, supervisão de 18 pesquisas de pós-doutorado, além da participação em incontáveis bancas examinadoras de concursos públicos para ingresso e progressão no magistério, de dissertações, teses e monografias, de prêmios literários, entre outras.

Wander Melo Miranda, um *scholar, et pour cause*, um produtor intelectual e também um homem de ação. Como professor universitário, extrapolou a conhecida tríade ordenadora de atividades. Não se restringiu ao magistério, à pesquisa e à extensão. Concretamente, e para mencionar outro aspecto de sua trajetória profissional, lembre-se que, na Editora da UFMG, entre 2000 e 2015, Miranda evidenciou suas qualidades de bom administrador, ademais de nela ter sido voraz leitor e selecionador de textos. Sob sua liderança, a editora ultrapassou um compreensível provincianismo e diversificou seus horizontes, incorporando autores de referência nacionais e de outros países. E, assim, Wander, há muito, obteve inequívoca respeitabilidade na esfera de seu ofício e junto a exigente público-leitor. Nos 15 anos em que a dirigiu, a editora consolidou a diretiva contemporânea e multidisciplinar, configurada nas quase duas dezenas de categorias de títulos e na trintena de diferentes coleções.

Consigne-se, a propósito, que, anos antes, mais precisamente em 1995, o novel acadêmico declarava:

Gostaria de ressaltar, como traço significativo das minhas atividades, o empenho em participar de projetos editoriais – organização de revistas, anais, livros coletivos. Essas publicações sempre me pareceram a maneira mais eficaz tanto de incentivar a pesquisa docente e discente quanto de divulgá-la para o público acadêmico e a comunidade em geral. É principalmente em função de tal objetivo que aceitei o convite do atual reitorado da universidade para compor o Conselho da Editora UFMG (MIRANDA, 1995, p. 132).

Wander Miranda é também pesquisador 1A do CNPq, com investigações científicas voltadas para a literatura, a biopolítica e os arquivos literários e culturais. É consultor *ad hoc* do CNPq, da Capes, da Fapemig e da Fapesp. Entre os prêmios e distinções por ele recebidas, citam-se: o Grande Prêmio UFMG de Teses de 2015; a menção honrosa no grupo de Grandes Áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, na UFMG, em 2016; o Prêmio Fundep (Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento da UFMG), na área de Humanidades e Artes (2008); e a Medalha de Honra da Inconfidência Mineira, atribuída pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em 1998.

Posto isso, podem os presentes inferir o quanto me sensibilizou o gentil convite de Wander Melo Miranda para saudá-lo nesta sua investidura. Muito obrigado, Wander! Sua deferência eleva-me sobremodo.

Isso posto, adianto que não vou percorrer – ou sequer tentar percorrer – analiticamente a produção intelectual de Wander Melo Miranda. Há que se respeitar tão meritória obra. Assim procedendo, isento-me de perpetrar asneiras e, sobretudo, de submeter o autor, todas e todos a apreciações apequenadas e, certamente, distorcidas ou equivocadas.

Ousaria afirmar, no entanto, que, grosso modo, os estudos literários de Wander são mais voltados para a identificação e para o labor autorais do que para a “hermenêutica” do texto literário. Mais ensaísmo do que crítica literária. Ocorre que, desde os primórdios da década de 1990, nosso doravante confrade explicitou sua aptidão pelos estudos em “perspectiva teórica e comparativista”, na percepção de que o debate cultural se pauta por “um trabalho de refinamento conceitual e pela radical desconstrução das sínteses herdadas da modernidade” (MIRANDA, [1995], p. 84). Nessa medida, um de seus objetivos primordiais é “demonstrar como a literatura pode atuar enquanto objeto artístico” (MIRANDA, [1995], p. 86), a despeito de satisfazer à demanda mercadológica do mercado capitalista.

No que tange à bibliografia de Wander Melo Miranda, começo por mencionar quatro de seus livros: *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*, lançado em 1992, por edição conjunta da UFMG e da Edusp, tendo merecido uma segunda edição em 2009 (Edusp) e tra-

dução para a língua espanhola em 2002, pela Editora Arcis, de Santiago do Chile; *Local/Global*, lançado em 1998, texto apresentado em evento acadêmico na cidade de Braga, em Portugal, analisando a concepção do moderno em Minas Gerais, mais especificamente a modernidade em Belo Horizonte, com destaque para a fixação do conceito de “moderno tardio”, desígnio que será retomado pelo autor no ano seguinte em um texto para a coletânea *Narrativas da modernidade*, em que ele afirma trata-se de “reescrever a modernidade como uma globalização local” (MIRANDA, 1999, p. 20); *Nações literárias*, divulgado em 2010, cuja diretriz é o conceito de nação, evocado em particular de Benedict Anderson, autor e obra bem familiares à historiografia contemporânea; e *Os olhos de Diadorim e outros ensaios*, lançado em 2019.

Aqui, o propósito fundamental é pensar o espaço da crítica literária hoje em dia, isto é, refletir sobre as condições, limitações e procedimentos da crítica literária na atualidade. Nas palavras de Wander, em entrevista concedida a Peixoto (2019):

Minha preocupação, nos últimos 20 anos, é responder a uma questão: o que pode a literatura neste novo milênio? Porque o valor literário, como conhecíamos na modernidade, se fragmentou. O valor hoje é relativo. [...] Hoje não há hegemonia: “isto é literatura; isto não”. Depende do grupo. Para mim, que sou professor universitário, acostumado com a academia, literatura é uma coisa. Para o leitor comum, outra coisa. Para os jovens que fazem *slam*, por exemplo, é ainda outra coisa. Mas tudo é literatura. Antonio Candido falava que o direito de literatura é de todos. Acho que hoje temos que fazer da literatura um direito de todos.

De acordo com Victor da Rosa,

[...] embora *Os olhos de Diadorim* seja, de fato, uma reunião de textos dispersos – ao todo, são 13 ensaios e uma ‘coda’ – escritos em sua quase totalidade nos últimos 10 anos, passa também a impressão de ter sido concebido por meio de uma rigorosa unidade, resultado talvez das ‘obsessões teóricas’ do crítico, que dão coesão ao todo. [...]

Uma dessas obsessões, talvez a mais definitiva deste livro, é revelada pela epígrafe de Jacques Derrida – ao constatar que não há nenhuma essência ou existência garantida da literatura justamente porque o acontecimento literário, menos natural do que qualquer outro, torna-se ainda mais improvável ou difícil de verificar. Eis uma das principais chaves para a entrada – e experimentação – não só nas agruras e delícias da (in)estética contemporânea, mas também para situar os lugares e vazios a partir dos quais o raciocínio de Wander Melo Miranda se desloca neste conjunto ao mesmo tempo harmônico e heterogêneo de ensaios (ROSA, 2019).

Afora obras de exclusiva lavra, Wander Miranda distingue-se como organizador de textos, seara a que se dedica desde a publicação, em 1995, de *A trama do arquivo*, lançado em 1995, coletânea de oito textos resultantes de trabalhos levados a efeito por pesquisadores de diferentes instituições no âmbito ou sob inspiração do, àquela altura, ainda recente Acervo dos Escritores Mineiros. Nesse segmento, em parceria com Eneida Maria de Souza, enquadra-se *Arquivos literários*, de 2003, coleção de 16 ensaios sobre os arquivos literários de escritores brasileiros, com ênfase na discussão sobre o futuro dos acervos e da memória textual das obras literárias. A realçar, as análises dos percalços e impasses da crítica genética dos textos diante do atual avanço tecnológico, tendo como paradigma a conceituada coleção *Archivos de la Literatura Latino-Americana y del Caribe*. Na obra, ademais de ser um dos dois organizadores, Wander Miranda é autor de *Archivos e memória cultural* (MIRANDA, 2003). Idêntico vetor pauta o advento de *Crítica e coleção*, de 2011, no qual, uma vez mais, contempla-se o Acervo de Escritores Mineiros abrigado na UFMG.

A constituição de uma “teoria da memória” é permanente interesse intelectual de Wander, mormente quando instigado e lastreado na literatura memorialística dos autores mineiros do que ele denominou “Modernismo (Tardio)”, concretizada seja em artigos e ensaios, seja, sobretudo, na sua multifacetada atuação, desde os albores, do Acervo de Escritores Mineiros, implementado a partir de 1991, sob os auspícios da Faculdade de Letras da UFMG.

Com efeito, o firme pendor de Wander, desde os anos de 1970, pelos estudos concernentes à memória explicitam-se nos textos que elaborou à época sobre a poesia e a memória de Carlos Drummond de Andrade, sob a inspiração de pesquisas análogas àquelas divulgadas por Silviano Santiago, ou nas reflexões sobre as representações do nacional nos textos memorialísticos, como se lê em “Imagens de memória, imagens de nação”, artigo publicado no volume 2, número 2, da revista *Scripta* (1998).

Note-se, aliás, que as opções de Wander Miranda quanto a autores para seus estudos não ocorrem aleatoriamente. Se não, constataremos. Silviano imbrica-se com Graciliano. No livro *Em liberdade*, de 1981, Silviano idealiza os tempos posteriores à prisão de Graciliano Ramos expressa em *Memórias do cárcere*. Sob a forma de diário ficcional e polifônico, o romance anuncia-se como enigmático capítulo final das *Memórias*. Os fatos norteando a narrativa, espécie de reprodução do real por meio da simulação, como propugnava Baudrillard. Texto envolvente, em que (também) Graciliano, digo, Silviano, idilicamente, transmuda-se em Cláudio Manuel da Costa e por ele deixa-se obsessivamente conduzir.

Uma segunda vertente dessa faceta de Wander Miranda é a já assinalada análise da modernidade e da pós-modernidade. Nessa esfera, refira-se a *Anos JK – margens da modernidade*, compilação de textos apresentados no 33.º Festival de Inverno promovido pela UFMG em Diamantina, em julho de 2001, sob a égide das comemorações do centenário, no ano seguinte, do nascimento de JK e de Lúcio Costa. Nela, oferecem-se

[...] ao leitor múltiplas perspectivas críticas, que vão da política à literatura, do urbanismo à música, da arquitetura à política. Não visam construir uma totalidade, a rigor impossível, de um período fértil em realizações em áreas que, embora distintas, se tocam, se superpõem e se conectam como em nenhum outro momento da história do país. Por isso não propiciam mais uma versão do legado dos anos JK, mas um mosaico de referências que se abrem à contemporaneidade e permitem rever o passado com os olhos do futuro que prometiam (MIRANDA, 2002, p. 11-12).

Aponte-se igualmente para *Narrativas da modernidade*, conjunto de textos, quer de cunho ensaístico, quer de natureza teórica, providos de um projeto de pesquisa interdisciplinar. São estudos sobre os impasses da modernidade e a defasagem entre modernidade e modernização, à luz de diferentes espaços urbanos da América Latina, ou, para ser fiel ao organizador do livro:

A questão cultural se associa à questão teórica para enfrentar a pergunta talvez mais relevante que se coloca: em cada uma das experiências tardias do moderno, que cabe levantar e analisar, existiram programas alternativos de modernidade? [...] Seria possível refazer conceitualmente a discussão sobre modernidade, pós-modernidade e tradição? (MIRANDA, 1999, p. 269-270).

Sem esquecer, ao lado de Eneida Maria de Souza, de *Navegar é preciso, viver: escritos para Silviano Santiago*, coletânea comemorativa dos 60 anos do autor, com depoimentos sobre o homenageado, reflexões e ensaios sobre sua obra, além de estudos críticos diversos, ou, ainda, *Belo Horizonte: a cidade escrita*, apresentada por Wander nos seguintes termos:

No marco do centenário de Belo Horizonte, os escritos que compõem este volume foram escolhidos com o objetivo de constituir uma *memorabilia* para a cidade múltipla e fragmentária, inatingível na sua totalidade. A forma de organização, ao alternar regularmente textos em prosa e poemas, busca mimetizar o cruzamento das vias urbanas de circulação – do signo literário (MIRANDA, 1996, p. 18).

A obra é constituída por aproximadamente 70 textos sobre a capital mineira, de autores de diferentes matizes e procedências, dos quais relevo integrantes desta Casa, como Avelino Fóscolo, João Alphonsus, Salomão de Vasconcelos, Martins de Almeida, Cyro dos Anjos, Abgar Renault, Affonso Arinos, Henriqueta Lisboa e Rui Mourão. E, se me permitem uma deliciosa alusão, recordo Machado de Assis, que, no primeiro dos textos estampados em sua costureira verve, qualifica Belo Horizonte: “Eu, se fosse Minas, mudava-lhe a denominação. Belo Horizonte parece antes uma exclamação que um nome” (MIRANDA, 1996, p. 19).

A vasta e densa produção intelectual de Wander Melo Miranda não se esgota aqui. Cumpre aludir ao exercício do acadêmico a supervisão de edições, como as *Obras reunidas de Cyro dos Anjos* e a *Obra completa de Graciliano Ramos*. Ademais, declare-se que Wander é também autor de, pelo menos, 21 capítulos de livros, entre os quais poder-se-ia destacar três sobre Silviano, três sobre Graciliano, três sobre memória e cinco sobre ficção.

A tradição epistolográfica luso-brasileira é estruturada formalmente em substanciosos manuais, como a *Corte na aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, no século XVII; ou como, desde a sua primeira edição, em 1745, o prolífico *O secretário português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas*, de Francisco José Freire; até entre nós, em tempos atuais, como o *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*, organizado por Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib, no qual Wander Miranda se faz presente com análise das cartas de Alexandre Eulálio para sua amiga e poeta Lélia Coelho Frota.

Ressalte-se, a propósito, que a epistolografia, cultivada pela intelectualidade no Brasil do século XX, em particular pelos escritores mineiros, encontra em Wander Miranda um diligente estudioso, de que é testemunha o trabalho por ele levado a efeito, em parceria com Roberto Said, na organização e divulgação da correspondência mantida entre Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade (MIRANDA; SAID, 2012). Como afirma Victor da Rosa,

[...] as análises que o crítico realiza de documentos epistolares, nesse caso, têm significado especial porque as cartas servem, além do mais, como metáfora para conceber a prática da pesquisa em arquivo, que se torna ‘vivo outra vez’, como se o crítico fosse então uma espécie de destinatário-fantasma dessas mensagens mais ou menos secretas: ‘Abrir o arquivo [...] como se abre, anos depois de enviada, uma carta alheia, justapondo-se a uma assinatura ou a um nome, tornando-o vivo outra vez na nova relação epistolar então iniciada’. Sendo ‘o gosto pelas coisas antigas’, então, por seu aspecto justamente anacrônico e aqui intempestivo, uma outra forma do contemporâneo (ROSA, 2019).

Atualmente, verticalizando empreitada que deu seus primeiros frutos em 2004, Wander dedica-se à feitura da biografia de Graciliano Ramos, cuja publicação advirá pelo selo da Companhia das Letras.

Por fim, gostaria de reiterar e enfatizar duas notórias e autor-reconhecidas matrizes da criação intelectual de Wander Melo Miranda, sobretudo após seus estudos doutorais: a relação entre a ficção e a história, e a vinculação entre memória e discursos, escrita e experiência vivida. Vale afirmar: o cariz ficcional dos textos autobiográficos e memorialísticos. Daí sua tese, inspirada, como dito, na leitura de *Em liberdade*, de Silviano Santiago, cujo propósito central era/é o de “ultrapassar os limites do indivíduo e de ir contra o caráter concentracionário da escrita do *eu*” (MIRANDA, [1995], p. 46), facultando ao autor duplo diálogo: com o legado da obra de Graciliano e com a produção literária contemporânea de Santiago. Desse modo, Miranda se debruça na análise demonstrativa “sobre a coerência artística e o valor ético da arriscada operação *suplementar* que o texto de Silviano Santiago realizava em relação à obra de Graciliano Ramos” (MIRANDA, [1995], p. 65). O resultado da abordagem, desenvolvida sob a competente e solidária chancela de Nádia Battella Gotlib, pode ser apreciado no teor da tese denominada “Contra a corrente – a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago”, com a qual Wander se doutorou, em junho de 1987, e que, cinco anos depois, foi editada sob o título de *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*.

Como se sabe, o memorialismo e a autobiografia compõem a tradição da literatura brasileira moderna. Nesse sentido, atente-se para o contexto da escolha de Wander Miranda pelo objeto-tema de sua tese: incursões sobre o discurso memorialista e autobiográfico como contributo derivado dos cursos de pós-graduação no Brasil. Para ser fiel, ouçamo-lo:

[...] a escrita memorialística passa a atuar como uma espécie de espelho familiar e estranho, em cuja superfície a identidade do indivíduo e a identidade nacional buscam mutuamente conformar-se, através de procedimentos contrastivos ou de assimilação analógica. Os retratos então resultantes delineiam um largo espectro de posturas discursivas e procedimentos de rememoração, desde os que se alimentam dos avessos da memória e das brechas abertas

pela imaginação até os que se conformam à busca de uma totalidade sem fraturas (MIRANDA, 1995, p. 124).

O júbilo dos acadêmicos com a candidatura de Melo Miranda, sentimento consubstanciado na expressiva votação com que foi sufragado, denota, para dizer pouco, a possibilidade, ou melhor, a certeza de podermos manter convívio mais regular e frequente com o confrade empossando. Nessa contingência, cabe referir a anterioridade dos vínculos de Wander Miranda com a Academia Mineira de Letras, quer de modo direto, ao ministrar palestras e conferências e participar de eventos por ela promovidos, quer indiretamente, por meio da elaboração de estudos em torno da produção literária de membros desta Casa, como Henriqueta Lisboa, Cyro dos Anjos e Emílio Moura.

No que respeita à nossa poeta maior, recorde-se que, em 1992, ao lado de Abigail de Oliveira Carvalho e de Eneida Maria de Souza, Wander organizou a coletânea intitulada *Presença de Henriqueta*. E, para gáudio de seus novos pares, em parceria com Reinaldo Marques, ele reuniu toda a obra em prosa e verso de Henriqueta Lisboa, já encaminhada à Editora Peirópolis. Sem olvidar sua proximidade profissional com inúmeros confrades, como Fábio Lucas Gomes e sua ex-professora Maria José de Queiroz, e com outros mais entretanto falecidos, a exemplo de Eduardo Frieiro, Arduíno Bolívar, Guilhermino César, Oscar Mendes e Wilton Cardoso de Sousa.

A Academia de Letras é um corpo social plural e onde deve imperar a diversidade de opiniões. Todavia, a *alma mater* são os integrantes que fazem das letras, *stricto sensu*, seu objeto de estudo e ofício profissional de eleição. Se o culto da palavra é a razão de ser das academias, o conhecimento e a análise de seu uso constituem seu atributo fulcral. Palavras que, por outro lado, incitam-nos a expressar indignidade, como aquelas que nos são ultimamente reclamadas, não estivéssemos em uma terra tão querida, mas ora sob a tutela de desatinados; pátria na qual cada vez mais se mostram acentuadas e ultrajantes as desigualdades sociais. Por isso, sociedade inclusiva não pode continuar a ser figura de retórica. Cumpre-nos, sim, a cada um e a todos, empreendê-la.

Literatura e formação da cidadania. Cidadania é conquista. É processo. Por isso, é imperioso estarmos sempre atentos e atuantes, pois

a dinâmica histórica também proporciona retrocessos. Nesse sentido, e a comprovar a assertiva, observemos nossas atuais e apocalípticas circunstâncias políticas e econômicas a exacerbar nossas vergonhosas agruras sociais. Claramente vivemos tempos de recessão democrática, nos quais aos colapsos democráticos contrapõe-se o ressurgimento do autoritarismo. Nesse sentido, atemorizamo-nos com a realidade contemporânea, na qual, segundo Levitsky e Ziblatt, as “democracias podem morrer não pela mão de generais, mas de líderes eleitos” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 15).

Wander Melo Miranda! Queremo-lo entre nós por variadas e justificáveis razões, entre as quais pelo seu afável e esclarecido convívio, pelas orientações e colaboração que o qualificado editor, que o reputado organizador e divulgador de conjuntos documentais e bibliográficos poderá oferecer-nos. Alguém que se dedica com tamanho cuidado a acervos de literatos e que faz da memória objeto central de seus escritos proclama seu estreito vínculo com a Academia.

Louvor à AML, que, com entusiasmo, acolhe Wander Miranda. Se é o mais recente, ele também se nos apresenta como dos mais jovens membros da Casa.

Tenhais, pois, longa vida e sejais muito bem-vindo.

Muito obrigado.

Referências

CARVALHO, Abigail de O.; SOUZA, Eneida M. de; MIRANDA, Wander M. (Org.). *Presença de Henriqueta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Battella (Orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MIRANDA, Wander Mello. *Arquivos e memória cultural*. In: SOUZA, Eneida Mariade; MIRANDA, Wander Mello. *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 35-42.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 360p.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Obra completa de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Obras reunidas de Cyro dos Anjos*. São Paulo: Globo, 2006.

MIRANDA, Wander Melo. *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995. 120p.

MIRANDA, Wander Melo. *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002. 170p.

MIRANDA, Wander Melo. *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. 272p.

MIRANDA, Wander Melo. *Contra a corrente: a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. 1987. 288f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

MIRANDA, Wander Melo. *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 377p.

MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004. 88p.

MIRANDA, Wander Melo. *Imagens de memória, imagens de nação*. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 125-139, 1998.

MIRANDA, Wander Melo. *Local/Global*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1998. 23p.

MIRANDA, Wander Melo. *Memorial a ser submetido à Comissão Julgadora do concurso para provimento de uma vaga de professor titular*

de Teoria da Literatura, no Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura da Faculdade de letras da Universidade Federal de Minas Gerais, nos termos do Edital publicado no *Diário Oficial da União*, de 25 de novembro de 1994. s.nd. [1995].

MIRANDA, Wander Melo. *Nações literárias*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2010. 220p.

MIRANDA, Wander Melo. *Navegar é preciso, viver: escritos para Silviano Santiago*. Belo Horizonte/Salvador/Niterói: Editora UFMG/EDUFBA/EDUFF, 1997. 352p.

MIRANDA, Wander Melo. *Os olhos de Diadorim e outros ensaios*. Recife: CEPE, 2019.

MIRANDA, Wander Melo; SAID, Roberto (Orgs). *Cyro & Drummond: correspondência de Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Globo, 2012.

MIRANDA, Wander Melo; SOUZA, Eneida Maria de (Orgs.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219p.

PEIXOTO, Mariana. Wander Melo Miranda lança “Os olhos de Diadorim” neste sábado (19) em BH. *Estado de Minas*, sab. 19 out. 2019, Cad. Cultura, p. 1.

ROSA, Victor da. *Wander Melo Miranda: ser crítico da literatura é ser crítico de si*. Pernambuco. Suplemento cultural do *Diário Oficial do Estado*. Recife, p. 18-20, ago. 2019. Disponível em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es-antiores/70-perfil/2327-wander-melo-miranda-ser-cr%C3%ADtico-da-literatura-%C3%A9-ser-cr%C3%ADtico-de-si.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. São Paulo: Paz Terra, 1981.

Discurso de posse na Cadeira 7 da Academia Mineira de Letras¹

Wander Melo Miranda

Em viagem pela Belém-Brasília há cerca de um mês, um amigo me manda pelo “zap” a foto de uma placa da rodovia em que o nome de uma cidade do Estado de Tocantins surpreende: Wanderlândia. Abaixo da foto, vem a mensagem brincalhona: “Depois da imortalidade... a cidade”. Unidas pela rima, as duas palavras remetem na verdade a Belo Horizonte, onde nasci em 1952 e onde me vejo, hoje, acolhido com carinho e distinção por esta Casa, como ocupante da cadeira de número 7 – o da camisa de Garrincha, me lembra outro amigo –, cadeira cujo fundador, Avelino Fóscolo, escreveu o primeiro romance sobre a nossa então jovem capital, publicado em 1903.

A coincidência feliz me leva ao passado pelas mãos do escritor, também farmacêutico prático, homem de circo e anarquista, atento à transferência da capital de Ouro Preto, barroca demais diante dos anseios modernizadores da República, para a nova cidade em ritmo feérico de construção. A novidade do espaço urbano traçado na prancheta mostra-se, no entanto, aterradora para a maioria dos antigos moradores do Curral del-Rei, diante da “nuvem de operários, como numa praga de gafanhotos, caindo da noite para o dia, aos centos, transformando a pacata aldeia” numa “Babel informe”, numa “infeliz La Plata”, em comparação com a cidade argentina, também planejada como Belo Horizonte.

¹ Discurso proferido no dia 10 de dezembro de 2019, durante sessão de posse na Academia Mineira de Letras.

Não só os curralenses se espantam com a cidade nascente. O nome da nova capital soa estranho para Machado de Assis, que a ela se refere em crônica de 1894. Diz o escritor: “Eu, se fosse Minas, mudava-lhe a denominação. Belo Horizonte parece antes uma exclamação que um nome”. É nessa estranha cidade-exclamação que os personagens de Fóscolo se movem ora angustiados, ora otimistas, diante do “rumor confuso de locomotivas, carros, vozes humanas”, da “cidade tão jovem e contaminada já pela tristeza doentia de vetustez”, com seu “matagal de ruas em projeto”, nas palavras do romance.

O progresso voraz assume, nas mãos do narrador, um tom apocalíptico – “Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína”, diria Caetano Veloso –, tom de final dos tempos e não de novo começo, a dividir os personagens entre conservadores, “abatidos à derrocada do castelo” e “sonhadores entusiastas, fantasiando uma cidade feérica surgindo das ruínas do velho arraial”, diz o narrador. O embate será abordado décadas depois, com bom humor, em poema memorialístico de Drummond:

*Vi claramente visto, com estes olhos
que a terra há de comer, se os não cremarem,
o carro de bois subir, insofismável,
esta soberba rua da Bahia,
sofridamente puxado
por sete juntas de bois.*

*Vi claramente visto o cupê de João Luís Alves,
Secretário de Estado de Bernardes,
descer esta soberba rua da Bahia,
cruzar o carro de bois,
no dia claro, e o espírito de Minas
fundindo sabiamente
a dupla imagem.*

Mas a capital solitária e melancólica de Fóscolo persiste como “insânia da república”, inesperadamente “envelhecida ao nascer, com a pacatez das velhas cidades coloniais” e onde os operários, “bem remunerados ontem”, estão “hoje na miséria”. A visão catastrófica do presente era, para o escritor revolucionário e amargurado, uma forma de se

colocar criticamente como parte da história que se desenrolava diante de seus olhos, atento às mudanças bruscas que se traduzem nos personagens mediante o desconforto que o turbilhão interior que vivem só faz aumentar e tornar mais agudo.

Outra é a visão do progresso em *Juiz de Fora*, poema de Austen Amaro, segundo sucessor de Fóscolo nesta Casa. O poema tem expressiva repercussão entre os críticos da época. Ribeiro Couto, que muito o admira, como confessa a Drummond em carta de 20 de junho de 1927, dedica-se a ele na seção “Livros e Ideias”, no *Diário*; o próprio Drummond escreve um elogioso texto sobre Austen. São cuidadosos em relação à saúde do poeta. Em 3 de dezembro de 1926, Martins de Almeida, em carta a Ribeiro Couto, diz: “Não escreva pro Austen sobre a moléstia dele. Ele não sabe que é tuberculoso ou não gosta que se fale que o é”.

Publicado em 1926, numa edição de quarenta páginas, com três belos desenhos a carvão de Pedro Nava, *Juiz de Fora* é considerado pelo memorialista o “primeiro livro modernista publicado em Minas Gerais”. Diz Nava sobre as ilustrações que fez: “O [desenho] da capa mostra uma perspectiva urbana cheia de chaminés de fábricas e vê-se o Morro do Imperador, olhado da estação da Central. O segundo representa o ‘longe Mariano Procópio das paralelas’. O terceiro tenta dar uma ideia dos fundos da Fazenda Velha do Tenente Antônio Dias Tostes”.

A imagem da locomotiva que avança sobre o leitor, na capa do livro, anuncia o progresso pujante que o poema retrata e que faz contraponto com a sólida tradição local, sugerida pelo desenho da quarta capa. Inspirado no “Noturno de Belo Horizonte”, de Mário de Andrade, o poema de Austen, porém, carrega nas tintas futuristas, para usar uma palavra em voga à época: “Eu canto a poesia da bigorna / com a rigidez enérgica do bíceps”, diz no ex-líbris que abre o livro. Extraordinário em muitos aspectos, o “poema lírico”, como o define o poeta, desdobra-se em seis cantos, dirigidos ao “despertar de Juiz de Fora / com sirenas cantando na manhã sonora!”. Tudo é velocidade e ação, mas sem deixar de fora o primitivismo caro aos modernistas, superpondo elementos que incluem ainda elogios a escritores e figuras históricas, cidades e mitos brasileiros, num processo de bricolagem de registros linguísticos diversos, que incluem diferentes neologismos: para dar conta do novo, uma nova língua, parece nos lembrar a todo momento o poema: “E

porque eu exalto a única poesia, / canto a harmonia das coisas designais!”.

Como se não bastasse a responsabilidade de suceder a esses dois nomes, um outro de enorme importância para as letras mineiras e brasileiras avulta: Eduardo Frieiro. Sucessor de Fóscolo, é autor de uma obra vasta e diversificada, leitor incansável em várias línguas. Autodidata na plena acepção da palavra (não terminou nem o curso primário), foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da UFMG, onde lecionou Filologia Românica e Literatura Espanhola. Primeiro diretor da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, criou as Edições Pindorama, onde Drummond publicou *Alguma poesia*, em 1930. No mesmo ano, fundou a Sociedade Editora Amigos do Livro, que teve entre seus 20 sócios nomes como Drummond, Aníbal Machado e Cyro dos Anjos.

Amante dos livros e arredio à vida literária, criticou acidamente os escritores no seu diário: “Gosto das letras, mas não dos literatos, gente pouco amável, feia, vã, invejosa, cheia de melindres, irritadiça e irritante”. Colocou-se contra os jovens modernistas mineiros – apesar de ter publicado Drummond –, aos quais fustigava sob o pseudônimo de João Cotó, inspirado no francês Jean Cocteau. Estreia com *O clube dos grafômanos*, em 1927, a que seguem mais três romances, mas é no ensaio que melhor se realiza como escritor em virtude da vasta erudição, da capacidade de argumentar persuasivamente, da escolha original dos temas, do estilo impecável.

Em *Feijão, angu e couve* (1966), delicioso desde o título, faz da comida consumida em Minas a partir da Colônia o mote para desvendar nossos costumes mais arraigados, traçando um painel primoroso da civilização mineira. Num apanhado curioso das tascas de Ouro Preto, quando ainda capital do Estado, chama a atenção uma delas, na rua de Antônio Dias, frequentada pelos estudantes e em cujo letreiro se lia: “CENTRO NEPHELIBATA / Cabaret do Gato em Pé / Ao Bife Invencível!”. Em outro trecho do livro, ao tratar da alimentação (ou falta dela) nas favelas belo-horizontinas, cita Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo*: “Como é horrível ver um filho comer e perguntar – *Tem mais?* Esta palavra *tem mais* fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais”.

Em outro ensaio interessantíssimo, *O diabo na livraria do cônego* (1946), Frieiro examina a biblioteca de Luís Vieira da Silva, “o mais instruído e eloquente de todos os conjurados mineiros, na opinião de Joaquim Norberto de Sousa Silva”. Ao passar em revista os livros do cônego, da Física à Matemática, da Filosofia à Religião, da História à Geografia, acaba por delinear os traços do intelectual brasileiro do século XVIII, já naquele tempo a par do melhor que se publicava na Europa e nos Estados Unidos, recém-independente da Inglaterra. Diz Frieiro: “O homem era curioso de tudo, e de tudo havia um pouco entre os seus livros, que ele teria adquirido sabe Deus com que dificuldades”. Não é difícil perceber aí uma descrição indireta do próprio Frieiro.

Dos livros sequestrados ao cônego no processo da Conjuração Mineira, merecem destaque *L'esprit des lois*, de Montesquieu, e todos os volumes da *Enciclopédia*, de Diderot e d'Alembert. Como adepto da ilustração, o cônego acreditava que “a felicidade dos povos só podia encontrar-se no saber, no progresso intelectual, no desenvolvimento das ciências e nos ditames da lógica e da razão”. Não era pouco, à época, para nossa província ultramarina.

Desse grupo de eminentes ocupantes da cadeira de número 7, de que constam ainda Wilson de Lima Bastos e João Bosco Murta Lages, não posso deixar de ressaltar, *last but not least*, o jurista Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, que me antecedeu e cujas crônicas lia curioso no *Estado de Minas*. Professor emérito de Direito Constitucional, colaborou na elaboração da Constituição do Timor Leste e tem uma vasta obra dedicada a sua área de conhecimento. No momento em que a nossa Magna Carta é vítima da sanha predatória de políticos inescrupulosos e antidemocráticos, a obra de Malheiros Fiúza é um alerta e um convite à resistência e ao fazer político digno, à legalidade e ao apreço ao bem comum.

Enfim, o que me une a nomes tão ilustres? A paixão pela palavra, escrita e falada. Durante mais de 40 anos como professor de Literatura, aqui e em outros lugares, aprendi que a literatura é um direito de todos, tão necessária como o pão nosso de cada dia. Cacoete de profissão ou vício prazeroso, não importa, ela é o meio através do qual consigo ver a realidade e escapar dela, para retornar com energia redobrada para entender nosso tempo. Por isso, orgulho-me tanto dos muitos livros que li e dos que, tenho certeza, ainda lerei.

Quando criança, varava noites lendo Monteiro Lobato, para incômodo de minha mãe, que, vendo a luz acesa do meu quarto até altas horas, levantava-se e me pedia para apagar a luz e dormir. Eu aguardava que ela voltasse para seu quarto, esperava um tempo, tornava a acender a luz e continuava a ler do ponto onde tinha suspenso a leitura. Essa suspensão, essa espera ansiosa – do livro ou da mãe, perguntarão os psicanalistas – é, até hoje, a mais gratificante sensação que tive da leitura. Hoje, por dever de ofício e gosto, continuo a desafiar o tempo, as noites e os dias, como se pudesse ler todos os livros de uma biblioteca infinita.

É um certo lugar-comum dizer que Minas é um celeiro de escritores. Dos poetas árcades aos jovens que se dedicam hoje ao ofício de escrever entre nós, uma viva tradição continua a formar-se, herança que as novas gerações tratam de levar adiante. Graciliano Ramos, autor de minha predileção e admirador dos críticos mineiros, aproxima o trabalho do escritor ao do sapateiro. Compara sovelas e ilhoses a pronomes e verbos, e conclui: “São armas insignificantes, mas são armas”. Que saibamos usá-las com dedicação e destemor no presente difícil que nos foi dado viver.

Muito obrigado!



SOBRE OS AUTORES

Afonso Henriques Neto

Mineiro de Belo Horizonte, nasceu em 1944. Formou-se em Direito pela primeira turma da Universidade de Brasília, em 1966. Trabalhou na Fundação Nacional de Arte (Funarte) de 1976 a 1994. Foi professor do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, tendo-se doutorado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997. Membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupa a Cadeira 27, publicou mais de uma dezena de livros de poesia, entre os quais *O misterioso ladrão de Tenerife*, *Restos & estrelas & fraturas*, *Ossos do paraíso*, *Tudo nenhum* e *Abismo de violinos*. Organizou também para a Editora Global, de São Paulo, os livros *Melhores contos de João Alphonsus*, *Melhores poemas de Alphonsus de Guimaraens Filho* e *Roteiro da poesia brasileira: anos 70*.

Aluízio Alberto da Cruz Quintão

Nasceu em Taquaraçu (MG), em 1938. cursou Jornalismo, tendo exercido a profissão como repórter e redator de importantes órgãos da imprensa, como as sucursais de Belo Horizonte de *O Estado de São paulo* e de *O Diário Carioca*. Em 1963, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais; três anos mais tarde, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Em 1987, foi nomeado procurador-geral de Justiça. Criou a Revista da Associação Mineira do Ministério Público (JUS), da qual foi o editor do primeiro número. Foi professor na Faculdade de Filosofia de Caratinga, na Universidade Federal de Ouro Preto, no Centro Universitário UNA e na Faculdade de Direito Milton Campos. Em 1989, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada pelo quinto constitucional e, em 1996, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Foi presidente do Conselho Diretor do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais de 2016 a 2019.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Jornalista profissional, escritor e advogado, nasceu em Belo Horizonte, em 1947. Formou-se em Direito pela UFMG em 1971 e cursou o Instituto Francês de Imprensa, em Paris, como bolsista do governo da França, de 1973 a 1975. Foi prefeito de Ouro Preto por três mandatos, secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais, conselheiro da Fundação de Arte de Ouro Preto e secretário municipal de Turismo e Cultura da antiga capital mineira. Presidiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e foi chefe de gabinete do Ministério da Cultura, quando atuou como ministro interino, na gestão do professor Celso Furtado. Foi redator e editor de cultura do jornal *Estado de Minas*. Editou o *Suplemento Literário de Minas Gerais*. Na França, escreveu para o *Le Monde* e foi colaborador da editora Gallimard. Publicou inúmeros artigos e livros, entre os quais *Ouro Preto: tempo sobre tempo*, *Alcântara: cantos do silêncio* e *Campos das Vertentes: o Brasil na fonte*. É membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupa a Cadeira 3.

Astenio César Fernandes

Nascido em Campina Grande, na Paraíba, em 1947, é médico, pesquisador e escritor. Graduado em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, fez especialização e doutorado em Oftalmologia na Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutorado na Université Pierre et Marie Curie, em Paris. No Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, foi professor da disciplina Oftalmologia, além de fundador e coordenador do Programa de Doutorado em Ciências da Saúde. Na UFMG, participou de bancas examinadoras e foi orientador de teses de mestrado e doutorado. É membro da Academia Paraibana de Letras, membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Norte, membro efetivo da Academia Paraibana de Filosofia, revisor de periódicos da *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia* e membro do corpo editorial da *Revista Unidade Médica*. Publicou inúmeros trabalhos científicos e, no campo da literatura, escreveu livros em prosa e poesia, como *Âkâsha: poemas*; *Imortalidade é liberdade*; *Memorial da palavra: discursos, apresentações e crônicas*; entre outros.

Barjute Bacha

Professora de Literatura formada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua no ensino médio e superior, prestando serviços de orientação e consultoria a instituições privadas e públicas, como a Universidade Federal de Minas Gerais, a Biblioteca Pública Luís de Bessa, a Secretaria Estadual de Cultura, a Secretaria Estadual de Educação, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Academia Mineira de Letras, entre outras. É autora de livros didáticos e de ensaios de literatura publicados no Brasil e no exterior. Ativa colaboradora da AML, tem oferecido, com regularidade, oficinas de escrita criativa.

Berenice Menegale

Nasceu em Belo Horizonte, em 1.º de janeiro de 1934. Pianista, estudou no Brasil, na França, na Suíça e na Áustria, país onde se diplomou pela Academia de Música de Viena. Criou a Fundação de Educação Artística e participou de diferentes projetos culturais e artísticos na Universidade Federal de Minas Gerais. Fez parte da equipe de criação do Festival de Inverno da UFMG, em 1967. Foi professora da Universidade Federal de Minas Gerais de 1975 a 1999.

Caio César Boschi

Nascido em Belo Horizonte em tradicional família italiana (seu pai era o dono da padaria Boschi, no centro da cidade), é graduado em História pela UFMG, doutor em História Social pela USP e pós-doutor pela Universidade de Lisboa. Lecionou na PUC Minas e na própria UFMG, chegando a professor titular nas duas instituições. Na Católica, foi pró-reitor da área de pesquisa e pós-graduação e decano da reitoria. Na USP, defendeu tese sobre as irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais, considerada, na época, uma das melhores publicações da área no país. No exterior, lecionou História do Brasil em diversas instituições, entre as quais as Universidades do Porto e de Lisboa, a École des Hautes Études en Sciences Sociales e a Universidad de Salamanca. Membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupa a Cadeira 30, o escritor possui dezenas de artigos publicados em revistas especializadas nacionais e internacionais e é autor de vários livros,

como *O Barroco mineiro: artes e trabalho e Exercícios de Pesquisa Histórica*, premiado pela Academia Brasileira de Letras em 2012.

Caio Junqueira Maciel

Pseudônimo e apelido afetivo do escritor Luiz Carlos Junqueira Maciel, Caio Junqueira Maciel nasceu em 1952, no município mineiro de Cruzília. Mestre em Literatura Brasileira pela UFMG, com tese sobre o poeta mineiro Dantas Motta, foi professor por mais de 40 anos. Ensaísta, poeta, contista, romancista e letrista musical, é autor de diversos livros, entre os quais *Sonetos dissonantes*, *Felizes os convidados*, *Doismaisdoido é igual ao vento*, *Era uma voz: sonetos só pra netos* e *Pele de jabuticaba*. Foi editor, com Gilberto Xavier, dos *Cadernos de literatura comentada*. Integrou o grupo de escritores mineiros Coletivo 21, que lançou célebres antologias de prosa e poesia. Publicou ensaios no Suplemento Literário de Minas e no caderno *Geraes*, do *Estado de Minas*. É colaborador da revista eletrônica *InComunidade*, da cidade do Porto, Portugal, país onde viveu e colheu matéria para publicação de seu primeiro romance, lançado em 2020, *Um estranho no Minho*.

Carlos Bracher

Nascido em Juiz de Fora (MG), em 1940, numa família dedicada à música e às artes, Carlos Bernardo Bracher é um dos mais premiados e prolíficos artistas plásticos brasileiros – sua extensa obra reúne hoje mais de dez mil trabalhos de pintura, desenho, escultura e gravura, entre outras modalidades. Membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupa a Cadeira 32, o artista começou a escrever mesmo antes de pintar e diz que usa “as cores e as palavras reciprocamente”. Pintor autodidata desde os 15 anos, Bracher realizou, aos 17, sua primeira exposição. Frequentou também a academia: em 1959, ingressou na Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras; na década de 1960, foi aluno de Fayga Ostrower na Escola de Belas Artes da UFMG; aprendeu técnicas de mural e de mosaico com Inimá de Paula, na Escola Municipal de Belas Artes, em Belo Horizonte; estudou pintura em Paris, onde residiu por dois anos, após obter a láurea máxima do Salão Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro – o Prêmio Viagem ao Exterior. Ao retornar ao Brasil no início da década de 1970, estabeleceu-se em Ouro Preto, Minas Gerais.

Em 1980, obteve o Prêmio Hilton de Pintura, concedido pela Funarte aos dez artistas brasileiros que mais se destacaram na década de 1970. Autor de livros, Bracher também teve sua vida e obra publicada por críticos e estudiosos de renome.

Carlos Henrique Almeida José e Azevedo

Advogado e escritor. Nascido em Belo Horizonte, é graduado em Direito pela UFMG, especialista em Ciências Penais e em Direito Ambiental e Minerário pela PUC Minas e mestrando em Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público. É membro da Comissão Permanente de Estudos de Direito da Concorrência e Regulação Econômica da OAB/MG e membro-revisor da Revista de Direito Setorial e Regulatório, do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Universidade de Brasília (UNB). Possui artigos publicados em diversos periódicos especializados, como a *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* (Thomson Reuters), a *Revista de Direito Ambiental* (Thomson Reuters) e a *Revista de Direito, Estado e Telecomunicações* (UNB).

Celina Borges Lemos

Arquiteta e urbanista, é professora titular do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo nos níveis de mestrado e doutorado. Graduada em Arquitetura e Urbanismo, possui mestrado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e doutorado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Realizou o pós-doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No âmbito acadêmico, desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação da UFMG e é parecerista *ad hoc* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Coordena o laboratório do Programa de Educação Tutorial (PET) e tem realizado publicações e atividades acadêmicas integradas às disciplinas Fundamentos e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, História, Cultura e Política e Patrimônio Arquitetônico e Urbano.

Cesário Mello Franco

Advogado, autor, diretor, produtor e roteirista, advogou nas áreas de Direito Internacional Privado, Direito Tributário e Direito Societário, no Rio de Janeiro e em Nova York. Na área de literatura, publicou *O Redentor*, eleito pelo caderno *Ideias*, do *Jornal do Brasil*, um dos melhores romances de 1992, e *O passageiro: segredos de adulto*, obra adaptada para o cinema. É criador e editor do site literário O Palma. Entre seus filmes, estão *Debret, um olhar francês sobre o Brasil*, documentário de 50 minutos; *O passageiro*, longa metragem; e *A era dos campeões*, documentário que retrata a saga dos campeões Emerson Fittipaldi, Nelson Piquet e Ayrton Senna.

Clara Arreguy

Natural de Belo Horizonte, é jornalista e escritora de romances e crônicas. Atuou em assessorias de imprensa e como repórter do *Estado de Minas*, nas editorias de Agropecuária e de Cultura. A convite do *Correio Braziliense*, mudou-se para Brasília em 2004, para assumir o cargo de editora de cultura. Em 2005, publicou seu primeiro romance, *Segunda divisão*, e também o livro de memórias *Fafich*, da coleção *BH – A cidade de cada um*, da editora Conceito Comunicação.

Cláudia Gomes Dias Costa Pereira

Pós-doutora em Letras pela Universidade de Lisboa, doutora e mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais e especialista em História Social da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto. Possui experiência docente nas Universidades Federal de Ouro Preto (como substituta), na Unipac Mariana, no Ifet Ouro Preto e em várias escolas de ensino médio e fundamental. Integrrou as equipes pedagógicas da Secretaria de Educação de Ouro Preto e do Museu da Inconfidência, na mesma cidade, além de ter participado da elaboração e implementação de diversos projetos e eventos relacionados a literatura, leitura, educação e cultura em geral. Pesquisadora constante das áreas de Língua Portuguesa, manuscritos, acervos literários e textos de autoria feminina, é investigadora integrada aos grupos Letras de Minas (UFMG) e Clepul, G6 (Universidade de Lisboa). É pes-

quisadora da vida e da obra de Beatriz Brandão, sobre quem publicou sua tese de doutorado, dois livros e diversos artigos.

Cléber Lima

Jornalista, advogado e professor. Foi prefeito municipal, vereador e presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, além de deputado estadual pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Atualmente, é editor do jornal *Voz de Rio Branco*, membro efetivo da Academia Rio-Branquense de Letras e da Academia Ubaense de Letras, Secretário Municipal de Cultura de Visconde do Rio Branco e presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Visconde do Rio Branco.

Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho

Nasceu em 1º de dezembro de 1933 e ordenou-se no dia 2 de dezembro de 1956, na Catedral Basílica de Mariana, depois de ter cursado Filosofia e Teologia no Seminário São José. Diplomou-se em Filosofia em São João del-Rei. Fez pós-graduação na PUC Minas, especializando-se em História do Brasil. Dirigiu o jornal *O Arquidiocesano* e a Editora Dom Viçoso. Foi professor da PUC Minas e também da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), na qual também ocupou o cargo de diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. É autor de diversos ensaios, livros e artigos sobre História, Pedagogia, Teologia e outros temas. Membro da Academia Mineira de Letras, ocupa a Cadeira 12.

Danilo Gomes

Nascido em Mariana em 1942, graduou-se em Direito pela UFMG em 1974 e em Jornalismo pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) em 1985. Por 20 anos, trabalhou como redator na Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. Pertence às seguintes instituições culturais: Academia Mineira de Letras (Cadeira 1), Academia Marianense de Letras, Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, Academia de Letras do Brasil, Academia Brasiliense de Letras, Academia de Letras de Viçosa, Associação Nacional de Escritores e Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Publicou as obras *Escritores brasileiros ao vivo*, *Água do Catete*, *Uma rua chamada Ouvidor*, *Antigos cafés do Rio de Janeiro*, *Em torno de Rubem Braga*, *Mineiridade que sobrevive ao tempo* (entrevista com o poeta Alphonsus de Guimaraens Filho nos seus 80 anos) e *Augusto Frederico Schmidt*, *Juscelino Kubitschek e Odilon Behrens*. Escreve em jornais e revistas e participa de antologias de crônicas, poemas e contos.

Elizabeth Rennó

É graduada em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde obteve o título de mestre em Literatura Brasileira com a dissertação *A aventura surrealista de Lêdo Ivo: invenção e descoberta*, em 1985. É presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras, presidente da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. É membro do International Writers and Artists (EUA). Publicou dez livros, entre os quais *Concha-lua*, vencedor, em 2012, do Prêmio Alejandro José Cabassa, da União Brasileira de Escritores, e *Memória Diamantina*, ensaio que mereceu, em 2002, o Prêmio Centenário de Juscelino Kubitschek de Oliveira, da Academia Mineira de Letras. Também foram premiados poemas, contos e ensaios de sua autoria, como *O narrador-arqueólogo*, Prêmio BDMG Cultural de Literatura, e *Rascunho de Minas*, recebedor do Prêmio de Excelência do International Writers and Artists. Eleita em 2004 para a Cadeira 21 da Academia Mineira de Letras, foi presidente da instituição de 2016 a 2019.

Eudes Magalhães

Formado em Medicina pela UFMG, fez residência em Cirurgia Geral no Ipsemg. Possui titulação em videocirurgia pela Sobracil e MBA em Gestão de Serviços de Saúde pela FGV. Foi preceptor de Cirurgia Geral no Hospital Vera Cruz, diretor do Hospital Lifecenter, diretor-presidente da Copimef e da Fencom. Foi conselheiro fiscal e de administração da Unimed-BH. É coordenador de Cirurgia-Geral no Hospital Lifecenter. Nesta edição da Revista da AML, representa o Instituto Unimed-BH em discurso de homenagem ao ex-acadêmico Dr. Hilton Rocha.

Fernando Armando Ribeiro

Desembargador-presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e professor adjunto dos cursos de bacharelado, mestrado e doutorado da PUC Minas, atua também como professor convidado da Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA). É pós-doutor pela Universidade da Califórnia, doutor em Filosofia do Direito pela UFMG e mestre em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e pela UFMG. Foi juiz-corregedor da Justiça Militar de Minas Gerais, diretor departamental do IAMG e relator da Comissão de Ética da OAB-MG. Integra a Academia Mineira de Letras Jurídicas (Cadeira 34) e é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). É coautor de 13 livros jurídicos e autor de diversos artigos científicos, publicados em revistas especializadas, e dos livros *A fascinação das asas*, *Colheita* e *Espectros poéticos da justiça*.

Haydée Ribeiro Coelho

Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de La República, Uruguai, é professora associada de Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Organizou os livros *Darcy Ribeiro* (1997), *Las memorias de la memoria: el exilio de Darcy Ribeiro en Uruguay – entrevistas* (2003) e *Rui Mourão* (2004). Coordenou *1000 rastros rápidos: cultura e milênio* (1999); *América Latina no Suplemento Literário do Minas Gerais 1967-1975: crítica literária* (2009); *A hora do Canadá*, de Arturo Ardao (2012); *Diálogos latino-americanos: correspondência entre Angel Rama, Berta e Darcy Ribeiro* (2015); *Modos de arquivo: literatura, crítica e cultura* (2018) e *Literatura e outras artes e violência nas Américas* (2019). Participou de eventos nacionais e internacionais, com apresentação de trabalhos e palestras. Pertence ao Conselho Curador da Fundação Darcy Ribeiro desde 2013 até o presente momento (2020). É membro efetivo do Grupo de Trabalho Relações Literárias interamericanas (Anpoll), tendo sido coordenadora (2014-2016) e vice-coordenadora (2016-2018). Dedicou-se atualmente às interlocuções culturais, literárias e críticas e ao estudo de arquivos de escritores e intelectuais. Publicou artigos em periódicos do

Brasil e do exterior. É pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Isabel Vaz

Advogada e parecerista, é mestre e doutora em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da UFMG. Possui também os títulos de especialista em *Droit du Travail et Sécurité Sociale* (Faculté de Droit de l'Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne) e de professora de francês grau superior (Institut de Professeurs de Français à l'Étranger – Sorbonne). Foi conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Atualmente, é professora de Direito Econômico nos programas de bacharelado e de pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG, membro da Academia Internacional de Direito e Economia (Aide-SP) e professora-examinadora na Faculdade de Direito da UFMG, na Uni-Ceub, na UFSC, na UFRGS, na USP, na UFGO e na Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Ivete Walty

Pesquisadora do CNPq. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1972), mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980), doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (1991) e pós-doutorado na Universidade de Ottawa, no Canadá, onde trabalhou durante 10 meses como pesquisadora associada (2005-2006). Atualmente, é professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Jacyntho Lins Brandão

Graduado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Letras Clássicas pela USP, é professor titular de Língua e Literatura Grega da Faculdade de Letras da UFMG, onde também atuou como vice-reitor e diretor. Foi professor visitante na Universidade de Aveiro, em Portugal, na Universidad Nacional del Sur, na Argentina, e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França. É sócio-fundador e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos

Clássicos. Escreveu diversos livros, entre os quais *A poética do hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata* (2001), *A invenção do romance* (2005), *Luciano de Samósata: como se deve escrever a história* (2009), *Antiga Musa: arqueologia da ficção* (2015) e *Em nome da (in)diferença: o mito grego e os apologistas cristãos do segundo século* (2014). Ocupa a Cadeira 25 da Academia Mineira de Letras desde 2018.

João Batista da Silva

Nasceu em 5 de março de 1932, em Cataguases (MG). Coursou Filosofia no Seminário Maior da Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, em Manhumirim (MG), de 1954 a 1956. É graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e mestre em Direito pela UFMG. Foi juiz de direito do Estado de Minas Gerais. Publicou os livros: *Reforma do Poder Judiciário: sem o controle externo “híbrido”*, monografia premiada pela Associação Nacional dos Magistrados do Brasil, em Concurso Nacional (2004), *Código de Trânsito Brasileiro comentado e explicado artigo por artigo* (2013), *História da Filosofia do Direito, de Giorgio Del Vecchio* (tradução do texto original, 2010), *Constituição da República Federal do Brasil: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 57* (2008).

Jorge Fernando dos Santos

Jornalista, escritor e compositor, foi repórter, cronista, colunista de teatro e editor de cultura, revistas e suplementos no jornal *Estado de Minas*. Publicou mais de 40 livros, entre os quais *Palmeira seca* (vencedor do Prêmio Guimarães Rosa de Romance em 1989, adaptado para teatro e minissérie da Rede Minas), *ABC da MPB* (merecedor do selo “altamente recomendável” da FNLIJ em 2005), *Ave viola* (vencedor do Prêmio Rossini de Excelência na Viola Caipira em 2013), *Alguém tem que ficar no gol* (selecionado no concurso Barco a Vapor em 2011 e finalista do Prêmio Jabuti, em 2014, na categoria juvenil), *Vandré: o homem que disse não* (finalista do Prêmio APCA em 2015) e *A turma da Savassi que virou nome de bairro* (2018). Teve dez peças teatrais encenadas e mais de 80 músicas gravadas. Coproduziu quatro CDs.

José Anchieta da Silva

Autor de 11 livros, é titular da José Anchieta da Silva Advocacia e presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas (AMLJ). Fez mestrado em Direito Comercial pela UFMG e, atualmente, faz doutorado em Ciências Jurídico-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Fadul). É árbitro integrante da Câmara Mineira de Arbitragem Empresarial (Caminas) e da Câmara de Arbitragem Empresarial-Brasil (Camarb), além de membro do conselho do Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas (IBR), em São Paulo. Foi presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), membro da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil junto ao Mercosul, secretário-geral da Escola de Advocacia da OAB/MG e professor de Direito Comercial da UFMG e da Faculdade de Direito Milton Campos.

José Maria Couto Moreira

Estudou no Colégio Marista de Belo Horizonte e graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na turma de 1968. Foi chefe de gabinete do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (1968-1972), diretor de Finanças do Ipsemg (1972/1978), cofundador do escritório de advocacia Victor Nunes Leal (1977), assessor parlamentar na Câmara dos Deputados (1982), diretor-geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (1998-2002) e procurador do Estado de Minas Gerais (1994-2015). Publicou o livro *Pequeno dicionário histórico de Roma* (2004). É também autor de centenas de artigos, publicados em Belo Horizonte e Brasília.

José Raimundo Gomes da Cruz

Graduado em Direito pela UFMG (1960), é mestre e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e titular da Academia Paulista de Direito. Foi procurador de justiça de São Paulo. Escritor, publicou dezenas de resenhas, crônicas e artigos, assim como livros especializados em Direito.

Leila Maria Fonseca Barbosa

Mestre e doutora em Teoria Literária, foi professora dos cursos de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. É escritora, fundadora do Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM), hoje Museu de Artes Murilo Mendes (MAMM), pesquisadora do projeto História Literária de Juiz de Fora e membro da Academia Juiz-Forana de Letras. É autora e coautora de diversos livros, muitos dos quais em parceria com a professora Marisa Rodrigues Timponi Pereira, sua amiga de longa data. Merecem destaque as obras *A trama poética de Murilo Mendes* (2000); *Christo Redemptor: 1906-2006* (2006), *Machado Sobrinho: notícias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras* (2009) e *Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos*, indicado ao Prêmio Jabuti na categoria Teoria/Crítica Literária.

Leo Cunha

Leo Cunha nasceu em Bocaiúva (MG), em 1966. É doutor em Artes e mestre em Ciência da Informação, ambos pela UFMG, graduado em Jornalismo e especialista em Literatura Infantil pela PUC Minas. Atua como professor universitário desde 1997, em cursos de graduação e pós-graduação, em instituições como PUC Minas, UniBH e Universidade Cândido Mendes. Como autor, publicou cinco livros de crônicas e mais de 60 livros infantojuvenis. Entre seus livros mais conhecidos, estão *Um dia, um rio, O sabiá e a girafa, Cantigamente e Ninguém me entende nessa casa*. Traduziu dezenas de livros de autores como Gabriela Mistral, Julio Cortázar, Antonio Skármeta, Robert Louis Stevenson, David McKee, Jerry Spinelli, entre outros. Organizou antologias de poesia dos autores Ruy Espinheira Filho, Múcio Góes e Gabriela Mistral. Suas obras receberam diversos prêmios, como o Nestlé, o Jabuti, o FNLIJ, o João de Barro, o Prêmio Biblioteca Nacional, além de importantes distinções internacionais, como o selo White Ravens e a indicação para integrar a lista de honra do IBBY (International Board on Books for Young People). Teve poemas musicados por vários compositores, como André Abujamra, Bernardo Rodrigues, Renato Lemos, Renato Villaça, Thelmo Lins e Zebeto Correa. Foi cronista e colunista dos jornais *O Tempo* e *Hoje em Dia*, do site Filmes Polvo e da revista *Canguru*.

Luís de Melo Sobrinho

Natural de Dom Viçoso (MG), bacharelou-se em Filosofia e Ciências Religiosas pela Universidade Lateranense de Roma e diplomou-se em Português Superior pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Obteve licenciatura plena em Letras na Faculdade Santa Marcelina, de Muriaé (MG), onde lecionou Lógica e Literatura Portuguesa. Foi aprovado em concurso público para o cargo de professor de Português no Colégio Professor Botelho Reis, em Leopoldina (MG). Foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação para o cargo de professor titular de Literatura Portuguesa, Língua Portuguesa e Língua Latina da Faculdade de Cataguases, onde atuou por 22 anos, quatro dos quais como diretor. Ao longo de 42 anos, lecionou nas cidades mineiras de Três Pontas, Campanha, Muriaé e Cataguases, e também em Marília (SP). É membro-fundador da Academia Leopoldinense de Letras de Artes, tendo por patrono Oiliam José.

Luís Giffoni

Nasceu em Baependi (MG) em 1949. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1972. Coursou também Astronomia na UFMG e Literatura Norte-Americana no Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (Icbeu-BH). Palestrante no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, tem 21 livros publicados, entre romances, contos, crônicas, ensaios e novelas juvenis, muitos dos quais foram mercedores de premiações no Brasil e no exterior. Sua peça *In memoriam* foi encenada pelo Grupo Galpão em 2004. É membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupa a Cadeira 33.

Lyslei Nascimento

Lyslei Nascimento é doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutora pela Universidade de Buenos Aires e pela USP. Atua como professora associada na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Letras, com ênfase em Teoria da Literatura Comparada e Literatura Comparada. É coordenadora do Núcleo de Estudos Judaicos da UFMG e editora da *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Ju-*

daicos da UFMG. É, atualmente, coordenadora do GT de Literaturas Estrangeiras da Associação Nacional de Pós-Graduação em Literatura e Linguística, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Isaac de Castro Tartas (USP) e pesquisadora associada do Centro de Estudos Judaicos da USP. Venceu o 2015/2016 Travel Award for Latin American Jewish Research da Universidade do Texas em Austin, pelo Schusterman Center for Jewish Studies, e foi University Affiliate Visiting Scholar/Visiting Researcher (2015) na Universidade do Texas em Austin (EUA). Publicou, entre outros títulos, *Num quadro de Chagall* (2019), *Despertar para a noite e outros ensaios sobre a Shoah* (2018), e *Borges e outros rabinos* (2009). Coorganizou as coletâneas *O olhar enigmático de Moacyr Scliar* (2019), *Línguas em trânsito* (2019), *Crime e transgressão na literatura e nas artes* (2015), *Estudos judaicos: Shoá, o mal e o crime* (2012), *Da fabricação de monstros* (2009), *A Bíblia e suas traduções* (2009), *Estudos judaicos: Brasil* (2007), *Os fazedores de Golems* (2004) e *O corpo em performance* (2003).

Maninha Pereira

Jornalista, produtora cultural e coordenadora de programas de televisão. Formada em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UNB), foi responsável pelo desenvolvimento de programas educativos para o Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, como o *Viva Legal*, de educação para a saúde, e o *Tirando de Letra*, de estímulo à leitura. Como produtora executiva, realizou cursos a distância de qualificação profissional para trabalhadores do setor de transportes, diretores de escolas públicas e empreendedores do turismo rural. É filha do ex-governador Francelino Pereira.

Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond

Mestre e doutora em Literatura Comparada pela UFMG e pós-doutora pela PUC-Porto Alegre (RS), é professora aposentada de Teoria Literária e coeditora da Editora Liberdade, de Ouro Preto, especializada em publicação de textos sobre essa cidade. Atua também como pesquisadora de literatura, cultura e sociedade ouro-pretanas. É autora dos livros *Do falar cuiabano* (1978 e 1996), *Leitor e leitura na ficção colonial* (2006), *Ouro Preto, cidade em três séculos* (2011), *Bernardo*

Guimarães cronista (2013) e *A biografia de Aleijadinho e seu contexto* (2014); organizadora de *O semeador* (2013), *Série ouro-pretana* (2015), *Agenor, o menino do Tripuí* (2017) e *De primeiro, na rua Nova* (2020).

Maria Inês Chaves de Andrade

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Ciências Jurídico-Internacionais pela Universidade de Lisboa e doutorado em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) na Ludwig-Maximilians Universität/München, na Alemanha. É vice-presidente da organização não governamental O Proação, que trabalha com adolescentes e crianças em risco social e de vida.

Maria Inês de Moraes Marreco

Possui graduação em Letras (Português-Inglês) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, especialização em Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais. É presidente emérita da Academia Feminina de Letras, membro efetivo da Arcádia de Minas Gerais e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Foi assistente da escritora Nélida Piñon na Cátedra José Bonifácio, da USP, em 2015. É idealizadora e gestora do Centro Cultural Idea, em Belo Horizonte.

Maria Lúcia Barbosa

Doutora e mestre em Literatura Brasileira pela UFMG, especialista em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas e graduada em Letras (Português-Inglês) pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). Atua como pesquisadora no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (Clepul), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ULisboa), em Portugal, e no grupo de pesqui-

sa Letras de Minas, da UFMG, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil, do CNPq.

Marisa Timponi Pereira Rodrigues

Mineira de São Geraldo, Marisa Timponi é graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa da Capes. Na UFJF, atuou como professora do curso de Letras e desenvolveu o projeto História Literária de Juiz de Fora. Dedicou grande parte da sua vida profissional ao estudo da obra de Murilo Mendes, tendo sido uma das fundadoras do Centro Cultural Murilo Mendes da UFJF, hoje Museu de Artes Murilo Mendes (MAMM). Recebeu diversas condecorações e honorarias, como o título de Cidadã Honorária de Juiz de Fora e a Medalha Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, da UFJF. Organizou e escreveu diversos livros, muitos dos quais em coautoria com sua parceira de longa data, a professora Leila Barbosa. Com ela, escreveu livros de grande aceitação pela crítica, como *Letras da cidade*, *A trama poética de Murilo Mendes* e a obra *Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos*, indicada ao Prêmio Jabuti na categoria Teoria/Crítica Literária.

Nicomedes Ferreira Filho

Graduou-se em Medicina em 1962 na UFMG e cursou especialização em Oftalmologia no Hospital São Geraldo, com o professor Hilton Rocha, sobre quem fez discurso de homenagem publicado nesta edição da Revista da AML. Foi professor de Clínica Oftalmológica da UFMG de 1972 a 1991. É membro titular da Academia Mineira de Medicina, tendo já ocupado a presidência da instituição no biênio de 2013-2015.

Olavo Celso Romano

Nascido em Morro do Ferro (MG) em 1938, estudou Direito na PUC Minas e fez mestrado em Administração na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Fez carreira no serviço público, aposentando-se como procurador do Estado. Em 1979, começou a publicar casos mineiros, crônicas e textos poéticos em diversos diários e periódicos

de renome, como o jornal *Estado de Minas* e as revistas *Palavra*, *Cícero*, *Istoé* e *Veja*. Possui quase 20 livros publicados, muitos dos quais amplamente adotados em escolas de todo o Brasil, como *Casos de Minas*, *Dedo de prosa* e *Prosa de mineiro*. Seu conto *Como a gente negocia* gerou o curta-metragem *Negócio fechado*, premiado no festival de Gramado de 2001. Sócio-fundador do Instituto Jung de Minas Gerais, tem atuado em encontros e simpósios com psicólogos e educadores. É membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupa a Cadeira 37.

Renata Barbosa de Oliveira

Graduada em Farmácia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995), mestre em Ciências Farmacêuticas e doutora em Química, ambos os títulos também pela UFMG. Possui pós-doutorado em Síntese Orgânica no Centro de Pesquisas René Rachou (Fiocruz). É professora associada da Faculdade de Farmácia da UFMG. Tem experiência em Química Medicinal/Química Farmacêutica, com ênfase em Síntese Orgânica, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento e síntese de substâncias bioativas e desenvolvimento de novos sistemas de liberação de fármacos. É filha de um dos homenageados desta edição da Revista da AML: Odair de Oliveira, renomado jornalista e escritor mineiro que, eleito em 1980 para a Academia Mineira de Letras, faleceu um mês antes de sua posse.

Renato Sampaio

Natural de Itabira, vive em Belo Horizonte. Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, atuou, a partir da década de 1970, em diversas instituições financeiras. Fundou, em 1997, a Galeria de Arte Inimá, que dirige desde então. É autor do livro *Financeiras: a experiência brasileira*, no qual aparecem, pela primeira vez no país, em linguagem matemática, os mecanismos operacionais ligados às chamadas sociedades de crédito, financiamento e investimento. Ainda no campo literário, além de um *songbook*, intitulado *O violão brasileiro de Mozart Bicalho*, publicou os seguintes livros de contos, poemas e biografias: *A última missa em latim*, *Contos de bom humor*, *A fotografia na parede*, *Lições de Pedramor*, *O Concerto de Aranjuez*, *Chanina: arte e trajetória* e *Inimá: uma biografia*.

Rogério Faria Tavares

Nasceu em 1971, em Belo Horizonte, onde reside. Graduado em Direito e em Jornalismo, é mestre em Direito pela UFMG e doutor em Letras pela PUC Minas. Pós-graduado em Gestão de Negócios (MBA executivo) e em Marketing pela Fundação Dom Cabral, tem o Diploma de Estudos Avançados em Direito Internacional e Relações Internacionais da Universidade Autônoma de Madri. Foi secretário-adjunto de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte, supervisor de Relações Públicas da Fiat Chrysler para a América Latina e presidente do BDMG Cultural. Atualmente, preside a Academia Mineira de Letras, onde ocupa a Cadeira 8. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e do Pen Clube do Brasil. É autor, entre outros, de *A noite dos mascarados*, *Contribuições para a História do Instituto dos Advogados de Minas Gerais*, *Contribuições para a História do Instituto dos Advogados Brasileiros* e *Contribuições para a História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Rogério Zola Santiago

Mestre em Crítica pela Indiana University (EUA) e professor visitante nos Emirados Árabes Unidos. Criou, para órgão cultural da Embaixada dos EUA, o Mês da Cultura Afro-Brasileira e Norte-Americana. É autor de diversos livros, como *Draga, Fragatas e Silêncios*, *Terra Brasilis*, *Oriente: apocalipse antecipado* e *Tudo sobre a solidão*. Em 2019, lançou *Exercícios de partida: metáfora clandestina* e *Relíquia das duas torres*. Assina a coluna de crítica *Cult*, da revista *Exclusive*. É neoacadêmico da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais (Amulmig).

Simone Von Randow

Filósofa e mestre em Literatura de Língua Portuguesa pela PUC Minas. Atua como professora assistente na PUC Minas e é doutoranda em Geografia na mesma instituição. Tem projetos aprovados e desenvolvidos na Lei Federal e Estadual de Incentivo à Cultura. Dedicar-se, principalmente, aos temas: filosofia, literatura latino-americana (Machado de Assis, Jorge Luís Borges, Arduino Bolivar), espaço urbano, preservação da memória e do patrimônio, geografia cultural e humanística.

Valéria Aparecida de Souza Machado

Doutora e mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas, é graduada em Letras pela mesma universidade. Atua como professora do Instituto de Educação Continuada (IEC/PUC Minas), onde ministra disciplinas nos cursos de pós-graduação em Ensino de Literatura em Sala de Aula e Leitura e Escrita Criativa. Estuda as literaturas de língua portuguesa, sobretudo a brasileira, focalizando a relação entre literatura e sociedade. Publicou diversos artigos e ensaios em revistas acadêmicas e possui capítulos de livros publicados na França e em Portugal. Integra, como pesquisadora, o grupo de pesquisa Territorialidades Literárias: Projetos em Diálogo, da PUC Minas.

Vivaldi Moreira

Nascido em 1912, na Fazenda do Tanque, em São Francisco do Glória, na Zona da Mata mineira, Vivaldi Moreira cursou as primeiras letras em Carangola (MG) e bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, em 1937. Foi advogado, editor da *Revista da Associação Comercial de Minas Gerais*, editorialista da *Folha de Minas*, fundador do jornal mensal *Minas em Foco* e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o qual presidiu por duas vezes. Foi diretor-geral da Imprensa Oficial do Estado. Eleito em 1959 para a Academia Mineira de Letras, onde ocupou a Cadeira 38, tornou-se em 1988 seu presidente perpétuo por eleição unânime de seus membros. Publicou 23 livros de ensaios: o primeiro, *Sociologia da crise* (1951), é sobre a obra do filósofo Ortega y Gasset; o último, *Cobras e lagartos* (1999), é uma análise crítica de autores nacionais e estrangeiros. Mereceu honras do Estado de Minas Gerais em seu funeral, em 2001.

Wander Melo Miranda

Professor emérito da Faculdade de Letras da UFMG, é pesquisador 1A do CNPq. Atuou como diretor da Editora UFMG por 15 anos. Foi professor visitante nos EUA, na Argentina, na Itália, no Uruguai e em diversas universidades brasileiras. É autor dos livros *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago* (1992), *Graciliano Ramos* (2004),

Nações literárias (2010) e *Os olhos de Diadorim e outros ensaios* (2019). Organizou *Narrativas da Modernidade* (1991) e coorganizou *Crítica e coleção* (2011), entre outros trabalhos. Traduziu *Noturno indiano*, de Antonio Tabucchi (1991; tradução revista, 2012), *Ângelo*, de Luchino Visconti (1993), *Antiafrodisíaco para o amor platônico*, de Ippolito Nievo (2015) e *Bíos, biopolítica e filosofia*, de Roberto Espósito (2017). Ocupa a Cadeira 7 da Academia Mineira de Letras.

Yeda Prates Bernis

Filha de Carlos Philinto Prates, poeta, e Yolanda Queiroga Prates, musicista, Yeda Bernis nasceu em 1926, em Belo Horizonte, e graduou-se em Letras Neolatinas pela antiga Faculdade de Filosofia Santa Maria, atual PUC Minas. Amante da música e das artes, estudou também canto e piano, no Conservatório Mineiro de Música, técnica vocal e interpretação, na Scola Cantorum do Palácio da Artes, e ainda participou de inúmeros cursos na UFMG e na Sociedade Amigas da Cultura, na qual também atuou como diretora. Foi membro da Câmara de Letras e Artes do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais e coordenadora do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Arte e Educação (Prodiarte), da Secretaria da Educação de Minas Gerais. Em 1967, publicou seu primeiro livro, *Entre o rosa e o azul*, vencedor do Prêmio Cidade de Belo Horizonte. Desde então, publicou outros 11 livros de poesia, muitos dos quais foram merecedores de importantes distinções, como o Prêmio Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras, e o Prêmio Hors Concours da UBE do Rio de Janeiro. Elogiada por Carlos Drummond de Andrade, Henriqueta Lisboa, Nélida Piñon e outros gigantes da literatura, teve três poemas musicados por Camargo Guarnieri, sob o título *Tríptico de Yeda*. Muitas de suas obras já foram traduzidas para diversas línguas, como inglês, italiano, espanhol, francês e húngaro. Membro da Academia Mineira de Letras, ocupa a Cadeira 6.



ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS
CADEIRAS

CADEIRA 1

PATRONO

Visconde de Araxá | Domiciano Leite Ribeiro (1812-1881)

FUNDADOR

Albino Esteves (1884-1943)

1.º SUCESSOR

Cyro dos Anjos (1906-1994)

2.º SUCESSOR

Danilo Gomes (1932)

CADEIRA 2

PATRONO

Arthur França (1881-1902)

FUNDADOR

Aldo Delphino dos Santos Ferreira Lobo (1872-1945)

1.º SUCESSOR

José Oswaldo de Araújo (1887-1975)

2.º SUCESSOR

Oswaldo Soares da Cunha (1921-2013)

3.º SUCESSOR

Benito Barreto (1929)

CADEIRA 3

PATRONO

Aureliano José Lessa (1828-1861)

FUNDADOR

Affonso da Costa Guimarães (Alphonsus de Guimaraens) (1870-1921)

1.º SUCESSOR

Moacyr de Macedo Chagas

2.º SUCESSOR

Agripa Ulysses Vasconcellos (1896-1969)

3.º SUCESSOR

Oscar Dias Corrêa (1921-2005)

4.º SUCESSOR

Angelo Oswaldo de Araújo Santos (1947)

CADEIRA 4

PATRONO

Frei José Marianno da Conceição Velloso (1742-1811)

FUNDADOR

Álvaro Astolpho da Silveira (1867-1945)

1.º SUCESSOR

Alphonsus de Guimaraens Filho (1918-2008)

2.º SUCESSOR

Amílcar Vianna Martins Filho (1949)

CADEIRA 5

PATRONO

José Maria Teixeira de Azevedo Júnior (1865-1909)

FUNDADOR

Amanajós de Araújo (1880-1938)

1.º SUCESSOR

Zoroastro Passos (1887-1945)

2.º SUCESSOR

Christiano Martins (1912-1981)

3.º SUCESSOR

Francisco Magalhães Gomes (1906-1990)

4.º SUCESSOR

Miguel Augusto Gonçalves de Souza (1926-2010)

5.º SUCESSOR

Carmen Schneider Guimarães (1926)

CADEIRA 6

PATRONO

Bernardo de Vasconcellos (1795-1850)

FUNDADOR

Arduíno Bolivar (1873-1952)

1.º SUCESSOR

Salomão de Vasconcellos (1877-1965)

2.º SUCESSOR

Mello Cançado (1912-1981)

3.º SUCESSOR

José Carlos Lisboa (1902-1994)

4.º SUCESSOR

Alaíde Lisboa (1904-2007)

5.º SUCESSOR

Yeda Prates Bernis (1926)

CADEIRA 7

PATRONO

Luiz Cassiano (1868-1903)

FUNDADOR

Avelino Fóscolo (1864-1944)

1.º SUCESSOR

Eduardo Frieiro (1889-1982)

2.º SUCESSOR

Austen Amaro (1901-1991)

3.º SUCESSOR

Wilson Bastos (1915-1997)

4.º SUCESSOR

João Bosco Murta Lages (1937-2004)

5.º SUCESSOR

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza (1937-2019)

6.º SUCESSOR

Wander Melo Miranda (1952)

CADEIRA 8

PATRONO

Batista Martins (1868-1906)

FUNDADOR

Belmiro Braga (1872-1937)

1.º SUCESSOR

Wellington Brandão (1894-1965)

2.º SUCESSOR

Edison Moreira (1919-1989)

3.º SUCESSOR

Milton Reis (1929-2016)

4.º SUCESSOR

Rogério Faria Tavares (1971)

CADEIRA 9

PATRONO

Josaphat Bello (1870-1907)

FUNDADOR

Bento Ernesto (1866-1943)

1.º SUCESSOR

João Alphonsus (1901-1944)

2.º SUCESSOR

Djalma Andrade (1891-1975)

3.º SUCESSOR

Ildeu Brandão (1913-1994)

4.º SUCESSOR

Márcio Garcia Vilela (1939)

CADEIRA 10

PATRONO

Cláudio Manoel da Costa (1729-1789)

FUNDADOR

Brant Horta (1876-1959)

1.º SUCESSOR

João Etienne Filho (1918-1997)

2.º SUCESSOR

Fábio Proença Doyle (1928)

CADEIRA 11

PATRONO

Santa Rita Durão (1722-1784)

FUNDADOR

Carlos Góes (1881-1934)

1.º SUCESSOR

Lúcio dos Santos (1875-1944)

2.º SUCESSOR

Bueno de Serqueira (1895-1979)

3.º SUCESSOR

D. João Resende Costa (1910-2007)

4.º SUCESSOR

D. Walmor Oliveira de Azevedo (1954)

CADEIRA 12

PATRONO

Alvarenga Peixoto (1744-1793)

FUNDADOR

Carlindo Lellis (1879-1945)

1.º SUCESSOR

João Dornas Filho (1902-1962)

2.º SUCESSOR

Alberto Deodato (1896-1978)

3.º SUCESSOR

Tancredo Neves (1910-1985)

4.º SUCESSOR

Olavo Drumond (1925-2006)

5.º SUCESSOR

Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho (1933)

CADEIRA 13

PATRONO

Xavier da Veiga (1846-1900)

FUNDADOR

Carmo Gama (1860-1937)

1.º SUCESSOR

Godofredo Rangel (1884-1951)

2.º SUCESSOR

Antônio Moraes (1904-1984)

3.º SUCESSOR

João Franzen de Lima (1897-1994)

4.º SUCESSOR

Paulo Tarso Flecha de Lima (1933)

CADEIRA 14

PATRONO

José Senna (1847-1901)

FUNDADOR

Costa Senna (1852-1919)

1.º SUCESSOR

Almeida Magalhães (1893-1982)

2.º SUCESSOR

João Valle Maurício (1922-2000)

3.º SUCESSOR

Antenor Pimenta Madeira (1960)

CADEIRA 15

PATRONO

Bernardo Guimarães (1827-1884)

FUNDADOR

Dilermando Cruz (1879-1935)

1.º SUCESSOR

Moacyr Andrade (1897-1935)

2.º SUCESSOR

Odair de Oliveira (1917-1982)

3.º SUCESSOR

Armond Werneck (1916-1991)

4.º SUCESSOR

Bonifácio José Tamm Andrada (1930)

CADEIRA 16

PATRONO

Paulo Cândido (1805-1864)

FUNDADOR

Diogo Vasconcellos (1843-1927)

1.º SUCESSOR

Mário Mattos (1899-1966)

2.º SUCESSOR

Waldemar dos Anjos (1901-1980)

3.º SUCESSOR

Flávio Neves (1908-1984)

4.º SUCESSOR

Wilson Castello Branco (1918-1986)

5.º SUCESSOR

José Afrânio Moreira Duarte (1931-2008)

6.º SUCESSOR

Ronaldo Costa Couto (1942)

CADEIRA 17

PATRONO

Conde de Prados (Dr. Camilo Armond) (1815-1882)

FUNDADOR

Eduardo de Menezes (1857-1923)

1.º SUCESSOR

José Antônio Nogueira (1892-1947)

2.º SUCESSOR

Abgar Renault (1901-1995)

3.º SUCESSOR

Aluísio Pimenta (1923-2016)

4.º SUCESSOR

Ibrahim Abi-Ackel (1927)

CADEIRA 18

PATRONO

Silva Alvarenga (1749-1814)

FUNDADOR

Estevam Oliveira (1853-1926)

1.º SUCESSOR

Abílio Barreto (1883-1959)

2.º SUCESSOR

Arthur Versiani Velloso (1906-1986)

3.º SUCESSOR

José Henrique Santos (1934)

CADEIRA 19

PATRONO

Corrêa de Almeida (1820-1905)

FUNDADOR

Francisco Lins (1866-1933)

1.º SUCESSOR

Mário Mendes Campos (1894-1989)

2.º SUCESSOR

Pe. José Carlos Brandi Aleixo (1932)

CADEIRA 20

PATRONO

Arthur Lobo (1879-1901)

FUNDADOR

Franklin de Almeida Magalhães (1902-1971)

1.º SUCESSOR

Emílio Guimarães de Moura (1902-1971)

2.º SUCESSOR

Wilson de Mello da Silva (1911-1994)

3.º SUCESSOR

Ariosvaldo de Campos Pires (1934-2004)

4.º SUCESSOR

Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz (1932)

CADEIRA 21

PATRONO

Fernando de Alencar (1857-1910)

FUNDADOR

Gilberto de Alencar (1887-1961)

1.º SUCESSOR

Nelson de Faria (1902-1968)

2.º SUCESSOR

Oscar Negrão de Lima (1895-1971)

3.º SUCESSOR

Hilton Rocha (1911-1993)

4.º SUCESSOR

Caio Mário (1913-2004)

5.º SUCESSOR

Elisabeth Fernandes Rennó de Castro Santos (1930)

CADEIRA 22

PATRONO

Júlio Ribeiro (1845-1890)

FUNDADOR

Heitor Guimarães (1868-1937)

1.º SUCESSOR

Paulo Rehfeld (1902-1960)

2.º SUCESSOR

Fábio Lucas (1931)

CADEIRA 23

PATRONO

Joaquim Felício (1828-1895)

FUNDADOR

Joaquim Silvério (1859-1933)

1.º SUCESSOR

Martins de Oliveira (1896-1975)

2.º SUCESSOR

Victor Nunes Leal (1914-1985)

3.º SUCESSOR

Raul Machado Horta (1923-2005)

4.º SUCESSOR

Manoel Hygino dos Santos (1930)

CADEIRA 24

PATRONO

Bárbara Eliodora (1758-1819)

FUNDADOR

João Lúcio (1875-1948)

1.º SUCESSOR

Cláudio Brandão (1894-1965)

2.º SUCESSOR

Henrique de Resende (1899-1973)

3.º SUCESSOR

Sylvio Miraglia (1900-1994)

4.º SUCESSOR

Eduardo Almeida Reis (1937)

CADEIRA 25

PATRONO

Augusto Franco (1877-1909)

FUNDADOR

João Massena (1865-1957)

1.º SUCESSOR

Paulo Pinheiro Chagas (1906-1983)

2.º SUCESSOR

Aureliano Chaves (1929-2003)

3.º SUCESSOR

Francelino Pereira dos Santos (1921-2017)

4.º SUCESSOR

Jacyntho Lins Brandão (1952)

CADEIRA 26

PATRONO

Evaristo da Veiga (1799-1837)

FUNDADOR

José Eduardo da Fonseca (1883-1934)

1.º SUCESSOR

Mário Casasanta (1898-1963)

2.º SUCESSOR

Henriqueta Lisboa (1901-1986)

3.º SUCESSOR

Lacyr Annaziata Schettino (1914-1986)

4.º SUCESSOR

Pe. João Batista Megale (1934-2008)

5.º SUCESSOR

Bartolomeu Campos de Queirós (1944-2012)

6.º SUCESSOR

Ângelo Machado (1934-2020)

7.º SUCESSOR

Jota Dangelo (1932)

CADEIRA 27

PATRONO

Corrêa de Azevedo (1856-1904)

FUNDADOR

José Paixão (1868-1949)

1.º SUCESSOR

Augusto de Lima Júnior (1889-1970)

2.º SUCESSOR

Cardeal Vasconcelos Motta (1890-1982)

3.º SUCESSOR

D. Oscar de Oliveira (1912-1997)

4.º SUCESSOR

Pe. Paschoal Rangel (1922-2010)

5.º SUCESSOR

Afonso Henriques de Guimaraens Neto (1944)

CADEIRA 28

PATRONO

Américo Lobo (1893-1903)

FUNDADOR

José Rangel (1868-1940)

1.º SUCESSOR

Guilhermino César (1908-1993)

2.º SUCESSOR

José Bento Teixeira de Salles (1922-2013)

3.º SUCESSOR

Márcio Sampaio (1941)

CADEIRA 29

PATRONO

Aureliano Pimentel (1830-1908)

FUNDADOR

Lindolpho Gomes (1875-1953)

1.º SUCESSOR

Milton Campos (1900-1972)

2.º SUCESSOR

Pedro Aleixo (1901-1975)

3.º SUCESSOR

Gustavo Capanema (1900-1985)

4.º SUCESSOR

Murilo Paulino Badaró (1931-2010)

5.º SUCESSOR

Affonso Arinos de Mello Franco (1930-2020)

6.º SUCESSOR

José Fernandes Filho (1929)

CADEIRA 30

PATRONO

Oscar da Gama (1870-1900)

FUNDADOR

Luiz de Oliveira (1874-1960)

1.º SUCESSOR

Oiliam José (1921-2017)

2.º SUCESSOR

Caio César Boschi (1947)

CADEIRA 31

PATRONO

Lucindo Filho (1847-1896)

FUNDADOR

Machado Sobrinho (1872-1938)

1.º SUCESSOR

Salles Oliveira (1900-1968)

2.º SUCESSOR

Manoel Casasanta (1902-1973)

3.º SUCESSOR

Waldemar Pequeno (1892-1988)

4.º SUCESSOR

Luís Carlos de Portilho (1910-2008)

5.º SUCESSOR

Rui Mourão (1929)

CADEIRA 32

PATRONO

Marquês de Sapucaí (1793-1875)

FUNDADOR

Mário Lima (1886-1936)

1.º SUCESSOR

Heli Menegale (1903-1993)

2.º SUCESSOR

Almir de Oliveira (1916-2015)

3.º SUCESSOR

Carlos Bracher (1940)

CADEIRA 33

PATRONO

Edgar Matta (1878-1907)

FUNDADOR

Mário Magalhães (1885-1937)

1.º SUCESSOR

Aires da Mata Machado Filho (1909-1985)

2.º SUCESSOR

Nansen Araújo (1901-1996)

3.º SUCESSOR

José Crux Rodrigues Vieira (1920-2016)

4.º SUCESSOR

Luís Ângelo da Silva Giffoni (1949)

CADEIRA 34

PATRONO

Thomaz Gonzaga (1744-1810)

FUNDADOR

Mendes de Oliveira (1879-1918)

1.º SUCESSOR

Noraldino Lima (1885-1951)

2.º SUCESSOR

Nilo Aparecida (1914-1974)

3.º SUCESSOR

Juscelino Kubitschek (1902-1976)

4.º SUCESSOR

Affonso Arinos (1905-1990)

5.º SUCESSOR

Gerson de Britto Boson (1914-2001)

6.º SUCESSOR

Orlando Vaz Filho (1935)

CADEIRA 35

PATRONO

João Pinheiro (1860-1908)

FUNDADOR

Navantino Santos (1885-1946)

1.º SUCESSOR

Eugênio Rubião (1884-1949)

2.º SUCESSOR

Silva Guimarães (1876-1955)

3.º SUCESSOR

Orlando Carvalho (1910-1998)

4.º SUCESSOR

Carlos Mário da Silva Velloso (1936)

CADEIRA 36

PATRONO

Eloy Ottoni (1764-1851)

FUNDADOR

Nelson Senna (1876-1952)

1.º SUCESSOR

Oscar Mendes (1902-1983)

2.º SUCESSOR

Wilton Cardoso (1916-1999)

3.º SUCESSOR

Aloísio Teixeira Garcia (1944)

CADEIRA 37

PATRONO

Manoel Basílio Furtado (1826-1903)

FUNDADOR

Olympio Rodrigues de Araújo (1860-1923)

1.º SUCESSOR

Aníbal Mattos (1886-1969)

2.º SUCESSOR

Edgard de Vasconcellos Barros (1914-2004)

3.º SUCESSOR

Olavo Celso Romano (1938)

CADEIRA 38

PATRONO

Beatriz Brandão (1779-1868)

FUNDADOR

Paulo Brandão (1883-1928)

1.º SUCESSOR

Honório Armond (1891-1958)

2.º SUCESSOR

Vivaldi Moreira (1912-2001)

3.º SUCESSOR

Pedro Rogério Couto Moreira (1946)

CADEIRA 39

PATRONO

Basílio da Gama (1740-1795)

FUNDADOR

Plínio Motta (1876-1953)

1.º SUCESSOR

João Camillo (1915-1973)

2.º SUCESSOR

Edgar Mata Machado (1914-1995)

3.º SUCESSOR

Patrus Ananias de Souza (1952)

CADEIRA 40

PATRONO

Visconde de Caeté (1766-1838)

FUNDADOR

Pinto de Moura (1865-1924)

1.º SUCESSOR

Affonso Penna Júnior (1879-1968)

2.º SUCESSOR

Maria José de Queiroz (1936)

Ano 98.º Volume LXXIX NOVENBRO DE 2020
impressão ALMG | GRÁFICA FORMATO
papel do miolo OFFSET 75 G/M²
papel da capa CARTÃO SUPREMO 250 G/M²
tipografia MINION PRO

Nosso estado é berço de manifestações culturais e artísticas riquíssimas. A vitalidade do sistema cultural mineiro é reconhecida por sua excelência e diversidade – e, entre fecundas ramificações, como a música, as artes plásticas, a dança, o cinema e o teatro, nossa literatura ocupa desde seu início um lugar de relevo. Nela reconhecemos as palavras do escritor Luis Fernando Verissimo, para quem “a literatura é esse território livre onde o espírito humano se expande e se impõe”. No livre território mineiro, poetas, romancistas, contistas e cronistas encontraram o ambiente propício para ousar, imaginar e criar sem amarras, sob o signo da liberdade e da amizade, considerando que em Minas a relação da literatura que nasce do convívio entre amigos é potente e visceral.

Agostinho Patrus

Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Tarefa institucional, a reativação da memória, no entanto, é mais: contém dimensão preciosa do exercício da cidadania e do amor pela história. Não há povo emancipado e autônomo que despreze ou atenuie as reflexões necessárias e saudáveis sobre os caminhos que trilhou. Uma comunidade livre e senhora de seu destino sempre investiga o seu percurso ao longo do tempo, tanto para compreender o presente quanto para desenhar um futuro melhor. Os textos aqui reunidos se alinham a esse sentido maior, verdadeira perspectiva ordenadora, essencial, ainda, para que os leitores de hoje e de amanhã desfrutem do valioso patrimônio de que são portadores.

Rogério Faria Tavares

Presidente da Academia Mineira de Letras



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS**

Poder e voz do cidadão





REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

VERSÃO ELETRÔNICA

Número para controle bibliográfico: Ano 98º - Volume LXXIX - 2019

A presente edição, produzida em 2020, de número 79, é relativa ao ano sequencial de 2019, vinculando-se, pois, ao 98º ano de publicação da Revista da Academia Mineira de Letras, fundada em 1922. Tal numeração corrige eventuais equívocos cometidos em volumes anteriores.

Data de publicação: 25 de dezembro 2020.

